

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ALEXANDRE PINHEIRO RAMOS

INTELECTUAIS E CARISMA:
a Ação Integralista Brasileira na década de 1930

RIO DE JANEIRO

2013

Alexandre Pinheiro Ramos

INTELECTUAIS E CARISMA:
a Ação Integralista Brasileira na década de 1930

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Villa Bôas

Rio de Janeiro

2013

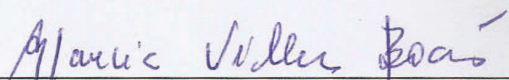
“Intelectuais e carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930”

ALEXANDRE PINHEIRO RAMOS

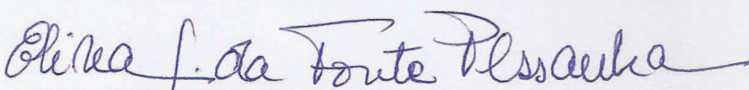
Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Villas Bôas

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas (Sociologia)

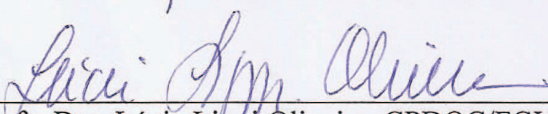
Aprovada por:



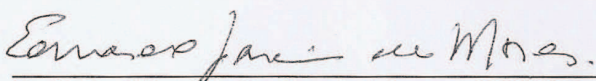
Profa. Dra. Gláucia Villas Bôas, Presidente, PPGSA/IFCS/UFRJ



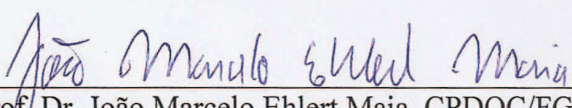
Profa. Dra. Elina Pessanha, PPGSA/IFCS/UFRJ



Profa. Dra. Lúcia Lippi Oliveira, CPDOC/FGV



Prof. Dr. Eduardo Jardim de Moraes, PUC/RJ



Prof. Dr. João Marcelo Ehlert Maia, CPDOC/FGV

Profa. Dra. Tatiana Siciliano, Pós-Doc/PPGSA/UFRJ (Suplente)

Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro, PPGHIS/UFRJ (Suplente)

Rio de Janeiro

Abril/2013

Esta tese é dedicada a todos aqueles que não se deixam cegar nem silenciar por suas crenças políticas – quaisquer que sejam.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, profa. Glaucia Villas Bôas, por ter aceitado orientar esta pesquisa, pelas aulas ministradas no PPGSA, pela oportunidade de participar do Núcleo de Pesquisas em Sociologia da Cultura (NUSC), pela leitura atenta, conversas, comentários e sugestões – pertinentes e criteriosas – sobre o trabalho desenvolvido. Em suma, pela contribuição decisiva à minha formação.

À CAPES, pela bolsa de doutorado, cujo auxílio foi para além da realização da pesquisa.

Aos professores com quem tive aula ao longo do doutorado e que me apresentaram uma série de “novidades”: André Botelho, Elisa Reis e Maria Helena Castro no PPGSA; e Fernando Castro, no PPGHIS (UFRJ).

À profa. Maria Laura Cavalcanti e a Antonio Lopes (FCRB) pelas sugestões e indicações feitas em relação à minha pesquisa durante o seminário interno dos alunos do PPGSA.

Aos professores Bruno Sciberras de Carvalho e Ricardo Benzaquen de Araújo pelas sugestões na qualificação.

À profa. Helga Gahyva e ao prof. Michel Misse por me deixarem acompanhar suas disciplinas na graduação de Ciências Sociais na condição de ouvinte.

Ao prof. Maurizio Bach, da Univerdade de Passau, pelas aulas ministradas no PPGSA e pelas conversas as quais tiveram um grande impacto na elaboração desta tese.

Aos professores que aceitaram fazer parte da banca: Elina Pessanha, Eduardo Jardim, Lucia Lippi e João Marcelo Maia.

Ao PPGSA, pelos auxílios e por fornecer um ambiente propício à pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (SP), em especial a Marigelma Santos, por quem fui muito bem atendido e que, mesmo à distância, sempre me ajudou de forma exemplar com meus pedidos de reprodução de documentos.

Ao Arquivo Edgar Leuenroth, da UNICAMP, e seus funcionários que me ajudaram na consulta e reprodução de documentos.

Aos colegas do NUSC, pelos nossos encontros e trocas de ideias: Daniela, Guilherme, Marcelo, Tarcila, Tatiana, Renata.

À minha família: minha mãe Albaléa, minha irmã Andréa e meu pai Antonio por todo o apoio ao longo destes anos de vida acadêmica.

Aos meus PS, pela imprescindível diversão.

E à minha noiva Helena com quem, nos dez anos que estamos juntos, pude experimentar uma liberdade sem a qual a vida, nestes tempos sombrios, seria intolerável.

- Ora, deixe de ser infantil e reconheça – caçoo Kashiwagi. – Eu queria apenas que você soubesse: o que transforma o mundo é o conhecimento. Nada além do conhecimento, tome nota. Só ele tem poderes para transformar o mundo, mantendo-o ao mesmo tempo imutável, tal como é. Aos olhos do conhecimento, o mundo é eternamente imutável e, ao mesmo tempo, eternamente mutável. Você dirá com certeza: e de que serve tudo isso? Eu lhe respondo: o homem se armou do conhecimento para poder suportar esta vida. Os animais irracionais não precisam disso. O conhecimento, porém, é a própria condição insuportável da vida transformada em arma dos homens. Mas nem por isso essa condição se atenua, nem que seja por um mínimo. Só isso.

- Mas existem outros meios para tornar a vida suportável, não acha?

- Não existem. O resto é loucura ou morte.

- Não é em absoluto o conhecimento que transforma o mundo (...). É a ação que transforma o mundo. Só a ação, não há outra coisa.

Yukio Mishima, *O pavilhão dourado*.

Os papéis pareciam invertidos. A corrente passava em sentido contrário, e o artista, que não parava de falar, deixava isso bem claro. Ele, que durante tanto tempo havia sido o dono da vontade, era agora o elemento passivo, receptivo, executivo, cuja vontade estava suspensa para que se pudesse realizar uma vontade comum que flutuava no ar sem estar expressa. Mas ele declarava insistentemente que isso dava no mesmo. A faculdade de se desembaraçar de si próprio, dizia ele, de tornar-se um instrumento, de obedecer, no sentido mais absoluto e mais perfeito da palavra, era apenas o inverso do outro poder, da faculdade de querer e comandar. Comandar e obedecer constituem juntos um só princípio, uma unidade indissolúvel. Aquele que sabe obedecer sabe comandar, e vice-versa. Essas duas ideias estão incluídas uma na outra, assim como a ideia de povo e a ideia de chefe. Mas era a ele que cabia o papel supremo, a tarefa mais árdua e mais extenuante, a ele que conduzia e organizava tudo, que transformava a vontade em obediência e a obediência em vontade, que dava nascimento a ambas e que tinha por causa disso um trabalho muito duro.

Thomas Mann, *Mario e o Mágico*.

We climbed into the mean machine / We saw the ad, we bought the dream
We are the victims of neglect / We will not be what you expect
We are your children, strange and weird / We are your children, free and
clear
You breed contempt we mock you now / We bring the shake to rock you now
(...) The only thing that I regret / I didn't take what I could get
You owe us much, you owe us life / We owe you nothing eat the knife

Motörhead, *We bring the shake*

RESUMO

RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Intelectuais e carisma**: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Os intelectuais desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político-cultural que atuou entre os anos de 1932 e 1937. Altamente influenciada pelas ideias modernistas e nacionalistas e pelo pensamento autoritário e católico que vicejavam no contexto intelectual brasileiro, e tendo mobilizado elementos da estética fascista para difundir suas próprias ideias e valores e seu projeto de intervenção, a AIB expandiu-se pelo país, angariando a participação em suas fileiras de homens e mulheres dos mais diversos grupos sociais. Dentre estes, destacam-se os intelectuais que não apenas envolveram-se diretamente com a fundação e direção do movimento, como também foram os principais responsáveis, através de suas atividades e produção intelectual, por criarem no movimento uma dominação de traços carismáticos cujo centro era a pessoa de Plínio Salgado, ele mesmo um intelectual, como o portador do carisma ao qual todos os integralistas deviam obediência e em quem enxergavam um líder de qualidades extraordinárias.

Palavras-chave: Intelectuais; Integralismo; Carisma; Plínio Salgado.

ABSTRACT

RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Intelectuais e carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930.** Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The intellectuals performed a crucial role in the development of Brazilian Integralist Action (Ação Integralista Brasileira – AIB), a political and cultural movement which acted between 1932 and 1937. Highly influenced by the modernist and nationalist ideas and the authoritarian and catholic thought that thrived in the Brazilian intellectual context, and employing elements from the fascist aesthetics in order to spread its own ideas and values and its intervention project, the AIB expanded throughout the country and conquered to its ranks men and women from a variety of social groups. Among these the intellectuals were particularly active. Not only were they involved in the movement's foundation and direction, but they also were the main responsible, through their intellectual production and activities, for creating in the movement a domination with charismatic features whose center was Plínio Salgado, an intellectual himself, as the bearer of charisma to which all integralists should obey and in whom they saw a leader with extraordinary qualities.

Key words: Intellectuals, Integralism, Charisma, Plínio Salgado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 SOBRE O INTEGRALISMO – QUESTÕES, POSIÇÕES E DEFINIÇÕES	22
1.1 PESQUISAS SOBRE A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA	27
1.1.1 A tese fascista: comentários sobre sua recepção	31
1.2 QUESTÃO DE TRABALHO	45
1.3 BREVE HISTÓRICO DA AIB	51
1.4 REDES INTELLECTUAIS – MODELO PARA UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS INTELLECTUAIS	64
CAPÍTULO 2: SOCIABILIDADE E TRABALHO INTELLECTUAL NA FORMAÇÃO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA	70
2.1 ASPECTOS DA TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE PLÍNIO SALGADO ANTES DE OUTUBRO DE 1932	72
2.1.1 Plínio Salgado e as editoras: Schmidt e José Olympio	93
2.2 REDES INTELLECTUAIS: EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA AIB	99
2.3 A PRÁTICA DA CONFERÊNCIA E SEU PAPEL	109
CAPÍTULO 3: A PRODUÇÃO INTELLECTUAL INTEGRALISTA E A REDE DE BENS CULTURAIS	121
3.1 OS INTELLECTUAIS E OS ESTATUTOS DA AIB	124
3.2 ASPECTOS DA REDE DE BENS CULTURAIS – A PRODUÇÃO INTELLECTUAL	127
3.2.1 Livros	131
3.2.2 Jornais e revistas	139
3.2.3 Conferências e sessões doutrinárias	152
3.3 ASPECTOS DA REDE DE BENS CULTURAIS – A INTELLECTUALIDADE INTEGRALISTA	157
3.4 O INTEGRALISMO E SEU “NÚCLEO AXIOLÓGICO”	174
3.5 PRIMEIRA CONCLUSÃO PARCIAL	186
CAPÍTULO 4: O UNIVERSO SIMBÓLICO INTEGRALISTA: DAS SEDES À CONDUÇÃO DA VIDA	190
4.1 SIMBOLOGIA	192
4.2 SEDES INTEGRALISTAS	199

4.3 A CONDUÇÃO DA VIDA INTEGRALISTA	205
4.4 CERIMONIAL E RITUALÍSTICA INTEGRALISTAS	210
4.5 MANIFESTAÇÕES (DE) INTEGRALISTAS – O ÁLBUM DE D. IRENE HENRIQUES	217
CAPÍTULO 5: O “PROFETA DA NACIONALIDADE”: PLÍNIO SALGADO COMO INTELLECTUAL CARISMATICAMENTE QUALIFICADO	224
5.1 PLÍNIO SALGADO: OBSCURO SOLDADO OU PROFETA?	228
5.2 O CARISMA DE PLÍNIO SALGADO: ASPECTOS DE SUA PRODUÇÃO INTELLECTUAL	237
5.2.1 Denúncia: a crise da Humanidade e seu sentido	237
5.2.2 A condução da vida	245
5.2.3 Anunciação: o advento do Novo, a Humanidade Integral	254
5.2.4. A Salvação no Integralismo	261
5.3 O CARISMA DE PLÍNIO SALGADO (II): SUA ATUAÇÃO COM A PALAVRA FALADA	264
CAPÍTULO 6: OS INTEGRALISTAS E A ATRIBUIÇÃO DO CARISMA A PLÍNIO SALGADO	273
6.1 ATRIBUIÇÃO DO CARISMA ATRAVÉS DA REDE DE BENS CULTURAIS	277
6.1.1 <i>Plínio Salgado</i> , o livro	291
6.2 O CHEFE NACIONAL NA RITUALÍSTICA INTEGRALISTA	299
6.3 SEGUNDA CONCLUSÃO PARCIAL	305
CONCLUSÃO: INTELLECTUAIS, CARISMA E DOMINAÇÃO CARISMÁTICA	308
REFERÊNCIAS	331

INTRODUÇÃO

Somos nós, pensadores, que temos de primeiro constatar e, se necessário, decretar o gosto agradável de todas as coisas. As pessoas práticas acabam por adota-los de nós, a sua dependência em relação a nós é incrivelmente grande, o mais ridículo espetáculo do mundo, por mais que o desconheçam e orgulhosamente nos ignorem, a nós, os não-práticos: eles até menosprezariam sua vida prática, se quiséssemos desprezá-la: - algo que poderia nos incitar, de vez em quando, um pequeno desejo de vingança.

Friedrich Nietzsche, *Aurora*.

I

Se quiséssemos substituir, nesta epígrafe, o termo *pensadores* por outro, como *intelectuais*, teria o sentido do texto se mantido? A *ideia* de que poderia existir, em uma posição de relativo “destaque” na sociedade, esta figura particular a qual se vale, sobretudo, de construções simbólicas e representações para, com maior ou menor intensidade, interferir na realidade social, apontando ou indicando (ou *decretando*, como colocou Nietzsche, sublinhando ainda mais a intensidade do papel desempenhado por este agente singular) para outros indivíduos, próximos ou distantes, conhecidos ou desconhecidos, sejam direções a serem tomadas nas mais variadas dimensões que compõe a vida dentro das quais aqueles se movem, ou comportamentos a serem assimilados ou renegados – em suma, apontar aquele *gosto agradável* das coisas –, esta ideia não nos soa estranha e, por sua vez, parece responder com uma assertiva a questão colocada acima. Pois, nesta situação, excetuando-se os eventuais traços característicos destes dois termos, o intelectual (aquele “não-prático”) não deixa de ser uma pessoa dotada de algum poder ou legitimidade cuja manifestação sobre determinado assunto dificilmente passa despercebida – tanto por outros “não-práticos” quanto por “práticos” – e é capaz de influir em desenvolvimentos subsequentes da questão abordada. Nietzsche, à sua maneira, apontou este interessante dado da sociedade, demarcando nela a relevância, para sua própria organização, deste indivíduo, embora corra o risco de ser ignorado ou de não ser levado em consideração. *Pensador* para o filósofo alemão, *intelectual* para nós, o que interessa é sublinhar a importância deste agente e “la función que desempeñan em el espacio social”, pois “los intelectuales tienen su imperio en la esfera de la cultura, de la ciencia, el arte

y la literatura, es decir, en la esfera de la producción, distribución e inculcación de las significaciones o bienes simbólicos” (ALTAMIRANO, 2006, p. 95).

Decerto que, a despeito deste fato dos intelectuais terem seu império na esfera cultural, não significa que estão a ela limitados, mas ao contrário, a partir dela sua atuação pode se expandir e alcançar outras dimensões, como a política, na qual projetos de intervenção, manutenção ou transformação do *status quo* são apresentados e, por vezes, postos em prática – embora não se possa deixar de sublinhar certa ironia em casos nos quais, de “imperadores” no campo intelectual, tornam-se, como apontou Bolívar Lamounier (1985), os “bobos da corte” quando de sua participação na esfera política, ainda que tal caracterização não fique necessariamente circunscrita a aspectos puramente negativos, afinal, como “bobo da corte”, o intelectual pode ser “um daqueles que se recusam a desempenhar a fundo o papel atribuído a cada um no grande jogo social”, representando “frente ao poder os direitos e os deveres do ‘espírito que sempre nega’” (LECLERC, 2004, p. 21). Seja como for, o esforço do intelectual, atuando de modo isolado ou como parte de um grupo, está em maior ou menor escala dirigido à sociedade; e sociedade esta com a qual sua atividade encontra-se ligada, pois é a partir dela que ele obtém os elementos indispensáveis à sua reflexão. Ainda que isolado, produzindo através de uma prática de reclusão ou desligamento parcial, o intelectual – daí o “parcial” –, não está apartado da sociedade, das instituições que a compõe, encontrando-se imerso em relações e redes de sociabilidade. Dificilmente o intelectual não se acha em uma situação dialógica enquanto escreve e/ou pensa – mentalmente, ele responde a seus interlocutores, vivos ou mortos.

Ora, se tais considerações são aplicáveis ao intelectual “isolado” – no sentido de que ele não faz parte de um grupo –, elas aumentam em sua intensidade e complexidade quando ficamos diante de intelectuais que se organizam coletivamente, formando grupos que, em última análise, constituem verdadeiros “microcosmos sociais” os quais encerram uma dinâmica e organização próprias, com suas hierarquias, teias de interação e formas particulares de manifestação ligadas aos meios mobilizados e manipulados na transmissão de suas ideias e projetos, como revistas, jornais, livros, instituições de ensino e pesquisa, etc. E a isto ainda pode-se incluir, dependendo da natureza do grupo, a existência de uma série de bens simbólicos aos quais os intelectuais se remetem tanto no sentido de buscarem, neles, legitimação (ou mesmo tentando re-legitimar estes mesmos bens, como se recuperassem determinada “tradição” esquecida ou abandonada) ou para lhes dar continuidade. Poderiam ser considerados objetos “sagrados” diante dos quais os intelectuais do grupo mantêm certa

reverência ou respeito, constituindo não só fontes de referência como de autoridade. A aproximação e organização de um grupo de intelectuais, independente das intenções subjacentes a tal movimento – a criação de uma revista de cultura ou a formulação de um projeto político para todo o país, por exemplo –, revela não só uma rede complexa de relações sociais, possibilitando seus participantes a travarem contato, mesmo que indireto, com outros indivíduos cujo acesso poderia estar vedado anteriormente, como o surgimento de espaços de sociabilidade onde estes intelectuais encontram-se e debatem suas ideias; e também, claro, mostra a forma como eles se organizam, polarizando-se em determinadas questões e unindo-se em outras, podendo haver, inclusive, a criação de lideranças e hierarquias no interior do grupo. Tudo isto compete, sem dúvida, para a própria produção intelectual, mas também para as maneiras particulares nas quais estes indivíduos organizam-se e agem no interior da sociedade, ou seja, os aspectos sociológicos da própria configuração do mundo intelectual.

II

Esta tese ocupa-se com os intelectuais que formaram e aderiram à Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político-cultural nacionalmente articulado cuja atuação, na década de 1930, foi bastante intensa, o que se contrapõe à sua duração efêmera (1932-1937). Sua criação deu-se pela convergência das ideias modernistas, autoritárias e religiosas em voga no contexto intelectual brasileiro desde a Primeira República e das mudanças que se processavam no país, com especial destaque para os eventos ligados à Revolução de 1930. As afinidades eletivas com o fascismo europeu fizeram com que alguns aspectos seus fossem reflexivamente incorporados e instrumentalizados como meios eficazes de veiculação das ideias integralistas e de seu projeto de intervenção.

Minha escolha em privilegiar estes agentes em particular justifica-se pelo fato de que o movimento não apenas foi fundado por intelectuais, como atraiu tantos outros para suas fileiras e teve no trabalho e atividades intelectuais uma de suas mais importantes formas de atuação sobre a sociedade brasileira. Além disto, a despeito do papel crucial desempenhado, até hoje estes intelectuais, do ponto de vista global do movimento (isto é, tomando-os como parte da organização nacional, e não um grupo restrito em determinado estado ou cidade), não foram alvos de uma análise que buscasse compreender e avaliar como se deu sua participação no próprio desenvolvimento da AIB – a tese que busco defender é que foram os intelectuais não só a peça chave para a expansão do movimento por todo o Brasil, mas também os principais responsáveis pelo tipo de dominação que representou: uma dominação carismática

em cujo centro, como portador de novos valores carismaticamente qualificado, estava nada menos do que um intelectual, o escritor modernista Plínio Salgado. Pretendo, assim, lançar alguma luz sobre a atuação destes personagens comumente lembrados nos estudos sobre o Integralismo, mas pouco estudados a fundo (no máximo, há trabalhos acerca de sua produção intelectual, de seu pensamento integralista), deixando-se de lado uma dimensão de grande relevância para a apreensão da dinâmica do movimento e mesmo para compor um quadro mais rico e complexo dos modos como os intelectuais brasileiros organizaram-se e agiram. Digo isto porque, dificilmente, quando se fala em grupos de intelectuais no Brasil, lembra-se dos integralistas¹, reduzidos mais a uma agremiação política, quando não desprezados como grupelho fascista. Que, qualitativamente, sua produção tenha sido reduzida, seu volume e heterogeneidade demonstram o comprometimento e dedicação regular à atividade intelectual (bem como a “crença” nela). Os intelectuais da AIB foram responsáveis, no espaço de cinco anos, pelo lançamento de aproximadamente quarenta livros e pela publicação de dezenas de periódicos (jornais e revistas).

Devo esclarecer um ponto essencial acerca da abordagem adotada para este trabalho: meu foco recai sobre os *intelectuais* e suas *práticas*. Ou seja, embora a pesquisa lide com os intelectuais do movimento integralista, não é ele o núcleo da tese. Como organização heterogênea e multifacetada, selecionei uma fração sua para analisar, como já expus acima, sua atuação neste movimento. Pretendo, assim, compreender os efeitos e as influências que este grupo particular exerceu sobre a AIB. O que move meu questionamento é, antes, verificar até que ponto os intelectuais, enquanto agentes (nas esferas política e cultural, como o caso do Integralismo), são capazes de criar situações de *dominação*². Dito de outro modo, em que medida sua atuação junto a outros grupos sociais pode influenciar diretamente a conduta e as ações destes. O leitor verá, desde o primeiro capítulo até o último, incontáveis referências ao Integralismo – suas ideias, seus símbolos, suas práticas, sua organização, etc. – no entanto isto não pode obscurecer o que está no cerne deste trabalho, como impulso primevo à pesquisa que ora é apresentada: a relação entre intelectuais e dominação. Neste caso particular, como ilustração de tal relacionamento, entre intelectuais e dominação carismática. Minha hipótese,

¹ O mesmo poderia ser dito sobre a intelectualidade católica.

² Dominação no sentido weberiano, ou seja, como “probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis. (...) A situação de dominação está ligada à presença de *alguém* mandando eficazmente em *outros*, mas não necessariamente à existência de um quadro administrativo nem à de uma associação; porém certamente (...) à existência de um dos dois” (WEBER, 2000, p. 33). Lembrando que, “certo mínimo de *vontade* de obedecer, isto é, de *interesse* (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação” (p. 139).

enunciada acima e que será retomada no capítulo seguinte, permanece a mesma, construída a partir da atuação da intelectualidade integralista. Limitar-me-ei a ela e a seu papel na AIB.

Concordo com Zygmunt Bauman quando este diz que as várias definições existentes de “intelectual” são todas autodefinições (2010, p. 23), pois fornecidas pelos próprios atores que se enquadrariam nesta categoria. Além disto, por vezes, trazem consigo traços de disputas e conflitos de naturezas distintas sobre quem pode ser considerado um intelectual – sejam elas de ordem política (só é intelectual aquele que se opõe aos poderes constituídos ou abraça determinada ideologia) ou mesmo prática (somente aqueles com determinada ocupação – artista ou professor – são intelectuais). Diante disto, parece inviável apresentar uma definição universal de tal categoria (o que não será minha intenção), mas ao mesmo tempo acredito que não é possível prescindir totalmente destas “autodefinições”, porque elas acabam por compor as próprias reflexões e debates sobre o que, ou quem é, o “intelectual”.

Para contornar este problema – afinal, seria impensável não fornecer alguma espécie de “definição” sobre quem estou considerando intelectual – procedo da seguinte maneira: em primeiro lugar, lanço mão da própria maneira pela qual se identificava e atribuía-se, *na época*, o epíteto de intelectual; em segundo, desloco meu foco de atenção para o modo como o indivíduo se relaciona, no interior da configuração social da qual faz parte, com bens simbólicos, particularmente as ideias. Pelo contexto histórico, acredito que a ideia de Mario de Andrade, de que após a década de 1920 *o escritor se transformou em intelectual*, fornece um bom ponto de partida, tratando-se de uma avaliação crucial para compreender a própria criação da AIB. Neste momento, a categoria intelectual relaciona-se a ideia de engajamento, de intervenção sobre a sociedade por parte dos “homens de letras”, dos “pensadores”, dos artistas – ou seja, aqueles indivíduos ocupados com o manejo do simbólico, cuja atuação dá-se, retomando a colocação feita por Carlos Altamirano (op. cit.), na esfera da cultura, da arte, etc. Por sua vez, isto leva ao segundo ponto³, pois indica a existência de um elemento específico da configuração social, que mantém uma relação de interdependência com outros a compô-la, o qual detém algum controle sobre os recursos simbólicos disponíveis, relacionando-se com eles de modo *regular* em sua produção (ou reprodução) e uso.

Desta forma, a categoria intelectual surge, em minha pesquisa, sob um duplo aspecto: a partir da “definição” da época, do sentido que lhe era atribuído; e da presença, na configuração social, de um dado grupo social que se ocupa com as “ideias”. Por conseguinte, estou considerando como intelectuais, dentro do movimento integralista, aqueles indivíduos

³ Parte desta abordagem foi inspirada na proposta de Bauman (2010).

que, a partir de seu relacionamento *regular* com os bens simbólicos (considerados, sobretudo, como ideias e valores), colocam-se a serviço da AIB e trabalham em favor do projeto de intervenção e transformação da sociedade brasileira do qual passam a ser seus principais portadores e executores. Por sua vez, a categoria “intelectualidade” diz respeito à reunião destes intelectuais em um grupo (o que não significa, contudo, ser um grupo homogêneo, pois como pretendo demonstrar, uma característica desta intelectualidade foi sua heterogeneidade em relação não só às funções de seus integrantes dentro do movimento, mas também ao tipo de produção e atividades intelectuais às quais se dedicavam). Julgo que isto seja o suficiente tanto para explicar quanto para delimitar quais indivíduos atuantes no movimento integralista formavam uma fração distinta, sua intelectualidade, e nele agiam de modos bastante específicos, diferenciando-se de outras.

III

Outra razão para não descuidar do sentido que o termo “intelectual” carregava consigo na época abordada nesta tese diz respeito à sua importância vital para compreender a criação da AIB e seu desenvolvimento. O “engajamento” dos homens de letras, traduzido em seus esforços para atuar sobre o país, tentando entender seus problemas e propor-lhe soluções, é um traço característico deste grupo social. Como escreve Maria Emilia Prado:

A imensa maioria dos intelectuais ibero-americanos e brasileiros, em especial, não se fecha em torres de marfim. Desde a fundação do Estado em 1822, que os intelectuais brasileiros têm pautado suas vidas não apenas como críticos diante do seu tempo, formadores de cultura ou de opinião pública, mas também atuando como executores de políticas públicas (2011, p. 188).

O que se verifica, assim, é uma espécie de *protagonismo social dos intelectuais*⁴ expresso tanto na formulação de projetos de intervenção com vistas a provocar determinada mudança no seio da sociedade, quanto em sua participação em ações diretas, também como executores das ideias propostas. Mas independente do caso, o que se destaca é a visão dos próprios intelectuais brasileiros sobre seu papel e suas funções. Consideram-se, como ilustrado pelos membros da geração 1870 (Cf. ALONSO, 2002), uma nova elite portadora de uma missão: transformar o Brasil, fazê-lo progredir. A construção do Estado e da Nação e a modernização do país passariam, inevitavelmente, pela atuação destes agentes – a intelectualidade da AIB não apenas bebeu desta fonte como radicalizou tal proposta ao articular um movimento nacionalmente organizado com o intento de colocar em prática seu projeto.

⁴ Retirei esta expressão de: BASTOS, BOTELHO, 2010.

Tal protagonismo social é arrogado pelos próprios intelectuais a partir da ideia de que se consideravam em um patamar acima (ou um passo a frente) das outras pessoas e, justamente por isto, seriam os mais indicados para propor um caminho e investigá-lo enquanto atuando como guia dos demais⁵. Mas a grandeza desta ambição, cultivada a partir dos sentimentos e das tarefas impostas, a si mesma, por uma nova elite comprometida com seu país, talvez só encontrasse equivalente no desgosto e decepção daqueles que seriam seus ilustres membros em relação ao ambiente que os circundava.

No contexto da Primeira República, Farias Brito escrevia que: “Aqui o homem de espírito, o pensador, o artista, é objeto quase de escárnio, por parte dos senhores da situação e dos homens de Estado. Um pensador, um artista, vale para eles menos que uma forte e valente cavalgadura; um poeta menos que uma bonita parelha de carro” (apud SEVCENKO, 1983, p. 88). Lamentava-se, assim, o abandono, o esquecimento, a situação de indignação na qual os “homens de letras”, amargamente, se encontravam. As perspectivas abertas pela mudança de regime haviam sido frustradas, deixando no lugar aquilo que Nicolau Sevcenko (op. cit.) denominou de triplo sentimento de derrota, humilhação e inutilidade (p. 92). Contudo, isto não foi capaz de eliminar de vez a ideia do protagonismo social dos intelectuais, arrefecendo o sentimento de que possuíam uma missão. Ao contrário, quando, na década de 1920, a frustração diante das promessas não cumpridas da República tornou-se sobremaneira evidente, o desaparecimento das fronteiras entre o homem de letras e o homem de ação, o qual já se processava anteriormente, ganhou novo impulso. A atividade intelectual e intervenção sobre a sociedade caminhavam juntas. Aquela funcionaria como instrumento de transformação ou coordenadora dos processos de mudança. Neste sentido, o questionamento da ordem vigente e a proposição de novos caminhos para o país tornavam-se centrais.

Particularmente para os intelectuais, a década de 1920 será de questionamentos inéditos, até então, e que permanecem em pauta pelas próximas décadas. Não apenas concepções tradicionais são atacadas, mas também as instituições republicanas – identificadas com uma legalidade que não tem correspondência no real –, elevando o *pathos* da ruptura, trazendo à tona novos atores e a problemática dos direitos e da participação (LAHUERTA, 1997, p. 93).

Críticas ao liberalismo e ao sistema oligárquico juntavam-se aos apelos por uma elite nacionalista e a criação de uma consciência nacional. A busca pela brasilidade e a formação

⁵ Retiro esta formulação da “missão do erudito” apresentada por Johann Gottlieb Fichte (1999 [1794]). “A finalidade de todos os conhecimentos é aquela assinalada acima: tomar as providências para que todas as disposições da humanidade se desenvolvam de modo homogêneo e constante; é daqui que resulta a verdadeira destinação do erudito: *a suprema supervisão do progresso efetivo da humanidade em geral e o constante fomento desse progresso*” (p. 48).

de uma identidade brasileira capaz de assegurar a autodeterminação e soberania do país diante das outras nações mesclavam-se, assim, à defesa do Estado (centralizador e unificador, sobrepondo-se à estrutura “clânica” do país) como meio para a construção da nação e modernização do Brasil. Tudo isto é verificado a partir da intensa atuação de intelectuais, por exemplo, ligados ao movimento modernista ou à campanha em prol da educação capitaneada pela Associação Brasileira de Educação⁶, além de seus esforços em analisar e compreender a realidade social enquanto, paralelamente, propunham soluções para seus problemas. Desta forma, ideias de cunho nacionalista e autoritário, largamente refratárias à ordem vigente⁷, desenvolveram-se com visível pujança. E estas foram acompanhadas pela reação espiritualista, tendo como principais expressões a criação da revista *A Ordem* e a fundação do Centro Dom Vital para reunirem uma intelectualidade católica. Esta deveria agir em defesa da Igreja e do catolicismo enquanto atuaria como força social no processo de “re Cristianização” do país. Ideais de ordem, disciplina e hierarquia faziam-se presentes no pensamento destes intelectuais bem como a defesa do Estado como organizador da sociedade. Isto, claro, perpassado pelas ideias católicas, afinal, para este grupo, grande parte dos males brasileiros provinha da “ausência” de valores religiosos, sobretudo, nas elites do país – buscava-se, assim, uma reforma moral. Até mesmo o nacionalismo mesclava-se ao catolicismo, pois a busca de uma identidade e cultura nacionais remeteria, invariavelmente, ao reconhecimento do cristianismo como traço fundamental da sociedade brasileira.

A Ação Integralista Brasileira foi um fruto deste contexto intelectual, iniciado ainda na Primeira República e cujos efeitos foram sentidos na década de 1930. Particular em seu caso foi o caráter radical que assumiu, pois seus intelectuais foram capazes de organizar não só as principais ideias e propostas apresentadas vigentes no Brasil na forma de um projeto de intervenção e transformação nacional sustentado por uma “doutrina” que as encerrava, o Integralismo, como também uma intelectualidade e, posteriormente, uma massa de pessoas

⁶ Fundada em 1924 no Rio de Janeiro por um grupo de intelectuais que, “desiludidos com a República e convencidos de que na educação residia a solução dos problemas do país, decidiram organizar uma ampla campanha pela *causa educacional*, propondo políticas, constituindo objetos e estratégias de intervenção e credenciando-se a si mesmo como quadros intelectuais e técnicos de formulação e execução destas” (CARVALHO, 1997, p. 115). Subjacente a tal proposta estava a tentativa de “organizar a nação” pela organização da cultura nacional e do trabalho, além de uma reforma dos costumes e comportamentos do povo brasileiro.

⁷ Escreve Maria Teresa Aina Sadek sobre o pensamento brasileiro na Primeira República: “O que parece incontestável é que se assistia naqueles anos a uma oferta abundante e a uma demanda muito significativa das teorias antiliberais. As doutrinas anti-iluministas, anti-individualistas, anti-utilitaristas exerceram forte influência nas elites intelectuais brasileiras (...). As instituições republicanas deveriam ser atacadas porque eram responsáveis pela autonomia das regiões, pelo sufrágio universal, pelo sistema de partidos. Estes traços, cada um a seu modo, tornavam impossível que se buscasse a unidade nacional, o interesse geral acima das facções” (1978, p. 82 e 83).

em um movimento que se pretendia a colocar em prática tal projeto, realizando-o em sua plenitude. O protagonismo social dos intelectuais assumiu, assim, um novo patamar, pois a nova elite que eles formavam achava-se empenhada em ser um agente efetivo no processo de transformação nacional – os intelectuais integralistas propunham o caminho a seguir e guiariam as pessoas no interior de uma estrutura organizacional sobre a qual eles exerciam controle e domínio. Não se tratava mais de, unicamente, *apontar* que o Brasil necessitava de um Estado forte capaz de organizar a sociedade e forjar a nacionalidade: os intelectuais da AIB tomaram para si a tarefa de *construir* este Estado, de fazer parte de seus quadros político-administrativos, bem como de erigir uma identidade e cultura nacionais mediante sua atuação constante na esfera intelectual. Seu projeto de intervenção tinha seu desenvolvimento e execução atreladas à ação da intelectualidade. O desprezo, apontado por Farias Brito, com o qual sofriam pensadores e artistas por parte dos “senhores da situação e dos homens de Estado” estaria, para o Integralismo, com os dias contados, pois logo aqueles se transformariam nestes.

O que singularizou a AIB como um movimento do qual faziam parte pessoas ligadas às atividades intelectuais, aos esforços de pensar (e transformar) a realidade nacional, foi inspirar-se no fascismo em vista das afinidades eletivas entre algumas ideias e objetivos dele e do Integralismo. Com isto quero dizer que o fascismo foi instrumentalizado para dar forma a uma organização capacitada a executar os ideais integralistas em todo o país. Os debates e questões em voga no Brasil (a transformação da ordem vigente, o papel do Estado, a reforma moral, a identidade nacional) encontraram em aspectos do movimento fascista (a mobilização das pessoas, a estética, o recurso ao simbólico) um veículo para sua difusão e reprodução junto aos militantes e ao restante da sociedade. A incorporação do fascismo pela AIB foi, assim, reflexiva, mobilizando-se intencionalmente aquilo que poderia contribuir para a estruturação do movimento e, talvez até mesmo, o que possuiria de “promissor” aos olhos dos camisas-verdes, pois sua penetração crescente na Europa poderia reproduzir-se em solo brasileiro. Deste modo, o recurso dos integralistas a aspectos do fascismo europeu deu-se, antes, pelo contexto da sua experiência (política, intelectual, social) o qual deu sentido a tal escolha – em um quadro de crítica ao modelo liberal, o que estava disponível, fora do Brasil, eram os modelos autoritários comunista e fascista. Ou seja, o fascismo de modo algum pode explicar as motivações e ações dos integralistas, independente das semelhanças partilhadas por ambos ao longo do desenvolvimento da AIB. Concordo com Karl Mannheim (1972) quando este argumenta que “seria um equívoco desprezar-se as diferenças ao se enfatizar as similaridades” (p. 171).

O contexto intelectual do princípio do século XX – parte da Primeira República e da década de 1930 – foi decisivo para a criação e desenvolvimento do movimento integralista. Não apenas pelos esforços dos intelectuais em responderem aos desafios que se impunham no Brasil pelas mudanças (ou ausência destas) que ocorriam no país, mas também pela sua intensa disposição em intervir na realidade social, em tomarem parte ou influírem nos processos de transformação. Como colocou, em 1932, Mário de Andrade:

O fenômeno realmente importante e decisivo de nosso realismo foi a fixação consciente do conceito de intelectual... Nós hoje nos debatemos sofredamente ante os problemas do homem e da sociedade, com uma consciência, com um desejo de solucionar, de conquistas finalidade, com um desespero pela posição de fora-da-lei inerente ao intelectual de verdade, que jamais os artistas do passado brasileiro não tiveram (ANDRADE, 1972, p. 49).

Os intelectuais integralistas radicalizaram tal “fenômeno”, organizando-se em um movimento de alcance nacional. E a despeito de suas ambições políticas, de tomarem para si o poder, seu projeto de intervenção apoiava-se, antes de tudo, na cultura. As mudanças almejadas partiriam daí – e nada estaria mais de acordo do que sua “liderança” nas mãos dos “homens de cultura”.

IV

Meu objetivo com esta breve introdução foi somente fixar o foco de minhas análises, os intelectuais da Ação Integralista Brasileira. Diante da complexidade do movimento integralista, a despeito de seu curto período de atuação, impôs-se a necessidade de selecionar uma única dimensão sua, crucial, no entanto, para compreendê-lo. Por sua vez, tal escolha implicou no modo como trabalhei este grupo social específico, destacando, antes, suas atividades e as relações ocorridas no movimento. Adotei, assim, uma perspectiva que privilegiasse o inter-relacionamento e as ações da intelectualidade integralista em prol da AIB. Quando necessário, busquei traçar as ligações daquela com o contexto histórico-social brasileiro mais amplo visando uma melhor análise de suas ações e práticas (e para não incorrer no erro de “desencaixar” a AIB do contexto que a produziu), contudo, ressalto que parte substancial dos meus esforços nesta pesquisa esteve voltada para compreender a atuação dos intelectuais neste movimento.

A tese encontra-se dividida em seis capítulos. O primeiro é uma “segunda introdução”, onde trato de tópicos relacionados ao Integralismo e à própria pesquisa. Nele apresento um apanhado geral das pesquisas sobre a AIB, a questão de trabalho, um breve histórico sobre a AIB e, por fim, explicito o “modelo” a partir do qual analiso alguns aspectos particulares das sociabilidades dos intelectuais. O Capítulo 2 aborda a criação de redes intelectuais e sua

relação com a AIB. Nele apresento a trajetória de Plínio Salgado na década de 1920 até a fundação da AIB em 1932 e como se deu sua expansão pelo Brasil, sublinhando o papel das sociabilidades, do trabalho e das práticas dos intelectuais neste processo. O Capítulo 3 trata do “resultado” das atividades desenvolvidas pelos integrantes da rede intelectual da AIB, que foi a criação de uma rede de bens culturais, ocupada com a difusão do Integralismo pelo Brasil, composta por livros, periódicos e conferências. O Capítulo 4 aborda o universo simbólico criado pelo Integralismo. Embora trate indiretamente a atuação dos intelectuais da AIB, possui considerável relevância para a compreensão do movimento, pois se relaciona com a questão do carisma. Os dois capítulos finais tratam de Plínio Salgado como o portador do carisma, e sua conseqüente centralidade no movimento integralista, e a relação direta do carisma com a rede de bens culturais. O Capítulo 5 trabalha o modo como Salgado investiu-se do carisma a partir de suas atividades intelectuais (escrevendo livros e artigos para jornais e revistas e realizando conferências). Nele procuro expor alguns elementos de sua produção intelectual que contribuíram para sua carismatização. O último capítulo aborda a forma como o carisma foi atribuído a Plínio Salgado pela intelectualidade integralista (também através da rede de bens culturais) e pelo recurso ao universo simbólico forjado pela AIB. A Conclusão tem como objetivo amarrar as principais questões levantadas ao longo dos capítulos, demonstrando como se processa a relação entre os intelectuais integralistas e a dominação carismática produzida na AIB.

CAPÍTULO 1

SOBRE O INTEGRALISMO – QUESTÕES, POSIÇÕES E DEFINIÇÕES

O olho fica embotado depois de fitar longamente um objeto e não vê nada mais; da mesma forma o intelecto à força de pensar continuamente numa mesma coisa se torna incapaz de escrutá-la e compreendê-la, embota e se confunde. Nós devemos abandoná-la para voltar a ela quando a reencontrarmos fresca e em traços nítidos.

Arthur Schopenhauer, *Sobre a filosofia e seu método*.

Introdução

A movimentação já era grande no início da tarde de primeiro de novembro de 1937: em vários núcleos integralistas da cidade do Rio de Janeiro os militantes concentraram-se, tomando parte em comemorações cívicas promovidas pela Ação Integralista Brasileira (AIB) as quais homenagearam Couto Magalhães no centenário de seu nascimento. Em cada núcleo, um orador enaltecia a memória do indianista. Ao término das cerimônias, os grupos de integralistas não só do Rio de Janeiro como de São Paulo, Minas Gerais e outros estados – muitos deles vindo de caminhões – dirigiram-se para locais previamente estabelecidos: homens concentraram-se na Praça Mauá e nas proximidades; mulheres, na Praça Duque de Caxias (atual Largo do Machado). As “camisas-verdes” e bandeiras do Brasil e do Sigma adornavam, identificavam e uniam as pessoas.

Às 16:00 horas, grupos de integralistas começaram a desfilar na Avenida Rio Branco e encontraram um contingente da Marinha que os aguardava, logo tomando parte no desfile. Seguiram, em formação e entoando hinos, pela Avenida Beira-Mar e chegaram ao Hotel Glória, onde, em suas muradas, estava Plínio Salgado, chefe nacional da AIB. Submetidos à sua revista, o cortejo, porém, não parou – continuou avançando pela Rua do Catete até alcançar a Praça Duque de Caxias, onde o desfile, diante de outras pessoas que se aglomeravam para assisti-lo, organizou-se em definitivo. Marinheiros e oficiais das forças seguiram ao lado das nove colunas de integralistas que marchavam uniformizados: camisas-verdes, calças brancas, gravatas pretas, sigma preso ao braço. Nas calçadas, a população assistia o progresso da marcha que rumou para o Palácio do Catete onde estava Getúlio Vargas, até então em conversa com o General Newton Cavalcanti, simpático ao Integralismo. Estes, acompanhados de outras autoridades presentes no Palácio, foram para uma das sacadas e acompanharam o desfile. Os integralistas “desfilaram em continência ao Chefe da Nação”

(como escreveu Vargas em seu diário) e entoaram o hino da AIB, “Avante”, enquanto saudavam-no com três “Anauê!”, a saudação do movimento. Ao término do desfile, os integralistas, estimados em 35 a 50 mil¹, começaram a se dispersar. Um jornalista do jornal *Folha da Manhã*, de São Paulo, assim se referiu ao acontecimento na Capital Federal:

As comemorações cívicas promovidas hoje pela Acção Integralista Brasileira transcorreram com grande brilho e animação, sendo que o desfile que encerrou essas comemorações assumiu proporções extraordinárias, quer pelo número de pessoas que nelle tomaram parte quer pela imponencia de que se revestiu. (*Folha da Manhã*, 02/11/1937).

Caso indagássemos *o que foi* este desfile – ocorrido poucos antes do golpe que instaurou o Estado Novo –, *o que representou* ou *com o que estava relacionado*, as respostas poderiam ser encontradas, sobretudo, no interior do contexto político da época, no jogo de poder e em seus principais protagonistas. Demonstração de força por parte da Ação Integralista Brasileira e seu apoio ao governo de Getúlio Vargas, serviriam, sem maiores problemas, para as duas primeiras perguntas; a terceira exigiria, por sua vez, um número maior de linhas, visto que o desfile de 1º de novembro ocorreu com o conhecimento da alta cúpula do movimento integralista das intenções futuras de Vargas: em setembro (de 1937) foram apresentados a Plínio Salgado, em encontro deste com Francisco Campos, os planos para uma mudança de regime e a nova Constituição a ser outorgada², seguindo-se daí um novo encontro, agora com o próprio Getúlio Vargas. Deve-se acrescentar a isto a “descoberta” do Plano Cohen, documento elaborado pelo então capitão (e integralista) Olímpio Mourão Filho que consistia em “um plano de defesa, na hipótese do desfecho dum golpe comunista e que seria rapidamente executado em represália, em todo o Brasil, pelos Integralistas” (MELO, 1957, p. 104)³. Alterado, foi posteriormente apresentado como um documento real, apreendido pelo governo, que apontava para a iminência de um ataque comunista ao Brasil, o que levou à decretação do Estado de Guerra. As principais lideranças integralistas sabiam tratar-se de uma mentira e, de acordo com as memórias de Olbiano de Melo (*ibid*), cogitou-se, em reunião com Plínio Salgado, a denúncia da farsa (p. 109), o que não ocorreu.

Retornando ao 1º de novembro, recorro novamente a Olbiano de Melo, que narra uma conversa com Plínio Salgado onde este expôs sua ideia do desfile nesta data como “uma demonstração de fôrça antes do ‘golpe’ (...). Se isto não retardar a mudança do regime, pelo

¹ Este número é fornecido por Héglio Trindade (2001), mas não é possível afirmar com exatidão a quantidade de integralistas presentes nesta marcha. Plínio Salgado afirmava que eram 50 mil; Stanley Hilton (1977) fornece a cifra de 17 mil, número obtido por “Vargas [que] mandou colocar agentes nas ruas para contar os desfilantes (p. 55). José Murilo de Carvalho (2011 [2001]) fala em 40 mil (p. 106).

² O texto da nova Constituição foi, posteriormente, examinado por Plínio Salgado, San Tiago Dantas e Miguel Reale (REALE, 1983, p. 121).

³ Para maiores detalhes sobre a “história” do Plano Cohen, ver: BRANDI, 2001a.

menos servirá para que nos respeitem (...)” (p. 114). O desfile encontra-se, assim, diretamente relacionado a estas tramas costuradas nos bastidores da vida política pelos “profissionais” do campo político, ou seja, pelas lideranças integralistas e pessoas ligadas a Vargas. Diante do conhecimento do golpe, da nova Constituição e das promessas de que a “Ação Integralista Brasileira (...) seria a base do Estado Novo” (SALGADO, 1971 [1938], p. 368) organizou-se este desfile que “em verdade, seria o canto de cisne do integralismo” (MELO, op. cit., p. 115).

Fazendo uma pausa nesta breve narrativa sobre este desfile integralista Rio de Janeiro para, então, de posse destas informações (e descrições), ainda que apresentadas de forma bastante ligeira, empreender um exercício imaginativo capaz de reconstruir, mesmo que em parte, toda aquela movimentação, aquela *efervescência* na tarde de 1º de novembro de 1937: as pessoas com seus uniformes e bandeiras concentrando-se em ruas e praças; a organização em fileiras e o início da marcha pelas avenidas da então capital federal; seu encontro com outros grupos de integralistas; o cantar do hino enquanto avançam; o erguer do braço direito quando passam diante de Plínio Salgado; a continuação da marcha até o Catete; o “Anauê” a Getúlio Vargas. Milhares de pessoas, organizadas, ordenadas, enfileiradas, uniformizadas. Decerto é difícil, quando não impossível, evitar a imediata associação com a o nazi-fascismo (e sua barbárie), mas se nos for permitido colocá-la, por um instante, entre parênteses, então teremos um acesso mais direto a este acontecimento, o que nos ajudará na formulação de uma pergunta tão importante, senão mais, quanto *o quê?: Como?* Como foi possível este desfile? Como foi possível reunir estas pessoas, uniformizá-las, enfileirá-las, fazê-las, ao mesmo tempo, erguer seus braços direitos e gritar uma palavra indígena? Teriam todas elas pensado que tomavam parte de uma demonstração de força? Que apoiavam o governo de Getúlio Vargas e um golpe o qual, na melhor das hipóteses, surgia no horizonte, mas não dali a nove dias? (Aliás, seria possível pensarem nisto?).

Como? passa a ser a questão central, pois direciona a visão não só para além dos arranjos nos bastidores, mas também para aquilo que ocorre no palco, para o ambiente onde o movimento integralista mostrou-se de forma mais incisiva, mais clara, onde seu alcance e sua *efervescência* mobilizadora se fizeram presente. Em outras palavras, tal questão aponta para o fato de que as manifestações integralistas não eram meras cortinas de fumaça ou jogos de espelhos visando ocultar algo ou enganar aqueles que dele faziam parte, fossem na condição de atores ou de público. Elas não eram ilusões a mascararem uma “realidade mais verdadeira” cujo acesso era restrito para a grande maioria das pessoas; ao contrário, faziam parte desta

“realidade”, das experiências dos indivíduos. Isto vai ao encontro da argumentação expressa por Anthony Giddens (2003):

Se os agentes fossem apenas atores num palco, escondendo seus verdadeiros eus atrás das máscaras que adotassem para a ocasião, o mundo social estaria, na verdade, em grande parte, vazio de substância. De fato, por que deveria dar-se ao trabalho de dedicar a atenção que dedicam a tais *performances*? (p. 147).

Este desfile ilustra (e é o ponto culminante de) uma série de manifestações que tiveram início em três de abril de 1933 e desenvolveram-se, complexificando-se nos anos seguintes.

Quando nos dispusemos a desfilar pelas ruas de São Paulo, em meados de 1933, envergando a camisa verde – um pequeno grupo de estudantes e de operários – com a braçadeira do sigma no braço esquerdo, lembro-me de tê-lo feito desajeitadamente, sem garbo militar, um tanto acanhados, ante os olhares dos que nos observavam perplexos, a maioria sem atinar com o sentido político do gesto daquela gente que não estranhamente estava abrindo seu caminho na história (REALE, op.cit., p. 79).

Do desfile acanhado, com poucos participantes, e talvez até mesmo um pouco bagunçado de 1933, o movimento integralista conseguiu realizar a grande marcha de 1937, com todas as suas minúcias, ostentando seus principais símbolos e elementos. Pouco mais de quatro anos foram necessários para esta transformação, um processo de expansão não só em termos numéricos, entre simpatizantes e militantes efetivos, mas igualmente no campo cultural, simbólico. Publicaram-se dezenas de livros, jornais e revistas de circulação local e nacional; os núcleos integralistas espalharam-se pelo país (em princípio, deveriam todos seguir uma padronização, apresentando os mesmos elementos); reuniões, leituras públicas e conferências foram organizadas; cerimônias e rituais foram elaborados, assim como datas comemorativas referentes ao próprio movimento; uma “conduta de vida” (*Lebensführung*) integralista foi criada. Tudo isto insere-se em um processo contínuo de criações ao longo do tempo – não estavam presentes em outubro de 1932, quando a Ação Integralista Brasileira foi publicamente lançada. Ao contrário, foi elaborado nos anos seguintes, um esforço por parte das lideranças do movimento que encontrou receptividade no público. Deste modo, acredito não que a popularização do Integralismo deve-se a outras razões que não apenas “a proposta integralista [que] agradou às famílias tradicionais e aos grupos católicos” ou “pela campanha antiliberal e anticomunista, associada a um projeto político de Estado forte, implantado por uma *revolução espiritualista cristã* (...)” (SILVA, 2007, p. 204-205). E no que pesem as cifras certamente exageradas da AIB acerca do número de membros (chegaria a um milhão), ainda assim os números de “Estimativas moderadas [que] calculam esse número entre 100 mil a 200 mil no período do auge (fins de 1937), o que não é pouco, considerando-se o *baixo grau de*

mobilização política existente no país” (FAUSTO, 2004, p. 356 [grifo meu]), demonstram o sucesso do qual gozou o movimento à época.

Decerto surpreende como foi possível a um punhado de “intelectuais neurastênicos”, palavras usadas por Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 187) para caracterizar os intelectuais integralistas, promover tamanha mobilização por todo o Brasil, fazendo com que suas ideias e símbolos fossem largamente recebidos e capazes de levar as pessoas as ruas, a tomarem parte de cerimônias, a uniformizarem-se, a incluírem a ida ao (e o trabalho no) núcleo integralista como parte de sua vida diária. Ou tudo isto estaria de acordo com o “caráter” do brasileiro? Afinal, para voltar a Sérgio Buarque de Holanda (op. cit.):

A vida íntima do brasileiro nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo repertório de idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-o freqüentemente sem maiores dificuldades (p. 151).

E surpreende, igualmente, o fato de que, em pouco mais de cinco anos, um movimento iniciado em uma das salas do Clube Português, em São Paulo, irradiou-se pelo país e fez com que a figura e o nome de um homem, um escritor modernista que lá propôs a criação de uma Ação Integralista Brasileira, fossem reconhecidos em diversas cidades brasileiras, sendo recebido com considerável entusiasmo (ou repulsa, por parte seus opositores) pelos lugares por onde passava. Estaria isto a contento das reflexões de Gilberto Freyre (2006 [1933])?

A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar de “povo brasileiro” ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático. Mesmo em sinceras expressões individuais (...) de mística revolucionária, de messianismo, de identificação do redentor com a massa a redimir pelo sacrifício da vida ou de liberdade pessoal, sente-se o laivo ou o resíduo masoquista (...). (p. 114).

Se evoco estas obras clássicas do pensamento social brasileiro, *Raízes do Brasil* e *Casa-grande & Senzala*, ainda que de forma muito apressada, não é para tentar, de algum modo, compreender a Ação Integralista Brasileira por meio das análises contidas em ambos livros, mas por razões que dizem respeito a aspectos da abordagem aqui pretendida: assim como estas obras, a AIB foi resultado de profundos processos de mudança iniciados na década de 1920, a qual trouxe “questionamentos inéditos, até então, e que permanecem em pauta pelas próximas décadas” (LAHUERTA, 1997, p. 93). Ela é fruto de todo um contexto que permitiu colocar o Brasil em primeiro plano, sob análise, como objeto privilegiado de reflexões, e neste sentido, “o integralismo foi, para vários jovens, mais do que um fanatismo (...). Foi um tipo de interesse fecundo pelas coisas brasileiras, uma tentativa de substituir a platibanda liberalóide por algo mais vivo” (CÂNDIDO, 1995 [1967], p. 12). Para a presente

pesquisa, isto significa estudar o movimento integralista não por meio de referências a modelos externos, a comparações com experiências para além de seu *locus* de atuação; nem limitando-se ao seu desempenho político ou como um movimento unicamente depositário dos interesses *materiais* de determinados grupos. Mas antes, pela análise dele próprio, de suas características mais distintas e marcantes, e de sua relação com o contexto social e cultural no qual ele surgiu e se expandiu. Parece interessante, deste modo, pensar a AIB como resultado da ação de indivíduos interdependentes e das redes de relações sociais que construíram no interior de seus espaços de experiência. Será esta a principal *referência* para as questões a serem desenvolvidas.

1.1 Pesquisas sobre a Ação Integralista Brasileira

Os primeiros trabalhos sobre o movimento integralista remetem, com duas singulares exceções⁴, à década de 1970: Robert M. Levine (1980) e Stanley Hilton (1977), em seus livros sobre as décadas de 1930 e 1940 no Brasil – publicados originalmente em 1970 e 1972, respectivamente – traziam capítulos sobre a AIB, inserindo-a e analisando-a no contexto político nacional⁵. Ambos já traçavam paralelos entre Integralismo e fascismo, de modo que Levine já afirmava que Plínio Salgado criara “um movimento fascista *sui generis* na vida política brasileira” (p. 148). Edgard Carone também incluiu a AIB em seu trabalho sobre a Segunda República (1976) e a tese de Margareth Todaro Williams, de 1971, sobre a Igreja Católica no Brasil, permitiu-lhe vislumbrar e analisar as relações entre aquela e a AIB (WILLIAMS, 1974). Mas foi Héliog Trindade (1974) quem se dedicou a estudar unicamente o movimento integralista, servindo como principal referência às pesquisas posteriores, sobretudo pela defesa da *tese fascista*⁶. A partir daí seguiram-se outros trabalhos cujo foco recaía somente sobre a AIB.

Se aqueles primeiros estudos traziam a AIB para o campo da História, o de Trindade levou-o a ser objeto das Ciências Sociais e mesmo da Filosofia ainda na década de 1970⁷. Na

⁴ No fim da década de 1930, dois trabalhos sobre o Integralismo foram apresentados como tese de doutorado em universidades alemãs: *O integralismo brasileiro: história do movimento fascista no Brasil*, de Carlos Henrique Hunsche (em 1937, na Friedrich Wilhelm Universität, Berlim); e *Plínio Salgado, o criador do integralismo brasileiro na literatura brasileira*, de Arnoldo Nicolau de Flue Gut (em 1938, na Ludwig-Maximilian Universität, Munique). Enquanto a primeira é uma análise sobre a AIB, a segunda trata do pensamento político e literário de Salgado (Cf. OLIVEIRA, 2010).

⁵ Deve-se mencionar, também, a tese de Elmer Broxson, *Plínio Salgado and the Brazilian Integralism*, de 1972 (não tive acesso a este trabalho).

⁶ A conclusão de Trindade é de que a AIB foi um “fascismo brasileiro”. Voltarei a este ponto mais a frente (tópico 1.1.1).

⁷ Em 1977, a dissertação de mestrado em Ciência Política de René Gertz tratou da relação entre o Integralismo, grupos de imigrantes alemães e a política local do Rio Grande do Sul.

década de 1980, a História novamente aproximou-se do Integralismo e, nas décadas seguintes, acabou tornando-se o principal campo de pesquisa daquele – embora não exclusivamente, é visível o volume da produção historiográfica. Embora em quantidade considerável⁸, acredito ser possível apresentar as principais orientações destas pesquisas de modo a situar não apenas as formas pelas quais o Integralismo foi estudado⁹, como também a presente pesquisa diante de tal produção. Acredito que haja três orientações fundamentais, mas antes de explorá-las, devo mencionar os dois tipos de abordagens da AIB: global e local. Por abordagem *global*, refiro-me aos trabalhos que analisam o Integralismo como um todo, ou seja, que tomam o movimento ou aspectos seus em sua expressão nacional (como os trabalhos de Levine, Hilton, Todaro e Trindade, mencionados acima). Já a abordagem *local* refere-se às pesquisas sobre a AIB em determinada cidade ou estado – são chamados de “estudos regionais”, pois enfatizam sua organização e atuação em espaço delimitado. Esta segunda abordagem parece ter se tornado mais comum.

Desde o trabalho de Héglio Trindade, onde este abordou, dentre outros tópicos¹⁰, a ideologia integralista, várias análises posteriores orientaram-se pelo estudo do “pensamento integralista”, tanto no que dizia respeito à sua feição mais geral¹¹ ou atentando, de modo mais delimitado, para as ideias desenvolvidas pelos principais intelectuais da AIB, como Plínio Salgado¹², Miguel Reale, Gustavo Barroso (sobretudo o antissemitismo em suas obras) e Olbiano de Melo¹³. Tais estudos buscavam analisar o pensamento destes autores, expresso em seus livros e artigos do período integralista, por meio das principais ideias e categorias mobilizadas tanto para a compreensão da situação nacional (e internacional) quanto para a intervenção na sociedade brasileira. Destaco, assim, os trabalhos que se voltaram para Plínio Salgado, como o de José Chasin (1978) e Ricardo Benzaquen de Araújo (1987). Para o

⁸ Limitar-me-ei aos trabalhos que tratam do Integralismo até 1937.

⁹ Para uma exposição acerca da “evolução dos estudos sobre o integralismo”, remeto ao artigo de Rodrigo Santos de Oliveira (2010).

¹⁰ Mais a frente tratarei de forma mais detida neste trabalho.

¹¹ Além do próprio Héglio Trindade, pode-se mencionar, também: VASCONCELLOS, 1979 e CHAUI, 1978.

¹² Pode-se dizer que foi José Chasin (1979) quem “inaugurou” uma vertente de estudos centrado no pensamento dos intelectuais integralistas. Seu trabalho de fôlego, centrado na produção intelectual de Plínio Salgado (desde o período pré-integralista até o pós-integralista), não teve ainda, a meu ver, a atenção devida, surgindo no meio da bibliografia sobre o Integralismo como o monólito negro do filme *2001: Uma odisseia no Espaço*, causando, antes, espanto e certo temor nos pesquisadores.

¹³ Tem-se, por exemplo, os trabalhos de: Ricardo Benzaquen de Araújo (1978; 1979; 1987 e 1988), Francisco Martins de Souza (1982), Célia Cerqueira de Araújo (1991), Marco Chor Maio (1992; 2003), Manuel Palacios Cunha Melo (1994), Alexandre Pinheiro Ramos (2008), Patricia Schmidt (2008). Há, também, o de José Luis Bendicho Beired (1999), que aborda a AIB junto de outros intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. E vale mencionar, por fim, os trabalhos de Leonardo Ayres Padilha (2005) e Fernando Luiz Vale Castro (2001), sobre Plínio Salgado e Gustavo Barroso, respectivamente – embora não relacionados ao Integralismo, eles fornecem subsídios para a compreensão do pensamento integralista daqueles.

primeiro, não haveria rigorosamente nada no *pensamento* de Salgado que pudesse equiparar o fascismo ao integralismo, pois este seria, antes, a expressão de uma crítica romântica ao capitalismo, imbuída de profundos sentimentos espirituais e morais, e uma proposta *regressiva*, isto é, seria uma tentativa de não apenas parar o desenvolvimento histórico, como de retrocedê-lo, fugindo, assim, de um mundo em crise e em transformação. Para Araújo, o pensamento de Plínio Salgado encerraria traços totalitários¹⁴, havendo uma imperiosa necessidade de mobilização e participação das pessoas na vida pública. O objetivo último de Salgado seria criar uma sociedade homogênea, onde todos os indivíduos seriam iguais. Menciono, também, minha pesquisa onde analisei e comparei o pensamento de Plínio Salgado com o de Miguel Reale (RAMOS, 2008), orientando-me pelos trabalhos de José Chasin e, sobretudo, de Ricardo Benzaquen de Araújo. Nela, busquei compreender o pensamento de ambos e demonstrei como ele divergia radicalmente em pontos cruciais, criando “integralismos” distintos.

Um segundo grupo de trabalhos pode ser considerado a partir de abordagens identificadas com a história política, de modo que a AIB foi estudada por meio de suas relações com a política nacional ou local (relacionamento com o governo central, participação nas eleições municipais, ligações e tensões com elites políticas locais, etc.). São exemplares do primeiro caso os trabalhos já citados de Robert M. Levine e Stanley Hilton, que analisam a AIB dentro do contexto político do período Vargas. Mas foram os estudos regionais do Integralismo que, a meu ver, mais exploraram esta vertente política, sobretudo pela disponibilidade de documentação referente aos pleitos municipais e o recurso aos jornais integralistas locais. Pode-se, assim, mencionar a título de exemplo¹⁵ as pesquisas sobre a atuação da AIB no Rio Grande do Sul (GERTZ, 1987), Santa Catarina (Idem; ZANELATTO, 2007), São Paulo (interior do estado: BRUSANTIN, 2004), Rio de Janeiro (FAGUNDES, 2009), Pernambuco (SILVA, 2007a; 2011), Ceará (PARENTE, 1999; REGIS, 2008), Maranhão (CALDEIRA, 1999). Todos percorrem caminhos semelhantes, lançando mão do resultado de eleições municipais e analisando os arranjos e tensões entre integralistas e políticos locais, tendo como importante fonte os jornais locais onde se evidenciavam as disputas entre as forças políticas. Destes, sublinho, em primeiro lugar, a obra de Josênio Parente, por destacar as relações entre o Integralismo e a Igreja Católica no Ceará em vista da

¹⁴ O autor utiliza-se da seguinte noção de totalitarismo: “refere-se a uma ideologia que prega a construção de uma ordem mais justa e fraterna através da eliminação de todas as diferenças sociais, num processo que, para homogeneizar a sociedade, exige a participação de todos e que, por isso mesmo, desloca a soberania para o povo, e nunca para o Estado” (ARAÚJO, 1987, p. 97).

¹⁵ Outros títulos foram arrolados em: OLIVEIRA, 2009.

atuação do padre Hélder Câmara e Jeovah Motta, duas importantes lideranças políticas locais que se filiaram à AIB. E as pesquisas de Pedro Ernesto Fagundes e Beatriz de Miranda Brusantin, sobre o movimento no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, possuem o mérito de explorarem aspectos da prática e do comportamento dos militantes em seu ambiente imediato de atuação, revelando, assim, as redes de sociabilidade e a colaboração entre os integralistas – neles, verifica-se como o Integralismo penetrava no tecido da vida cotidiana, marcando o espaço de experiência dos indivíduos. Os estudos regionais foram, assim, cruciais para que viessem à tona, mesmo que às vezes involuntariamente, traços da vivência da militância.

Um terceiro grupo de trabalhos¹⁶, de contornos não tão nítidos pela heterogeneidade de orientações, é marcado pela multiplicidade de objetos e questões trabalhadas no contexto do movimento integralista¹⁷. São abordagens que enfatizam as dimensões sociais e culturais da AIB, seja em sua atuação nacional ou local. Neste sentido, tratam-se de trabalhos que abordam seu universo simbólico (BERTONHA, 1992; CAVALARI, 1999), a participação feminina no movimento (POSSAS, 2004a, 2004b; LOPES, 2007; FERREIRA, 2009), suas relações com grupos religiosos, como católicos e protestantes (WILLIAMS, 1974; MOURA, 2007; GONÇALVES, 2007; SILVA, 2010), o papel da imprensa integralista (RIBEIRO, 2004; BARBOSA, 2007; OLIVEIRA, 2009) e pelas imagens – fotografias e desenhos – aí reproduzidas (SILVA, 2005; BULHÕES, 2007; RAMOS, 2010), o cotidiano e atividades integralistas pelo recurso da história oral (CARNEIRO, 2007; RIBEIRO, op. cit.; SOUSA, 2010). Ressalto, dentre estes, o trabalho de Maria Rosa Feiteiro Cavalari (1999) que, adotando uma perspectiva global da AIB, se debruçou sobre sua simbologia e ritualística, analisando seu papel no interior do movimento integralista bem como sua relação com aspectos do pensamento de Plínio Salgado, no caso, sua “revolução do espírito”.

¹⁶ Estão listados não somente teses e dissertações como, também, artigos.

¹⁷ Ao fazer o resumo da produção sobre o Integralismo, Rodrigo Santos de Oliveira (op. cit.) propôs sua divisão em três fases, sendo as duas primeiras relativas aos estudos da AIB organizada “nacionalmente” e “regionalmente”. A terceira fase, por sua vez, encerraria as “novas abordagens sobre o Integralismo”. Embora esteja de acordo com a proposta do autor, de mostrar uma “evolução” das pesquisas ao longo do tempo, não considero este tipo de divisão muito satisfatória. Pelo menos, não do ponto de vista das abordagens e dos objetos privilegiados em cada análise, pois ao atender quase que exclusivamente a um critério cronológico, acabou por misturar temas e questões bastante distintas. Por exemplo, a primeira fase encerra os primeiros trabalhos sobre a AIB, que são muito diferentes entre si: Hégio Trindade fez um estudo global do movimento, trabalhando com vários objetos (ideologia, estrutura interna da AIB) enquanto José Chasin limitou-se ao pensamento de Plínio Salgado, pouco ou nada falando sobre a organização da AIB e seus outros intelectuais. Já a segunda fase corresponde aos chamados “estudos regionais”, no entanto, eles diferem-se entre si no que diz respeito às abordagens e questões, de modo que optei por considerar alguns de seus representantes dentro do grupo onde a dimensão política da AIB teve um maior destaque. Algo semelhante pode ser dito sobre sua “terceira fase”;

Partindo desta sucinta “classificação”, a presente tese insere-se na interseção entre o primeiro e terceiro grupos – certo é que ela procura afastar-se de abordagens que privilegiam a dimensão política *stricto sensu* da AIB, isto é, sua atuação como partido político, a participação nas eleições municipais, os relacionamentos com elites políticas, etc. A pesquisa, assim, orienta-se pela retomada das ideias integralistas e pela análise da forma de atuação e organização de seus portadores, ou seja, a intelectualidade da AIB – assumo uma perspectiva global de compreensão do movimento. A escolha deste grupo de atores (os intelectuais e, por conseguinte, aquilo diretamente a eles relacionado) foi, em parte, motivada pela pouca atenção concedida em pesquisas anteriores, pois eram considerados ou apenas por suas ideias ou por sua atuação local¹⁸. E embora não tenha a intenção de explorar, em minúcias, o pensamento deste ou daquele intelectual, não seria possível *não* levá-lo em consideração, mesmo que os abordando em condições igualmente delimitadas.

Quando falo, assim, em interseção entre duas orientações, meu objetivo é mostrar como o “pensamento” e a “ação” dos membros desta intelectualidade encontram-se, convergem, tornam-se de tal modo interdependentes que concorrem diretamente para aspectos cruciais do desenvolvimento e caracterização da AIB. A dissociação entre pensamento e ação, visível em grande parte das pesquisas, lança a intelectualidade, peça *central* do Integralismo, em um ângulo morto, diminuindo sua importância e o papel que desempenhou na organização de empreendimento de tamanha envergadura ao deixá-la ora aos sabores das particularidades locais, ora perdendo de vista sua atuação “unificada”, a despeito de sua heterogeneidade, como um grupo distinto no movimento. Busco, neste sentido, a dimensão das sociabilidades e do simbólico, da regularidade do trabalho intelectual cotidiano e os efeitos de seus produtos (ideias, valores) sobre o desenvolvimento e caráter carismático (no sentido weberiano) do movimento. Tudo isto a partir deste grupo particular.

Mas antes de avançar para a apresentação da questão de trabalho da pesquisa, já vislumbrada aqui, gostaria de empreender uma breve discussão sobre a *tese fascista* que embala, direta ou indiretamente, alguns dos trabalhos sobre o Integralismo.

1.1.1 A tese fascista: comentários sobre sua recepção

A pesquisa de Héglio Trindade (1979) é considerada um marco para os estudos da Ação Integralista Brasileira. Referência praticamente inescapável, sua influência é sentida até hoje, quase quatro décadas após sua publicação. A despeito da enfática posição de Florestan

¹⁸ O principal, senão único, exemplo deste caso é a dissertação de mestrado de Ivair Augusto Ribeiro (2004) sobre os intelectuais integralistas da cidade de Olímpia, no interior de São Paulo.

Fernandes, para quem não era preciso preocupar-se nem em estudar ou em destruir o Integralismo, pois lhe cabia mais “a novela picaresca que a investigação sociológica séria” (FERNANDES, 1978, p. 12)¹⁹, a temática conseguiu impor-se e o trabalho de Trindade contribuiu para sua difusão.

Resultado de sua tese de doutorado, o livro argumenta em favor de uma hipótese presente logo em seu título – *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Para o autor, a Ação Integralista Brasileira teria sido um movimento de tipo fascista não somente pela influência sofrida dos fascismos europeus como também pelas próprias ideias e valores defendidos por seus intelectuais e militantes. Esta hipótese é perseguida e demonstrada pelas três partes na qual o trabalho se divide: a primeira aborda o contexto nacional (político, social e econômico) na virada da década de 1920 para a de 1930 e aspectos da trajetória política e intelectual de Plínio Salgado. A segunda continua acompanhando a atuação de Salgado, desde sua “descoberta” do fascismo ao viajar para a Itália até suas atividades jornalísticas, de cunho político, em São Paulo – tudo isto pós-Revolução de 1930. Trindade também apresenta, nesta parte, o contexto intelectual do período, mostrando não apenas a crítica que se fazia ao liberalismo como o surgimento de movimentos autoritários, culminando na fundação e lançamento da AIB em outubro de 1932. Por fim, a terceira parte aborda a “natureza do movimento” por meio de três aspectos: os militantes (quais eram suas origens sociais e motivações para a filiação), a estrutura organizacional da AIB e a ideologia integralista. Trindade lançou mão, além dos recursos à produção intelectual do movimento, de questionários e entrevistas com antigos integralistas para testar sua hipótese de que:

o integralismo seria um movimento fascista em função da composição social de seus aderentes; das motivações de adesão de seus militantes; do tipo de organização do movimento; do conteúdo explícito do discurso ideológico; das atitudes ideológicas de seus aderentes; enfim, do sentimento de solidariedade do movimento com relação à corrente fascista internacional. (TRINDADE, 1979, p. 4).

A *tese fascista* sobre o Integralismo – já enunciada, de certo modo, por Robert Levine (1980) e Stanley Hilton (1977) – foi, assim, apresentada de modo sistemático mediante uma pesquisa que focava por completo a AIB. O autor não deixou de reconhecer o peso do contexto brasileiro (político, intelectual) na formação e caracterização do movimento²⁰, todavia, isto

¹⁹ A passagem é a seguinte: “Hoje está na moda dizer-se que se deve estudar o integralismo. Não compartilho dessa opinião. Nem mesmo devemos nos preocupar com destruí-lo. Os integralistas desempenharam o papel histórico de cavalheiros de triste figura no seio do pensamento conservador e dentro da burguesia (...). O que nos coube, na ‘vira fascista’ da história recente, merece mais a novela picaresca que a investigação sociológica séria”.

²⁰ Na conclusão, escreve Trindade. “A diversidade de movimentos autoritários no Brasil e na Europa, entre as duas guerras, faz do Integralismo uma ideologia eclética que, enraizando-se num nacionalismo telúrico, no

vinha apenas a fortalecer a equivalência entre o Integralismo e o fascismo, sendo este uma influência central sobre aquele.

José Chasin (1978) opôs-se, como já foi mencionado, à tese fascista defendida por Héglio Trindade, sendo um de seus argumentos que este havia analisado Integralismo e fascismo somente sob a ótica do político, deixando de lado fatores econômicos, os quais seriam decisivos para a caracterização de um movimento fascista. Para Chasin, a identificação entre os dois teria se baseado na existência, no Brasil, de:

uma aguda tensão social, onde se surpreendem sempre imprecisas alusões à presença e à ação proletárias, configurando um confronto, cujo outro polo é ainda mais vago e difuso. Há de se supor, então, uma também significativa presença política da burguesia. Isto é suprido, todavia, por uma mal alinhavada consideração relativa ao processo de expansão industrial (...). Em lugar de uma bem delineada ação política de classes, surge, curiosamente, a panaceia teórica nacional: as *camadas médias*. A isto é acrescido, algumas vezes, a componente formada pelas correntes de ideias antiliberais. Ambas constituem, ao cabo, as *condições* nacionais para o fascismo. Sobre elas atua, então, o fator decisivo: o processo mimético, a influência do fascismo europeu (1978, p. 46).

Para demonstrar, então, que “ontológica e teleologicamente, fascismo e integralismo se põem como objetivações distintas” (p. 652), Chasin recorre à produção intelectual de Plínio Salgado, retomando, inclusive, tanto seus textos da década de 1920 (incluindo seus romances e contos) quanto sua atuação na câmara dos deputados de São Paulo. Deste modo, o maior mérito da pesquisa de Chasin torna-se sua maior fonte de crítica: ao debruçar-se sobre a obra de Salgado, o autor generalizou-a para todo o movimento, transformando o “integralismo de Plínio Salgado” no Integralismo brasileiro. Não é possível, assim, negar alguma influência do fascismo sobre o movimento²¹, mas o mesmo pode ser dito sobre as ideias modernistas, o pensamento católico, as obras de autores como Alberto Torres ou Oliveira Vianna. Deste modo, o esforço de Chasin em analisar a produção de Salgado é extremamente válido no sentido de mostrar como suas ideias do período integralista remetiam, sobretudo, às experiências políticas e intelectuais da década de 1920, ou seja, muito antes do contato de

messianismo típico da nova raça mestiça e incorporando os grandes temas do pensamento autoritário brasileiro anterior funde-se, numa nova síntese, com o tradicionalismo social e religioso do integralismo lusitano e do salazarismo, o estatismo romano e o corporativismo italiano e o anti-semitismo de inspiração nacional-socialista” (p. 289). Ressalto que o autor não concorda com a visão de que o Integralismo fosse mera cópia do fascismo, transplantado para o Brasil. Este argumento reducionista é encontrado na obra de Gilberto Vasconcellos (1979).

²¹ Havia, inclusive, integralistas que declaravam abertamente que a AIB era uma forma de fascismo. Cf. RIBEIRO, 2004. Luis da Câmara Cascudo, um dos principais representantes da intelectualidade integralista e liderança local da AIB escreveu que o Integralismo não era uma cópia, mas uma forma brasileira de fascismo.

Salgado com o fascismo italiano, na década de 1930, visto como essencial para compreender a identificação com o Integralismo²².

A tese de Chasin, por buscar sustentação apenas em um autor para explicar um movimento extremamente complexo e heterogêneo, é, sem dúvida, passível de críticas. Entretanto, estou de acordo com as palavras de Antonio Candido, que prefacia o livro, para quem “não se poderá mais estatuir simplesmente – o ‘o integralismo é um fascismo’. Isso é um modo de dizer que a conclusão do autor não lucra em ser avaliada como acerto ou erro, mas como renovação do problema, ou melhor, de problematização de fato”. (CANDIDO, 1978, p. 20)²³. A partir deste ponto posso adentrar o objetivo deste tópico, de comentar a tese fascista, ou melhor, de fazer alguns comentários breves sobre sua *recepção* – questão a qual, a meu ver, valeria a pena ser analisada em pormenores, tendo como um possível ponto de partida fato de que as referências ao trabalho e a tese de José Chasin costumam limitar-se a sua localização na bibliografia sobre o Integralismo, havendo muito pouco além disto.

Falo, assim, na *recepção* da tese fascista porque, embora não concorde inteiramente com ela, não a julgo equivocada, reconhecendo argumentos válidos para a compreensão de um movimento complexo como foi a AIB. Neste sentido, a principal ressalva que faço a ela (e a certo caráter hegemônico seu) não diz respeito a negar a influência do fascismo sobre o Integralismo ou reconhecer traços semelhantes, mas antes a considerá-lo, no máximo, como *uma das influências, sem sobrepor-se a outras*²⁴. Dito de outra maneira: as ressalvas as quais pretendo fazer sobre a recepção do que estou chamando de tese fascista *não dizem respeito a uma recusa do fascismo na constituição do Integralismo, mas sim à centralidade e superioridade que este ganhou na explicação e caracterização da AIB*. A recepção da tese fascista torna-se, assim, um problema no momento em que, a meu ver, ela não somente foi *vulgarizada*, como *impediu* que os estudos sobre o Integralismo aprofundassem sua relação

²² Parte da crítica de José Chasin acerca desta identificação dirigia-se ao fato de que, para ele, reeditavam-se, no plano do conhecimento, apenas as acusações feitas por inimigos políticos de Plínio Salgado como fascista. Neste sentido é de particular relevância a recuperação do discurso do deputado Zoroastro Gouveia, na câmara de São Paulo, em 1928, onde ele, em um aparte a um discurso de Plínio Salgado que se apresentava como integrante da corrente modernista verde-amarela, arrola-o no rol dos “autocratas e fascistas”. Fascista, aqui, seria uma categoria de acusação no embate entre os liberais do Partido Democrático e os membros do Partido Republicano Paulista, do qual Salgado fazia parte. (Cf. CHASIN, 1978, p. 36 e nota 9).

²³ Ainda para Candido: “Estejamos ou não de acordo com a premissa de Chasin (o integralismo não é um fascismo), o fato é que não será mais possível ver o fenômeno integralista com os mesmos olhos, porque ele realizou um dos feitos mais difíceis para um estudioso: alterar as noções dominantes e transformar em problema o que era considerado como fato estabelecido. Se pessoalmente não aceito a sua premissa, sinto que não pudei mais falar do assunto sem passar por ela e sem que ela me leve a matizar meu ponto de vista” (p. 20).

²⁴ No que tange, por exemplo, à sua ideologia e seus objetivos mais prementes, parece-me impossível não reconhecer a influência de uma série de intelectuais brasileiros, como Farias Brito, Graça Aranha, Alberto Torres e Oliveira Viana (para citar alguns), além de autores identificados com o pensamento católico (como Jackson de Figueiredo) e a doutrina social da Igreja Católica (penso, aqui, na encíclica *Rerum Novarum*).

com o contexto nacional do qual brotou – o aumento quantitativo das pesquisas (verificado no tópico anterior), sobretudo motivado pelos estudos regionais, não foi acompanhado por *igual* renovação das questões ou a introdução de outras novas²⁵. Não é minha intenção desenvolver em demasia uma avaliação crítica sobre as consequências da recepção da tese fascista. Desejo apenas indicar os pontos fulcrais, orientando-me pela maneira como ela e o conjunto de pesquisas do qual lancei mão influíram no desenvolvimento da hipótese de trabalho desta tese (tópico 1.2). Deste modo, não pretendo recuperar ou fazer um inventário das obras nas quais localizo os efeitos da aceitação naturalizada da tese fascista. Bastará apresentar exemplos que considero mais ilustrativos desta situação, seguidos da exposição de uma ou duas temáticas em potencial que não puderam ser exploradas devido ao caráter limitador da recepção.

Para iniciar, duas constatações. A primeira já foi enunciada, de modo que me limitarei a repeti-la: enquanto o trabalho de Trindade tornou-se praticamente incontornável para quem quisesse estudar a AIB, o de José Chasin, que defendia tese radicalmente oposta, transformou-se, quando muito, em um título a mais a ser citado sobre as pesquisas iniciais, tendo pouco ou nada incorporado nas investigações para uma maior matização do movimento. A segunda, ligada a anterior e um dos indicativos da predominância da tese fascista é que não é incomum nos *resumos* das dissertações ou teses a pronta classificação da AIB como fascismo, movimento de orientação ou influência fascista. Ou seja, a hipótese apresentada por Trindade tornou-se um dado empírico, foi naturalizada, de modo que falar em Integralismo é falar, automaticamente, em fascismo – o que, em última análise, significa afirmar que ele nada tinha de modernista ou que os traços católicos e autoritários do contexto intelectual da época não eram tão importantes sobre sua caracterização. O alcance desta identificação imediata nem mesmo se limita aos pesquisadores do movimento.

Maria Luiza Tucci Carneiro, por exemplo, inicia seu prefácio ao livro de João Ricardo de Castro Caldeira sobre a presença da AIB no Maranhão – representante daqueles estudos regionais tendo como orientação principal a história política – afirmando: “O pensamento autoritário que, entre as décadas de 30 e 40, proliferou no Brasil tem suas raízes no fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão” (CARNEIRO, 1999, p. 12)²⁶. Todo um contexto intelectual não apenas da década de 1930 como precedentes, diretamente ligado a ele,

²⁵ Isto não significa dizer que não houve tal renovação, pois seria uma inverdade (e uma injustiça), nem que ela limita-se ao período recente de pesquisas, pois o trabalho de Margareth Todaro sobre a relação entre a AIB e o catolicismo foi, sem dúvida, da maior relevância, visto que o peso do fascismo já se fazia sentir naquele momento.

²⁶ Prossegue a autora: “Apesar de florescer em condições histórico-sociais diferenciadas daquelas da Europa, este pensamento interferiu na realidade brasileira seduzindo grupos significativos de cidadãos que, sob o prisma da doutrina fascista, tentaram propor um modelo político viável para o Brasil” (p. 12).

marcado por forte tendência ao autoritarismo (SADEK, 1978, p. 80) é prontamente descartado de modo que tal pensamento autoritário é transformado em artigo de importação, não existindo em solo nacional. Ainda no prefácio, a autora chama a atenção para dois aspectos do trabalho de Caldeira: a difusão do Integralismo no Maranhão teria beneficiado-se por seu discurso “anticomunista” e de traços “cristãos”. Qual é, no entanto, a conclusão de Maria Carneiro? “O autor nos comprova, através do real avanço da doutrina integralista pelo Maranhão, o quanto era frágil a experiência liberal no Brasil e quanto nossas elites continuavam sintonizadas com os ‘modismos’ europeus” (Idem, p. 13 [grifo meu]). Ora, desde a Revolução Russa é possível encontrar, em solo brasileiro, críticas ao comunismo²⁷, e embora o cristianismo tenha sido trazido da Europa, não acredito que, mais de quatro séculos depois, ele fosse um “modismo”. Neste sentido, há muito pouco que ligue a atuação da AIB no Maranhão ao fascismo²⁸.

Roney Cytrynowicz, que estudou o antissemitismo nas obras de Gustavo Barroso (1992), intitulou a introdução ao livro *Imagens do Sigma*²⁹ “O fascismo brasileiro entre as oligarquias e a modernidade” e nela escreveu: “Muitas das imagens deste álbum podem parecer bonitas, modernas, surpreendentes (...), mas não se pode esquecer que estas imagens eram produzidas para difundir uma ideologia fascista e racista”. E mais a frente escreveu ele: “O fim da história no ‘Estado Integral’ ou no ‘Reich dos Mil anos’ pressupunha um estado permanente de harmonia social, exterminados previamente na ‘solução final’ todos os que fugiam à norma ideal racista integralista ou nazista” (1998, s/p). Que a AIB teve seu papel na difusão de ideias antissemitas no Brasil³⁰ isto não se nega em absoluto, mas a comparação feita pelo autor soa, antes, como uma denúncia ou acusação, sobretudo ao misturar fascismo e nazismo, referendando uma comparação difícil com base em um elemento em “comum”.

Ambos os autores estavam próximos, de algum modo, da questão do antissemitismo³¹, sendo compreensíveis as motivações para tal identificação operada por eles, mas no plano

²⁷ Opto, ao longo do trabalho, pela expressão “crítica (ou combate) ao comunismo” ao invés de “anticomunismo”, pois, a meu ver, este termo passa a ideia de um preconceito, com quê irracional (como no caso de antissemitismo), apagando a existência de um conflito político que envolve práticas, valores e visões do mundo distintas.

²⁸ Deve-se mencionar, também, que na lista de inscritos na AIB do Maranhão, em 1935, há um número considerável de “operários”. (Cf. CALDEIRA, 1999, Anexo I), de modo que a referência as “nossas elites” parece limitar bastante a composição social da AIB e o público heterogêneo que ela atingiu.

²⁹ Coletânea de imagens sobre a AIB presentes no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Foi organizado por Luiz Henrique Sombra e Luiz Felipe Hirtz Guerra (1998).

³⁰ As ideias antissemitas não se limitam a Gustavo Barroso, sendo possível encontrá-las, de forma diluída, na produção intelectual integralista (livros, revistas, jornais).

³¹ Maria Luiza Tucci Carneiro possui um trabalho sobre o antissemitismo na Era Vargas e abordou o papel de Gustavo Barroso, importante intelectual e liderança integralista, em sua disseminação pelo país. Mas isto não é o suficiente para embasar as afirmações feitas no prefácio ao livro de Caldeira.

analítico, que nos interessa aqui, ela não tem como se sustentar – seria como afirmar peremptoriamente que a AIB não foi nada além de um movimento modernista pela presença de um intuicionismo³² que remontava à experiência de Plínio Salgado com o modernismo na década de 1920. Mas ainda assim considero estes casos ilustrativos do processo de naturalização sofrido pela tese fascista, pois ela não se manteve restrita ao grupo de pessoas que pesquisava *diretamente* a AIB³³, tornando-se um lugar-comum reforçado, julgo eu, pelo silêncio ou a anuência velada em relação a ela. Com isto quero dizer que, afora aquelas pesquisas onde a AIB já é apresentada como fascismo (ou influenciada *apenas* por este) logo em seus resumos³⁴, por vezes as quase inevitáveis discussões historiográficas sobre o Integralismo costumam limitar-se a aos primeiros estudos (de Trindade, Chasin, Chauí e Vasconcellos), onde somente descreve-se o “debate” – sobretudo entre os dois primeiros – em torno da tese fascista, ficando uma situação indefinida sobre o grau de acuidade desta – a AIB era fascista ou não? Foi influenciada só pelo fascismo ou teve outras influências? O fascismo foi predominante? Deste modo, quando não se *questiona* esta tese, não considero tal atitude nem como sua *recusa* ou sua *matização*, mas sim um silêncio que a reforça como algo dado, um *a priori* acerca do qual o pesquisador não precisa lidar. Isto pode ser ilustrado pelo seguinte trecho de João Fábio Bertonha:

Na historiografia recente, outros temas já clássicos também estão sendo retrabalhados com novas fontes de abordagens. *A velha questão sobre o caráter fascista do integralismo, mais ou menos resolvida dentro da academia, mas que ainda suscita debates fora dela*, tem recebido novos enfoques (BERTONHA, 2010, p. 8 [grifo meu])³⁵.

Ressalto, nesta passagem, dois pontos: o primeiro diz respeito à “velha questão sobre o caráter fascista”. Embora o autor não deixe mais claro o significado dela estar “mais ou menos resolvida”, considero que, implicitamente, ele esteja referendando a tese fascista,

³² Escreve Eduardo Jardim de Moraes sobre a importância da intuição para as ideias modernista de Plínio Salgado: “O ‘misterioso senso divinatório’ da intuição é que nos possibilitará entender a intimidade do caráter nacional. E é também com base nesta mistificação que se fundará teoricamente o integralismo. O iniciado, o chefe, poderá dirigir o país de posse da chave do caráter nacional” (MORAES, 1978, p. 128).

³³ Outro exemplo é o bom trabalho de José Luis Bendicho Beired (1999) acerca dos intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina na primeira metade do século XX. Nele, em sua análise sobre o Brasil, ele destaca três polos no campo político e intelectual: o cientificista (Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, etc.), o católico (intelectuais ligados ao Centro Dom Vital) e o *polo fascista*, encabeçado pelo Integralismo. Embora tenha se apresentado como uma força política com um projeto nacional próprio, a AIB também se identificava com os outros dois polos.

³⁴ RIBEIRO, 2004; OLIVEIRA, 2004 e 2009; LOPES, 2007; ACKERMAN, 2009. São alguns exemplos de dissertações e teses cujos resumos já apontam para a identificação integralismo-fascismo. Mesmo quando se fale em *influência*, esta é limitada ao fascismo.

³⁵ Este trecho foi retirado da introdução escrita por Bertonha ao livro *Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)* que lista livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o Integralismo (incluem-se aí não só trabalhos sobre o movimento ou que o tangenciam de alguma maneira como a produção da própria AIB).

mantendo-a como essencial à compreensão da AIB. Isto é um bom indício de como se processou sua recepção e incorporação. A reprodução da tese fascista, fosse mediante sua reafirmação ou não enfrentamento ao longo do tempo, naturalizou-a, e os “novos enfoques” mencionados pelo autor concorreriam, a meu ver, apenas para reatualizá-la diante de novos trabalhos sobre o fascismo europeu. Deste modo, acredito que aquela afirmação de Bertonha aplica-se corretamente quando se refere à *influência* do fascismo sobre a ideologia e/ou organização integralistas, porém conjugada com outras (pensamento autoritário, catolicismo, etc.). Do contrário, a compreensão de um movimento heterogêneo como a AIB torna-se mais difícil, perdendo-se de vista o papel desempenhado seja pelo contexto intelectual brasileiro, seja pela forma como os militantes em todo o país relacionaram-se e interpretaram o movimento, bem como a própria participação nele³⁶.

O segundo ponto que gostaria de mencionar, ainda voltado para este problema da recepção, é um tanto delicado. Como se vê na assertiva de João Fábio Bertonha, a “questão do caráter fascista” acha-se “mais ou menos resolvida *dentro da academia*”, contudo ela ainda “suscita debates *fora dela*”. O autor, talvez por prudência, não qualifica nem quais são os ambientes *fora* da academia onde se debate (e, talvez, se questione) a tese fascista, nem quem está envolvido neles. Ora, ao agir desta forma, o autor deixa um considerável espaço para especulação, e para quem possui maior familiaridade com as discussões acerca da AIB, torna-se inevitável a correlação com os grupos de “neo-integralistas”³⁷ existentes no país e que se consideram herdeiros do Integralismo – é comum, entre eles, a *negação* deste “caráter fascista” (Cf. BERTONHA, 2004). É uma situação delicada, pois, estando correta minha leitura do não-escrito, insinua-se que quem se opõe àquela tese acha-se, de alguma forma, comprometido com o movimento (passado ou presente)³⁸, o que transforma uma discussão calcada sobre o plano do conhecimento em uma disputa de perfil político-ideológico.

³⁶ Os estudos regionais sobre a AIB mostram quão matizado é este problema do fascismo (embora eximam-se de atacá-lo). Por exemplo, na cidade de Olímpia, interior do São Paulo, o Integralismo era diretamente associado com o fascismo e Plínio Salgado considerado um líder como Hitler, Mussolini ou Salazar (cf. RIBEIRO, 2004); em várias localidades no Ceará, ele era visto como uma espécie de “extensão” da Igreja Católica, isto é, um movimento eminentemente católico (cf. SOUSA, 2010), havendo pouca ou nenhuma referência ao fascismo. Os próprios intelectuais integralistas apresentavam visões distintas: em um artigo de Luís da Câmara Cascudo (presente no Arquivo de Plínio Salgado, citado anteriormente), este declara ser o Integralismo “a fórmula brasileira do Fascismo”. Já Miguel Reale, em artigo de 1936, buscou sublinhar as diferenças existentes entre os dois movimentos. E no tocante ao Chefe Nacional, Plínio Salgado, sua figura várias vezes era associada a de um profeta ou apóstolo, praticamente um personagem bíblico. Tudo isto mostra, por um lado, a presença do fascismo, mas por outro, que ela não é predominante.

³⁷ São grupos, aparentemente de tamanho reduzido, que retomaram as ideias e valores integralistas e atuam hoje, promovendo reuniões ou manifestações pontuais. Sobre os “neo-integralistas”: CALDEIRA NETO, 2009; CARNEIRO, 2007, 2007a.

³⁸ Pouco antes desta passagem, diz o mesmo autor: “(...) espanta como, ainda hoje, pessoas dentro da academia – poucas, é verdade – torçam o nariz para pesquisas relativas ao tema, por considerarem, o que é um completo

Tudo isto leva, invariavelmente, a perguntar sobre o *porquê* desta recepção. Por que se recepcionou a tese fascista e como ela se manteve, no mínimo, inquestionável, por quase quarenta anos, sendo vulgarizada e naturalizada ao longo do processo de recepção? Como anunciei no princípio do tópico, não é minha intenção analisar ou desenvolver esta questão³⁹. Interesse-me, antes, em fazer alguns breves comentários sobre ela diante dos meus próprios objetivos. Entretanto, julgo pertinente citar uma ou duas razões que poderiam ser levadas em consideração.

Hélgio Trindade em, pelo menos, duas oportunidades (1976; 1981) rebateu as críticas que seu trabalho, em particular sua principal hipótese, sofreu. Na primeira, respondeu aos comentários de Wanderley Guilherme dos Santos (1978) e, na segunda e mais importante, confrontou as objeções e críticas feitas por José Chasin (1978). Chamo a atenção para este fato porque desconheço se houve tréplicas, e se ocorreram, parece-me que não teriam o mesmo alcance, em termos de *visibilidade*, das respostas de Trindade. A primeira foi publicada na *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRS* e a segunda consistiu no capítulo sobre a AIB presente no *História Geral da Civilização Brasileira* (onde o autor não apenas reapresentou suas teses sobre o movimento como, além da crítica ao trabalho de Chasin, também pôde criticar o de Gilberto Vasconcellos). Além disto, o verbete sobre a AIB presente no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* também foi assinado por Trindade, de modo que há uma maior disponibilidade de textos onde a tese fascista é defendida e contraposta aos argumentos de seus críticos. Outra razão poderia ser de ordem “externa” às discussões advindas da pesquisa e reflexões, neste caso, estaria relacionada ao “posicionamento” dos próprios pesquisadores diante de um fenômeno como foi a AIB e o contexto particular do qual fez parte. As palavras de Rogério Lustosa Victor (2005), em texto introdutório à sua pesquisa sobre a construção da memória sobre o Integralismo⁴⁰ pós-1938,

absurdo, que os pesquisadores do integralismo sejam potenciais integralistas” (p. 4) – de forma alguma isto é incompreensível, pois se sabe que existem pesquisas ideologicamente orientadas. Ocorre, assim, uma situação estranha: Bertonha deixa bem claro o absurdo que é pensar que apenas “integralistas” estudariam a AIB, mas parece afirmar que somente eles negam a tese do caráter fascista do Integralismo. Quero acreditar que o autor pensava em outros ambientes de discussão que não aqueles ideologicamente motivados.

³⁹ Gláucia Villas Bôas, em seu estudo sobre a recepção da sociologia alemã no Brasil (2006), apontou três possíveis modalidades de pesquisa: a primeira levando-se em conta os autores alemães que foram lidos; a segunda trata da própria sociologia alemã como objeto de reflexão; e a terceira com o objetivo de “apreender a lógica da leitura e reelaboração de concepções, conceitos e procedimentos da sociologia alemã” (p. 21). Acredito que é possível pensar a recepção da tese fascista a partir destas modalidades. E até mesmo o fato de que o segundo tipo talvez não fosse possível, pois não há uma reflexão mais rigorosa ou profunda sobre aquela, já seria um dado a ser levado em consideração. Enquanto isto, a primeira revelaria o grau de penetração da obra de Hélgio Trindade nas pesquisas; e a terceira, de importância maior, permitiria compreender as razões para manutenção e reprodução.

⁴⁰ No prefácio ao livro, Noé Freire Sandes escreve: “Encerrada a pesquisa, o autor quis publicar sua dissertação, enviando o texto para algumas editoras. A surpresa veio na forma de veto: na perspectiva de certa leitura, a

parecem-me bastante propícias para resumir aquilo que cogitaria ser uma das razões pela naturalização e da tese fascista:

(...) os integralistas sempre tratados como ‘eles’ para diferenciá-los do ‘nós’, estariam mais próximos do ‘nós’ do que do ‘eles’. Em outras palavras, os integralistas não eram alienígenas na sociedade brasileira dos anos 1930, integravam-se nela e com ela compartilhavam de uma rede de cultura política de ampla circulação no país, instrumentalizada pelo movimento do sigma (...).

A percepção que se construiu acerca do integralismo, ao menos de 1938 para cá, é a de que aquele foi um movimento de fanáticos, covardes, golpistas, fascistas, nazistas (que não somos ‘nós’, mas sempre ‘eles’), ou seja, um movimento repulsivo que merece o esquecimento. No entanto, os integralistas apresentavam características bastante aceitas pela sociedade brasileira da época e nela presentes de forma significativa. (p. 19-20).

Sabe-se que uma das principais categorias de acusação forjadas para desacreditar um adversário em uma contenda (não necessariamente política) é a de “fascista” – e assim evitar qualquer debate posterior. “Identificar” algo ou alguém como fascista representa, por um lado, colocar o adversário no lado do que a humanidade produziu de mais nefasto, e por outro, permite que o acusador ponha-se diametralmente no lado oposto, no lado do “bem”, da “liberdade”, etc. (mesmo que, muitas vezes, pesem sobre este “lado” dezenas de milhões de mortes e toda sorte de barbárie) em uma prática semelhante às aquelas descritas por Reinhart Koselleck em seu *Crítica e Crise* (1999) ou por Hannah Arendt em *Sobre a Revolução* (1971). Em uma espécie de secularização incompleta, divide-se o mundo entre os portadores do bem e do mal. Daquele lado estão seja os iluminados que combatiam o Absolutismo (Cf. KOSELLECK, 1999) ou os miseráveis não corrompidos pela riqueza à época da Revolução Francesa (Cf. ARENDT, 1971); e deste, qualquer um sobre quem a acusação de fascista deva recair. Talvez a reprodução da tese fascista traga algum alento – são *eles* os fascistas, o mal – ou mesmo segurança – *nós* estamos do lado certo, do bem. Afirmar isto pode soar exagerado, todavia não é falso. Se havia certa “desconfiança” para com quem pretendia estudar a “direita”⁴¹ no Brasil, como mencionado (nota 38), era melhor evitar eventuais mal-entendidos e classificar prontamente o objeto de estudo em potencial: Integralismo é fascismo. Claro que isto é uma suposição, um possível elemento a ser considerado para um estudo sobre a recepção da tese fascista nas pesquisas sobre o movimento integralista – algo que revelaria

reflexão indicava uma justificação para o movimento integralista. Considerado, em avaliação apressada, politicamente incorreto, o texto foi descartado. (...) O Estado Novo fechou a Ação Integralista Brasileira (AIB) e assumiu para si as bandeiras conservadoras e nacionalistas do movimento. No entanto, a pecha de fascista é delegada, fundamentalmente, a Plínio Salgado e seus seguidores, e não a Getúlio Vargas.” (p. 14).

⁴¹ O uso corriqueiro deste termo também pode ser utilizado para indicar o “mal”, por vezes tornado uma categoria de acusação muito próxima de fascista.

muito mais do que os meandros de um processo de recepção, iluminando particularidades das pesquisas na área de Humanidades.

Certamente toda esta linha argumentativa que expus até aqui pode ser questionada da seguinte maneira: aceitar ou refutar (completa ou parcialmente) a tese fascista pode não ser do interesse do pesquisador ou tenha qualquer relevância para determinado aspecto do movimento integralista que ele pretende estudar. Isto está correto, sobretudo quando se observa os estudos regionais. Porém, como busquei deixar claro, meu questionamento liga-se ao modo como se deu sua recepção, feita de forma acrítica, o que leva ou a sua vulgarização ou, na maioria dos casos, à sua naturalização.

Tomando carona nas incisivas colocações de Rodrigo Lustosa Victor, dou início ao meu segundo comentário, relacionado ao principal *efeito* de tal recepção: ela impediu que se aprofundassem as relações da AIB com o contexto *nacional* do qual brotou. Em outras palavras, o Integralismo foi transformado em um estrangeiro em sua própria terra, um elemento descolado da realidade brasileira – e isto *não* estava originalmente enunciado na tese de Héglio Trindade. Houve, a meu ver, uma perda do vínculo entre AIB e sociedade brasileira reparado de modo *parcial* pelos estudos regionais, pois quando se debruçou sobre as particularidades do movimento nas diferentes regiões brasileiras, vieram à tona características difíceis de serem observadas sem uma verticalização dos estudos, restringindo-se o foco com vistas a captar as minúcias das atividades integralistas locais, fossem elas as contendas políticas, com suas tensões e acomodações em relação ao *status quo* político da região, ou os comportamentos relativos às sociabilidades e práticas executadas pelos militantes (reuniões, eventos comemorativos, etc.)⁴². Destaca-se, aí, o primeiro caso, pela influência da história política sobre tais pesquisas – no segundo caso, tais atividades surgem, muitas das vezes, para complementar o quadro mais geral orientado pela análise do fenômeno político. Ao adotarem tal abordagem localizada, estes estudos foram capazes, inclusive, de mostrar as relações entre elementos integralistas e fascistas (imigrantes italianos e alemães), onde estes se faziam presentes, apontando para tensões ou certo distanciamento entre eles (Cf. GERTZ, 1987; BRUSANTIN, 2004). Seu maior mérito reside, sem dúvida, em revelarem, pela referência às práticas cotidianas, como o Integralismo reproduziu-se, incorporou-se e desenvolveu-se onde se fez presente. Se a tese fascista pressupunha olhar mais para o que se processava do outro

⁴² Gostaria de destacar a pesquisa particularmente interessante de Samuel Pereira de Sousa (2010) que, utilizando-se de registros orais de antigos militantes da cidade de Barbalha (CE), trabalhou com as práticas integralistas aí desenvolvidas. Florescem, assim, na pesquisa, as sensibilidades e sociabilidades construídas entre os militantes da AIB e sua relação com o ambiente a sua volta.

lado do Atlântico e buscar vínculos transoceânicos, tais pesquisas, abraçando-a explícita ou implicitamente (ou se mantendo em silêncio), vincularam a AIB ao Brasil.

O problema desta abordagem, cujo sucesso é bastante visível, é que, ao recuperar tal vínculo, o movimento passou a ser somente *localmente* analisado, perdendo-se de vista o plano mais amplo de atuação e como o contexto nacional influenciava e contribuía para o desenvolvimento e práticas da AIB. Embora o Integralismo possuísse regiões de maior ou menor penetração e cada qual com suas singularidades, ele sempre foi um movimento de escopo e ambições nacionais onde sua unidade era prezada, afinal, pretendia-se criar um Brasil unido, livre das diferenças regionais que eram identificadas como os maiores entraves ao seu avanço e proeminência no concerto das Nações. Deste modo, o movimento foi marcado por uma relação local-nacional intensa.

A título de exemplo, identifico a composição da ideologia integralista, levando em consideração seus valores norteadores, fundamentais para compreender a organização e desenvolvimento da AIB, como um dos elementos que mais sofreu com a naturalização da tese fascista e consequente “ruptura” do vínculo que a mantinha ligada ao contexto nacional. Ao tomar-se o fascismo como grande influência e definidor do movimento, perdeu-se de vista o papel crucial desempenhado, por exemplo, pelo modernismo, pelas obras de Alberto Torres e Oliveira Vianna e pelo pensamento católico na constituição do Integralismo. As ideias trazidas por estes pulsavam no movimento e não somente como ideias, mas como *ações*, como orientações de conduta. O papel desempenhado pelos *intelectuais* e a formação de uma *intelectualidade integralista* também não obtiveram praticamente nenhuma atenção a despeito de sua centralidade para o movimento integralista – foram estes os maiores responsáveis pela expansão da AIB e o modo como se estruturou. E isto só foi possível por um *protagonismo social dos intelectuais* característico da atuação dos intelectuais brasileiros. Como este traço não aparece na tese fascista, então, imagino, acabou não sendo levado em consideração, pois se afastaria em demasia do “modelo” europeu, base para analisar a AIB.

Ilustrativo dos efeitos impeditivos da recepção da tese fascista (e que vem ao encontro do apresentado no parágrafo acima) é a recusa em aceitar outras influências sobre o Integralismo, sobretudo quando elas colocam em xeque o fascismo ou atribuem-lhe um papel maior no rol de seus elementos constitutivos. Isto fica claro no exemplo seguinte, relativo à crítica feita por Gilberto Grassi Calil (2001) das análises de Francisco Martins de Souza (1982). Escreve este:

Ao encarnar o tradicionalismo católico, a Ação Integralista credenciou-se para atrair não só a elite mas igualmente a massa de católicos (...). Plínio

Salgado cuidara de se tornar o herdeiro natural dessa tradição. *Sua linguagem é bíblica. Sua mensagem é no sentido de proclamar que o cristianismo é que dá sentido ao processo civilizatório.* Seu apelo é em prol da Ordem e da Autoridade como ensinara o tradicionalismo católico. A identificação dos integralistas com o catolicismo tradicionalista é que lhe deu a possibilidade de estruturar-se em todo o país e de contar com a imprensa católica. (p. 106 [grifos meus]).

O autor apresenta um importante aspecto da AIB, ainda que centrado apenas na figura de seu líder, que é a ligação (visível) do Integralismo com o pensamento católico, onde os princípios de hierarquia, ordem e autoridade foram amplamente divulgados em solo brasileiro pela Igreja Católica (DIAS, 1996) e eram proclamados em alto e bom som não só por Plínio Salgado como por outros integralistas. Além disto, o argumento sobre o cristianismo como possível esteio para o processo civilizador⁴³ no Brasil encerra, a meu ver, importantes possibilidades heurísticas, e neste sentido, a AIB, em vista de suas práticas, mobilização e transformações pretendidas, teria um papel fundamental neste processo.

Infelizmente, nada disto é minimamente cogitado. Ao contrário, tudo é prontamente rejeitado sob argumentos pouco consistentes. Diz Calil:

O autor [Francisco Martins Souza], no entanto, não conceitua a significação histórica deste catolicismo tradicionalista que, *realçado no intuito de negar o caráter fascista do movimento*, não explica a força que o integralismo chegou a ter. Sua definição é insuficiente para um conceituação mais precisa pois *identifica fascismo a 'causas exclusivamente externas'* e utiliza noções de autoritarismo e tradição autoritária que são poucas precisas. (CALIL, 2001, p. 62 [grifos meus]).

O autor rejeita a tese de Francisco Martins Souza (poder-se-ia dizer: ignora-a) porque ela discorda da imediata associação entre Integralismo e fascismo, propondo a ligação do primeiro com o catolicismo, de modo que se deslocaria o referencial do contexto internacional para o nacional – ou seja, descartando o modelo fascista e, conseqüentemente, levando dúvidas à uma das principais teses organizadoras das pesquisas sobre a AIB. Calil incomodou-se, assim, pela transformação do fascismo em “mera” influência externa, daí lançar mão do subterfúgio “imprecisão dos conceitos” para barrar qualquer investigação (ou mesmo permitir-se aceitar outro ângulo de análise), mantendo a posição hegemônica da tese fascista.

Conseqüência direta de atitudes semelhantes foi que, frente às diferenças, falou-se em “peculiaridades” do Integralismo – por exemplo, seu espiritualismo e o apelo religioso (OLIVEIRA, 2010, p. 126). Ora, parece-me ser justamente o *contrário: o peculiar no*

⁴³ Para Norbert Elias (1993, v.2) “o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (p. 193). Partindo daí, não me parece absurdo pensar o Integralismo no interior desta chave de análise. Embora não seja este o objetivo da pesquisa, acredito que algumas considerações feitas nos Capítulos 4 e 5 podem contribuir um pouco para esta reflexão.

movimento integralista foi a influência fascista, pois todo o restante coadunava-se com o que já exista no Brasil e foi mobilizado na formação da AIB. Fosse o espiritualismo, o papel central dos intelectuais ou o pensamento autoritário – estes são traços *fundamentais* para o movimento, e não sua peculiaridade. Sua sociogênese encontra-se aí, e não na Europa. Acredito, desta maneira, que o fascismo tenha sido *instrumentalizado* pelo Integralismo, serviu para dar-lhe “forma”, para veicular as ideias e os valores defendidos. A naturalização e vulgarização da tese fascista tornaram o fascismo uma influência dominante. Que a AIB sofreu com o contexto internacional, seria leviano negar, mas o contexto nacional exerceu expressiva parcela de influência, caracterizando-a. Por que então não falar no “caráter modernista” do Integralismo ou que ele é uma espécie de “radicalização do modernismo (da década de 1920)”? Ou que foi um “movimento de catolicismo herético”⁴⁴? A meu ver, o fascismo é *um* entre vários fatores que foram *reflexivamente* incorporados pelos atores sociais envolvidos, contribuindo na criação e desenvolvimento do movimento. E como tal, ele deve ser estudado (como o foi), mas não eleito *o principal fator*, como a repetição contínua, automática, o faz parecer. Outras questões, até então subalternas e lembradas unicamente para evitar a afirmação de simples mimetismo, podem ser propostas⁴⁵.

O reconhecimento de que tal tese corresponde a *uma* dentre várias outras abordagens, retira, assim, a *obrigatoriedade* de tomá-la como principal referência, evitando as repetições costumeiras⁴⁶. Talvez fosse o caso de pensar em *afinidades eletivas*⁴⁷ não só no que diz respeito às relações entre Integralismo e fascismo, mas também na inserção do primeiro no contexto nacional – deixo esta tarefa para outros pesquisadores.

⁴⁴ Devo esta expressão (catolicismo herético) a Ricardo Benzaquen de Araújo quando de sua participação em minha qualificação.

⁴⁵ Um estudo que partisse, por exemplo, das influências intelectuais brasileiras e comparasse as ideias e análises aí presentes não apenas com o pensamento integralista, mas igualmente com suas ações e objetivos práticos, forneceria resultados interessantes. Poder-se-ia analisar a influência modernista (não só por meio do verde-amarelismo de Plínio Salgado, mas com a obra de Graça Aranha); a católica (a leitura feita, na época, da obra de Farias Brito além do pensamento de Jackson de Figueiredo); e a autoritária (por meio da obra de Alberto Torres e Oliveira Viana). Lembrando que não se trataria de uma análise puramente “ideológica”, pois sabendo-se que o contexto intelectual (não só o do momento, mas o cronologicamente próximo também) estava repleto de tentativas de “pensar o Brasil”, propondo diagnósticos e soluções para o país, seria o caso de cotejá-las com a *ação* integralista. Seria possível pensar que o fascismo foi “instrumentalizado” pelos integralistas, ou seja, seus elementos (organização, instrumentos de propaganda, etc.) seriam mobilizados apenas como a forma escolhida para encerrar um variado conteúdo de origem nacional, canalizando-o para uma ação intervencionista.

⁴⁶ Penso, aqui, no artigo de Marcos Chor Maio e Roney Cytrynowicz (2003) cujas referências, por exemplo, ao pensamento católico e autoritário brasileiros são praticamente inexistentes, recorrendo-se mais ao contexto internacional (ou seja, ao fascismo europeu). Tratando-se de um artigo para uma de caráter geral, ele acaba por contribuir para a reprodução da tese fascista – e conseqüentemente para sua naturalização.

⁴⁷ Isto não significa apontar “parentescos ideológicos”, como diz Michael Löwy (2011): “Ele permite compreender – no sentido forte de *Verstehen* – certo tipo de conjunção entre fenômenos aparentemente disparatados dentro de um mesmo campo cultural (religião, política e economia) ou entre esferas sociais distintas: religião e economia, misticismo e política, etc.” (p. 141).

Quando lancei mão da passagem de Arthur Schopenhauer como epígrafe deste capítulo, pensava particularmente nesta discussão, para a qual o trecho “o intelecto à força de pensar continuamente numa mesma coisa se torna incapaz de escrutá-la e compreendê-la, embota e se confunde” parece-me bastante apropriado. A recepção pouco crítica da tese fascista levou a um estado de coisas onde, a despeito do avanço quantitativo de pesquisas sobre a AIB, com seus novos objetos e abordagens, questões prementes para sua compreensão e relação com a sociedade e história brasileiras permaneceram pouco exploradas. Para fechar este tópico⁴⁸, forneço o restante da reflexão de Schopenhauer:

Por essa necessidade de repouso do intelecto se esclarece também por que depois de uma longa pausa qualquer, nós olhamos o curso ordinário das coisas desse mundo como novatos e estrangeiros e então temos uma visão fresca e imparcial e seu nexos e sua significação se tornam claros da maneira mais pura e mais profunda, de modo que vemos então as coisas de maneira palpável e não conseguimos compreender como aqueles que se agitam constantemente entre elas não as notam. (2010 [1851], p. 87).

1.2 Questão de trabalho

Até aqui utilizei *Ação Integralista Brasileira (AIB)*, *movimento integralista* e *Integralismo* como sinônimos. Porém, agora, proponho a diferenciação entre estes termos, com o intuito de abarcar a complexidade desta organização, distinguindo as três facetas básicas que a compõem (as quais têm seus equivalentes naqueles termos) e mostrando como se encontram interligadas e formam uma unidade multifacetada cujos elementos são interdependentes e influenciam-se de modo recíproco.

Começando por *Ação Integralista Brasileira (AIB)*, indica a organização que foi fundada em 1932 e congregou uma série de militantes, transformando-se em partido político; foi ela quem se organizou em núcleos ou células, dividindo-se, também, em departamentos e secretarias, e estabeleceu rituais e normas de conduta para seus membros. A AIB foi a responsável, por exemplo, pela emissão de carteiras de identidade dos integralistas e diplomas a eles concedidos, bem como pela publicação de seus principais periódicos (revistas e jornais). Poder-se-ia dizer que a *Ação Integralista Brasileira* apresentou-se como uma “instituição”, uma organização composta por diversos indivíduos hierarquicamente posicionados em sua estrutura e separados em suas várias subdivisões nas quais exerciam alguma função, estando ela, claro, inserida no interior da sociedade brasileira, sendo fonte tanto de coerções (as pessoas filiadas, por exemplo, corriam o risco de sanções caso

⁴⁸ Algumas ideias aqui exploradas foram, junto a outras, previamente enunciadas em outra ocasião (Cf. RAMOS, 2010).

descumprissem com deveres preestabelecidos) quanto de possibilidades (os intelectuais integralistas, por exemplo, possuíam um meio de veicular e difundir suas ideias). A AIB é, em uma visão mais restrita, o partido que concorre às eleições; de forma mais ampla, é aquela “instituição” hierárquica e burocraticamente organizada em suas várias subdivisões.

Por sua vez, *Integralismo* é a “ideologia”, são os ideais e os valores defendidos e as ideias desenvolvidas pela intelectualidade integralistas nas suas várias formas. O Integralismo é aquilo que se “materializa” na forma de livros, de conferências, de poemas, em eventos como o *museu integralista* do Congresso de Petrópolis, em 1935. Poder-se-ia considerá-lo como uma “corrente intelectual” iniciada por Plínio Salgado através da leitura feita por este de autores como Farias Brito, Alberto Torres, Oliveira Vianna, além das influências do pensamento católico (sobretudo Jackson de Figueiredo) e do modernismo. O Integralismo, no entanto, não se limita àquilo pensado e elaborado por Plínio Salgado, abarcando, também, contribuições de outros autores, principalmente Gustavo Barroso, Miguel Reale e Olbiano de Melo, que permitiram a criação de um “pensamento integralista”, o qual é internamente diferenciado, visto que se desenvolveu (e formou-se) em um determinado momento onde os autores produziam concomitantemente. Deste modo, o Integralismo comporta *integralismos* (com “i” minúsculo), possuindo elementos que diferem entre si, como o antissemitismo em Gustavo Barroso (MAIO, 1992) ou a centralidade do Estado para transformação do país em Miguel Reale (ARAÚJO, 1987; RAMOS, 2008). O Integralismo foi a base sobre e a partir da qual as ideias dos intelectuais da AIB desenvolveram-se, criando um “pensamento integralista” e, conseqüentemente, versões com algumas diferenças, os *integralismos*. Alguns dos elementos desta base são: o nacionalismo (econômico e principalmente cultural), o espiritualismo (a ênfase dada ao caráter transcendente da vida humana), a importância da família, a crítica ao liberalismo e ao comunismo (vistos como manifestações de concepções puramente materiais da existência), o respeito à autoridade, à ordem e à hierarquia, o Estado centralizado e forte, o corporativismo⁴⁹ – com maior ou menor ênfase, eles estão presentes na produção dos intelectuais integralistas.

Por fim, *movimento integralista* consiste na articulação entre a *Ação Integralista Brasileira* e o *Integralismo*, isto é, é o conjunto formado por militantes (e simpatizantes), ideias e valores, ritualística e símbolos, e a própria organização com sua hierarquia, núcleos e meios de difusão de bens simbólicos. O termo *movimento integralista* expressa, também, o

⁴⁹ Acredito que o “Manifesto de Outubro” (1932) e as “Diretrizes Integralistas” (1933) podem ser considerados como os documentos onde a base do Integralismo está melhor exposta; mas outras duas obras de Plínio Salgado parecem, também, de suma importância para sua constituição: *O Que é Integralismo* e *Psicologia da Revolução*, ambos de 1933.

resultado das relações de interdependência entre todos os elementos a comporem a “instituição” e a “corrente intelectual” e que se influenciam reciprocamente; ele é, em última análise, a manifestação da dinâmica dos indivíduos, ou seja, dos integralistas e das relações construídas e mantidas por eles, bem como a forma como eles relacionavam-se com a AIB e com o Integralismo. Note-se: não é um simples processo de adição (AIB + Integralismo = movimento integralista), daí faço uma ressalva sobre a impossibilidade de tomá-los como unidades isoladas.

Tal diferenciação visa, em primeiro lugar, indicar a complexidade deste movimento, sublinhando a forma como os vários elementos que o compõe encontram-se referidos, por um lado, a determinada dimensão particular da organização, e por outro, uns aos outros de modo a criar uma situação de interdependência que é essencial para seu funcionamento. A partir daí, serve para orientar a abordagem dos objetos e questões com as quais pretendo lidar nesta tese. Em relação aos primeiros, ocupo-me de três que se encontram associados: a intelectualidade integralista (sua composição em redes intelectuais e atuação por meio destas), o universo simbólico (os rituais, símbolos e modos de conduta criados pela AIB e sua incorporação pelos militantes) e a dimensão carismática (encerrada na figura do Chefe Nacional, anunciador e portador extraordinário dos novos valores).

O ponto de partida desta pesquisa é o papel desempenhado pela intelectualidade integralista no desenvolvimento o movimento integralista. Trata-se, assim, de investigar como a atuação deste grupo específico – formado pelas principais lideranças intelectuais do movimento bem como por sua intelectualidade pulverizada por todo o país – foi crucial para a expansão e consolidação de um movimento nacionalmente organizado, de modo que, se não foi o principal, foi um dos maiores responsáveis pelo sucesso da aventura integralista entre os anos de 1932 e 1937. Meu objetivo é, a partir desta questão fundamental, demonstrar como o trabalho regular desta intelectualidade lançou as bases para a “estrutura” de dominação elaborada pela AIB, constituindo-se em um dos seus elementos mais proeminentes. À necessidade de transmissão e reprodução da ideologia integralista⁵⁰, seguiu-se a criação de meios para sua realização efetiva, a qual foi alcançada, em um primeiro momento, através da

⁵⁰ Por “ideologia integralista” estou referindo-me às ideias e postulados de caráter mais geral presentes no Integralismo (tais como: o nacionalismo, a defesa do Estado forte centralizado, o espiritualismo, as posições contrárias ao liberalismo e ao comunismo, a crença no protagonismo social dos intelectuais etc.). Os principais intelectuais da AIB, como Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, a despeito de apoiarem-se nesta ideologia “geral”, possuíam e desenvolveram outras visões acerca do Integralismo. Em pesquisa anterior (RAMOS, 2008), demonstrei os diferentes “integralismos” criados por Plínio Salgado e Miguel Reale a partir do estudo comparativo de suas obras integralistas. Outros trabalhos que abordam tais diferenças são: ARAÚJO, 1987 e 1988; MAIO, 1992. Ainda assim, gostaria de sublinhar que tomo como referência a conceituação de ideologia apresentada por Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo* (1989).

peregrinação feita pelos principais (e primeiros) intelectuais da AIB (Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso, Olbiano de Melo) por vários estados do Brasil, fazendo conferências sobre o Integralismo e estabelecendo contato com intelectuais locais. E em um segundo momento, com a criação dos primeiros núcleos integralistas e consequente expansão da AIB, passou a tomar forma uma ampla rede formada por periódicos (jornais e revistas), livros e conferências na qual a (crescente) intelectualidade atuava regular e diretamente. O movimento não apenas criou um público para si, pela ênfase concedida ao conhecimento das ideias mais básicas do Integralismo – bem como de seus valores – como, ao mesmo tempo, abriu espaço para a atuação daqueles intelectuais locais, incorporando-os à sua organização.

Neste sentido, sustento que a expansão e consolidação da AIB encontravam-se diretamente atreladas à participação dos intelectuais que compunham o movimento, animados como estavam pela ideia crucial, defendida pelo Integralismo e presente no contexto intelectual brasileiro, do protagonismo social do intelectual no que dizia respeito às transformações do país e intervenção sobre a sociedade brasileira. Contudo, isto é um ponto de partida, pois aquela estrutura de dominação erigida pela AIB constituía-se de outros dois elementos. O primeiro tratava-se do universo simbólico criado pelo movimento, o segundo, da figura carismática do Chefe Nacional.

Grande parte da singularidade da AIB em solo brasileiro advinha, sem dúvida, da criação de simbologia e cerimoniais próprios, adotando, assim, uma estética próxima daquela desenvolvida pelo fascismo ou pelos totalitarismos nazista e comunista. Símbolos, uniformes, desfiles, concentrações, foram largamente utilizados pelo movimento. Mas, no que pesem as flagrantes semelhanças, considero esta prática como resultado de uma instrumentalização de tal estética, ou seja, os integralistas dela valeram-se para canalizar seus valores e ideias (muitas delas já presentes no contexto intelectual brasileiro, tendo influenciado fortemente o Integralismo) e darem corpo ao seu projeto de intervenção (sobre o país e sobre os indivíduos)⁵¹. Este universo simbólico não se limita à existência e mobilização de símbolos, como o uniforme (a camisa-verde), e a realização de cerimônias. Trata-se, também, de sua presença na vida do militante, permitindo que o Integralismo adentrasse seu cotidiano e dele fizesse parte, e contribuindo para a criação de laços de sociabilidade enquanto fornecia experiências distintas às pessoas (a intensa mobilização dos militantes, a realização de

⁵¹ Acredito que tal escolha não apenas obedeceu motivos bastante “racionais”, pois era o que estava em voga na Europa e lá o movimento fascista parecia obter sucesso (além disto, como se verá mais a frente, antes da fundação da AIB, Plínio Salgado via com bons olhos o modo como se processavam as transformações na Rússia), como também pode ser compreendida como uma situação de “afinidades eletivas” entre ideias e propostas encontradas no Brasil e, por exemplo, na Itália.

festejos, a participação em cerimônias e rituais). Embora esta questão somente tangencie a temática central da intelectualidade integralista⁵², ela deve ser abordada por duas razões: a primeira diz respeito à importância inegável deste esforço por parte da AIB em criar uma simbologia e experiência próprias da participação no movimento⁵³; a segunda chega a tocar a discussão envolvendo os intelectuais, pois se verifica, aqui, uma espécie de ligação entre os elementos que compunham a estrutura de dominação da AIB – ligação esta encerrada na figura do Chefe Nacional.

Terceiro elemento fundamental para compreender a AIB, Plínio Salgado foi, ao mesmo tempo, um dos seus principais intelectuais (bem como seu fundador) e símbolo máximo do movimento. Se, por um lado, ele trabalhava constantemente em sua produção intelectual, veiculada na forma de livros e nos vários periódicos, além das conferências e discursos que realizava, por outro ele era visto como o grande líder, o profeta que anunciava a *palavra nova dos tempos novos* e levaria o Brasil à uma profunda transformação. Neste sentido, Salgado fazia-se presente no quadro de intelectuais enquanto figurava como símbolo no universo simbólico integralista. Aliás, é esta “atuação” ambivalente que, a meu ver, fornece a característica principal da estrutura de dominação integralista: uma dominação *carismática* baseada, claro, nas qualidades extraordinárias e extracotidianas de Plínio Salgado. Isto é, baseada no *carisma* do qual o próprio *investia-se* e o qual era *atribuído e reconhecido* por parte de seus seguidores. E como pretendo mostrar, o movimento de investidura e atribuição das qualidades carismáticas achava-se intimamente ligado à atuação da intelectualidade integralista (com Salgado aí incluso), pelo seu trabalho constante no fornecimento de bens culturais a seu público, mas também à “presença” de Salgado na simbologia e cerimonial integralistas – criou-se, assim, a pessoa/figura (símbolo) do Chefe Nacional, um extraordinário intelectual e líder venerado.

A investigação da atuação da intelectualidade integralista leva, assim, à tese a qual pretendo defender: a atividade desta intelectualidade não somente contribuiu diretamente para a expansão do movimento integralista no Brasil, como forneceu as bases para uma dominação de traços carismáticos composta por uma rede de bens culturais (livros, jornais, revistas, conferências) e pela proeminência de Plínio Salgado, sagrado Chefe Nacional da AIB. E como elemento intermediário, acoplado e constituinte de tal estrutura de dominação, desenvolveu-se um universo simbólico o qual encontrou grande receptividade por parte dos

⁵² De modo que a ela só dedicarei um capítulo (Capítulo 4).

⁵³ E em última análise, a criação deste mesmo universo simbólico contou com a participação da intelectualidade integralista.

militantes e contribuiu para sua manutenção. Estes elementos acham-se integrados e são interdependentes, de modo que sua dissociação só pode ocorrer no plano analítico.

Isto posto, devo somente sublinhar que me concentrarei na questão e objetos explicitados acima. Não é minha intenção abordar a atuação política (*stricto sensu*) da Ação Integralista Brasileira. Bastante privilegiada, com várias pesquisas nos estudos regionais, a dimensão política, no presente trabalho, será colocada em segundo plano. Desta maneira, não tratarei de discussões que envolvem a noção de partido político ou sua participação nas eleições, as relações da AIB com os governos regionais e central, ou com grupos oligárquicos e o jogo político. O mesmo vale para questões relativas à construção da Nação e ao Estado – visto que não farei uma análise pormenorizada das ideias integralistas, quando aquelas surgirem, estarão submetidas aos objetivos da pesquisa. O recorte que faço é bastante delimitado, selecionando um problema pouco explorado o qual, exatamente por isto, precisa de uma atenção especial e um foco bem ajustado de modo que se evite extrapolar para outras questões igualmente importantes, mas que demandariam mais tempo e espaço para serem devidamente tratadas.

O material mobilizado na pesquisa foi: como *fontes primárias*, a documentação presente no Fundo Plínio Salgado, depositado no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro – tratam-se de documentos não apenas de caráter pessoal (correspondências trocadas por Plínio Salgado) mas também referentes à organização da Ação Integralista Brasileira; os livros e artigos escritos por membros da intelectualidade integralista⁵⁴; e matérias de jornais da época (não integralistas) que ofereciam evidências sobre o cotidiano, atividades e práticas do movimento. Procurei não utilizar nada que ultrapassasse o ano de 1937 – mesmo as referências feitas a materiais publicados posteriormente tratam-se de reproduções de textos do período integralistas (1932-1937). Como *fontes secundárias*, utilizei os trabalhos e pesquisas sobre o movimento na forma de livros, artigos, dissertações e teses. Tudo isto estará discriminado nas Referências.

⁵⁴ Parte deste material sobre a AIB foi retirada da *Enciclopédia do Integralismo*, editada na década de 1950. Composta por 12 volumes, esta Enciclopédia reproduzia artigos e documentos integralistas datados da década de 1930 (além, também, de material referente às tentativas de reorganização do movimento a partir da década de 1940). Na pesquisa, utilizei a documentação que foi publicada no contexto da AIB (1932-1937), buscando sempre que possível compará-la aos originais. As referências à *Enciclopédia do Integralismo* serão indicadas pela sigla EncI, acompanhadas do número do volume (I, II... XII) e da página. Sobre a história da Enciclopédia, ver: CHRISTOFOLETTI, 2010.

1.3 Breve histórico sobre a AIB

Toda a existência legal da Ação Integralista Brasileira esteve encerrada na década de 1930, período que lhe ofereceu o contexto histórico no qual surgiu (1932), expandiu-se por todo o país e foi fechada (1937). O evento que marca o princípio desta década, a Revolução de 1930, trouxe consideráveis mudanças (sobretudo de ordem política) para o Brasil ao substituir os grupos oligárquicos tradicionais que se mantinham na presidência do país e ao centralizar, nas mãos do novo governo chefiado por Getúlio Vargas⁵⁵, toda sorte de decisões envolvendo questões econômicas ou políticas. Assim como subiram ao poder políticos jovens, militares e técnicos diplomados (FAUSTO, 2008, p. 327), observou-se a ascensão de novos grupos sociais, como as camadas médias urbanas e os operários, e sua maior participação no jogo político devido às mudanças trazidas pela Revolução de 1930. Intervenção na economia, incentivo à industrialização e desenvolvimento da política trabalhista (de modo a reprimir os esforços das classes trabalhadoras de organizarem-se fora da órbita de influência do Estado) foram algumas das principais práticas cruciais do novo governo.

Enquanto as transformações trazidas por este evento particular concorreram para formar o contexto no qual a AIB pôde surgir e atuar, apresentando-se, inclusive, como alternativa real ao governo provisório de Vargas, uma série de outros elementos de igual relevância (sobretudo para algumas das principais características da AIB) tem suas raízes nas décadas anteriores (com destaque para a década de 1920): o interesse das elites intelectuais pela realidade brasileira, a discussão de seus problemas e a busca por soluções (*Os Sertões*, de Euclides da Cunha e a obra de Alberto Torres e Oliveira Vianna são ilustrativos desta preocupação); a emergência de sentimentos de cunho nacionalista expressos na criação de movimentos e periódicos que buscavam combater a falta de patriotismo no Brasil; o entusiasmo pela educação, vista como meio de reformar a sociedade brasileira (elites indiferentes, inertes; povo em estado vegetativo, indolente) pela organização da cultura e do trabalho e adoção de medidas higienistas (a criação da Associação Brasileira de Educação é um exemplo da luta pela “causa nacional”⁵⁶); “a transformação do artista em intelectual” (LAHUERTA, 1997, p. 94), isto é, o engajamento dos intelectuais – o sentimento de *missão* – na política, nas questões acerca da organização nacional e na criação da nação; o movimento modernista (maior expressão destes elementos), com renovações para além do domínio da arte e a busca pela brasilidade, trouxe profundas consequências para a cultura brasileira; o

⁵⁵ Uma das primeiras ações do governo provisório foi dissolver o Congresso Nacional bem como os legislativos estaduais e municipais. No lugar dos governadores foram nomeados interventores federais.

⁵⁶ Sobre a Associação Brasileira de Educação: CARVALHO, 1997.

processo de renovação espiritualista – a reação católica – marcado pela reflexão sobre o catolicismo no Brasil e a tentativa de recuperar seu espaço, particularmente no seio das elites brasileiras (a fundação do Centro D. Vital e a criação da revista *A Ordem*, congregando e projetando uma nova intelectualidade católica, foram os principais desenvolvimentos deste processo). Foi neste contexto de mudanças políticas e sob o efeito de grandes transformações de ordem intelectual e cultural que a AIB surgiu e atuou.

O *Manifesto Integralista*, ou *Manifesto de Outubro*, o qual lançou, em sete de outubro de 1932 a Ação Integralista Brasileira, foi escrito pelo escritor modernista e político Plínio Salgado enquanto este achava-se envolvido com a Sociedade de Estudos Políticos (SEP)⁵⁷, criada pelo próprio em fevereiro de 1932, em São Paulo, com o objetivo de ser um centro de estudos e reflexão sobre o país e seus rumos pós-Revolução de 1930, tendo reunido um grupo de jovens intelectuais e estudantes da Faculdade de Direito – incluíam-se aí, por exemplo, Roland Corbisier (então estudante), e Cândido Motta Filho, cujo livro *Alberto Torres e o tema de nossa geração*, de 1931, fora prefaciado por Plínio Salgado. Em reunião no mês de maio, Plínio Salgado propôs a criação da “Ação Integralista Brasileira”, uma “comissão técnica” com o objetivo de “transmitir ao povo, em uma linguagem simples, os resultados dos estudos e as bases doutrinárias da SEP” (SALGADO *apud* TRINDADE, 1979, p. 122). Salgado, então, redigiu um manifesto que a lançaria e o submeteu para avaliação dos membros da SEP em uma assembleia geral, no mês de junho. Ele foi aprovado, mas seu lançamento, adiado pela Revolução Constitucionalista, chegando a público em outubro. Cópias do *Manifesto* foram enviadas para outros estados enquanto Plínio Salgado informava a seus contatos fora de São Paulo – como Olbiano de Melo, em Minas Gerais e Helder Câmara, no Ceará – sobre a fundação da AIB.

Este documento lançou as bases ideológicas do Integralismo, demarcando tanto aquilo que a AIB defendia como o que se colocava contra. Deste modo, nele ficou claro que o recém-criado movimento debatia-se por um forte sentimento nacionalista (de defesa do povo, da economia e da cultura brasileiras); pelo espiritualismo (a crença em Deus e nas finalidades transcendentais do ser humano); por valores de ordem, disciplina e autoridade; pela defesa da família como célula básica da sociedade, e de maior autonomia aos municípios; pela criação de um Estado forte e centralizado capaz de organizar a sociedade. A AIB combatia, assim, o cosmopolitismo (influência estrangeira sobre a cultura nacional); o regime liberal e federativo vigente no Brasil, incluindo-se aí os partidos políticos (vistos como repositórios de interesses

⁵⁷ No Capítulo 2 voltarei a falar, mais detalhadamente, da SEP.

locais e particulares) e o voto individual (que deveria ser substituído pelo corporativo). Tais posições foram reafirmadas e expandidas mais tarde, em 1933, com a elaboração das *Diretrizes Integralistas*. Os “integralismos” desenvolvidos pelos principais representantes da intelectualidade da AIB, embora apresentassem expressivas diferenças entre si, partiam deste solo ideológico em comum.

Embora o crescimento da AIB, nos primeiros meses, tenha sido lento, ela já possuía alguma irradiação para além da capital paulista: em Teófilo Otoni, graças a Olbiano de Melo, foi fundado o segundo núcleo integralista, e em novembro os estudantes da Faculdade de Direito de Recife lançaram o *Manifesto de Recife*, onde demonstravam seu apoio à Ação Integralista⁵⁸. Na sede de São Paulo, antigos membros da SEP participavam de suas reuniões, além de outras pessoas que se mostravam interessadas, tendo sido Miguel Reale um de seus principais visitantes. Este já conhecia as ideias desenvolvidas por Plínio Salgado no jornal *A Razão*, concordando com muitas delas, e resolveu encontrá-lo, pois estava convencido da “necessidade de um movimento de ideias, capaz de sacudir a Nação de seu torpor” (REALE, 1987, p. 72). Ambos conversaram e Reale inscreveu-se na AIB em novembro de 1932, sendo, pouco depois, convidado a falar nas reuniões promovidas.

O ano de 1933 marcou o início da expansão da AIB e do desenvolvimento e disseminação das ideias integralistas que buscavam garantir sua posição no *espaço de atenção* (COLLINS, 1998) do ambiente intelectual brasileiro. Datam deste ano os *Estudos Integralistas (1ª Série)*, volume que contava com o Manifesto Integralista, declarações de Plínio Salgado ao jornal *Folha da Noite*, artigos de autoria de Olbiano de Melo e Miguel Reale, dentre outros; e os livros de Gustavo Barroso, *O Integralismo em marcha* e Plínio Salgado, *Psicologia da Revolução* e *O que é Integralismo*⁵⁹ – os dois últimos podem ser considerados como dois dos principais títulos para o Integralismo, pois desenvolvem algumas ideias apresentadas no Manifesto bem como lançam outras que influenciaram diretamente a produção de outros intelectuais integralistas. Gustavo Barroso, então presidente da Academia Brasileira de Letras, aderiu à Ação Integralista Brasileira e tomou parte, como uma de suas principais lideranças, das “Bandeiras Integralistas”⁶⁰, série de viagens empreendidas pelos principais intelectuais (e líderes) integralistas cujo objetivo era levar o Integralismo aos

⁵⁸ É interessante perceber uma clara referência a Silvio Romero (autor importante para o Integralismo) em uma passagem do Manifesto (1958 [1932]): “A mocidade nordestina de modo algum poderia ficar indiferente. E muito menos alunos da Faculdade de Direito. *Esta escola, que certa vez ouviu proclamar a morte da metafísica*, precisa tornar-se uma célula vivíssima desse grande movimento de renovação política, social e espiritual” (p. 16-17 [o grifo é meu]).

⁵⁹ Os livros citados, aqui e nas páginas seguintes, são apenas alguns dos principais títulos publicados.

⁶⁰ Falarei um pouco mais destas Bandeiras no Capítulo 2.

estados brasileiros pelos quais passavam por meio de conferências e palestras públicas – a penetração das ideias integralistas, e posterior criação de núcleos, em cidade como São Luís (MA) e Juiz de Fora (MG), por exemplo, deu-se por causa destas verdadeiras peregrinações levadas a cabo pelos integralistas. No Rio de Janeiro, então Capital Federal, a AIB foi organizada, principalmente, por um grupo de jovens intelectuais e estudantes da Faculdade de Direito, muitos deles membro do CAJU, Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos⁶¹ – Francisco Clementino de San Tiago Dantas (este também fora redator do jornal *A Razão*), Américo Jacobina Lacombe, Hélio Vianna, Thiers Martins Moreira são alguns membros deste grupo pioneiro do movimento integralista no Rio de Janeiro; outro nome importante é Madeira de Freitas, conhecido por seu pseudônimo Mendes Fradique. Em novembro, a sede principal da Ação Integralista passou para a Capital Federal, e no mês seguinte criou-se, em São Paulo, o “Monitor Integralista”, publicação oficial do movimento.

Ainda em 1933 a AIB promoveu suas primeiras manifestações públicas, a primeira datando de abril, onde um grupo de 40 a 50 pessoas desfilou em São Paulo, já envergando seu uniforme, a camisa-verde, e seu símbolo, o sigma – de acordo com uma relação de nomes encontrada no arquivo de Plínio Salgado, tomaram parte neste desfile, além de figuras como Plínio Salgado, Miguel Reale, Olbiano de Melo e Roland Corbisier, alguns médicos, advogados, operários e estudantes. Seguiram-se outras com número crescente de participantes: em agosto, no Rio de Janeiro, foram cem militantes; em outubro, em São Paulo, 800 (BRANDI, 2001b, s/p).

A realização do I Congresso Integralista, na cidade de Vitória, no Espírito Santo, em fins de fevereiro e início de março de 1934, marcou o início das principais transformações pelas quais a Ação Integralista Brasileira passou e que a caracterizariam nos anos seguintes: Plínio Salgado foi saudado como líder supremo da AIB, o Chefe Nacional do movimento integralista; elaboraram-se seus estatutos, onde ficou definido o que era a AIB e quais suas finalidades; e instituiu-se uma estrutura organizacional hierárquica e burocrática, dividida em vários departamentos de âmbito nacional e provincial (estadual). Integralistas de vários estados compareceram a este congresso, reforçando as pretensões da AIB de transformar-se em um movimento de alcance nacional, constituindo-se em uma referência única para todos os estados brasileiros, isto é, sem representar uma localidade em particular (a camisa-verde, o sigma, a saudação com o *anauê!*, a liderança de Plínio Salgado, tudo isto servia para suspender quaisquer regionalismos, criando uma articulação, e identificação, entre o local e o

⁶¹ A sigla CAJU corresponde a Centro Acadêmico Jurídico Universitário, porém este nome não se manteve (ao contrário da sigla).

nacional; em qualquer parte do Brasil, os integralistas se reconheceriam por partilharem um mesmo conjunto de símbolos).

Esta nova estruturação da AIB foi acompanhada pela publicação do jornal *A Offensiva*, com Madeiras de Freitas na chefia de sua redação, cuja periodicidade inicial de semanal passou, mais tarde, para diário e matutino. Ele foi veículo não só de notícias, apresentadas através do filtro ideológico do Integralismo, como de artigos assinados por integralistas como Miguel Reale e Hélio Viana e por não-integralistas, como Oliveira Viana. Como órgão oficial, transformou-se em importante instrumento de disseminação e rotinização de suas ideias⁶². Enquanto isto, intensificaram-se as publicações integralistas em forma de livro: Gustavo Barroso lançou *O Integralismo de norte a sul*; Plínio Salgado, *A Quarta Humanidade*, *O sofrimento universal* e *Cartas aos camisas-verdes*; Miguel Reale, *O Estado Moderno* e *Formação da Política Burguesa* – isto marca a posição central destes três intelectuais no Integralismo, bem como o fato de serem três das principais lideranças do movimento integralista. Houve, inclusive, neste ano, a publicação de um livro de poemas, intitulado *Anauê*, de J. Mayrink.

A expansão da AIB pelo Brasil é verificada pelo número crescente de núcleos⁶³ fundados e os desfiles realizados em diversas cidades, como Jaboticabal (SP), Salvador (BA) e Niterói (RJ), alguns deles contando com número de militantes na casa dos milhares. E é também deste período o início dos confrontos de rua e de manifestações anti-integralistas: em outubro o movimento conheceu seu primeiro mártir, Nicola Rosica, morto em Bauru (SP); e no Largo da Sé (também em São Paulo) desenrola-se um grande conflito que envolveu a política, os integralistas e comunistas, gerando mais dois mártires integralistas⁶⁴. Esta qualidade de *mártir* atribuída aos militantes mortos demonstra a forma como tais

⁶² “Rotinização” aparece na discussão de Max Weber acerca da dominação carismática (2000). O tipo de relação aí construído, de caráter extracotidiano, quando se transforma em algo permanente, cotidianizado, passa a compor a vida social, *rotinizando-se*. Sobre este processo de “rotinização” em relação às ideias, ver: BOTELHO, 2005.

⁶³ O movimento integralista organizou-se em núcleos, cada qual fixado (no início do movimento) em determinada cidade – com sua expansão, cidades maiores (como São Paulo e Rio Janeiro) possuíam núcleos em bairros. Foi assim desde o lançamento do Manifesto Integralista, com Teófilo Otoni (MG) possuindo o segundo núcleo do país; o primeiro, claro, foi o de São Paulo, onde a AIB foi fundada, e servia como uma direção nacional. A partir daí, criaram-se centenas de outros ao longo do território nacional. No entanto, até fevereiro 1934, a despeito da já reconhecida liderança de Plínio Salgado, sua estrutura organizacional era precária, estando praticamente limitada aos núcleos espalhados pelo Brasil. O I Congresso Nacional da AIB, realizado em Vitória (ES), trouxe expressivas transformações à sua organização: Plínio Salgado tornou-se o Chefe Nacional do movimento – tendo sido preterida a proposta de uma liderança na forma de triunvirato constituído pelo próprio Salgado, Olbiano de Melo e Gustavo Barroso – e entre ele e os núcleos integralistas surgiram não só os departamentos nacionais, cada qual com seus secretários nacionais, como os departamentos e chefes provinciais. E em 1936 houve outra transformação, com a criação de novos órgãos, que reafirmou a liderança incontestada de Plínio Salgado e a organização compartimentada e hierárquica da AIB.

⁶⁴ Jayme Guimarães e Caetano Spinelli

acontecimentos foram incorporados pelo movimento integralista, passando a fazer parte de sua simbologia – basta lembrar a recomendação aos núcleos de organizar uma galeria com os retratos destes integralistas – além de contribuir para a criação, ainda dentro deste universo simbólico, da *Milícia do Além*: os militantes que faleciam passavam a lutar pelo movimento no além, no mundo dos mortos (é interessante notar como esta ideia de *mártir* está diretamente ligada aos primeiros cristãos perseguidos e mortos pelos romanos).

O ano de 1935 se iniciou com um dos principais empreendimentos da AIB, o lançamento da revista *Anauê!*, periódico ilustrado entremeado de fotografias de eventos integralistas de diversos pontos do Brasil e artigos de conteúdo variado escritos pelos intelectuais do movimento e por lideranças locais. A revista apresentava não só textos onde eram expostas as ideias integralistas como pequenos contos, artigos sobre folclore assinados por Luis da Câmara Cascudo (um dos principais líderes integralistas no Rio Grande do Norte, cujo núcleo foi fundado em 1933), “*sketches* cômicos”, poemas, piadas, charges, textos sobre personalidades históricas brasileiras e seções destinadas às crianças (chamada “Curupira”) e às mulheres (chamada “Senhora”). A *Anauê!* ainda promoveu um concurso fotográfico e possuía seções de crítica de teatro e cinema, além de palavras cruzadas. As fotografias não se limitavam aos eventos oficiais da AIB, sendo muitas delas enviadas pelos integralistas: havia fotos de crianças, famílias inteiras uniformizadas, casamentos, membros dos núcleos, alunos de escolas integralistas. A revista transformou-se em uma das publicações oficiais da AIB, mas é preciso mencionar que diversos outros periódicos circulavam sob responsabilidade dos núcleos integralistas espalhados pelo Brasil, tanto é que neste mesmo ano criou-se “o consórcio jornalístico *Sigma-Jornais Reunidos*, reunindo todos os jornais integralistas editados no país (...) [e] para controlar e fiscalizar 88 jornais integralistas filiados ao consórcio (...)” (BULHÕES, 2007, p. 32). Como se vê, a palavra escrita foi um dos principais meios de propagação do Integralismo, e paralelamente a expansão da AIB, criavam-se estruturas capazes de disseminar as ideias e valores do movimento. No tocante aos livros, sua produção continua aumentando: Miguel Reale escreveu *O capitalismo internacional* e *ABC do Integralismo*; Olbiano de Melo, *Concepção do Estado Integralista* e *Razões do Integralismo*; Gustavo Barroso, *A palavra e o pensamento integralista*, *O que o integralista deve saber* e *O quarto império*; Plínio Salgado, *A Doutrina do Sigma* e *Despertemos a Nação*; Custódio de Viveiros, *O sonho do filósofo integralista* e *Camisas verdes*; Olimpio Mourão Filho, *Do liberalismo ao integralismo*; e Ferdinando de Martino, *Pela revolução integralista*, para citar

alguns títulos. De acordo com a Bibliografia Integralista deste ano, são quase 30 livros que tratam do Integralismo.

Este ano marca, ainda, a realização de diversos congressos integralistas de escopo local, como o da Província da Guanabara, da Província de São Paulo, da Província do Espírito Santo, de Blumenau (SC) – que acabou por contar com participantes de outros estados –, da Província do Rio Grande do Sul, do Ceará e da Bahia, além do II Congresso Nacional, ocorrido em Petrópolis (RJ), que trouxe algumas modificações para a estrutura da AIB. Destes eventos, vale destacar o congresso realizado em Blumenau, no mês de outubro, onde foi realizada, pela primeira vez, a “Noite dos Tambores Silenciosos”⁶⁵.

De acordo com balanço feito por Plínio Salgado, citado por Hélió Trindade (1979, p. 297), a Ação Integralista Brasileira possuía, em 1935, 1123 grupos organizados em 548 municípios brasileiros; e quando do Levante Comunista, o mesmo Salgado declarou ter cem mil camisas-verdes à disposição de Getúlio Vargas para lutar contra os comunistas. No que pesem os exageros dos números, eles, no mínimo, indicam que houve um crescimento considerável do movimento integralista no Brasil – o aumento das publicações (na forma de livros, jornais e revistas), da realização de congressos locais (e mais um nacional) dos desfiles e mesmo dos conflitos apontam para esta tendência.

Em 1936 a Ação Integralista Brasileira transformou-se, oficialmente, em partido político, efetuando algumas transformações em sua estrutura com vistas a adequar-se às solicitações feitas pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral para que pudesse ser reconhecido como tal⁶⁶. Deste modo, seus departamentos passaram a ser designados como secretarias, havendo, também, a criação de novas secretarias, como a de Imprensa e de Arregimentação Feminina. Cito estas porque dois congressos integralistas realizados neste ano relacionaram-se a elas: o Congresso Nacional Feminino e o Congresso da Imprensa Integralista. A participação das mulheres no movimento integralista crescia (o que estava de acordo com as ideias integralistas sobre a centralidade da família na organização da sociedade) e sua mobilização tornava-se um elemento cada vez mais importante dentro de um país que se transformava: “Inserindo-se com mais densidade no espaço público, as mulheres passaram a romper com as velhas normas familiares que conflitavam com o ser moderno, o qual levava as jovens à uma militância mais atuante” (POSSAS, 2004a, p. 111-112). E embora inseridas dentro de uma estrutura hierárquica, onde seu papel e funções eram bem

⁶⁵ Uma das principais cerimônias realizadas pelo movimento integralista, expressava a tristeza dos militantes pela extinção de sua milícia devido a promulgação, em abril de 1935, da Lei de Segurança Nacional. Falarei dela mais a frente (Capítulo 4).

⁶⁶ Mas a AIB já participava das eleições municipais.

definidos, as mulheres integralistas “demonstraram comportamentos diversos, muito aquém da idealidade de uma mulher dócil, feminina e maternal” (Idem, p. 113)⁶⁷. Elas também eram chamadas para tomar parte do (e *compunham* o) movimento integralista, incorporando as atividades deste, tal quais os homens, em sua vida cotidiana, possuindo seu jeito de relacionar-se com o Integralismo e suas exigências.

No que diz respeito ao Congresso de Imprensa, sua realização aponta para o aumento – já observado anteriormente – da imprensa integralista, a qual acompanhou a expansão da AIB pelo país através da fundação de novos núcleos e subsequente mobilização de recursos (pessoal e material) para a viabilização de novas publicações, e ilustra como a mesma achava-se inserida na vida do militante e atenta ao que se passava ao seu redor. De acordo com a Ata deste congresso⁶⁸, tratou-se da censura à imprensa integralista na Bahia e foram apresentados e discutidos trabalhos (teses) que versavam sobre as seguintes questões: “Devem os jornais integralistas manter uma atitude uniforme em relação ao cinema e arte em geral?” e “Em face do sensacionalismo policial como devem se portar os jornais integralistas?”. Tais discussões ilustram, por um lado, a relação (de dominação) constante entre a direção da AIB, suas lideranças, e os militantes, e por outro, o reconhecimento da posição dos integralistas no interior de grupos e redes sociais que extrapolavam a dimensão do movimento e faziam-no interagir com outras pessoas e relacionarem-se com elementos não-integralistas do mundo a sua volta (cinema, teatro, outros jornais, etc). Isto evidencia como a AIB fazia parte do cotidiano do militante e justamente por isto não estava isolada ou afastada, não era um *locus* autônomo e independente; ao contrário o processo de expansão e complexificação do movimento assentava-se sobre a cotidianização da AIB e do Integralismo, fornecendo mais um elo na cadeia de interações (e interdependência) a qual o indivíduo constrói e compõe.

Esta presença constante da Ação Integralista na vida cotidiana foi reforçada, ainda em 1936, pela criação da Cruz-Verde, que dava assistência às famílias nas áreas de saúde e educação, além das obras de caridade (como o “Natal dos Pobres”). Este trabalho (com a criação de escolas e ambulatórios) já era feito pela AIB, mas se intensificou, *em parte*, pelas eleições nas quais concorreria – digo “em parte” porque, a meu ver, há mais do que apenas interesses políticos envolvidos; acredito que a metáfora de Max Weber (1979) sobre os

⁶⁷ Este trabalho de Lídia Maria Vianna Possas apresenta uma interessante análise sobre a presença da mulher na Ação Integralista Brasileira, mostrando a maneira como elas relacionavam-se com o Integralismo e sua inserção no movimento. Vale citar um trecho do artigo de Nilza Peres, responsável pela seção feminina da revista Anauê!, reproduzido por Lídia Possas: “O Integralismo (...) dará a mulher mais liberdade, libertando-a dos infinitos preconceitos sociais em que ela se emaranha (...) O Integralismo fará da nossa mulher boneca de Sévres a mulher culta, inteligente, útil à sociedade” (p. 111).

⁶⁸ Ata da Sessão de Encerramento (091.002.015), Fundo Plínio Salgado, Arquivo Rio Claro.

“manobreiros de desvio” [Weichensteller]⁶⁹ ilustra bem esta situação onde o poder das ideias define os trilhos por onde se movem os interesses: “Muito frequentemente, as ‘imagens mundiais’ criadas pelas ‘ideias’ determinaram, tal qual manobreiros, os trilhos pelos quais a ação foi levada pela dinâmica do interesse” (p. 323). Ora, sendo o Integralismo crítico de um liberalismo e duma burguesia que apenas contribuía para o aumento da miséria e do sofrimento dos brasileiros, e com a influência das ideias de Alberto Torres⁷⁰ e do pensamento católico e do processo de “recatolização” do Brasil, tais obras de caridade e assistência iam ao encontro daquilo que era defendido constantemente; os interesses materiais e os ideais aproximavam-se e mesclavam-se, passando a orientar a ação dos integralistas.

No âmbito cultural, 1936 marca a realização de eventos como uma exposição de arte brasileira no contexto do II Congresso Integralista da Província do Rio Grande do Sul e a comemoração do centenário de Carlos Gomes, em Campinas (SP) – este evento contou com a participação de algumas lideranças como Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Rodolfo Josetti⁷¹, dos bispos de Campinas e Bragança, da irmã de Carlos Gomes, Anna Gomes (cuja matéria da revista “Anauê!” dá a entender que fazia parte do movimento, do departamento feminino) e alguns milhares de camisas-verdes. As publicações integralistas prosseguem com a criação do jornal *A Ação*, dirigido por Miguel Reale, e do lançamento dos livros de Plínio Salgado, *Palavra nova dos tempos novos*; Gustavo Barroso, *O Integralismo e o Mundo*; Miguel Reale, *Perspectivas Integralistas e Atualidades de um mundo antigo*; Victor Pujol, *Rumo ao sigma*; Custódio de Viveiros, *Os inimigos do sigma*; J. R. Pereira, *Democracia integralista*; O. Gouvea, *Brasil integral*; e Anor Butler Maciel, *O Estado Corporativo*. Note-se que a produção intelectual na forma de livros sofreu um processo de descentralização, saindo do quase “monopólio” dos principais intelectuais e líderes – Salgado, Reale, Barroso (e Melo) – e passou a ser composta, também, por obras de outros autores – tendência que se manteve até o ano seguinte. Por fim, deve-se mencionar um segundo empreendimento semelhante ao da *Anauê!*, a revista *Panorama* (cujo subtítulo era *Collectanea mensal do pensamento novo*). Diferentemente daquela, esta era destinada as “elites intelectuais” do país (como indicado no

⁶⁹ Retiro a tradução de Weichensteller de: Pierucci, 2003.

⁷⁰ Para Alberto Torres, os principais problemas enfrentados pela população brasileira estavam relacionados à precariedade dos serviços de saúde e à educação. Não à toa, a AIB buscou contornar estes problemas, sugerindo que os núcleos criassem escolas e mantivessem ambulatórios para atender as pessoas.

⁷¹ Rodolfo Josetti foi uma das principais lideranças integralistas do Rio de Janeiro, tendo sido secretário nacional da Secretaria de Cultura Artística da AIB.

editorial de seu primeiro número) e não se limitava a discussão do Integralismo⁷², contando com textos tanto de integralistas quanto de pessoas não ligadas à AIB, como Oliveira Vianna e Emilio Willens. A criação da *Panorama* e o aumento de livros e autores integralistas são indicativos da consolidação de uma rede de bens⁷³ complexa e internamente diferenciada (com publicações destinadas a públicos distintos) construída pela intelectualidade Ação Integralista Brasileira, decerto um de seus principais elementos.

Enquanto isto, as reações à AIB, que já vinham de anos anteriores⁷⁴, intensificaram-se e começaram a vir, inclusive, dos governos locais, como no estado da Bahia, onde a polícia “invadia comícios e células, e no fim de 1936, o governo estadual ordenou o fechamento da AIB, alegando ter provas de um complô tramado pelos chefes integralistas locais” (LEVINE, 1980, p. 145). Finalmente, de acordo com a lista de “mártires” do movimento, o ano de 1936 conheceu outros sete⁷⁵.

O último ano de atuação da Ação Integralista Brasileira, 1937, definiu o objetivo da Ação Integralista Brasileira de chegar ao governo do país pela via eleitoral, tendo sido Plínio Salgado escolhido, por meio de um plebiscito no interior da AIB, seu candidato a eleição presidencial que ocorreria em 1938. As atividades do movimento prosseguiram tal como nos anos anteriores, com a realização de desfiles, congressos e convenções em vários estados. Vale mencionar que, neste ano, intensificaram-se os contatos mantidos com grupos nacionalistas na Argentina (Legião Cívica Argentina), Uruguai e França, iniciados por volta do fim de 1936, por meio da Secretaria das Relações com o Exterior, tendo como responsáveis diretos pela troca de correspondências Antônio Gallotti e Gerardo de Melo Mourão. Havia uma solicitação constante por parte destes grupos estrangeiros de material integralistas, como livros e jornais, que eram remetidos a julgar pelas cartas encontradas no arquivo de Plínio Salgado. Juan E. Carulla, diretor de um jornal nacionalista de nome *Bandeira Argentina*, solicitava cópias de *A Ofensiva*; e o contato com nacionalistas franceses era feito através de um Georges E. Vienot, (todas as cartas eram redigidas em francês e aquelas enviadas pela Secretaria das Relações com o Exterior terminavam com a seguinte frase: “Pour le bien du Brésil et des peuples latins”). Até o momento, não é possível afirmar

⁷² O índice existente no número 12 da revista lista, dentre outras, as seguintes temáticas: Antropogeografia, Arte e Literatura, Ensaio Histórico, Estudos Filosóficos, Estudos de Sociologia Brasileira, Problemas Educacionais, Problemas Políticos, Publicações e Livros Criticados.

⁷³ Capítulo 3.

⁷⁴ Edgard Carone (1976, p. 215-219) apresenta um pequeno resumo de algumas delas.

⁷⁵ Vale mencionar que, em uma cópia desta lista encontrada no Fundo Plínio Salgado (051.024.004), há anotações feitas à mão sobre as circunstâncias (não se sabe se são verdadeiras ou não) de algumas mortes. Cito três exemplos: Amadeu Faustino (do Espírito Santo), assassinado pela política; Juvenal Falcão (de Pernambuco), morto a pauladas; João Seixas Brito (Alagoas), morto em combate com Lampião.

se o contato mantido entre a AIB e estes grupos foi além do intercâmbio de material e se ficou restrito à correspondência, devendo-se levar com contar, também, o fato de que, se houve algum tipo de tentativa de articulação mais ampla, ficou impossibilitada de desenvolver-se ou mesmo firmar-se com o fechamento da Ação Integralista em dezembro de 1937.

Livros integralistas continuaram a ser lançados, como os de Plínio Salgado, *Nosso Brasil, Geografia Sentimental e Páginas de Combate* (os dois primeiros distantes do universo do Integralismo, mas não totalmente porque sua prosa elogiosa ao Brasil coloca-os dentro da órbita do nacionalismo); Gustavo Barroso, *Integralismo e catolicismo, A sinagoga paulista e Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*; Miguel Reale, *Atualidades brasileiras*; A. Tenório d'Albuquerque, *Integralismo, Nazismo e Fascismo*; A. de Carvalho, *O Brasil não é dos brasileiros*; e Jaime Ferreira da Silva, *Retalhos verdes*. Foram, no entanto, os últimos, e mesmo que várias de suas publicações – jornais e revistas – tenham tido uma sobrevida após a instauração do Estado Novo, o fechamento da AIB marcou o fim de sua rede de bens simbólicos; o movimento integralista desarticulou-se, ou melhor, desmontou-se, perdendo vários de seus principais elementos. Na ótima conclusão de Robert M. Levine (op. cit.): “A parafernália integralista – *sigma*, uniforme, ritual – desapareceu. A súbita alteração arruinou o prestígio do movimento” (p. 249 [grifo meu]). No fim, o caminho aberto e pavimentado pela Ação Integralista Brasileira foi trilhado por Getúlio Vargas e pelo Estado Novo⁷⁶.

As informações apresentadas neste histórico não pretendiam sublinhar todos os aspectos de sua existência e atuação entre os anos de 1932 e 1937; antes, por meio da seleção de alguns dados bastante específicos, buscou-se apresentar uma faceta da AIB às vezes pouco considerada ou, então, submetida a uma análise que atenta unicamente para sua dimensão política. Meu objetivo foi, assim, trazer para o primeiro plano alguns de seus elementos mais caros, daí minha ênfase na produção intelectual e no desenvolvimento do movimento integralista por meio de suas manifestações (eventos, desfiles) para, em seguida, mostrar sua interligação através da expansão da AIB. Embora a ideologia integralista possa ser considerada como sua ponta de lança, avançando pelo Brasil por meio da atuação direta, presencial, de seus próprios intelectuais ou pelo contato das pessoas com suas ideias (nos livros e manifestos), sua difusão e mesmo seu crescimento, cuja materialização era vista no volume de publicações (livros e periódicos), esteve assentado na mobilização de pessoal e recursos, a qual só poderia gerar tamanho volume diante da efetiva atuação de pessoas

⁷⁶ Em 1938, como é sabido, ocorreu a tentativa de golpe que envolveu integralistas e alguns liberais insatisfeitos com o governo implantado por Vargas. Sobre tal evento, ver, por exemplo: SILVA, 1971 e VICTOR, 2005 (primeiro capítulo). Sem dúvida a reação aos integralistas após o golpe fracassado, sobretudo na imprensa, serviu para dizimar simbolicamente o movimento.

preocupadas em escrever livros e artigos sobre o Integralismo e em arrumar os meios que viabilizassem não só a chegada destes produtos simbólicos ao público (a imprensa, por exemplo) como a *criação do próprio público* (a organização dos núcleos). Delineia-se, desta maneira, uma situação onde todos estes elementos encontram-se de tal modo imbricados que sua separação só é possível no nível analítico, para fins de explanação e estudo.

Verifica-se que a AIB (tomando-a, agora, em seu sentido mais *lato*, não limitado a sua estrutura organizacional) de 1932 era muito diferente daquela de 1937, que por sua vez era distinta daquela de 1934. Quando foi criada e publicamente lançada, ela não possuía o tamanho e a complexidade que ganharia mais tarde. Algo semelhante pode ser dito sobre seu universo simbólico, desde a camisa-verde até seus mártires, desenvolvido com os anos; ou mesmo sobre seus modos para chegar ao poder, de uma eventual via revolucionária até as eleições – tudo isto está encerrado dentro de um mesmo processo dinâmico que marcou as transformações sofridas pela AIB durante o pouco mais de cinco anos de sua existência. Observando-se as mudanças ocorridas, fica claro o papel ativo de seus militantes não só em propô-las (ainda que isto fique a cargo de uma minoria, ou seja, as lideranças integralistas), mas também em incorporá-las. Sendo assim, muito pouco (ou nada) daquilo que caracterizou o movimento em seus últimos anos, período de maior efervescência, estava presente em seus momentos iniciais, afinal, não se trata de algo criado unicamente por uma pessoa, neste caso, Plínio Salgado – que, embora fosse uma grande liderança, não era nos primeiros anos da AIB um de seus símbolos maiores e mais importantes. Até mesmo algumas de suas datas comemorativas só puderam ser criadas com o desenrolar de sua atuação e diante dos acontecimentos, na época, do país.

O que se constata, nestas situações, é um ponto de crucial relevância para o estudo da AIB, que é a existência de redes de relações sociais subjacentes ao seu processo de desenvolvimento em vários níveis. Ora, se nem mesmo o fato de toda a AIB estar previamente pensada (que não foi o caso) seria suficiente para explicar seu desenvolvimento, então o contrário, ou seja, sua complexificação ocorrendo em paralelo com a expansão pelo Brasil, requer uma explicação mais atenta aos elementos envolvidos neste processo, aos integralistas cujas inter-relações construídas e mantidas concorreram para que a AIB de 1932 se transformasse na de 1937. Ainda assim, não é possível pensar apenas nos integralistas, visto que as redes sociais das quais faziam parte colocavam-nos em situações de interdependência não só em relação a seus companheiros de movimento como aos não-militantes. Estando a

Ação Integralista Brasileira fixada e atuante no Brasil, é impossível não considerá-la parte da vida das pessoas que aí vivem.

Dois exemplos que podem ilustrar tal interdependência – e conseqüentemente a presença da AIB no interior dos grupos sociais – são as eleições e as publicações integralistas: por maior que fosse o número de integralistas, por vezes foi preciso estabelecer alianças com grupos políticos locais⁷⁷ e buscar votos para além do grupo de militantes, o que significava relacionar-se com a população ao seu redor. As reuniões que ocorriam nos núcleos eram anunciadas em jornais não-integralistas de grande circulação e facultadas à visita de pessoas que ainda não faziam parte do movimento – a inscrição de um novo membro, assim, podia significar mais um voto nas próximas eleições. Este exemplo permite introduzir o segundo, ou seja, das publicações integralistas: pensando as principais, isto é, aquelas consideradas oficiais ou diretamente ligadas à Secretaria de Imprensa da AIB, elas não se mantinham unicamente pela venda de exemplares ou assinaturas, havendo um considerável número de anúncios em suas páginas, não se podendo afirmar que todos os negócios e serviços ali presentes fossem de integralistas – é possível reconhecer alguns nomes, por exemplo, de advogados, que faziam parte do movimento, mas havia também anúncios de médicos e de lojas de roupa. Há, assim, uma grande variedade de anunciantes (e produtos) tanto nos jornais como revistas: sabonetes, Caixa Econômica Federal, loções contra caspa e calvície, remédios, loteria federal. Estes são apenas alguns exemplos que reforçam, ainda que em nível, sobretudo, material (a receita dos anúncios e a veiculação dos produtos), uma situação de interdependência entre a AIB e o contexto no qual ela estava inscrita. Os integralistas encontravam-se, como não poderia deixar de ser, em constante interação com as outras pessoas, e suas atividades, por mais que visassem, em primeiro lugar, o sucesso do movimento do qual faziam parte, não poderiam isolar-se do contexto imediato onde eles agiam diariamente – ao fim e ao cabo, a AIB passou a fazer parte da vida do militante como mais um elemento de sua narrativa biográfica.

Um dos objetivos do quadro traçado até aqui foi apresentar a forma como o complexo no qual a Ação Integralista Brasileira transformou-se durante os anos de 1932 a 1937 foi constituído por ampla rede de relações sociais interdependentes – e esta rede, por sua vez, é composta tanto por inter-relações co-presenciais, encontros face a face, quanto por ligações

⁷⁷ Mesmo quando os integralistas opunham-se as elites políticas locais não é possível afirmar a inexistência de interdependência, pois se estabelecia uma situação de disputa pelo poder onde a atuação de cada grupo encontrava-se atrelada ao tipo de relações mantidas por eles; os movimentos são feitos observando-se os do adversário, criando um equilíbrio de poder, por vezes bastante tenso, que só é possível diante da inter-relação destes dois lados antagônicos. As relações conflituosas (e violentas) entre a AIB e a ANL apontam para esta situação.

simbolicamente mediadas. Neste sentido, a AIB assemelhar-se-ia àquilo que Norbert Elias denominou de configuração (ELIAS, 2001; 2008).

1.4 Redes intelectuais – modelo para uma análise da atuação dos intelectuais

Este último tópico visa, unicamente, apresentar minha abordagem da intelectualidade integralistas mediante o que chamo de rede intelectual. Trata-se de um “modelo” formulado para auxiliar na análise do trabalho e sociabilidades intelectuais cuja aplicação sobre o caso do movimento integralista contribuiu para destacar, aí, as ações dos intelectuais e como estas contribuíram para o seu desenvolvimento no país. Tal modelo foi elaborado com o auxílio de uma série de autores cujas obras, no entanto, não se restringiam às discussões envolvendo intelectuais e ideias. Dentre eles, no entanto, devo ressaltar minhas principais referências, que foram Karl Mannheim (1972; 1974; 1992; s/d), Randall Collins (1989; 1998; 2004) e Mark Bevir (2008). A partir da leitura destes autores formulei o modelo que ora apresento.

Considero *rede intelectual* como o conjunto de interações as quais envolvem diretamente indivíduos que se relacionam, de modo *regular*, com bens simbólicos e culturais tanto na sua produção quanto em sua aquisição e uso⁷⁸. No interior da rede encontram-se as *comunidades intelectuais*, que podem ser definidas da mesma maneira, diferenciando-se, contudo, no que tange as suas relações interpessoais, que são *espacialmente* mediadas, pois se tratam de grupo de indivíduos que partilham determinados ambientes de sociabilidade (local de trabalho, onde atuam, etc.). Por seu turno, a rede intelectual não só desconhece a obrigatoriedade de interações em co-presença “entre” as comunidades (elas ocorrem, mas não são essenciais ou regulares) como possui um tamanho evidentemente maior em vista da quantidade de pessoas envolvidas. Neste sentido, enquanto a rede possui uma característica *horizontal*, a comunidade é *vertical*. Isto significa dizer que: a *rede intelectual* é marcada pela conexão entre as comunidades cujas relações entre si são feitas através dos membros de cada uma, criando cadeias de contato não necessariamente mediadas por um local comum e envolvendo um número reduzido de indivíduos (ela é expansiva); por sua vez, a verticalidade da *comunidade intelectual* refere-se ao fato de haver interações interpessoais cuja ocorrência se dá em situações co-presenciais e envolvem, senão todas, grande parte das pessoas que a formam (ela é concentrada).

Aspecto fundamental para a comunidade intelectual, e conseqüentemente para a rede, é a *regularidade* que caracteriza as ações de seus membros (e seu interrelacionamento);

⁷⁸ Procurarei evitar o termo “consumo” no que diz respeito ao uso dos bens simbólicos/culturais.

regularidade esta mais facilmente observável no interior das comunidades porque, aí, elas estão inscritas com mais força na vida cotidiana das pessoas. A dinâmica das redes intelectuais é pautada, assim, pelo agir dos indivíduos participantes que causam e sofrem com as mudanças que se processam em seu interior, concorrendo para sua manutenção, expansão ou mesmo desaparecimento. Por fim, as redes são suscetíveis às transformações que ocorrem ao seu redor, afinal, não estão isoladas, mantendo uma situação de interdependência com a realidade social da qual fazem parte.

A definição não está, porém, completa. Falta destacar um terceiro elemento (além das interações e do espaço) cuja presença não só caracteriza estas redes e comunidades como é seu fundamento: a existência em comum de determinado corpo de ideias e/ou valores. Os integrantes da rede intelectual não só compartilham-no como se mantêm em contato constante com ele, tendo aí a principal referência para sua produção. Devo sublinhar que este “referencial” não encerra apenas as ideias e/ou valores, mas igualmente seus autores/portadores e seus suportes (textos, livros). Há, assim, a partilha de um mesmo conjunto de “objetos sagrados” (COLLINS, 1998), de bens simbólicos e culturais que, por um lado, são mobilizados na produção de outros, e por outro, respondem, igualmente, como meios de aproximação e identificação interpessoal. A rede (e a comunidade) *intelectual* é, portanto, assim caracterizada, quando uma série de interesses *ideais* é perseguida por indivíduos que agem conjunta e coletivamente com vistas a formar uma “unidade” onde tais interesses possam ser realizados (SIMMEL, 2006, p. 60). São, antes de tudo, formas de *sociação* (Ibid.) marcadas pela regularidade das ações que afetam tanto sua “estrutura” quanto sua dinâmica e continuidade.

Chamo atenção para a presença de três elementos na definição de *rede* e *comunidade intelectual*: o espaço, as interações e o corpo de ideias/valores. Cada um desempenha um maior ou menor papel na formação de ambas, todavia isto não significa afirmar a existência de uma hierarquia entre eles ou mesmo postular a centralidade de um elemento. Ao contrário, é preciso atentar para seu entrelaçamento e reconhecer como se influenciam mutuamente e atuam sobre a própria dinâmica e continuidade das redes e das comunidades. Tentar compreendê-las, a meu ver, requer atentar para os processos que se desenrolam em seu interior e dão-lhes forma. É aqui, portanto, que apresento a *análise em três níveis*, a qual encerra a tentativa de definir um “modelo” a partir do qual se pretende a realização de uma “sociologia dos intelectuais” – e que orientará o estudo, nos próximos capítulos, sobre a atuação da intelectualidade integralista. Estes três níveis análise são: o *morfológico*, o

interacional e o simbólico-intelectual. Apresentarei rapidamente cada um deles, lembrando que a separação feita busca apenas uma melhor exposição das particularidades de cada um, visto sua interdependência.

O primeiro nível de análise, denominado *morfológico*, concentra-se nos espaços, nos ambientes físicos com limites bem estabelecidos e que servem de cenário para as ações dos indivíduos nele presentes⁷⁹. Interessa, aqui, aqueles locais em comum a determinado grupo, onde encontros face a face ocorrem e laços de sociabilidade são construídos. Neles, a presença constante das pessoas pode não só reforçar suas interligações como fornecer certa regularidade a elas, no sentido da criação de uma rotina de encontros. Neste caso, tais ambientes passam a ser emocionalmente relevantes para o indivíduo, pois fazem parte de sua vida cotidiana e tornam-se espaços de experiência ao qual ele sente-se ligado. E assim como são criados, aí, laços sociais, estes podem ser desfeitos em vista de atritos ou brigas, ou mesmo pela impossibilidade dos encontros caso o local tenha desaparecido ou fique inacessível e não surja outro para substituí-lo (no primeiro caso, para o indivíduo que se sinta afetado e se afaste, o espaço pode ser visto como algo negativo, devendo ser excluído de sua vida. Certamente o grau de sua ligação emocional vai contribuir para a imagem que o local ganhará posteriormente: desde um espaço que fez parte de sua vida, onde acontecimentos bons e ruins ocorreram, até um ambiente que provoca somente raiva, tristeza ou rancor).

O local, muitas das vezes, não é apenas o cenário para a criação e reatualização das relações sociais, não é uma simples construção material (paredes, teto), mas também simbólica: as pessoas que nele agem identificam-se com os símbolos aí presentes, relacionam-se com eles; por outro lado, o espaço passa a comunicar algo (para quem está tanto dentro quanto fora de seus limites). Ele é, inclusive, capaz de afetar aqueles a quem circunscreve, estabelecendo barreiras para a locomoção do indivíduo ou mesmo alçando-o a um nível superior ao dos outros visitantes, seja pela presença em determinado lugar ou pelo contato com um objeto importante. E mesmo que o local onde as pessoas interajam não seja um espaço fixo, ou seja, os encontros ocorram igualmente em outros, a escolha do ambiente para determinada ocasião pode não responder a motivos “práticos” (localização, conforto, acesso etc.), tendo a intenção de comunicar algo ou de estabelecer um vínculo entre o espaço e as pessoas que nele estão presentes.

Estas considerações sobre o nível morfológico de análise já apontam para os outros dois níveis, ressaltando-se, mais uma vez, como os três encontram-se em constante interação e

⁷⁹ Remeto, aqui, à conceituação de “Local” de Anthony Giddens (2003, p. 443).

estão sobrepostos. O espaço físico “puro” não tem sentido sem as pessoas que o construíram e nele atuaram (nível interacional), e alguns aspectos de sua organização e mesmo a motivação para os encontros e atividades lá realizados estão ligados ao compartilhamento de uma “rede de crenças”⁸⁰(nível simbólico-intelectual). Ainda assim ressalto a relevância do estudo do espaço, por vezes pouco referido ou esquecido.

O segundo nível de análise, chamado *interacional*, abarca as relações sociais. Embora um espaço físico em comum seja de suma importância para sua construção e manutenção, nada impede que se estabeleça e mantenha-se contato sem a mediação de um contexto de presença – através da troca de correspondências, por exemplo, a qual pode ser iniciada pela descoberta, por parte de uma pessoa, de ideias, propostas ou realizações de outra. Mas, independente do caso, o foco recai sobre os indivíduos e as redes de relações criadas e mantidas pelas interações entre aqueles, cujos efeitos produzidos ao longo do tempo variam desde a continuidade do grupo até sua transformação ou mesmo desintegração. O recurso a este nível objetiva, assim, captar aspectos tanto da formação das comunidades e redes intelectuais quanto seu ulterior desenvolvimento, localizando os atores envolvidos e o papel que desempenharam nestes processos. Com isto mostra-se a dinâmica dos grupos sociais envolvidos e suas particularidades, pois a análise volta-se para as estratégias de aproximação e as sociabilidades envolvidas, bem como aos principais elementos (geralmente relacionados ao nível simbólico-intelectual) e práticas aí mobilizadas para viabilizar os encontros.

Quando estas interações são “firmadas” e rotinizam-se, passando a compor parte da vida cotidiana dos envolvidos em situações de conflito ou cooperação, as ações individuais e coletivas concorrem para dar uma forma mais ou menos definida ao grupo – um punhado de indivíduos antes em uma situação amorfa, através do contato entre si e das relações interpessoais criadas, aproxima-se e direciona seus esforços na perseguição de determinados interesses ou objetivos (é a questão da *sociação*, mencionada acima). A partir daí criam-se laços sociais e sociabilidades cujo caráter recursivo fornece a dinâmica necessária para sua organização e funcionamento internos, não apenas informando as próximas ações, como produzindo continuidades ou rupturas: consensos, dissensos, disputas, conflitos – todas as ocorrências no seio do grupo, envolvendo seus participantes, têm efeito sobre sua própria existência (sobretudo no caso de uma comunidade intelectual). A análise dos atores junto a suas redes de relações sociais e aos encontros face a face do qual tomam parte é capaz de

⁸⁰ “Uma rede de crenças semelha uma rede que mapeia a realidade em vários pontos, ali onde esses pontos se definem pelo modo com que as crenças relevantes se relacionam entre si. As redes de crença constituem redes de conceitos interligados, sendo os conceitos, e a conexão entre eles, definidos em parte por crenças acerca da realidade externa” (BEVIR, 2008, p. 243).

revelar tanto os “grandes” processos (formação, transformação, ruptura) quanto as particularidades da rotina de funcionamento do grupo (suas práticas, seus conflitos).

O terceiro nível, *simbólico-intelectual*, ocupa-se primordialmente com o “pensamento” do grupo analisado, ou seja, com as ideias, os conceitos, as teorias forjadas com o intuito de enfrentar ou compreender determinado problema que esteja posto (seja ele “novo” ou não). Não se trata, no entanto, de analisar apenas este pensamento, buscando sua lógica e compreensão internas ou suas relações com o contexto intelectual no qual foi produzido, mas de relacioná-lo com o próprio grupo, com o ambiente social no qual se desenvolveu. Escreve Randall Collins (1998): “Thinking is, most centrally, internalized conversation. *What we think about is a reflection of what we talk about with other people*, and what we communicate with them about on paper” (p. 49 [grifo meu]). Mesmo que se localize, em meio a uma comunidade intelectual, um único autor cujo pensamento influencie os outros, este não se desenvolveu de modo isolado: há não somente uma “tradição intelectual”⁸¹ com a qual o autor dialoga, seja para afirmá-la, ajustá-la ou refutá-la, como os espaços sociais que ele frequenta, conversando e tratando com outros as questões com as quais trabalha ou pretende lidar – além, claro, das disputas intelectuais, do embate de ideias envolvendo autores distintos. A identificação de elementos que compõem este pensamento (como o uso de determinados conceitos ou ideias) permite mapear seu alcance, rastreando-se sua influência para além do lugar onde foram criadas. E não só isto, pois estes elementos vêm a formar os meios de reconhecimento e ligação entre grupos espacialmente separados. Toma-se, então, o “pensamento”, também em sua dimensão social, como intermediário ou mediador das relações intersubjetivas e que assume variados papéis: determinadas ideias podem ser motivos para a agregação de indivíduos engajados em um empreendimento em comum ou a consequência deste. Ou até mesmo, diante de seu desenvolvimento, a causa de seu término e do eventual afastamento de seus participantes.

Além disto, a análise neste nível, ao seguir estes delineamentos, é capaz de evidenciar a existência de uma hierarquia e de uma espécie de divisão intelectual do trabalho no interior da comunidade ou rede intelectual estudada. Os grupos formados tendem a apresentar figuras de proa (uma “liderança intelectual”) que se posicionam em seu centro e em cujo entorno situam-se os outros componentes, os quais as têm como principal referência e influência. Cria-se, a partir daí, uma cadeia de criação-transmissão/reprodução onde cada indivíduo atua de determinada maneira. Decerto que, tratando-se de produção intelectual, todos aqueles aí

⁸¹ Cf. BEVIR, 2008 (Capítulo 5); GADAMER, 2008, p. 368-378.

engajados estão, ao mesmo tempo, *criando e transmitindo/reproduzindo* algo. Contudo, há aqueles que, por um lado, conseguem “impor” suas ideias, teorias ou conceitos (processo que também deve ser levado em consideração), ocupando-se da própria “criação”; e por outro, os que se tornam “receptores” daquelas, guiando-se e trabalhando a partir do “pensamento” dominante. De modo geral, enquanto há, no grupo, pessoas voltadas primordialmente para o desenvolvimento de novas ideias, existem também aquelas que as transmitem e reproduzem-nas em sua própria produção intelectual.

Estes três níveis de análise, que servem como ponto de partida para as reflexões a serem empreendidas nos capítulos seguintes, encontram-se inter-relacionados, influenciando-se mutuamente. Tais influências podem ser vistas como os elos entre os componentes “próprios” de cada nível, fornecendo uma visão mais ampla da organização e dinâmica da rede/comunidade intelectual estudada. É possível, assim, elencar algumas das principais linhas de influência recíproca entre os níveis, em número de quatro: 1) *nível espacial* – mudanças provocadas nos espaços de sociabilidade podem alterar a maneira como as relações co-presenciais são estruturadas (por exemplo: a escolha de outro ambiente para reuniões ou encontros que inviabiliza ou aumenta a participação dos atores), o que, por sua vez, pode vir interromper determinada série de atividades, mudando seus rumos em vista da reorganização entre os participantes; 2) *nível interacional* – mudanças provocadas nas relações e nas redes sociais podem alterar os espaços antes utilizados (por exemplo: uma briga ou desentendimento que leva a busca por outros espaços a fim de ser mantida uma distância entre as partes envolvidas); 3) *nível simbólico-intelectual* – mudanças nas ideias, seu descrédito ou discordância podem levar tanto ao rompimento como a criação de novas relações sociais, e, dependendo do caso, a descoberta ou busca de novos espaços. Note-se que estes níveis influenciam-se, como mencionado, mutuamente – cada qual está sujeito a afetar e a ser afetado pelos outro. O mesmo se aplica diante da ausência de quaisquer modificações, ou seja, a estabilidade nestes níveis, sem mudanças bruscas, contribui para a regularidade e continuidade da estrutura vigente. Por fim, uma última influência pode ser listada: 4) *ambiental* – mudanças no ambiente circundante podem influenciar todos aqueles níveis, seja de uma única vez ou um de cada vez (por exemplo: uma determinada conjuntura política que destrói os espaços, rompe as redes e inviabiliza o veiculação de ideias).

CAPÍTULO 2

SOCIABILIDADE E TRABALHO INTELECTUAL NA FORMAÇÃO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

(...) não há lugar para um sábio numa fábrica, e para o intelectual o papel do sábio é, compreensivelmente, mais gratificante que o de técnico.

Fritz Ringer, O declínio dos mandarins alemães

For the purpose of a more precise characterization of the intelligentsia, it may be acknowledged first, that the intelligentsia is not a class and, second, that it is not in a position to form its own party. Anyone who believes that a party of intellectuals is necessary has got the diagnosis of intellectuals wrong. It would be a complete accident if anything at all reasonable came of this.

Karl Mannheim, Sociology of Intellectuals

Para Vilém Flusser (2009), “Ao inventar a escrita, o homem se afastou ainda mais do mundo concreto quando, efetivamente, pretendia dele se aproximar” (p. 10). Isto não poderia estar mais em desacordo com os intelectuais integralistas: sua crença no protagonismo social do intelectual, que lhes concedia um acesso privilegiado à “realidade” – a apreensão justamente deste mundo concreto (fosse através do conhecimento ou da intuição) – não seria possível sem a prática da escrita, essencial para suas atividades. Era através dela que se pretendia conhecer o país e, então, aproximar-se da sociedade. No entanto, sua ambição acabou por extrapolar, em larga medida, tal recurso à escrita, de modo que a tentativa de aproximação desdobrou-se em intervenção sobre o mundo social. Não bastava apenas captar, como fez Plínio Salgado (1933), o *caráter* do brasileiro, buscando seus traços positivos e negativos. Era preciso, também, transformá-lo. O Integralismo deveria impelir a população à mudança, e esta tarefa cabia, evidentemente, aos intelectuais de camisa-verde. Seus livros e artigos tencionavam, primeiro, escancarar o que se passava no “mundo concreto” e a escrita tornava-se o meio *par excellence* de chegar até ele, atingindo-o. Mas em seguida, feito o contato, não era mais possível parar por aí. Seria indigno não avançar, afinal, se a escrita estava capacitada a apreender a realidade, por que não se valer de suas capacidades? Não lhe pareceria o mundo tão feio ou corrompido que o modificar não pareceria tão errado assim? Os

intelectuais da AIB não se opuseram a isto, e parte de seu esforço e trabalho constante, lançando livros e aumentando o volume de periódicos circulantes, buscava esse avanço: aproximar-se do mundo a fim de modificá-lo.

Isto foi, de fato, levado adiante, mas como foi possível? Como este projeto de intervenção sobre a sociedade brasileira pôde ser colocado em funcionamento, criando uma situação de dominação de caráter tão singular como foi o movimento integralista? Pois não se tratavam de mudanças, unicamente, no plano político. A sociedade inteira deveria ser transformada, e isto incluía os próprios indivíduos. Era preciso, igualmente, modificá-los internamente; novos valores precisavam ser inculcados na consciência individual. É claro que isto não foi obra de uma única pessoa. Um expressivo contingente humano mobilizou-se para que a AIB se desenvolvesse. Uma série de agentes tomou parte neste processo, mas os intelectuais integralistas possuem, aí, uma posição de destaque porque não foram apenas eles a idealizar o projeto, mas também a contribuir diretamente para a divulgação do Integralismo e expansão do movimento – colocando-o em prática. Ademais, foram os principais responsáveis por um dos principais elementos do “aparato” de dominação criado (a rede integralista de bens culturais), na condição de quadros tanto para sua administração quanto seu funcionamento, mantendo-o sempre ativo.

Foi, assim, imprescindível a ideia do protagonismo social dos intelectuais, a qual não era nem um pouco estranha ao contexto brasileiro e serviu como um “princípio” fundamental para o Integralismo. Como foi demonstrado, tal ideia já se fazia presente no pensamento de Plínio Salgado antes da fundação da AIB e se manteve forte nos anos posteriores à sua criação, porém não mais circunscrita àquele e, também, com uma feição instrumental (a necessidade de recrutar as elites intelectuais e dirigentes do movimento). Lembrando a passagem de Max Weber: “Não as ideias, mas os interesses material e ideal governam diretamente a conduta do homem. Muito frequentemente, as ‘imagens mundiais’ criadas pelas ‘ideias’ determinaram, qual manobreiros, os trilhos pelos quais a ação foi levada pela dinâmica do interesse” (1979, p. 323). Ou seja, não defendo que tal protagonismo preconizado pelo Integralismo orientasse por *completo* a conduta dos intelectuais que se filiaram à AIB, mas sim que ele contribuiu diretamente para suas escolhas e práticas no movimento. Ademais, a própria experiência cotidiana dos intelectuais (isto é, o trabalho e as atividades intelectuais rotineiras) forneceria o instrumental, o repertório necessário para suas ações. Deste modo, o objetivo do presente capítulo é demonstrar que o processo de expansão e consolidação do movimento integralista pelo Brasil esteve largamente atrelado à atuação direta de seus

intelectuais através das *comunidades e redes* (Capítulo 1, tópico 1.4) por eles formadas. Não se trata, como pode parecer à primeira vista, de simples tautologia, mas sim de tomar a ideia do protagonismo intelectual como uma força social reflexiva (BOTELHO, 2005) que fornece sentido e organiza as experiências de determinado grupo social, influenciando suas tomadas de posição e servindo, inclusive, como um elemento *sociativo*.

Começarei analisando a trajetória de Plínio Salgado antes da fundação da AIB, em outubro de 1932, visto que neste período suas atividades intelectuais levaram-no a formar as comunidades e redes intelectuais que se tornariam decisivas para a divulgação do Integralismo. Em seguida, passarei para o desenvolvimento do movimento integralista em vários estados do Brasil, mostrando como este processo ligou-se a expansão daquelas redes. Por fim, analisarei aquela que foi a principal prática da intelectualidade integralista nestes anos iniciais de divulgação, a conferência.

2.1 Aspectos da trajetória intelectual de Plínio Salgado antes de outubro de 1932.

Considerar a criação da Ação Integralista Brasileira a partir da biografia política e intelectual de Plínio Salgado¹ é bastante comum, tendo sido este um expediente utilizado por Hégio Trindade em seu trabalho clássico sobre o Integralismo. Os que vieram depois e, de algum modo, pretenderam contar a história do movimento também recorreram a tal abordagem. Não tomarei um caminho muito diferente, tomando, então, como ponto de partida a atuação de Plínio Salgado na década de 1920, buscando, no entanto, sublinhar aspectos particulares das relações sociais por ele cultivadas, mostrar como elas se davam, e sua contribuição para a fundação da AIB.

O ponto de partida é, assim, o jornal *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP), no qual Plínio Salgado passou a trabalhar quando chegou a São Paulo, no início da década de 1920, vindo de sua cidade natal, São Bento de Sapucaí. Conseguiu o emprego por meio de um conhecido, o poeta Nuto Sant'anna, trabalhando, então,

¹ Plínio Salgado nasceu em 22 de janeiro de 1895 em São Bento de Sapucaí, interior de São Paulo. Quando seu pai faleceu, em 1911, precisou abandonar os estudos – cursava o Ginásio Diocesano de Pouso Alegre (MG) – e foi para São Paulo, onde deu prosseguimento a sua formação intelectual como autodidata. Em 1913 retornou para sua cidade natal, tornando-se mestre-escola e trabalhando como agrimensor. Em 1916 fundou o jornal *Correio de São Bento*, trabalhando como jornalista além de dedicar-se a outras atividades, como a direção de um time de futebol local e um grupo de teatro e membro do Gabinete Português de Leitura. Suas crônicas no jornal chamaram a atenção de Monteiro Lobato, que publicou algumas delas na *Revista do Brasil*. Em 1918 começou a participar da vida política de São Bento de Sapucaí, participando da fundação do Partido Municipalista. Casou-se em 1919, mas sua esposa veio a falecer no ano seguinte alguns dias após o nascimento da filha – transtornado, buscou alento na religião e entregou-se a leitura de autores como Farias Brito e Jackson de Figueiredo. Viajou para São Paulo no princípio da década de 1920 após problemas de ordem política (Cf. BRANDI, 2001b). (O restante de sua biografia até a fundação da AIB está presente ao longo deste tópico).

como suplente de revisor. O responsável pela redação política do jornal era Menotti del Picchia que também mantinha uma coluna literária a qual assinava sob o pseudônimo Helios. A aproximação, no jornal, de Plínio Salgado com Menotti foi decisivo para sua trajetória intelectual e política, culminando na criação da vertente verde-amarela² do movimento modernista. No entanto, o primeiro “contato” entre eles já havia se processado não em um espaço físico, mas no nível intelectual por meio de uma pequena polêmica iniciada por Menotti, ou melhor, Helios, em sua coluna do *Correio* quando tomou conhecimento de um livro de poemas parnasianos intitulado *Thabor*, publicado em 1919, de ninguém menos que Plínio Salgado, então sua primeira incursão literária no mundo intelectual. Em suas memórias, Menotti (1972) relata este encontro na forma de um “desencontro literário”, pois “embalado na minha ojeriza pelo moribundo parnasianismo [encontrei] no volume mais uma oportunidade polêmica”. E prossegue ele: “tomei de mira seu sonoro livro de estréia e desfechei nele o tiro de uma crônica sem misericórdia, sob o título de ‘Tambor’”(p. 112). Pouco depois veio a réplica de Salgado em “artigo elétrico e ácido” e então a tréplica de Menotti em “crônica perfidamente irônica – ‘Jaguapevas do gênio’” (Ibid. p. 112-113).

O conteúdo e pormenores desta polêmica têm menos importância para as questões suscitadas do que a própria polêmica, pois ela aponta para um aspecto da dinâmica da esfera intelectual, caracterizada pela existência do *conflito* e da *competição* entre seus participantes (Cf. MANNHEIM, s/d). No caso desta pequena polêmica envolvendo Plínio Salgado e Menotti del Picchia o que se retém para análise é a disputa em si, ou seja, o embate entre posições intelectuais distintas, o engajar-se em um *jogo intelectual*, em disputas simbólicas nas quais um contendor visa exclusivamente o outro, ou ambos visam, também, o público que pode ser constituído tanto por outros intelectuais (que decidem se tomam parte ou não do jogo, seja associando-se a um dos lados ou criando um distinto) quanto por “leigos”. As consequências para as pessoas envolvidas pode significar, em decorrência do resultado desta “interação”, o abandono da própria atividade intelectual (momentânea ou definitiva) em vista de uma humilhação sofrida na disputa simbólica – ocorre aqui a diminuição da *energia emocional*³ do participante que, considerando-se incapaz ou indesejado de adentrar no espaço

² O Movimento Verde-Amarelo foi uma das vertentes do modernismo e caracterizou-se pela proposta de “abandonar as influências europeias, fixar-se na originalidade brasileira, voltar aos mitos fundadores, ao mito tupi, a escolha da Anta como animal totêmico. (...) buscam a alma brasileira no passado histórico ou mitológico. Aceitam a vida do interior, regional, como a que teria se mantido mais autêntica em oposição ao litoral, visto como a parte falsa e enganadora do Brasil” (OLIVEIRA, 1997, p. 191).

³ Originalmente, *emotional energy* (Cf. COLLINS, 1998; 2005). Randall Collins atribui às emoções um papel fundamental nos rituais de interação (*interaction rituals*), não somente em sua realização como também nos efeitos sobre as pessoas envolvidas, de modo que esta *energia emocional* concorreria para “motivar” e envolver

que ele pleiteia na esfera intelectual pela interdição a ele imposta, dando-lhe a impressão de não fazer parte daquelas pessoas, impede-o de dar continuidade ao seu trabalho, diante de seu “fracasso”. Ou, no outro extremo, o incentivo necessário para continuar no jogo, de sustentar a disputa a fim de sobrepujar os argumentos adversários – neste caso, haveria um aumento da energia emocional a qual contribuiria para que o indivíduo mobilizasse seu conhecimento e desse continuidade a sua atividade intelectual na formulação de novas ideias ou mesmo de críticas contra seu adversário. Decerto que a posição dos envolvidos na relação de poder estabelecida entre eles contribui para o desenvolvimento ulterior da contenda: para quem o equilíbrio de poder pende desfavoravelmente, uma “derrota” simbólica ou mesmo uma crítica mais incisiva traz em seu bojo um risco maior de desmotivação do indivíduo, da diminuição de sua energia emocional a qual afetará sua produção. No caso desta pequena polêmica entre Plínio Salgado e Menotti del Picchia, sem dúvida este situava-se em um nível privilegiado, afinal tinha acesso a um jornal do porte do Correio Paulistano e gozava da autoridade de sua posição de redator e mantenedor de uma coluna própria (Hélios).

Deve-se, então, sublinhar que, com a exceção da publicação de uma conferência sobre a vida de Jesus – “A Boa Nova”, de 1919 (BRANDI, 2001b) – não há maiores referências ou registros de produção intelectual de Plínio Salgado até 1922⁴, o que pode ser interpretado como um “efeito” negativo da crítica ao seu *Thabor*, uma baixa na energia emocional a qual se somaria aos eventos de sua vida: sua mudança para São Paulo relacionava-se a problemas políticos que enfrentou em sua cidade natal, tendo, por isto, deixado sua filha ainda bebê aos cuidados da avó materna (a mãe, esposa de Salgado, morreu poucos dias depois do parto); e em São Paulo, além do emprego no Correio Paulistano, trabalhava também como repórter esportivo do jornal *A Gazeta* (LOUREIRO, 2001, p. 116). De acordo com Randall Collins (1998), “Depression, writer’s block, *the shifting of one’s attention away from intellectual projects and back onto the everyday world*: these are typical pathways by which would-be intellectuals fail to make a mark and drop out of the field” (p. 35 [grifo meu]). Um conjunto de fatores – incluir-se-ia aí o “resultado” da polêmica literária envolvendo seu livro – teria contribuído para o “silêncio” de Salgado. Mas a mesma dinâmica da esfera intelectual – o jogo, a disputa simbólica – a qual concorreu, junto de outros fatores, para tal situação também foi responsável pela mudança crucial na trajetória intelectual (e política) de Plínio Salgado.

os indivíduos em vários instantes da vida social. “EE [energia emocional] gives energy, not just for physical activity (such as the demonstrative outbursts at moments of acute joy), but above all for taking the initiative in social interaction, putting enthusiasm into it, taking the lead in setting the level of emotional entrainment” (2005, p. 107).

⁴ Pelo menos não há nada no Fundo Plínio Salgado do Arquivo Público de Rio Claro.

Menotti del Picchia, ao descobrir a presença de Salgado no jornal, como revisor, resolveu convidá-lo para fazer parte da redação do jornal, utilizando como justificativa a polêmica travada com ele – como colocou em suas memórias (op. cit.): “[Salgado] Mostrou que tem talento e é combativo e revelou-se um corajoso jornalista” (p. 113)⁵. Aqui, o contato prévio no nível intelectual foi decisivo para o convite, gerando, assim, um laço de sociabilidade baseado nos encontros face-a-face – pois agora suas interações regulares ocorriam em um ambiente físico, fazendo parte do cotidiano de cada um – e, também, pelo compartilhar de ideias (e posições políticas) mais ou menos convergentes. Trabalhando na redação do Correio Paulistano, Plínio Salgado passou a fazer parte de círculos sociais (SIMMEL, 1955) distintos, relacionados, em um primeiro momento, ao jornal, tornando-se, inclusive, uma “interseção” de tais círculos, como observado pelo seu contato com as esferas intelectual e política, além de sua participação em ambas. Para Georg Simmel (op. cit.)

(...) each individual establishes for himself contacts with persons who stand outside [the] original group-affiliation, but are “related” to him by virtue of an actual similarity of talents, inclinations, activities, and so on. The association of persons because of external coexistence is more and more superseded by association in accordance with internal relationships (p. 128).

A aproximação e posteriores experiências envolvendo o grupo originário daquele jornal paulista encontravam-se ligadas às relações intersubjetivas de seus membros, ocupados com atividades (intelectuais, profissionais, políticas) semelhantes, além da amizade que nasceu entre eles. É por meio destes recém-forjados laços de sociabilidade que Plínio Salgado entra em contato com as ideias modernistas e toma parte, graças a Menotti del Picchia, da *Semana de Arte Moderna*, ainda que de forma bastante modesta, tendo alguns poemas lidos no Teatro Municipal – o contato com Menotti foi, de acordo com Héliog Trindade (1979), “muito importante para Salgado, pois ele o convencerá a abandonar a poesia parnasiana, estimulando-o a dedicar-se à prosa” (p. 40). Após aqueles anos de aparente inatividade criativa, Plínio Salgado retoma sua produção intelectual, em grande parte devedora de seu relacionamento com Menotti, fazendo, então, parte do grupo que se lançou na “revolução” modernista.

Ora, se for correto que as interações imediatas entre os intelectuais formam o núcleo das experiências dos mesmos (COLLINS, op. cit., p. 35), então é possível observar como a posição social de Plínio Salgado no interior desta nova rede de relações passou a influenciar sua (nova) atividade intelectual. Nos dois anos seguintes, no Correio Paulistano, Salgado

⁵ Há, aqui, uma divergência entre os motivos que levaram Plínio Salgado à redação do Correio Paulistano. De acordo com sua biografia (LOUREIRO, 2001), o convite teria sido feito porque, diante da ausência de Menotti para escrever uma coluna política, o nome de Salgado teria sido aventado por Nuto Sant’anna. Aquele, então, redigiu-a e o texto foi bem recebido e publicado (p. 117).

publicou algumas crônicas que, em suas próprias palavras (SALGADO, 1956), foram “experiências do estilo moderno” (p. 9) – mais tarde, em 1927, elas seriam reunidas e publicadas no livro *Discurso às estrelas*. A possibilidade de ver seu trabalho chegar a público tem efeito positivo sobre a atividade do intelectual e sua produção, pois contribui, em parte, para sua continuidade⁶. Este – a publicação – é mais um elemento que concorre para a dinâmica da esfera intelectual e encontra-se, igualmente, em situação de interdependência em relação aos outros, pois, conquanto o processo de elaboração do bem simbólico (uma crônica, uma coluna, um artigo, etc.) – isto é, o ato de escrever, de materializar o “pensamento”, dando-lhe um suporte físico – seja, em princípio, solitário, ele pode resultar de uma série de interações envolvendo seu autor e outras pessoas com as quais ele debateu e conversou sobre suas ideias, seus pensamentos. E no momento no qual o intelectual recolhe-se a fim de ordenar e transpor para um texto tudo aquilo sobre o que se falou, mesmo estando só, ocorre aí uma situação dialógica onde estão envolvidas, em uma “conversa” mental, tanto sua própria “voz” quanto a de seus interlocutores prévios, além, claro, de sua bagagem intelectual cujo conteúdo também é mobilizado. Parece, então, correta a afirmação de que “What we think about is a reflection of what we talk about with other people, and what we communicate with them about on paper” (Ibid. p. 49). A produção intelectual, neste sentido, liga-se as interações anteriores, mas também serve como ponto de partida para as seguintes, criando uma regularidade entre elas e a atividade do intelectual; e a publicação, sendo considerada mais um passo no desenvolvimento do processo criativo, a menos que feita sob inteira responsabilidade do autor, depende dos contatos deste com pessoas capazes de fornecer-lhe os meios para tanto⁷. O caso de Plínio Salgado vai ao encontro destas colocações, pois se verifica, além da *mudança* do tipo de sua produção – Menotti convencendo-o a deixar a poesia parnasiana, partindo para a prosa –, sua própria retomada: ela ressurge no contexto do movimento modernista e de suas atividades no Correio Paulistano, nas sociabilidades não só da redação quanto fora dela, nos cafés, bares e nos restaurantes próximos ao prédio do jornal, onde o grupo conversava sobre política e literatura. E no que diz respeito à chegada de sua produção ao público, Plínio Salgado possuía total acesso aos meios de divulgação não só pelo

⁶ Para Randall Collins (1998): “there is a powerful symbolic payoff in getting one’s work published; it moves them out of the realm of privacy and into the realm of the public (the intellectual public, that is, which alone counts)” (p. 25).

⁷ Não estou afirmando que, por exemplo, um texto, para ser publicado necessita obrigatoriamente de um conhecimento prévio entre o autor e os responsáveis pela publicação, ou seja, que estes mantenham vínculos sociais diretos (laços de amizade e/ou profissionais). Pretendo, unicamente, chamar atenção para esta situação em particular e seu funcionamento. Além disto, pode-se muito bem considerar que, inexistindo tal proximidade social (no nível espacial e interacional), uma convergência no nível intelectual pode suprir esta “falta”.

seu trabalho na redação, mas também por gozar da amizade – e certa convergência intelectual – com Menotti del Picchia.

Neste momento começam a se formar pequenas redes de relações sociais que encerram não só os contatos interpessoais em um ambiente em comum como as possibilidades de acesso ao espaço de atenção⁸ da esfera intelectual, com suas eventuais disputas simbólicas – tudo isto ainda relacionado ao contexto do modernismo, o mesmo a propiciar a Plínio Salgado mais um canal para divulgar sua produção intelectual: a revista *Novíssima*⁹, fundada por Cassiano Ricardo e que contava, também, com a colaboração de Menotti del Picchia, Cândido Motta Filho e Fernando Callage, dentre outros. Se considerarmos uma revista como “antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 249), encontramos Salgado ampliando tanto os seus contatos nos círculos sociais dos quais fazia parte como seus espaços de experiência ao travar contato com novos *lugares de aprendizado* (GOMES, 1999, p. 20), como o ambiente das redações ou as residências de outros intelectuais, além, claro, das trocas intelectuais, decisivas para a continuidade e regularidade de sua atividade, estando elas diretamente ligadas ao aumento de seu capital cultural¹⁰, pois ao participar diretamente do centro volitivo do modernismo paulista, Plínio Salgado relacionava-se com o que havia de mais “novo” naquele ambiente intelectual, achava-se em contato imediato com seus “objetos sagrados”, ou seja, as ideias, os autores, os textos por ali circulantes e valorizados – e em última análise, o próprio Salgado contribuiu para a formação daquele contexto intelectual particular.

O que se observa, aqui, é a constituição, senão de uma *rede*, de uma *comunidade intelectual* (Capítulo 1) cuja dinâmica dá-se por meio das relações que se processam entre

⁸ Cf. COLLINS, 1998. “Espaço” onde as obras, ideias, argumentos são expostos, ganhando a visibilidade do público e criando divisões e hierarquias na esfera intelectual (formam-se, por exemplo, grupos distintos de intelectuais que defendem teorias distintas). De acordo com Randall Collins, “The attention space is limited; once a few arguments have partitioned the crowds, attention is withdrawn from those who would start yet another knot of argument. Much of the pathos of intellectual life is in the timing of when one advances one’s own argument”. (p. 38).

⁹ A *Novíssima* circulou no período de 1923-1924.

¹⁰ Estou tomando a noção de *capital cultural* como apresentada por Randall Collins (1998;2005) e não por Pierre Bourdieu. O próprio Collins diz que tomou a expressão de Bourdieu a fim de designar o que antes chamava de *status group culture*. “I disagree with Bourdieu’s principle that the intellectual field is homologous to the social space of non-intellectuals, however; (...) the cultural capital specific to the forefront of intellectual competition is not the cultural capital of educated persons generally, and it is not directly transposable with economic capital, in either direction” (p. 948, nota 4). Collins (2005) sublinha o papel da *energia emocional* para (afastar-se e) evitar que se considere a noção de capital cultural de Bourdieu de modo “estático”, ou seja, o capital cultural como contraparte do capital econômico. Para Collins, “the key to stratification is not material property, nor cultural differences, but inequalities in emotional energy. It is the processual flow of EE that enables people to wield material and culture, or lets other wield those over them” (p. 132).

seus integrantes geograficamente localizados e as ideias por eles produzidas, reproduzidas e divulgadas. Vínculos profissionais, intelectuais e de amizade mantinham unido este grupo de intelectuais do qual Plínio Salgado fazia parte – e que criaria a vertente verde-amarela do modernismo. Neste momento, se o jornal Correio Paulistano e a revista Novíssima apresentavam-se, por um lado, como fonte de renda para o sustento de Salgado, por outro, serviram como espaços de sociabilidade e de aprendizado os quais contribuíram para o aumento – e manutenção – de sua energia emocional e capital cultural, cujos efeitos podem ser verificados na sua produção intelectual, cujo ponto alto foi a publicação em 1926 de seu primeiro romance, *O Estrangeiro*, escrito quando já não mais trabalhava naquele jornal.

As atividades de Plínio Salgado no Correio Paulistano encerraram-se em 1924, quando pediu demissão por causa de conflitos no Partido Republicano Paulista oriundos de uma cisão interna, tendo sido criada uma corrente que pretendia “renovar o velho partido”, à qual Salgado engajou-se. Chamar-se-ia “Ação Nacional” e, de acordo com Héglio Trindade (1979), “visava conciliar o velho Partido Republicano com as idéias de seu tempo” (p. 41).

Prossegue Trindade sobre esta cisão:

Em realidade, o movimento de renovação procede de uma cisão do PRP. Em 1924, quase ao fim do mandato de Washington Luiz como governador do Estado de São Paulo, o partido dominante se divide em função de conflitos internos reveladores de um certo deslocamento de forças na oligarquia. O grupo de oposição, que é dirigido por Alfredo Egydio de Souza Aranha, amparado por alguns deputados e intelectuais na nova geração, tem o apoio dos Mesquitas do jornal *O Estado de São Paulo*. Esta coalizão volta-se contra a velha guarda (...). (TRINDADE, 1979, p. 41).

Neste acontecimento, a posição interseccional de Plínio Salgado em relação aos círculos sociais evidencia-se, pois, no período, sua atuação no Correio Paulistano apresenta algo próximo a uma sobreposição de suas atividades literárias e seus interesses políticos: de um lado ele engaja-se no modernismo, do outro, forma o grupo que pretende modificar o PRP. Ao mesmo tempo em que milita ao lado dos intelectuais que defendiam os ideias modernistas (e com os quais interage constantemente em sua vida cotidiana), está em contato com os políticos do partido. Decerto isto não era privilégio de Salgado e tampouco era o único, como verificado na passagem acima. A importância deste evento está no modo como ele utilizou-se de sua posição e contatos obtidos nestas redes de sociabilidade, nos círculos sociais ligados ao PRP e ao Correio Paulistano: após demitir-se do jornal (mas não se desligou do PRP nem cessou por completo suas contribuições ao Correio Paulistano), foi trabalhar no escritório de ninguém menos que o advogado Alfredo Egydio de Souza Aranha, quem capitaneava a facção oposicionista. Aí, ficou dois anos, e durante este período escreveu para o jornal *Estado de São*

Paulo sob o pseudônimo Pinus e começou a elaborar *O Estrangeiro*. Acredito que imputar às ações que levaram Plínio Salgado à demissão do Correio Paulistano motivos puramente políticos, mera estratégia a fim de obter maior poder, seria errôneo ou, no mínimo, simplista. Tais interesses “materiais” parecem-me de acordo com – e orientados por – interesses “ideais”, oriundos de sua participação no modernismo. A biografia de Salgado é perpassada por uma tensão entre política e literatura, sua atividade intelectual mira ambas as esferas e busca conciliá-las. Neste sentido, imagino que sua participação em um movimento de renovação estética – que se desdobra em um segundo momento (cujo marco é justamente o ano de 1924) caracterizado pela preocupação em “elaborar uma literatura de caráter nacional” e, em seguida, “um projeto de cultura nacional em sentido amplo” (MORAES, 1978, p. 73) – teve reflexos em suas ambições políticas, em sua visão sobre a possibilidade de transformação do país pela via política. Ora, certamente não parecerá estranho enxergar nesta manobra de Plínio Salgado uma tentativa de fazer o equilíbrio de poder pender para seu lado, mas não se pode perder de vista que tal manobra encontra-se informada por várias ideias originárias da esfera intelectual, da literatura, e que Salgado buscará a conciliação entre os dois mundos, entre seus interesses materiais e ideais.

No período em que trabalhava no gabinete de Alfredo Egydio de Souza Aranha, Plínio Salgado escreveu *O Estrangeiro*¹¹. Sua publicação está relacionada aos laços de sociabilidade que mantinha com Menotti del Picchia, mesmo afastado da redação do Correio Paulistano, e Cassiano Ricardo, quem recebia em sua casa quando a redação do romance já estava avançada, tendo este, depois, solicitado os originais para ler (LOUREIRO, op. cit. p. 142). Aqueles dois haviam fundado a Editorial Helios Ltda. e por ela lançariam a “Coleção Verde-Amarela”, cujos primeiros livros publicados seriam de Menotti, Cassiano e do próprio Plínio Salgado. Retomando as definições apresentadas no primeiro capítulo, fica-se diante de uma comunidade intelectual que encerra a possibilidade de ser ela mesma a responsável pela distribuição de seus bens simbólicos. Não é, aqui, apenas o caso da amizade entre o escritor e o editor, do contato próximo que permite um acesso mais rápido aos originais e seu autor – contato este que, talvez, permita emitir um pré-julgamento acerca da qualidade da obra – mas também do editor que é, ele próprio, autor, e tem como levar à público, de forma mais fácil, o

¹¹ A história do romance gira em torno do personagem Ivan, imigrante russo que veio trabalhar no Brasil – primeiro no campo e depois na cidade, onde abre uma indústria. A narrativa é perpassada por outros personagens, como o mestre-escola Juvencio, que busca o Brasil verdadeiro no sertão, o Coronel Pantojo, fazendeiro representante da “aristocracia paulista” decadente, Carmine Mondolfi, o próspero imigrante italiano, dentre outros. A espinha dorsal do romance é o contraste entre Ivan, vivendo na cidade, e Juvencio, no sertão. Para uma descrição detalhada do livro: CHASIN, 1978, pp. 268-278.

que produz – em um contexto de disputa simbólica (as vertentes nas quais o modernismo dividiu-se), onde se batalha por posições no espaço de atenção da esfera intelectual, a posse deste meio de disseminação torna-se de importância capital. A dinâmica da atividade intelectual é verificada em sua dupla dimensão: a interna, das leituras e discussões intra-grupo; e a externa, do conflito aberto, público, para os quais, ocorrendo no *nível simbólico*, mobilizam-se os integrantes dos círculos sociais (*nível interacional*) a fim de engajarem-se nas disputas, projetando naquele nível os grupos e laços de sociabilidade observados no segundo¹². Daí as seguintes palavras de Plínio Salgado, ao falar da homenagem recebida no Salão Nobre do Correio Paulistano pelo lançamento e sucesso de *O Estrangeiro*:

Cassiano, Mota Filho, Alfredo Elis, Menotti e eu formávamos o grupo que, na história da literatura brasileira, aparece com o nome de ‘verde-amarelo’. O grupo movimentou-se ante o êxito alcançado, principalmente no Rio, pelo meu romance. Irmanando-se no mesmo entusiasmo, Fernando Callage, Plínio Melo, Raul Bopp, Jayme Adour da Câmara, Mário Graciotti, Manuel Mendes e outros, promoveram a homenagem que os companheiros do *Correio Paulistano* exigiram fosse prestada em nossa tenda de trabalho (...). No salão, repleto de escritores (...) Menotti fez o discurso. Eu lia nos olhos dos meus companheiros de trabalho o júbilo com que partilhavam a vitória ‘da casa’. (SALGADO *apud* LOUREIRO, op. cit. p. 140)¹³.

Este acontecimento possuiu grande significado para Plínio Salgado, que na condição de homenageado foi o objeto da atenção mútua das pessoas lá reunidas, muitas delas seus amigos e companheiros de atividade intelectual, como Fernando Callage e Raul Bopp (com quem estudou a língua tupi); em destaque, ele percebe o alcance de sua obra (o que aumenta sua energia emocional e incentiva-o a dar prosseguimento ao seu trabalho intelectual) e, também, garante a ele e ao grupo verde-amarelo um lugar no espaço de atenção da esfera intelectual. Por isto a homenagem foi igualmente importante para as pessoas ligadas ao Correio Paulistano, pois, em última análise, era a celebração do sucesso do próprio grupo, exaltava-se um feito que, de algum modo, era de “todos”, como ressaltado pelo próprio Salgado ao falar na “vitória da casa”. Tais reminiscências trazem à tona os elementos que procuro ressaltar para uma sociologia da vida intelectual, pois revelam as redes de relações sociais – marcadas pelo contato com outros intelectuais – das quais Plínio Salgado fazia parte e de como, muitas das vezes, o local no qual suas interações ocorrem não são desprovidas de

¹² O que não significa afirmar a *total inexistência* de interações (amistosas) entre os membros de grupos que partilham ideias distintas e/ou conflitantes. Mas é claro que podem surgir inimizades entre os intelectuais as quais são originárias de disputas simbólicas, acarretando em isolamento de alguns em relação aos outros (ou mesmo o contrário: eventuais atritos pessoais levando a embates de ideias). Pode-se até mesmo falar em problemas envolvendo a vaidade ou o ego do intelectual. Importa, contudo, reconhecer os elementos particulares que contribuem para a dinâmica das relações de redes e comunidades intelectuais.

¹³ Este trecho foi retirado de um artigo, de Salgado, intitulado “O Correio Paulistano de 1922 a 1930”, reproduzido em sua biografia.

“sentido”, visto possuírem significação central para seus participantes, seja simbólico ou emocional (no caso, a “tenda de trabalho”, a redação do Correio Paulistano, *locus* das sociabilidades e de relações afetivas, do trabalho e das trocas intelectuais). Elas apontam, também, para a existência de eventos (rituais) próprios deste grupo, tais quais a homenagem ao romance *O Estrangeiro* que, por sua vez não deixa de configurar uma espécie de “objeto sagrado”, um símbolo para ele¹⁴: O romance não é tomado unicamente como um trabalho individual, mas também representativo de um esforço mais amplo o qual encerra relações que lhe antecederam – bastante ilustrativo aqui, creio eu, é a sua publicação. Por fim, um último elemento, é a consolidação, no nível intelectual, das ideias defendidas por Plínio Salgado e seu grupo; elas têm seu lugar no espaço de atenção, formam um polo nas disputas simbólicas do período. E como as ideias não se acham separadas das instituições, práticas e relações sociais das quais brotam, fecha-se o círculo das inter-relações e interdependência dos elementos que contribuem para a dinâmica e características, por exemplo, desta comunidade intelectual formada pelo grupo do Correio Paulistano, do verde-amarelismo.

O Estrangeiro de Plínio Salgado alcançou grande sucesso e foi muito bem recebido pela crítica que teceu inúmeros elogios tanto para o romance (chegou a ser comparado a *Os Sertões*, de Euclides da Cunha) quanto para o escritor (Salgado foi chamado de “sociólogo brilhante”)¹⁵. Para Wilson Martins:

É certo (...) que, tanto *O Estrangeiro* quanto *O Esperado* [segundo romance de Plínio Salgado] são as melhores realizações romanescas dos anos 20. Com o mesmo estilo expressionista de que Oswald de Andrade havia feito um uso claudicante, Plínio Salgado criará o esboço do que seriam, na década seguinte, os romances ‘sociais’ e ‘políticos’. O seu tardio aproveitamento, por parte do autor e dos seus leitores, como documentos de uma ideologia partidária, tirou-as da literatura, e, de resto, *O Cavaleiro de Itararé* [seu terceiro romance], em 1933 viria encerrar lamentavelmente a série (MARTINS, 1965, p. 251).

Apresentando elementos caros à vertente verde-amarela, como a importância da intuição “como faculdade que possibilita a apreensão da alma brasileira em seus traços psicológicos profundos” (MORAES, op. cit., p. 123) e a imperativa busca pelo Brasil “real” no interior do país, o romance constituiu um marco na trajetória intelectual de Plínio Salgado: seu nome passou a ser reconhecido para além os limites da cidade de São Paulo e encabeçava o verde-amarelismo ao lado de Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, com quem lançou, em 1927, o

¹⁴ “[T]he group is focusing on its own feeling of intersubjectivity, its own shared emotion; but it has no way of representing this fleeting feeling, except by representing it *as embodied in an object*” (COLLINS, 2004, p. 37 [grifo meu]).

¹⁵ Sobre alguns aspectos da recepção de *O Estrangeiro* na década de 1920: RAMOS, 2013 [no prelo].

livro *O Curupira e o Carão*¹⁶, composto por textos escritos a partir de 1922. Além disto, seu sucesso abriu caminho para a publicação de outros livros e, também, deu a Salgado certa “independência” em relação ao grupo verde-amarelo, visto ter “rompido” com ele um pouco mais tarde. De acordo com Plínio Salgado:

Pela mesma maneira como, com os “verde-amarelos” rompi contra os chamados “modernistas” porque se desviavam do rumo de uma revolução necessária, também senti que o ‘verde-amarelismo’ se estacionava num nacionalismo demasiadamente “exterior” e pictórico. Urgia um nacionalismo “interior”, intuitivo. (SALGADO, 1956 [1935], p. 14).

Neste período do lançamento de seu primeiro romance, Plínio Salgado morava em uma pensão onde se encontrava com outros intelectuais. Fernando Callage, seu “vizinho de quarto” com quem travara, anteriormente, contato na revista *Novíssima*, tomava parte nestes encontros. De acordo com Callage, o relacionamento entre ambos era pautado por conversas diárias, nas quais “nosso assunto predileto era o literário. Mas, também, conversávamos muitos sobre política, quer estrangeira, quer nacional”. E prossegue ele sobre as confabulações na pensão:

Quase todas as noites ficávamos em casa para o cavaco costumeiro. Também vinham tomar parte nele vários intelectuais amigos e admiradores do escritor ilustre. Entre eles é justo destacar: Raul Bopp, Plinio Mello, Mario Graciotti, Augusto Frederico Schmidt, Manoel Mendes, Belmonte, Cassiano Ricardo e outros. Geralmente sempre aparecia um novato com um calhamaço debaixo do braço, que vinha pedia a sua opinião “sincera”. (CALLAGE, 1936, p. 149).

Destas reuniões intelectuais na pensão da rua Brigadeiro Luís Antonio, destaco três pontos que a questão das redes intelectuais. O primeiro não difere muito daquilo abordado nas páginas anteriores, pois se trata da própria reunião, dos encontros mantidos pelos intelectuais, agora no âmbito da vida cotidiana, o que traz regularidade para tais atividades e contribuem para reforçar os laços de sociabilidade mantidos por eles. Além disto, deve-se ressaltar uma diferença: se nas situações anteriores os ambientes de interação eram, senão públicos (na rua, nos cafés e restaurantes), profissionais (a redação) em sua grande maioria, aqui, é um espaço mais íntimo, da residência particular, o que pode ser indicativo da maior proximidade ou afinidade entre os participantes. Mas independente do grau de coesão ou do envolvimento afetivo entre eles, sublinha-se a existência destas dimensões privadas e públicas da rotina da vida diária no que elas possuem de particular para a atividade intelectual e sua regularidade. Para Anthony Giddens (2003), “As rotinas da vida cotidiana são fundamentais até mesmo

¹⁶ Livro composto por artigos (de Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia) publicados no jornal Correio Paulistano. Refletiam as ideias e posições dos autores sobre arte e literatura modernas calcadas em ideais nacionalistas.

para as mais elaboradas formas de organização da sociedade. No decorrer de suas atividades diárias, os indivíduos encontram-se uns com os outros em contextos situados de interação” (p. 75). Neste sentido, estas situações co-presenciais – sejam os encontros diários no local de trabalho ou as reuniões na residência de alguém – contribuem para a criação dos laços sociais que criam as redes e as comunidades intelectuais e, também, para sua continuidade, sendo fonte da energia emocional e do capital cultural essenciais para o trabalho intelectual.

O segundo ponto é um exemplo de como estas experiências podem contribuir para a produção simbólica não só na forma daqueles dois elementos (capital cultural e energia emocional), mas como referência ou inspiração para o conteúdo daquela. Fernando Callage conta que os encontros realizados na pensão onde ele e Plínio Salgado moravam serviu como base para um dos capítulos do segundo romance deste, *O Esperado* (CALLAGE, op. cit., p. 150). Intitulado “O Clube Talvez”, narra as reuniões ocorridas em um prédio da Praça da Sé onde “discutiam os comensais os problemas da humanidade e da nacionalidade, expendendo idéias avançadas, às vezes subversivas” (SALGADO, 1981 [1931], p. 41). Decerto que a descrição do ambiente e seus frequentadores é romanceada a fim de construir a história do livro, contudo, não diminui ou contraria o fato de que a vivência de Plínio Salgado, naquele momento, pôde ser reflexivamente incorporada na narrativa ficcional.

Por fim, o terceiro ponto é a presença, nestes encontros, de Augusto Frederico Schmidt, com quem Plínio Salgado desenvolveu grande amizade. Schmidt, com 18 anos, foi para São Paulo e aí permaneceu no período de 1924 a 1928, entrando em contato com alguns dos intelectuais participantes da Semana de Arte Moderna, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Ribeiro Couto, além do próprio Salgado (CALICCHIO, 2001). Entre ambos erigiu-se uma grande relação afetiva, de modo que Schmidt foi uma das primeiras pessoas a ler o romance *O Estrangeiro*, antes de sua publicação. Este encontro teve grande importância no contexto do movimento integralista, pois muitos livros sobre o Integralismo foram publicados pela editora de Augusto Frederico Schmidt, a Schmidt Editora. Outra amizade importante foi de Salgado com ninguém menos que José Olympio, enquanto este ainda trabalhava na Casa Garraux (voltarei a isto a frente, tópico 2.1.1). Mas antes disto, depois da volta de Schmidt para o Rio de Janeiro, ele foi uma das ligações entre Plínio Salgado e o grupo de intelectuais e estudantes que, frequentadores da Livraria Católica, a qual adquiriu e passou a dirigir por volta de 1930 (CALICCHIO, op. cit.), reuniram-se em torno do futuro fundador da AIB. Dentre os membros deste grupo estavam os jovens intelectuais da

Faculdade de Direito – o grupo do CAJU¹⁷ – e os responsáveis pela revista *Hierarchia*. Aqui já começa a delinear-se a formação das *redes intelectuais* que contribuiram para o início do desenvolvimento e expansão do movimento integralista no Brasil.

Em 1926, Plínio Salgado não só mantinha próximo de si um círculo social com o qual interagira de modo regular e que contribuía para sua atividade intelectual, bem como transformara-se em um escritor consagrado após o sucesso de seu primeiro romance (cuja segunda edição saiu no mesmo ano). No ano seguinte, publicou, pela Editorial Helios, os já citados *O Curupira e o Carão* (com Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo), *Discurso às Estrelas e Literatura e Política*¹⁸. É neste livro, fortemente influenciado pelas ideias de Oliveira Vianna e Alberto Torres, que Plínio Salgado abraça de vez as ideias sobre o necessário engajamento dos intelectuais brasileiros na vida política e social do país. Se em sua conferência no Correio Paulistano, quando da homenagem por seu primeiro romance, Salgado falara da “Missão do Artista” – considerando este “o homem que nasceu para dizer alguma coisa. É uma espécie de orador oficial de uma série de avós que foram mudos”, e concluindo que “Ele não veio para impor um idioma, mas para criar um estilo e expor uma interpretação do mundo” (SALGADO, 1956 [1935], p. 46-47) –, em seguida virou-se diretamente “Aos intelectuais do meu País” (título do prefácio ao *Literatura e Política*), entregando-lhes um “Convite para que nós, os escritores brasileiros, nos interessemos mais pela nossa terra” (Idem, 1956 [1927], p. 19). Porém, tal convite não foi feito sem, antes, uma crítica a estes mesmos intelectuais os quais, por vaidade, sempre colocaram-se à margem da vida da Nação, “De sorte que, se a sua obra é inexpressiva, também a sua existência é inútil à coletividade. Daí o seu desprestígio (...), tornando-o [o intelectual brasileiro], ou um relegado ao ostracismo, ou um áulico favorecido de eventuais benevolências dos poderosos” (Ibid, p. 20).

Observa-se a mudança operada por Plínio Salgado, onde o *artista* que *interpreta* o mundo passa para o *intelectual* que deve, também, *intervir* no mundo. É uma transformação fundamental que se encontra relacionada, por um lado, à continuidade de sua atividade intelectual, entregue, como se percebe pelo conteúdo de alguns dos capítulos de *Literatura e Política*, aos estudos e análises dos problemas brasileiros; e do outro, à sua atuação efetiva na esfera política por intermédio de seus vínculos com o pessoal do Correio Paulistano: Menotti

¹⁷ Vários de seus principais integrantes filiaram-se à AIB, como Hélio Vianna, San Tiago Dantas, Américo Jacobina Lacombe, Antonio Gallotti.

¹⁸ Como já foi mencionado, *Discurso às estrelas* foi uma coletânea de contos escritos por Plínio Salgado enquanto trabalhava no Correio Paulistano. Já *Literatura e Política* era um convite de Salgado aos escritores brasileiros para que se interessassem pelo Brasil. Compunha-se de vários capítulos que tratavam de questões acerca do movimento modernista e do panorama político brasileiro.

del Picchia convidou Salgado para candidatar-se à deputado pelo PRP¹⁹, ao que este aceitou, e “Não tardou para Plínio Salgado ser eleito deputado vindo formar na Câmara, ao meu lado, a dupla ‘verdamarela’” (PICCHIA, op. cit. p. 219). E lembrando aquilo exposto no Capítulo 2, sobre as ideias circulantes no Brasil acerca da participação dos intelectuais na vida pública, verifica-se que isto, de algum modo, tornava-se “realidade” neste período, pois no jornal *Folha da Manhã*, ao anunciar justamente o livro *Literatura e Política*, lê-se:

O momento literário e político do Brasil é dos mais pitorescos. Basta dizer que os literatos vão se fazendo políticos, anunciando-se que o próprio sr. Plínio Salgado terá, muito em breve, uma cadeira na Câmara dos Deputados, ao lado do sr. Paulo Setubal e do poeta Menotti Del Picchia. Note-se que o “leader” da Câmara, o sr. Armando Prado, é também escriptor. (*Folha da Manhã*, 08/11/1927).

Com exceção de algumas conferências, como a apresentada no *Centro Gaúcho* de São Paulo, intitulada “Literatura Gaúcha”, Plínio Salgado voltou-se para sua atuação parlamentar, fazendo parte de um movimento de intelectuais ligados ao PRP – a Ação Renovadora Nacional – que logo se dissolveu. Antes de concluir seu mandato, em 1930, viajou para o Oriente Médio e a Europa como preceptor de um jovem parente de Alfredo Egydio de Souza Aranha. Em Paris manteve contato com Cândido Portinari (dedicando-lhe um artigo para o *Correio Paulistano*, “Um Pintor brasileiro em Paris”) e escreveu, além de seu segundo romance, *O Esperado*, o esboço de um manifesto político que serviu como base para o Manifesto da Legião Revolucionária²⁰, lançado em 1931. Retornou ao Brasil em meio ao movimento revolucionário articulado pela Aliança Liberal contra Washington Luís. Após a deposição deste, o *Correio Paulistano* foi depredado e vários colegas de Plínio Salgado foram presos, mas este ficou em liberdade.

Estes anos iniciais da década de 1930 foram de suma importância para Plínio Salgado. Após o lançamento do Manifesto da Legião Revolucionária, em 1931, viajou para o Rio de Janeiro para debater as ideias ali contidas com um grupo de intelectuais e estudantes, muitos dos quais frequentadores da Livraria Católica dirigida por Augusto Frederico Schmidt, que também estava presente na reunião (CALICCHIO, op. cit.). Dentre os outros participantes estavam Lourival Fontes, Madeira de Freitas, Raimundo Padilha e vários integrantes do grupo do CAJU, como Vicente Chermont de Miranda, Hélio Viana, San Tiago Dantas, Américo Jacobina Lacombe, Antonio Galotti e Gilson Amado. De acordo com Plínio Salgado, a partir desta reunião deveria formar-se “uma corrente para defender as idéias do ‘manifesto’, procurando algum líder revolucionário que tivesse capacidade para chefear. Foi uma tentativa

¹⁹ Menotti também convidou Cassiano Ricardo, mas este hesitou. Cf. PICCHIA, op. cit. p. 216-219.

²⁰ Sobre o Manifesto e a Legião: CHASIN, 1978; CALICCHIO, 2001a.

fracassada porque o chefe não foi encontrado...” (SALGADO, 1956 [1935], p. 22). Não encontrei qualquer outra informação que contrariasse se foi este o motivo do “fracasso”, mas independente disto, sublinho a relevância deste encontro, onde se articularam diversos elementos para sua realização: a Livraria Católica já era um lugar de interações face a face de uma parcela das pessoas que participaram da reunião com Plínio Salgado, cujo grande amigo dos “passeios noturnos por São Paulo” era seu dono. Além disto, como o próprio nome da livraria denuncia, não era aquele um espaço “neutro”, afinal, a livraria pertencera a Jackson de Figueiredo e também era frequentada por um grupo de intelectuais católicos liderados por Alceu Amoroso Lima, sendo, assim, um ambiente com grande significado simbólico, de trocas intelectuais baseadas no pensamento católico cujo maior representante vivo era o próprio Alceu. A reunião promovida por Plínio Salgado realizou-se, deste modo, a partir das dinâmicas sociais envolvendo seu contato prévio, sua amizade, com Augusto Frederico Schmidt e as sociabilidades das pessoas que já frequentavam aquele espaço, mas não tinham, até o momento, qualquer contato direto com Salgado. Surge, aqui, os rudimentos de uma rede intelectual que terá grande importância para o movimento integralista.

Embora a reunião não tenha dado “certo”, o contato estabelecido entre Plínio Salgado e as pessoas aí presentes renderia maiores frutos depois, em 1932, mas já foi possível colhê-los no mesmo ano de 1931: com a criação do jornal *A Razão* – por parte de Alfredo Egydio, que comprou um matutino em vias de desaparecer – Salgado assumiu-lhe a redação ao lado de San Tiago Dantas. Tendo surgido “como instrumento nítido de intervenção político-ideológica, visando a formação de uma opinião pública favorável ao nacionalismo radical, implementado por um Estado forte e centralizado” (COHN & HIRANO, 2001), o jornal, além de contar com a colaboração²¹ de intelectuais do “círculo católico”²², como Alceu Amoroso Lima e Heráclito Sobral Pinto, e conhecidos de Plínio Salgado da época do Correio Paulistano, como Mario Gracioti e Silveira Bueno, publicava diariamente uma “Nota Política” redigida pelo próprio Salgado que transformou *A Razão* em seu “ponto de apoio” tanto material quanto de propagação de suas ideias. Em carta endereçada a Augusto Schmidt, Salgado explicitou suas intenções: “Neste instante, eu me sinto imensamente desamparado de elementos materiais para qualquer ação prática. Esse jornal será o primeiro impulso”. E mais adiante: “A minha ação política, nesse sentido, será bem forte: e isso já será um começo da organização, de afirmação de uma mentalidade que, evoluindo para uma expressão político-

²¹ Para outros nomes que colaboraram com *A Razão*, ver: COHN & HIRANO, 2001; LOUREIRO, 2001.

²² Como ficou conhecido o grupo de intelectuais que passou a frequentar a Livraria Católica de Augusto Frederico Schmidt. Cf. HALLEWELL, 1985, p. 338-339.

social definida e eficiente, poderá ainda um dia dizer ao mundo uma palavra nova”²³. No princípio de 1932, em vista da tomada de posição contrária, por parte do jornal, ao movimento constitucionalista – a linha editorial não só era favorável à Revolução de 1930 como defendia abertamente um Estado forte, “ordenador e controlador de todas as instituições sociais” (COHN & HIRANO, op. cit.) – acabou sendo empastelado. No entanto, a despeito de tal revés, Plínio Salgado conseguiu divulgar suas ideias em mais de 300 artigos escritos ao longo da curta duração do periódico, “estabelecendo contato político entre um grupo disperso de intelectuais e de homens de ação em diversas regiões do país” (TRINDADE, op. cit. p. 81).

Além d’*A Razão*, que serviu como polo irradiador das ideias de Plínio Salgado, a fundação da Sociedade de Estudos Políticos (SEP)²⁴, em princípios de 1932, contribuiu diretamente para a criação da Ação Integralista Brasileira. Na sede daquele jornal, em fevereiro, realizou-se a primeira reunião que formou a SEP, contando com a presença de intelectuais próximos a Salgado, como Cândido Mota Filho, Mario Graciotti e Fernando Callage, além de estudantes da Faculdade de Direito²⁵, provavelmente atraídos por uma conferência aí realizada por Plínio Salgado em 1931. Mota Filho, em entrevista concedida a Hégio Trindade (1979), assim referiu-se aos motivos que levaram à criação da SEP e quais eram seus objetivos principais:

Em São Paulo, os jovens procuravam concentrar-se em torno de uma idéia superior, que pudesse guiar a vida política diante do impasse em que se encontrava a Revolução de 30 (...). A nossa preocupação era fundarmos um centro de estudos que pudesse investigar e extrair desta investigação um sistema qualquer que nos orientasse na vida política (...). A finalidade da sociedade era apenas estudar, investigar e ver qual era o caminho que se podia traçar para o Brasil novo que ia surgindo (...). (p. 117).

Compartilhando os sentimentos de incerteza e angústia para com o momento político que o país atravessava, este grupo passou a reunir-se periodicamente em uma sala do Clube Português²⁶ e a organizar-se internamente, criando diversas comissões de estudos (economia, história, geografia, sociologia, arte e literatura, religião, dentre outras). Suas discussões eram pautadas pelo nacionalismo e por críticas ao liberalismo, contudo, não havia uma homogeneidade de ideias ou mesmo dos objetivos da Sociedade²⁷. O grupo majoritário, do

²³ Esta carta foi reproduzida no volume Plínio Salgado, op. cit. p. 31-34.

²⁴ Sobre seus princípios: TRINDADE, 1979, p. 117-118.

²⁵ De acordo com Paulo Brandi (2001), a SEP “chegou a contar com 148 membros, a maioria deles antigos companheiros de Plínio Salgado da jovem guarda lítero-perrepista, intelectuais do Rio com quem estabelecera contato após a Revolução de 1930, estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo e elementos da Ação Imperial Patrimonista, como por exemplo Sebastião Pagano”.

²⁶ O espaço no Clube Português foi conseguido por intermédio de Eurico Guedes de Araújo, ligado à SEP.

²⁷ Trindade identifica dois grupos principais no interior da SEP: um, majoritário, organizava-se em torno de Plínio Salgado; o outro era ligado aos monarquistas do movimento Patrimonista, que pretendiam um regime

qual Plínio Salgado fazia parte e contava com o apoio de vários estudantes da Faculdade de Direito – dentre eles Roland Corbisier – julgava possuírem os debates e os estudos no seio da SEP um caráter instrumental, de ação e intervenção sobre a sociedade. Desta visão nasceu a Ação Integralista Brasileira, a princípio uma “nova comissão técnica (...) cujo objetivo é de ‘transmitir ao povo, em uma linguagem simples, os resultados dos estudos e as bases doutrinárias da SEP’” (TRINDADE, op. cit. p. 122). Ela foi proposta em maio de 1932 e contou com o apoio de grande parte da SEP – mas não foi unânime, lembrando a posição de Cândido Mota Filho – sendo reflexo das posições defendidas pelo grupo majoritário capitaneado por Plínio Salgado.

Enquanto a SEP organizava-se internamente, Plínio Salgado retomava seus contatos, por intermédio de Augusto Frederico Schmidt e San Tiago Dantas, seu colega de redação, com aquele grupo de intelectuais do Rio de Janeiro. Além destes, passou a corresponder-se com um intelectual de Teófilo Otoni (MG), Olbiano de Melo²⁸. Este já havia publicado dois livros, *República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil* (1930) e *Comunismo ou Fascismo?* (1931) e, em 1932, lançou um terceiro intitulado *Levanta-te, Brasil*²⁹, que “era mais um manifesto à Nação contendo um programa de ação partidária” e apresentava, dentre outros tópicos, os estatutos de um partido a ser futuramente fundado, o Partido Sindicalista Nacional. Ao tomar conhecimento das ideias de Olbiano de Melo, Plínio Salgado entrou em contato com ele através de uma carta de março de 1932. Nela, dizia que “já tinha lido o seu trabalho e tinha dito com meus botões: eis aqui um homem” e apresentou-lhe a Sociedade de Estudos Políticos, relatando seus objetivos e os planos de Salgado para ela:

O fim da SEP é criar uma nova mentalidade. Na capital ela está aumentando cada vez mais o número de adeptos; estamos organizando células em cada uma das cidades do Estado. Resolvi pedir aos editores e autores que nos auxiliem nesta hora de catequese e de iniciação. Vou divulgar, por um sistema que engendrei, a obra de Alberto Torres, de Oliveira Viana, de Tristão de Athayde, de Otávio Faria, de Alberto Faria, de Euclides da Cunha, de Oliveira Lima, de Nabuco, a literatura fascista de Rocco, o que Portugal

construído sobre o catolicismo e a realeza. Trindade também chama a atenção para o caso de Cândido Mota Filho que, mesmo gozando de grande prestígio na SEP, estava praticamente isolado, pois via na Sociedade apenas um órgão de estudos e não de ação tal como passou a se transformar (p. 119-123).

²⁸ É interessante notar uma pequena semelhança entre um aspecto das trajetórias políticas de Olbiano de Melo e Plínio: assim como Plínio Salgado, que era filiado ao Partido Republicano Paulista, Olbiano de Melo era filiado ao Partido Republicano Mineiro e também fazia parte de uma corrente em seu interior que pretendia reformá-lo, fracassando em seu intento. Assim, ambos encontravam-se envolvidos nos respectivos partidos políticos locais e mostraram-se insatisfeitos com suas práticas e a forma como agiam (não surpreende, então, o fato de mostrarem-se incrédulos quanto ao sistema liberal-democrata, procurando novas soluções e caminhos).

²⁹ Alguns elementos da organização da Ação Integralista Brasileira parecem inspirados neste livro de Olbiano de Melo, como, por exemplo, o lema “Deus, Pátria e Família”, adaptação de um juramento: “pela Família, pela Pátria e por Deus”, a ser feito quando da entrada no partido. Aliás, o ingresso do militante na AIB também era mediante um juramento.

nos oferece de mais interessante, e, com o tempo, os trabalhos de escritores franceses, ingleses, americanos e alemães. Pretendo organizar comissões de estudo e divulgação especializadas cada qual em assuntos econômico-financeiros, sociológicos, religiosos e culturais³⁰.

Em seguida, Plínio Salgado pediu para Olbiano “organizar em Minas uma sociedade semelhante, com irradiação por todos os municípios e articulação com a nossa de São Paulo” e também enviar-lhe “o maior número possível de exemplares de seu livro; que quero dar uma grande divulgação entre nossos conscritos”. Por fim, antes de concluir a carta, advertiu: “Não aceitamos qualquer associado. E este depois que entra, tem de se submeter a várias provas de capacidade mental, para ser um combatente, um apóstolo” (SALGADO *apud* MELO, 1957, p. 62-63). Esta carta de Plínio Salgado parece-me interessante por revelar suas ambições relacionadas à SEP, de uma ação direta orientada a partir dos estudos realizados em seu seio, o que mostra como as intenções alimentadas por aquela corrente majoritária tornavam-se, em última análise, “oficiais”, partilhadas em toda a Sociedade.

Além disto, nota-se aquela ênfase no trabalho intelectual (que estará presente na Ação Integralista Brasileira), tomado como elemento central da SEP. Se esta objetivava uma “campanha de renovação, ou melhor: de reposição do Brasil na sua base de realidade” (Ibid. p. 62) então sua realização precisaria contar, primeiro, com uma base “intelectualizada”, isto é, com pessoas capacitadas da maneira como advertida por Plínio Salgado em sua carta, além de ter a sua disposição toda uma estrutura de aquisição e distribuição de bens simbólicos, envolvendo autores e editores, a fim de suprir material e simbolicamente a SEP. Salgado também intencionava, “No fim de cada mês, (...) publicar um jornal de recortes, com os melhores artigos que aparecerem no País” (Ibid. p. 62). Tais artigos seriam oriundos daquelas comissões de estudos e encaminhados para uma “diretoria de propaganda” que depois cuidaria de sua distribuição. Plínio Salgado buscava, assim, articular um sistema de produção e divulgação de bens simbólicos o qual funcionaria como o núcleo da SEP, de onde partiriam não só os fundamentos daquela “nova mentalidade”, mas igualmente seus meios de atuação – é bem provável que todos estes planos tenham inspirado a futura organização da Ação Integralista Brasileira. Ora, estando seus membros engajados neste projeto de pensar e estudar uma “solução” para o país, por que, então, não permaneceram unidos sob o signo da AIB? A resposta encontra-se dispersa nas linhas acima, bastando aproximar seus pedaços tendo em vista a dinâmica da vida intelectual.

³⁰ Esta carta foi reproduzida em MELO, 1957, p. 61-63.

Enfatizo dois fatores para o fim da Sociedade de Estudos Políticos e o fato de que a totalidade de seus membros *não* caminhou ou permaneceu na Ação Integralista Brasileira. O primeiro diz respeito à divergência no *sentido* da SEP; o segundo, posterior, relaciona-se a incompatibilidade entre elementos das redes de crenças de seus membros. Chamo a atenção para estes dois pontos porque ambos tiveram sua participação na criação da própria Sociedade, pois foi em razão deles que seus futuros membros, possuindo interesses comuns, aproximaram-se e desenvolveram formas de relacionamento direcionadas à sua realização. Sua fundação foi, assim, resultado de um processo *sociativo*³¹ envolvendo um punhado de indivíduos distintos e suas inter-relações, com seus objetivos ocupando uma posição de destaque não só na ligação entre eles, mas também na criação de uma rotina de encontros. Ora, diante de sua centralidade neste processo, qualquer alteração nestes pontos provocaria um desequilíbrio entre os indivíduos, afetando o cerne mesmo da sociação, e foi justamente isto que ocorreu. Lembrando a fala de Cândido Mota Filho, apresentada mais acima, buscava-se “uma ideia superior, que pudesse guiar a vida política diante do impasse em que se encontrava a Revolução de 30”, e a percepção deste impasse contribuiu para a formação daquela comunidade intelectual movida pelo objetivo de criar um centro de estudos para “estudarmos os problemas os problemas nacionais e traçarmos em consequência destes estudos os rumos definitivos de uma política salvadora”³².

Mas ao longo do desenvolvimento da Sociedade delineou-se uma mudança no sentido de suas ações, provocando a divergência entre Cândido Mota Filho, para quem a SEP não deveria perder sua “feição cultural”³³, e Plínio Salgado (e a corrente a qual capitaneava), para quem ela precisava ter uma finalidade prática, instrumental, de intervenção. E esta mudança atendia pelo nome de Ação Integralista Brasileira, sugerida por Salgado em maio de 1932, mesmo mês do empastelamento do jornal *A Razão*. Ocorre, aqui, o primeiro dissenso, afinal, com esta proposta – que saiu vencedora, porque, além do prestígio, Plínio Salgado contava, também, com o apoio da maioria dos membros da SEP, fazendo com que houvesse uma clivagem na relação de poder que o beneficiava – atingiu-se diretamente um dos elementos que motivara a aproximação daquelas pessoas, descaracterizando-o para uma parcela do grupo, no mínimo. A não adesão, mesmo que de um número reduzido, à AIB após sua

³¹ Remeto à noção de *sociação* de Georg Simmel (2006, p. 60-61).

³² Esta passagem faz parte do discurso de Plínio Salgado quando da fundação da SEP sob sua presidência. Cf. SALGADO, 1957, p. 144.

³³ Em entrevista a Héglio Trindade (1979), Mota Filho assim referiu-se à criação da AIB: “Houve conflitos. Eu achava que nós não podíamos tirar da SEP sua feição cultural. E eu disse a ele (Plínio) com toda a franqueza que não, que ele não deveria transformar aquele movimento nos arrastando a uma responsabilidade que não era nossa”. (p. 122-123).

proposição e criação representa, assim, uma situação de irreconciliabilidade³⁴ provocada pela transformação do sentido da SEP. Modificado, este elemento passou a significar unicamente os interesses da corrente que se tornou dominante, não havendo mais, como no princípio, aquilo que permitiu a aproximação interpessoal e culminou na criação de um órgão que se pretendia o realizador dos interesses de seus membros.

O segundo fator a impedir a agregação dos membros originários da SEP na Ação Integralista Brasileira ocorreu em princípios do ano seguinte, em 1933, envolvendo o grupo patronovista³⁵. A julgar pelo fato do texto que se tornaria o Manifesto Integralista ter sido aprovada praticamente sem modificações quando de sua distribuição, aos membros da SEP, em reunião realizada em junho de 1932, verifica-se que, com exceção daqueles que já haviam manifestado sua posição contrária, todos estavam de acordo tanto com a “instrumentalização” da Sociedade, dando-lhe um caráter ativo, como com as ideias presentes no Manifesto (a defesa do nacionalismo e do corporativismo, a crítica ao liberalismo, a importância da religião) – ainda que ele não fizesse qualquer menção ao que a Ação Imperial sustentava (como um governo monárquico e a restauração dos privilégios do catolicismo). Depreende-se deste primeiro momento uma situação onde a *rede de crenças* (Capítulo 1, nota 38) das pessoas que formavam o grupo patronovista achava-se em sintonia com aquela do grupo mais próximo de Plínio Salgado, pois ambas referiam-se a um conjunto de ideias em comum – nacionalistas e anti-liberais. Neste momento, os objetivos destes grupos estão pautados por ideias semelhantes capazes de, se não obliterar, deixar momentaneamente de lado suas diferenças mais profundas. Isto manteve-se até a publicação do volume *Estudos Integralistas*, no início de 1933, quando “ficou estabelecido o caráter ‘republicano’ do futuro Estado Integral” (TRINDADE, 2001a). Miguel Reale (1987) confirma o efeito deste livro:

o primeiro resultado da publicação desse estudo foi o imediato rompimento dos monarquistas de São Paulo, como José Carlos de Ataliba Nogueira, Sebastião Pagano, Arlindo Veiga dos Santos, os quais, na realidade, eram seguidores do Integralismo português, de Antônio Sardinha (...). (p. 88).

³⁴ Remeto, aqui, à reflexão de Georg Simmel sobre a irreconciliabilidade, presente no final de suas análises sobre o conflito (1964, p. 121-124). Nela, Simmel refere-se à relação entre os indivíduos após uma situação conflitante onde não há conciliação – ou reconciliação (p. 117-121): “(...) true irreconcilability does not consist in the failure of consciousness to overcome past conflict – this failure is rather the consequence of the irreconcilability. Irreconcilability means that through the conflict, the soul has undergone a modification of its *being*. It must be compared with a lost limb, not with a scar” (p. 121). Reelaborei-a para a questão aqui analisada, transferindo a “modificação” de algo no indivíduo (que sofre com o conflito) para aquilo que era *objeto* de conflito *entre* os indivíduos.

³⁵ A Ação Imperial Patronovista foi uma organização católica e corporativista fundada em 1928 com objetivo restaurar, no Brasil, a monarquia. Muitos de seus membros fizeram parte da SEP e da fase inicial da AIB (TRINDADE, 2001a).

Nele, em um texto intitulado “A Posição do Integralismo”, de autoria do próprio Reale, escreve seu autor que “o Integralismo Brasileiro não desconhece a ação benéfica do movimento de 89 e, nesse ponto como em outros, se afasta radicalmente do Integralismo lusitano” (REALE, 1983 [1935], p. 64). Isto provocou um choque nas redes de crenças porque evidenciou uma incompatibilidade entre seus elementos centrais, revelando, assim, “tradições” intelectuais bastante distintas daquela anteriormente partilhada. Diferentemente do ocorrido com Cândido Mota Filho, não houve *mudança* nos interesses que aproximaram os indivíduos, mas sim o *surgimento de outros* que se revelaram auto-excludentes.

A SEP forneceu o ambiente no qual surgiu a AIB (ainda que na forma de uma seção em seu interior), e o manifesto que a lançou, e funcionou, mesmo que durante pouco tempo, como uma comunidade intelectual que contava com um espaço próprio para as reuniões entre seus membros. Lugar de sociabilidade e trocas intelectuais, sua sede no Clube Português foi o palco para as interações entre pessoas de grupos sociais distintos (estudantes, patrimonistas, etc.), de seus estudos e discussões, criando-se aí uma rotina de encontros. Curiosamente, os fatores que contribuíram para a transformação da “mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro” (SIMMEL, 2006, p. 60), ou seja, para o desenvolvimento de um processo sociativo cujo resultado foi a criação da SEP, com toda sua estrutura organizacional (sede, local de reuniões, comissões de estudo, princípios norteadores), foram os mesmos a partir dos quais se iniciou a desagregação entre seus membros. Isto serve, por sua vez, para ilustrar outro aspecto da vida intelectual, deixado de lado até aqui: o do conflito (intra-grupo).

Tomando alguns aspectos da trajetória intelectual (e política) de Plínio Salgado como ponto de partida para as análises sobre a Ação Integralista Brasileira, enfatizei, sobretudo, situações de “consenso”, como foi o caso de sua atuação no Correio Paulistano e suas relações com os intelectuais que viriam a formar, com ele, o grupo Verde-Amarelo. Procurei mostrar a dinâmica envolvendo seus encontros e sociabilidades, os espaços onde estas ocorriam e contribuíam para sua continuidade, as trocas intelectuais que concorriam tanto para a identificação dos membros do grupo como para sua produção simbólica. Também atentei para os relacionamentos que extrapolavam o microcosmo intelectual, adentrando o mundo da política, e a criação de novos contatos e círculos sociais a partir da vida cotidiana de Salgado em São Paulo. Tudo isto mostrou um quadro “harmônico” das atividades que compõem uma rede intelectual, apontando a interdependência entre os níveis que a compõem e se encontram em constante movimentação, influenciando-se mutuamente. Contudo, como bem sabemos, o

conflito exerce papel fundamental, também, para sua organização e dinâmica – a própria formação de uma comunidade intelectual está pautada por uma situação de conflito – e procurei apresentar o caso da SEP sob este prisma, ainda que o dissenso tenha surgido, aqui, unicamente na forma de um conflito no nível intelectual, envolvendo os interesses ideais e as redes de crença dos participantes. Ainda assim, é possível, a partir daí, observar outras situações bastante distintas daquelas apresentadas anteriormente: se, antes, procurei indicar os efeitos das interações e dos laços sociais para a produção intelectual, para sua disseminação e/ou publicação, ao falar da SEP, aponte para a influência de uma divergência entre ideias nas relações sociais, pois o rompimento e afastamento entre os intelectuais patronovistas e o grupo integralista decorreu de tal antagonismo.

O envolvimento e atuação regulares de Plínio Salgado no “microcosmo” intelectual permitiu-lhe travar valiosos contatos com pessoas que também o formavam e aí agiam. Seu relacionamento com elas – envolvendo laços sociais especialmente próximos e distantes, além da convergência de ideias – contribuiu para alguns aspectos da formação e desenvolvimento da Ação Integralista Brasileira. O mesmo pode ser dito sobre sua passagem também pela vida política (na verdade, uma espécie de retorno a ela, agora na cidade de São Paulo e num partido do porte do PRP). E a isto soma-se, claro, a presença das próprias ideias circulantes à época sobre a necessária participação dos intelectuais na vida do país. Plínio Salgado não só foi um dos defensores, e mesmo representante, desta nova visão sobre o papel do intelectual, como contribuiu para sua disseminação e sua “rotinização”. Quando o manifesto foi publicado em sete de outubro de 1932, Plínio Salgado contava com uma pequena rede intelectual que encerrava seus contatos, principalmente, em São Paulo, provenientes da SEP; no Rio de Janeiro, com destaque para o grupo do CAJU; em Minas Gerais, com Olbiano de Melo; e no Ceará, ligando-se à Legião Cearense do Trabalho³⁶. Nos anos seguintes, conheceu expressivo crescimento, permitindo a expansão da própria AIB.

2.1.1 Plínio Salgado e as editoras: Schmidt e José Olympio

Os laços de amizade cultivados por Plínio Salgado com Augusto Frederico Schmidt e José Olympio exerceram um papel crucial na divulgação do Integralismo ao viabilizarem a

³⁶ Fundada pelo tenente Severino Sombra em 1931 na cidade de Fortaleza, buscava reunir o operariado cearense e contava com o apoio da Igreja Católica. Colocava-se contra o liberalismo, o comunismo e organização político-social moderna (pautada pelo individualismo), defendendo um regime corporativo de inspiração medieval – as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* serviam-lhe como bases ideológicas. Hélder Câmara e Jeovah Motta foram, ao lado de Sombra, suas principais lideranças. Com a fundação da AIB, integrou-se a ela. Sobre a LCT: TRINDADE, 1979 e 2001b; PARENTE, 1999.

publicação de várias obras integralistas. Ademais, são exemplos de particular relevância para a análise da dinâmica das redes intelectuais ao trazerem à tona as relações sociais entre intelectuais e responsáveis pela publicação e circulação de bens culturais (no caso, livros) e toda sorte de “subprodutos” advindos destes contatos (provento com a venda das obras, envio de livros para outros lugares, propaganda, etc.).

Sobre o relacionamento com José Olympio, este teve início ainda no tempo da Casa Garraux, onde este trabalhava, quando a livraria era frequentada por personagens proeminentes da vida política e intelectual da cidade de São Paulo – dentre eles estavam os autores modernistas, como Mario e Oswald de Andrade e os principais representantes da vertente verde-amarelo, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e o próprio Salgado (HALLEWELL, 1985). A amizade estabelecida com o futuro líder integralista foi crucial quando Olympio, com sua Livraria e durante a atuação da AIB, publicou não apenas *A voz do oeste: romance-poema da época das bandeiras* (1934) de Plínio Salgado, como uma coleção de livros integralistas sob o título “Problemas Políticos Contemporâneos” – *O Sofrimento Universal* e *A Quarta Humanidade*, ambos de 1934, foram alguns dos primeiros volumes junto da segunda edição de *Psicologia da Revolução*. Miguel Reale também teve suas obras editadas pela Livraria José Olympio Editora, começando por *O Estado Moderno*, cuja qualidade fora assegurada pelo próprio Plínio Salgado (REALE, 1987, p. 74) e teve três edições. Somente dois livros de Reale, *Perspectivas Integralistas* e *Atualidades Brasileiras*, não saíram por aquela editora. Foram publicados, respectivamente, pela Livraria H. Antunes e Schmidt Editora que também editaram obras integralistas. Sobre esta produção política por parte da José Olympio Editora, escreve Lawrence Hallewell (Op. cit.).

Talvez a motivação de José Olympio fosse apenas amizade pessoal. Mas, certamente, também pode ter havido um elemento de cálculo comercial, ou até mesmo político. O material tinha mercado garantido e o movimento parecia estar sendo bafejado por favores oficiais e militares. Em 1934, Plínio Salgado proclamava possuir quase 200.000 membros. Em 1937, eram 400.000 membros, com o apoio de 150 revistas mensais e oito jornais diários (p. 362).

Algumas cartas encontradas no Fundo Plínio Salgado revelam a tiragem³⁷ de alguns dos livros do líder integralista publicados pela José Olympio: *O Sofrimento Universal* teve

³⁷ Em 1929, mais da metade das obras publicadas contavam com edições com menos de 500 exemplares. Na década de 1930 este quadro alterou-se de forma significativa com o aumento de livros com tiragens entre dois e cinco mil exemplares, e superiores a cinco mil. (Cf. MICELI, 2001, p. 151). Em relação à José Olympio, os números de exemplares (e o preço) dos livros de Salgado são próximos daqueles de algumas obras de autores como Humberto Campos (a segunda edição de *Memórias*, de 1933, teve 5000 exemplares) e José Lins do Rego (*Moleque Ricardo*, de 1935, teve 3000 exemplares; a segunda edição de *Doidinho*, também 1935, teve 4000). Cf. HALLEWELL, 1985. Parece que as edições dos livros integralistas possuíram uma tiragem mediana (não

4000 exemplares (2000 para cada edição); *A Voz do Oeste*, 3000; *Despertemos a Nação*, 6000; *A Quarta Humanidade*, 4000 – o preço de capa ficava entre 5\$000 e 6\$000 e Salgado tinha direito a 10% do valor. A publicação de obras integralistas parecia, assim, um bom negócio para ambos os lados, pois José Olympio teria um retorno financeiro praticamente garantido com o número crescente de militantes assim como Plínio Salgado, que podia contar com a renda da venda de seus livros³⁸. Além disto, o Integralismo ganhava a divulgação almejada, alcançando o público que mais interessava à AIB em seus primeiros momentos: as camadas letradas da sociedade brasileira, as quais deveriam fornecer os quadros para a direção do movimento. Mas José Olympio não ficava em “desvantagem” em sua amizade (e negócios) com Plínio Salgado. Como escreve Hallewell (Ibid., p. 348-350), o primeiro passou a interessar-se por livros raros e antigos, adquirindo bibliotecas particulares, de modo que chegou a pedir a Salgado que “intercedesse” a seu favor na compra de uma, pertencente a um integralista. Em carta na qual Olympio dizia que os livros *O Soffrimento Universal* e *O Estado Moderno* “vão muito bem; de norte a sul chegam pedidos, o que prova o interesse geral pelo Integralismo”³⁹, tratou, também, de seu interesse em adquirir uma biblioteca:

Agora, preciso de você para um auxílio muito urgente, e para mim de enorme importância. Recebi ontem a visita do Alberto Lamego, pai, com quem entrei em entendimento a respeito da compra de sua biblioteca. O Lamego e filhos têm por você seu Chefe, como verdadeira veneração (como, ao que parece, todos os integralistas). O que eu quero de você, Plínio, é uma carta sua, dirigida diretamente ao velho (não ao filho), sem fazer a menor alusão a algum pedido meu neste sentido, mas contando que, tendo recebido uma carta minha a propósito do seu novo livro, soube também que havia recebido a visita do velho com quem me acho em entendimento. Nessa carta você lhe dirá o que pensa de mim, e o seu nome fará o resto. Saiba que isto tem para mim grande importância (...). Veja lá, hein, não vá dar a entender que é carta encomendada e entornar o caldo. Um abraço muito amigo, José Olympio.⁴⁰

encontrei nenhuma referência de que uma delas tenha ultrapassado os números mostrados acima), o que não seria de pouca monta, não se tratando (com uma ou outra exceção) de romances.

³⁸ Em carta da Livraria Schmidt a Plínio Salgado, um dos assuntos tratados era referente à conta deste: “Em Junho p. p. entregamos ao Sr. José Pissercchio, de accordo com as suas instrucções, 500\$000 (quinhentos mil reis) sendo que os restantes 500\$000 serão pagos quando V.S. quizer bastando para isto nos dar as suas instrucções a respeito de como devemos fazer a remessa” (CPi, 33.07.15/1).

³⁹ E prossegue José Olympio: “Em S. Paulo é que não vão lá grande coisa. Você não poderia dar um empurrãozinho? Ou santo de casa não faz milagre?...”. Além disto, a carta trata de detalhes sobre a publicação do livro *A Quarta Humanidade*, como a definição da capa (Carta de José Olympio a Plínio Salgado. L 34.09.27-1). À título de curiosidade: quando José Olympio mudou-se para o Rio de Janeiro, abriu sua livraria na Rua do Ouvidor, próxima da esquina com a avenida Rio Branco (HALLEWELL, op. cit., p. 356). A AIB, por sua vez, possuía uma sede na Travessa do Ouvidor.

⁴⁰ Alberto Lamego foi um historiador que se dedicou ao estudo da história do Rio de Janeiro. Sua principal obra, *A Terra Goytacá à luz de documentos inéditos* foi publicada em cinco volumes. Já seu filho, Alberto Ribeiro Lamego, mencionado por Pedro Ernesto Fagundes (2009) como um dos primeiros camisas-verdes da cidade de Niterói (p. 38), formou-se em geologia em Londres e escreveu várias obras sobre Geografia Humana (Cf. VILLAS BOAS, 2007) abordando, também, o Rio de Janeiro.

Com Augusto Frederico Schmidt, Plínio Salgado desenvolveu profunda relação afetiva. Como mencionado anteriormente, conheceram-se em São Paulo e aquele foi uma das primeiras pessoas a ler o romance de estreia de Salgado, *O Estrangeiro*. Uma carta de Schmidt revela a dimensão desta amizade quando, ao tratar do Prefácio escrito por Salgado à terceira edição do livro *O que é Integralismo?*, diz que se sentiu comovido e que ele “tem crescido, dia para dia – e tanto”. Então pergunta-se Schmidt se:

você não é mais o meu velho amigo de antigamente – o da (...) Brigadeiro Luiz Antonio, o da noite de Natal, que passamos os dois acordados, o dos passeios noturnos pela S. Paulo, da Barra Funda etc.

Seu prefácio é simples e verdadeiro. Este modesto e mal editado O que é o Integralismo foi a semente do seu, do nosso movimento de redempção.

O que mais temia nesse movimento era que a luta me tivesse endurecido o coração. Seu prefácio me mostrou que não.

O gosto da humildade [?], o reconhecimento do passado, e a ternura ainda estão mais fortes do que nunca no meu coração.

Deus continue a assisti-lo que a sua vida é a mais preciosa vida do Brasil⁴¹.

A referência ao “modesto e mal editado” livro de Plínio Salgado é providencial porque ele saiu justamente pela Schmidt Editora, de modo que a amizade entre ambos foi igualmente decisiva para a divulgação do Integralismo, sobretudo no início da atuação da AIB (1933), quando Plínio Salgado encontrou nela o primeiro meio para veicular as obras básicas sobre o movimento que fundara no ano anterior. Através da chamada “Coleção Azul” – a qual “publicará os mais fortes estudos sobre política e cultura em geral” (como dizia a contracapa dos volumes) e trazia, também, outros títulos⁴² referentes aos debates políticos da época – saíram *Psicologia da Revolução*⁴³ e o mencionado *O que é Integralismo?*. A reedição deste último foi, inclusive, tratada em outra carta de Augusto Schmidt⁴⁴. Referindo-se a Plínio Salgado, em um primeiro momento, como “nosso Chefe” (o que é interessante, visto que ele não se filiou à AIB), sugere “uma edição numerada de 3000 exemplares – a 5\$000 preço de venda e pagaremos 10% ao Plinio por capa imediatamente”. Em seguida, diz o autor da missiva antes de terminá-la: “Não tenho nenhum interesse material nesse negócio, mas desejaria que este livro tivesse o nome da casa que fundei, por motivos puramente moraes, que você compreenderá”.

É provável que Augusto Schmidt estivesse sendo sincero ao fazer tal afirmativa, afinal, o movimento integralista era incipiente quando da publicação deste livro – aliás, de ambos – de modo que um eventual retorno financeiro, advindo do interesse das pessoas pelo

⁴¹ Carta de Augusto Frederico Schmidt a Plínio Salgado. Pi 33.07.00/1.

⁴² *Brasil Errado*, de Martins Almeida; *O Sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa, *A Gênese da Desordem*, de Alcindo Sodré, por exemplo.

⁴³ Este livro, porém, foi publicado pela Civilização Brasileira S.A.

⁴⁴ O remetente, porém, é desconhecido porque a mesma encontra-se incompleta. Pi. 33.00.00/1.

recém-criado Integralismo, não estaria garantido (situação diferente das edições publicadas pela Livraria Jose Olympio). Não é possível saber quais eram seus “motivos puramente morais”, todavia, pode-se conjecturar que a amizade entre ambos era suficiente para que Schmidt abraçasse tal empreendimento. E mais: a julgar pelo conteúdo da carta anterior, quando o missivista fala em “nosso movimento de redenção”, parece-me que suas afinidades com Plínio Salgado extrapolavam a dimensão da camaradagem, havendo outras de caráter intelectual (decerto o pensamento católico cumpria aí importante papel) e mesmo político. Embora nunca tenha filiado-se oficialmente, não se pode negar o engajamento de Schmidt, de alguma maneira, na aventura integralista. Em carta da Livraria Schmidt citada acima, dentre os assuntos tratados, um deles refere-se à divulgação do movimento pela própria livraria. Lê-se: “A propaganda do INTEGRALISMO está sendo feita com a maior intensidade possível, sendo que se os jornais pouco têm falado a respeito do mesmo não é por nossa culpa e sim porque estão cheios de matéria e dispõem de pouco espaço”.

A atuação de Augusto Frederico Schmidt ilustra, a meu ver, a forma como as redes intelectuais mobilizadas por Plínio Salgado contribuíram para a divulgação e mesmo expansão do movimento integralista, visto que esta atrelava-se invariavelmente a apresentação dos “novos valores” do Integralismo ao público. O livro, assim, tornava-se, de modo análogo às conferências realizadas pelos intelectuais integralistas, uma espécie de cartão de visitas da AIB, um instrumento de difusão que poderia, mesmo, caminhar *pari passu* com as atividades daqueles. Em carta de Plínio Salgado a Schmidt, o primeiro faz referência ao “nosso companheiro, Dr. Raul Stein de Almeida” que possuía, na cidade de Niterói (RJ), uma livraria. Em seguida, pede ao amigo “confiar a venda de meus livros naquela cidade. É um dever de solidariedade que, cumprido, só pode redundar em favor do êxito dos livros allí”. Além disto, Salgado solicita “também, mandar-me uma certa quantidade de exemplares para que eu ofereça à imprensa e críticos daqui. Aos dahi, oferecerei ahi mesmo, quando for”⁴⁵. Esta carta, escrita em São Paulo, é datada de 21 de Junho de 1933 e de acordo com a pesquisa feita por Pedro Ernesto Fagundes (2009), no princípio deste mês Plínio Salgado esteve em Niterói, onde realizou uma conferência sobre o Integralismo no Liceu Nilo Peçanha, descrito pelo autor como “um dos prédios mais imponentes da região central da cidade” que possuía “como traços marcantes de sua arquitetura duas grandiosas torres que contribuíram para realçar a importância do colégio como um dos estabelecimentos de ensino mais tradicionais

⁴⁵ Carta de Plínio Salgado a Augusto Frederico Schmidt (33.06.21/3).

do estado”. Ocorrida no Salão Nobre, o tema da conferência foi “O que é o Integralismo”. E houve outra:

Poucas semanas depois, mais precisamente em 15 de junho, Salgado esteve na cidade para, novamente no salão nobre do Liceu Nilo Peçanha, realizar uma segunda conferência. Como reflexo do sucesso de sua primeira palestra, nessa nova passagem por Niterói, Plínio Salgado foi recepcionado por dezenas de milicianos fluminenses devidamente trajados com as inconfundíveis “camisas-verdes”. O tema da palestra – que lotou as dependências do salão nobre – foi a “Exegese da Revolução” (p. 37-38).

É interessante salientar que os temas seguiram as duas obras fundamentais sobre o Integralismo, sendo bem possível que os livros solicitados por Salgado a Schmidt para serem colocados à venda na livraria fossem, justamente, *O que é o Integralismo* e *Psicologia da Revolução*. Aliás, o dono, Raul Stein, compunha o grupo dos primeiros militantes da AIB em Niterói (Ibid., p. 38). Mais uma livraria passava a trabalhar em prol das redes intelectuais integralistas como ponto de divulgação de seus bens culturais – com a diferença apenas de que seu proprietário era abertamente um camisa-verde. Um último comentário pode ser feito acerca da iniciativa de Plínio Salgado em distribuir seus próprios livros, o que revela um pouco mais da dinâmica do movimento em seu primeiro ano de atuação e também da importância concedida ao trabalho intelectual como um de seus elementos indispensáveis – não apenas no sentido de difundir o Integralismo, mas também de alcançar, naquele momento, o público (letrado e jovem) para os objetivos da AIB.

Com esta breve exposição busquei fornecer mais alguns aspectos sobre a dinâmica do movimento integralista – em seus primeiros momentos de atuação – no que diz respeito ao papel desempenhado pelas redes intelectuais no processo de expansão e divulgação do Integralismo pelo Brasil. As editoras de Schmidt e Olympio, bem como a livraria do militante Raul Stein em particular, demonstram com alguns detalhes as inter-relações envolvidas neste processo, pois conjugam desde os autores dos bens culturais até sua distribuição, passando, claro, pelos responsáveis em transformar o manuscrito original em livro. Os contatos e laços de amizade estabelecidos e mantidos por Plínio Salgado permitiram-no um meio eficaz – e condizente com suas atividades anteriores – de veicular não apenas sua produção intelectual, mas também de outros integralistas. Se a definição básica de rede intelectual (Capítulo 1, tópico 1.4) pressupunha uma série de interações baseada unicamente os próprios intelectuais, o que foi exposto aqui mostra quão complexas e ricas podem ser tais interações, pois se desdobram em outros tipos de inter-relacionamento em cujo centro permanecem, ainda, os bens culturais, mas como parte de uma teia social que envolve laços de amizade, interesses ideais e materiais, atividades do cotidiano, etc.

2.2 Redes intelectuais: expansão e consolidação da AIB

No tópico 2.1 mencionei a criação, pouco depois do lançamento do Manifesto Integralista, de uma primeira rede envolvendo pessoas de localidades como Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (sendo neste estado seu núcleo). No entanto, isto não significa que as ideias de Plínio Salgado e o Integralismo achavam-se restritos àqueles lugares. Por exemplo: na Bahia os artigos de Salgado publicados em *A Razão* eram transcritos em um jornal local chamado *Era Nova*⁴⁶; em novembro de 1932 surgiu nas páginas do *Diário de Pernambuco* o “Manifesto do Recife”, lançado por um grupo de estudantes da Faculdade de Direito de Recife em resposta ao manifesto integralista. Nele, o grupo mostrou seu completo apoio à AIB e sua crença em seus ideais e valores:

E a mocidade levanta-se. Ergue-se cheia de entusiasmo, de confiança. Desperta com vontade de vencer. (...) Ciente de todas as falhas de nossa índole, de nossas instituições. Mas, também, de todas as nossas virtudes. De todas as grandes necessidades do país. (...) De que a luta contra o espírito reacionário será incessante. Contra todas as correntes desfibradoras da nacionalidade. Contra o capitalismo. Contra o comunismo. Contra o ceticismo, o sibiritismo, a descrença. E esse Movimento Integralista (...) vem objetivar todas as profundas aspirações da mocidade brasileira. Desejo de realização. Nacionalismo sadio. Espiritualismo tradicional. (...) E é preciso que o Integralismo triunfe no Brasil inteiro. (...) A mocidade nordestina de modo algum poderia ficar indiferente. E muito menos alunos da Faculdade de Direito do Recife. Esta escola que certa vez ouviu proclamar a morte da metafísica, precisa tornar-se uma célula vivíssima desse grande movimento de renovação política, social e espiritual. (Encl, v. IV, p. 16-17)⁴⁷.

E no Rio Grande do Sul o Integralismo chegou, também através do Manifesto, no mesmo ano de 1932. Dario de Bittencourt, intelectual gaúcho que se tornaria uma das principais lideranças daquele estado, travou contato com o documento na livraria Globo⁴⁸, que havia recebido algumas cópias de São Paulo. Como não havia interesse da livraria em mantê-las ali, ele levou todas e remeteu-as, por correspondência, a conhecidos seus em outras partes do

⁴⁶ De acordo com o próprio Plínio Salgado (s/d), os artigos de *A Razão* eram também publicados “em jornais do Ceará, provocavam cartas de todos os pontos do Brasil e os nomes dos missivistas eram arquivados com seus endereços. Dentro de pouco tempo, estava registrada, num fichário, apreciável corrente de homens ligados por algumas ideias fundamentais” (p. 15-16). Decerto pode-se questionar o “todos os pontos do Brasil”, mas me parece crível que houve, de fato, algum contato em vista dos artigos que chegavam a outros estados. O caso do Ceará é verdadeiro, pois as Notas Políticas de Salgado foram publicadas no jornal católico *O Nordeste* (PARENTE, 1999, p. 133).

⁴⁷ Sobre a AIB em Pernambuco: SILVA, 2011.

⁴⁸ Considero esta informação particularmente relevante porque apresenta um dado relativo ao cotidiano do intelectual, onde a frequência a determinados espaços (no caso, a livraria) exerce papel importante na composição da sua rotina, criando espaços determinados para sua experiência diária. De acordo com o próprio Dario de Bittencourt, suas idas à livraria Globo eram quase diárias, e a forma como se referia ao seu dono (“velho Faria”) parece indicar certa familiaridade com o local. (Cf. BARRERAS, 1998).

estado. Por fim, entrou em contato com a sede da recém fundada Ação Integralista Brasileira em São Paulo e solicitou outras (BARRERAS, 1998, p. 59)⁴⁹.

Estes brevíssimos exemplos servem para mostrar como a articulação do movimento integralista, algo então diminuto quando comparado ao que seria pouco tempo depois, não começou “do zero”, valendo-se tanto dos contatos previamente feitos pelos membros fundadores como de uma estratégia de divulgação na qual se buscava atingir várias partes do Brasil. Mas, sem dúvida, a principal forma de levar o Integralismo para o restante do país foi através das “bandeiras integralistas”, série de viagens iniciadas na segunda metade de 1933 e empreendidas por alguns integralistas (com destaque para Gustavo Barroso, Miguel Reale e Plínio Salgado) que se dispuseram a percorrer país⁵⁰ com o intuito de realizar conferências, apresentando as ideias integralistas e contribuindo para a fundação dos primeiros núcleos por onde passavam. Darei continuidade à exposição sobre os primeiros momentos da expansão da AIB pelo país, arrolando, brevemente, alguns de seus feitos, sublinhando eventos e práticas, e mantendo como referência a questão das redes intelectuais.

Imediatamente após a fundação da AIB em São Paulo (dois dias depois), a cidade de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, recebeu o segundo núcleo integralista do país, fundado por Olbiano de Melo. Após ser notificado por telegrama de Plínio Salgado sobre o lançamento do manifesto, Melo (1957) repassou a mensagem para contatos em Belo Horizonte e Salvador (BA), sendo que nesta cidade seu destinatário foi João Alves dos Santos, que viria a ser um dos responsáveis pela instalação do núcleo integralista em junho de 1933 (FERREIRA, 2009, p. 23). Após reunir e fundar com adeptos locais o núcleo integralista, uma das primeiras providências tomadas foi mobilizar um instrumento de divulgação do Integralismo, que veio a ser um semanário local de nome *Satélite*, cujo diretor, Artur Atschin, era um dos presentes na reunião de instalação do núcleo. A pronta iniciativa rendeu à cidade uma recompensa simbólica na forma do título de “Cidade Integralista”, concedido por Plínio Salgado quando este já era Chefe Nacional da AIB:

⁴⁹ A leitura do trabalho sobre Dario de Bittencourt apresenta em pormenores sua trajetória intelectual e política. Além disto, é bastante elucidativo nas razões que o levaram a se filiar à AIB e como se deu sua atuação, sobretudo intelectual, no interior do movimento. Cf. BARRERAS, 1998.

⁵⁰ Como relata Miguel Reale (1987), parte dos gastos com as viagens e despesas feitas nos anos iniciais da AIB era bancado pelos próprios, de modo que assim menciona uma ida ao Rio de Janeiro: “Não sei como Plínio conseguira adquirir quatro passagens de 2ª classe, de ida e volta na Central do Brasil, assegurando hospedagem em residência de um seu velho amigo. Cada um de nós levava o suficiente para poucas refeições, sendo o dinheiro tão reduzido que mal deu para cobrir as despesas. Lembro-me da exclamação desolada de Plínio: - E o desgraçado do garçom ainda queria que comêssemos sobremesa!” (p. 95-96). Esta situação foi modificando-se com o crescimento da AIB, pois a contribuição dos militantes para o movimento passou a ser, também, utilizada para estes fins (Idem).

Considerando que a cidade de Teófilo Otoni, pela voz de Olbiano de Melo, foi a primeira do País que respondeu à conclamação do Chefe quanto este fundou a Sociedade de Estudos Políticos e, depois, quando o Chefe iniciou a organização da AIB; (...) Considerando que no dia de hoje, 12 de agosto, realiza-se uma grande parada de contingente de infantaria e cavalaria da região na histórica cidade; Resolve: Artigo único – Conceder à cidade de Teófilo Otoni o título de Cidade Integralista (MELO, 1957, p. 89-80).

Em fins de 1932, Olbiano de Melo dirigiu-se para São Paulo onde pôde, pela primeira vez, encontrar-se pessoalmente com Plínio Salgado. Trabalhou com ele e alguns estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo (dentre eles, Miguel Reale) na sede localizada na rua Brigadeiro Luiz Antônio. Mais uma vez o Clube Português foi escolhido para receber as reuniões promovidas por Salgado, agora como parte das atividades da AIB e aberta ao público. Olbiano de Melo (1935) menciona o nome do historiador Arthur Motta como convidado para assistir a reunião onde foi apresentado um trabalho desenvolvido, naqueles dias, pelo grupo de integralistas reunido ali em São Paulo⁵¹.

Partindo de São Paulo, os integralistas dirigiram-se, em 1933, ao Rio de Janeiro, onde realizaram suas conferências na sede da Associação Brasileira de Imprensa⁵². Dentre os presentes estavam jovens intelectuais como os membros do Grupo do CAJU – muitos deles já haviam entrado em contato com Plínio Salgado (tópico 2.1.1) e tornar-se-iam integralistas – e Octávio de Farias, cujas obras influenciaram o Integralismo. Na ocasião, Miguel Reale tratou do conteúdo de seu primeiro trabalho feito no contexto do movimento (*Posição do Integralismo*) e Plínio Salgado, “por mais de duas horas (ele não sabia ser breve, mas conseguia prender a atenção geral graças a seus poderosos dotes oratórios)” (REALE, 1987, p. 97), apresentou alguns capítulos de seu livro *Psicologia da Revolução*, que seria publicado naquele mesmo ano. O evento foi seguido por conversas relativas à matéria exposta e, posteriormente, decidiu-se pela fundação de um núcleo integralista, cuja liderança ficou nas mãos de Madeira de Freitas. Alguns dos primeiros inscritos foram: José Madeira de Freitas, Thiers Martins Moreira, Francisco San Tiago Dantas, Vicente Chermont de Miranda, Antônio

⁵¹ De acordo com Olbiano de Melo (1935), foi nesta mesma ocasião em que o “sigma” foi escolhido como símbolo da AIB a partir de uma fala de Arthur Motta (“que somente seria num sigma político, formado por todos os valores diferenciais da Nação, que o Brasil acharia salvamento”). Ao término da reunião, os presentes se dispersaram pelas redondezas do Clube até que, “quase à uma hora da manhã, com Leães [Sobrinho] num café da Rua Líbero Badaró – depararam-se-nos [Lopes] Casalli, [Miguel] Reale e [Iracly] Iagyara, de lápis em punho, a desenhar, numa folha de papel, a atual letra simbólica do Integralismo” (p. 79-80).

⁵² “(...) graças aos bons ofícios de San Tiago Dantas”, escreveu Miguel Reale (1987, p. 96) – não é preciso lembrar que Dantas foi um dos redatores do jornal *A Razão*, ao lado de Plínio Salgado, mantendo desde antes da fundação da AIB uma importante ligação com este. Este dado leva-nos a conjecturar que, senão em todos, em alguns lugares onde os integralistas falaram (teatros e auditórios, por exemplo), valeram-se do contato com pessoas de algum modo simpáticas ao Integralismo, franqueando-lhes o uso de tais locais.

Gallotti, Hélio Vianna, Américo Jacobina Lacombe – notadamente, os integrantes do CAJU. E alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro também interessaram pela AIB⁵³.

Em meados de 1933 tiveram início as bandeiras integralistas. Os principais intelectuais da AIB partiram em direção a vários estados, em cada qual realizando suas conferências, principal prática, naquele momento, para a divulgação do Integralismo – além disto, onde já havia pequenos grupos de integralistas, esta passagem operava como incentivo à constituição de novos núcleos. Os primeiros estados visitados foram os da região Sul, tendo Plínio Salgado e Miguel Reale à frente: começaram pelo Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, onde travaram contato com o precursor do Integralismo na região, Dario de Bittencourt, que fundara e chefiava o núcleo integralista local junto de outro intelectual, Anor Butler Maciel⁵⁴. Discursaram não em um espaço fechado, como aconteceria em vários outros estados, mas da sacada de um local chamado Casa Victor, onde Miguel Reale dirigiu-se à multidão abordando temas como economia planificada⁵⁵. Em seguida, partiram para Santa Catarina (passando por cidades como Florianópolis, Lages, Blumenau, Itajaí e Joinville, onde se fixaram os primeiros núcleos⁵⁶) e, por fim, Paraná (dirigindo-se a Curitiba).

Esta primeira “peregrinação” pode ser compreendida como uma tentativa da AIB de, apresentando-se como um *movimento*, distinguir-se do modelo de partido político tradicional visto como mero receptáculo de interesses locais. Tal movimento pretendia-se nacional e representante do país inteiro⁵⁷. E também, tendo em sua liderança dois de seus principais intelectuais, demonstra a necessidade de se transmitir o Integralismo de um modo que não

⁵³ Em 21/04/1933, o núcleo integralista da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro lançou um manifesto apoiando a AIB. Este manifesto foi publicado no *Correio de São Paulo* (28/04/1933).

⁵⁴ A principal referência que encontrei sobre Anor Butler Maciel, em relação a sua ocupação, foi a de que era Catedrático de História Econômica da América da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre. Cf. MACIEL, 1936.

⁵⁵ Isto (o assunto tratado) foi relatado por um antigo integralista (Emilio Otto Kaminski) que veio a se tornar Secretário Provincial de Estudos do núcleo de Porto Alegre. Ao recordar o discurso de Miguel Reale, disse: “E aí me encantei com aquilo e como eu estava estudando Economia, e ele [Reale] falou em economia planificada, e eu digo: ‘(...) Eu sou a favor de uma planificação econômica do país!’ E outras coisas me captaram, me cativaram também, o lema ‘Deus, Pátria e Família’”. Cf. CALIL; SILVA, 2000.

⁵⁶ Há uma discordância entre as datas da *estruturação* do movimento integralista em Santa Catarina: René Gertz (1987) menciona abril de 1934 enquanto Luiz Felipe Falcão (2000), janeiro de 1934, localizando-a no município de Itajaí. Independentemente da cronologia, o que importa ressaltar é que houve um relativo “atraso” entre a passagem da bandeira integralista e o início da organização efetiva do movimento. Ainda assim, o movimento encontrava-se presente em quase toda Santa Catarina: “o sigma estava organizado em praticamente todo o estado, pois dos quarenta e três municípios existentes na época, os integralistas já tinham núcleos e sub-núcleos em trinta e nove” (ZANELATTO, 2007, p. 42). Além deste, também indico o trabalho de René Gertz (op. cit.) acerca da presença integralista em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

⁵⁷ O próprio nome, Ação Integralista *Brasileira* já era indicativa desta ambição. Detalhe simples, mas de particular relevância quando se percebe que esta referência ao país em seu nome encontrava-se praticamente ausente nos outros partidos brasileiros. (E não custa lembrar que, neste momento, a AIB ainda não era nem se pretendia um partido político, o que demarcava ainda mais sua busca por distanciamento e mesmo a compreensão do que era e como funcionava um partido no Brasil).

sofresse, naquele momento, qualquer tipo de intermediação, sendo entregue ao público em seu estado “puro” – e nada melhor do que através de seu próprio criador ou um de seus mais eminentes seguidores (Salgado e Reale, respectivamente). Isto não só reforçava a posição e o prestígio de ambos, mesmo que diante de um movimento ainda incipiente, como (eventuais) líderes de “pessoas”, mas também “espirituais”, ou seja, lideranças intelectuais.

A bandeira que seguiu para os estados do Norte e Nordeste (por volta do mês de novembro) teve sua principal liderança em Gustavo Barroso, cuja atuação dentro do AIB, assumindo a prática das conferências, pode ser observada desde, no mínimo, agosto de 1933, quando falou no Teatro Carlos Gomes de Vitória, no Espírito Santo. Em relação não só a esta bandeira como as viagens empreendidas, o livro *O Integralismo de Norte a Sul* (1934)⁵⁸, do mesmo Gustavo Barroso, é um valioso documento para a reconstituição dos lugares pelos quais passou, pois nele foram reproduzidas algumas de suas conferências além de um pequeno mapa com as cidades visitadas. Infelizmente nem todas foram datadas, mas isto não impede a construção de um quadro que ilustra o escopo destas viagens. Deste modo, a partir das indicações referentes à realização da conferência que abre o livro (“Liberalismo, Comunismo e Integralismo”) pode-se ter uma boa visão de parte do percurso de Barroso⁵⁹. Ele apresentou-se nos seguintes lugares: Centro Universitário da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, Salão das Classes Laboriosas de São Paulo, Salão de festas do Palace Hotel de Juiz de Fora, União dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, sede da AIB em Niterói, Reitoria da Universidade de Belo Horizonte, Clube Comercial da Bahia, Cinema Rio Branco de Aracaju, Teatro Sete de Setembro de Penedo e no Palácio Teatro de Belém. Além destes lugares, Gustavo Barroso também passou pelo ginásio Grandbery de Juiz de Fora, Faculdade de Direito de Belo Horizonte e Teatro José Alencar de Fortaleza⁶⁰.

Assim, desde meados de 1933⁶¹, Plínio Salgado e seus principais seguidores começaram sua peregrinação pelo país, a qual privilegiou, com exceção de Minas Gerais, os estados que compunham a faixa litorânea brasileira⁶². Do Rio Grande do Sul até o Amazonas

⁵⁸ O livro é dedicado aos jovens integralistas que o acompanharam: “Loureiro Júnior, Miguel Reale, Herberto Dutra e Mario Brasil. Meus jovens, cultos e bravos companheiros da grande bandeira integralista que foi do Sul à Amazônia”.

⁵⁹ Seguirei a ordem dos lugares apresentadas no próprio livro, pois, a julgar pela sequência de alguns estados, é possível que seja a do trajeto feito. Note-se, porém, que nem todas são referentes à bandeira integralista.

⁶⁰ A bandeira também passou pela cidade de São Luís, no Maranhão, mas não há, com exceção do mapa, referência a esta cidade no livro *O Integralismo de norte a sul*. Falarei dela em breve.

⁶¹ Lembro que em abril deste mesmo ano, no dia 23, os integralistas realizaram seu primeiro desfile na cidade de São Paulo.

⁶² De acordo com Miguel Reale (1987), em relação à bandeira para o Sul, ela já contava “com a cooperação de alguns adeptos dotados de generosos recursos, com Alfredo Egydio de Sousa Aranha à frente” (p. 98). É plausível acreditar que esta mesma “cooperação” tenha se estendido às viagens para o Norte.

realizaram conferências a fim de divulgar o Integralismo e travaram contato com pessoas que já o conheciam, contribuindo diretamente para a criação dos primeiros núcleos integralistas. Nestes encontros teceram suas redes sociais e intelectuais, passo inicial na articulação do movimento em escala nacional e na criação de uma estrutura capaz de divulgar suas ideias e seus princípios. Não é possível, e nem desejável, tratar em detalhes todo este processo, porém, à guisa de ilustração, gostaria de explorar alguns pequenos aspectos destas viagens por meio das visitas feitas a algumas cidades: Juiz de Fora (MG), São Luís (MA), Recife (PE) e Salvador (BA). Pretendo sublinhar, no contexto da passagem dos integralistas, tanto os principais eventos e práticas por eles realizadas quanto o ambiente encontrado isto é, se já havia algum tipo de organização por parte dos simpatizantes locais.

A presença de Gustavo Barroso e sua bandeira integralista em Juiz de Fora encontra-se diretamente ligada a uma instituição local, o Instituto Grandbery da Igreja Metodista. E nele destaca-se a figura de Oscar Machado, professor de Sociologia e diretor dos cursos Ginásial e Comercial deste mesmo instituto (GONÇALVES, 2007, p. 83), pois foi sua a iniciativa de trazer Gustavo Barroso para Juiz de Fora, cedendo, inclusive, as dependências do Grandbery para sua apresentação. De acordo Leandro Pereira Gonçalves (Ibid.), Oscar Machado:

era uma pessoa detentora de grande respeito dentro a Instituição, membro da Igreja e com raízes metodistas. Ele foi o principal responsável pela divulgação e propagação do integralismo no instituto e pioneiro na cidade. Em pouco tempo, as palavras de Oscar Machado penetraram no corpo docente e discente do colégio (...). (p. 87).

Foi, então, este professor de Sociologia o principal elo de ligação entre a cidade de Juiz de Fora e o movimento integralista⁶³, tendo o Grandbery exercido importante papel na divulgação do Integralismo além de “incorporá-lo”, pois houve “uma mistura das práticas integralistas com as ações existentes dentro do Colégio” (Ibid. p. 92), ocorrendo uma confluência entre as ideias e propostas integralistas e aquelas defendidas por Machado, onde hierarquia, ordem, disciplina e autoridade apresentavam-se como seus grandes princípios-guias: “O mundo contemporâneo se caracteriza pela indisciplina, pela ausência do senso hierárquico e pelo desprestígio da autoridade. (...) O Integralismo, para tornar possível a disciplina, crê na unidade de pensamento. Por isso é superior às demais correntes políticas” (MACHADO *apud* GONÇALVES, 2007, p. 90).

Tendo aceitado o convite, Gustavo Barroso realizou três conferências em Juiz de Fora, cada uma em um dia (20, 21 e 22 de outubro de 1933), sendo as duas primeiras realizadas no

⁶³ As primeiras notícias, em Juiz de Fora, acerca da AIB remontam a fins de outubro de 1932 (AMANCIO; GONÇALVES, 2010, p. 179), mesmo período de seu lançamento, mas somente um ano mais tarde, através de Oscar Machado, o Integralismo fixou-se na cidade mineira.

próprio Instituto Grandbery e a terceira no salão de festas do Palace Hotel⁶⁴. A partir de então o movimento floresceu na cidade, de modo que no mês seguinte foi Plínio Salgado quem passou por Juiz de Fora, também para a realização de uma série de conferências sobre o Integralismo, o que não só consolidou a fundação de seu primeiro núcleo como contribuiu largamente para o aumento de militantes. Ora, se na cidade mineira não havia, até a visita de Gustavo Barroso, um grupo de integralistas, por mais diminuto que fosse – e o fato de ter sido um *convite*, e não uma iniciativa do movimento, como em outras cidades, corrobora isto – situação bem diferente é observada nas outras três cidades, onde os intelectuais da AIB imediatamente entraram em contato com “seu” público.

O caso de Recife é, sem dúvida, o mais exemplar. A AIB já sabia, desde novembro do ano anterior, que suas ideias haviam encontrado solo fértil na Faculdade de Direito em vista da publicação do manifesto assinado por alguns de seus estudantes. Além disto, os mesmos, julgando-se desiludidos e desorientados pela situação política à época (apontavam a falência do liberalismo e o avanço do comunismo como razões suficientes para seus estados de espírito), passaram não só a ler em público (em uma praça da região central de Recife) o Manifesto Integralista e discursos de Plínio Salgado pronunciados em São Paulo e no Rio de Janeiro, como manifestaram seu total apoio ao recém-criado movimento através dos principais jornais de Recife, com destaque para o *Jornal Pequeno*, onde foi criada uma coluna para criticar o liberalismo (SILVA, 2007, p. 99-100) e seus efeitos nocivos sobre a sociedade brasileira – algo que ia totalmente ao encontro do ideário integralista. Mas não foram apenas eles que garantiram o apoio e a divulgação necessária ao Integralismo em Pernambuco: a intelectualidade católica teve sua considerável parcela de influência. Membros de diversos grupos ligados à Igreja – como a Ação Universitária Católica – estes intelectuais, grandes entusiastas da Aliança Liberal e da Revolução de 1930, mas em seguida frustrados com os rumos tomados pelo governo de Getúlio Vargas, viram na AIB “um movimento que negava o político e investia no campo espiritual, como defensor das tradições e valores então ameaçados” (Ibid. p. 99). O Integralismo trazia, assim, uma espécie de “redenção”, a salvação do Brasil do “individualismo desintegrador” do liberalismo e do “ateísmo dissolvente” do comunismo⁶⁵. E estes intelectuais pernambucanos tornaram-se os portadores e divulgadores daquelas novas ideias: mobilizaram, também, jornais e revistas (quando não criados pelos

⁶⁴ As três foram publicadas no livro *O Integralismo de Norte a Sul*.

⁶⁵ É interessante notar que, em Pernambuco, grupos protestantes viam com grande desconfiança o Integralismo, julgando-o demasiadamente atrelado aos interesses da Igreja Católica – quadro bastante diferente do que aconteceu em Juiz de Fora.

próprios integralistas) visando uma produção de sentido onde o Integralismo achava-se consideravelmente atrelado ao pensamento católico.

Tal qual em Recife, a passagem das lideranças da AIB pela cidade de Salvador, na Bahia, também esteve atrelada à existência prévia de um grupo de integralistas, mas neste caso, já organizados na forma de um núcleo desde junho de 1933⁶⁶. Laís Mônica Reis Ferreira (2009) atribui ao meio universitário a expansão do movimento pela Bahia, pois chama a atenção para a visita feita, primeiro, por Plínio Salgado em agosto de 1933, apresentando-se na Escola Politécnica, no anfiteatro da Faculdade de Medicina e na Associação Universitária da Bahia (p. 24). Em novembro, no contexto das bandeiras integralistas, quem passou por território baiano foi Gustavo Barroso, que além de dirigir-se aos estudantes da Associação Universitária realizou outras duas conferências, uma no Clube Comercial e outra na Associação dos Empregados do Comércio (BARROSO, 1934). Mas foram o meio estudantil e as instituições de ensino os principais espaços de divulgação do Integralismo, de modo que vários núcleos achavam-se ligados a colégios e faculdades (como a de Medicina e Direito)⁶⁷. Tal incidência do Integralismo sobre os estudantes secundaristas e universitários pode ser ilustrada pelo testemunho de Alberto Guerreiro Ramos, que teve passagem pelo movimento quando estava no Ginásio da Bahia⁶⁸: “Li tudo [sobre o Integralismo]. É claro que li tudo. Escrevi na revista deles, Cadernos da Hora Presente. Essa revista deve ter saído em 32, 33, 34 e 35. Há um artigo meu lá, muito interessante” (RAMOS *apud* OLIVEIRA, 1995, p. 138). Também escreveu, junto de intelectuais como Afrânio Coutinho, para o jornal *O Imparcial*.

Este matutino teve particular importância para o movimento⁶⁹, pois se tornou, aos poucos, instrumento de circulação das ideias integralistas quando sua direção foi passada para Victor Hugo Aranha, uma das principais lideranças do movimento no estado. O jornal não perdeu seu caráter noticioso, mas estava a serviço do movimento, cobrindo suas atividades e reservando espaço para publicação de entrevistas com líderes nacionais, como Plínio Salgado, e de artigos integralistas assinados por Gustavo Barroso, Madeira de Freitas e o mesmo

⁶⁶ Não custa lembrar, como mencionado anteriormente, que Olbiano de Melo havia entrado em contato com João Alves dos Santos, um dos responsáveis pela instalação do núcleo em Salvador.

⁶⁷ A presença do movimento nestes ambientes (a AIB na Bahia possuía um Departamento Universitário aparentemente bastante ativo) não foi de pouca monta a julgar pelas reações suscitadas em outros grupos: em manifesto, a Frente Universitária Democrática da Bahia criticou duramente os integralistas e o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito chegou a promover uma campanha anti-integralista (Cf. FERREIRA, 2009). Além disto, foi na Bahia onde o movimento encontrou particular resistência e perseguição por parte de seu governador, Juraci Magalhães, que em 1936 ordenou o fechamento de todos os núcleos e a prisão de integralistas (Cf. CARONE, 1976; LEVINE, 1970; FERREIRA, *op. cit.*).

⁶⁸ Um dos quatro estabelecimentos de ensino citados por Laís Ferreira (*op. cit.*) como tendo ligações com núcleos integralistas (p. 24).

⁶⁹ Somente em Salvador eram publicados cinco jornais integralistas.

Salgado. Além disto, mantinha uma coluna intitulada “Movimento Integralista” na qual eram informadas:

reuniões doutrinárias, eventos litero-musicais e educação física; (...) celebração de cerimônias religiosas; desenvolvimento de ações de assistência social; realização de cerimônias de casamentos e funerais segundo o rito integralista além da instalação de núcleos em colégios, faculdades e sindicatos; (...) ingresso de novos adeptos, cerimônia de formação de milicianos; dentre outras (FERREIRA, op. cit., p. 53).

A presença da AIB na cidade de São Luís, no Maranhão, guarda algumas semelhanças com os dois últimos casos, pois já havia um pequeno grupo organizado o qual atuava de modo a divulgar e legitimar o Integralismo. As primeiras menções vieram pela imprensa através do jornal *Notícias*, cujo redator-chefe, José de Nascimento Moraes, figura bastante respeitada nos meios intelectual e jornalístico maranhenses, foi quem se manifestou favoravelmente em artigo onde utilizou “exemplos de acontecimentos históricos e cita autores como Tobias Barreto, Silveira Martins e Oliveira Lima. A compreensão de seu artigo, portanto, somente era possível para pessoas com razoável capital cultural na região” (CALDEIRA, 1999, p. 23). Pouco mais de um mês depois, em novembro de 1933, foi a vez do jornalista e poeta Ribamar Pereira manifestar-se em relação ao movimento, ressaltando que, assim como em várias partes do Brasil, os integralistas também se organizavam no Maranhão, de modo que, antes mesmo da passagem de Gustavo Barroso na bandeira integralista⁷⁰, já exista um núcleo⁷¹, embora sem sede própria: os integralistas maranhenses reuniam-se, aos domingos, para estudar e organizar o movimento em sala de uma escola de contabilistas (Centro Caixeiral), provavelmente conseguida por intermédio de um militante (p. 28).

A bandeira liderada por Gustavo Barroso chegou à cidade de São Luís em fins de dezembro de 1933, sendo recepcionada pelos integralistas locais. Reuniram-se no Centro Caixeiral, onde falaram o professor secundarista Rubens Damasceno (em nome dos militantes), Miguel Reale e Gustavo Barroso. Foi um encontro rápido, pois o grupo dirigia-se, no mesmo dia, para Belém, mas retornaria no princípio de janeiro, quando foram realizadas

⁷⁰ Esta visita foi noticiada pelo mesmo jornal *Notícias*: “Brevemente o Maranhão hospedará o laureado escritor brasileiro, o sr. Gustavo Barroso, Presidente da Academia Brasileira de Letras. Ao que nos informam, Gustavo Barroso, em propaganda do Integralismo visitará o Norte” (apud CALDEIRA, op. cit., p. 25). Note-se uma diferença em relação ao que ocorreu em Juiz de Fora: nesta cidade, a *divulgação* da passagem do intelectual integralista não estava atrelada ao movimento (GONÇALVES, op. cit. p. 87-88), mostrando que na cidade mineira, ao contrário do que aconteceu em São Luís, o movimento era pouco conhecido, quase se limitando ao professor de Sociologia do Grandbery, Oscar Machado.

⁷¹ Para João Ricardo de Castro Caldeira (op. cit.) os artigos de Nascimento Moraes e Ribamar Pereira teriam contribuído para a receptividade do Integralismo no estado. Além deles, a influência do prestigiado médico Cássio Miranda, um dos principais personagens na organização do movimento. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fundou no Maranhão a filial do Instituto Oswaldo Cruz, do qual foi diretor (Cf. CALDEIRA, op. cit., p. 25-27).

três conferências em São Luís: as duas primeiras no Teatro Artur Azevedo e a segunda no salão nobre do Centro Caixeiral. Alguns jornais locais cobriram os eventos, tendo um deles veiculado o seguinte anúncio/convite da visita:

O Núcleo Provincial da Ação Integralista Brasileira no Maranhão convida as autoridades, classes trabalhistas e o povo em geral para receber na rampa do palácio (...) o dr. Gustavo Barroso (...) acompanhado dos demais membros da Bandeira Integralista, ora em viagem pelo Norte do País. Outrossim estende o presente convite para as conferências sobre o Integralismo Brasileiro que o ilustre patricio realizará no Maranhão, sendo a primeira (...) no Teatro Artur Azevedo. (apud CALDEIRA, op. cit., p. 34).

Gustavo Barroso, Miguel Reale, Loureiro Júnior e Herberto Dutra apresentaram suas conferências enquanto Cássio Miranda presidiu todas as sessões, reafirmando, assim, sua liderança sobre o grupo local.

A passagem da bandeira teve positiva repercussão⁷² em parte da intelectualidade maranhense, de modo que Barroso foi homenageado por alguns de seus representantes antes da partida de São Luís (Ibid. p. 38). Adeptos e simpatizantes do Integralismo, como o jornalista Nascimento de Moraes, exaltavam os feitos e objetivos integralistas e elogiavam o engajamento de um reconhecido escritor como Gustavo Barroso, cuja obra literária, argumentavam, só poderia ser completa mediante a atuação política que ora empreendia. Pensamento e ação, novamente, apareciam como elementos indissociáveis de um único projeto de intervenção e transformação da sociedade brasileira.

Mesmo tendo traçado um panorama de caráter mais amplo e geral sobre os primeiros passos da Ação Integralista Brasileira em sua escalada rumo à criação e consolidação de um movimento nacionalmente organizado, por meio dele é possível apresentar algumas análises as quais permitem apreender um pouco mais as relações estabelecidas entre o crescimento da AIB e a atuação de membros da intelectualidade brasileira que se identificaram com suas ideias e objetivos.

A forma como o Integralismo chegou aos estados brasileiros e disseminou-se de modo a viabilizar a criação de núcleos foi, sem dúvida, bastante distinta. Tal qual o modo como foi recepcionado: por exemplo, enquanto em Santa Catarina o movimento foi visto como um meio para que grupos sociais em ascensão econômica fizessem parte do jogo político regional, no Ceará ele era considerado por muitos uma extensão da Igreja Católica. Foram motivações bastante distintas que operaram no processo de aceitação e expansão da AIB no país, no entanto, isto não significa a impossibilidade de se observar, se não traços idênticos,

⁷² Evidentemente, pessoas ligadas ao liberalismo e ao comunismo manifestaram-se contra o movimento e suas ideias.

alguns aspectos dominantes nos primórdios de sua articulação – e que persistiram, de modo a dar continuidade ao movimento até 1937. Tais aspectos podem ser observados na exposição feita ao longo das últimas páginas, seja em suas porções mais gerais ou mais delimitadas. Aliás, os exemplos dos quais lancei mão fornecem, a despeito de sua perspectiva restrita a determinada cidade, importantes indicações não só sobre as práticas adotadas pelos integralistas como os meios pelos quais foi possível a ligação entre o grupo “central” (composto por Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso) e os regionais. Ou, para utilizar os termos apresentados anteriormente, entre a pequena *rede intelectual* formada por algumas pessoas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará, e as *comunidades intelectuais* que viriam a compor uma rede de escala nacional.

2.3 A prática da conferência e seu papel

A conferência, até hoje, é uma das principais formas de transmissão e produção de conhecimento. No primeiro caso, por se tratar da passagem, para o público presente, daquilo que o conferencista propôs-se a apresentar (o resultado de uma pesquisa, um ponto de vista sobre determinada situação, etc.); no segundo caso, porque a partir dela os presentes podem elaborar suas próprias ideias ou reelaborar os argumentos previamente expostos. Bastante identificada com o mundo intelectual (mas não limitada a ele), é uma prática dotada de algum prestígio – pois se reconhece a autoridade daquele que irá dirigir-se ao público – e é mesmo capaz de (re)organizar ou (re)definir atividades grupos de pessoas. Isto é, uma tomada de posição ou a resposta à determinada questão, por exemplo, pode provocar, naqueles que se acham envolvidos ou afetados pelo conteúdo da conferência, desde uma recusa do que foi dito (e talvez do próprio conferencista) até a anuência, passando também por aqueles cuja aceitação é atravessada por algumas ressalvas. Nestes casos, haverá quem buscará contradizer aquilo falado; quem se aproximará do conferencista, orientando-se a partir de suas ideias; e quem apontará eventuais falhas ou proporá correções. Seja como for – quais suas razões de ser e possíveis efeitos – a conferência não deixa de ser um “ritual” do mundo intelectual com seu papel no interior deste.

Sua escolha como prática mais comum para a divulgação e circulação do Integralismo é um dado de fácil observação e pode ser explicada, em parte, pelo pouco material escrito que se encontrava disponível⁷³: nos primeiros meses de 1933, o que a AIB podia oferecer era, sobretudo, seu Manifesto, e o pequeno volume *Estudos Integralistas* não parece ter tido uma

⁷³ Deve-se ressaltar que a conferência era um tipo de atividade intelectual tradicionalmente valorizada no país (BOTELHO, 2005, p. 32).

circulação muito ampla. Não é, pois, de se espantar que nas primeiras publicações da Bibliografia Integralista⁷⁴ houvesse um grande volume de obras que haviam *influenciado* o Integralismo (autores como Oliveira Viana, Octávio de Faria e Alberto Torres estavam presentes), e quando surgiam membros da AIB, eram com livros prévios à sua criação (por exemplo, Olbiano de Melo com seu *Comunismo ou fascismo* e os romances de Plínio Salgado, *O Estrangeiro* e *O Esperado*). Deste modo, se o objetivo do movimento era divulgar suas ideias pelo país, a melhor opção, no momento, era levá-las diretamente por meio de seus criadores e portadores – e em última análise, estas apresentações forneceriam material para posteriores divulgações não-presenciais, isto é, veiculadas na forma de textos impressos em livros ou jornais, criando um processo circular de produção de bens culturais que marcou a atividade intelectual da AIB (retomarei isto no Capítulo 4).

Consequência direta do volume bastante limitado de material próprio – o que, talvez involuntariamente, fosse ao encontro das intenções da AIB de apresentar o Integralismo como algo inteiramente “novo” – foi a franca sinalização a quais correntes de pensamento o movimento ligava-se, demonstrada de forma cabal no caso da Bibliografia mencionada acima. Ao recomendar, por exemplo, a obra de Alberto Torres, ficava patente a filiação à uma proposta de organização nacional cujo eixo ordenador era o Estado (MARSON, 1979, p. 178-188); e ao remeter a *Machiavel e o Brasil*, de Octávio de Faria, que qualquer tentativa de transformar o panorama brasileiro requeria apelar não à massa, mas aos indivíduos intelectual e moralmente superiores (SADEK, 1978, p. 133). Na ausência, então, de um *corpus* textual mais amplo que encerrasse o Integralismo, as referências explícitas a tradições intelectuais⁷⁵ que lhe serviam como fonte tiveram particular relevância em seu processo de divulgação, servindo, também, como instrumentos de legitimação: embora fosse “novo”, ele não estava descolado da realidade nacional e pagava tributo aos autores que o influenciaram, dando-lhe, inclusive, sustentação. E, além disto, o Integralismo ainda se pretendia uma espécie de continuidade, o desenvolvimento direto das ideias dos autores aos quais faziam referência⁷⁶.

Para Randall Collins (1998), “The key intellectual ritual, the lecture, is one that has been prepared for by reading a relevant background of texts”. E prossegue: “An intellectual IR [interaction ritual] is generally a situational embodiment of the texts which are the long-

⁷⁴ Cf. CAVALARI, 1999, p. 110.

⁷⁵ Penso, aqui, nos elementos sublinhados por Edward Shils (1958) ao tratar das tradições intelectuais: “They are the immanent traditions of intellectual performance, the accepted body of rules or procedure, standards of judgement, criteria of the selections of subject-matters and problems, modes of presentations, canons for the assessment of excellence, models of previous achievement and prospective emulation” (p. 16).

⁷⁶ Isto pode ser verificado em algumas sessões da revista integralista *Panorama* ou em declarações como a de Plínio Salgado afirmando que, se Alberto Torres ainda fosse vivo à época, seria integralista.

term life of the discipline” (p. 25-26). Isto permite que se avance um pouco mais na análise aqui empreendida, pois se trata de perceber como os intelectuais integralistas, durante a realização de suas conferências, traziam à tona, e ao público, um conjunto de obras e autores cujo reconhecimento por parte das pessoas presentes tornava-o um elemento de identificação, de ligação. Deste modo, referências elogiosas ou críticas e a citação de determinados autores ao longo das conferências concorriam para balizar *com* quem e *contra* quem se dialogava – demarcando posições claras no nível intelectual (e político também), onde os primeiros “contatos” entre integralistas e o público visado ocorriam. Ao apontarem para esta ou aquela ideia, indicando sua simpatia ou repúdio, ela tornava-se o “objeto sagrado” reconhecido e partilhado pelo grupo reunido (ou então algo profano do qual era preciso se afastar), o símbolo a representar a ligação intersubjetiva entre as pessoas participantes da conferência. Isto encontra-se relacionado, como dito, ao fato de que, em um primeiro momento, não havia material sobre o Integralismo, então o deslocamento de seus intelectuais tornou-se prática imprescindível para sua divulgação. Contudo, um problema de ordem “prática” não é suficiente para explicar sua escolha, sendo preciso avançar mais um pouco.

A conferência é um evento central para as sociabilidades e práticas desenvolvidas no interior do microcosmo intelectual – como aponta Collins, “the key intellectual ritual”. Sua realização pressupõe, por um lado, o funcionamento de mecanismos de legitimação e escolha os quais incidem sobre *quem* será o (único) foco de atenção do público que se formará⁷⁷, pois o monopólio dos olhares, atenções e do uso tempo naquele instante não ficará, em princípio, nas mãos de alguém que prescindia do reconhecimento simbólico necessário (a aceitação de suas ideias, suas obras, o impacto de seu trabalho, seu poder no interior do microcosmo intelectual). O acesso a uma plateia é permitido mediante sua aceitação por seus pares, os quais o consideram “digno” de, por um espaço de tempo, colocar-se não só em destaque como “conduzir” o pensamento dos presentes⁷⁸.

Por outro lado, pressupõe a existência de um discurso que, também foco de atenção, tornar-se-á o principal elemento de mediação entre o orador e o público, criando uma interação de caráter amplo a qual se estende sobre todos os presentes de modo a formar, naquele momento, uma única sociabilidade construída momentaneamente por intermédio da

⁷⁷ E o tamanho deste público pode derivar daqueles mesmos mecanismos, atuando em conjunto com fatores variados que encerram tanto o cumprimento das expectativas dos presentes – o orador falará o que o público quer ouvir – como o interesse, mesmo que ainda frágil, no que se sucederá em tal evento – o público quer saber o que o orador falará.

⁷⁸ Em outras palavras, o público pensa com e a partir do pensamento do orador.

fala⁷⁹. Não se trata, então, de um *falar* qualquer, pois se distancia do modelo de conversa característica do cotidiano, relacionada à manutenção e continuidade dos laços sociais (COLLINS, 1998, p. 26) e sujeita a contingências de ordens variadas (desde mudanças súbitas de assunto até interrupções). Trata-se, sim, de algo capaz de afastar-se do caráter corriqueiro da vida social ao envolver uma série de elementos “incomuns”: a escolha do espaço e momento definidos onde ocorrerá, a existência de um texto previamente preparado, o monopólio do discurso e toda sorte de práticas envolvidas (apresentações, solenidades, etc.). Decerto que, como lembra Randall Collins, há outras ocasiões nas quais tudo isto toma corpo, como discursos políticos ou sermões. A diferença reside, assim, no tipo de relação estabelecida, durante uma conferência, entre o orador e o público: não se trata, aí, de “giving orders or practical information but *in expounding a worldview, a claim for understanding taken as an end in itself*” (Ibid. p. 26 [grifo meu]). Isto não significa negar as relações de poder existentes nesta prática, mas sublinhar as particularidades dos relacionamentos envolvendo as pessoas e um discurso de pretensões autônomas, ou seja, independente de questões que lhe são exteriores.

Por fim, esta prática permite a formação, concretização ou reafirmação de laços sociais envolvendo, sobretudo, os principais envolvidos na conferência, ou seja, quem se apresenta e os responsáveis diretos por sua realização. Contatos verificados no nível intelectual ganham corpo nos níveis interacional e espacial (estando estes dois intimamente relacionados, pois a situação co-presencial necessita de um ambiente para ocorrer), de modo que sua “distância” inicial das rotinas diárias dilui-se ao ponto de permitir-lhe a integração, mesmo com seu caráter excepcional, à regularidade da vida cotidiana. A conferência torna-se, assim, um componente das atividades e práticas do microcosmo intelectual, pois ela, ao mesmo tempo, é o resultado de ações regulares de seus integrantes, inscritas como estão no cotidiano (o trabalho intelectual, com os elementos que o compõe), e propicia não só novos encontros como reforça e reatualiza regularidades anteriores, dando-lhes continuidade.

Esta exposição leva-me a considerar a prática da conferência não só um evento central do microcosmo intelectual, mas também particularmente representativo do tipo de relações que se processam em seu interior – em outras palavras, vejo-a como uma prática tipicamente intelectual. Afirmando isto, em primeiro lugar, porque sua realização se dá pelo funcionamento concomitante e interdependente dos três níveis; em segundo, em vista de seus elementos

⁷⁹ O discurso é, no espaço de tempo da realização conferência, o objeto central compartilhado por todos os presentes – as atenções, em conjunto, voltam-se para ele. Além disto, ele é a ligação direta entre a prática da conferência (o momento de sua execução) e o conhecimento e leitura prévias de toda a sorte de textos envolvidos para sua elaboração e desenvolvimento.

característicos (expostos acima), os quais, embora assumam, a partir de sua interrelação, uma forma própria, encontram-se ligados ao trabalho e atividades intelectuais regulares.

Diante de tais considerações sobre a prática da conferência, pode-se avançar um pouco mais na compreensão tanto de sua escolha pelos intelectuais da AIB como do papel desempenhado na divulgação do Integralismo – e posterior formação das redes intelectuais. Atentando-se, claro, para suas particularidades.

Se o uso das conferências pode ser considerado um meio encontrado para contornar a escassez de material textual disponível para distribuição ao longo do território brasileiro – um obstáculo as pretensões da AIB de expandir sua atuação por todo o país –, é o caso, também, de localizá-lo no contexto das formas de atuação dos intelectuais integralistas, relacionando-o tanto aos seus objetivos manifestos quanto as *estratégias de ação*⁸⁰ mobilizadas para alcançá-los. Neste caso, significa que tal escolha esteve, também, pautada por um conjunto de fatores o qual envolvia costumes, sensibilidades, identificação, conhecimento prévio. Ou seja, diante da posição destes agentes no ambiente social do qual fazem parte, composto por elementos diversos que não só lhe conferem sentido como orientam sua conduta, seu agir, mesmo que em uma situação nova, terá como guia aquilo que lhe é familiar⁸¹: “People do not build lines of action from scratch, choosing actions one at a time as efficient means to given ends. Instead, they construct chains of action beginning with at least some pre-fabricated links” (SWIDLER, 1986, p. 277). Ora, ainda que se tratasse de percorrer vários estados a fim de divulgar e formar um movimento nacional com um projeto de intervenção, seus proponentes utilizaram-se de meios próximos de sua experiência social, notadamente aqueles ligados a atividade intelectual. Isto vem a reforçar não só a defesa do “intelectual como líder” como de quais seriam os primeiros interlocutores da AIB. Não vejo, por conseguinte, nenhum tipo de oposição entre o que norteava o agir destes integralistas (seus interesses ideais ou o uso de estratégias de ação). Ao contrário, observo, aí, uma relação de complementaridade e reciprocidade, a atuação de um conjunto, de modo que a realização de conferências em várias cidades pautou-se (em parte⁸²) pela crença dos integralistas nos intelectuais e por figurar um modo de agir que se coadunava com suas experiências. Há, a meu ver, uma sobreposição dos elementos atuantes. Passemos, em definitivo, para a apreciação deste ponto.

⁸⁰ Remeto ao artigo de Ann Swidler (1986).

⁸¹ O que não impede que o agente aja criativamente.

⁸² Não ignoro que a AIB privilegiou o contato com grupos das camadas média e alta da sociedade brasileira, nas quais os intelectuais achavam-se presentes. Por isto não é possível afirmar que as bandeiras visavam um único público, no entanto, dentre seus interlocutores, não há dúvida de que os intelectuais foram um dos principais.

A realização de conferências serviu, sem dúvida, em um primeiro momento, para reforçar o caráter “intelectual” do movimento, sobretudo por contar com a participação direta de dois escritores conhecidos – e elas também moldariam uma forma de atuação da intelectualidade integralista nos anos seguintes, valendo-se largamente da palavra falada como instrumento privilegiado de transmissão do Integralismo. No caso de Plínio Salgado, o fato de ser o criador da AIB fornece motivos suficientes para sua presença em tais eventos, mas não se pode negligenciar que seu reconhecimento, na época, como importante escritor modernista e seu engajamento político concorria para sua legitimação, permitindo-o atrair um público disposto a ouvi-lo. Já Gustavo Barroso, foi decisiva sua posição de escritor consagrado, membro da Academia Brasileira de Letras, mas também pesou, no que tange à bandeira, o fato de ser natural do Ceará, o que, para os integralistas, contaria a favor do movimento durante a passagem pelos estados do norte e nordeste. Em relação aos outros intelectuais que, durante estes viagens, também se apresentaram, como Olbiano de Melo e Miguel Reale, não se pode afirmar o mesmo, pois não gozavam (sobretudo Reale, recém-saído da Faculdade) do reconhecimento obtido por aqueles dois. Por isto foi providencial a presença de um deles, quando não de ambos, nas passagens pelos estados, caso contrário, a meu ver, elas seriam simbolicamente menos atraente, ou teriam reduzida importância perante a população local. Neste caso, sua legitimação partia dos próprios companheiros, e a conferência ganhava outro significado, levemente distinto daquele para Plínio Salgado e Gustavo Barroso: enquanto estes tinham-na como prova de seu reconhecimento, de seu poder no microcosmo intelectual, para integralistas como Reale, era o momento de sua consagração e apresentação ao público.

Mas o que pretendo ressaltar, para além das pequenas diferenças no interior do grupo, é a participação de pessoas diretamente comprometidas com as atividades intelectuais, fossem escritores consagrados ou jovens universitários. E mesmo que na biografia de Salgado e Barroso constasse a passagem de ambos pela vida política⁸³, sua maior projeção no cenário público nacional decorria de suas atuações no âmbito cultural. É evidente, contudo, que o modo como este grupo portou-se encerra a relação praticamente indissociável entre atividade intelectual e política, o engajamento na formulação de um projeto e em sua aplicação – o que deu a tônica de suas ações. É o caso, assim, de sublinhar um traço específico das conferências integralistas cuja ligação a tal forma de agir é direta – e que vai ao encontro daquela questão a perpassar o presente capítulo.

⁸³ Gustavo Barroso foi deputado federal pelo Ceará no período entre 1915 e 1917.

Da maneira como foi executada pelos intelectuais integralistas (e pela especificidade destes), vejo-as em uma situação limítrofe quanto a *natureza* do conteúdo que é manifestado: de um lado, a conferência buscava suscitar uma reflexão a partir de si e para si, ou seja, as ideias, os conceitos, as análises, tudo a tem como a principal referência; importam as imagens criadas, os nexos e encadeamentos que fundamentam a argumentação, garantindo a solidez das teses apresentadas. Citações e referências a obras e autores são mobilizadas para auxiliarem nestes mesmos objetivos, para fundamentar críticas ou corroborar opiniões⁸⁴. E por outro lado, as conferências visavam apresentar um projeto de intervenção, indicando os problemas a serem combatidos e as soluções mais eficazes. Havia uma transferência em seu foco – não mais o próprio conteúdo, mas os problemas situados além dele, isto é, na própria sociedade brasileira, em sua organização política, em sua economia, nos costumes. Elas tornavam-se, assim, momentos de exercício daquilo que Norberto Bobbio (1997) denominou *poder ideológico*, “que se exerce (...) sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra” (p. 11). De posse deste poder, os intelectuais buscavam tanto influenciar o público (no caso dos indecisos ou que desconhecem o Integralismo, trazendo-os para o movimento) como reafirmar e garantir, perante seus simpatizantes e membros, a primazia da AIB sobre a possibilidade de transformação do Brasil. E neste contexto, o repertório cognitivo mobilizado na construção e manutenção dos argumentos defendidos transformava-se em armas para uma batalha simbólica a qual refletia a disputa da AIB com outras correntes e grupos políticos: liberais, grupos oligárquicos locais, comunistas.

Na conferência feita na Faculdade de Direito do Recife, Plínio Salgado inicia-a afirmando que o movimento integralista “é um movimento de cultura” o qual pretende “uma revisão geral das filosofias dominantes até o início deste século” e “a criação de um pensamento novo, baseado na síntese dos conhecimentos que nos legou, parceladamente, o século passado” (SALGADO, 1934, p. 90). E prossegue demonstrando como o Integralismo é, ao mesmo tempo, uma ruptura com as correntes de pensamento do passado (notadamente as do século XIX) e uma continuidade das mesmas no sentido de ser capaz de realizar, no século XX, o que elas não conseguiram. “O integralismo brasileiro, portanto, não vem condenar e proscriver (...) as filosofias do século passado; vem ampliar-lhes o ângulo de visão, vem subordiná-las a um conjunto considerando-as simples anotações subsidiárias ao novo pensamento construtor” (Ibid, p. 91-92). Em seguida, o orador empreende uma reflexão sobre

⁸⁴ Isto se aproxima da caracterização fornecida por Collins (Op. cit.): “Intellectual discourse focuses implicitly on its autonomy from external concerns and its reflexive awareness of itself” (p. 26).

o século XIX, tecendo comentários sobre seus os autores de maior vulto – Hegel, Marx e Nietzsche. Somente mais a frente volta a falar diretamente do Integralismo.

Expediente semelhante é observado em conferência de Gustavo Barroso no Teatro Carlos Gomes, no Espírito Santo. Seu ponto de partida é “o cenário colonial do Brasil” onde é possível perceber que “um espírito brasileiro se criou no nosso país (...) quase desde as primeiras épocas da conquista”⁸⁵. Este “espírito”, prossegue Barroso, teria sido o resultado da “adaptação do homem branco à terra virgem (...) e do caldeamento de seu sangue com o dos naturais da região, no abraço forçado de vencedores e vencidos” (BARROSO, 1934, p. 61). Em sua reflexão, aponta, então, três personagens cruciais para o desenvolvimento do Brasil: o jesuíta, o criador (de gado) e o bandeirante – a partir daí, passa a justificar tal “escolha”. Só então o orador volta-se para o Integralismo, construindo uma ponte entre ele e aquele passado cujo eco “sobe ressoante até nossos corações” (Ibid. p. 65), e contrapondo-o aos elementos que são estranhos ao Brasil, o liberalismo e o comunismo. Por fim, afirma que o Integralismo “não é um programa de partido nem uma plataforma eleitoral; porém, muito mais que isso: um modo de ser, um modo de viver, um modo de sentir, um modo de pensar, um modo completo de considerar os problemas do homem, os problemas da sociedade (...)” (p. 71).

Percebe-se, nestes dois exemplos, estratégias parecidas: não era suficiente apresentar o Integralismo e o movimento, informando suas propostas, seus objetivos, seus ideais. Eles vinham acompanhados de referências a elementos do universo letrado, a variadas áreas do conhecimento. Tratavam-se, assim, de duas grandezas cuja articulação era fundamental, praticamente obrigatória, para que se viabilizasse um processo de fornecimento de sentido e legitimação mútuos. Deste modo, a situação limítrofe na qual o conteúdo da conferência encontrava-se produzia um meio de atuação que se afastava tanto do “isolamento na torre de marfim” quanto do envolvimento na “politicagem tradicional”, que era o engajamento por meio da atividade intelectual. Gustavo Barroso resumiu sentimentos, e desejos, certamente partilhados pelos integralistas:

Nós não podemos continuar a desprezar nossos valores básicos, nossas tradições, nossa experiência social, nossa história, *pondo de parte os homens de intelecto e de pensamento* para endeusar os vanguardeiros das explorações, os simuladores, os destruidores sistemáticos e os medalhões pachecais. (p. 68 [grifo meu]).

Por fim, destaco os lugares nos quais as conferências eram realizadas, pois foram, por vezes, ambientes ligados à vida cultural e intelectual das cidades. Com algumas exceções

⁸⁵ Esta visão do período colonial como nascedouro do sentimento de “ser brasileiro” também era partilhada por Plínio Salgado. É possível que tenham sido influenciados, neste aspecto, pela obra de Capistrano de Abreu, que localizava a emergência de um “povo brasileiro” no século XVII (REIS, 2003).

(como a passagem dos integralistas pelo Rio Grande do Sul), ocorriam em recintos fechados tais como cinemas, teatros, salões e auditórios de escolas e faculdades. A escolha destes *estabelecimentos sociais* (GOFFMAN, 2008 [1959]) não foi, decerto, aleatória, coadunando-se tanto com a imagem que a AIB pretendia construir e passar, como com seus objetivos abertamente declarados⁸⁶. Em relação a estes, Plínio Salgado, em conferências realizadas (em 1933) na Faculdade de Direito de Recife, na Associação Universitária da Bahia e no Teatro José Alencar, em Fortaleza, afirmou que “A formação das elites dirigentes é o escopo da primeira fase desta campanha” (SALGADO, 1934, p. 89). E Gustavo Barroso, apresentando-se no Centro Universitário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, na Reitoria da Universidade de Belo Horizonte e no Cinema Rio Branco de Aracaju⁸⁷, classificou o Integralismo como “uma concepção totalitária do universo e do homem, tendente a transformar primeiro a alma das *élites* e em seguida das massas, formando nova consciência e vontade coletiva” (BARROSO, 1934, p. 53). O movimento buscava o contato e o diálogo, em primeiro lugar, com as elites locais (sobretudo cultural e intelectual⁸⁸), com intelectuais e estudantes, onde, acreditavam, encontrariam o material humano necessário para a organização do movimento, já preparando suas principais lideranças. O processo começava, assim, pela composição de quadros dirigentes cuja função era compreender e estudar o Integralismo para, em seguida, divulgá-lo.

Através da prática das conferências, os intelectuais integralistas buscaram não só divulgar o Integralismo como deram os primeiros passos na organização do movimento em nível nacional. Fossem em cidades onde não havia, até a visita daqueles, qualquer tipo de articulação (como Juiz de Fora), ou nas quais pequenos grupos já se organizavam (como São Luís), houve o estabelecimento dos primeiros contatos com o grupo central cuja passagem pelos estados ensejou a fundação dos núcleos a partir dos quais o movimento expandir-se-ia para outras localidades. Foi decisivo, assim, o relacionamento erigido com pessoas ligadas às atividades intelectuais, pois, desde o primeiro momento, a AIB pôde contar com importantes instrumentos de apoio em nível local, havendo muitas das vezes, como mostrado, instituições que se tornaram pontos nevrálgicos de reprodução do pensamento integralista. Ao fazer-se presente em determinada instituição (como os ginásios na Bahia), o Integralismo lograva ter a

⁸⁶ Não é possível saber como os integralistas usufruíram destes lugares, mas a julgar pelos casos sobre os quais há informações (mencionados anteriormente), pode-se conjecturar que algum integralista ou simpatizante local do movimento atuava de modo a obter permissão para utilizá-los.

⁸⁷ Tal qual o caso de Salgado, esta conferência foi pronunciada nestes e em outros lugares, e passou a compor o livro *O Integralismo de Norte a Sul*.

⁸⁸ Sublinho, aqui, a análise de Giselda Brito Silva (2011) sobre Plínio Salgado, considerando-o antes um líder intelectual (e não militar) rodeado de estudantes ao invés de soldados.

si franqueado espaço para seu estudo e ensino – a existência de um ambiente físico, local de encontros e sociabilidades que viriam a reforçar os laços entre os militantes – e, também, para sua divulgação em dispositivos de transmissão simbólica, como periódicos (jornais e pequenas revistas) já existentes ou criados para tal fim, ou mesmo conferências preparadas pelos integralistas locais com vistas a apresentá-lo ao restante da população. Onde as visitas de Plínio Salgado e seus correligionários não encontraram comunidades intelectuais formadas (que foi o caso de Pernambuco e do Rio de Janeiro), foi-lhes possível lançar as bases para sua criação pela mobilização de pessoal “qualificado”, isto é, de pessoas ligadas ao trabalho intelectual, às práticas letradas.

Estas comunidades locais passaram, assim, a compor as redes intelectuais (em expansão) da AIB. Formavam nódulos cuja ligação direta ao grupo central, então em São Paulo, e indireta a outros, dava-se pela partilha do Integralismo (mas aí já se incluía seus símbolos, como a camisa verde, o sigma); pelo conhecimento, no mínimo, de seus princípios e objetivos fundamentais expostos no Manifesto de Outubro. Especialmente distantes, era a “doutrina” quem viabilizava e assegurava a manutenção destas redes e do próprio movimento.

Para concluir este ponto, gostaria de chamar atenção para algo que não se pode perder de vista ao analisar este aspecto do processo de expansão da AIB, principalmente diante desta última consideração acerca do papel desempenhado pela “doutrina” – e porque vem justificar a ênfase concedida à prática da conferência. Mesmo diante da identificação e da convergência de pontos de vista ocorridos primeiro, em vários momentos, no nível intelectual – afinal a distância espacial impõe-se como elemento crucial para pensar a composição do movimento integralista – a ação individual, a qual engendrou a ação coletiva capaz de viabilizar a consolidação e desenvolvimento da AIB, teve um papel central em todo este processo. Pois toda a sua realização esteve pautada pela atuação de indivíduos e o estabelecimento de relações recíprocas que lhe garantiram seu início e continuidade. Assim, a reprodução do Integralismo remete à mediação dos agentes. Se “Os indivíduos adquirem suas redes de crença iniciais ouvindo as outras pessoas, inclusive seus pais, educadores, os autores que leem e seus companheiros” (BEVIR, 2008, p. 257), então não se pode negar o valor das situações de co-presença que as conferências representaram (não só o momento de sua execução, mas os encontros que lhe antecederam e sucederam) ao colocar em contato direto os intelectuais integralistas e os grupos locais, bem como ulteriores práticas e contatos regulares que, a partir dos próprios núcleos, permitiram a continuidade do Integralismo e do movimento – tudo isto,

evidentemente, dentro de um contexto particular de conjugação de interesses (ideais e materiais), onde também se organizava os meios de se intervir na sociedade brasileira.

2.4 Últimas considerações do capítulo

A trajetória intelectual e política de Plínio Salgado na década de 1920 e princípios da década de 1930 permitiu-lhe cultivar e acumular uma rede de relações sociais capaz de estender-se para além da cidade de São Paulo. Como escritor do movimento modernista e com passagem pela câmara dos deputados utilizou-se, diante dos acontecimentos da década de 1930, daqueles contatos estabelecidos, além do próprio prestígio, para articular um movimento de caráter nacional cuja organização definiu-se no I Congresso Integralista em princípios de 1934 na cidade de Vitória (ES).

Este congresso não apenas definiu a estrutura organizacional da AIB – Plínio Salgado foi aclamado o líder máximo dos camisas-verdes, criaram-se órgãos e departamentos com funções distintas – como consolidou sua existência na forma de um movimento nacionalmente organizado com presença, maior ou menor, em quase todos os estados do país por meio da fundação de núcleos em suas cidades⁸⁹. Tal realização não seria possível sem a atuação constante dos intelectuais integralistas, desde aqueles que percorreram o país até os que se organizaram localmente. A partir de suas incursões nos meios letrados, lançando mão de livros e espaços conseguidos na imprensa além da realização de conferências em locais como teatros e auditórios de faculdades, o Integralismo difundiu-se com seu nacionalismo e espiritualismo, combatendo de modo implacável a liberal-democracia e o comunismo. A “ideologia” atuava como ponta de lança e, com o auxílio de seus portadores, contribuía para a organização do movimento. Em um país de dimensões continentais, foi o primeiro elo entre pessoas de regiões distintas – não me parece, então, fortuito, que pessoas ligadas à atividades intelectuais (escritores, jornalistas, professores, etc.) tenham engajado-se no princípio da aventura integralista, o que contribuiu largamente para algumas características do movimento e modos de atuação. Não poderia ser, afinal, muito diferente, pois ao contar diretamente com intelectuais neste processo inicial de organização, de que modo poderiam agir a não ser apelando para suas atividades (como escritores ou jornalistas)?

Observa-se, neste sentido, como *ideias* e *ações* conjugaram-se de modo a estruturar um movimento de ambição nacional. O protagonismo social dos intelectuais, presente no próprio contexto intelectual e defendido pelo Integralismo, animou a filiação a AIB. Além

⁸⁹ Com o desenvolvimento da AIB, estados como São Paulo e Rio de Janeiro passaram a ter núcleos baseados em bairros.

disto, por se tratarem de grupos de intelectuais, a organização do movimento foi pautada pelas suas próprias experiências, o que contribuiu para definir suas feições e modos de agir (e reproduzir a ideia do protagonismo). Ou seja, não se pode negligenciar a “força” das ideias e da experiência cotidiana na compreensão do movimento integralista, como ilustrado por alguns aspectos da trajetória de Plínio Salgado. É evidente que a AIB e o Integralismo não estavam anunciados em *O Estrangeiro*, mas a persistência de alguns elementos (a atividade intelectual mesclada com intervenção política) somada a eventos históricos marcantes (o modernismo, a Revolução de 1930, a Constitucionalista) concorreram para os rumos tomados. Ademais, se Salgado conseguiu alguma mobilização a seu favor entre 1932 e 1933, foi devido a contatos e redes de relações sociais estabelecidas mediante sua atuação intelectual. Não descarto a tese de que muitos intelectuais atenderam ao seu chamado porque “a derrota das facções dirigentes com as quais colaboravam havia truncado por um momento suas expectativas de carreira política” (MICELI, 2001, p. 119). Todavia não a aceito por completo (ou como única explicação), afinal, o que a AIB tinha a oferecer em termos de “carreira política” efetiva em 1932 ou 1933? Acredito que os valores trazidos pelo Integralismo, desde o “Deus dirige o destino dos povos” até o “Erguei-vos e começai a Grande Construção”, pesaram no engajamento destes intelectuais (os mais jovens ou mais velhos). A ideia de seu protagonismo não apenas serviria como um incentivo como também lhes permitiria agir em seu próprio terreno, com suas próprias armas.

Um dos resultados foi a formação de redes intelectuais. Comunidades e intelectuais em diversos estados articularam-se, os bens culturais passaram a circular, fixando o Integralismo nas primeiras localidades através da palavra escrita e falada – era o ponto de partida para as ramificações capilares da AIB através da multiplicação de núcleos. Consequência da participação ativa destas pessoas foi uma produção intelectual crescente *acerca* do Integralismo e *a partir* do Integralismo. O objetivo do capítulo seguinte será analisar este subproduto da atuação dos intelectuais integralista que terá um papel crucial na organização da AIB, pois fornecerá um dos principais elementos constitutivos de seu aparato de dominação.

CAPÍTULO 3

A PRODUÇÃO INTELECTUAL INTEGRALISTA E A REDE DE BENS CULTURAIS

Seja que do séquito carismático de um herói guerreiro nasça um Estado, ou que da comunidade carismática de um profeta, artista, filósofo ou inovador ético ou científico nasçam uma igreja, seita, academia, escola, ou então que de um grupo carismaticamente dirigido, que persegue uma ideia cultural, nasça um partido ou apenas um aparato de jornais e revistas – em todos estes casos a forma de existência do carisma acaba exposta às condições da vida cotidiana (...).

Max Weber, *Economia e Sociedade*.

A ordem do “Caçador de Esmeraldas” se destina a premiar os valores culturais, científicos e artísticos manifestados pelos integralistas.

Artigo 4º das Ordens Honoríficas da AIB.

A partir de 1933 a Ação Integralista Brasileira começou a veicular, através de periódicos a ela ligados, sua *Bibliografia Integralista*, uma lista cujo conteúdo trazia os livros recomendados para seus militantes e quem mais desejasse saber sobre o movimento.

Na Bibliografia publicada em 1933, dos 27 títulos anunciados¹, dez eram de autores integralistas: Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale, Olbiano de Melo e Severino Sombra. No entanto, daqueles, apenas três podem ser considerados como obras diretamente voltadas ao Integralismo: *Deveres do Integralista*², de Plínio Salgado; *O Integralismo em marcha*, de Gustavo Barroso; e *Estudos Integralistas – 1ª Série*, composto por textos de vários autores. Os outros livros de Salgado eram seus romances (*O Estrangeiro* e *O Esperado*, publicados antes da fundação da AIB, e *O Cavaleiro de Itararé*) e o de Olbiano de Melo foi escrito antes de travar contato com Plínio Salgado. Os outros autores, com suas respectivas obras, que figuraram nesta Bibliografia eram: Alberto Torres, Octavio de Faria, Virgilio Santa

¹ As referências à Bibliografia Integralista, quando não indicadas ao contrário, foram retiradas de: CAVALARI, 1999, p. 110-115.

² Não há nenhuma referência a este volume na produção bibliográfica de Plínio Salgado. É provável que, a julgar pelo título, fosse um conjunto de recomendações ao militante o qual seria incorporado mais tarde na própria organização do movimento.

Rosa, Tristão de Ataíde e Oliveira Vianna³. Nas Bibliografias publicadas no ano seguinte, o número de livros indicados passou para 35⁴, havendo o acréscimo de títulos de Oliveira Vianna e Tristão de Ataíde, além da inclusão das obras de Farias Brito. Não houve maiores mudança no número de autores integralistas⁵, no entanto, foi significativo o fato de que eram, agora, sete os títulos diretamente voltados ao Integralismo: além dos já citados *O integralismo em marcha* e *Estudos integralistas*, Plínio Salgado publicou *O que é Integralismo*, *Psicologia da Revolução* e *O sofrimento universal*; Gustavo Barroso e Miguel Reale lançaram, respectivamente, *O Integralismo de norte a sul* e *O Estado Moderno*. E uma mudança ainda maior pode ser observada em 1935, pois a Bibliografia publicada no mês de agosto na revista integralista *Anauê!* (falarei dela mais a frente) trazia 32 títulos e *todos* eram de autores ligados ao movimento. Deve-se ressaltar que nem todos abordavam diretamente o Integralismo e arrolavam-se livros publicados antes da fundação da AIB (como alguns de Olbiano de Melo e os romances de Plínio Salgado), mas ainda assim, comparando-se o conteúdo desta Bibliografia com a de 1933, observa-se que foram publicados neste período outros 24 livros, dentro do contexto da AIB.

Nos anos seguintes este número continuou aumentando, bem como o número de autores – e alguns livros de Plínio Salgado e Gustavo Barroso conheceram mais de duas ou três edições. Mas não houve apenas crescimento no número de livros e autores: jornais e revista integralistas pulularam por todo o país. De circulação nacional ou restrita à cidade onde eram editados, os periódicos ligados ao movimento tornaram-se veículos não apenas para difusão do Integralismo e das realizações do movimento, como também espaços para o exercício da atividade intelectual fossem na forma de comentários políticos ou para se tratar do folclore e da história nacionais. Contos e poesias eram veiculados junto a textos sobre cidades brasileiras e impressões de viagens, assim como comentários sobre cinema e teatro. Em seus cinco anos de existência, o número de periódicos ligados à AIB foi de quase 140 títulos. Tal volume de jornais e revistas – somados, claro, ao de livros – demonstra o papel crucial que o trabalho intelectual teve na divulgação e reprodução do Integralismo, no entanto, não foi apenas a palavra *escrita* que gozou de grande prestígio, pois a palavra *falada* também foi largamente utilizada na forma de conferências e sessões de estudo ou doutrinárias

³ Nela também constavam livros de conteúdo antissemita: *As bases do nacional-socialismo*, Henry Ford – *o judeu internacional*, *As forças secretas da revolução* e os *Protocolos dos Sábios de Sion*.

⁴ Os livros de caráter antissemita foram retirados da Bibliografia.

⁵ O livro de Severino Sombra foi retirado, decerto em vista de seu desentendimento com a alta cúpula da AIB com a resolução, tomada no I Congresso Nacional Integralista (1934), de transformar Plínio Salgado na liderança máxima do movimento. Sombra pretendia uma liderança na forma de triunvirato.

realizadas nas sedes dos núcleos integralistas. Prática bastante comum no princípio da expansão da AIB pelo Brasil (Capítulo 2, tópico 2.3), mantiveram-se as conferências e estas tomaram outras formas. Se de um lado fundou-se uma comunidade de leitores, por outro, criou-se uma de “ouvintes”.

O movimento integralista forjou, assim, uma *rede de bens culturais* que abarcava todo o país e transformou-se em um dos principais elementos a compor sua estrutura de dominação, tendo, inclusive, contribuído diretamente para seus traços carismáticos. Composto por uma vasta rede de periódicos, pela publicação constante de livros e realização de conferências e sessões doutrinárias regulares, esta rede – de componentes bem integrados entre si – foi o resultado do trabalho e atividades intelectuais constantes da intelectualidade integralista. Sua regularidade na produção de bens culturais que tomavam formas e conteúdo distintos, mas sempre orientados pelo Integralismo, difundia seus valores e atuava como uma força centrípeta tanto para autores como público, atraindo-os e mantendo-se sempre junto da AIB, sob sua órbita de influência. Deste modo, ela não apenas “criou” seu próprio quadro intelectual ao fornecer o espaço e os meios para o exercício de suas atividades e veiculação de seus produtos, como também “criou” um público cativo, pois tal rede acabava por fazer parte da vida cotidiana do militante, fosse quando este comparecia à sede para uma sessão de estudos ou adquiria o jornal ou a revista integralista.

Neste capítulo, farei uma exposição desta rede, descrevendo e analisando seus principais elementos constituintes e o modo como se achavam inter-relacionados. A centralidade de seu papel para a compreensão do movimento integralista reside no fato de que, por um lado, esta rede de bens culturais é a maior demonstração de que se formou uma intelectualidade integralista altamente engajada marcada pela regularidade de seu trabalho e atividades intelectuais e que dela dependeu boa parte do sucesso do Integralismo. Por outro lado, como resultado deste esforço, tal rede contribuiu diretamente para o processo de carismatização sofrido por Plínio Salgado (Capítulo 5), figurando como um dos principais componentes do aparato de dominação elaborada pela AIB. O foco do presente capítulo recai sobre a rede de bens culturais, contudo, diante de sua amplitude, limitarei minha abordagem àqueles aspectos e casos mais ilustrativos da importância desta rede no interior do movimento. Analisarei seus principais elementos (livros, periódicos, sessões)⁶ e produtores (os intelectuais da AIB). Em seguida, a partir da exposição desta produção intelectual, abordarei algumas das ideias, aspirações e valores mais caros ao Integralismo – o quadro aqui

⁶ O cinema também foi utilizado pela AIB, mas não o trabalharei aqui.

apresentado servirá como base para a reflexão posterior sobre a dimensão carismática do movimento (Capítulo 5 e 6). Começo com uma breve exposição sobre a “consolidação” da importância dos intelectuais para o movimento nos Estatutos da AIB, aprovados em 1934.

3.1 Os intelectuais e os Estatutos da AIB

No capítulo anterior, procurei mostrar como a difusão do Integralismo e posterior expansão do movimento contaram com a participação direta de intelectuais fosse viajando pelo país – naquilo que foi chamado de “bandeiras integralistas” – ou criando nas cidades as primeiras nucleações ao redor das ideias e valores defendidos pela AIB. Buscava-se, assim, recrutar e formar, em primeiro lugar, uma elite intelectual cujos membros não só poderiam fornecer os quadros necessários para a organização do movimento como contribuiriam para a maior penetração *local* do Integralismo, ou seja, era preciso que este adentrasse o tecido social nos bairros e cidades brasileiras – podia ser através de uma escola ou de um jornal – e aí se reproduzisse. Tal protagonismo característico destes passos iniciais não se esvaiu ou perdeu seu ímpeto. Ao contrário, fortaleceu-se e deixou sua marca na estrutura da AIB: no contexto do I Congresso Nacional Integralista, realizado entre fins de fevereiro e início de março de 1934 na cidade de Vitória (ES), foram aprovados os Estatutos da Ação Integralista Brasileira e instituiu-se a forma como ela organizar-se-ia internamente.

Os Estatutos definiam, em seu artigo primeiro, a AIB como “uma associação nacional de direito privado, com sede civil na cidade de São Paulo e sede política onde se encontra o Chefe Nacional” e com a finalidade de “a) funcionar como centro de estudos de cultura sociológica e política; b) desenvolver uma grande propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro; c) implantar no Brasil o Estado Integral” (SALGADO, 1955, p. 42). Por fim, como parágrafo único, definia-se o Estado Integral como aquele que realizaria:

- 1) Na ordem política, um regime político-social baseado na doutrina integralista ou nacional-corporativa;
- 2) Na ordem econômica o regime da economia dirigida no sentido do predomínio do social sobre o individual;
- 3) Na ordem moral, a cooperação espiritual de todas as forças que defendem as ideias de Deus, Pátria e Família;
- 4) Na ordem intelectual, a participação de todas as forças culturais e artísticas na vida do Estado. (Ibid, p. 42).

Sublinho dois pontos neste texto oficial da AIB: um relativo a uma de suas finalidades e o outro sobre as prerrogativas do Estado Integral. No primeiro, é notório seu objetivo em atuar como “centro de estudos de cultura *sociológica*”, o que, por si só, já enfatiza a existência de uma dimensão intelectual cuja necessidade e relevância é prontamente expressa. E ainda

mais notória é sua aproximação com a Sociologia, não apenas por ser outro indício de que o movimento retirava do contexto nacional os elementos que o caracterizariam e informariam suas atividades, mas principalmente pelo modo esta disciplina em particular era vista na época e como deveria ser mobilizada.

Assim, as Ciências Sociais – em particular a Sociologia – deveriam constituir o ingrediente principal da formação de novas elites, habilitadas a assumir a tarefa de construção política de uma nação moderna (...).

A formação sociológica é contraposta à bacharelesca, timbre das elites tradicionais, responsáveis, em boa medida, pela existência de instituições políticas – de corte liberal – em desavença com as condições do país (ALMEIDA, 1989, p. 189).

A AIB, que advogava para si a tarefa de transformar o Brasil em um país moderno enquanto apontava o liberalismo como a fonte dos impedimentos a ser combatida para tal realização, aproximava-se desta visão e sentimentos em relação à Sociologia. Por isto, para cumprir seus intentos, era preciso voltar-se não para a política, mas para a ciência. Não se buscava políticos (estes eram identificados com os partidos locais, defensores de interesses particulares), mas sim intelectuais, pois estes tinham em vista a nação, com suas potencialidades e problemas a serem abordados pela lente do conhecimento. E a partir deste, a necessária intervenção tomaria corpo: mediante a influência sobre a população (finalidade *b*) e pela instauração de um órgão organizador da vida nacional, o Estado Integral (finalidade *c*).

Dentre as várias prerrogativas deste Estado proposto pelo Integralismo, destaca-se o segundo ponto mencionado acima: as atividades intelectuais seriam incorporadas por ele. Grupos de intelectuais não lhe estariam submetidos, porém integrados, compondo uma de suas dimensões fundamentais. Novamente verifica-se não somente um apelo à “inteligência”, mas a *crença* nela e seu reconhecimento como elemento crucial para as profundas transformações almejadas pelo movimento. A presença de pessoas identificadas com o mundo intelectual na estrutura da AIB e naquilo que seria uma de suas maiores realizações (a fundação do Estado Integral) em vista dos objetivos perseguidos não se limitava aos limites dos documentos oficiais ou desejos dos envolvidos. Ela já era sentida antes da realização do I Congresso Nacional e consolidou-se quando de sua realização. A aclamação, aí ocorrida, de Plínio Salgado (antes de tudo um intelectual) como o líder máximo, o Chefe Nacional da AIB, fornece um indício expressivo desta importância, contudo, não foi único, pois, observando-se a primeira estrutura organizacional da AIB⁷, encontram-se outros exemplos de significativa

⁷ Formou-se uma estrutura que pode ser dividida em dois níveis: o nacional e o provincial (ou seja, ao nível dos estados, chamados de províncias pelos integralistas). O nacional compunha-se do Chefe Nacional, ápice de toda a organização, ao qual estavam ligados um Conselho Nacional, um Gabinete Civil e outro Militar. Logo abaixo, ligados à chefia nacional, encontravam-se os Departamentos Nacionais, divididos em Cultura Artística,

monta. Além de Plínio Salgado, pelo menos outros quatro intelectuais compunham os quadros de nível nacional, todos como responsáveis pelos Departamentos que compunham a AIB: Gustavo Barroso (Milícia), José Madeira de Freitas, o “Mendes Fradique” (Propaganda), Rodolpho Josetti (Cultura Artística) e Miguel Reale (Doutrina).

A presença destes homens na alta cúpula da Ação Integralista Brasileira não era, sem dúvida, despropositada, afinal, tratavam-se de pessoas que, além de seus interesses e atividades intelectuais, já acompanhavam Plínio Salgado na aventura integralista desde seus primeiros momentos (como no caso de Miguel Reale), sem contar os fortes laços de amizade aí criados – como aquele entre Salgado e Madeira de Freitas, em cuja casa o primeiro se abrigava durante suas passagens pelo Rio de Janeiro (LUSTOSA, 1993, p. 242). Não somente as afinidades intelectuais, mas também a própria convivência construída entre eles contribuiu para que aqueles ideais que empolgavam o movimento desde seus primórdios (como o protagonismo social dos intelectuais) encontrassem lugar efetivo em sua realidade social imediata, isto é, fossem incorporados e colocados em funcionamento na própria estrutura organizacional da AIB. E a despeito do fato de que, ainda em 1934, a ambição revolucionária da AIB começava a ceder espaço a seus intentos eleitorais⁸, a nova organização trazida pelo I Congresso não só reforçou como deu continuidade à ênfase “intelectualista” do movimento, observada, agora, em algumas posições de seu próprio quadro administrativo. A criação de tal estrutura deveria, assim, contribuir para que o pensamento fosse finalmente dirigido (e também servisse) à ação.

Neste sentido, a aprovação dos Estatutos da AIB não apenas assegurou a presença de pessoas identificadas com o mundo e as atividades intelectuais em posições de destaque em sua recém-criada estrutura organizacional, como também não descuidou de sua dimensão intelectual, incorporando-a seja nas finalidades precípua do movimento ou no (futuro) núcleo volitivo da nova ordem a ser instaurada, o Estado Integral. Tudo isto contribuiu para reafirmar o peso destes agentes em particular (os intelectuais) no interior da AIB, tanto antes quanto depois do I Congresso, consolidando oficialmente o papel crucial que desempenhavam no/para o movimento. Entretanto, acredito que a força desta intelectualidade integralista é

Doutrina, Finanças, Milícia, Propaganda e Organização Política. E esta mesma organização achava-se reproduzida no nível provincial, apresentando um Chefe Integralista – com os dois gabinetes (civil e militar) e um conselho provincial – além dos Departamentos Provinciais (Cultura Artística, Doutrina, etc)

⁸ Basta recordar o seguinte trecho do Manifesto Integralista: “Ou os que estão no Poder realizam o nosso pensamento político, ou nós, da Ação Integralista Brasileira, nos declaramos proscritos, espontaneamente, da falsa vida política da Nação, até ao dia em que formos um número tão grande, que restauraremos nossos direitos de cidadania, e pela força desse número, conquistaremos o Poder da República” (SALGADO, 1955, p. 21-22). E no mesmo ano de 1934 a AIB participou das eleições estaduais que escolheriam os novos representantes para o Congresso Nacional, como, por exemplo, no Rio de Janeiro (Cf. FAGUNDES, 2009, p. 87-103).

sentida, de modo ainda mais incisivo, em sua atuação em prol do movimento, no trabalho regular de produção de bens culturais que não apenas difundiam e reproduziam o Integralismo em larga escala, como criavam os laços que uniam os militantes, mantendo-os constantemente como parte do movimento. Abordo, agora, a rede de bens culturais produzida por este grupo.

3.2 Aspectos da rede de bens culturais – a produção intelectual

Acredito que tenha sido Rosa Maria Feiteiro Cavalari a principal pesquisadora do movimento integralista a conceder a devida atenção a uma das ideias centrais do Integralismo: a *revolução do espírito* (também chamada *interior* ou *espiritual*). Um dos grandes méritos de sua pesquisa foi, a meu ver, demonstrar como a revolução do espírito não só possuía um sentido eminentemente ativo como foi, inclusive, colocada em prática: aquilo que chamo de rede de bens culturais, e que Cavalari expôs em seu trabalho (1999), está diretamente atrelada a tal ideia. Antes dela, foi José Chasin quem se deteve sobre a “revolução espiritualista” – como a denominou (1978, p. 494-515) – considerando-a a “expressão que sintetiza, melhor que qualquer outra, a concepção pliniana da ação” além de ser um “suposto nunca abandonado que permeia e sustenta toda a obra do autor [Plínio Salgado]” (p. 494). Neste caso, Chasin ocupou-se basicamente com o modo como a ideia de revolução do espírito apresentava-se no pensamento de Salgado, primeiro em sua forma “teórica”, isto é, como o fenômeno revolucionário atuava sobre as sociedades e a História; em seguida, o autor mostrou quais seriam os desdobramentos deste tipo de revolução como um princípio-guia às *ações* dos militantes. Sendo então um dos pilares do integralismo de Plínio Salgado – e do movimento integralista – Chasin concluiu que:

O ideário integralista de Salgado teria natural e infalivelmente que desaguar, aliás em consonância com seus fundamentos básicos, no universo moralista do aprimoramento pessoal, da “revolução interior”, da transfiguração da consciência individual. Mas, para bem aquilatar o significado da “revolução interior”, no ideário de Salgado, é necessário considerar, para não nutrir a falsa impressão de que a proposta pliniana se conforma na inércia e no desamparo de uma expectativa inoperante, no aguardo de uma purificação de alma de curso não datável, e desde logo sabida como algo moroso e demorado, que “A revolução integralista se processa em dois planos simultaneamente: 1º) o plano espiritual mediato. 2º) O plano cultural imediato”. (p. 508)⁹.

⁹ A passagem entre aspas é uma citação do próprio Plínio Salgado que se complementa da seguinte maneira: “No plano espiritual, o objetivo é mediato, porque para atingi-lo, teremos de levar muitos anos de doutrinação, de educação constante da massa, do esforço individual de cada um. No plano cultural, o objetivo é imediato, porque o Brasil necessita, desde logo, de uma transformação do Estado, mediante a qual poderemos, como queria Alberto Torres, assumir nova atitude em face dos problemas” (SALGADO, 1937 [1935], p. 14).

Depreende-se daí que, para Salgado, o projeto de intervenção da AIB tinha como alvo não só a estrutura da sociedade brasileira (suas instituições, a posição e as relações entre os grupos sociais, etc.) mas, principalmente, os próprio indivíduos, pois o Integralismo serviria, também, como um corpo de ditames ético-morais com vistas a transformar a índole do brasileiro bem como seu comportamento. Deste modo, Plínio Salgado equiparava a revolução do espírito a uma “obra de educação” (p. 16) a qual, ele reconhecia, processar-se-ia devagar, pois “estamos encharcados dos vícios de uma educação materialista, de uma educação farisaica de catonismos hipócritas em que se esfacelou uma República que confiou mais nos doutores da lei que na realidade da Pátria e nas profundas verdades humanas” (p. 18).

José Chasin, ao mostrar o caráter ativo da revolução do espírito, indicou-lhe, também, sua feição mobilizante – originária de um “catolicismo de participação” que remetia a Jackson de Figueiredo (CHASIN, op. cit., p. 512), mas que se diferia do processo de “recatolização das elites” almejada, por exemplo, por intelectuais como Octávio de Faria e Alceu Amoroso Lima¹⁰. Na mesma linha de raciocínio, Ricardo Benzaquen de Araújo afirma que:

Para o triunfo do espírito, então, é indispensável a *conscientização* e a *participação* de todos para que, unidos, possa intervir e modificar o curso “natural” das leis da matéria. E é justamente essa intervenção que Plínio vai chamar de *revolução*. Desse modo, toda a revolução só será considerada autêntica se implicar em um movimento de idéias, se for comandada por uma doutrina que possibilite a mobilização de todos os seus militantes em função dos princípios defendidos pela concepção espiritualista da existência (ARAÚJO, 1987, p. 32).

A revolução interior proposta pelo Integralismo era, então, o caminho pelo qual a sociedade brasileira seria não *reformada*, mas sim *transformada* (RAMOS, 2008, p. 168), apresentando como resultado algo inteiramente novo¹¹. Ora, para que se alcançasse tal objetivo, para além das mudanças estruturais (algo que, em princípio, a tomada do poder já propiciaria), era preciso contar com a participação ativa dos militantes.

E foi Rosa Maria F. Cavallari quem mostrou como parte desta revolução do espírito se processou, na *prática*, no interior do movimento integralista. São três os aspectos ressaltados pela autora: o primeiro diz respeito à ênfase concedida à educação do povo brasileiro, desde as camadas mais baixas até as elites, sem descuidar-se das mulheres e das crianças; o segundo

¹⁰ Embora estes autores “tivessem estado, em algum momento, muito próximos ao integralismo, nunca chegaram a aderir, de forma profunda e duradoura, aos princípios do movimento. A revolução espiritual e interior, que ambos também pregavam, era antes de mais nada uma revolução ‘pelo alto’, uma ‘recatolização das elites’, aristocrática e autoritária, muito distante da interpretação totalitária do cristianismo, fundada numa perspectiva homogeneizante e mobilizadora, que marcava o projeto de Plínio” (ARAÚJO, 1987, p. 83).

¹¹ Tudo isto diz respeito à ideia de revolução presente no integralismo de Plínio Salgado. Para uma comparação com Miguel Reale: RAMOS, 2008, Capítulo 4 (tópico 4.2). Sobre como outros intelectuais da AIB apropriaram-se dela em seus textos: RAMOS, 2011.

trata da rede de periódicos e livros, somada às sessões doutrinárias e o uso do rádio, como instrumentos privilegiados para educar as pessoas, colocando, assim, em marcha a revolução interior; e o terceiro aborda a ritualística criada pela AIB. Como concluiu Cavalari:

A arregimentação de adeptos, a unificação e a consolidação do Movimento foram conseguidas graças a um conjunto de estratégias adotadas pela AIB que se consubstanciava em uma rede constituída pelo impresso, pelas sessões doutrinárias, pelos símbolos e rituais integralistas e pelo rádio. Nessa rede que envolvia e cercava totalmente o militante, esses elementos constituintes trabalhavam perfeitamente integrados de modo a conseguir que “um integralista do Amazonas pensasse exatamente como um integralista de Goiás”. (1999, p. 212).

Pode-se, assim, afirmar que o funcionamento em conjunto destes elementos era a própria revolução do espírito *em processo*. Era, ao mesmo tempo, espaço de experiência e horizonte de expectativa, pois aquilo que era projetado para o futuro já estava sendo vivenciado no presente. Mesmo que sua realização completa estivesse ainda muito distante, como dizia Plínio Salgado, não significava que não se mostrava ativa, efetuando-se aos poucos.

Este processo foi considerado por Cavalari, sobretudo, em seus efeitos unificadores e homogeneizantes sobre o movimento integralista. Tudo, assim, concorreria para a criação de uma identidade comum e a padronização de seus integrantes, fossem nos modos de pensar e ver o mundo (tendo o Integralismo como fonte de valores) ou em seu comportamento. Não discordo da autora quanto a isto, porém, gostaria de sublinhar outro aspecto desta revolução interior: o da cotidianização do Integralismo. Chamo atenção para ele por sua estreita relação com o problema do carisma, pois, como pretendo demonstrar mais a frente (Capítulo 5 e 6), o caráter extracotidiano do Chefe Nacional, e também do próprio movimento, está, em parte, ligado ao esforço proveniente do funcionamento regular e cotidiano da rede de bens culturais (que é uma parte desta revolução do espírito). Deste modo, o objetivo do presente tópico é expor e analisar os principais elementos que compunham tal rede levando em consideração, inclusive, algumas particularidades suas, como o fato de que alguns deles dirigiam-se, em princípio, a públicos distintos.

Antes de seguir em frente, parece-me válidos assinalar que esta produção intelectual encontrava-se regulada, isto é, a AIB possuía, em sua estrutura organizacional, órgãos cujas competências visavam a fiscalização das publicações integralistas (periódicos e livros), atuando como instâncias de orientação e censura. Destaco dois diretamente voltados à este tipo de produção intelectual: a Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos (SNDE) e a Secretaria Nacional de Imprensa (SNI).

Quando, em 1936, a AIB sofreu sua segunda modificação interna, o Departamento Nacional de Doutrina, criado em 1934 no I Congresso Nacional com Miguel Reale em sua direção, foi transformado na SNDE, cujo secretário nacional passou a ser Ernani da Silva Bruno. Suas funções foram ampliadas pela incorporação de atividades relacionadas à pesquisa e cultura, sobre as quais deveria exercer fiscalização e orientar. “A SNDE é órgão central de orientação, e aproveitamento dos trabalhos e pesquisas efetuados em todos os núcleos de estudos da AIB” (EncI, X, p. 81, Artigo 2º). E como tarefas do Secretário Nacional, “Orientar e fiscalizar as atividades das Secretarias Provinciais de Estudo”, “Servir como órgão consultivo dos vários núcleos de estudo da AIB” e “Supervisionar as atividades culturais do movimento” (Artigo 3º). A SNDE era dividida em cinco departamentos, sendo um deles o Departamento de Orientação Doutrinária. Dentre suas finalidades estava: “Responder às consultas relativas à doutrina integralista” e “Manter um serviço de censura aos livros e publicações integralistas” (EncI, X, p. 82, Artigo 6º). Como parágrafo único lia-se: “Somente as publicações da SNDE são consideradas oficiais, e portanto firmam doutrina, podendo ser encimadas pela legenda ‘Publicação oficial da AIB’ ou pelo distintivo da AIB” (p. 82). Embora não seja possível afirmar que este órgão exercia plenamente todas as suas funções, há exemplos de sua atuação no que diz respeito à fiscalização de livros. *O Integralismo ao alcance de todos* (1935), de José Venceslau Júnior¹², trazia consigo um breve texto de Miguel Reale (ainda como chefe nacional de doutrina) onde, parabenizando o autor, dá seu aval à obra: “O resumo que José Venceslau Júnior faz de nossa doutrina é claro, e fixa seus pontos fundamentais” (p. XXIV). Sobre *Introdução ao Integralismo*, de A. Machado Pauperio e J. Rocha Moreira, escreveu Reale: “Depois de cuidadosa leitura de seu livro (...) folgo em declarar que nada obsta à sua publicação sob o ponto de vista doutrinário. Tomei a liberdade de fazer algumas anotações a lápis, poucas e ligeiras (...). O livro é digno de ser publicado” (apud CAVALARI, 1999, p. 139-140).

A SNI foi criada na reformulação pela qual a AIB passou e teve San Tiago Dantas como seu Secretário Nacional. Suas atribuições eram bastante semelhantes as da SNDE. Seu artigo 1º definia-a como “órgão coordenador, orientador e organizador da imprensa integralista em todo o país” (EncI, X, p. 127). Dentre suas competências estavam “orientar os jornais integralistas em matéria técnica e política”, “cooperar com os jornais integralistas fornecendo-lhes matéria redatorial” e “estimular e auxiliar jornais integralistas ou favoráveis ao Integralismo” (p. 128, Artigo 2º). A SNI também encerrava uma Secretaria Provincial e

¹² De acordo com o livro, o autor era chefe municipal do núcleo integralista de Pedra Branca (MG).

outra Municipal de Imprensa e eram suas atribuições “orientar e estimular os jornais integralistas que se editarem nos municípios” e “exercer a censura das publicações nos casos autorizados” (p. 128-129, Artigo 8º). O caráter censor e punitivo da SNI foi reforçado nos “Protocolos e Rituais”¹³ da AIB, onde se lê que os jornais “estarão sujeitos, sempre que necessário, à observação direta da Secretaria Nacional de Imprensa que poderá cassar-lhe a qualidade de órgãos integralistas” (EncI, XI, p. 136, Artigo 222º). Por fim, também se poderia considerar o “Código de ética do jornalista”, apresentado no Congresso Nacional de Imprensa¹⁴, como uma forma de “controle” e orientação dos jornais e das pessoas envolvidas com ele. A título de exemplo, cito os seguintes pontos: “II – Faze do jornal um órgão ativo de educação e criação, e jamais um órgão passivo, escravizado as massas”; “IV – O século 19 foi o século do jornal disponível, a praça publica onde se erguiam as vozes de todas as opiniões, mas este século cheio de angustias, é o século do jornal doutrinário, porque o povo quer se orientar”; “XIV – Lembra-te que o teu jornal tem ingresso nas casas das famílias brasileiras; evita tudo o que puder ofender a dignidade de olhos e ouvidos cristãos” e “XX – Escreve como se escrevesse com o teu próprio sangue, à luz da tua própria alma” (*A Razão*, 31/12/1936)¹⁵.

3.2.1 Livros

O número expressivo de livros publicados sobre o Integralismo entre 1933 a 1937 – sem considerar o lançamento de outros que dele se aproximavam em algum grau, como os de Gustavo Barroso ou Hélio Vianna – parece, por um lado, o desdobramento das ambições dos intelectuais de tomarem para si a tarefa de intervir e transformar o Brasil; por outro, ele contribuiu diretamente para a reprodução e manutenção destas mesmas ambições, criando, assim, uma situação onde fica patente a influência recíproca exercida entre o desenvolvimento da AIB e o número crescente de obras. Seja nos textos integralistas onde a figura do intelectual surge como personagem mais indicado para liderar o país ou na criação de órgãos que deveriam ocupar-se com estudo e cultura¹⁶, a insistência de que o movimento possuía,

¹³ “Os Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira têm por fim codificar os dispositivos gerais e mais importantes de seus Regulamentos e estabelecer normas, fórmulas e usos que regulem os atos públicos e os cerimoniais integralistas (...)”. (EncI, XI, p. 77). Voltarei a eles no Capítulo 4.

¹⁴ Realizado em dezembro de 1936 em Belo Horizonte.

¹⁵ Os outros pontos (21 ao todo) tratavam de recomendações como: ser verdadeiro e justo em relação ao que se escrevia, evitar matérias escandalosas e sensacionalistas, defender a liberdade de imprensa (mas não a confundir com calúnia), etc.

¹⁶ Além da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos, a AIB criou, também em 1936, a Secretaria Nacional de Cultura Artística (SNCA), “um dos órgãos fundamentais da AIB [que] tem por finalidade incentivar, difundir, criar e controlar a parte artística e cultural do movimento integralista”. Seu Secretário Nacional foi Rodolpho

antes, feição cultural e intelectual vem somente a corroborar o porquê do esforço de sua intelectualidade em publicar livros e chamar atenção para isto (mesmo que de modo um tanto exagerado): “Temos uma doutrina. Publicamos mais de 50 livros, que já atingiram um milhão de exemplares” (SALGADO, 1937, p. 153); “[Publicamos] livros e livros de cultura filosófica, sociológica, jurídica, econômica (...) com tiragem que já ultrapassa 500.000 exemplares” (Ibid., p. 110).

Sem dúvida, nada mais de acordo com a visão quase “redentora” do livro – de que ele encerraria um poder transformador diante de sua indispensabilidade para a própria vida – apresentada, por exemplo, por Plínio Salgado e Gustavo Barroso. O primeiro, em um texto anterior à AIB, intitulado “O país que não lê”; o segundo, em discurso pronunciado no Congresso de Editores e Autores Nacionais em 1933. Salgado constata o seguinte: “Um dos motivos determinantes da ausência de ideias e de programas políticos entre nós é, incontestavelmente, a falta de cultura” (SALGADO, 1956 [1935], p. 145). E prossegue:

As nossas escolas, tanto primárias quanto secundárias e até superiores têm sido a máquina em permanente funcionamento na fabricação de semi-analfabetos, de homens que odeiam livros (...).

No Brasil não se lê. Os livros mais notáveis produzidos por alguns grandes espíritos da nossa terra, jamais tiveram a popularidade que teriam, se publicados em outros países. (p. 146)¹⁷.

Para Gustavo Barroso (1934):

O livro, senhores, é sempre uma lição. Mesmo fechado, como diz Hanatoux, ele ainda fala pelo seu dorso, pelo seu letreiro. Por ele, o fio da nossa existência prende-se aos séculos pretéritos. Abençoemo-lo e defendamo-lo. Nós entramos na grande era das sínteses, em que os livros levantarão os povos, agitarão os continentes, servirão de lastro à organização das sociedades e à arquitetura das nações. Propaguemos o livro – o “conservatório do pensamento”, pois que é o pensamento e não a matéria que governa o mundo! (p. 180).

Decerto que ambos apresentam argumentos passíveis de objeções, contudo, o que retenho é a valorização de um objeto ao qual se atribui virtudes e valores – algo que certamente não se restringia a estes dois intelectuais. Neste sentido, o livro tornou-se central

Josetti (musicólogo e violinista, era presidente da Sociedade de Cultura Artística do Rio de Janeiro). A SNCA dividia-se em sete departamentos: Música, Belas Letras, Artes Cênicas, Artes Plásticas, Artes Construtivas, Artes Decorativas e Rádio. Tal qual a SNI e a SNDE, tinha como tarefa orientar e fiscalizar toda sorte de produção cultural integralista, exercendo censuras quando fosse necessário. Seu regulamento, com todos seus detalhes e pormenores (como era de hábito da AIB), por ser visto em: Encl, IX, p. 137- 147.

¹⁷ Sua conclusão é a seguinte: “Um dos grandes planos, pois, que temos a executar no Brasil, não é simplesmente o da alfabetização: é o da elevação do nível cultural das massas. Ensinar aos que sabem ler a possuir sua estante, a adquirir livros, a meditá-los, a anotá-los, a estimar os seus volumes como a amigos. Há casas de homens formados, de funcionários, de professores, de letrados, onde não se vê uma estante, um livro!” (SALGADO, 1956 [1935], p. 158-159).

para o movimento integralista e seu valor era, sobretudo, *simbólico*: demonstrava que aqueles homens que arrogavam para si o “direito” de salvar o Brasil pensavam constantemente nele e nos métodos para tanto, desenvolvendo suas ideias para, então, apresentá-las a quem quisesse conhecê-las e, assim esperavam, aceitá-las. Para Gláucia Villas Bôas (2007) “Os livros conjugam, ao mesmo tempo, duas ordens de interesse: conhecimento de determinados problemas, debates de tais problemas” (p. 31). Os livros integralistas eram, assim, a forma materializada do saber daqueles intelectuais e de suas propostas para a urgente transformação do país. E sua publicação apontava para o interesse de divulgá-las para o público. Fosse nas obras sobre o Integralismo ou que abordavam e analisavam questões relativas à política brasileira, os autores buscavam demonstrar familiaridade com os assuntos tratados bem como sua capacidade de intervenção nos debates a eles relacionados. Em última análise, o livro apresentava-se como uma espécie de atestado da capacidade intelectual do autor, uma prova de seu conhecimento, da posse de um saber que o diferenciava das outras pessoas enquanto comprovava seu engajamento.

Esta “cultura livresca” presente no movimento não encontrou seu termo nem mesmo com o desenvolvimento da imprensa integralista, cujos periódicos não só eram capazes de reproduzir as ideias e valores do Integralismo, como podiam alcançar um público ainda maior, afinal, além do preço, os jornais e revistas possuíam a vantagem de trazer um conteúdo variado (notícias sobre acontecimentos nacionais e internacionais, sessões dedicadas ao esporte). Como ficará mais claro nos tópicos seguintes, o livro era tanto “produto” da rede de bens culturais quanto “produtor” dos outros elementos que a formavam. Por enquanto, basta limitar o foco sobre sua presença constante – verificada pelo grande número de livros lançados entre 1933 e 1937 – como instrumentos de transmissão do Integralismo.

Os anos de 1933 e 1934¹⁸ formam um período onde se procurou não só apresentar o Integralismo como definir seus princípios-guias, ideias e conceitos centrais. Como já foi mencionado, em 1933, foram publicadas as principais obras de Plínio Salgado – e do Integralismo em geral –, *O que é Integralismo e Psicologia da Revolução*, além do volume *Estudos Integralistas (1ª Série)*, o qual reunia textos que se propunham, também, a definir as características e os rumos do movimento recém-criado (por exemplo: “A posição do Integralismo”, “A cartilha do Integralismo brasileiro” e uma entrevista de Plínio Salgado ao

¹⁸ Estou de acordo com Rodrigo dos Santos Oliveira (op. cit.) sobre a importância deste período como um “um período de definição, onde os autores [integralistas] apresentam à sociedade o que viria a ser o movimento e quais viriam a ser os seus objetivos e a sua atuação” (p. 217), discordo, no entanto, da ênfase que o autor dá à produção de Gustavo Barroso neste momento, pois, a meu ver, sua contribuição foi muito limitada. A obra em conjunto *Estudos Integralistas* teve relevância mais expressiva.

jornal *Folha da Noite* sobre a AIB). *O Estado Moderno*, em 1934, fechou este ciclo de definição sobre o Integralismo ao fazer uma exposição mais minuciosa sobre sua proposta de Estado Integral (até então, a meu ver, fixada de modo um tanto frouxo). Neste sentido, as obras posteriores não teriam nenhum tipo de contribuição substancial para a base do Integralismo. Antes, ocupar-se-iam em desenvolver ou expandir aspectos do pensamento integralista, notadamente os livros de Gustavo Barroso¹⁹ – cuja “maior” (pior) contribuição foi o antissemitismo – ou, ainda, em aplicar seus princípios a análises sobre o Brasil, como em *Rumo ao Sigma*, de Victor Pujol.

Deve-se sublinhar que este primeiro momento da publicação de livros integralistas já trazia consigo uma importante prática, que era oferecer obras que se diferenciavam quanto ao público pretendido, havendo livros destinados às “massas populares” e às “elites intelectuais”. No dizer de Rosa Maria Feiteiro Cavalari (1999) acerca desta diferenciação dos bens culturais (que não se limitava aos livros, como se verá no tópico seguinte):

Essa diferenciação de livros parece apontar para o fato de que, a nortear a produção dessas obras, existia a representação que a elite dirigente fazia dos consumidores delas. Ou seja, tais obras eram estruturadas de acordo com o modo pelo qual os teóricos integralistas representavam as *competências e expectativas culturais* de seus militantes (...). Portanto, para competências diferentes, livros diferentes (p. 129).

Os livros *O que é Integralismo e Psicologia da Revolução* de Plínio Salgado são os primeiros (e principais) exemplos desta prática da intelectualidade integralista. No primeiro, lê-se o seguinte no prefácio: “Brasileiro modesto, que trabalhas e sofres, este livro te pertence” (SALGADO, 1956 [1933], p. 11). E mais a frente:

A presente exposição da doutrina integralista eu a faço para as massas populares, procurando ser o mais simples possível, evitando as terminologias difíceis e me desembaraçando das malhas do eruditismo.

Escrevo para o meu povo, numa hora de confusão e de dúvidas, tanto nacionais quanto universais, e todo o meu desejo é tornar acessível aos simples o pensamento que já penetrou as classes ilustradas do País.

Este livro pertence ao operário das cidades e aos trabalhadores do campo, ao soldado e ao marinheiro, ao estudante que ainda não atingiu os cursos superiores, aos pequenos proprietários, aos pequenos comerciantes, aos animadores das modestas iniciativas agrárias ou industriais (p. 17).

Já em *Psicologia da Revolução*:

Este livro não é um livro para o povo, mas para os que pretendem influir nos destinos do povo. Aos políticos e aos intelectuais é que me dirijo nestas

¹⁹ Deste período em particular são os livros *O Integralismo em marcha* (1933) e *O Integralismo de norte a sul* (1934), formados por conferências feitas por Gustavo Barroso. Apesar da retórica erudita de Gustavo Barroso, estes livros limitam-se a retomar algumas das ideias e objetivos mais gerais do movimento. O segundo, por se tratar das conferências feitas pelo autor durante as “bandeiras integralistas” de 1933, é bastante ilustrativo desta característica: em algumas delas, as inúmeras reflexões e referências feitas a partir de variados autores e obras (europeus na esmagadora maioria) são acompanhadas de breves palavras sobre o Integralismo.

páginas. Nossa crise maior é a do pensamento (...). Este livro é um convite aos intelectuais e aos políticos: para que restauremos no Brasil o primado do Espírito, da Inteligência, da Virtude; para que não nos conservemos passivos a afirmar que outro recurso não há, não deixar correr o barco. O Homem pode interferir na marcha social (...). Dedicado à massa popular, dou a público, juntamente com este, outro volume, sob o título “O que é o integralismo” (SALGADO, 1933, p. 5-6).

Não se pode censurar Plínio Salgado por não estar sendo sincero, pois em ambos os trechos fica explícito não só o início de um processo de diferenciação (que seria necessário para a divulgação do Integralismo), como a visão do próprio autor sobre a incapacidade do povo de compreender pensamentos mais “complexos”, com termos “difíceis” (chegando mesmo a listar alguns grupos sociais que representariam este povo “incapaz”) e a vocação dos políticos e intelectuais para intervir e conduzir a sociedade. Assim, em 1933 o livro já era visto como um meio adequado para divulgar as novas ideias e valores trazidos pelo movimento – apesar de mais da metade da população ser analfabeta – mesmo sendo preciso fazer “adaptações” ao seu conteúdo para atingir um público mais amplo, o que continuou a ser feito após 1934.

Estando as bases do Integralismo lançadas e a AIB organizada após seu I Congresso Nacional, o passo seguinte era dar prosseguimento à sua expansão. Se o objetivo, então, era mobilizar um contingente cada vez maior de brasileiros, era necessário cumprir aquilo que Gustavo Barroso (1934) compreendia por Integralismo: “uma concepção totalitária do universo e do homem, *tendente a transformar primeiro a alma das elites e em seguida a das massas*” (p. 53 [grifo meu]). Tornava-se imperativo cortejar não só os círculos letrados e as classes mais altas, e um dos meios para isto foi utilizar a tática inaugurada por Plínio Salgado: “traduzir” as ideias e o pensamento integralistas de suas formulações (pretensamente) complexas e de difícil compreensão para uma forma passível de entendimento rápido, absorvendo-se o que havia de mais básico e simples. Foi com este objetivo que Miguel Reale lançou *ABC do Integralismo*, em 1935. Tanto na dedicatória quanto no prefácio o autor identifica a está se dirigindo:

Escrevo este livrinho para o povo, procurando tornar acessíveis às grandes massas os princípios essenciais do Integralismo. Nesta exposição popular, analiso sumariamente a sociedade liberal brasileira (...).

Pois bem, meu único intuito ao escrever este livrinho é mostrar as fichas mais simples, mais elementares, que coligimos neste duro combate que dura quase três anos (REALE, 1983 [1935], p. 155-156).

Foi este, também, o caso do livro de José Venceslau Júnior, *O Integralismo ao alcance de todos*, também de 1935. Na “Carta-prefácio” que abre a obra, Plínio Salgado escreveu: “É, na verdade, o livro ideal para as doutrinações das turbas. Simples, modesto, preciso na clareza

expositiva” (p. XIX)²⁰. E neste mesmo ano foi publicado *O que o integralista deve saber*, de Gustavo Barroso. Seu conteúdo, semelhante ao do livro de Venceslau Jr., é bastante didático e passa longe da retórica erudita observada em outras obras suas. Valendo-se de sequências de perguntas e respostas bastante diretas e objetivas²¹, o autor procurou, em um primeiro momento, fornecer explicações acerca do Integralismo da forma mais simples possível. E logo em seguida, dedicou uma parte da obra a responder quais eram as intenções da AIB (“O que quer o Integralismo?”), enumerando as ações pretendidas no plano da política, da economia, da cultura, etc. Didaticamente, Barroso buscou expor não só as ideias fundamentais que norteavam o movimento, como quais eram seus objetivos “práticos”, isto é, como se processaria sua intervenção sobre a sociedade brasileira. O livro atuava, assim, como uma espécie de cartilha, contendo o máximo de informações para os militantes²² expostas de modo simples para uma apreensão rápida daquilo que se pretendia transmitir.

Se neste período de 1933 a 1935 a intelectualidade integralista ocupou-se em destinar alguns livros às “massas populares” – com exceção, talvez, de *Psicologia da Revolução*, nenhum outro foi explicitamente direcionado às “elites intelectuais” – com o intuito de atingir um público ainda maior mediante o uso de um mesmo produto cultural, nos anos posteriores parece ter havido uma tentativa de aumentar ainda mais o alcance e oferta dos livros integralistas pela criação de uma “Série Estudos Populares”²³. Tratava-se de novas edições

²⁰ Antes disto, Salgado escreveu: “Outro dia eu viajava de automóvel pelo interior de São Paulo, quando cheguei a Jacaref. Enquanto o carro tomava gasolina, reparei que havia um boletim de propaganda doutrinária pregado numa vitrine próxima. Esse boletim trazia o título: ‘aos operários do Brasil’. Tratei de vê-lo. E, a proporção que o lia, encantava-me a simplicidade do estilo, a clareza da exposição, a harmonia do conjunto e, principalmente, a sua acessibilidade as inteligências menos cultas (...). Voltei-me para os ‘camisas-verdes’ que viajavam comigo e disse-lhes: É preciso reproduzir aos milhares esta publicação” (p. XVIII-XIX [grifo meu]).

²¹ Por exemplo, lê-se na nona pergunta: “*O Integralismo é, pois, favorável ao individualismo?* Não; porque o individualismo, em última análise, é a própria essência do coletivismo. Numa sociedade onde cada um trata de si, todos se encontram fracos para se defenderem contra qualquer tirania” (BARROSO, 1935, p. 45). Mais a frente, na vigésima: “*Que são os trabalhadores intelectuais?* Os trabalhadores intelectuais são todos que concorrem pela inteligência, pelo estudo, pela cultura, na marcha do progresso material, mental e espiritual da Nação (...)” (Ibid, p. 49).

²² Devo mencionar outro aspecto verificado nestas obras em particular: eram comuns as passagens carregadas de apelos emocionais e atravessadas por elementos cunho religioso. O livro de Venceslau Jr. fornece alguns exemplos bastante ilustrativos deste recurso à subjetividade, aos sentimentos dos militantes. “Deus é o patrono e o guia dos camisas verdes. Portanto, não desanimes! Coragem e Confiança! O Integralismo te salvará da miséria e da escravidão, operário brasileiro! O integralismo te fará feliz, caboclo heróico do Brasil!” (p. 29); “Mais vale o modesto operário, o homem bom, o sábio, o artista, do que o homem rico, sem moral, sem caráter e ignorante” (p. 128). Sobre Plínio Salgado, diz o autor: “Essa doutrina, que salvará o Brasil, não foi feita pelos políticos profissionais que concorreram para a matança dos teus filhos. *A Doutrina Integralista foi organizada por um homem de bem, um pai extremoso e um patriota sincero, a custa de grandes sacrifícios*” (p. 51 [grifo meu]).

²³ Foi através de um livro (*Palavra nova dos tempos novos*) adquirido durante a pesquisa que tomei conhecimento de tal Série (pois fazia parte dela). Ao que parece, a edição era numerada, pois apresenta na orelha uma numeração (nº 009587). No entanto, não é possível saber com certeza se foram mesmo publicados mais de 9000 exemplares.

com preços mais baixos e dimensões reduzidas²⁴. Por exemplo, a terceira edição do livro *Palavra Nova dos Tempos Novos*, de Plínio Salgado (originalmente de 1936), foi publicada em 1937 nesta Série, custando 2\$500²⁵ – nela também saiu *ABC do Integralismo* e eram ainda anunciados outros três títulos, dentre eles, *Perspectivas Integralistas*, de Miguel Reale²⁶. Verifica-se, então, o fato de que o livro, independente de seu “público” e as particularidades de suas edições, foi um elemento com algum prestígio no movimento. Sua intelectualidade lançou mão dele de forma bastante regular apesar do expressivo desenvolvimento e expansão da imprensa integralista²⁷, a qual assumiu para si a mesma tarefa de divulgar o Integralismo para um público ainda mais amplo – e agora com a vantagem de que os jornais e revistas não só eram mais baratos, mas também podiam servir como fonte de renda pela venda de espaços para anúncios e publicidade, o que o livro não permitia.

Por que, então, não cessaram as publicações de livros? Se o Integralismo já estava lançado e restava levá-lo para um público o mais amplo possível, quais os motivos para que não se concentrassem todos os esforços nos jornais e revistas? Em primeiro lugar, antes de responder tais questões, é preciso lembrar um dado de alguma relevância, pois envolve diretamente a atuação e produção intelectual de Plínio Salgado: com exceção de *Psicologia da Revolução* e *O que é Integralismo*, todo o restante de sua obra integralista foi composto por textos que não eram inéditos, havendo dois conjuntos de livros²⁸: o primeiro, formado por *O Sofrimento Universal*, *A Quarta Humanidade* e *Despertemos a Nação*, compõe-se de artigos e conferências realizadas tanto antes quanto depois da fundação da AIB, estando discriminada sua procedência; o segundo é composto por *A Doutrina do Sigma*, *Cartas aos Camisas-verdes*, *Palavra Nova dos Tempos Novos* e *Páginas de Combate*, e com exceção de alguns textos do primeiro livro, não há qualquer identificação de sua origem. Rodrigo dos Santos Oliveira (2009), no entanto, apontou como sendo o jornal *A Offensiva* a “fonte” destes

²⁴ Enquanto os livros possuíam, aproximadamente, 12,5x19cm, os desta Série Estudos Populares tinham, aproximadamente, 10x14 cm.

²⁵ Preço bem abaixo de outros títulos em edições comuns. Geralmente os livros integralistas custavam entre 6\$000 e 7\$000, mas os preços variavam para além desta faixa: *Psicologia da Revolução* era vendido a 5\$000; *O Estado Moderno*, de Miguel Reale, saía por 10\$000. De acordo com Laurence Hallewell (1987) o preço médio de um “romance normal” era de 6\$000 (p. 317).

²⁶ Os outros dois, acredito, não chegaram a ser publicados. Eram *Bases do Integralismo*, de Plínio Salgado, e *Objecções ao Integralismo*, provavelmente formado por textos de autores variados, pois eram arrolados os seguintes nomes da intelectualidade integralista: Plínio Salgado, Miguel Reale, Luis Camara Cascudo, Thiers Martins Moreira, San Tiago Dantas.

²⁷ A AIB anunciava, em fins de 1935, que havia 88 periódicos integralistas. (Cf. OLIVEIRA, 2009, p. 140).

²⁸ Refiro-me, aqui, aos livros diretamente relacionados ao Integralismo. O restante de sua obra pós-1932 é composta de material inédito: *Geografia Sentimental*, *Nosso Brasil*, dentre outros.

livros²⁹. Além disto, revela o autor que, no período que compreende o final de 1934 e 1937, Plínio Salgado “publicou em torno de seiscentos e cinquenta textos editoriais. Para se ter uma noção do que isto representa, o número de textos compilados para os quatro livros retirados de *A Offensiva* representa um número aproximado de dez por cento do total” (p. 258). Como na época do jornal *A Razão*, Plínio Salgado fez de *A Offensiva* sua principal tribuna, o espaço privilegiado através do qual se dirigia aos integralistas de todo o país. Ora, isto vem somente a reforçar as razões para se questionar o lançamento de novos livros, principalmente por parte de Salgado, pois não apresentavam nenhum tipo de contribuição substancial ao Integralismo.

A produção não só não arrefeceu como, a partir de 1935, o número de *autores* (de livros) integralistas conheceu expressivo aumento: à lista restrita a Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale e Olbiano de Melo somaram-se, além dos nomes citados acima (Victor Pujol, José Venceslau Júnior), outros como Custódio de Viveiros, Anor Butler Maciel, Jayme Pereira, Oswaldo Gouvêa. Isto aponta para a expansão do movimento e da recepção crescente do Integralismo³⁰, no entanto, não explica totalmente por que se deu continuidade ao lançamento de novos títulos, visto que, aqui, também houve pouca contribuição original. Atribuo a esta permanência dois motivos.

O primeiro deles pode ser obtido remetendo-se ao que foi mencionado anteriormente: na condição de um movimento que se gabava de possuir uma “doutrina”, de ter ideias e um projeto de transformação de escopo nacional, o livro tornou-se o principal símbolo a corroborar tais afirmações. Sendo assim, seus intelectuais – sobretudo aqueles em posições de liderança – não podiam simplesmente abdicar de um objeto que lhes conferia tamanho prestígio e representava a imagem construída e reproduzida pelos próprios (a despeito do fato de que alguns livros, se não possuíam certo caráter panfletário, limitavam-se a serem obras um tanto apologéticas), além de simbolizarem seu compromisso com o movimento, sendo o resultado de seu trabalho em prol dele.

Outro motivo para explicar a continuidade da publicação de títulos integralistas seria de ordem econômica: a publicação de um livro permitiria um retorno financeiro, mesmo que não muito elevado, porque haveria um público consumidor “garantido”: os militantes da AIB

²⁹ O autor incorre em um pequeno erro ao afirmar que não havia *nenhuma indicação* que aqueles quatro livros eram compilações de textos daquele jornal, pois os primeiros capítulos de *A Doutrina do Sigma* (pelo menos sua 2ª Edição) fazem tal indicação, apontando, inclusive, que o primeiro foi uma entrevista publicada no jornal *O Correio da Manhã*.

³⁰ Deve-se mencionar que a recepção das ideias integralistas não foi homogênea, havendo maior ou menor influência da obra de determinado intelectual. Por exemplo: Custódio de Viveiros, Victor Pujol e Jayme Pereira aproximavam-se mais do integralismo de Plínio Salgado. Já Anor Butler Maciel e Oswaldo Gouvêa foram largamente influenciados pelo antissemitismo de Gustavo Barroso. Cf. OLIVEIRA, 2009, p. 266-268. Sobre os “seguidores” de Gustavo Barroso no tocante ao antissemitismo: VIEIRA, 2012.

e quem mais mostrasse interesse pelas ideias integralistas. Aliás, esta “garantia” pode ser observada nos regulamentos sobre as sedes dos núcleos integralistas: “*Toda sede deverá possuir uma pequena biblioteca com todos os livros indicados na Bibliografia Integralista, publicada periodicamente no Monitor*” (EncI, XI, p. 96, Artigo 86º [grifo meu]). Devendo as mesmas possuir o Monitor Integralista, então não haveria, em princípio, como negligenciar uma nova publicação – a notícia sobre um núcleo de São Paulo mostra que tais indicações não eram ignoradas ou ficavam somente no papel: “A S.M.E (secretaria municipal de Estudos) já tem organizada uma biblioteca com obras nacionalistas e de autores integralistas. Os interessados devem procurar o companheiro dr. Humberto Silva, na sede social” (*Folha da Manhã*, 14/06/1935). O abastecimento dos núcleos com obras integralistas, já previsto nos regulamentos da AIB, assegurava que seus autores teriam algum retorno de ordem econômica, mesmo diminuto. Independente, então, do fato de que a imprensa se tornava o meio por excelência de circulação e reprodução do Integralismo em uma escala bem maior, a produção de livros teve continuidade e cresceu com o passar dos anos. Ambas as razões, aplicadas a todos os autores de livros integralistas – é provável que as principais lideranças intelectuais tirassem maior proveito da venda de seus títulos – podem explicar tal regularidade e continuidade.

Antes de avançar para o tópico seguinte, retomo uma afirmativa feita anteriormente sobre a inserção e papel desempenhado pelo livro integralista na rede de bens culturais criada pelo movimento. Escrevi que ele era, ao mesmo tempo, “produto” (e “produtor”) desta rede. Isto agora fica mais claro com o caso particular de algumas obras de Plínio Salgado, pois elas originaram-se de seus artigos publicados na imprensa integralista. Ao mesmo tempo em que formavam a rede como um de seus principais elementos, os livros podiam figurar como o resultado de sua dinâmica. Para além da reprodução do Integralismo, a manutenção do fluxo de novos lançamentos respondia, também, ao volume da produção intelectual em outros meios (no caso, nos jornais) o qual ganhava uma nova forma, indo ao encontro daquelas duas razões apontadas acima.

3.2.2 Jornais e revistas

Ao longo dos cinco anos de atuação da AIB, a imprensa integralista contou, ao todo, com quase 140 jornais e revistas publicados em 19 estados brasileiros³¹. Utilizando, como introdução, a classificação feita por Rodrigo Santos de Oliveira (2009) tendo como base o

³¹ Mais precisamente, foram 138 títulos. Cf. EncI, X, p. 141-145; OLIVEIRA, 2009, p. 138, Tabela 1.

alcance e circulação destes periódicos, havia três tipos: de circulação *local*, *regional* e *nacional*. A grande maioria era composta por exemplares do primeiro tipo, geralmente ligados aos núcleos integralistas locais e de periodicidade semanal ou quinzenal. O período pelo qual circulavam variava e careciam de maiores suportes técnico e financeiro (OLIVEIRA, op. cit., p. 173-174). Aqueles de alcance regional, em número reduzido, circulavam no interior dos estados (províncias, como chamavam os integralistas) e podiam atuar como ligação entre a chefia provincial e os vários núcleos espalhados pela região³², irradiando para suas várias localidades informações concernentes às atividades da AIB naquele estado. Por fim, os periódicos de circulação nacional, em menor quantidade, pretendiam-se alcançar todo o país e tratavam de questões concernentes ao movimento tanto em sua expressão nacional como local. Todos eram veículos de notícias tanto nacionais quanto internacionais. As diferenças entre eles – sobretudo entre os de circulação local, por um lado, e regional e nacional, por outro – residiam na variabilidade de seu conteúdo e no tratamento de questões mais particulares, geralmente relacionadas ao cotidiano e contexto imediato do lugar onde eram editados. No primeiro caso, até mesmo pelos maiores recursos que detinham (além do maior público que pretendiam atingir), os periódicos regionais e nacionais possuíam sessões dedicadas aos esportes, teatro, música e cinema, bem como outras voltadas para as mulheres e, até mesmo, crianças. Também lançavam mão de ilustrações e do fotojornalismo em suas matérias. Tudo isto era praticamente inexistente nos títulos ligados aos núcleos locais. Em relação ao segundo ponto, eram estes que possuíam maior capacidade de abordar as particularidades dos problemas locais, do cotidiano dos militantes e suas características mais singulares³³, pelo menos de forma mais regular. E junto a isto, havia, evidentemente, a transmissão do Integralismo, feita pelo trabalho da intelectualidade integralista – é, sobretudo, aqui, nos jornais e revistas, que se tem uma maior compreensão do tamanho deste grupo particular, sua atuação constante e a própria organização interna (voltarei a este ponto mais a frente, no tópico 3.3).

O resultado deste elevado número de periódicos (com abrangência, periodicidade e público distintos), e pessoas que neles atuavam, foi uma ampla produção intelectual marcada por considerável heterogeneidade. Acompanhados das matérias noticiosas – referentes à

³² Além disto, “Estes periódicos objetivavam estabelecer um elo de uniformidade entre as diversidades culturais e sociais que muitas vezes se faziam presentes nos Estados. Como é o exemplo do Rio Grande do Sul, que possui pelo menos três elementos étnicos distintos com grande inserção no movimento: ítalo-brasileiros, luso-brasileiros e teuto-brasileiros (...). No caso específico, havia a preocupação de não excluir estes atores sociais e, ao mesmo tempo, enquadrá-los dentro dos pressupostos integralistas” (OLIVEIRA, op. cit., p. 166).

³³ Os jornais do Rio Grande do Sul (*A Verdade*) e de Santa Catarina (*Blumenauer Zeitung*) possuíam, respectivamente, colunas e todo o seu conteúdo escrito em alemão. (Cf. OLIVEIRA, op. cit., p. 174-175).

própria AIB, ao Brasil ou ao restante do mundo – e informações concernentes ao movimento (indicações sobre reuniões, visitas de lideranças, veiculação de documentos provenientes da Chefia ou Secretarias nacionais), é possível encontrar outros textos de natureza bastante heterogênea, sobre temas distintos que, a primeira vista, muito pouco tinham a ver com o movimento ou apenas tangenciavam as ideias integralistas – em tempo, voltarei a este ponto e, tal como no tópico anterior, pretendo sublinhar as características mais gerais destes elementos (jornais e revistas) da rede de bens culturais, relacionando-as ao papel desempenhado no interior do movimento.

Parece-me propício iniciar a exposição retomando a questão discutida no tópico anterior sobre a necessidade de fazer as ideias integralistas chegarem ao maior número possível de pessoas, de modo que se conquistasse não somente um número expressivo de militantes, mas também que se alcançasse todo o território nacional. O livro foi utilizado, também, com este intento, contudo, a imprensa pareceu o meio ainda mais adequado. Já mencionei que a expansão da AIB pelo Brasil foi acompanhada, quando não da criação de revistas ou jornais, da obtenção de espaço nestes para a divulgação do Integralismo. Ademais, lembro que, em seus primeiros anos de atuação fundaram-se dois jornais, o *Monitor Integralista*, em dezembro de 1933, e *A Offensiva*, em maio de 1934, este de circulação nacional, tornando-se um dos principais instrumentos do movimento – o primeiro servia como órgão oficial da AIB e destinava-se “a publicação de todos os atos oficiais do Movimento no âmbito nacional e a toda matéria de interesse geral do Integralismo em qualquer dos âmbitos nacional, provincial, municipal ou distrital” (EncI, X, p. 51)³⁴. Mas talvez sejam as palavras de Ernani Silva Bruno, já como Secretário Nacional de Doutrina, em 1936, que melhor esclareçam as intenções e a visão da AIB em relação ao uso do jornal e da revista:

a população alfabetizada do Brasil está por força das circunstâncias facilmente verificáveis, muito menos em contato com o livro, com a biblioteca, com a conferência educativa, do que com o seu jornal e com sua revista ligeira. (...) o homem do povo das grandes cidades, homem que nunca teve um livro entre as mãos, lê jornal (apud BULHÕES, 2007, p. 24-25).

Bruno reconhece, a despeito do uso intenso do livro e da prática das conferências, que estas não eram, ainda, suficientes para atingir todo o público pretendido pela AIB, sendo imperativo alcançá-lo. Levar o Integralismo ao “homem do povo” tornava-se, assim, um dos principais objetivos do movimento, sobretudo até suas ramificações capilares, nos núcleos

³⁴ De acordo com os regulamentos do *Monitor Integralista*, ele deveria “circular em todas as sedes e núcleos da AIB, sendo sua aquisição obrigatória por parte de todas as autoridades do Sigma e a sua leitura indispensável a todos os ‘Camisas-Verdes’” (EncI, X, p. 51). No caso d’*A Offensiva*, era recomendada a sua aquisição (junto das revistas *Anauê!* e *Panorama*) para compor o material que deveria figurar nas sedes integralistas (EncI, X, p. 96).

espalhados pelo país. Neste aspecto, as palavras do secretário nacional podem ser consideradas não apenas como relativas a objetivos, mas antes de reiteração e reforço das atitudes dos integralistas diante do uso dos jornais³⁵. Estou, assim, de acordo com a conclusão de Rodrigo Santos de Oliveira (2009):

não era aleatório o fato de que uma das primeiras atitudes de cada chefia provincial (regional) era fundar um jornal para começar a difundir as idéias para a sociedade. E isto foi um fator fundamental para a expansão. (...) acreditamos (...) que a imprensa era um dos principais meios de divulgação do movimento e aquele que potencialmente atingia o maior número de pessoas (p. 344).

É, assim, evidente que a imprensa integralista tinha como tarefa precípua a circulação do Integralismo, inculcando em seus leitores seus valores e ideias. A intelectualidade da AIB teve, aí, participação decisiva. Revistas e jornais eram pródigos no fornecimento de artigos onde se discutiam suas ideias e objetivos; comentários e reflexões sobre a situação política, econômica ou social do país eram feitos através da lente do pensamento integralista – era este, claro, a pedra de toque, tudo era passível de compreensão e crítica pela via do Integralismo. Eram aqui, também, onde se faziam presentes as apreciações e críticas (sempre elogiosas e positivas) dos livros integralistas, bem como reproduções e transcrições de trechos seus – o que vem, novamente, a reforçar a ligação entre estes elementos distintos da rede de bens culturais³⁶, demonstrando sua complementaridade e interdependência. Todavia, ela não se limitou a produzir textos de natureza “teórica” ou “doutrinária”. É justamente este ponto em particular que gostaria de ressaltar ao tratar de sua participação direta na criação de uma rede de bens culturais a qual deveria fazer parte efetiva da vida do militante – e mesmo isto não fica restrito à produção intelectual, pois houve vezes onde foram os intelectuais os responsáveis diretos por jornais e revistas, ocupando-se, também, de sua administração.

³⁵ A imprensa tornou-se de tal maneira central para a AIB que em 1936 realizou-se o I Congresso Nacional da Imprensa Integralista, onde se propôs, inclusive, a criação de uma “escola livre de estudos superiores” voltada à atividade jornalística, a Escola de Jornalismo do Brasil. Seus estatutos, firmados em dezembro de 1936, eram compostos por 31 artigos nos quais eram detalhados desde o processo de admissão até as provas, passando pelas cadeiras que seriam oferecidas e como se organizaria a administração da escola. De acordo com estes estatutos, o curso de jornalismo teria dois anos, dividido em quatro períodos (“duas séries de nove meses cada uma”), e possuiria as seguintes cadeiras: Língua e literatura nacionais; História da Civilização; Ciências Sociais; Artes gráficas; Técnica editorial; Direito público e administrativo; Problemas econômicos contemporâneos; Técnica de reportagem; Publicidade; Ética e história do Jornalismo; Criminologia e política; História e sociologia brasileiras; Administração e legislação de imprensa; Problemas políticos contemporâneos. A escola funcionaria a partir de primeiro de março de 1937, porém não encontrei nenhum indício que tenha funcionado. Sobre a Escola, ver: Encl, IX, p. 189-205.

³⁶ Rosa Maria Cavallari menciona quatro maneiras pelas quais o livro fazia-se presente nos jornais e revistas integralistas. Além da prática da reprodução de trechos seus e das apreciações, eles eram arrolados nas Bibliografias ou indicados individualmente: “Psicologia da Revolução – a obra máxima do Chefe Nacional do Integralismo – Plínio Salgado. 2 ed. Revista e anotada. Já está nas livrarias”; “Leiam O Estado Moderno e Formação Política Burguesa de Miguel Reale – Em todas as livrarias” (apud CAVALARI, 1999, p. 104).

Limitar-me-ei, diante do volume e complexidade deste vasto *corpus* textual, a citar alguns exemplos ilustrativos desta situação, tanto no que diz respeito ao caráter heterogêneo da produção intelectual quanto à participação direta dos intelectuais na manutenção de alguns empreendimentos editoriais (tanto jornais quanto revistas).

Não foi incomum o fato de que os periódicos contavam com uma “dupla função” por parte de alguns membros da intelectualidade integralista: ao mesmo tempo em que eles contribuía para seu conteúdo³⁷, achavam-se diretamente envolvidos com os processos editoriais e assumiam posições variadas como diretores, editores, secretários. Geralmente tais posições em periódicos de circulação nacional e regional, quando ocupadas pelos intelectuais da AIB, o eram por aqueles que detinham alguma posição de destaque na hierarquia do movimento, em nível provincial (estadual) ou nacional. No caso dos nucleares, seus quadros eram fornecidos pelos militantes locais (como chefes dos núcleos). Isto será evidenciado nos exemplos que trabalharei a seguir, começando por alguns dos periódicos locais.

Como já foi aventado, os jornais nucleares ocupavam-se, além do movimento, com questões do contexto imediato e, por isto, forneciam alguma particularidade a alguns dos textos que eram veiculados ou optavam por dedicar maior atenção a determinados assuntos que lhes dissessem respeito de maneira mais direta. Como exemplo, cito o jornal *A Razão*, de Pouso Alegre (MG), o qual circulou entre março de 1936 e dezembro de 1937³⁸ e teve como diretor João José de Queiroz, que foi Secretário Municipal de Estudos e passou a Chefe Municipal do núcleo de Pouso Alegre. Este jornal é bastante ilustrativo do conteúdo veiculado em nível local, pois trazia consigo informações sobre a AIB em nível nacional e estadual e reproduções de documentos expedidos pelas Secretarias Nacionais (como o Manifesto-Programa para a eleição presidencial), além das matérias sobre a atuação do próprio núcleo. O material noticioso tratava de assuntos relacionados à cidade (como os serviços de higiene, fornecimento de energia e água ou o calçamento das ruas) e à sua vida social (notas sobre aniversários, nascimentos e noivados). O jornal possuía duas colunas regulares, “Coluna operária” (sem indicação de autor) e “Minha coluna” (assinada por “Tapuia”), sendo que esta trazia constantemente textos referentes ao movimento (como a história da AIB e a fundação do núcleo de Pouso Alegre) e ao Integralismo (como um “Catecismo integralista”). Além disto, o jornal fazia propaganda dos principais jornais e revistas da AIB (*A Offensiva* e *Panorama*, por exemplo), anunciava os livros integralistas e reproduzia artigos de outros

³⁷ Refiro-me as contribuições de caráter não noticioso.

³⁸ Datas do primeiro e último exemplar encontrado. Parece ter começado com periodicidade quinzenal e passou para semanal.

intelectuais, como Plínio Salgado e José Madeira de Freitas³⁹. O jornal *A Razão* atuava, assim, como ligação entre os militantes locais e o restante do movimento e buscava fazer parte de suas vidas ao abordar assuntos de sua própria rotina.

Antes de prosseguir, é preciso mencionar que houve vários casos de jornais (incluindo de circulação regional) que já existiam antes mesmo da fundação da AIB em 1932 e, ou foram transformados em verdadeiros porta-vozes do Integralismo pela presença de integralistas em seus quadros, ou forneceram espaço para que se tratasse do movimento. Na primeira situação, houve o caso, na Bahia, o jornal *O Imparcial*, fundado em 1918, passou a ser dirigido, em 1934, por Victor Hugo Aranha, jornalista que se tornou uma das principais lideranças do movimento no estado, chegando, inclusive, a assumir o cargo de chefe provincial do Departamento de Propaganda da província da Bahia (FERREIRA, 2009, p. 47). Nele são encontrados, por exemplo, artigos que versavam tanto sobre a importância da militância feminina⁴⁰ quando da necessidade de se enfrentar o problema do analfabetismo no Brasil⁴¹ – informados, claro, pelas ideias e valores integralistas. Na segunda situação, tem-se o caso do jornal *Blumenauer Zeitung*, que cedeu espaço para o Integralismo (e para a propaganda nazista), havendo em suas páginas debates sobre, em caso de uma eventual chegada ao poder da AIB, a proibição da língua alemã na região sul do Brasil e o fechamento das escolas particulares⁴². Exemplo semelhante deu-se em Belo Horizonte, onde o jornal *O Diário*, de clara orientação confessional (católica), também dispensou algumas páginas suas para o movimento (Cf. SILVA, 2010).

O diário *Acção*⁴³, de São Paulo, foi um dos principais jornais de circulação regional e caracterizava-se pelo fato de ter sido não apenas fundado por um dos principais intelectuais da

³⁹ Sem dúvida o principal material refere-se as atividades do movimento neste cidade, fornecendo um quadro bastante vivo de sua dinâmica e práticas cotidianas. Tem-se, assim, desde detalhados balancetes com os gastos e arrecadações do núcleo até convites para a participação no time de futebol do núcleo, o Sigma F. C., e informações sobre um Curso Popular Noturno que chegou a ser oferecido tendo como professores vários integralistas que também eram responsáveis pelo núcleo. O jornal *A Razão* é uma boa fonte para a análise da presença do Integralismo na vida cotidiana.

⁴⁰ “E vós, Mulheres da Bahia, vesti também uma Blusa Verde e vinde colaborar conosco na defesa de nossa honra e na construção do Brasil Novo. O Brasil que o Integralismo está construindo, firme, seguro, inabalável, pois seu alcance assenta na moral religiosa, no culto da Pátria e na veneração da Família” (apud FERREIRA, 2009, p. 84-85).

⁴¹ “É uma vergonha para nós, não há dúvida, esse índice elevado ainda de patrícios analfabetos, 70% dos brasileiros desconhecem a escrita e vivem por isso retardando involuntariamente a marcha gloriosa desse gigante que Deus fez nascer na América do Sul. 30 milhões de brasileiros vivem como cegos a implorar de seus irmãos que vêm a luz bendita do saber. (...) Para aquele sábio brasileiro [Miguel Couto] só havia no Brasil um problema: o da alfabetização das massas. Sem a sua imediata solução, permanecerão insolúveis todas as demais questões nacionais” (apud *ibid.*, p. 98).

⁴² Acerca desta discussão, ver: GERTZ, 1987; ZANELATO, 2007.

⁴³ No início, a sede de sua redação era dividida com o jornal *O Dia*. Mais tarde, sua administração, redação e oficina foram transferidas para uma sede própria (BARBOSA, 2007, p. 113). Isto foi possível “graças a

AIB, Miguel Reale – no ano de 1936, não por um acaso, quando já fora substituído por Ernani Silva Bruno na direção da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos – como teve nele seu diretor e colaborador⁴⁴. Tal como outros jornais diários integralistas de grande circulação (nacional ou regional), *Acção* trazia notícias nacionais e internacionais, mas tratava também, em suas variadas seções, desde economia até literatura, passando pelos esportes, atividades culturais em São Paulo (teatro, música) além de destinar matérias ao público feminino⁴⁵. Além dos vários artigos escritos pelo próprio Miguel Reale, o diário contou com a colaboração de outros nomes importantes da intelectualidade integralista, como Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Ernani Silva Bruno, Luis Câmara Cascudo, Antonio Gallotti e Santiago Dantas. Nas páginas d'*Acção* via-se a “preocupação diuturna de seus colaboradores a análise da conjuntura social e econômica do País, desde o problema da dívida externa às causas determinantes da persistente crise agrícola e industrial” (REALE, 1987, p. 115).

No entanto, o jornal apresentava a seguinte particularidade: dava-se especial atenção às questões envolvendo os trabalhadores rurais e urbanos⁴⁶, com críticas às suas condições de trabalho ao mesmo tempo em que se buscava afastá-los das ideias liberais e comunistas⁴⁷. Circulavam regularmente textos sobre os sindicatos de São Paulo – havia uma seção específica chamada “Syndicalismo” (depois passou a intitular-se “A Nota Syndical”) – e até mesmo pessoas dos meios sindicais eram entrevistadas (DOTTA, 2007, p. 166). Esta tônica na temática do trabalho pode ser verificada, também, em artigos (sempre informados pelas ideias integralistas, ainda que mais características do pensamento de Reale) onde se discutiam as vantagens da organização corporativista e a imperativa necessidade de se acabar com o latifúndio no Brasil: “o problema da organização da propriedade e da distribuição de terra, é o problema de maior importância para estabilidade da nossa organização social e econômica do

proverbial generosidade de Alfredo Egydio de Souza Aranha” (REALE, 1987, p. 117), o mesmo que ajudara Plínio Salgado com o *A Razão*. Estou convencido da necessidade de uma pesquisa sobre este verdadeiro “mecenas” do movimento integralista.

⁴⁴ Nas lembranças do próprio Reale: “*Acção* foi um vespertino vibrátil e até mesmo agressivo. Tosco como um moirão mal lavrado e à pressa fincado na terra para servir de marco militar, denunciava tanto a pobreza dos recursos como a inexperiência dos “focas” que o redigiam. Jornal de moços, empenhava-se em todas as campanhas nacionalistas. Uma delas foi em favor da extração nacional do petróleo, com entusiástico apoio à obra de Monteiro Lobato” (REALE, 1987, p. 113).

⁴⁵ O jornal também buscava fazer-se presente na vida cotidiana de seus leitores (integralistas ou não) mediante o patrocínio ou organização de competições esportivas, como um campeonato de futebol de times de várzea realizado em 1937 (Cf. BARBOSA, 2007).

⁴⁶ Tal particularidade do jornal *Acção*, decerto, não foi fortuita, afinal, além do fato de que São Paulo concentrava o maior número de estabelecimentos industriais (e para ele rumara o mais afluxo de trabalhadores imigrantes), as questões que gravitavam ao redor do tema do trabalho eram do interesse intelectual de Miguel Reale expresso em seus livros.

⁴⁷ Lembro que, de acordo com a legislação sindical da década de 1930, “Os sindicatos passavam a ser órgãos de colaboração com o Estado, *proibida qualquer manifestação política ou ideológica*”, de modo que o comunismo era, assim, duramente combatido (Cf. ALMEIDA, 2001).

futuro. É o problema mãe” (apud BARBOSA, 2007, p. 153). Alguns artigos, com clara influência da obra de Oliveira Vianna, denunciavam os males da grande propriedade, dos *clãs rurais*, e propunham a adoção da pequena propriedade e da policultura como fundamentais para a organização social e econômica do país – ela seria capaz não apenas de gerar riqueza como combater o domínio dos grandes proprietários sobre os municípios brasileiros⁴⁸.

O principal jornal de circulação nacional foi *A Offensiva*. Desde sua fundação, em maio de 1934, até maio de 1935, foi dirigido por Plínio Salgado. A partir daí, quem assumiu esta posição foi Madeira de Freitas, mas o jornal mantinha-se “sob a orientação de Plínio Salgado”⁴⁹. Possuía as mesmas características arroladas acima no que diz respeito ao seu conteúdo, além de contar com seções dedicadas à medicina, higiene e odontologia, aos trabalhadores, ao movimento nos outros estados do país, às mulheres, à vida cultural (cinema, teatro), aos esportes, etc. Dentre suas várias seções estavam “O Integralismo nas províncias”, dedicada a levar ao público as realizações e atividades dos vários núcleos da AIB; “A página Sindical”, tratava de questões relativas aos trabalhadores; e a “Seção universitária”, que trazia artigos sobre temas variados.

Além do próprio Plínio Salgado e Madeira de Freitas (que às vezes assinava como o famoso Mendes Fradique), os principais nomes da intelectualidade integralista colaboravam para o jornal e de formas distintas: Luís da Câmara Cascudo escrevia artigos sobre folclore e cultura popular junto de outros sobre acontecimentos internacionais; Hélio Vianna publicava ensaios históricos e chegou a ter reproduzido parte do curso de História Política e Social do Brasil sob sua responsabilidade⁵⁰; San Tiago Dantas abordava temas ligados ao Integralismo ou trabalhados sob a ótica de suas ideias e valores, tal como Olbiano de Melo, Custódio de Viveiros e Ernani Silva Bruno. Miguel Reale e Gustavo Barroso⁵¹ também deram suas contribuições, de modo que o jornal apresentou-se como o maior instrumento de difusão e reprodução do Integralismo tanto pelo seu alcance quanto por contar com a colaboração dos principais nomes da intelectualidade integralista. Ao mesclar o Integralismo às matérias e

⁴⁸ Embora a “vocação agrária” do Brasil fosse lembrada, Miguel Reale, em sua “tribuna diária”, não descuidava da necessidade e importância de maior industrialização do país, direcionada, claro, pelo Estado. Sobre o jornal *Ação*, sugiro a pesquisa de Jefferson Rodrigues Barbosa (2007) e o artigo de Renato Alencar Dotta (2004).

⁴⁹ Frase que vinha escrita sob o título do jornal. Baseado no Rio de Janeiro, *A Offensiva* contou, também, em seus quadros com alguns dos intelectuais do CAJU, como Helio Vianna e Thiers Martins Moreira, que ocuparam as funções de secretário, diretor de redação e redator-chefe em momentos distintos.

⁵⁰ Ele foi dado, junto a outros, por Hélio Vianna em 1934 como parte do Primeiro Curso Intensivo de Estudos Integralistas na Província do Distrito Federal (ver nota 84).

⁵¹ Barroso, sob o pseudônimo João do Norte, veiculada as ideias antissemitas em uma coluna intitulada “Judaísmo Internacional”.

seções relativas a vida diária, a AIB era capaz de fazer-se presente no cotidiano de seu público, transformando-se em parte de sua rotina.

As revistas também cumpriram um importante papel, e embora em número bem menor, faz-se necessário citar dois títulos sem os quais este quadro, mesmo panorâmico, não poderia ficar completo, pois se trataram de empreendimentos editoriais e intelectuais de considerável monta. Foram as revistas *Anauê!*, e *Panorama: coletânea mensal do pensamento novo*. De circulação nacional, seguiam a premissa da diferenciação do público (verificada em alguns livros) e respondiam, assim, a necessidades e objetivos distintos da AIB.

A *Anauê!* foi a primeira delas e talvez tenha sido um dos projetos editoriais mais ambiciosos da AIB, pois se tratava de uma revista ilustrada⁵² (seguia os moldes da famosa revista carioca *Fon-Fon*) de conteúdo e seções bastante variadas. Além das inúmeras fotografias⁵³ do cotidiano – casamentos, crianças e famílias uniformizadas, encontros de militantes nos núcleos ou em outros ambientes (muitas enviadas pelos próprios camisas-verdes) – e de manifestações públicas integralistas (como desfiles), a revista apresentava ilustrações (as da capa eram coloridas), charges e caricaturas, as quais dividiam o espaço disponível com propagandas de produtos e serviços variados e os artigos e colunas. Tal como outros periódicos, a *Anauê!* possuía seções dedicadas ao teatro e ao cinema, além de uma destinada ao público feminino, chamada “Senhora” – dirigida por Nair Nilza Perez, composta por uma coluna (intitulada “Minha Chronica”) e uma parte dedicada à moda – e às crianças, “Curupira”. Contos e piadas também se faziam presentes junto de concursos de fotografia e palavras cruzadas⁵⁴. Não era à toa que tal revista estivesse destinada a um amplo público, sendo este, inclusive, conclamado a contribuir com seu conteúdo, como se lê em seu primeiro número, de janeiro de 1935:

Com o objetivo de divulgar, em linguagem acessível a todos a doutrina integralista; querendo refletir, na reportagem fotográfica de todas as Províncias, a marcha gloriosa das legiões do Sigma; pretendendo ser o espelho da alma integralista, o periódico dos camisas-verdes de todas as profissões, de todas as classes e de todas as idades, surge a revista “Anauê!” amparada pela simpatia unânime de todos os companheiros, e jurando

⁵² Ela foi publicada entre janeiro de 1935 e dezembro de 1937 com periodicidade e número de páginas variáveis. Custou entre 1\$000 e 2\$000 e o preço de sua assinatura também variava. No primeiro número (janeiro de 1935), assinatura anual era 20\$000; em outubro de 1937 (nº20), a semestral custava 20\$000 e a anual, 40\$000 (no exterior, 40\$000 e 60\$000, respectivamente). Havia, também (de acordo com esta edição), representantes da revista na França (Comptoir Intertational de Publicité) e na Alemanha (Herberto Kock). Maiores detalhes sobre a *Anauê!* podem ser encontrados em: BULHÕES, 2007; OLIVEIRA, 2009; FIORUCCI, 2011.

⁵³ Para análises sobre estas fotografias: BULHÕES, 2007; RAMOS, 2010; SILVA, 2005.

⁵⁴ À título de curiosidade: a revista *Anauê!* chegou a criar um “Concurso de Anedoctas e factos interessantes relacionados com o Integralismo”. Na comissão julgadora estavam Gustavo Barroso e San Tiago Dantas. Os prêmios incluíam livros da Bibliografia Integralista (à escolha do vencedor) e até mesmo “Um excelente aparelho de rádio” (Setembro de 1936).

também fidelidade absoluta ao Chefe Nacional, na adversidade ou na vitória, diante da vida ou diante da morte!

Aí está a “netinha” do Chefe: pequenina, humilde, mas com vontade de crescer e de levar avante o importantíssimo programa que lhe foi traçado. Cumpre agora aos “padrinhos”, que são todos os camisas verdes da Pátria, amparar a “afilhadinha”, vesti-la com as melhores fotografias, alimentá-la com a vitamina duma colaboração substancial, mas não indigesta e tudo fazer para que seja conhecida em todos os lares brasileiros (p. 1).

Deste modo, não apenas colaboravam alguns nomes proeminentes da intelectualidade integralista, mas também militantes com algum “cargo” no interior da AIB, como chefes de núcleos locais ou de secretarias, e mulheres – além de Nilza Perez, escreveram Carmela Patti Salgado (esposa de Plínio Salgado), Margarida Cavalcanti de Albuquerque Corbisier e Irene de Freitas Henriques. Porém as contribuições não se limitavam a integralistas, havendo textos de Octávio de Farias, Augusto Frederico Schmidt, Conde Affonso Celso. Muitos dos elementos enumerados no início deste tópico achavam-se presentes na revista, como os esquetes cômicos, os textos sobre cidades e folclore brasileiros, os contos. As ideias e valores integralistas, quando não se faziam explícitos em artigos (e fotografias) sobre o movimento ou que se propunham a destilar as costumeiras críticas ao comunismo e ao liberalismo, insinuavam-se de modo sub-reptício, fosse ao louvarem determinada figura histórica nacional ou a tratarem do rádio, como no seguinte exemplo:

Quanto à música brasileira, queremos vê-la sempre em primeiro plano. Ela é a voz sonora da Pátria e os verdadeiros brasileiros sabem compreendê-la. Queremos ouvir os batuques do Amazonas, as emboladas nortistas, os sambas cariocas, as canções do Sul e temos sempre propugnar pelo desenvolvimento da nossa música.

A *Anauê!* buscou, sem dúvida, atingir um público ainda maior, contudo, acredito que a principal característica desta revista tenha sido sua capacidade de “mobilizar” os integralistas ao contar diretamente com sua colaboração para o envio de fotografias e de artigos.

*Panorama: coletânea mensal do pensamento novo*⁵⁵ circulou entre 1936 (ano de sua criação) e 1937, tendo Miguel Reale e Rui Arruda, respectivamente, como diretor e diretor secretário. Diferenciava-se de modo considerável da *Anauê!* por apresentar pouquíssimas imagens (geralmente ilustrações) – o contraste começava na capa, onde havia apenas o título da revista e um sumário – e número bastante reduzido de propagandas, as quais eram apresentadas nas contracapas e no fim dos artigos, nunca no meio. Predominava, assim, o texto, de modo que a revista era pensada no sentido de ser “das elites intelectuais para as elites intelectuais” (expressão minha). Lê-se em seu primeiro número, de janeiro de 1936:

⁵⁵ Custava 2\$000 e possuía assinatura anual de 20\$000.

O Integralismo é, ao mesmo tempo, ação imediata e revolução mediata. Como ação, está vigilante, na defesa da ordem, indispensável ao trabalho paciente de cultura, de revisão, de crítica, de criação das elites do nosso movimento. Como revolução, não se processa nas confabulações escusas dos Catilinas, à paisana ou fardados, que articulam elementos para os golpes à força bruta; pelo contrário, realiza-se no plano da inteligência, pela objetivação segura de uma finalidade inspirada em conceitos doutrinários e consoante as realidades sociais e econômicas dia-a-dia pesquisadas no cenário nacional.

Esta revista está arregimentada neste segundo plano. Suas páginas refletem todo o esforço de uma elite, o anseio de uma geração desejosa de concretizar, em relevos mais práticos, a aplicação de um princípio geral, de um método de estudo e de criação (p. 1).

Deste modo, além de trazer artigos sobre o Integralismo, a *Panorama* publicava e reproduzia textos de autores que não eram da AIB e tratavam de assuntos distintos⁵⁶. Como exemplos, cito os artigos do sociólogo Emilio Willems⁵⁷, “O grupo social e o indivíduo” e “O problema da consciência coletiva” e “A clausula da nação mais favorecida”, e a reprodução de textos de Oliveira Vianna⁵⁸, Azevedo Amaral e Menotti del Picchia. Não à toa, a revista possuía uma nota logo abaixo de seu sumário (incluída após seu primeiro número) onde se lia “Panorama – antes de tudo – é revista de pesquisas, de ideias em elaboração, portanto publica muitas vezes estudos de observações pessoais”. Com isto, abstinha-se de fazer intervenções ou comentários após os artigos⁵⁹ e passava a impressão de ser um periódico interessado na discussão de temas variados e na circulação de ideias – ao mesmo tempo em que buscava destacar o caráter intelectualizado do movimento integralista.

Infelizmente, não há maiores informações, além dos nomes, sobre boa parte dos autores, impedindo que se identifique um eventual vínculo ou envolvimento com a AIB – ou mesmo sua ausência, como no caso de Willems. Mas se reconhece importantes membros da intelectualidade da AIB, como Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso, Hélio Vianna, Luís da Câmara Cascudo, Ernani Silva Bruno, Hélder Câmara – todos estes contribuíram com artigos ou com críticas e apreciações de livros em mais de uma oportunidade. E houve, pelo menos, um texto escrito por uma mulher, Maria Leticia Ferreira Lima, intitulado “Nacionalismo na escola primária”, indicado como um “Estudo lido para as normalistas

⁵⁶ O índice existente no número 12 da revista lista as seguintes temáticas presentes ao longo das edições: Antropogeografia, Arte e Literatura, Crônicas e Comentários Diversos, Ensaio Biográficos, Ensaio Históricos, Etnografia e folclore, Economia e Finanças, Estudos Jurídicos, Estudos Filosóficos, Estudos de Sociologia Brasileira, Política Internacional, Problemas Econômicos e Financeiros, Problemas Educacionais, Problemas Políticos, Problemas Técnicos, Publicações e Livros Criticados, Teses Doutrinárias, Sociologia e Unidade Nacional. Alguns artigos figuravam em mais de uma temática.

⁵⁷ Sobre Willems: VILLAS BÔAS, 2006.

⁵⁸ Fazia-se propaganda da revista *Panorama* com uma frase que era atribuída a Oliveira Vianna: “bela revista, que consegue conter tanta coisa em tão pequeno volume”.

⁵⁹ Como ocorreu em um artigo sobre Albert Einstein, no primeiro número.

cathólicas de Fortaleza”. Embora não haja nenhuma indicação do vínculo da autora com a AIB, sabe-se que ela foi uma militante bastante ativa do movimento no Ceará⁶⁰. Completavam a revista três seções menores (a maior parte era dedicada aos artigos): “Homens e Idéias”, “Mentores da Nacionalidade” e “Recortes em Revista”. A primeira era dedicada a comentários sobre autores e obras variadas (integralistas ou não); a segunda tratava de intelectuais considerados cruciais para o estudo e compreensão do Brasil, como Alberto Torres, Graça Aranha, Jackson de Figueiredo e Euclides da Cunha; e a terceira trazia reproduções de artigos publicados em outros jornais e revistas. Ao operar desta maneira, os editores da *Panorama* criavam uma ligação entre o movimento e aqueles outros intelectuais mediante a identificação fosse de ideias ou de objetivos relativos ao país.

A revista pretendia-se, assim, um ambiente de debates aberto a temáticas diferentes, onde o Integralismo poderia surgir como principal elemento ou não ser nem mesmo aventado. Ela representava o esforço de uma elite para provocar mudanças no Brasil a partir do plano da inteligência, privilegiando não só a observação da realidade nacional como a mobilização do instrumental necessário para levar a cabo seus intentos.

Os principais jornais e revistas faziam propaganda, em suas páginas, uns dos outros e também eram objetos de referência em outros periódicos de circulação limitada – por exemplo, a *Panorama* trazia anúncios da *Anauê!* e do jornal *A Offensiva*. Além disto, citavam-se, nestes periódicos, os livros integralistas, fossem em alguma apreciação à época de seu lançamento ou para compor algum tipo de exposição – e não custa lembrar que boa parte da obra de Plínio Salgado, neste momento, originava-se de seus artigos d’*A Offensiva*. Tudo isto ilustra a forma como estes bens culturais encontravam-se inter-relacionados, de forma que o contato com um deles significava, no mínimo, reconhecer a existência de tantos outros, abrindo caminho também para sua aquisição. A criação dos jornais e de revistas com propostas bastante diferenciadas⁶¹ concorreu, assim, para uma ampla divulgação do Integralismo e das realizações do movimento no país. Mas não se restringiu a isto: buscou-se, também, ao imiscuir-se em dimensões variadas da vida social que não a imediatamente política, participar (e compor) diretamente do cotidiano dos integralistas, trazendo-o cada vez

⁶⁰ Falarei dela novamente no Capítulo 4. Reproduzo um pequeno trecho de seu artigo onde se evidencia a presença do Integralismo em seu texto: “Os gozadores do poder, os burguezes materializados, os diletantes, dormentes e criminosos insurgem-se agressivos contra o rumo novo que se quer imprimir à formação cívica escolar. Preferem o artificialismo esterilizante e decepcionador e, dest’arte, numa impassibilidade revoltam consagram a mentira como virtude nacional” (*Panorama*, nº 2, janeiro de 1936, p. 42).

⁶¹ Houve, inclusive, uma publicação destinada às mulheres, a *Brasil Feminino*.

mais para o interior do movimento – no caso do militante comum, fosse ao receber suas fotografias particulares ou a figurar nas páginas dos jornais com as realizações de seu núcleo.

Neste sentido, a transmissão das ideias integralistas foi, a meu ver, uma *parte* de um objetivo, de caráter ainda mais abrangente, ao qual os periódicos respondiam: os jornais e revistas ocupavam-se da *cotidianização* do Integralismo e do movimento. Isto é, não se tratava apenas da difusão de suas ideias, mas da criação de uma estrutura capaz de fazer que tanto elas quanto suas práticas imiscuíssem nas rotinas da vida diária do militante. Era preciso que o movimento, com seus valores, símbolos e atividades, passasse a compor o cotidiano das pessoas, fazendo-se constantemente presente de modo, inclusive, a criar um sentimento de *solidariedade* capaz de extrapolar os espaços imediatos de experiência, pois através da veiculação de notícias ou informações acerca da AIB, bem como de textos da intelectualidade integralista – fossem das lideranças nacionais ou reflexões de seus membros locais a partir da leitura feita dos primeiros – todo o movimento era integrado⁶². O jornal nuclear que tratava de questões particulares da localidade onde era editado não se furtava a falar do que acontecia com a AIB em nível nacional. E o mesmo acontecia com aquele que circulava nacionalmente, que dispunha de espaço para falar da atuação dos integralistas em uma pequena cidade. Eram mostradas as realizações e atividades (reuniões, desfiles, comemorações) de vários núcleos espalhados pelo Brasil, noticiando-se, assim, as atividades do movimento, o que servia não apenas para preservar e reforçar a pertença do militante à AIB, como parte efetiva sua, mas também para reconhecer-lhe os esforços, divulgando-os para além de seus limites geográficos⁶³. A imprensa era onde o militante reconhecia seu “semelhante” – identificavam-se por meio da partilha de símbolos e práticas comuns – e experimentava o “contato” com seus líderes espacialmente distantes.

O que se verifica, então, é a preocupação destes agentes em fornecer ao seu público uma gama de produtos simbólicos das mais variadas naturezas: de esquetes cômicos a contos, passando por poesias e piadas, ensaios sobre personagens históricos e folclore, comentários sobre teatro e cinema, relatos de viagens pelo Brasil feitas por militantes, etc. Se as ideias integralistas eram explícitas ou, então, se limitavam a orientar fosse a escolha do tema ou a maneira como era tratado, parece-me mais relevante para a presente exposição apontar como se buscava “cercar” a militância, fornecendo-lhe tanto instrução quanto diversão. Assim como

⁶² Neste tópico, limitei minha abordagem à *cotidianização* do Integralismo, pois envolve diretamente a atuação dos intelectuais integralistas. A outra parte deste processo maior de *cotidianização* trata do universo simbólico da AIB, com suas práticas e atividades particulares – falarei disto no Capítulo 4.

⁶³ Deve-se mencionar também que os jornais costumavam reproduzir documentos expedidos pela Chefia Nacional da AIB ou mesmo textos publicados em outro jornal (Cf. CAVALARI, 1999, p. 96).

símbolos e práticas (Capítulo 4) penetravam na vida social como componentes desta, reproduzindo-se rotineiramente, toda sorte de informação e bens simbólicos – da ficção ao episódio da História da Pátria, do alívio cômico à rememoração do companheiro morto – deveria ser concedida através dos meios criados e mantidos pelo movimento.

3.2.3 Conferências e sessões doutrinárias

No capítulo anterior mostrei como uma das principais práticas da AIB durante seus primeiros anos de existência foi, no contexto das “bandeiras integralistas”, a realização de conferências por parte daqueles que se tornariam os principais representantes da intelectualidade do movimento. Seus objetivos eram bastante claros: difundir o Integralismo e travar contato com pessoas ou grupos simpáticos às suas ideias, o que levaria a fundação de núcleos nas localidades visitadas. Visto que já forneci vários exemplos sobre seus temas, locais de realização e a ligação com o desenvolvimento da AIB, limitar-me-ei, agora, a analisar seu papel na conformação da rede de bens culturais e seus efeitos ulteriores nas próprias atividades do movimento.

O primeiro ponto é mais simples, pois, como já foi aludido, muitas destas conferências transformaram-se em livros, sendo o principal exemplo algumas obras de Gustavo Barroso, compostas ou quase que em sua totalidade por elas – como *O Integralismo em marcha*, *O Integralismo de Norte a Sul* – ou apenas em parte – como *A palavra e o pensamento integralistas*. Se por um lado isto aponta para a complementaridade existente entre dois elementos distintos da rede, de modo que um podia servir como base para o outro (não só neste caso onde as conferências formam um livro fechado, mas igualmente quando o livro é o ponto de partida para uma conferência, como aquelas já citadas de Custódio de Viveiros sobre *A Quarta Humanidade*, de Plínio Salgado), por outro corrobora, também, as considerações feitas anteriormente acerca da importância do livro como objeto simbólico de primeira categoria para a legitimação do movimento e as pretensões de suas lideranças. Assim, sua materialização perpetuava aquilo que fora dito (além de levá-lo a um público ainda mais amplo e não limitado no espaço e no tempo) ao mesmo tempo em que servia como mais um testemunho dos esforços dos intelectuais integralistas. Conclui-se, daí, que existia uma circularidade dos produtos desta rede, baseada no trabalho intelectual e nas atividades regulares realizadas em níveis distintos, ou seja, determinadas ideias ou questões expostas localmente eram rerepresentadas para além do ambiente restrito de sua aparição, sendo

passíveis de uma circulação muito maior; e aquilo colocado em um livro poderia ser transmitido a um público delimitado.

Embora os principais registros da realização de conferências sejam dos anos iniciais do movimento, tal prática não foi abandonada. Ao contrário, é possível dizer que ela não só gerou outro tipo de produção intelectual, como foi incorporada de tal modo pela AIB que se tornou uma de suas principais atividades tanto na circulação do Integralismo quanto na formação do cotidiano do militante. As chamadas *sessões ordinárias* eram, deste modo, o desenvolvimento da prática das conferências, transformadas em atribuições, também, de integrantes da intelectualidade. Observando-se os “Protocolos e Rituais” da AIB, encontra-se o Capítulo IX (EncI, XI, p. 100-106) destinado exclusivamente a especificar a natureza das sessões e reuniões integralistas bem como estes deveriam ocorrer e se organizarem. Sendo assim, havia sessões internas, realizadas exclusivamente por integralistas, e públicas, franqueadas a todos (Art. 103º, p. 100). Elas eram ordinárias “quando se realizarem em obediência aos planos normais de propagandas, doutrina e outros interesses da AIB”, e solenes, “quando se realizarem para o culto da Pátria ou do Sigma, empossamento ou homenagem a autoridades, culto cívico de datas, acontecimentos importantes e reverência à memória de companheiros e de brasileiros ilustres” (Art. 104º, p. 100-101). As sessões ordinárias eram denominadas, geralmente nos jornais onde havia avisos de sua realização, *sessões* ou *conferências doutrinárias* e, de acordo com seus anúncios, destinavam-se tanto aos militantes quanto a outras pessoas interessadas.

Não encontrei detalhes do conteúdo destas sessões, mas a julgar pelos avisos e notas veiculadas nos jornais (integralistas ou não), elas apresentavam alguma variabilidade no que dizia respeito ao que seria tratado dentro do contexto do Integralismo. Rosa Maria Feiteiro Cavallari cita dois anúncios destas sessões: o primeiro menciona que “se explanarão pontos importantes da nossa doutrina e onde nossos oradores terão o ensejo de falar das belezas do integralismo e das soluções que este Movimento apresenta para os (...) problemas nacionais”. O segundo é mais específico, estando claramente direcionado à eleição presidencial na qual Plínio Salgado seria candidato: “Reunião doutrinária na sede da AIB (...) sobre o II capítulo do Manifesto-Programa ‘Economia e Finanças Nacionais’ (...) [e] sobre o VI capítulo do mesmo Manifesto, ‘Sindicalismo e Justiça Social’” (*apud* CAVALLARI, op. cit., p. 122-123). E para reforçar o que foi colocado anteriormente, os livros integralistas também serviam como base para as conferências doutrinárias, como pode ser visto aqui:

Na sede Central da Ação Integralista Brasileira [em Santos] à rua do Comércio nº 9, sobrado, amanhã, às 20.30 horas, o sr. Armando de Moraes

realizará uma conferência dissertando sobre o livro do chefe nacional Plínio Salgado, “Palavra nova dos tempos novos”.

A entrada será franqueada a todos os que se interessarem pela doutrina integralista. (*Folha da Manhã*, [?] /10/1936).

Ressalto, neste caso em particular, que *Palavra nova dos tempos novos* foi um dos livros de Salgado formado por artigos do jornal *A Offensiva*, o que demonstra o caráter complementar dos produtos simbólicos e possibilita, se não uma pequena correção dos argumentos de Rosa Maria Cavalari, sua complexificação: para a autora “tudo leva a crer que [as sessões] eram organizadas tendo o livro como referência. Criava-se, assim, uma estreita relação entre esses três elementos: o livro, o jornal e as *sessões doutrinárias*” (CAVALARI, op. cit., p. 122). Estou de acordo naquilo que tange estas inter-relações, pois foi, também, a partir delas que a rede de bens culturais se expandiu e dinamizou, permitindo que um mesmo conteúdo (o Integralismo) fosse transposto para formas de veiculação distintas. Contudo, não vejo, a despeito de seu alto valor simbólico, o livro como uma referência. Antes, considero-o parte de uma cadeia circular de transmissão (e produção) do pensamento integralista onde sua posição pode variar – pode ser o ponto de partida para uma conferência ou o resultado da realização de várias.

Todavia o caráter referencial do livro pode emergir com maior clareza desta cadeia no contexto das sessões ordinárias/doutrinárias realizadas por membros da intelectualidade, que não se ocupavam com a produção intelectual em um sentido mais “criativo”, operando de modo a reproduzir ou simplificar as ideias integralistas. Neste caso tanto o livro quanto um artigo poderiam ser a base da sessão, a qual se esgotaria após seu pronunciamento, isto é, o conteúdo trabalhado não encontraria seu caminho de volta para a rede. Mas independente disto existe um traço em comum, de especial importância, entre, por exemplo, uma conferência pronunciada pelo Chefe Nacional e uma sessão doutrinária feita pelo líder de um núcleo local: em ambos os casos estas atividades operavam como uma espécie de ensinamento coletivo fosse sobre as ideias e os princípios integralistas ou os objetivos mais imediatos da AIB. E como tal encerravam dois aspectos: era através das conferências ou sessões que o público entrava em contato direto com os representantes legítimos do Integralismo, com aquelas pessoas que, em princípio, conheciam-no e estavam aptos a transmiti-los. Saía-se, assim, da esfera puramente individual da leitura (no caso daqueles militantes que acompanhavam o Integralismo nos livros e periódicos) para o estabelecimento de uma relação entre o leitor e, se não o próprio autor, quem estivesse imbuído de autoridade para falar sobre o Integralismo, fornecendo, em seu exercício, as visões ou interpretações “corretas” sobre ele – e isto, por sua vez, vinha a reforçar a posição dominante dos próprios

conferencistas. Esta relação, em última análise, selava a ligação entre os militantes e o movimento (agora não mais limitada ao contato somente com as ideias) no momento em que aquilo que defendiam e acreditavam achava-se “materializado” na pessoa do conferencista, visto como portador e intérprete daquelas ideias e valores. O segundo aspecto é que tais atividades concorriam, tal como mencionado antes, para formar e reproduzir o cotidiano do integralista – em vários registros encontrados sobre estas sessões (às vezes chamadas de reuniões) observa-se uma grande regularidade em suas realizações, geralmente com dias da semana e horários definidos.

Encaminhando para a conclusão deste tópico, gostaria de chamar a atenção, mais uma vez, para os dispositivos oficiais da AIB que regulavam as práticas destas sessões. Lê-se: “Será organizado em cada Província, com aprovação da Chefia Nacional, um corpo de oradores integralistas, aos quais caberá a responsabilidade da pregação doutrinária e do pensamento político do Movimento” (EncI, XI, p. 104, Artigo 124º). E como parágrafo único lê-se o seguinte: “A criação do quadro de oradores não visa (...) limitar ou reduzir o número de oradores integralistas, que, ao contrário, deverão multiplicar-se em todos os cantos do país. O orador oficial será um orientador, um intérprete de ordens e diretivas (...)” (Ibid., p. 105). Uma série de questões perpassa tais diretrizes, como ser da competência exclusiva da Chefia Nacional da AIB a legitimação daquelas pessoas que “pregariam” o Integralismo ou que as margens de ação do integralista, na função de orador, achavam-se interditadas, devendo, por isto, atuar de modo a seguir ordens – em ambos os casos, garantia-se o maior controle sobre o Integralismo, impedindo dissensões principalmente na base do movimento. Mas o que é mais relevante, aqui, é a importância de tal prática (a realização de conferências e sessões e a necessidade de oradores “qualificados”), ou seja, a ênfase atribuída à comunicação oral, pois não se trata, unicamente, do desenvolvimento de uma atividade cara aos intelectuais do movimento em seu início – decerto ela cotidianizou-se com a expansão e organização da AIB, de modo que passou a constar em seus regulamentos. Esta prática, a meu ver, parece ir ao encontro daquilo que Luiz Costa Lima (1981) chamou de *cultura da auditividade* ao refletir sobre o sistema intelectual brasileiro. De acordo com o autor, o significado de “termos uma cultura de dominância oral, numa civilização da escrita” é que “a palavra é escolhida e a frase composta de maneira a suscitar um efeito que se quer o mais imediato possível”. Deste modo, “a dominância oral significa que a escolha das palavras e a composição das frases visam suscitar um *efeito de impacto* sobre o receptor, sem que este se confunda com uma recepção propriamente intelectual” (p. 16). E prossegue:

O efeito de impacto produzido consistia em impressionar o auditório, em esmagar a sua capacidade dialogal, em deixá-lo pasmo e boquiaberto ante a perícia verbal e a teatralização gesticulatória, maneiras de rapidamente subjugar o auditório. Pois a cultura *auditiva* é profundamente uma cultura de persuasão. Mas da persuasão sem o entendimento. Donde, da persuasão sedutora. Ela se diferencia dos discursos persuasivos das culturais orais porquanto estes visam à integração dos participantes (...), ao passo que a persuasão *auditiva* visa à submissão (Ibid., p. 16).

Sem dúvida isto suscita uma discussão extremamente ampla e complexa ao pensarmos o caso particular do movimento integralista – sobretudo ao levar-se em consideração que este “efeito de impacto” pretendido fazia-se, também, presente em livros como o de Plínio Salgado, cuja retórica de manifesto em seus textos repletos de conclamações e imagens quase catastróficas tinha em vista atingir o leitor em um nível subjetivo, de arrebatá-lo emocionalmente, em suma, de persuadi-lo de pronto; e também havia as obras de Gustavo Barroso, verdadeiros exercícios de erudição nos quais saltam para o primeiro plano “as insígnias e os brasões da cultura” (LIMA, 1981, p. 22), ou seja, citações e referências as mais díspares possíveis mobilizadas com o intuito de apresentar, antes, um belo quadro de conhecimento vasto e de acessibilidade limitada. Em ambos os casos, a força persuasiva do discurso é transporta para a palavra escrita, o que, por si só, daria margem a discussões que ultrapassam o presente objetivo, pois o que pretendo sublinhar, ao partir desta questão da “auditividade”, é mostrar como a prática constante e regular das conferências e/ou sessões no interior do movimento integralista coadunava-se com tipos de comportamento previamente existentes no país.

No caso dos intelectuais integralistas, tal prática buscava transmitir o Integralismo de modo que o público, como escreveu Custódio de Viveiros, não “necessite raciocinar para assimilar”. Assim, as lideranças dominavam o resto dos militantes ao mantê-los submissos ao poder de suas falas, o qual, a despeito das intenções da AIB em ver multiplicar seus oradores oficiais, não podia ser repartido entre todos. Fosse nas reuniões nos núcleos (as sessões doutrinárias) ou nas conferências realizadas em outros espaços (teatros, auditórios, etc.), as quais contavam com a participação ativa do estrato superior da intelectualidade integralista, o que se pretendia era, através do uso recorrente da palavra falada, seduzir o público ora através da erudição (como Gustavo Barroso), ora da mobilização de imagens ou situações concretas e próximas ao cotidiano (como Custódio de Viveiro⁶⁴) com vistas a arrebatá-lo. Assim,

⁶⁴ Em sua conferência no núcleo carioca de Ipanema, Viveiros alega que a “desordem da democracia liberal” trouxe uma “nova mentalidade” no que diz respeito às mulheres: elas não mais seriam “tímidas, graciosas, femininas” e teriam sido colocadas “num plano inferior. Quando mais ela pensa subir, mais desce, mais tomba no abismo. Ela perdeu o perfume da novidade, apresentando-se hoje como um ser comum, sem aquele mistério

buscava-se estabelecer uma ligação entre o orador e o público (e conseqüentemente entre o Integralismo e seus militantes atuais ou em potencial) capaz de, por um lado, viabilizar uma experiência de pertença e identificação entre eles facilitada pela ausência de qualquer tipo de “obstáculo cognitivo”, isto é, sem que os ouvintes questionassem reflexivamente o conteúdo, cuja recepção era feita, antes, por uma via emotiva ou subjetiva; e por outro lado, criar um forte apelo persuasivo o qual, ao somar-se à compatibilidade ou ao processo de fusão de expectativas (dos oradores e do público), faziam com que estas expectativas, antes “restritas” ao indivíduo, se transformassem em ligações interpessoais, em ideais ou objetivos compartilhados que levavam à adesão ao movimento.

Incluir as conferências e reuniões na rede de bens culturais poderia, a primeira vista, não parecer o mais correto, surgindo como um elemento estranho em vista de sua especificidade diante dos outros dois, os livros e os textos em periódicos, afinal, elas são meios bastante distintos de transmissão do Integralismo. No entanto, a despeito dos traços característicos de cada um destes elementos, deixá-las de fora acarretaria em uma lacuna na descrição e análise da rede, pois, como foi mostrado, tanto as conferências quanto as sessões doutrinárias eram responsáveis por sua dinâmica, encontrando-se em uma situação de interdependência em relação aos outros elementos. Elas complementavam o círculo de produção e transmissão das ideias e princípios integralistas, surgindo como outra forma de atuação da intelectualidade da AIB e evidenciando que seus membros eram chamados a cumprir tarefas diversas no interior do movimento (e que as mesmas não deixavam de ter alguma relação com a posição e prestígio dos membros da intelectualidade).

3.3 Aspectos da rede de bens culturais – a *intelectualidade integralista*

Até agora venho utilizando-me da expressão “intelectualidade integralista” para designar um grupo particular de indivíduos filiados e atuantes na AIB caracterizado pelo modo como estes relacionam-se, sobretudo, com as *ideias* – produzindo-as e reproduzindo-as com alguma regularidade. São, pois, pessoas cujas ocupações, no interior do movimento, operam (não exclusiva, mas constantemente) em função de ideias. Porém, este grupo era marcado por considerável heterogeneidade no que dizia respeito não somente à sua posição e

que levava poetas a julgá-la um primor sobrenatural (...). Além disto, reclama o autor de seus “trajes que talvez fizessem Eva sentir frissons” e do fato de que “Ela, a mulher, é hoje tão destemida que, às vezes, protege o homem. (...) No Leblon, ao cair da noite, gozando a brisa sulina,(...) um casal estudava a profundidade do Infinito (...). Um guarda, porém, inimigo da poesia, materialista, interveio e quebrou o idílio. O homem protestou por palavras; a mulher foi mais positiva. Arrancou o cassetete do guarda, inesperadamente, e quebrou-lhe a cabeça” (1935, p 45-48).

funções dentro da AIB, mas também ao tipo de ideias, de bens simbólicos com os quais se ocupavam e divulgavam para o restante do movimento. Verificou-se anteriormente que, assim como seu desenvolvimento contou com a participação direta de intelectuais desde sua fundação, foi necessária a “criação” de outros para garantir a continuidade deste processo pelo país, a qual contava com a divulgação constante do Integralismo. Ou seja, foi necessária a participação de militantes na composição de uma espécie de “quadro intelectual” cuja tarefa era manter a reprodução das ideias e valores integralistas, fosse mediante a palavra escrita (nos jornais) ou falada (nas sessões nas sedes).

Este aumento do número de pessoas que se relacionavam com ideias como parte de sua atuação no interior do movimento foi, ao mesmo tempo, causa e efeito do crescimento da AIB e, por conseguinte, da sua rede de bens culturais que respondia pela divulgação do Integralismo e sua cotidianização. E um dos seus principais resultados foi a formação de uma intelectualidade heterogênea. Karl Mannheim (1972) escreveu que “No domínio intelectual sobre os problemas da vida, cabem a cada um segmentos diferentes, com os quais cada um lida bastante diferentemente, de acordo com seus interesses vitais” (p. 56-57). Pensando, a partir daí, o caso dos intelectuais integralistas, tem-se que sua heterogeneidade remete ao fato de que vários deles imprimiram a marca de seus interesses naquilo que produziram, fosse direta ou indiretamente relacionado ao Integralismo. Pois como expus nos tópicos anteriores, os produtos culturais integralistas apresentavam-se de formas e com conteúdos distintos. Apesar da preocupação na transmissão constante das ideias integralistas, muitos intelectuais tiveram a oportunidade de se expressarem de outras maneiras, de levarem ao público – mesmo que se alegasse fazer parte do projeto integralista, com sua preocupação em “elevar o nível intelectual das massas” – os frutos de seus interesses ideais, dos temas e assuntos com os quais também lidavam. Não é minha intenção analisar toda esta intelectualidade, portanto, tal como fiz acima (tópico 3.2), pretendo pinçar alguns exemplos que julgo exemplares do caráter heterogêneo deste grupo com o intuito de mostrar as diferenças entre os intelectuais, tanto no que diz respeito à sua presença na rede de bens culturais, quanto a algumas particularidades de sua produção.

Começarei por aqueles que formavam a “elite intelectual” do movimento em vista não só de sua extensa produção, mas igualmente da liderança que exerceram (em nível nacional) e o papel central que desempenharam no desenvolvimento e expansão da AIB: Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale.

Com a definição da estrutura organizacional da Ação Integralista Brasileira, no I Congresso Nacional de 1934, o jovem Miguel Reale⁶⁵ foi nomeado diretor do Departamento de Doutrina, sem dúvida um dos principais da então nascente organização da AIB. Observando a Bibliografia Integralista publicada em 1933 no jornal *Monitor Integralista*, o nome de Reale já figurava nela (CAVALARI, 1999. p. 110) em meio a três autores integralistas (Barroso, Salgado e Olbiano de Melo). Ali estava um trabalho seu intitulado “O Estado Liberal”, além do volume “Estudos Integralistas – 1ª Série” (atribuído a vários autores) para o qual contribuiu. A favorável conjunção dos seguintes fatores contribuiu para sua “ascensão” no interior da AIB a despeito da pouca idade e de não ter estreado ainda nos meios intelectual, como no caso de Plínio Salgado e Gustavo Barroso: seu capital cultural, devedor de sua educação formal, universitária; sua energia emocional crescente em vista da posição privilegiada no núcleo dos debates intelectuais. Desde muito cedo Reale ligou-se a Salgado (sua participação na primeira publicação integralista o atesta): acompanhou-o – junto de Barroso – nas “bandeiras” e tomou parte ativa nas primeiras conferências sobre o Integralismo, como a realizada na Associação Brasileira de Imprensa onde se encontrou com os membros do CAJU.

Miguel Reale, assim, beneficiou-se largamente de suas atividades e das interações aí envolvidas, utilizando-as não só para expandir seu capital cultural pela inclusão de conceitos e ideias do nascente pensamento integralista, como também para dar prosseguimento, ou antes, início, à sua produção intelectual (imprimindo, inclusive, sua marca no desenvolvimento do Integralismo), de modo que lançou dois livros – *O Estado Moderno* e *Formação da política burguesa* – no mesmo ano de 1934, já como chefe do Departamento Nacional de Doutrina, e publicou outros cinco até 1937. Além disto, artigos seus figuravam constantemente nos principais jornais e revistas integralistas e proferia conferências, realizadas em locais como a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto de Música. Questões eminentemente políticas e que abordavam o problema da organização do Estado e da sociedade⁶⁶ eram as mais comuns – daí ser-lhe atribuído o epíteto de teórico do Estado Integral. Deste modo, Miguel Reale procurou escrever também sobre assuntos que ultrapassavam o âmbito imediato do pensamento integralista, mas guiando-se por ele, como com o livro *O capitalismo*

⁶⁵ Reale foi um dos colaboradores do primeiro jornal do movimento, *O Integralista*, criado em novembro de 1932 (ou seja, no mês seguinte ao lançamento do Manifesto) pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo (Cf. OLIVEIRA, 2009, p. 149).

⁶⁶ De acordo com Manuel Palacio Cunha Melo (1994), dois temas são centrais no pensamento integralista de Miguel Reale: “O primeiro deles conduz à rejeição do contratualismo liberal e à defesa do Estado como agente orientado para a realização de fins dotados de significação ética. O segundo investiga a perspectiva da reforma ético-moral da sociedade brasileira” (p. 126).

internacional (1935) – onde “tinha o intuito de apresentar uma visão panorâmica e sintética da economia moderna” (REALE, 1983 [1935], p. 174), abordando temas como os tipos de capitalismo, a propriedade, o imperialismo, as experiências fascista e soviética, etc. – e *Atualidades Brasileiras* (1937) – no qual se ocupou com assuntos variados (incluindo referentes ao Integralismo), como a Revolução de 1930, comentários aos livros *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Aventura Política do Brasil*, de Azevedo Amaral, o papel da imigração, etc.

A contribuição direta de Miguel Reale para o Integralismo, tanto na forma de suas críticas ao liberalismo (político e econômico) como no desenvolvimento de teses sobre o futuro Estado Integral – além do tratamento concedido a outras questões importantes diante de uma eventual vitória do movimento (como educação, direito, religião) – foi crucial, por um lado, para as posições que galgou no interior da AIB, e por outro, para a (relativa) “liberdade” intelectual da qual pôde gozar, o que lhe permitiu desenvolver seu pensamento de modo mais autônomo, responsabilizando-se, antes, pela produção do que pela reprodução de ideias. Por isto acabou indo de encontro a determinados princípios integralistas, o que não o impediu de conservar boa parte de seu prestígio no interior do movimento: em 1936, após a reformulação da AIB (com a transformação dos Departamentos em Secretarias), Reale foi destituído de sua chefia na Secretaria Nacional de Doutrina, a qual foi para seu colega Ernani Silva Bruno. Em sua biografia, declarou não entender a razão de tal gesto por parte de Plínio Salgado, mas aventou as seguintes hipóteses:

Não ignorava que minha atitude liberal (o termo “liberal” tem uma conotação ética que favorece sua conotação política) não era do agrado de alguns, que não concordavam com a sistemática oposição da Secretaria de Doutrina ao anti-semitismo, ou à proibição da entrada de maçons nas fileiras da AIB. Sabia também que certos círculos católicos ultramontanos não concordavam com a minha tese de que “nas questões mistas” (como, por exemplo, com relação à validade do casamento religioso, ou ao ensino da religião nas escolas) devia caber a decisão final ao Estado. Essa minha opção já me valera uma “carta pastoral” do bispo de São Carlos, advertindo os integralistas sobre meus “erros”, mas nada havia que justificasse a mudança isolada de minhas funções. No fundo, Plínio talvez se deixara impressionar pela minha atitude de independência, levado pela sua notória desconfiança cabocla (...). (REALE, 1987, p. 110).

São variadas as questões colocadas por Reale e não é minha intenção investigá-las, entretanto, percebe-se, aí, um ponto em comum o qual perpassa as dúvidas expressadas: o atrito entre algumas posições intelectuais suas e aquelas sustentadas por outros grupos do movimento integralista. Tomando como exemplo o que ele chama de “questões mistas”, problemas envolvendo a relação entre o Estado e a religião, no caso, o catolicismo, Reale, embora não

descartasse o espiritualismo e a crença em Deus como fundamentais para o Integralismo e seus militantes, deixava claro que: “Entre o Estado e as religiões há direitos e deveres recíprocos, não podendo o Estado ser instrumento da religião, nem esta ser instrumento do Estado” (REALE, 1983 [1935], p. 34-35). Ou seja, uma aproximação geralmente feita entre Integralismo e catolicismo⁶⁷ nunca foi considerada por Reale, diferentemente de outros integralistas, como Gustavo Barroso, que chegou, inclusive, a escrever um livro intitulado *Integralismo e Catolicismo*.

Quando analisei o pensamento integralista de Miguel Reale e Plínio Salgado, adotando em determinado momento uma perspectiva comparativa (RAMOS, 2008, cap. 4), pude observar diferenças incisivas entre ambos. Gostaria de chamar atenção unicamente para uma que, imagino, é ilustrativa das razões que o fizeram ser identificado como “liberal” (ou mesmo de ter ganhado de Gustavo Barroso o apelido de “judeuzinho”): para os dois autores, tanto o liberalismo quanto o individualismo deveriam ser duramente combatidos e rechaçados. Neste sentido, “o indivíduo não poderia ser mais importante que o grupo, colocando sua satisfação pessoal como prioridade em detrimento do bem comum; e a crença de que o que era bom para o indivíduo era bom para a sociedade foi duramente rechaçada” (Ibid., p. 147). Contudo, mesmo que partissem de um diagnóstico comum, o desenvolvimento ulterior de suas ideias levou-os a caminhos distintos, de modo que Reale considerava lícita, e mesmo justa para o progresso da Nação, a existência de uma margem livre de ação individual onde as qualidades pessoais poderiam ser exercidas. Miguel Reale, assim,

assume logo de partida a relevância do indivíduo como um elemento do qual não se pode prescindir, conseqüentemente, ainda que possa vir a localizar nele atitudes negativas, sua autonomia é algo do que não [se] pode abrir mão para o funcionamento da sociedade e organização do Estado. Ele é dotado de uma margem de ação cujo espaço, maior ou menor, encontra-se diretamente relacionado às suas capacidades pessoais (Ibid., p. 152).

Ao colocar-se em rota de colisão não só com os intelectuais como com outros grupos do movimento integralista, Reale, analisando-se por este ângulo, perdeu seu posto de liderança na Secretaria de Doutrina, mas não se afastou ou abandonou as posições intelectuais que lhe causavam problemas; e ainda assim, manteve seu prestígio no interior da AIB, ocupando um lugar no Conselho Supremo⁶⁸, e sendo responsável por dois importantes empreendimentos da rede de bens culturais: a revista *Panorama* e o jornal *A Acção*, além de continuar contribuindo para outros periódicos, como o jornal *A Offensiva*.

⁶⁷ Embora a Igreja não apoiasse oficialmente a AIB, havia na hierarquia eclesiástica tanto quem o fazia e quem a criticava, reprovando tal gesto.

⁶⁸ Criado em 1936 com o intento de “auxiliar na suprema direção do Movimento Integralista”, constituindo-se de “personalidades de projeção social, moral e de valor intelectual no Movimento” (EncI, X, p. 15)

Miguel Reale, como integrante da “elite intelectual” da AIB, achava-se envolvido, por um lado, com o desenvolvimento do Integralismo, produzindo intensamente e alimentando, ao mesmo tempo em que expandindo, a rede de bens culturais com suas conferências, artigos e livros; por outro, sempre ocupou alguma posição de destaque na organização integralista, tomando parte em suas “bandeiras” e congressos além de levar a frente empreendimentos como aqueles dois mencionados acima. Seu trabalho intelectual caminhava *pari passu* com atividades de caráter “administrativo”.

A situação de Gustavo Barroso foi, em alguns pontos, análoga a de Miguel Reale, residindo a maior diferença no fato de que não iniciou sua carreira intelectual no movimento integralista, tendo levado seu prestígio como autor consagrado e presidente da Academia Brasileira de Letras para o movimento, e não envolveu-se diretamente na criação e editoração de periódicos, ainda que tivesse, neste campo, outra frente de ação – a revista *Fon-Fon*. Até o fechamento da AIB, Barroso lançou um número expressivo de livros que podem ser divididos em dois grupos: o primeiro, composto por obras com reflexões críticas sobre o liberalismo⁶⁹, o capitalismo e o comunismo, acompanhadas da subsequente argumentação sobre a superioridade do modelo e projeto integralistas em vista de seus objetivos; já o segundo representou toda uma literatura de teor antissemita já perceptível nos livros do primeiro grupo⁷⁰ – os livros *Brasil: colônia de Banqueiros*, *O Quarto Império* e *A Sinagoga Paulista* são representativos deste *corpus* textual. Mas é preciso ressaltar que, embora tenha contribuído largamente para a Bibliografia Integralista, alguns de seus livros possuíam uma característica que se diferenciava bastante da produção de Miguel Reale: muitos deles foram compilações de conferências realizadas em lugares distintos, fossem eles núcleos integralistas ou não, mas com o intuito de levar o Integralismo até as localidades visitadas (Capítulo 2). Aliás, esta foi uma prática também adotada por Plínio Salgado, com a publicação de obras a partir da compilação de conferências ou artigos publicados em jornais, algo não observado na obra integralista de Miguel Reale.

Julgo importante sublinhar esta característica para indicar duas questões no interior da rede de bens culturais: a primeira, restrita a esta elite intelectual, mostra como, mesmo dentro de um grupo tão reduzido, havia diferenças muito claras no trabalho intelectual de cada um, pois enquanto Reale assumia um papel de teórico *stricto sensu* e entregava o resultado de seus estudos e reflexões na forma de livros fechados (com exceção de *Atualidades Brasileiras*),

⁶⁹ Estas críticas tornaram-se bastante habituais, ao nível do movimento, e decerto contribuíram para “rotinizar”, em nível mais amplo, ideias e visões sobre a necessidade de um governo forte e autoritário.

⁷⁰ Sobre o antissemitismo de Gustavo Barroso, ver: MAIO, 1992.

prática indicativa de um esforço de caráter mais sistemático, Gustavo Barroso operava de forma diferenciada, mesclando, mais rotineiramente, textos produzidos com vistas a serem, antes, pronunciados (e por isto, menores e variados) com obras mais longas, tendo seu trabalho uma menor sistematização. Isto leva à segunda questão, referente a aspectos da própria rede: havia uma complementaridade e circularidade entre seus produtos de modo que seu conteúdo ficasse adequado a “suportes” distintos, isto é, o papel, na forma de livro ou artigo de periódico, e a voz, como conferência ou sessão doutrinária. Independente, assim, da maneira como se constituíam os livros de Gustavo Barroso, importa, no momento, destacar sua intensa produção: por exemplo, em *O Integralismo em Marcha*, cuja segunda edição data de 1936, há uma relação de suas obras, somando-se, ao todo, 11 livros (do período de 1933 a 1936). Além disto, como os outros dois intelectuais, a presença de Barroso nas principais publicações do movimento, como as revistas *Anauê!* e *Panorama*, e do jornal *A Offensiva*, é visível e regular – e a isto somam-se as inevitáveis conferências. Ora, se aqui delineia-se um quadro que, a despeito das diferenças mencionadas a cima, aproxima-se ao de Miguel Reale no que tange ao seu trabalho intelectual, o mesmo ocorre em relação a posição de Gustavo Barroso na estrutura organizacional da AIB.

Tal qual seu colega mais jovem, Barroso participou direta e ativamente do primeiro ano de existência da AIB, sendo “recompensado” com a chefia do Departamento Nacional de Milícia, criado no I Congresso de 1934⁷¹. É interessante notar na passagem destacada (nota 63) não apenas a adequação entre a posição alcançada por Gustavo Barroso e seus interesses intelectuais de longa data⁷² – os quais, em última análise, teriam conferido-lhe uma autoridade baseada, antes, em seu conhecimento – mas, sobretudo, o fato de que a milícia integralista⁷³

⁷¹ Sobre isto, diz Marcos Chor Maio (1992): “A liderança das milícias integralistas vinha de encontro ao perfil de Barroso, a princípio pelo caráter militar da organização, que guardava íntima relação com a admiração do Chefe [Barroso] pelas armas, pela instituição da caserna. Em segundo lugar, pelo conteúdo mobilizante, um dos aspectos mais importantes que informavam a pedagogia da milícia e que se identificava com a proposta de revolução integral de Barroso (...). Por último, pela feição uniformizante dos membros que se pretendia desenvolver a partir do processo de socialização nas milícias, presenciando-se assim uma importante característica da futura sociedade” (p. 81).

⁷² Tanto é que, em 1935, Gustavo Barroso publicou *História Militar do Brasil*, algo que sempre foi uma de suas grandes paixões.

⁷³ Há pouquíssimas menções, nos estudos sobre a AIB, à milícia integralista, não sendo possível afirmar, mesmo antes de sua extinção *legal*, qual a extensão de sua organização e atuação efetivas. Robert Levine (1980) é um dos poucos autores a mencioná-la: “A milícia armada da AIB era o que o povo mais temia. Segundo os estatutos da AIB, cada célula tinha seu próprio depósito de armas pesadas e leves, e inventários regulares eram feitos e submetidos aos centros regionais e nacional da AIB. Plínio aboliu formalmente a milícia quando o governo promulgou a Lei de Segurança Nacional de abril de 1935 (...), mas criou em seu lugar uma Secretaria de Educação Moral e Física, também sob a orientação de Gustavo Barroso, o que vinha a dar na mesma coisa. Seus regimentos treinavam em lugares públicos ou, quando isso era proibido pelas autoridades locais, nos clubes integralistas (...). todavia, a milícia nunca foi uma força verdadeiramente nacional. Só o problema da coordenação implicava uma organização impossível de formar nos poucos anos que durou a AIB” (p. 143). Em

serviria como um microcosmo daquilo que um dia poderia ser a sociedade sob o signo do Integralismo; uma espécie de tubo de ensaio onde as ideias de Barroso seriam testadas sobre um as pessoas, refletindo, em uma escala menor, o que se projetava para o país.

Tal qual ocorrido com Miguel Reale, com a reestruturação da AIB, Gustavo Barroso não permaneceu na liderança do sucedâneo do Departamento de Milícia, a Secretaria Nacional de Educação Moral e Física, passando, igualmente, a ocupar um lugar no Conselho Supremo. A razão para tal perda de posição, provavelmente, tem origem em desacordos de natureza intelectual (o ferrenho antisemitismo de Barroso) e numa disputa de poder dentro do movimento.

Barroso continuou no movimento integralista, mantendo suas funções, como a realização de conferências e a continuidade de sua produção intelectual escrita, em livros e nos periódicos integralistas. Traço que vale ser destacado sobre sua atividade, e que não deixa de remeter à disputa com Plínio Salgado, foi sua atuação na revista *Fon-Fon*. Revista ilustrada fundada em 1907 no Rio de Janeiro, na década de 1930 teve como diretor e redator-chefe dois integralistas: Sérgio Silva e Gustavo Barroso, respectivamente (BULHÕES, 2007, p. 117). Embora a *Fon-Fon* não houvesse virado mais um ramo da rede de bens culturais, isto não impediu que em suas páginas fossem noticiados eventos ligados à AIB, e principalmente aqueles onde Gustavo Barroso estava presente, aparecendo, inclusive, em fotografias, algumas em destaque⁷⁴. Tatiana Bulhões (op. cit.) argumenta, com razão, ser “possível que Barroso tenha utilizado a revista para divulgar o movimento e, principalmente, reforçar sua importância e as realizações que concretizou no interior dele” (p. 119). Avançando um pouco mais na análise, e levando-se em consideração a disputa no interior do movimento, parece válido considerar nesta prática de Gustavo Barroso uma tentativa de, aproveitando-se da posição independente da revista em relação à estrutura da AIB (no máximo, estaria em uma situação limítrofe, mantendo contato com a rede, mas não sob controle daquela), burlar o controle exercido sobre as publicações integralistas, porém valendo-se de certa cumplicidade entre elas – o jornal *A Offensiva* publicava anúncios sobre a *Fon-Fon*. Fora do campo de

uma nota (42, p. 153), Levine cita um inventário do armamento, datado de 1936, da Província da Guanabara, o qual listava “8 carabinas grandes, 15 fuzis, 3 pistolas, 3 granadas e 1500 cartuchos”. Além disto, Luiz Henrique Sombra e Luiz Felipe H. Guerra (1998) apresentam fotografias de apreensões de armamento em núcleos integralistas do Rio de Janeiro, indo ao encontro do exposto por Levine, no entanto, não há informações sobre outros núcleos no país no que diz respeito à posse de armas e nem mesmo acerca da atuação da própria milícia, embora nas localidades onde o Integralismo era constantemente perseguido, como na Bahia, pode-se imaginar que ela teve alguma atuação efetiva.

⁷⁴ Em 02/09/1933, a revista publicou uma foto de corpo inteiro de Gustavo Barroso, com o uniforme integralista e fazendo a saudação “Anauê”. Sobre sua imagem, escreveu-se: “O Integralismo em marcha. Gustavo Barroso ‘leader’ integralista”.

atuação da AIB, Gustavo Barroso era capaz de trazer para si parte da atenção concedida ao movimento ao mesmo tempo em que contribuía para sua divulgação, mas de modo a não ser ofuscado pela presença de Plínio Salgado, modificando, assim, ainda que pouco, o equilíbrio de poder entre eles, passando a ganhar um capital simbólico maior. Além do mais, isto ainda concorria para que, publicamente, a figura de Barroso apresentasse alguma autonomia, sendo ele tão importante para a AIB quanto o próprio Chefe Nacional.

Independente dos usos “pessoais”, de Gustavo Barroso, da revista *Fon-Fon*, o que convém destacar, neste caso particular, é sua atuação direta *fora* do ambiente integralista⁷⁵, mas seguindo a lógica do uso da imprensa, da palavra escrita, como se tornou regra em relação ao Integralismo. Ao fim e ao cabo, sua maior contribuição para a rede de bens culturais foi na forma de livros, com obras nas quais intensos exercícios de erudição, que faziam da História, por vezes, *historia magistra vitae*⁷⁶, mesclavam-se às ideias integralistas e ao mais antissemitismo, transformado no substrato de boa parte do integralismo pensado e proposto por Barroso de modo a tornar-se uma verdadeira “chave da história” (ARENDDT, 1989, p. 29).

Já tendo tratado em pormenores da trajetória de Plínio Salgado (Capítulo 2), limitar-me-ei a fazer um comentário mais geral com vistas a concluir estas considerações sobre a elite intelectual.

A produção intelectual de Salgado não teve o caráter sistemático ou mesmo um alvo bem definido de reflexões como foi com Miguel Reale, estando seu pensamento disperso em vários textos, alguns remontando ao período anterior à fundação da AIB (ARAÚJO, 1987, p. 27). Com exceção de alguns livros, como *Psicologia da Revolução* e *O que é Integralismo*, trabalhos fechados com o intuito de apresentar as linhas mestras do Integralismo, vários outros são formados por textos cujo conteúdo é bastante distinto entre si, como é o caso de *O sofrimento universal*, que apresenta artigos publicados em 1931 ou são obras que encerram momentos de reflexão sobre o momento presente; ou então exortam os militantes de modo bastante efusivo, em particular *Cartas aos camisas-verdes*. O caráter variado da produção aproxima-se, assim, daquela de Gustavo Barroso, mas desprovida da erudição e menos carregada do ranço antissemita, apresentando, antes, um aspecto por vezes panfletário no qual

⁷⁵ Neste mesmo período, Gustavo Barroso dava aula no Curso de Museus do MHN. Infelizmente não se sabe se ele levou o Integralismo para suas aulas, sendo algo que mereceria ser pesquisado.

⁷⁶ História mestra da vida. De acordo com Koselleck (2006): “A expressão pertence ao contexto da oratória; a diferença é que, nesse caso, o orador é capaz de emprestar um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência” (p. 43).

Salgado coloca em prática uma “retórica de manifesto”⁷⁷ à serviço do tom quase profético de seus textos mais inflamados. E diferentemente de seus outros dois companheiros, Salgado ainda lançou dois romances neste período integralista⁷⁸; e no tocante à imprensa, seus textos também se faziam presentes em várias publicações. Pesa, sem dúvida, a seu favor, o fato de ter criado o Integralismo, pelo menos no que diz respeito aos seus princípios mais fundamentais e gerais (a recusa da liberal-democracia e do comunismo; a defesa de um estado forte e centralizado, da família e de uma grande mobilização social; a presença de ideais espiritualistas e de uma transformação moral das pessoas; o nacionalismo) e de possuir uma biografia onde as atividades intelectuais confundiam-se com a atuação política, o que demonstraria sua iniciativa na mobilização das pessoas e pretensões de intervir diretamente na sociedade. Desta maneira, Plínio Salgado encerrava tanto a imagem do portador de novos valores quanto da liderança revolucionária.

Além de sua atividade eminentemente intelectual, criativa, a qual contava com uma regularidade que lhe permitia produzir seus textos, Salgado também cuidou de um empreendimento como o jornal *A Offensiva*, do qual, em um primeiro momento, foi diretor e, depois, orientador. Sob estes aspectos (sua produção intelectual e atividades), Plínio Salgado foi um intelectual tão comprometido com o movimento integralista quanto seus companheiros Miguel Reale e Gustavo Barroso, formando com eles sua “elite intelectual” – a princípio ele poderia ter abandonado, ou diminuído, a produção de bens simbólicos, legando-a aqueles dois autores ou a outros militantes, porém não o fez – e a principal instância eminentemente produtora de bens simbólicos.

A intelectualidade integralista não se limitava, entretanto, a estes três intelectuais, sendo composto por um numeroso contingente marcado, sobretudo, pela heterogeneidade o qual chamarei de “quadro intelectual”. Enquanto Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso foram as principais referências para o movimento em nível nacional tanto no que dizia respeito à sua produção, mas também à sua liderança (mesmo depois da perda, por parte dos dois últimos, dos cargos de chefia), o mesmo não acontecia com os membros deste quadro. A influência destes dificilmente ultrapassava os limites estaduais ou locais, embora seus nomes fossem conhecidos pelo seu grande engajamento e atuação (como foi o caso, por exemplo, de Olbiano de Melo ou Hélder Câmara). Contudo, esta fração da intelectualidade

⁷⁷ Devo a Ricardo Benzaquen de Araújo esta expressão para caracterizar a escrita de Plínio Salgado.

⁷⁸ Foram *O Cavaleiro de Itararé* (1933) e *A Voz do Oeste* (1934).

teve atuação decisiva na diversificação dos bens simbólicos e divulgação do Integralismo⁷⁹. Seria, pois, impossível, considerar que as ideias de Plínio Salgado – ou de Gustavo Barroso ou de Miguel Reale – possuísem total primazia nas realizações da AIB de modo que olhar para movimento, em suas mais variadas manifestações, acarretaria na realização, no seio da sociedade brasileira, *ipsis litteris* daquelas; e assim como não é correto considerá-las como meras peças de retórica que apenas mascaravam interesses materiais imediatos, também não se pode hipostasiar a força de sua influência. Existiu, aí, um espaço de intermediação no qual determinados agentes, os quais conheciam em maior ou menor grau, com maior ou menor profundidade, as ideias integralistas, atuaram de modo a viabilizar a própria existência e o desenvolvimento do movimento. Ora, se pensarmos que a expansão do Integralismo e o fato da AIB ter sido capaz de fazer-se presente em todo o país estiveram relacionados à penetração de seus ideais e a consequente fundação de núcleos em nível *local* (em uma cidade), então é preciso reconhecer o papel desempenhado por aquelas pessoas que assumiram para si tal tarefa – e a isto deve-se agregar as atividades contínuas dos militantes, sua regularidade capaz de reproduzir e manter o funcionamento do núcleo.

O principal problema que se enfrenta ao tentar analisar esta parcela do quadro intelectual de um ponto de vista global advém de seu tamanho e complexidade, afinal, trata-se de um contingente bastante numeroso agindo de modos distintos, e considerá-los homogeneamente incorreria em uma simplificação demasiada de um dos principais traços do movimento integralista⁸⁰. A fim de contornar tais obstáculos e demonstrar como se dava a atuação destes intelectuais, utilizarei os exemplos de alguns de seus principais representantes. Começo por dois autores presentes na Bibliografia Integralista os quais foram bastante ativos no movimento, mesmo com trajetórias distintas: Olbiano de Melo e Custódio de Viveiros⁸¹.

⁷⁹ Ricardo Benzaquem de Araújo (1987) em seu trabalho sobre o pensamento de Plínio Salgado escreveu: “gostaria de deixar bem claro que me parece completamente impossível a compreensão da atividade propriamente política deste movimento se a concebermos apenas como uma decorrência das premissas doutrinárias formuladas por Plínio. Isto ocorre, como demonstram algumas análises mais “substantivas” realizadas sobre a AIB, porque a sua liderança parece ter tido, desde o começo, extrema sensibilidade em detectar as grandes dificuldades que adviriam da tentativa de se aplicar diretamente, sem mediações, os postulados ideológicos de Plínio à cena pública brasileira” (p. 107).

⁸⁰ Relembro que, a despeito de seu caráter heterogêneo, era comum a seus integrantes a atuação em favor da circulação e reprodução das ideias desenvolvidas por aqueles principais intelectuais e, em alguns casos, a diversificação dos bens simbólicos.

⁸¹ Ambos passaram a compor a Câmara dos Quarenta, um dos principais órgãos da estrutura organizacional da AIB: “A Câmara dos Quarenta criada pelo Chefe Nacional, em resolução nº 165 de 16 de Junho de 1936, constitui-se de quarenta membros escolhidos entre os integralistas de grande responsabilidade social, intelectual, técnica, com relevantes serviços prestados ao movimento, e integridade moral” (EncI, X, p. 17. Para todo o seu regulamento: p. 17- 25).

A importância de Olbiano de Melo para a AIB é anterior mesmo à sua fundação, pois seu contato com Plínio Salgado data do princípio de 1932, quando a Sociedade de Estudos Políticos e o jornal *A Razão* ainda existiam e eram o principal *locus* de atuação do futuro Chefe Nacional. Seu primeiro livro de cunho integralista foi *Concepção do Estado Integralista*, mas suas duas publicações anteriores (*Comunismo ou Fascismo* e *República Sindicalista do Brasil*⁸²) foram prontamente incorporadas e mantiveram-se presentes na Bibliografia; e em 1936 publicou *Razões do Integralismo*, onde desenvolveu, semelhante a Gustavo Barroso e, sobretudo Plínio Salgado com seu *A Quarta Humanidade*, uma “filosofia da história” na qual a vitória do movimento integralista marcava o fim de uma História até então cíclica, abrindo espaço para um novo momento da humanidade⁸³ – sublinho este fato para indicar a circularidade das ideias integralistas. Melo também contribuiu diversas vezes para os periódicos integralistas, como a revista *Anauê!*, onde chegou a publicar, inclusive, alguns contos, e o jornal *A Offensiva*, e também realizou conferências, como as ocorridas no início de 1935, na cidade de Belo Horizonte, já como Chefe Provincial de Minas Gerais, posição que manteve até o fim da AIB junto de seu assento na Câmara dos Quarenta. Em uma delas, teria discorrido sobre dos seguintes temas:

1. Espiritualismo e Materialismo, 2. O movimento integralista em face das diversas religiões, 3. Não somos um partido político, 4. O sentido de nossa marcha (econômico, intelectual e moral), 5. O homem integral, a sociedade integral, a nação integral, 6. Nossa luta, 7. A grande marcha verde (SILVA, 2010, p.125).

Infelizmente não há registros sobre o conteúdo exato desta conferência, no entanto, o conhecimento de seus tópicos permite que se capte uma ideia, mesmo que vaga, daquilo tratado por Olbiano de Melo: de um lado, teria ele exposto um amplo panorama sobre o movimento (temas 3 a 7); do outro, apresentado aspectos do próprio Integralismo (temas 1 e 2). Neste caso, ressalta-se o fato do conferencista ter pago tributo à obra de Plínio Salgado no primeiro ponto abordado, trazendo à tona elementos centrais do pensamento integralista do Chefe Nacional. E consonante a tal abordagem, a ulterior preocupação em explanar sobre suas eventuais implicações em um debate sobre Integralismo e religião, possivelmente diante da aproximação que se processava, em Belo Horizonte, entre ele e o catolicismo. Diz Leandro Ratton Pires da Silva (op. cit.), “Mesmo havendo reservas a certos elementos de sua doutrina, o integralismo causou repercussão entre o laicato e o clero católico da cidade, mobilizando

⁸² Em 1932 Olbiano de Melo lançou um terceiro livro chamado *Levanta-te, Brasil!* o qual não figura, sem nenhum motivo aparente, na Bibliografia Integralista.

⁸³ Como não abordarei o pensamento de Olbiano de Melo, remeto aos seguintes trabalhos que fazem uma exposição do mesmo: ARAÚJO, 1991 e RAMOS, 2008 (Capítulo 6).

uma quantidade expressiva de adeptos e simpatizantes na capital mineira” (p. 134-135). Pode-se inferir que a seleção daqueles dois primeiros temas não só esteve pautada pela sua relevância no interior do pensamento integralista, mas também por ir ao encontro dos anseios cognitivos do público, pelo menos da parcela identificada diretamente com o catolicismo (o clero e o laicato). Tratava-se, assim, de levar-lhes ideias e princípios integralistas, porém mediados, traduzidos na forma de questões “práticas” – daí os assuntos subsequentes: não confundir a AIB com um partido político (tema 3), quais seriam seus objetivos (tema 4) ou a possível indicação de seus feitos (tema 7).

As atividades de Custódio de Viveiros dentro do movimento integralista foram semelhantes às de Olbiano de Melo, embora sua trajetória tenha sido, como mencionado, bastante distinta: Viveiros residia no Rio de Janeiro e trabalhava no Ministério do Trabalho⁸⁴. Também era escritor, tendo publicado alguns romances e um livro de “caráter sociológico”, *As investidas do capital ante a investida do trabalho*, e teria escrito peças de teatro. Além disto, contribuía de modo regular para o jornal *Correio da Manhã*, onde tratava de assuntos ligados ao trabalho e à política. Sua adesão ao Integralismo parece ter ocorrido em fins de 1934 a julgar pelo conteúdo de suas colunas naquele jornal carioca, onde narrou desde seu primeiro contato com os integralistas até seu encontro pessoal com Plínio Salgado. Sua produção integralista é composta por três livros, *Camisas-Verdes*, *Os inimigos do Sigma* e *O sonho do filósofo integralista* – este último um romance, sendo, além de Plínio Salgado, o único militante a escrever um, com a diferença de que foi claramente apologético ao Integralismo – e uma série de artigos publicados no jornal *A Offensiva*.

Seguindo a prática bastante comum entre os integrantes da intelectualidade da AIB, transformou suas conferências e artigos em livro, neste caso, *Camisas-Verdes* (1935). Mas os artigos aí presentes foram publicados quase todos em jornais não-integralistas, como na *Gazeta do Trabalho* e, com maior profusão, no já citado *Correio da Manhã*, com considerável regularidade (entre outubro de 1934 a janeiro de 1935 foram, ao todo, 14 textos). Se não tratavam diretamente da AIB, abordavam assuntos que, de algum modo, tangenciavam aspectos do pensamento integralista. Ao que tudo indica, a iniciativa de tratar diretamente da AIB e do Integralismo nas páginas destes jornais partiu do próprio Custódio de Viveiros, o que pode ser auferido através das informações expostas pelo autor e sua primeira “aparição” em um jornal integralista de peso, como *A Offensiva*: Viveiros conheceu pessoalmente Plínio Salgado em sete de dezembro de 1934, já tendo, inclusive, feito uma conferência em um

⁸⁴ Informações sobre sua biografia foram obtidas em jornais da época e em seus livros.

núcleo integralista (de Ipanema). No dia 27 do mesmo mês, surgiu seu primeiro texto em *A Offensiva*; e nos dois anos seguintes, publicou seus três livros. Referiu-se assim ao seu encontro com o Chefe: “Na residência de nosso companheiro Madeira de Freitas, Plínio Salgado recomendou-me a missão de propagar, o mais que pudesse, em conferências e artigos, a doutrina integralista. Sou soldado e obedeço” (1935, p. 88). Tudo leva a crer que as atividades desempenhadas por Viveiros no âmbito do Integralismo foram reconhecidas por Plínio Salgado, e isto teve um impacto positivo em sua produção (o aumento de sua energia emocional diante de um ritual de interação bem sucedido), de modo que obteve um espaço no principal jornal do movimento e ascendeu dentro da AIB, passando a formar os quadros do Departamento Nacional de Propaganda – em um texto publicado no primeiro número da revista *Anauê!*, para a qual contribuiu outras vezes, Custódio de Viveiros é apresentado como Chefe do Departamento da Imprensa, SNP (Secretaria Nacional de Propaganda)⁸⁵ – e a partir de 1936, da Câmara dos Quarenta.

Sua atuação é bastante representativa daquilo comumente feito pelos membros do quadro intelectual em vista da relação muito próxima que se estabelecia entre produção intelectual (publicação de livros e de artigos em periódicos com um alcance maior) e posição na hierarquia da AIB: fazer circular e reproduzir as principais ideias integralistas, transmitindo-as diretamente aos militantes da base. Neste caso, Custódio de Viveiros aproximou-se, como Olbiano de Melo, de Plínio Salgado, pagando tributo à sua obra (o que certamente contribuiu, também, para sua presença nos quadros da AIB): em artigo de dezembro de 1934, no *Correio da Manhã*, e conferência no núcleo integralista de Niterói, em janeiro de 1935, Viveiros tratou do livro *A Quarta Humanidade*; e em pequeno texto publicado na *Anauê!* de outubro de 1935, falou sobre *Despertemos a Nação*: “Eu vos recomendo, Camisas Verdes, a obra – *Despertemos a Nação!* Peço-vos que mediteis sobre tudo que ali se encontra, porque considero esse livro a maior expressão espiritual de Plínio Salgado” (p. 18).

Outros dois intelectuais que também ilustram a heterogeneidade da intelectualidade da AIB em sua atuação no movimento foram Luis da Câmara Cascudo e Hélio Vianna. Este também figurou na *Bibliografia Integralista*, mas diferentemente de Olbiano de Melo e

⁸⁵ Em artigo sobre a *Anauê!*, Rodolfo Fiorucci (2011) escreve que, em seu primeiro número, lê-se a seguinte declaração de Custódio de Viveiros logo na primeira página: “Tendo examinado os originaes da materia a ser publicada no primeiro numero da revista ‘Anauê!’, e nada achando em desacordo com a doutrina integralista, autorizo sua publicação”. Tatiana Silva Bulhões (2007, p. 33) também menciona este texto. No entanto, consultando o mesmo número, não encontrei tal declaração. É possível que tenha sido, então, escrita à mão, embora nenhum dos autores deixe isto explícito.

Custódio de Viveiros, foi somente com um título, *Formação Brasileira*, um livro de História. Contudo, uma de suas maiores contribuições para o movimento integralista foi ter sido o responsável pelos cursos de história ministrados no núcleo do Distrito Federal, tanto é que o jornal *A Offensiva* publicou, regularmente, ao longo de 16 números, o curso *História política e social do Brasil*, que era parte do “Curso de instrução integralista do Departamento Provincial de Estudos do DF”⁸⁶. Além disto, contribuiu para as revistas *Panorama* e *Anauê!*, destacando-se aí o fato de que Vianna pouco falou sobre o Integralismo, mas a influência deste se faz sentir ao longo de seus textos históricos e mesmo suas avaliações de livros: em artigo publicado na *Panorama*, “Bases históricas da unidade nacional”, Vianna discorre sobre uma tendência “tão fortemente característica de toda a História do Brasil, que é a nossa ‘vontade de formar uma nação’” (VIANNA, 1958 [1936], p. 63). Afirmando esta “tendência” inerente ao processo histórico brasileiro, o autor busca localizá-la em vários momentos da história nacional, localizando, já na Colônia, um “espírito nacional que não precisa de formais consagrações políticas para ir se evidenciando, agindo em sentido construtor e definitivo” (Ibid., p. 63)⁸⁷. Vianna prossegue, afirmando, então, que a unidade nacional ficou assegurada com a Constituição de 1824, mas com a República, com seu federalismo, ela ficou ameaçada, sendo o período de 1889-1930 “fértil em indícios de fermentações separatistas” (VIANNA, 1958 [1936], p. 68), sendo isto contornado com a revolução de 1930, mas a Constituição de 1934 seria nova ameaça. O autor conclui seu trabalho da seguinte maneira:

O princípio unitário está novamente sofrendo os mais efeitos do regime, tenazmente se refazendo a dispersão estadualista que é tão inconveniente aos interesses nacional. (...) Mas contra isto, contra essa situação de progressivo ataque à unidade nacional, é que justamente se levantou o Integralismo, única força capaz de restaurar, em toda a sua plenitude, o patriotismo no Brasil (p. 68-69).

A avaliação do panorama histórico traçado por Hélio Vianna é inteiramente feita à luz das ideias integralistas (elogio à centralização política, a existência de um sentimento nacional desde a Colônia, a crítica à Primeira República e seu federalismo) e culmina, claro, na AIB, vista como parte do processo histórico brasileiro, quase uma exigência do mesmo a fim de garantir a conquista sobre algo tão almejado e que se acha inscrito na própria índole dos habitantes do Brasil. Por fim, Vianna, ao comentar a segunda edição de *Casa-Grande &*

⁸⁶ Este Curso foi dado em 1934 e visava a “preparação das elites integralistas”. Além da História Social e Política do Brasil havia as seguintes cadeiras: Direito Corporativo (San Tiago Dantas); Introdução à Sociologia Geral (Thiers Martins Moreira); História Militar do Brasil (Gustavo Barroso); e História das Doutrinas Econômicas (Antonio Gallotti) – com exceção de Barroso, todos foram membros do CAJU. Os regulamentos completos bem como o programa de cada curso podem ser vistos em: EncI, IX, p. 149-159.

⁸⁷ Aliás, isto aproxima-se de uma afirmação de Plínio Salgado em *Psicologia da Revolução*, de 1933: “O Brasil só fora realmente brasileiro, realmente nacionalista, dentro da Colônia” (1933, p. 116).

Senzala, censura-o por “Persistirem (...) certos senões bastante graves, como o referente à desconsideração quase absoluta dos fatores espirituais influentes nos nossos formadores étnicos” (*Panorama*, Junho de 1936, p. 54). Ora, o espiritualismo do Integralismo acabava por chocar-se com a abordagem culturalista empregada por Gilberto Freyre.

Luís da Câmara Cascudo⁸⁸ foi um dos principais nomes da intelectualidade integralista e participou ativamente do movimento no Rio Grande do Norte, tendo, inclusive, assumido a chefia provincial entre os anos de 1934 e 1936. Sua adesão ou interesse pelo Integralismo parece remeter a meados de 1933, momento em que entrou em contato, por carta, com Mario de Andrade, solicitando-lhe o endereço de Plínio Salgado, pois o “perdi e preciso escrever ao homem. Não esqueça, mano, desse pedido e mande logo que possa. Quanto mais rápido melhor” (CASCUDO *apud* TORQUATO, 2008, p. 23). São deste mesmo período seu conhecimento do movimento por meio de seu amigo Otto de Brito Guerra e a filiação de Gustavo Barroso à AIB, com quem mantinha laços de amizade⁸⁹ e partilhava do mesmo interesse intelectual, o folclore brasileiro. Dentre outros motivos, sentiu-se atraído por um movimento que valorizava a figura do intelectual e defendia sua participação ativa e direta nos problemas do país. Convicto de sua escolha e da identificação com os valores apregoados pelo movimento, assumiu a liderança do Núcleo de Rio Grande do Norte, em Natal, ainda em julho de 1933, quando declarou ser “miliciano convicto, considero os partidos políticos meras fórmulas desacreditadas e incapazes de uma renovação social” (Ibid., p. 28).

Deste modo, não só manteve intensa atividade no núcleo de sua cidade como contribuiu para os principais periódicos do movimento, atuando, como não poderia deixar de ser, em duas frentes: a política e a cultural. As principais revistas do movimento, *Anauê!* e *Panorama*, e o jornal *A Offensiva* – todos de circulação nacional – publicaram seus artigos sobre folclore e seus comentários sobre a política nacional e internacional. Neste jornal, por exemplo, é possível encontrar artigos como “Música sertaneja”, “Modinhas e modinheiros em Natal” ou “Violência bolchevista” e “A educação na URSS”. Decerto que a escolha destes temas para figurarem nas publicações integralistas não era fortuita, pois seus ataques ao comunismo refletiam seu posicionamento nas contendas políticas e ideológicas do momento, e através de sua pesquisa sobre folclore, buscava resgatar aquilo que havia de eminentemente nacional, resguardado a cultura brasileira dos males dos “internacionalismos” ou

⁸⁸ Há poucas pesquisas sobre a trajetória integralista de Luís da Câmara Cascudo, de modo que os dados aqui expostos remetem, invariavelmente, as seguintes pesquisas: TORQUATO, 2008 e RAMOS, s/d. Embora não muito extensas, possuem informações e análises valiosas sobre este momento “esquecido” da biografia Cascudo.

⁸⁹ Os livros de Gustavo Barroso que faziam parte da biblioteca de Cascudo apresentavam dedicatórias onde aquele referia-se ao amigo como “Cascudinho” e assinava “do velho amigo Gustavo”. Cf. RAMOS, s/d.

“cosmopolitismos” dissolventes da nação. Mesmo mantendo-se como uma liderança de âmbito local, Cascudo foi um dos principais nomes da intelectualidade integralistas, contribuindo para alguns dos principais componentes da rede de bens culturais da AIB.

Para concluir, gostaria de citar um trecho da conferência de Custódio de Viveiros (1935) sobre o livro *A Quarta Humanidade*, de Plínio Salgado, onde ficam patentes os papéis exercidos pela intelectualidade da AIB em suas diferentes formas:

Não poderíamos, ao falar dessa humanidade escolhida, restringimo-nos a dialética profunda do Mestre, que nos deu, na síntese candente de seus argumentos, a essência nobre dos fatos. *Nosso papel, como apóstolo, é o de divulgar o sentido das parábolas do Evangelho Integralista, explicando o pensamento sintético do Mestre pelas formas simples de raciocínio popular; aduzindo os exemplos que a nossa fraqueza mental julgou indispensável ao maior esclarecimento da doutrina (...). E o melhor meio de orientar é fugir as regras sintéticas para encaminhar os espíritos através dos casos concretos, bem claros e precisos, de modo que a mentalidade do público não necessite raciocinar para assimilar (p. 10 [grifo meu]).*

Observa-se, acerca da intelectualidade integralista, a criação e consolidação de um grupo bastante ativo que foi, ao mesmo tempo, causa e efeito do desenvolvimento da própria rede de bens culturais. Isto é, parte dele surgiu paralelamente ao desenvolvimento desta. Os militantes locais formaram os quadros necessários para “alimentar” os jornais e revistas da forma que lhes era possível. A mobilização e atividade almejadas traduziam-se, assim, em ações que extrapolavam o uso da camisa-verde, o trabalho no núcleo ou à presença nos desfiles. Contribuíam-se diretamente para a construção e manutenção da rede.

Por fim, o caráter muitas vezes pedagógico com o qual este “quadro intelectual” revestia suas atividades – ensinando o Integralismo, doutrinando a população em seus princípios mais básicos, disseminando seus valores – relacionava-se, por fim, à própria legitimação daquele perante os militantes (e o restante da sociedade brasileira). Servindo como mediadores, tanto na simples veiculação quanto complementando as ideias da “elite intelectual”, os componentes deste quadro atuavam de modo a conservar o público constantemente orientado e informado. Tratava-se, assim, de estabelecer e garantir a continuidade da transmissão dos princípios e valores integralistas, mantendo o movimento simbolicamente unido, o que implicava, por conseguinte, em deixar os militantes a par do que ocorria com a AIB – quais eram suas realizações, os problemas que enfrentava, suas resoluções e atividades, mudanças em sua organização, etc. E no interior desta prática, ocupava-se este quadro intelectual em delimitar o que estava ou não de acordo com o Integralismo, além de apresentar-se como uma linha de defesa diante de eventuais ataques a suas ideias.

3.4 O Integralismo e seu “núcleo axiológico”

Finalmente, para concluir este quadro panorâmico da rede de bens culturais forjada pelo movimento integralista, resta-me tecer algumas considerações sobre sua dimensão estritamente simbólica, isto é, se nos tópicos anteriores privilegiei o aspecto “material” desta rede, agora volto-me, mais detidamente, para aquilo que era ali expressado e servia-lhe de orientação: as ideias, os valores e aspirações integralistas. Pretendo, assim, seguindo o mesmo tipo de abordagem utilizado ao longo do capítulo, apresentar e analisar algumas das ideias mais caras ao Integralismo. Meu objetivo é buscar, no vasto *corpus* textual produzido os principais o “núcleo axiológico” que informava o movimento; tenciono sublinhar as principais ideias expressas nos produtos culturais ligados à AIB. Não é minha intenção fornecer um quadro pormenorizado capaz de abarcar todo o Integralismo, cuja heterogeneidade pode ser conferida nos vários trabalhos dedicados ao pensamento de seus principais intelectuais⁹⁰, mas sim analisar o que havia de comum, de fundamental no Integralismo, no movimento; o que pode ser verificado de maneira mais generalizada. Hélio Trindade (1979) fez um “estudo global da ideologia integralista” onde privilegiou, dentre outros níveis analíticos⁹¹, aqueles nos quais “situam-se os fundamentos doutrinários da ideologia integralista a partir de uma concepção do homem, da sociedade e da história” e onde residem “as características da organização social e política do Estado integral” (p. 199). Inevitavelmente retornarei a alguns casos arrolados por Trindade, mas também abordarei outros que passaram despercebidos por este autor ou foram tratados de outra maneira.

Meu ponto de partida será uma das conclusões a qual cheguei em minha pesquisa sobre o pensamento de Plínio Salgado e Miguel Reale (RAMOS, 2008) onde comparei os integralismos destes dois intelectuais. A partir da seleção de alguns elementos e questões presentes nas obras integralistas de ambos, observei que suas ideias distanciavam-se ao ponto de tornarem-se quase antagônicas. No entanto, ambas as formulações conviveram no interior do Integralismo e exerceram influência sobre outros integrantes da intelectualidade da AIB. Tomando, então, como exemplo desta influência o caso de um terceiro intelectual, Olbiano de Melo, cheguei àquilo que denominei de “limites do Integralismo” (Ibid, p.215-220), que consistiria na existência de “limites intelectuais” às ideias integralistas, sendo que estes eram dados pelas formulações de Plínio Salgado e Miguel Reale. Ou seja, no que pesassem as diferenças entre os dois autores, outros intelectuais mantinham-se mais próximos de um ou de

⁹⁰ Ver: Capítulo 1, tópico 1.1.

⁹¹ Os outros são referentes aos “inimigos a combater”, “a posição dos teóricos integralistas face ao fascismo europeu” e “a análise das atitudes ideológicas dos militantes” (Cf. TRINDADE, 1979, p. 199-179).

outro (ou no meio), mas não iam além das ideias apresentadas por aqueles⁹². Este foi o caso de Olbiano de Melo: seu pensamento retirava elementos dos integralismos de Salgado e Reale e ora aproximava-se mais de um, ora, do outro. Dos principais elementos a compor tais limites⁹³, acredito que dois sejam os principais para compreender, apesar de suas diferenças, as ideias mais disseminadas pela rede de bens culturais: a *revolução do espírito* (Plínio Salgado) e o *Estado Integral* (Miguel Reale). Operando, também, como verdadeiras aspirações da militância, o antagonismo que possuíam em suas funções (de acordo com cada um destes autores) acabou por fazê-las se complementarem. Iniciarei, assim, por estes elementos e depois passarei a outros (cada qual com seus desenvolvimentos), a saber: o espiritualismo, o nacionalismo e a autoridade.

Um dos maiores objetivos da AIB era implementar o *Estado Integral*. Sua constituição marcaria a apoteose do movimento, sua grande conquista, a realização de uma das principais aspirações da militância que não se furtava a anunciar seu advento, o qual demarcaria o sucesso e vitória do projeto integralista. Foi Miguel Reale quem abraçou a tarefa de defini-lo, fornecendo suas bases e papéis a serem desempenhados na sociedade⁹⁴. Diante de uma “realidade nacional” marcada majoritariamente por fatores negativos, onde se destacavam a fragmentação do país (próxima de um “feudalismo rural”), a incapacidade das elites em projetar um futuro diferente (antes, ocupavam-se apenas em reproduzir uma ordem desgastada e fadada ao fracasso) e a apatia de um povo relaxado e indiferente aos problemas do Brasil, Reale vislumbrava uma solução para tal cenário que, invariavelmente, passava (ou começava) por uma reforma ético-moral do país. Em outras palavras, o projeto integralista trazia consigo um compromisso com a necessária reforma ética da sociedade brasileira (MELO, 1995, p. 133). Era preciso superar o “atraso atávico” que grassava pelo país, pela mudança de suas elites, por um lado, e pela emancipação do povo, por outro. No primeiro caso, tratava-se do engajamento e liderança das elites *intelectuais* comprometidas com o progresso da nação; no segundo, da imperiosa emancipação do povo mediante o trabalho e a educação, sem os quais

⁹² Uma exceção seria o antissemitismo de Gustavo Barroso, bem mais explícito e que teve sua parcela de influência no interior da AIB. Revendo, assim, o que expus naquela pesquisa (2008, p. 220), acredito que o pensamento de Barroso tenha, sim, comportado-se como um terceiro limite do Integralismo, no entanto, ao contrário de Salgado e Reale, sua influência ficaria limitada as ideias antissemitas. Se fosse possível expressar estes limites na forma de uma imagem, acredito que ela tomaria a forma de um triângulo cuja base (representando o pensamento de Barroso) seria bem menor que os outros dois lados, de maior comprimento (representando, cada um, os pensamentos de Reale e Salgado). Sobre o antissemitismo em Barroso e em outros intelectuais da AIB: MAIO, 1992 e CYTRYNOWICZ, 1992; VIEIRA, 2012 (respectivamente).

⁹³ Foram eles: o indivíduo (e o individualismo) na sociedade, o problema da liberdade, a função do Estado e o papel da Revolução (Cf. RAMOS, op. cit., Capítulo 4).

⁹⁴ *O Estado Moderno* (1934) foi a principal obra de Miguel Reale sobre a questão do Estado.

sua indiferença e indisciplina concorreriam apenas para reproduzir sua situação de abandono e subalternidade. Diante disto, cabia ao Estado tal tarefa reformadora.

O Estado proposto por Miguel Reale, o *Estado Integral*, seria, antes de tudo, *ético*. Ou seja, ele estaria subordinado a princípios que, por um lado, o impediriam de anular os indivíduos e suas personalidades, e por outro, garanti-lo-iam agir em defesa da nação, dos interesses do país, quando estes fossem confrontados por interesses particulares que se pretendessem impor-se à sociedade⁹⁵. Neste sentido, o Estado Integral tinha como tarefa reintegrar e reconciliar o indivíduo ao “todo social”, mostrando a indissolubilidade entre ambos. Estado e indivíduo deveriam, assim, trabalhar em conjunto.

O homem, como indivíduo, é um fragmento cujo significado só se revela inteiramente ao integrar-se no Estado (...). Estado e indivíduo são simultaneamente meio e fim: o indivíduo encontra no Estado os meios de alcançar a autarquia, isto é, o desenvolvimento completo da personalidade; e o Estado, mediante os indivíduos, realiza a síntese dos valores, dos deveres comuns (REALE, 1983 [1934], p. 128).

Como centro organizador da sociedade brasileira em todas as suas dimensões (econômica, política, cultural, etc.)⁹⁶, o Estado Integral tornar-se-ia o indutor da mudança social, superando e descartando todo e qualquer elemento que de algum modo estivesse relacionado ao “atraso brasileiro”. Pela colaboração com o povo e com a atuação direta das elites intelectuais e culturais, este Estado promoveria a reforma ético-moral inculcando na sociedade uma ética do trabalho – “*O Trabalho é um dever social*” (Idem, 1983 [1935], p. 277)⁹⁷ – e uma solidariedade traduzida nos compromissos assumidos em prol do bem comum, mas também na partilha e incorporação de uma série de valores e símbolos integralistas⁹⁸ que atuariam no sentido de promover uma identificação entre toda a população brasileira, operando como elemento aglutinador e sintético da diversidade verificada no país. O Integralismo funcionaria como uma comunhão de ideias envolvendo toda a sociedade e o Estado Integral concorreria para sua realização.

⁹⁵ “O *integralismo* reconhece a *iniciativa privada*, mas, para garantir a todos uma faculdade efetiva e real, salvaguardando ao mesmo tempo o bem social, estabelece a norma e a responsabilidade do produtor perante o Estado” (REALE, 1983 [1935a], p. 273).

⁹⁶ Escreve Reale sobre a relação entre Estado Integral e economia: “O Estado integralista (...) pode agir de três modos diversos, segundo a importância e a complexidade dos fenômenos econômicos. Cumpre-lhe *estimular*, *controlar* ou *gerir diretamente* o ciclo econômico. Um caso típico de gestão direta encontra-se na organização do *crédito*, pois os Institutos bancários devem ser nacionalizados, cabendo ao Estado o controle do meio circulante para preservar a economia nacional das garras do capitalismo financeiro” (REALE, 1983 [1934], p. 146).

⁹⁷ A importância do trabalho no Integralismo pode ser vista em outro intelectual da AIB, Anor Butler Maciel, para quem “O meio apto para manter a vida é o trabalho. (...) O direito ao trabalho – meio de manter a vida – é, pois, um direito fundamental, verdadeira forma do direito à própria existência” (1936, p. 98-99).

⁹⁸ A simbologia será trabalhada no Capítulo 4. Os valores serão abordados ainda neste capítulo.

Por fim, sublinho que este Estado almejado e perseguido pelos integralistas, enquanto agente de reformas de “comportamentos” e “mentalidades”, também possuía visíveis traços modernizantes exemplificados, sobretudo, por seu incondicional apoio e defesa do processo de industrialização do Brasil. Embora o Estado Integral não fosse assumir totalmente para si as tarefas voltadas ao desenvolvimento do parque industrial nacional, era dever seu não apenas contribuir para seu incremento⁹⁹ como fiscalizar e intervir quando preciso¹⁰⁰. Deste modo, a vitória do movimento e o estabelecimento do Estado Integral significariam o ingresso do país em uma ordem marcada por um progresso industrial de bases sólidas capaz de, por um lado, garantir a modernização do país, e por outro, fornecer-lhe autonomia e independência frente a outras nações, colocando o Brasil no patamar de uma potência desenvolvida. A implementação do Estado Integral tornou-se uma das maiores pretensões e aspirações da AIB ao consistir no veículo capaz de provocar as mudanças necessárias na sociedade brasileira¹⁰¹.

Provavelmente, somente a ideia da *revolução do espírito* possa ser equiparada a do *Estado Integral* no que tange ao seu prestígio e centralidade no movimento integralista. Fiz menção a ela no princípio deste capítulo e a relacionei rede de bens culturais (tópico 3.2), pois esta seria um instrumento da primeira. Ora, o esforço de cotidianizar o Integralismo e o movimento de modo a fazê-los parte da vida dos militantes, presente nas rotinas que a compunham, apresentou-se como uma das maneiras de colocar esta revolução em andamento. Mas ao mesmo tempo, esta rede foi uma *expressão* de tal “processo revolucionário”. Em que consistia, então, a *revolução do espírito*? Retomando os argumentos apresentados no início da discussão (CHASIN, 1978; ARAÚJO, 1987; RAMOS, 2008), ela encerrava duas faces essenciais: a da *ação* e a da *transformação*. A primeira foi explorada, de forma que se evidenciou o caráter eminentemente *ativo* desta revolução. Era preciso *mobilizar* as pessoas, fazê-las *agir* no e para o movimento, pois a vitória da AIB dependia da atividade de sua militância. No caso da intelectualidade da AIB¹⁰², este imperativo de agir evidenciou-se na rede de bens culturais, na produção intelectual constante em suas mais variadas formas, na

⁹⁹ Para Reale, era função do Estado cuidar do auxílio necessário às indústrias brasileiras mais “promissoras” no que dizia respeito ao desenvolvimento das potencialidades do país e também criar escolas e faculdades técnicas que poderiam expandir e incrementar o conhecimento sobre “nossas imensas riquezas” (1983 [1937], p. 141).

¹⁰⁰ “(...) não há como negar a imprescindível necessidade de uma interferência estatal que venha a auxiliar e propulsionar as capacidades dos indivíduos e dos grupos, supervisionando e traçando uma diretriz harmonizadora” (REALE, 1983 [1937], p. 130). Novamente observa-se a ideia da necessária colaboração entre o Estado e os indivíduos.

¹⁰¹ Apresentei, aqui, apenas aquelas ideias que julgo mais importante para compreender o *Estado Integral* tanto no que diz respeito a seus objetivos precípuos como sua constituição como aspiração fundamental do movimento integralista. Para discussões mais amplas sobre ele: TRINDADE, 1979 (Capítulo 3, tópico 2); ARAÚJO, 1987; MELO, 1995; RAMOS, 2008 (Capítulo 4, tópico 4.2).

¹⁰² No Capítulo 4 falarei do restante da militância integralista.

manutenção dos periódicos, na realização das sessões de estudo. O sucesso do Integralismo só ocorreria mediante uma postura ativa, de dedicação e trabalho efetivos em seu favor.

Esta “filosofia” da ação que informava o (desejado) comportamento dos militantes tinha como base as ideias expostas em *Psicologia da Revolução* (1933), de Plínio Salgado. Resumindo um de seus principais argumentos¹⁰³, para o autor, todo o fenômeno revolucionário não seria nada além de “capítulo de uma única e grande revolução” a qual “esteve sempre presente em todas as épocas da história” (SALGADO, 1933, p. 41). Seu movimento básico seria a busca por equilíbrio, quando este fosse perdido¹⁰⁴. Contudo, este processo revolucionário só ocorreria diante da existência de um agente (“o Homem”) capaz de *intervir* no momento a fim de recuperar o equilíbrio perdido¹⁰⁵. Daí a afirmação peremptória de Salgado de que: “Revolução é acto creador do Homem, não da Humanidade”, pois ele é “autônomo e creador, capaz de interferir e modificar aspectos da Natureza e da Sociedade” (Ibid., p. 44 e 21). Em suma, para a ocorrência da revolução seria preciso um grupo seletivo de agentes que não apenas vislumbraria o ponto de ruptura do equilíbrio, como agiria a fim de recompô-lo com novas feições em vista de suas capacidades criadoras. Seriam os integralistas estes Homens, e o Integralismo, o meio pelo qual percebiam o instante para a ação.

A outra face desta revolução proposta por Plínio Salgado era sua capacidade transformadora. Não do mundo (embora fosse uma consequência da ação), mas, antes, do próprio indivíduo que passava por uma mudança de atitudes e sentimentos. As pessoas deveriam sofrer uma transformação “de dentro para fora”, uma *revolução interna*. A seguinte passagem exprime a essência deste processo revolucionário.

O primeiro acto revolucionário do integralista é assumir [uma] attitude humilde deante da Patria. Em vez de viver apontando os defeitos alheios, procurar descobrir os próprios defeitos e corrigil-os. Confiar mais no gênio da raça e na inspiração de Deus do que nos seus próprios méritos. Ferir de morte a vaidade, acceitando muitas vezes o commando de um companheiro que tem uma posição social inferior à sua. Vencer a si próprio, contrariando-se, ciliciando-se a todo o instante em coração e espírito, convencido de que num paiz onde cada qual é intransigente no seu ponto de visa pessoal, não existe possibilidade de harmonia de movimentos nem de grandeza collectiva

¹⁰³ Limito-me, aqui, a tratar das questões que estão diretamente relacionados à discussão pretendida neste tópico. Para uma exposição pormenorizada da revolução no pensamento de Plínio Salgado: CHASIN, 1978 (Capítulo 3, tópico I); ARAÚJO, 1987 (Capítulo IV); e RAMOS, 2008 (Capítulo 4, tópico 4.2).

¹⁰⁴ “Sempre que uma força venha a hypertrophiar-se em detrimento de uma oposta, rompe-se necessariamente o equilíbrio. Entre o instante do deslocamento e o da nova posição estável, medeia o período que costumamos chamar de revolução” (SALGADO, 1933, p. 31).

¹⁰⁵ “O ‘heróe’ de Carlyle, como o Super-Homem de Nietzsche, não é mais do que o interprete opportuno na hora da ruptura de um equilíbrio social preestabelecido. São necessárias situações novas para que apareçam homens novos. O agente individual, porém, é autônomo porque a ideia é autônoma. Não o podemos tomar como um filho das circunstancias, porque elle não se submete a ellas, mas *interfere nellas e as domina*” (SALGADO, 1933, p. 11 [grifo meu]).

da nacionalidade. Dominar o commodismo, a preguiça, o scepticismo, a desillusão, o cansaço, a impetuosidade, o egoísmo, o apego as glorias falazes, convencido de que ninguém tem o direito de pretender orientar uma Patria, quando não é capaz de governar a si própria. Esforçar-se, instante a instante, na aprendizagem do domínio de si mesmo, pois é neste domínio que reside a essência da autoridade pessoal de cada um. Cultivar o amor ao seu povo e a generosidade para os que se manifestam incapazes de compreender este movimento, porque a conquista de todos os brasileiros muito depende da perseverança, da paciência, da tenacidade e serenidade dos nossos doutrinadores. Despertar em si próprio as forças do sentimento nacional porque a fusão de todas as centelhas de patriotismo de cada coração formará a fogueira que incendiará o grande coração da Patria Total. Pedir a Deus a coragem e paciência, fortaleza e inspiração, energia e bondade, severidade sem alarde, bravura sem ostentação, virtude sem orgulho puritanista, humildade sem dignidade e dignidade sem egolatria (SALGADO, 1937c, p. 17-18).

A revolução do espírito apregoada pelo movimento integralista visava, assim, a personalidade do militante. Seu objetivo era transformá-la radicalmente. A vitória do Integralismo significava, antes de tudo, a vitória do indivíduo sobre si mesmo, a mudança de seu íntimo de várias maneiras, como pode ser observado por este longo trecho de Plínio Salgado. Almejava-se uma espécie de “purificação” da pessoa mediante a eliminação de seus defeitos, de suas falhas, e da aceitação de um novo comportamento, de uma nova “moralidade”¹⁰⁶.

À primeira vista, ambas as formulações (Estado Integral e revolução do espírito) não difeririam muito entre si, sobretudo no que tange à sua função de transformar os indivíduos, porém, é justamente neste ponto onde o antagonismo entre ambas mais se evidencia, porque enquanto a necessária transformação do militante requerida pela AIB é provocada por um elemento externo, no caso do Estado Integral (de fora para dentro), verificou-se o oposto no caso da revolução – é o íntimo do indivíduo que se modifica, a transformação é de dentro para fora. Contudo, a despeito de tal situação antagônica¹⁰⁷, estas duas ideias comportaram-se de

¹⁰⁶ Voltarei a tratar desta questão no Capítulo 5, pela sua íntima ligação com o carisma de Plínio Salgado.

¹⁰⁷ Esta diferença entre as formulações de Plínio Salgado e Miguel Reale pode ser expressa a partir de seus próprios argumentos em defesa da primazia ou revolução ou do Estado, respectivamente. Para Salgado, o Estado era revolucionário porque reflexo e expressão da própria revolução, isto é, era seu resultado, e por isto deve modificar-se continuamente para adequar-se às mudanças dos homens. “Um Estado definitivo é um Estado morto. A sociedade, sendo um organismo vivo, não pode ser contida num sepulcro” (SALGADO, 1933, p. 62). Diante, assim, das transformações da sociedade, o Estado deve ser equivalente as suas novas feições. Em última análise, ele é fruto das interferências individuais. Enquanto isto, para Miguel Reale, ocorre o contrário: é o Estado quem operacionaliza a revolução, ela é seu instrumento. Além disto, Reale parecia descrente em relação à capacidade transformadora da revolução do espírito: “Para que a economia volte a se subordinar à moral *não basta a reforma interior do homem, como pretendem alguns sociólogos brasileiros, tão utópicos como os liberais*. Contra a ilusão de Robespierre, que desejava leis feitas para homens bons, deve se levantar vitorioso o realismo de Machiavelli, ensinando que a lei existe porque os homens são maus ou imperfeitos” (REALE, 1983 [1934], p. 145). Mas as diferenças não terminam aqui, pois enquanto a ideia de revolução apregoada por Plínio Salgado possuía, em seu imperativo à ação, um componente mobilizador que visava uma ampla e constante participação das pessoas (Cf. ARAÚJO, 1987), em Miguel Reale a revolução guiada pelo Estado é obra das

forma harmoniosa, até mesmo complementar, no Integralismo¹⁰⁸. No que pesem suas diferenças, ambas podem ser consideradas o núcleo do pensamento integralista; foram as principais aspirações do movimento, aquilo que os militantes mais almejavam, pois enquanto o Estado Integral marcaria a vitória da AIB e sua institucionalização em todo o território nacional, a revolução do espírito indicaria a transformação individual, o despertar de uma nova consciência. Ora, se estas foram as principais ideias integralistas, compondo a base do projeto integralista de intervenção e mudança da sociedade brasileira, é preciso agora apontar os valores mais fundamentais aí inscritos. Tanto o Estado Integral quanto a revolução do espírito (mas principalmente esta) já fornecem indícios destes valores, restando enunciá-los.

O *Manifesto Integralista* trazia em seu quarto ponto aquilo que seria uma das marcas características do movimento: seu nacionalismo. Em um primeiro momento, este se traduzia por uma atitude abertamente defensiva de uma “cultura brasileira” contra a influência estrangeira, identificada como “cosmopolitismo”. No texto do Manifesto observa-se a crítica dirigida aos “estrangeirismos” que grassam pelo país, não somente alterando os costumes e o comportamento dos brasileiros (sobretudo da “burguesia”, dos habitantes das cidades), mas também os fazendo desprezar tudo que era nacional: desconheciam tanto os escritores e pensadores brasileiros como se envergonhavam “do caboclo e do negro da nossa terra” (SALGADO, 1955, p. 19). Engrandecia-se tudo o que vinha de fora enquanto recebia-se com desdém as iniciativas nacionais. Até mesmo no caso do regime político, importado e, portanto, inadequado ao Brasil, preferia-se acusar o brasileiro por seus problemas e insucesso a reconhecer a ineficiência daquele. Era, então, tarefa da AIB “afirmar o valor do Brasil e de tudo o que é útil e belo, no caráter e no costume dos brasileiros” (Ibid., p. 20). Seu objetivo era valorizar o povo, seus feitos e conquistas, sua cultura. Com o desenvolvimento do movimento, este nacionalismo passou a ganhar contornos econômicos: o país não podia ficar à mercê de nações estrangeiras, fosse mediante os empréstimos e dívidas ou pela dependência de suas indústrias. Para os integralistas, um papel subalterno no concerto das nações não era propício para um país com a grandeza do Brasil.

O Integralismo, então, trazia consigo o “amor à pátria”. O militante deveria sacrificar-se e trabalhar em seu favor enquanto se orgulharia de sua pertença a ela. Ora, qual era a intenção da AIB ao inculcar nas pessoas tais valores nacionalistas? Diante de um país de extensão continental, marcado pela existência de regiões não apenas bastante diferentes entre

elites culturais enquanto o povo fica parcialmente alijado (Cf. MELO, 1995). Uma exposição e comparação entre Estado e Revolução nestes dois autores podem ser vistas em: RAMOS, 2008, p. 164-187.

¹⁰⁸ Com isto quero dizer que não houve uma polarização entre partidários desta ou daquela ideia. Ambas faziam-se presentes no discurso e pensamento integralistas; os militantes lançavam mão tanto de uma quanto de outra.

si, mas também incomunicáveis, buscava-se forjar sentimentos de similaridade entre os habitantes desta terra, construir vínculos emocionais, criar um senso de solidariedade entre as pessoas. Em outras palavras, estabelecer no Brasil uma comunidade de sentimento ao redor de ideais, valores e uma tradição em comum; pela identificação de seus integrantes com símbolos capazes de diferenciá-los de outros grupos¹⁰⁹. A AIB planejava erigir uma *Nação*. Seguindo Max Weber (1999), se “os poderosos da comunidade política provocam a ideia do Estado”, então são aqueles em estreito contato com a “comunidade cultural”¹¹⁰, os intelectuais, os agentes “predestinados a propagar a ideia ‘nacional’” (p. 175). Foi justamente o que a intelectualidade integralista propôs-se a fazer, desde os primórdios do movimento – a diferença é que ela também tomou para si a tarefa de propagar uma “ideia do Estado”, visto que ambos deveriam estar identificados entre si¹¹¹. O despertar de sentimentos nacionalistas na população ligava-se ao esforço de fomentar práticas cívicas, como aprender a cantar o Hino, comemorar datas (o Dia da Independência) ou cultivar símbolos nacionais, como a bandeira ou os grandes “vultos brasileiros”¹¹² (os artigos dos periódicos integralistas sobre D. Pedro I e Euclides da Cunha, as homenagens rendidas a Carlos Gomes ou o curso de História do Brasil publicado em *A Offensiva* ilustram uma dimensão dos compromissos cívicos assumidos).

Pela disseminação destes símbolos e práticas identificados com uma “cultura nacional” pretendia-se inspirar, nas pessoas, valores nacionalistas capazes de erigir tal comunidade de sentimento. Mas não vinham sozinhos, pois a AIB elaborou todo um universo simbólico (Capítulo 4) dotado destas mesmas capacidades de ordem “subjéctiva” cujo sentido era provocar esta identificação e solidariedade entre toda a população brasileira¹¹³. Deste

¹⁰⁹ Remeto, aqui, à definição sucinta e precisa de Montserrat Guibernau (1996) de *nacionalismo*: “(...) um sentimento relacionado a uma pátria, uma língua, valores e tradições comuns, e também com a identificação de um grupo com símbolos (uma bandeira, uma determinada canção, peça de música ou projeto) que o definam como ‘diferente’ dos outros. A conexão com todos esses signos cria uma identidade, e o recurso a essa identidade teve, como tem ainda hoje, o poder de mobilizar as pessoas” (p. 52).

¹¹⁰ “(...) um grupo de pessoas às quais, em virtude de seu modo de ser peculiar, estão acessíveis, de modo específico, determinadas obras consideradas ‘bens culturais’” (WEBER, 1999, p. 175).

¹¹¹ “O Estado é a Nação” (SALGADO, 1933, p. 57); “O Estado que não se identifica com a Nação é um corpo estranho, que [c]ausa mal-estar ao seu organismo” (MACIEL, 1936, p. 87).

¹¹² “Recrutar as crianças deste paiz, que já contamos as centenas de milhares, ensinar-lhes *as historias gloriosas* de Osorio, de Caxias, de Tamandaré, dos episodios da guerra hollandeza, as façanhas de Henrique Dias, Camarão, André Vidal, os desbravadores das selvas (...), contar-lhes quem foi Tiradentes, quem foi Filipe dos Santos, dizer-lhes do heroismo do gaúcho, sentinela da Patria, e do nordestino, jangadeiro triumphador dos mares, e do seringueiro, immerso no martyrio do inferno verde, *cantar as grandezas da Raça, as glorias de uma Nação*, e arrastar toda essa população infantil para grandes destinos futuros (...)”. (SALGADO, 1937, p. 114-115 [grifos meus]).

¹¹³ “Unir todos os brasileiros pelo sentimento, pelas tradições, pelas ideas novas de grandeza e de força nacional, desde Cucuhy, na fronteira da Venezuela até ao Uruguay, e desde o littoral da Bahia, em 3.500 nucleos onde se cultura a Patria (...)”. (Ibid., p. 110).

modo, tal simbologia própria atuava, também, como veículo dos símbolos “nacionais”, o que contribuía ainda mais para a reprodução de ambos, gravando-os na população. Mas a partir daquilo verificado anteriormente, a busca (ou a forja) destes valores também se apoiava, por um lado, para além da esfera dos “grandes heróis”, pois se procurava a *Nação* brasileira no folclore, nas cidades, na paisagem. Nas suas singularidades residia, assim, o nacional. Por exemplo, na conclusão de seu artigo “Origens da casa brasileira”, Luiz Saia¹¹⁴ escreveu:

Na architectura civil o elemento principal de decoração é a janella, a sacada gradeada, o beiral, etc. Além disso, *essas construcções guardam muitas historias e muitas lendas que ligam a gente com o passado, com as figuras heroicas e lendárias daqueles que construíram a Nação*. E, uma solução do problema da casa brasileira, de accordo com o moderno conceito de architectura, parece que deverá conter também essa quarta “dimensão”: o elemento tradicional. (*Panorama*, nº 3, p. 38 [grifo meu]).

E por outro lado, esta valorização do que era “brasileiro” ligava-se à ênfase concedida pelos integralistas à manutenção da “unidade nacional”¹¹⁵. A “desagregação” do país causada pelo federalismo da Primeira República – alvo de duras críticas da intelectualidade da AIB¹¹⁶ – era vista como um golpe fatal no incipiente sentimento nacional que se verificara em outros momentos da história brasileira (D. Pedro II fora um exemplo de defensor e mantenedor da unidade nacional), de modo que não seria possível *despertar a Nação* enquanto sentimentos *regionais* grassassem pelo Brasil. E a despeito das reconhecidas singularidades, haveria, ainda assim, tal sentimento nacional que as perpassava e relacionava-se à unidade territorial, a partir da qual a Nação brasileira seria erigida pelo movimento. Os valores nacionalistas propagados pelo Integralismo tencionavam, assim, funcionar como uma liga capaz não apenas de manter unidas as diferentes “partes” que compunham o país, mas também identificá-las entre si pela partilha e comunhão junto aos símbolos, ideais, projetos em comum que traziam¹¹⁷. Unidade

¹¹⁴ Luiz Saia foi um dos signatários (junto de Alfredo Buzaid, Rui Arruda, Roland Corbisier, dentre outros) de um de texto dirigido “Aos estudantes paulistas” (este foi título) pela Seção dos Estudantes Integralistas de São Paulo, publicado no jornal *A Offensiva* em 31/05/1934 (Cf. EncI, V, p. 7-11).

¹¹⁵ Sua importância para o Integralismo pode ser ilustrado pelo oitavo número da revista *Panorama*, dedicado exclusivamente à discussão sobre a “unidade nacional”.

¹¹⁶ Como escreveu Alfredo Buzaid: “Nós denunciámos o federalismo como causa de grande parte dos males da 1ª República. Foi elle que engendrou o caciquismo estadual, outorgando-lhe taes poderes que todo prestígio da União dependia de seu apoio. Foi elle que permitiu a existência de Estados milicianos dentro da União, competindo com elle e o enfraquecendo. Foi elle, finalmente, que desconsiderou as forças da unidade espiritual da Pátria, insinuando, através de ampla autonomia estadual, os germes do desmembramento nacional” (*Panorama*, nº 8, p. 25).

¹¹⁷ José Madeira de Freitas publicou no jornal *A Offensiva* de 31/10/1937 um artigo intitulado “Escola de civismo, de brasilidade e de fé”. Nele o autor trata de uma homenagem que seria rendida a Couto de Magalhães pelo movimento integralista em seus núcleos. Escreveu ele: “Hoje a Nação já despertou, e acudiu ao toque de reunir. E uma das manifestações mais expressivas dessa aurora ressurrecional, é o culto dos grandes homens, pelas massas civis da população, as quais o sigma quis e soube identificar com os bravos soldados de terra e mar, vanguardeiros da defesa da Pátria. É assim que, prosseguindo na sua obra de brasilização do Brasil, comemorará, amanhã, com solenidades excepcionais, e em todos os seus quatro mil Núcleos, espalhados pelo nosso imenso

nacional e unidade territorial, no fim, equivaliam-se, e ambas eram amplamente almejadas pelo movimento.

Paralelamente ao nacionalismo, os valores espirituais faziam-se presentes e consistiam em um elemento de importância crucial para o Integralismo¹¹⁸. Nas “Diretrizes Integralistas”, de 1933: “O Integralismo, visando promover o aperfeiçoamento moral e espiritual da Nação, declara-se pelo espiritualismo contra todas as correntes materialistas de pensamento e de ação, que acobertadas pelo liberalismo vêm exercendo a sua obra nefasta de desintegração (...)” (SALGADO, 1955, p. 35). Definir este espiritualismo não é empreendimento simples, no entanto é possível apontar três aspectos distintos, embora relacionados entre si, que ele encerra: um religioso; outro, moral; e um terceiro, referido ao intelecto. O aspecto religioso¹¹⁹ é visto na imprescindível crença em Deus, na valorização da religião e no reconhecimento de que a existência humana é transitória, existindo um plano e desígnio superiores, divinos. Deste modo, encarava-se a vida “material”, terrena, como meio de aperfeiçoamento individual, de exercício de virtudes que visassem sua sobrenatural finalidade como forma de se aproximar de Deus. Aqui já se enuncia o aspecto moral, pois o integralista deveria, assim, ter um comportamento pautado pela retidão, visando sempre promover a harmonia e o bem-estar entre seus semelhantes. Elevando-se moralmente através de suas ações e sentimentos, ele cumpria seus deveres não só para com Deus, mas também para com a coletividade – o trabalho e o autossacrifício eram valores a serem observados. Isto se estendia para a esfera do intelecto, da inteligência. Esperava-se que o integralista cultivasse as faculdades intelectuais (do *espírito*) e suas obras, nas formas mais variadas possíveis (arte, ciência, técnica), contribuiriam diretamente para o engrandecimento e moralização da sociedade. As realizações do intelecto dirigiam-se tanto para o progresso material quanto para o aperfeiçoamento moral. O espiritualismo defendido pelo Integralismo, embora possuísse clara feição sobrenatural e moralizante, não se limitava à esfera do além, de uma vida posterior à morte. Ao contrário,

país, o centenário de nascimento de Couto de Magalhães, cuja vida e obra foram o mais edificante exemplo de patriotismo, de heroicidade e de fé” (EncI, II, p. 175-176).

¹¹⁸ Voltarei a isto no Capítulo 5.

¹¹⁹ Além do grande número de católicos filiados à AIB, também houve casos de protestantes (luteranos e metodistas) e espíritas. A revista *Anauê!* publicou em sua edição de agosto de 1935 uma fotografia que teria sido tirada durante o Congresso de Petrópolis sob o título de “Frente Única Espiritual”. De acordo com o texto que a acompanhava, estavam presentes ali: “O Padre Antonio de Mello (catolico-romano) e o Rev. Gastão P. de Oliveira (catolico-anglicano); ainda ladeando o Padre Mello, vê se, na extrema, o Pastor Eurípedes C. Menezes (protestante-lutherano) e ao lado do sacerdote anglicano (...) vê se o Dr. Dario Bittencourt, Chefe da Província Gaúcha, catolico-romano. A retaguarda, de pé, estão [três] espiritualistas: um theosophista e dois catholicos-romanos. Vê se ahi também a família espírita do companheiro Thompson Filho”.

valorizava o “estar-no-mundo”, pois eram os feitos *daqui*, na forma do trabalho, da entrega e comprometimento com o movimento, que possibilitavam cumprirem sua finalidade¹²⁰.

Verifica-se, por fim, que espiritualismo e nacionalismo acabavam por aproximarem-se e estabeleciam uma interdependência que os tornava praticamente indissociáveis, pois todo este esforço do espírito, em suas várias expressões, era direcionado, ao fim e ao cabo, ao país, à *Nação*. Esta se convertia no receptáculo último das ações individuais. Fossem a harmonia e a moralização pretendidas ou os frutos da inteligência, tudo era canalizado para a Pátria. O bem-estar coletivo almejado como resultado de comportamentos e práticas retas mantidas pelos integralistas significava o bem-estar da Nação. O cumprimento das “sobrenaturais finalidades” das pessoas passava, assim, pelo engajamento em prol do país¹²¹.

O último elemento que identifico como central para o Integralismo, formando-lhe seu “núcleo axiológico”, é a valorização da *autoridade* e seus desdobramentos¹²² na forma de ordem, hierarquia e disciplina. No terceiro ponto do *Manifesto Integralista* lê-se o seguinte: “Precisamos de Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um (...). Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem” (SALGADO, 1955, p. 19). Remetendo a Hannah Arendt (1997), é possível começar a compreender o que era esta “autoridade” tão prezada e defendida pelo Integralismo. A autoridade encontra-se relacionada à obediência e afasta-se de quaisquer meios de coerção externa para sua realização. Além disto, ela é incompatível com a persuasão (por meio de argumentos), pois pressupõe a igualdade entre as partes, o que leva Arendt a defini-la contrapondo-a ao recurso da violência e da persuasão. Assim, entre aquele que manda e aquele que obedece, há em comum “a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado” (ARENDRT, 1997, p. 129). Para o Integralismo, o princípio de autoridade era a garantia da obediência no interior de uma ordem onde todos reconheceriam sua posição – sem ela a sociedade estaria entregue ao caos e à anarquia, e para os integralistas, o Brasil (quicá o mundo) não estava muito longe desta situação. Acreditava-se, assim, que era preciso estabelecer uma autoridade, ou mesmo *fundá-la*, como forma de

¹²⁰ Plínio Salgado escreveu em sua Carta de Natal e Fim de Ano, em 1935: “Sendo o reino de César, ou do Estado, deste mundo, isso não significa que César, ou o Estado, se desinteresse pelo reino de Cristo, porque o reino de Cristo é também para os homens e César tem deveres espirituais por sem homem, como tem direitos e deveres na qualidade de chefe de homens” (SALGADO, 1955, p. 54).

¹²¹ Devo ressaltar que a adoção deste espiritualismo levava, invariavelmente, a recusa e a crítica de toda sorte de valores ou práticas ligadas ao liberalismo e ao comunismo, pois estes eram os grandes representantes do materialismo, que negava as “sobrenaturais finalidades” dos seres humanos. O combate a estes dois, índices de uma visão materialista da vida, teve grande ênfase no Integralismo e serviu para atrair simpatizantes e militantes.

¹²² Particularmente aqui se nota a grande influência do pensamento católico brasileiro, sobretudo de Jackson de Figueiredo, no Integralismo.

ordenar um país que, de acordo com Plínio Salgado, já usufruía em demasia da liberdade, sendo, então, o momento de regulá-la, impondo-lhe barreiras com vistas a impedir a definitiva instalação de uma situação caótica¹²³. A autoridade asseguraria o cumprimento das vontades da ordem constituída, que seriam, por sua vez, as vontades da Nação e visariam nada além de seus interesses e do bem comum.

A obediência à autoridade como uma “instância suprema” pressupunha o reconhecimento não apenas de seu caráter legítimo, como da legitimidade da própria ordem e da hierarquia que se estabelecia no seio da sociedade, onde cada um possuía seu lugar com suas funções e obrigações. Como consequência destes valores hierárquicos apregoados pelo Integralismo, surgia, inevitavelmente, a *disciplina* como essencial para a realização e manutenção de uma estrutura baseada no princípio de autoridade expressa, em um primeiro momento, na própria organização da AIB, e sem seguida, nos desejos dos integralistas em ampliá-la para a organização do país. Ou seja, o movimento seria o tubo de ensaio para a nova ordem à qual a AIB aspirava e pretendia implantar: organizada ao redor da autoridade, estruturada hierarquicamente e baseada na disciplina. O Integralismo concorria, assim, para “Criar a consciência do respeito à Autoridade, o princípio da Ordem, a perfeita disciplina de cada um nos ramos de actividade civil ou militar em que se empregar” (SALGADO, 1937, p. 110). E nas palavras de José Madeira de Freitas: “Doutrina de ordem, de disciplina e de hierarquia, o Sigma funda nesta tríade basilar toda a sua obra de construção de uma grande Pátria” (EncI, II, p. 163)¹²⁴. Se mediante valores nacionalistas e espiritualistas pretendia-se criar uma sociedade solidária e em harmonia, sem dúvida a disciplina consistiria em uma das maneiras de garantir sua continuidade. Ernani Silva Bruno, em artigo publicado no jornal *A Offensiva*, sintetizou estes elementos tão caros ao Integralismo.

De modo geral e definitivo, a solução do problema da autoridade no Brasil (...) só pode ser procurada dentro dos princípios de uma nova filosofia social inspirada em um novo senso de vida. Filosofia social inspirada em um senso espiritualista e integral da vida individual e coletiva, e organização da sociedade e do estado fundamentado em princípios de causa, de fim de autoridade transcendental. (EncI, IV, p. 112).

¹²³ “(...) a liberdade, para nós, não era um objecto de conquista; era uma fatalidade do meio physico e das condições de vida. A tarefa do nosso gênio político não deverá ser a de conquistar e consagrar liberdades segundo o critério que movia o surto do constitucionalismo europeu; impunha-se regular a liberdade, fixar normas precisas à liberdade, tomar essa liberdade que já existia, esse democratismo que já era o cerne da nossa psychologia de povo e disciplinal-o, dando-lhes expressão política, jurídica, administrativa” (SALGADO, 1933, p. 137). Tanto Plínio Salgado como Miguel Reale trataram, em seus livros, das relações entre liberdade e autoridade. Não abordarei esta questão particular aqui, porém remeto à minha análise anterior onde abordo alguns aspectos desta discussão: RAMOS, 2008, Capítulo 4, tópico 4.1.

¹²⁴ Este trecho foi de um artigo publicado no jornal *A Offensiva*, em 1937, sob o título “O Sentido Patriótico do Sigma”.

Para concluir, resta esclarecer um ponto de particular relevância para esta discussão sobre a autoridade: quem ou o que era seu portador? Uma resposta plausível seria *Deus*. Decerto nenhum integralista opor-se-ia a tal argumento, no entanto não seria completamente satisfatório pelas particularidades que a AIB apresentou, afinal, embora tenha lançado mão de elementos de natureza religiosa, não foi um movimento religioso. Outra resposta possível seria a *Nação*, e novamente não estaria errado, no entanto, por mais soberana que esta fosse, haveria aí, talvez, certo caráter abstrato, intangível. Deste modo, o portador da autoridade foi uma pessoa: Plínio Salgado, o Chefe Nacional da AIB, líder máximo de todos os integralistas. Não apenas por tê-la criado, mas porque encerrava em sua pessoa certo fervor de cunho “religioso” somado à paixão nacionalista. Salgado apresentava-se (e era apresentado) como alguém incomum, extraordinário, o único capaz de transformar o país e as pessoas, levando-as a um futuro brilhante enquanto libertava-as de um presente imerso em trevas. Neste sentido, Salgado foi o portador de uma *autoridade carismática* a qual concorreu para caracterizar profundamente o movimento integralista. O Chefe Nacional era o ápice de toda a estrutura hierárquica da AIB e da disciplina que a constituía. Além disto, tal como um “grande vulto da Pátria” ou o sigma que identificava o Integralismo, Plínio Salgado tornou-se um símbolo reconhecido nacionalmente, diretamente envolvido na construção de uma comunidade de sentimento – ocupar-me-ei desta discussão sobre o carisma de Plínio Salgado mais a frente (Capítulos 5 e 6).

3.5 Primeira conclusão parcial

No segundo capítulo mostrei como a expansão e o desenvolvimento da AIB contou com a participação direta dos intelectuais que se ligaram a ela (ou foram-lhe simpáticos). Até mesmo sua fundação deu-se sob o signo das atividades intelectuais, mescladas à atuação política. Por contar com um número expressivo de intelectuais e pela necessidade premente de se divulgar as ideias e valores integralistas, o movimento, pela atuação destes, produziu o que denominei de *rede de bens culturais*, um complexo formado pela produção simbólica sob formas variadas e de conteúdos distintos, porém interdependentes e unidos pelo Integralismo. Livros, periódicos (jornais e revistas) e sessões doutrinárias foram os principais elementos desta rede, formando, assim, parte de uma estrutura que buscava aproximar-se o máximo possível dos militantes, mantendo-os sob a influência direta da AIB. A variabilidade que marcou esta produção foi reflexo da própria heterogeneidade da intelectualidade integralista, cujos integrantes possuíam funções e mesmo interesses ideais distintos. No entanto, a despeito

das diferenças, o Integralismo foi divulgado e reproduzido por esta rede, sobretudo no que dizia respeito ao seu “núcleo axiológico”, ou seja, um conjunto de ideias e valores que lhe era fundamental. A partir destes pontos da pesquisa, trabalhados até aqui, gostaria de fornecer uma conclusão parcial para a discussão sobre o papel dos intelectuais da AIB a qual servirá de pano de fundo para o que será analisado nos capítulos seguintes.

Esta rede de bens culturais desenvolveu-se e organizou-se *pari passu* a expansão da AIB pelo país, sendo, por isto, resultado da atuação e das atividades regulares de sua intelectualidade (também em expansão), por um lado, e da constituição de um complexo aparato “material” necessário para a administração (criação de Departamentos e Secretarias ocupadas com controle e regulação), publicação, difusão e circulação de sua produção (mobilização dos contatos mantidos com editores, criação de periódicos variados e meios de distribuí-los, presença em jornais que simpatizavam com a AIB, realização de conferências e instituição de reuniões regulares, etc.), por outro. Os principais produtos desta rede foram os livros, os artigos em periódicos e as conferências – eram elementos interdependentes e complementares, formando uma corrente circular onde não havia predominância ou centralidade de um deles na cadeia de difusão do Integralismo (artigos podiam formar livros; livros podiam servir de base para conferências; conferências podiam ser compiladas em livros). A relação entre a intelectualidade e tais produtos é elucidativa de uma hierarquia interna que se refere ao volume e presença na produção, somadas à posição na estrutura organizacional: a “elite intelectual” (Salgado, Reale e Barroso), grupo mais comprometido com o Integralismo, foi responsável por grande parcela dos livros publicados (criando uma situação de *quase* monopólio), escreviam constantemente para os periódicos e realizaram grandes conferências. Além disto, eram lideranças de nível nacional, sempre ocupando cargos de prestígio na AIB. O “quadro intelectual” era, comumente, mais responsável pelas sessões doutrinárias e tinha seu *locus* de atuação, sobretudo, nos jornais e revistas, onde, por sua vez, alguns de seus integrantes diversificaram a produção intelectual integralista (escrevendo sobre folclore, ensaios históricos, relatos de viagem, poesia, etc.). Este quadro era marcado por considerável heterogeneidade e seus intelectuais possuíam posições variadas dentro da AIB. Por fim, deve-se mencionar que alguns dos produtos desta rede eram internamente diferenciados, destinando-se a públicos distintos: havia livros e revistas para as “elites políticas e intelectuais” e para a “massa popular” (além de seções dos periódicos destinadas ao público feminino ou crianças). No caso de alguns jornais, seu alcance e especificidades poderiam ser considerados como, também, seguindo uma diferenciação, não em relação às

competências e expectativas culturais (CAVALARI, 1999, p. 129), mas antes às particularidades de seu lugar de publicação e alcance.

A participação ativa de intelectuais por todo o processo de constituição da rede mostra que ela não serviu unicamente para propaganda do movimento integralista (o que é indiscutível). Ele contribuiu para a formação de uma verdadeira *comunidade argumentativa* onde se debateram os problemas nacionais e suas soluções. Nele o projeto integralista foi apresentado, ideias e conceitos circularam¹²⁵, acrescentaram-se novas propostas e questões com as quais o movimento deveria lidar. Esta rede foi o principal espaço de atuação da intelectualidade integralista – decerto uma das grandes particularidades do movimento – a qual foi capaz de articular-se em torno de um corpo de ideias e valores, e de objetivos e interesses, semelhantes. Se foi possível ao Integralismo manter um núcleo axiológico que servia como principal referência para o movimento, em grande parte foi graças à atuação dos intelectuais na sua divulgação e reprodução constantes.

Fica-se diante de um aparato complexo que possuía como núcleo duro os intelectuais, em todo seu caráter heterogêneo. A rede de bens culturais e a divulgação e circulação do Integralismo foram os principais resultados da atuação desta intelectualidade que se expandia paralelamente à AIB. Parece-me claro que o protagonismo social do intelectual não foi mera peça retórica no discurso integralista, mas sim uma ideia capaz de informar largamente a ação daquelas pessoas. E tão importante quanto isto é reconhecer um dos maiores efeitos (se não o principal) sobre o movimento: a atuação desta intelectualidade contribuiu para a criação de uma estrutura de dominação legítima que assegurava o poder sobre os militantes. Isto ficará mais evidente na Conclusão final, porém já é possível fazer algumas indicações.

Tomo como ponto de partida a rede de bens culturais (elemento a compor o aparato de dominação da AIB) e volto a questões enunciadas ao longo da exposição. Esta rede foi caracterizada pela sua *regularidade* e tornou-se parte constitutiva do *cotidiano* do movimento integralista (ao mesmo tempo em que o cotidiano deste permitia a estabilidade e continuidade da mesma rede). Em vários momentos fiz alusão ao caráter regular do trabalho intelectual e de algumas atividades integralistas – por exemplo, a grande produção de artigos por Plínio Salgado ou a realização de reuniões periódicas nos núcleos. Ora, visto que o projeto intervencionista da AIB requeria, a despeito de seu caráter elitista e autoritário, uma mobilização social que lhe servisse como principal sustentáculo diante de seus objetivos e magnitude (abarcando todo o país), então a melhor forma de assegurá-la, e de mantê-la, era

¹²⁵ Neste caso em particular, remeto ao meu artigo sobre a circulação da ideia de “Revolução” nos intelectuais integralistas: RAMOS, 2011.

estabelecer meios que garantissem, aos militantes, estruturas de experiência e expectativas dotadas de estabilidade e certa previsibilidade e capazes de fornecer sentido, orientação e validade inquestionável para sua vida. A rede de bens culturais foi um destes meios, pois a transmissão, de modo constante, do Integralismo – como elemento fundamental para a manutenção do movimento, além de fornecer valores que deveriam guiar a dinâmica social das ações dos militantes – fosse através da palavra escrita ou falada, contribuiu, se não para a criação de um *cotidiano do integralista*, para que a AIB e o Integralismo *fizessem parte de seu cotidiano* – tornaram-se parte das estruturas de experiência e expectativas, da continuidade e estabilidade da vida social. Em outras palavras, houve um processo de cotidianização.

Isto não se reduz, unicamente, ao militante como “receptor” dos produtos desta rede. Ao ler seu jornal ou revista integralista ou ao frequentar o núcleo, ele estava vivenciando, e reproduzindo, aquela dimensão do mundo social “fornecida” pela AIB. E da mesma forma o integrante da intelectualidade que preparava sua sessão doutrinária, redigia um texto para um periódico ou trabalhava em seu livro e apresentava conferências em teatros: para eles, também, a regularidade destas atividades, seu caráter rotineiro, compunha sua vida cotidiana. O Integralismo (independente das especificidades de suas formas de transmissão e conteúdo) operava como um dos elos que ligava intersubjetivamente os integrantes do movimento, reunindo-os no interior da AIB. Tanto na sua produção quanto circulação e recepção, através do funcionamento da rede de bens culturais, o Integralismo penetrava no mundo de vivência cotidiano e contribuía para sua formação. Isto deveria ocorrer pela partilha de valores, ideias e símbolos em comum, criando uma comunidade de sentimento, uma solidariedade que identificava as pessoas. Mas a rede não produziria tal identificação sozinha: o universo simbólico forjado pela AIB também teve sua parcela de importância, de modo que, antes de avançar para a questão da relação entre o trabalho da intelectualidade integralista e o processo de carismatização de Plínio Salgado, a qual também concorre para a formação do aparato de dominação integralista (o carisma é outro elemento seu), é preciso falar deste universo.

CAPÍTULO 4

O UNIVERSO SIMBÓLICO INTEGRALISTA: DAS SEDES À CONDUÇÃO DA VIDA

As pessoas ligam-se emocionalmente umas às outras por meio de símbolos. Este tipo de ligação não é menos significativo da interdependência humana do que as ligações criadas (...) por uma especialização crescente. As valências emocionais que unem as pessoas, quer diretamente por meio de relações face a face, quer indiretamente pela sua ligação a símbolos comuns, constituem um nível à parte de ligações.

Norbert Elias, *Introdução à Sociologia*

No dia seis de dezembro de 1936, na cidade de Botucatu, os integralistas locais realizaram um evento em torno da inauguração (provavelmente em uma escola) do retrato de Caetano Spinelli, militante morto dois anos antes e considerado um mártir do movimento. De acordo com a programação¹, o evento estava dividido em duas partes e contava com participação de homens, mulheres e crianças² ligadas o núcleo que o promovia. Na primeira, previam-se algumas atividades, a começar pela abertura onde se cantaria o hino “Ergue-te Mocidade (Ao Apelo da Pátria)”³. Em seguida, o pliniano José Garcia saudaria o Chefe Provincial (Marcel da Silva Telles, maior autoridade integralista do estado de São Paulo) que, então, encarregava-se de descobrir o retrato de Caetano Spinelli, revelando-o aos presentes. Na sequência, Marília de C. Ariani e Aparecida Papa apresentavam duas poesias, “Minha Bandeira” e “Aos Revolucionários de 1817”, respectivamente, sendo seguidas pela leitura de outras não especificadas. Por fim, cantava-se o Hino Nacional como encerramento do evento. Já a segunda parte do evento era descrita como “Parte Esportiva” e era composta por quatro atividades, sendo as três últimas, ao que parece, de caráter lúdico: o Desfile dos plinianos, a “Disputa das bandeiras: Nacional e do Sigma”, a “Corrida dos Arcos” e, por fim, a “Corrida do saco”. Tudo isto ocorrendo em vista da inauguração do retrato de um mártir da AIB.

Este evento promovido pelos integralistas de Botucatu ilustra o que talvez tenha sido uma das características mais marcantes do movimento integralista: sua capacidade de mobilizar os militantes para as atividades mais variadas possíveis, estivessem elas direta ou indiretamente relacionadas à AIB. As práticas integralistas faziam parte da vida cotidiana e aí

¹ Esta programação consta do Fundo Plínio Salgado.

² As mulheres e crianças integralistas eram conhecidas por blusas-verdes e plinianos, respectivamente.

³ A letra deste hino foi escrita por Plínio Salgado.

reproduziam-se juntamente com seus valores, contribuindo para o vínculo entre os camisas-verdes locais e destes com o restante do movimento. Os militantes eram constantemente “chamados” para se reunirem, realizando e tomando parte em eventos que reforçavam a presença do Integralismo em suas vivências, criando uma experiência singular propiciada pelo seu pertencimento a tal movimento⁴. Símbolos e cerimônias distintas inseriam-se e eram incorporados na vida dos integralistas, possibilitando não apenas uma intensa mobilização, mas também uma ampla identificação e unificação as quais transcendiam o espaço de experiência imediata dos militantes.

O objetivo do capítulo é apresentar alguns dos principais elementos do universo simbólico o qual formava, ao lado das redes intelectuais e de bens culturais desenvolvidas pela AIB, um dos principais elementos constitutivos de seu aparato de dominação. Assim como os produtos culturais da intelectualidade integralista, este universo também foi objeto de estudos de Rosa Maria Feiteiro Cavalari (1999), para quem os símbolos e ritualística serviam como “estratégias de padronização e unificação” do movimento, possuindo, aí, uma “dupla função: unificavam e arregimentavam” (p. 163-164). Concordo com estes papéis desempenhados pelo universo simbólico – assim como as redes buscavam uma “padronização” do Integralismo – mas não se limitavam a eles. Seu alcance era maior e mais profundo; e seu objetivo último, mais ambicioso. O sentido de tal construção extrapolava qualquer “estratégia” restrita à organização da AIB, pois o que se pretendia era oferecer aos militantes uma vivência social específica – nova – a partir, por um lado, de novas sociabilidades e práticas inscritas na vida cotidiana, e por outro, de experiências que se descolavam desta mesma cotidianidade, mantendo os indivíduos, contudo, no interior do movimento. E com isto, efetuar a integração de todo território brasileiro sob uma mesma ordem. Afinal, não se tratavam apenas de símbolos “esparços”, mas da criação de práticas e condutas distintas as quais deveriam compor e reger a vida dos militantes. O tom intervencionista da AIB não se limitava, de forma alguma à vida política nacional.

Por enquanto, ficarei restrito à apresentação deste universo, selecionando aqueles elementos que considero mais expressivos dos objetivos da AIB. Alguns deles serão retomados nos dois últimos capítulos, onde trabalho com a dimensão extracotidiana (carismática) do movimento, o que mostra o inter-relacionamento entre as principais partes desta estrutura de dominação e, além disto, como a relação estabelecida entre o espaço de

⁴ O desfile realizado em primeiro de novembro de 1937 (mencionado na abertura do Capítulo 1) foi uma das principais manifestações dos integralistas e seguia esta prática bastante comum.

experiências imediatas e o movimento nacionalmente organizado tornou-se fundamental para garantir seu funcionamento e sucesso.

O capítulo encontra-se, assim, dividido em cinco tópicos distintos, cada qual ocupado com um aspecto particular deste universo simbólico. O primeiro trata da *simbologia* “básica” do movimento integralista, bem como seus sinais de distinção entre os militantes; o segundo aborda as *sedes*, espaço de sociabilidade para os integralistas; o terceiro busca analisar a *condução da vida* proposta pela AIB; o quarto trata das *cerimônias* e *rituais* integralistas. O quinto tópico, um pouco diferente dos anteriores, busca apresentar alguns exemplos de atividades e práticas dos militantes capazes de ilustrar o alcance do Integralismo na vida cotidiana dos camisas-verdes. Antes de prosseguir, devo mencionar que algumas das questões enunciadas aqui ficarão suspensas, sendo retomadas apenas na Conclusão da tese. O foco, no momento, recai apenas sobre o universo simbólico como componente da rede apresentada no capítulo anterior.

4.1 Simbologia⁵

Havia três símbolos fundamentais para o movimento integralista: a camisa-verde, o sigma e o Chefe Nacional. Considero-os assim não apenas por seu caráter básico, remetendo aos primeiros passos da AIB, mas porque eram partilhados por todos, sem qualquer tipo de *distinção*. Ou seja, eles eram os mesmo para qualquer integralista em qualquer parte do Brasil, não apresentando praticamente nenhuma interdição, pois sua presença era constante⁶. A saudação integralista (anauê) também possuía importância crucial nesta “simbologia básica”, no entanto, diferencio-a dos três primeiros porque ela trazia consigo interdições e marcas de distinção não observadas naqueles. Neste sentido, o que se verifica em tal simbologia é um comportamento dialético, uma pretensão de unidade que carrega consigo uma diferenciação entre os militantes. E no tocante ao Chefe Nacional, é indiscutível que Plínio Salgado tornou-se um dos maiores – senão o maior – símbolos do movimento integralista, sendo reconhecido e “venerado” por todos os militantes. Sua presença na vida destes era tão constante como o sigma ou a camisa-verde (por exemplo, mediante sua fotografia na sede do núcleo integralista ou mesmo na casa do militante⁷).

⁵ As informações sobre o universo simbólico foram retiradas do décimo primeiro volume da Enciclopédia do Integralismo, na parte referente aos “Protocolos e Rituais”. Todas as referências serão assinaladas da seguinte maneira: EncI, XI. E acompanhadas do número da página e, se necessário, do número do Artigo.

⁶ Como se verá, surgem impedimentos em *situações* bastante específicas, não se relacionando, na maioria das vezes, à pessoa do militante.

⁷ A revista *Anauê!* publicou uma grande fotografia de Salgado para ser destaca e afixada na cada do integralista

Começando pelo Sigma (Σ), era o símbolo que identificava a AIB e fazia-se presente em sua bandeira⁸, nas braçadeiras e distintivos⁹ utilizados pelos militantes. Os “Protocolos e Rituais” explicavam-no da seguinte forma:

- É uma letra que corresponde ao nosso ‘S’ e indica soma; - Leibnitz escolheu-a para indicar a soma dos finitamente pequenos; - É a letra com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicavam o nome de Cristo (Soterios); - É o nome da Estrela Polar no hemisfério sul; - Ele lembra que o nosso Movimento é no sentido de integrar todas as Forças Sociais do País na suprema expressão da Nacionalidade (EncI, XI, p. 78-79).

A opção pelo Sigma maiúsculo teria seguido motivos puramente estéticos (Ibid. p. 79, Arigo 12º, parágrafo único). Olbiano de Melo ofereceu uma narrativa acerca da “origem” da escolha do Sigma em um dos capítulos de seu livro *Razões do Integralismo* (1935). Em um relato datado de janeiro de 1933, o autor conta como se deram os primeiros passos da Ação Integralista Brasileira após sua fundação em outubro do ano anterior. Como uma de suas atividades, fora realizada uma reunião, aberta ao público, no Clube Português (em São Paulo) a qual contou com a presença “do Dr. Arthur Motta, historiador residente na Capital” (p. 79). Após a leitura de um trabalho escrito por Olbiano de Melo e outros integralistas, um destes, Ulysses Paranhos, teria saudado Arthur Motta que lhe agradeceu e, “num improviso feliz, afirm[ou]: *‘que, elle mathematico, bem comprehendeu que sómente seria num sigma político, formado por todos os valores diferenciados da Nação, que o Brasil acharia salvamento’*” (p. 79). Ao terminar a reunião, os presentes espalharam-se pelas redondezas do Clube até que, “quase a uma hora da manhã, com Leães [Sobrinho] num café da rua Líbero Badaró – depararam-se-nos [Lopes] Casalli, [Miguel] Reale e [Iracly] Igayara, de lápis em punho, a desenhar, numa folha de papel, a atual letra simbólica do *Integralismo*” (p. 80). O autor do relato também menciona que, nas reuniões ocorridas na recém-fundada sede integralista já se discutia a criação de um modelo de distintivo para simbolizar o movimento, mas foi o Sigma que prevaleceu¹⁰.

Embora tenha afirmado que o sigma, diferentemente da saudação integralista, era partilhado por todos os militantes como um símbolo comum, havia um caso em especial onde seu *uso* apresentava uma interdição: *somente* ao Chefe Nacional era permitido ostentar o

⁸ A bandeira integralista era azul e possuía em seu centro um círculo branco com o Sigma em cor preta. Cf. EncI, XI, p. 79-80. Artigos 13º a 18º.

⁹ Havia, pelo menos, três tipos de distintivos: para os homens (o Sigma preto sobre o mapa do Brasil em cor azul, ambos circunscritos por um círculo de prata); para “as senhoras e senhoritas” (as bandeiras brasileira e integralista cruzadas, tendo o Sigma no meio); e para os plinianos (crianças). De acordo com os Artigos que regiam seu uso (Artigos 19º a 25º), parece que seu uso era obrigatório para os integralistas quando estes não estavam usando a camisa-verde. Cf. EncI, XI, p. 80-81. A ligação com o movimento era, assim, mantida constantemente.

¹⁰ Esta é a única referência que encontrei sobre a “origem” do Sigma.

Sigma nas ombreiras do uniforme (EncI, XI, p. 85, Artigo 41º). Esta exclusividade foi, inclusive, tratada em um poema intitulado “O Novo Atlas”, escrito por Clodoaldo de Alencar (EncI, VII, p. 66). Escreveu, assim, o integralista:

Que quer dizer aquela estranha insígnia
que o Chefe Nacional conduz à ombreira?
- O mapa do Brasil e, sobre o mapa,
o símbolo do cálculo integral,
- O Sigma,
a imagem do Brasil organizado (...).

Tais detalhes não passavam completamente despercebidos pelos militantes que não apenas captavam-nos e transformavam em matéria para suas manifestações elogiosas à AIB ou a Plínio Salgado, como também aceitavam as distinções que podiam trazer, conferindo-lhes sentido: para o autor, o Chefe Nacional era um Atlas que carregava o Brasil sobre seus ombros¹¹, daí a o uso exclusivo do símbolo. Mas afora este caso, o Sigma fazia-se largamente presente na vida dos militantes e em objetos variados, como xícaras, anéis, fivelas de cinto, coldres de armas, toalhas de papel, broches, cestas, bolsas etc¹². Além disto, em (pelo menos) duas ocasiões confeccionaram-se coroas de flores com a forma do Sigma: em Campinas, uma delas foi colocada junto ao monumento de Carlos Gomes como parte da homenagem feita pela AIB ao compositor; outra coroa foi depositada junto ao túmulo dos militares mortos no Levante Comunista de 1935. Não à toa, a palavra “Sigma” era constantemente utilizada como sinônimo para Integralismo ou integralista, de modo que se escrevia e falava em doutrina do sigma, seguidores ou militantes do sigma, movimento do sigma, etc. Por fim, para representar o luto, no interior do movimento, pela morte de um companheiro, um pedaço de fita deveria ser colado sobre o Sigma preso no braço da camisa (p. 117, Artigo 162º).

Também a camisa-verde¹³ era comum a *todos* os integralistas: homens, mulheres e crianças ligadas à AIB poderiam envergá-la livremente. Sua descrição é fornecida de forma extremamente detalhada pelos Protocolos e Rituais da AIB:

Camisa verde simbólica de cor verde inglês, de colarinho pregado e preso por botões nas pontas; passadeiras com 6 cm na base e 5 nas pontas que

¹¹ Voltarei a este poema no Capítulo 6.

¹² Em uma foto de um lactário instalado no núcleo integralista de Botucatu, verifica-se o Sigma impresso nas caixas que comportavam as garrafas de leite (*Anauê!*, n. 20, 1937, p. 22).

¹³ Miguel Reale, em sua biografia (1987), justifica da seguinte forma a adoção de uma uniforme: “Por falar em ‘camisa verde’, ao contrário do que geralmente se afirma, apontando como ato servil de imitação fascista, o seu uso deu lugar a vivas discussões, prevalecendo a ideias de adotá-la por dois motivos essenciais: o intuito de ‘escandalizar’ a sociedade brasileira, arrancando-a do letargo de partidos seu organização institucional e sem programa; e o propósito de afirmar o valor de hierarquia, estendida como ordenação da liberdade, num País inclinado por índole, a ver no Estado apenas uma fonte de males, ou de ilícitas benesses” (p. 78). Não é possível saber até que ponto eram estas as razões, pois não há maiores informações. Tal qual o caso do Sigma, deixo este relato como um registro.

devem ser em semi-círculo terminando a 1 cm do colarinho; dois bolsos à altura do peito com pestanas retas abotoadas; no terço médio do braço esquerdo, um círculo branco com 9,5 cm de diâmetro, circundado por um vivo preto de 0,5 cm de largura e sobre o campo branco um Sigma preto, cujas dimensões serão de 7 cm por 6 cm. (Encl, XI, p. 81-82).

Além disto, a camisa deveria ser confeccionada com um tecido (brim ou algodão) de fabricação nacional e não podia ser utilizada “em desalinho ou com a manga arregaçada” ou com suspensórios (Ibid., p. 82). Seu uso era obrigatório para os integralistas que ocupavam cargos, quando no exercício destes ou presentes em eventos da AIB, e para os demais, apenas em desfiles, concentrações ou quando determinado por um superior. Mas todo o militante era obrigado “a ter sempre pronta, para ser vestida a qualquer momento a sua camisa verde. (...) mesmo viajando em caráter particular, deve conduzir na mala a sua camisa-verde” (p. 83, Artigo 32º). Diante de seu caráter obrigatório, o acesso a tal símbolo era irrestrito e amplamente difundido no movimento, mas como o Sigma, ele possuía algumas interdições específicas referentes não a *quem* poderia usá-la, mas a que *práticas e comportamentos* seu usuário estava impedido de ter enquanto a envergava. Neste sentido, quando o integralista vestia a camisa-verde ficava proibido de:

tomar bebida alcoólica em lugares públicos; dançar, a não ser em casas particulares ou em festas, constituídas exclusivamente de Integralistas e pessoas que tiverem ingresso entre os Integralistas; jogar jogos de azar ou assistir a esses jogos; frequentar cassinos ou lugares duvidosos.

§ Único – Essa proibição, se bem que se estenda a todo e qualquer Integralista, esteja ou não de camisa-verde, constitui uma falta de consciência para o paisano, e uma falta, não só de consciência mais ainda disciplinar para o que estiver o usando o símbolo do Movimento do Sigma. (Ibid., p. 83, Artigo 33º).

Caso o militante fosse preso por um “crime comum, não relacionado com o Integralismo” e estivesse com a camisa-verde, deveria pedir permissão para despi-la, a fim de que ela não adentrasse na prisão. Sendo a prisão motivada por perseguição política, deveria mantê-la. Por fim, seu uso também estava interdito “na semana do Carnaval, durante a mi-carême” (p. 84, Artigos 34º e 35º). Acerca desta restrição, é provável que ela estivesse relacionada a ocorrência de incidentes violentos: de acordo com o jornal *Correio de São Paulo*, Plínio Salgado, em conferência realizada no Clube Comercial de São Paulo, teria mencionado um:

incidente havido durante o reinado de Momo no Ceará, de que resultaram mortes e inumeros feridos, allegando se tratava duma offensa da policia do cel. Moreira Lima, a qual saira à rua fantasiada de “camisa-verde”, contra isso reagindo com alguns tiros o 23º B.C. que – afirma – é todo composto de integralistas” (25/03/1935).

Uma ocorrência desta natureza não parece implausível, pois Hélió Trindade (1979) refere-se a outro semelhante (embora não tão grave), onde integralistas teriam avançado contra “uma

viatura de carnaval para tirar a bandeira nacional que a decorava” (p. 301). Que havia algum tipo de tensão entre os integralistas e o restante da população no período de carnaval parece claro, tanto por estes incidentes como pelo fato de que, na Bahia, o uso da camisa-verde foi proibida pela própria AIB durante os três dias dos festejos¹⁴.

A importância e valorização da camisa-verde pelo militante podem ser verificadas em algumas atitudes. Miguel Reale, por exemplo, dedicou seu livro *O Capitalismo Internacional* (1935) ao seu cunhado, “Raul Caldeira de Queiroz, o primeiro integralista que quis ser sepultado de ‘camisa verde’”. Mas sem dúvida foram nas poesias onde ela era mais exaltada e simbolizava os sentimentos do militante para com o movimento. Ela representava, para aquele, seu compromisso, suas crenças, seus sonhos. Escreveu, assim, padre Mello em “Canção do Integralista” (EncI, VII, p. 185):

Eu visto a camisa verde / porque me alenta a esperança
De ver a ideia que avança / chegar ao ponto final.
Eu visto a camisa verde/ para não ter a tristeza
De ver minha Pátria presa / do ouro internacional.
Eu visto a camisa verde/ porque desejo a família
No labor ou na vigília / sempre unida pelo amor,
Eu visto a camisa verde / para o lar abençoado
Não o vermos profanado / por selvático furor
Eu visto a camisa verde / para que os ímpios estultos
Não soltem grossos insultos / a Deus, aos Santos, à Cruz
Eu visto a camisa verde / para que nunca se veja
Dinamitar uma igreja / em que se adora Jesus.

A camisa-verde ganhava, por parte dos militantes, um sentido que ultrapassava qualquer noção de padronização e mesmo de unificação: ela revestia-se de dignidade, honra, símbolo da pureza dos valores e intenções que o militante defendia. Como escreveu Da Silva Garcia, em seu “Soldado de Deus” (Ibid., p. 70):

Que tua voz – metralha de esplendores –
ao gorgulhar feroz dos opressores,
seja um gládio de luz, vibrante e forte...
E se renegas o teu juramento
– despe a Camisa-Verde e, no momento,
com nojo de ti mesmo, – busca a morte!

Depreende-se daí que, para os militantes, quem falha em seu compromisso com o Integralismo (firmado mediante um juramento) *conspurca* a camisa-verde e, por isto, deve tirá-la. Mas talvez tenha sido José Mayrink¹⁵ quem melhor expressou o modo como se relacionavam com tal símbolo, pois ao seu uso ele associou uma das ideias mais caras a Plínio

¹⁴ A formalização de todas estas regras presentes nos Protocolos e Rituais é posterior ao ano de 1936, o que demonstra como houve eventos que influenciaram a redação destas normas.

¹⁵ Autor de um livro de poesias intitulado *Anauê!* (1934).

Salgado (e ao movimento), a da revolução interna (Capítulo 5). Em “A Revolução Necessária”, escreveu o poeta integralista (Ibid., p. 158):

Despe a camisa verde – imediatista,
incapaz da renúncia do presente:
Nem por mudar uma camisa, a gente
conseguirá fazer-se Integralista...
Quem a vestiu, sonhando uma conquista
Ambiciosa, iludiu-se totalmente:
- O soldado de Deus não traz em mente
nenhuma presunção personalista...
Integralista é a escola da humildade:
- Cristo pregando a reforma interior,
na Judéia do egoísmo e da vaidade...
Despe a camisa verde, da revolta
que não sentiste – ó mísero impostor
Anula-te a ti mesmo... e depois volta...

Aqui se observam tanto o domínio e a reprodução de um dos principais elementos do Integralismo, incorporado espontânea e reflexivamente pelo autor da poesia, como a criação de um sentido particular mediante a relação estabelecida entre ideia (revolução espiritual) e símbolo (camisa-verde), onde este é manifestação externa, corporal, daquela. Deste modo, é o autor quem cria a sua interdição sobre o uso da camisa: quem não sofre a transformação *interna* prevista pelo Integralismo – a mudança de conduta e pensamento – não pode trajar o uniforme integralista, índice deste processo interior.

Enquanto a camisa-verde e o Sigma não exerciam maiores efeitos sobre quem poderia *ter acesso* a eles (no interior do movimento)¹⁶, havendo situações de interdição e distinção em vista de casos particulares, a saudação integralista, o *anauê*, trazia ambas consigo. O excesso de minúcias característico¹⁷ dos Protocolos e Rituais distingue três partes distintas no capítulo referente à saudação (Capítulo VII, Artigos 52º a 77º): o gesto, o *anauê*, a saudação. Não há por que seguir esta divisão, de modo que as tratarei em conjunto, começando pela definição da saudação: “A saudação integralista é um sinal de respeito às autoridades e objetos veneráveis e uma saudação fraterna para os companheiros de igual categoria” (EncI, XI, p. 89, Artigo 60º). Ela é a soma do gesto com o *anauê*: “O gesto que exprime o ideal integralista é feito do seguinte modo: soerguimento brusco do braço direito, até a posição vertical; palma da mão voltada para a frente, com os dedos unidos; braço esquerdo arriado naturalmente” (p. 87, Artigo 52º). Já a palavra *anauê* é descrita como “um vocábulo Tupi que servia de saudação e grito de guerra àqueles indígenas. É uma palavra afetiva que quer dizer – ‘você é meu parente’

¹⁶ A camisa-verde do Chefe Nacional era a mesma camisa-verde do militante de base.

¹⁷ Estou limitando-me às informações mais fundamentais de modo que lanço mão dos detalhes quando estes trazem nuances que julgo importantes.

– (dicionário Montoya)” (p. 87-88, Artigo 54º). Eram, assim, utilizados para sinais de reverência, continência, exaltação e alegria. Palavra e gesto também figuravam em diversas manifestações dos militantes: anauê era utilizado tanto em documentos oficiais quanto em cartas¹⁸ e figurava, também, nas poesias integralistas. Tal era sua incorporação no cotidiano do movimento que o gesto foi incorporado em um “*sketch* cômico” publicado na revista *Anauê!*. Nele os integralistas notavam, em um encontro, que um homem com paletó sobre os ombros não havia erguido seu braço para fazer a saudação, de modo que suspeitaram dele (poderia ser um comunista infiltrado) e levaram-no a presença do Chefe Nacional para prestar esclarecimentos. Questionado, o homem disse que era integralista e que havia, inclusive, pronunciado o anauê. Quando o pressionaram por ter faltado com o gesto, o homem, então, sacudiu os ombros, deixando o paletó cair no chão e, assim, revelando que na verdade não tinha braços, pois os perdera lutando contra comunistas.

A saudação *individual*, quando em uma situação envolvendo dois militantes em posições hierárquicas distintas, deveria partir do subordinado – e quando de mesma posição, seria ou simultânea ou “partirá do mais solícito em revelar a sua boa educação” (p. 89, Artigo 62º). No caso das saudações *coletivas*, ficava expressa uma clara hierarquia a distinguir aqueles que as receberiam: *um* anauê para Secretários Provinciais, Chefes Municipais e distritais; *dois* anauês para membros do Supremo Conselho Integralista, da Câmara dos Quarenta, Secretários Nacionais, Chefes Arqui-Provinciais e Provinciais. Somente o Chefe Nacional poderia receber *três* anauês, assim como somente ele poderia escolher alguém digno de tal “honraria”¹⁹. Semelhante à camisa-verde e ao Sigma, a saudação era igualmente utilizada por todos os integralistas, no entanto, sua capacidade de diferenciação no interior do movimento era bem maior ao estabelecer e reforçar suas hierarquias. Neste sentido, a saudação ficava a meio caminho de outros símbolos de caráter mais restrito que operavam de forma a demarcar distinções (de posição ou função) no interior do movimento.

Como visto anteriormente (nota 9), havia distintivos para homens, mulheres e crianças do movimento. Além destes, os membros da Secretaria Nacional de Educação possuíam seus próprios “distintivos esportivos”²⁰ e todos os integralistas com cargos na AIB detinham insígnias referentes a eles, devendo elas serem utilizadas obrigatoriamente com a camisa-verde (EncI, XI, p. 84, Artigo 37º). Deste modo, membros do Supremo Conselho Integralista,

¹⁸ Em um Álbum de Recordações que pertenceu a uma militante (Irene de Freitas Henriques), vários dos textos que o compõe (escritos à mão por outros integralistas) apresentam o “anauê” como saudação e forma de despedida. Voltarei a este Álbum mais a frente ainda neste capítulo. (tópico 4.6).

¹⁹ Retomarei este ponto no Capítulo 6 (tópico 6.2).

²⁰ A Secretaria Nacional de Educação compreendia a educação Civil, Moral e Física.

da Câmara dos Quarenta e dos Quatrocentos, do Conselho Jurídico, dentre outros órgãos da AIB, possuíam suas próprias insígnias (referidas como “passadeiras” nos Protocolos e Rituais. Além destas, havia outras marcas de distinção carregadas pelo “Secretário Assistente e as altas autoridades do Gabinete da Chefia Nacional [que] usarão cordões dourados (alamares) pendentes do ombro direito e em volta ao braço”²¹. No caso dos membros dos Gabinetes Provinciais, Municipais e Distritais, seriam eles “de pano azul e branco, pendentes do ombro esquerdo e em volta do braço” (p. 85, Artigo 42º).

Estes são alguns dos símbolos fundamentais do movimento integralista. Ora demarcando a identidade de seus militantes, ora oferecendo marcas de diferenciação que indicavam hierarquias e oportunidades distintas de acesso a eles, verifica-se não apenas sua presença efetiva no cotidiano, mas também o modo como eram reflexivamente incorporados em diversas formas de manifestação (como a saudação no “*sketch* cômico” ou as poesias que tratavam da camisa-verde). Acredito que isto mostre o envolvimento direto e espontâneo do militante com tais símbolos, os quais se comportavam como repositórios de sentido, índices de suas crenças e valores e indicativos da pertença do indivíduo a uma unidade que o transcendia. Em última análise, a posse de tais símbolos, sobretudo aqueles mais “universais”, servia para prolongar um sentimento de solidariedade – o qual era encerrado nos próprios símbolos (COLLINS, 2004, p. 81 et seq) – experimentado para além do contato direto com outros militantes. No tópico seguinte vou tratar desta questão através da exposição sobre a organização *local* da AIB, isto é, dos núcleos. Tratarei não apenas de seu espaço físico, as sedes, demonstrando como estas deveriam, em princípio, serem montadas, mas também das atividades que nelas ocorriam.

4.2 Sedes integralistas

Movimento de alcance nacional, parte de sua organização estava baseada em forte presença local por meio dos vários núcleos espalhados pelo país. A quantidade variava de acordo com o tamanho e penetração do Integralismo nas cidades, havendo tanto núcleos de bairros²² (no Rio de Janeiro havia os núcleos do Andaraí, Ipanema, Laranjeiras etc.) como de cidades²³ (núcleo de Niterói, Campos, Rio Claro, Blumenau etc.). As *sedes* eram, assim, a “manifestação” física do núcleo, pois se previa a existência de um determinado ambiente

²¹ José Loureiro Júnior, que viria a ser genro de Plínio Salgado, era seu Secretário Assistente. Uma foto sua no livro *Imagens do Sigma* (SOMBRA; GUERRA, 1998) revela o uso deste cordão no ombro. Também é possível ver, em outras fotografias de integralistas completamente uniformizados, o uso de várias insígnias e distintivos.

²² Chamados de “distritais”.

²³ Denominados “municipais”.

próprio para os trabalhos e atividades executadas em nome da AIB pelos militantes locais. E como não poderia deixar de ser, os Protocolos e Rituais ofereciam, em seu Capítulo VIII (Artigos 78º a 102º), todos os pormenores relativos às sedes, desde sua definição até o que deveria possuir, passando, inclusive, por seus horários de funcionamento.

As sedes eram definidas como “centros de nucleação dos Integralistas nas Províncias, nos Municípios e nos Distritos, onde se encontram os respectivos órgãos de direção e de onde se irradia o movimento” (EncI, XI, p. 92, Artigo 78º). Sua manutenção e subsistência provinham das contribuições dos militantes que se achavam registrados nos núcleos aos quais pertenciam. Para tanto, pagava-se a Taxa do Sigma²⁴, obrigatória para todos os integralistas (p. 93, Artigo 83º) e que não podia ser inferior a 2\$000 (Artigo 82º)²⁵. Mas além desta contribuição para financiar toda a estrutura da sede e do que mais ela deveria possuir (voltarei a isto a frente), também era necessário um quadro de pessoal para garantir seu funcionamento – as sedes deveriam “permanecer abertas o maior número de horas durante o dia (...) devendo, sempre que convier, funcionar aos domingos e nos dias feriados e santificados” (p. 99, Artigo 99º) – e fornecer um serviço de vigilância com o intuito de garantir a “defesa, ordem e disciplina da casa” (Artigo 98º)²⁶. Quaisquer outros serviços fornecidos pelos núcleos, estivessem eles instalados nas próprias sedes ou não, como escolas, lactários ou ambulatórios médicos²⁷ eram, também, de responsabilidade dos integralistas ligados a eles. Em pesquisa sobre a presença da AIB na cidade de Barbalha (CE), Samuel Pereira de Souza (2010) menciona que o núcleo local possuía um ambulatório médico, cujo responsável era o líder

²⁴ Esta taxa começou a ser cobrada em janeiro de 1935.

²⁵ A documentação disponível sobre a AIB mostra tanto que esta Taxa era paga quanto negligenciada. O jornal *A Razão* (MG), publicava um balancete referente ao dinheiro obtido pelas contribuições dos integralistas e quanto fora gasto no núcleo e em suas atividades. No Fundo Plínio Salgado há uma carta de um militante, dirigida a Plínio Salgado, onde esta pede-lhe dinheiro emprestado e revela que estava há três meses com o pagamento do núcleo atrasado (Cf. POSSAS, 2004b).

²⁶ Por vezes as sedes integralistas foram alvos de ataques. Por exemplo, em novembro de 1935, no Rio de Janeiro, foram lançadas bombas contra as de Ipanema, Vila Isabel e São Cristóvão. Mas episódios de violência também ocorriam entre os próprios integralistas: em março de 1936, na cidade de Jacutinga (MG), um militante foi assassinado por causa de desentendimentos com seus companheiros. É possível que este Artigo dos Protocolos tenha surgido como forma de garantir um mínimo de segurança, embora Custódio de Viveiros, em coluna de novembro de 1934 no jornal *Correio da Manhã* já mencionava a presença de um camisa-verde com cassetete na porta da sede da AIB no centro do Rio de Janeiro (20/11/1934). O mesmo jornal também noticiou que um integralista de plantão na sede foi atingido por um tiro disparado pela própria arma que usava (05/11/1934).

²⁷ “Art. 89º - As sedes Municipais e Distritais deverão instalar, antes de qualquer outra organização de assistência social, uma Escola de Alfabetização e um Posto Médio, destinado a todos os brasileiros” (EncI, XI, p. 97). Isto foi obedecido por alguns núcleos. A AIB também possuía uma Secretaria Nacional de Assistência Social cujo objetivo seria “assistir, defender e socorrer, dentro de suas possibilidades, a todos os brasileiros de modo geral e, em particular, aos integralistas que carecerem de sua proteção” (Cf. EncI, X, p. 93).

local, o médico Pio Sampaio²⁸ (que viria a fazer parte da Câmara dos Quatrocentos); e na mesma sede também funcionava uma escola integralista²⁹. Fotografias e reportagens em periódicos como a revista *Anauê!* e o jornal *A Offensiva* mostram que vários núcleos espalhados pelo Brasil forneciam alguns destes serviços, ou efetuavam “obras de caridade” como distribuição de alimentos e, no Natal, de brinquedos para as crianças (era o “Natal dos Pobres”³⁰).

Esperava-se que todas as sedes obedecessem a um critério de uniformidade, possuindo, inclusive, os mesmos objetos e instalações. Deste modo, todas deveriam possuir: um retrato do Chefe Nacional, posicionado entre as bandeiras nacional e integralista; um mapa do Brasil com o Sigma sobre toda a sua extensão; uma mesa longa ou balcão para ser utilizada nas reuniões e sessões; um cartaz com a seguinte frase: “O Integralista é o Soldado de Deus e da Pátria, Homem Novo do Brasil que vai construir a Grande Nação”; outro com os seguintes dizeres: “Antes de transpores esta porta, consulta o teu coração: és capaz de renunciar prazeres, ambições, interesses, a própria vida, pela grandeza da Pátria? Se ele te disser ‘Sim’, então entra, e encontrarás aqui teus irmãos e tua glória”; um relógio afixado na parede acompanhado da frase: “A nossa hora chegará”; móveis e toda sorte de objetos necessários para o bom funcionamento da sede; e, se possível, uma galeria de retratos dos mártires integralistas. A sede também deveria possuir uma pequena biblioteca com todos os livros indicados na Bibliografia Integralista além de alguns documentos, tais como o Manifesto de Outubro, o Manifesto-Programa³¹, os Estatutos da AIB, as Diretrizes Integralistas, os regulamentos das Secretarias e os Protocolos e Rituais³². Era recomendada, também, a aquisição dos principais periódicos, como o jornal *A Offensiva* e as revistas *Anauê!* e *Panorama*. Do lado de fora deveria haver dois mastros, um verde e amarelo e outro azul e

²⁸ “O local de consulta médica também era o do convite para a participação no movimento. Se levarmos em consideração que, em Barbalha, dos anos de 1930 e 1940, o serviço de saúde se constituía de forma escassa e os cuidados médicos eram regalias de poucos, esses locais (...) se revestiam como espaços importantes para a divulgação de seu pensamento” (SOUZA, 2010, p. 101).

²⁹ O jornal integralista *A Razão*, do Ceará, assim referiu-se à criação da escola: “Em primeiro de maio foi fundada a Escola Integralista, sob a direção dos camisa-verdes Antonio Leite Gondim, José Feijó de Sá, da companheira Argentina Torres, a professora Zuleide de Carvalho e Alacoque Sampaio, que além das noções constantes dos programas escolares, ensinam o verdadeiro civismo, o culto à Pátria, e as nossas tradições” (apud SOUZA, op. cit., p. 99).

³⁰ Sobre o Natal dos Pobres, foi noticiado no jornal *Folha da Manhã*: “No dia 24 deste mês na sede do Sub-Núcleo integralista à rua da Mooca nº 501 foi realizou-se a distribuição de donativos de Natal as famílias pobres e aos operários daquele populoso districto. Os trabalhos anunciados para as 15 horas do dia prosseguiram até as 18 horas (...). Os populares desde as 10 horas haviam tomado os arredores da sede integralista, notando-se a presença de muitas crianças e de suas progenitoras (...)”.

³¹ Documento que servia de base para a candidatura da AIB na eleição presidencial.

³² Também deveria constar a Constituição Federal vigente, o Código Eleitoral, Partituras dos hinos nacional e integralista e uma coleção do jornal Monitor Integralista.

branco para serem içadas as bandeiras nacional e integralista e uma placa onde se lia Ação Integralista Brasileira (EncI, XI, p. 93-96, Artigo 86º). Por fim, era solicitado que a sede se esforçasse em possuir “uma banda de música ou uma simples fanfarra” (Ibid., p. 97, Artigo 90º). Ficava vedado o uso de nomes de pessoas vivas, integralistas ou não, para quaisquer instalações (escolas, ambulatórios, bibliotecas etc.), incluindo o nome do Chefe Nacional. Deste modo, recomendava-se o nome de integralistas falecidos, notadamente seus mártires, bem como

de brasileiros mortos ilustres, que se recomendarem à Pátria pelos seus feitos guerreiros, políticos, científicos ou literários, nomes de lendas e nações indígenas, de rios, cidades, acidentes geográficos mais importantes da nossa Terra e, finalmente, de datas caras aos brasileiros e, em particular, aos “Camisas-Verdes”. (p. 97, Artigo 91º)³³.

Os núcleos em áreas rurais estavam isentas de grande parte destas exigências, devendo, contudo, possuir um local para reuniões, um retrato do Chefe Nacional, as bandeiras nacional e integralista, o Manifesto de Outubro e o Manifesto-Programa (p. 98, Artigo 93º).

As sedes, assim, deveriam fornecer um ambiente propício para as reuniões e toda sorte de atividades a serem executadas pelos núcleos. Particularmente interessante é como elas eram caracterizadas pela AIB e como o militante deveria portar-se em seu interior:

A sede é a casa do Integralista, sua tenda de trabalho pela Idéia, que ele deve frequentar com toda assiduidade e onde deve permanecer de maneira impecável. *Ali não se discute política, religião, pugnas de futebol, nem se fala mal de ninguém.* Deve haver uma alegria sã, comunicativa, pois todos, ali, são companheiros, ricos e pobres, poderosos e humildes, e ali estão unidos pelo Bem do Brasil (p. 99, Artigo 97º [grifo meu]).

Foi característico da AIB a criação de formas de intervenção sobre o comportamento dos militantes a fim de criar e fornecer-lhes uma condução de vida condizente com os valores integralistas (tópico 4.3). Semelhantemente ao que se viu anteriormente sobre as interdições que recaiam sobre o uso da camisa-verde (ingerir bebidas alcoólicas, frequentar cassinos etc.), buscava-se regular as atitudes do militante, agora no interior das sedes, deixando claro quais assuntos não deveriam ser abordados nas conversas, além das prescrições relativas ao trabalho³⁴ e convívio com outros companheiros. Pretendia-se, assim, a criação de um espaço

³³ Esta ordem não foi totalmente obedecida, pois assim como houve escolas com os nomes dos mártires (Nicola Rosica, Caetano Spinelli), de intelectuais (Jackson de Figueiredo, Euclides da Cunha), personagens históricos (Tiradentes, Pedro II), datas integralistas (Sete de Outubro), houve outras que levavam o nome de Plínio Salgado, Olbiano de Melo, Gustavo Barroso (Cf. CAVALARI, 1999, Anexo I).

³⁴ Estava previsto que “A autoridade integralista que faltar a três expedientes consecutivos, sem causa justificada, fica sujeito a perda do cargo” (EncI, XI, p. 99, Artigo 100º, § Único). Este controle parece ter sido exercido (pelos próprios militantes dos núcleos), pois no Fundo Plínio Salgado há um documento do núcleo de Araraquara (SP) no qual é questionada a ausência de um integralista que não apenas faltou a uma reunião como não apareceu na sede para trabalhar. São solicitados, assim, motivos aceitáveis sobre tais faltas (Pi 36.12.03/1).

de igualdade entre os presentes, de modo que a sede virava um local de sociabilidade dos integralistas, formando um sentimento de solidariedade entre eles enquanto compunha parte de sua vida diária, fosse no exercício de atividades “administrativas” ou em momentos de lazer ou descontração. Laços afetivos eram formados a partir das relações construídas ao redor do Integralismo, o que podia acarretar, inclusive, uma suspensão dos limites entre o espaço da sede e das residências dos militantes por conta de festividades tais como aniversários (Cf. BRUSANTIN, 2004):

As relações entre os membros iam além das afinidades ideológicas e alcançavam o seio familiar cultivando laços de amizade. É interessante notar que todos os filiados podiam desfrutar da estreita ligação entre o lar e núcleo: ferroviários, médicos, advogados, funcionários públicos, operários e donas de casa. Estas, por sinal, tornavam-se a[s] própria[s] coordenadoras das sessões uma vez que certamente eram as responsáveis pelos preparativos da *festa-sessão* (p. 87).

Relacionamentos amorosos também se estabeleceram no contexto do movimento integralista, como foi o caso do já citado líder integralista da cidade de Barbalha, Pio Sampaio, cuja trajetória no movimento “foi marcada por uma romance” (SOUZA, 2010, p. 77), pois em visita oficial a Fortaleza pela AIB conheceu Maria Letícia Lima, que chefiava o departamento feminino integralista local³⁵ e tornou-se sua esposa³⁶.

Tudo isto, claro, ocorria paralelamente às práticas “oficiais” ocorridas na sede, como a realização das reuniões, conferências, sessões doutrinárias, cursos³⁷ e vários outros eventos, estivessem eles vinculados ao movimento nacionalmente, como a realização das grandes cerimônias, como da Noite dos Tambores Silenciosos³⁸, ou localmente³⁹. Neste caso particular tratavam-se, sobretudo, de atividades diversas que possuíam alguma ligação direta com o ambiente circundante, por exemplo, os festejos no dia 28 de setembro em homenagem

³⁵ Maria Letícia Ferreira Lima foi uma integralista fervorosa e bastante engajada no movimento integralista, ocupando-se, como era o caso de muitas mulheres, com questões educacionais, sendo uma referência para a AIB no Ceará (ela foi, inclusive, mencionada em um discurso de Hélder Câmara sobre a “pedagogia integralista”).

³⁶ Em carta, Pio Sampaio assim referiu-se ao encontro com ela: “O chefe em exercício, o Sr. Pedro Cruz atendeu-me com invulgar atenção, e me convidou a acompanhá-lo à reunião do departamento feminino do partido, a que aquiesci prontamente. Ao ingressar no salão, discursava com apreciável desenvoltura e convicção partidária a sua diretora, a Letícia. Finda a sessão, fui-lhe apresentado, e ao longo da viva conversa, voltada naturalmente para os interesses e crescimento do movimento, surgiu-nos, não há dúvida, certa aproximação afetiva” (apud SOUZA, 2010, p. 78).

³⁷ Relembro, aqui, o curso de História do Brasil dado por Hélio Vianna no núcleo do Distrito Federal. Outro exemplo foi o curso de Sociologia dado pelo professor Onofre Penteado no núcleo de Rio Claro (BRUSANTIN, op. cit., p. 79-80). A palestra inaugural foi, inclusive, transmitida pelo rádio. O curso foi realizado no mês de junho de 1934 e abordou diversos temas e autores – são citados, dentre estes, “Parito” (Pareto?) e “Simmel” (Simmel?) (Ibid, p. 80, nota 98).

³⁸ Esta cerimônia foi instituída para lembrar fatos relativos ao movimento, como a extinção de sua milícia e o aniversário do lançamento do Manifesto Integralista em 1932. Tratarei dela a frente (tópico 4.4).

³⁹ Brusantim (2004) apresenta quadros com as várias atividades realizadas pelo núcleo de Rio Claro (SP) onde se pode verificar sua dinâmica (p. 60-61 e 64).

ao bairro de Vila Isabel (RJ), realizados pelo núcleo do Andaraí. Ou a festa organizada pelo núcleo de Petrópolis (RJ) em benefício do Asilo dos Desvalidos desta cidade, onde houve a realização de “kermesse, leilão de prendas, barraquinhas, sessão cinematográfica” (*A Noite*, 10/06/1936). Mas também houve ocasiões nas quais foram feitos esforços em conjunto, como a homenagem prestada a Carlos Gomes, na cidade de Campinas (SP), que foi organizada pelo núcleo desta cidade junto com as lideranças do estado e com o apoio da Secretaria Nacional de Cultura Artística.

A atuação no movimento não apenas fazia parte da vida cotidiana dos militantes, apresentando-se como mais uma experiência e vivência diárias, como se encontrava integrado ao restante do ambiente ao seu redor. Criava-se, assim, uma situação de interdependência material e ideal a qual envolvia a AIB, os militantes e o restante do local onde as sedes achavam-se instaladas. Aliás, é a partir de tal interdependência e participação na vida social que se revelam as *exigências materiais* as quais marcavam a presença do movimento nas rotinas da vida cotidiana, submetendo os indivíduos aos seus imperativos. A Taxa do Sigma é, sem dúvida, o maior exemplo, pois era um meio de garantir a subsistência e funcionamento das sedes, mas não foi o único, visto que o movimento também usufruía de doações⁴⁰. Além disto, os núcleos possuíam outras fontes de renda na venda de material de propaganda, fotos de Plínio Salgado, camisas, livros e periódicos; e os integralistas que não podiam arcar com o pagamento em dinheiro, contribuía com serviços prestados para a manutenção das sedes e outras instalações, como as escolas (SILVA, 2011, p. 86-87). E inspirada pela campanha “Ouro para o bem de São Paulo”, de 1932, a AIB também criou sua Campanha do Ouro, em 1937, a fim de arrecadar fundos para o movimento.

Mas as sedes também foram palco de atos de violência (nota 21), tanto na forma de alvos de ataques a bombas ou tiros quanto de palco para contendas entre os próprios integralistas. O jornal *Folha da Manhã* (21/03/1936) noticiou um grave incidente ocorrido na sede da cidade mineira de Jacutinga: o comerciante Décio Farah, chefe do núcleo local⁴¹, deixara o movimento e fora acompanhado por outros companheiros. Em represália, os integralistas passaram a mover uma campanha difamatória contra Décio que, em resposta, redigiu um manifesto onde expôs os motivos para seu afastamento. Os camisas-verdes, então, marcaram uma reunião em sua sede para discutir e rebater o manifesto. Quando Décio descobriu que “seu nome era visado pelos mais exaltados vilipêndios, que sua honra era

⁴⁰ Giselda Brito Silva (2011) mostra que as doações podiam variar de 100\$000 a 1:000\$000 (p. 87).

⁴¹ De acordo com a entrevista fornecida por seu irmão na reportagem, era Décio quem pagava o aluguel e o fornecimento de energia elétrica para a casa onde funcionava a sede integralista.

rudemente atacada”, resolveu ir até o núcleo para esclarecer a situação. Conseguiu adentrar, armado, a sede e foi até a mesa onde se realizava a sessão, porém, foi logo agarrado pelos antigos companheiros que o desarmaram e usaram sua própria arma para matá-lo. Amigos e o irmão de Décio, ao descobrirem que este havia se dirigido à sede foram atrás dele, sendo recebidos a tiros pelos militantes. Ao todo foram dois mortos e três feridos (um deles um integralista que, ao fugir da sede, caiu e fraturou a cabeça)⁴².

A sede integralista era o centro da vida dos militantes. Espaço de sociabilidades (por vezes violenta), nela eram criados não só laços afetivos como se forneciam serviços tanto aos camisas-verdes quanto à população local. Com a realização de atividades variadas, restritas ao ambiente local ou referentes ao movimento nacionalmente organizado, buscou-se criar uma solidariedade capaz de prolongar-se pelo cotidiano, não se restringindo apenas à identificação, entre os militantes, mediante o uso dos mesmos símbolos. Importava, assim, criar um convívio que se inserisse nas rotinas da vida diária, fosse através do trabalho regular na sede ou frequentando as reuniões e outras práticas propostas. Evidentemente os objetivos políticos da AIB contribuíam diretamente para a criação de toda esta estrutura, mas não se pode perder de vista a forma como os integralistas relacionavam-se com ela, tendo uma participação extremamente *ativa* em seu desenvolvimento, de modo que suas experiências no movimento passaram a vincular-se à sua própria biografia, compondo a *durée* da vida social. Até mesmo os horríveis atos de violência perpetrados pelos camisas-verdes, como os mencionados acima, apontam para o grau de penetração e o peso do Integralismo em suas vidas, pois uma “quebra” nesta “solidariedade integralista” ou qualquer ato que lhes ofendesse os sentimentos gerava um impulso à punição – como escreveu Durkheim, “A pena consiste numa reação passional”.

4.3 A condução da vida integralista

Desde os primeiros textos veiculados por Plínio Salgado no jornal *A Razão*, já se percebia uma crítica do comportamento “burguês”: egoísmo, luxúria, indiferença, desprezo pelos mais pobres, pela família e pela religião eram facilmente observados em sua retórica inflamada dirigida à “burguesia” nacional e internacional. Diante disto, não seria inesperado que o mesmo Plínio Salgado apontasse, então, qual seria o comportamento *correto* que deveria conduzir e orientar as ações individuais: abnegação, desapego e autossacrifício eram

⁴² Em Recife (PE) também houve um incidente semelhante, porém este não terminou em morte. O integralista Gilberto Osório manifestou-se em um editorial contra as lideranças da AIB em Pernambuco. Quando se dirigiu à sede local para esclarecer suas razões, foi atacado pelos companheiros, conseguindo revidar as agressões (*Correio Paulistano*, 30/05/1936).

alguns de seus princípios mais fundamentais. E durante toda sua atuação diante da AIB, ele não abandonou a ideia de que, para a vitória do movimento, antes era preciso uma vitória do indivíduo sobre si mesmo de modo a transformá-lo internamente. À esta necessidade de mudança interior, de sentimentos e condutas, Plínio Salgado deu o nome de *revolução do espírito* (a qual também encerrava outros aspectos)⁴³. Mas não bastavam somente suas exortações, bastante enfáticas e emotivas. Tanto é que se criaram *regras de conduta* (EncI, XI, Capítulos XVIII e XIX⁴⁴) cujo objetivo era intervir e reger a vida dos militantes. Não poderia haver transformação interior sem mudança de comportamentos e atitudes na vida diária. O que já se antevia em alguns dos regulamentos da AIB (e citados nos tópicos anteriores) foi, assim, completamente sistematizado e ordenado.

O comportamento do camisa-verde deveria servir de exemplo, afinal, tratava-se de alguém cuja devoção era voltada para Deus, para a Pátria e para a família. Além disto, ele possuía uma “missão histórica a cumprir” (EncI, XI, p. 136, Artglo 225º), de modo que sua conduta exemplar tornava-se um instrumento central para o sucesso do projeto integralista, pois, visto que parte da transformação da ordem social almejada pela AIB – e mesmo a criação de uma nova etapa da História mundial (Capítulo 5) – teria como ponto de partida a mudança dos/nos próprios indivíduos, então era preciso “mostrar” as outras pessoas como proceder na vida cotidiana. A “salvação” que o movimento se propunha a trazer passava pela adoção de um caminho exemplificado (não apenas pelo Chefe Nacional, pois ele próprio esforçava-se em mostrar-se como uma pessoa abnegada e disposta a grandes sacrifícios, mas também pelo restante de seus seguidores). Se a realização de atividades previstas pela AIB (as reuniões, sessões doutrinárias, conferências, cerimônias, trabalho nas sedes etc.) puder ser considerada como a implantação de um comportamento eminentemente *prático* na vida do militante, as normas postuladas viriam a complementá-lo, formando um novo modo de viver orientado por novos valores e ideias. Deste modo, “O Integralista deve ser franco, esforçado, pontual, corajoso e despido de vaidade. Deve praticar todas as virtudes que dignificam o homem e abster-se de tudo que o possa comprometer perante a sociedade” (Ibid., p. 136-137). Afora a referência clara ao primeiro tópico do Manifesto Integralista⁴⁵ que lançou a AIB em outubro de 1932, o que demonstra e incorporação e reprodução das ideias e preceitos mais

⁴³ Tudo isto será trabalhado no Capítulo 5.

⁴⁴ Estes dois capítulos representam a principal e mais clara tentativa de ordenamento do comportamento do camisa-verde, mas ao longo dos diversos artigos e capítulos que compõem não apenas os Protocolos e Rituais como os regulamentos de outros órgãos, pode-se observar esta tentativa. Limitarei minha abordagem aos artigos presentes nos Protocolos.

⁴⁵ No Manifesto: “O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e aperfeiçoam”. Nas regras de conduta: “[O integralista] Deve praticar todas as virtudes que dignificam o homem”.

básicos do Integralismo, observa-se a tentativa de atuação não apenas sobre o “caráter” do indivíduo (franqueza, modéstia), mas também sobre uma dimensão comportamental (pontualidade) – afinal, ambos “lados” dos indivíduos achavam-se integrados e precisavam transformar-se conjuntamente. Além disto, como dito, era preciso portar-se com retidão diante do restante da sociedade, pois deveria servir-lhe, em última análise, como guia. Se tais regras possuíam um caráter geral, logo se dedicava especial atenção a questões bem particulares e direcionadas.

[O integralista] Deve evitar a vida faustosa e ostensiva de prazeres materiais que contrasta com a miséria de milhões de brasileiros. Deve abster-se de tomar parte em banquetes e festins de caráter burguês. As refeições em que tomarem parte coletivamente devem ter um cunho absolutamente popular e nelas não deverá ser permitido o consumo de bebidas que tenham alta percentagem de álcool. Deve ainda o Integralista evitar qualquer ostentação de luxo ou de opulência, ou a exibição dos costumes paganizados tão comuns na sociedade burguesa (p. 137).

Uma espécie de “ética da pobreza” era constantemente defendida pela AIB, a qual parecia propor, ao seu militante, um ideal “monástico”, uma vida pautada pela renúncia aos valores e bens materiais – algo que, decerto, encontrava também suas razões na necessidade de manter, *materialmente*, o movimento: “O Integralista deve ter sempre em mente que há milhares de companheiros que se desfazem de suas alianças, de suas últimas joias de família, por amor ao movimento” (p. 137). Se por um lado a ostentação poderia ser “custosa” à AIB, pois recursos valiosos seriam “desviados”, por outro haveria uma firme crença na ideia (bíblica) de que “é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus”. As posses materiais e, sobretudo, seu *uso*, sinalizariam para um abandono do espírito e das finalidades transcendentais do ser humano. Além disto, surgia aí uma distinção nítida entre o modo de vida (e seus portadores) condenado pelo Integralismo e outro por ele defendido e proposto. A riqueza e uma série de outros comportamentos identificados como “burgueses” eram associados a uma vida decaída, a uma sociedade corrompida. Enquanto isto, o “ascetismo” propalado pela AIB revestia-se de superioridade moral, pois conquanto os integralistas se mantivessem afastados dos valores e práticas burguesas, ficariam longe da corrupção daí advinda⁴⁶. Deste modo, pulsava no cerne de tal regulamentação a imperativa necessidade do integralista abrir-se para a *compaixão*⁴⁷:

A magia da compaixão era a de que ela abria o coração do desgraçado aos sofrimentos dos outros, pelo que estabelecia e confirmava o laço “natural” entre os homens que apenas os ricos haviam perdido. Onde a paixão, a capacidade de sofrimento, e a compaixão, a capacidade de sofrer com outros,

⁴⁶ Relembro que estas questões serão retomadas no Capítulo 5, o que permitirá sua melhor compreensão.

⁴⁷ Cf. ARAÚJO, 1987.

termina[m], começa o vício. *O egoísmo era uma espécie de depravação “natural”*. (ARENDDT, 1971, p. 80 [grifos meus]).

Os problemas centrais a serem combatidos por uma nova condução da vida eram, assim, os vícios “típicos” da sociedade burguesa, das classes abastadas. Daí a prescrição de um código moral que deveria informar o comportamento do militante, sobretudo em sua vida privada.

É preciso também que jamais se diga que o Camisa-Verde frequenta casas de jogo ou de tolerância; que se embriaga ou que tem qualquer vício; que sendo casado deixa de cumprir os deveres de esposo e de pai; que seja um ridículo conquistador ou um condescendente para com incorreções familiares; que se imiscua em desordens; que compareça a rodinhas de politiquinhos ou ande em companhias reprováveis; que seja incorreto em seus negócios particulares ou comerciais (EncI, XI, p. 137).

As restrições visavam também, de forma específica, os integralistas que ocupavam algum cargo no movimento, para quem eventuais punições seriam mais pesadas, pois sua posição na hierarquia correspondia diretamente à sua responsabilidade perante o restante do movimento. Por isto ficavam proibidos de “frequentar cassinos, clubes ou cabarés de jogo ou de prazeres, nem praticar o comércio de agiotagem ou de negócios escusos” – previa-se uma demissão automática do cargo o camisa-verde que infringisse tal regra (p. 137, Artigo 226º). Impunha-se, assim, sobre o militante, uma “consciência do dever” a qual o impelia a agir corretamente não apenas em sua vida particular e quando no trabalho em prol do país, mas também se compadecendo das outras pessoas, inclusive em situações de calamidade pública, onde era seu dever “prestar assistência e socorros a todos os brasileiros” (p. 138, Artigo 227º).

Ainda de acordo com estes capítulos específicos dos Protocolos e Rituais, havia um “Regulamento de Conduta dos Camisas-Verdes”, citado no Artigo 234º (p. 139), o qual tratava das penas a determinadas transgressões disciplinares e fazia parte dos regulamentos da Secretaria Nacional de Educação⁴⁸. Não foi possível localizar, durante a pesquisa, este Regulamento específico, porém acredito tratar-se de uma pormenorização das Regras de Conduta apresentadas aqui, acompanhada dos detalhes acerca das faltas e punições. Isto somente reforça o que foi mencionado sobre os esforços da AIB em criar novas formas de orientação do comportamento e agir individuais: de um lado, o comprometimento com o movimento mediante o trabalho e dedicação a ele, incluindo-se aí a disponibilização de recursos para mantê-lo; do outro, a revolução de atitude e sentimento. Importava, assim, uma nova condução da vida, condizente com os novos tempos e novos homens e mulheres que surgiriam.

⁴⁸ De acordo com o mesmo artigo, a lista de transgressões e penas estender-se-ia por dezenas de artigos (9º a 75º).

Antes de passar para o tópico seguinte, gostaria de sublinhar, dentre as várias regras que compunham esta condução da vida, aquelas mais diretamente relacionadas a aspectos do comportamento do militante em sua dimensão “social”, isto é, relativas ao convívio com outras pessoas⁴⁹. Refiro-me, assim, as regras sobre como se portar no interior da sede ou as interdições que recaíam sobre os integralistas (como evitar bebidas alcoólicas) além, é claro, das exigências referentes às suas obrigações para com o movimento. Gostaria de sugerir, a partir deste conjunto particular de regras, que sua existência remete à tentativa de inculcar na militância uma *ética do trabalho*. Recordo, no capítulo anterior, que seria uma das tarefas do Estado Integral emplacar uma reforma ético-moral do povo brasileiro e um de seus meios era através do trabalho (tópico 3.4). Como apontei, para o Integralismo, o trabalho era um dever social e essencial para a própria existência da pessoa. Sua importância pode ser confirmada na crítica que Miguel Reale fez de Aristóteles por desprezar o trabalho e considerá-lo como “pena, esforço e sacrifício”. Para Reale, era justamente o contrário.

Somente o Cristianismo é que deu ao homem a capacidade de encontrar a alegria no trabalho, com a redenção do trabalhador. Para nós hoje, o trabalho é uma alegria espiritual, uma condição imprescindível, à afirmação de nossa personalidade. É no trabalho que nos tornamos criadores, e é criando que o homem que se diferencia de seus semelhantes (REALE, 1983 [1936], p. 112).

Anor Butler Maciel, outro intelectual integralista, citando a Bíblia (“Comerás o pão com o suor do teu rosto”) escreveu que era preciso “reconhecer que é necessário que o homem trabalhe para manter a vida. É mesmo o único recurso normal para mantê-la” (MACIEL, 1936, p. 96). O elemento religioso reforça esta valorização de modo que o trabalho, no Integralismo, tornava-se crucial, a fonte não só do sustento individual como da própria existência.

Ora, não é preciso lembrar que a política trabalhista fora um dos principais elementos do governo Vargas desde seus primeiros momentos – a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ocorreu em novembro de 1930 – e questões acerca do trabalho estavam na ordem do dia⁵⁰. Como instrumento de controle social e caminho para modernização, o trabalho seria um meio de organização do país e transformação do “caráter nacional”. Neste sentido, o movimento integralista tencionava “preparar” os militantes para uma nova ordem calcada sobre a centralidade do trabalho, o que se expressava principalmente em seus esforços em discipliná-los, em enquadrá-los em um comportamento “correto” (ordeiro e cômico de

⁴⁹ Não me refiro, então, àquela dimensão “individual”, ou seja, da transformação *interna*, da mudança de atitudes e sentimentos característica da revolução do espírito.

⁵⁰ Intelectuais ligados à “causa educacional” na década de 1920 ocuparam-se também com questões ligadas ao trabalho – a figura do brasileiro indolente, “vadio”, avesso ao trabalho metódico, deveria ser superada pelo trabalhador produtivo e disciplinado (Cf. CARVALHO, 1997). Dentre estes intelectuais ocupados com as questões da educação e do trabalho estava Belisário Penna, que se filiou à AIB na década de 1930.

suas obrigações e da hierarquia na qual estaria inscrito). A meu ver, a condenação de atitudes que remetiam a vícios (bebida e jogo) ou a recomendação de um convívio harmônico (no interior das sedes, evitando-se conversas que levassem a discussões) visavam provocar no indivíduo um controle de si, o que contribuiria, por sua vez, para sua adequação à ordem do trabalho regular e disciplinado. Acredito que o aspecto militar da AIB, combinado a condução da vida por ela proposta, não tinha como alvo a militarização dos integralistas e da sociedade brasileira, mas sim sua disciplinarização para o trabalho. Os valores relacionados à autoridade, apontados como parte do núcleo axiológico do Integralismo, concorreriam, também, para a criação de uma ética do trabalho.

4.4 Cerimonial e ritualística integralistas

Não é possível debruçar-se sobre o movimento e não atentar para a recorrência de cerimônias e rituais, verificados em vários momentos da vida do integralista, achando-se parte constituinte das práticas integralistas. Tanto os eventos diretamente relacionados à AIB (realização de sessões e reuniões, ingresso na AIB, festejos) quanto aqueles voltados ao militante (casamentos, batizados etc.) apresentavam algum tipo de cerimonial ou ritualística de modo a reforçar simbolicamente os laços que mantinham o movimento unido, bem como buscavam marcar a presença constante do Integralismo na vida social como um de seus centros coordenadores. Para a exposição neste tópico, farei uma divisão em quatro pequenos grupos com o intuito de melhor apresentá-los. O primeiro, *básico*, engloba os cerimoniais mais comuns ao movimento, como juramentos e diálogos estabelecidos entre os militantes; o segundo, *particular*, trata das cerimônias de batizados, casamentos e funerais; o terceiro, *individual*, encerra os rituais de ingresso e expulsão da AIB; e o quarto, *especial*, refere-se aos rituais e cerimônias em datas específicas, diretamente relacionadas à história da AIB⁵¹.

O cerimonial básico, cujos elementos achavam-se presentes em praticamente qualquer atividade do movimento, compunha-se do canto dos hinos integralista e nacional⁵² bem como dos juramentos ao Chefe Nacional e à Bandeira Nacional – nas reuniões integralistas, previa-se seu início com o hino integralista e seu término com o nacional, bem como um novo juramento de fidelidade ao líder dos camisas-verdes. Tal juramento ocorria durante o ato de

⁵¹ Note-se que busco fazer uma diferenciação entre ritual (ritualística) e cerimônia (cerimonial), pois pretendo, com o primeiro, demarcar um momento de transformação ou transição do indivíduo que a ele se submete, como um rito de passagem (Cf. VAN GENNEP, 2011). No caso das cerimônias, tratam-se de ato formais onde, no entanto, não ocorre tal “transformação” por parte dos envolvidos.

⁵² Embora todo o Hino Nacional fosse ensinado aos militantes, estes só podiam cantar a primeira parte, pois a segunda, por inicia com “Deitado eternamente em berço esplêndido” não caracterizava o estado presente do Brasil, que se colocara de pé pela ação do Integralismo.

filiação à AIB, selando o compromisso da pessoa com o movimento – mas também era renovado constantemente nas mais diversas ocasiões, com ou sem a presença de Plínio Salgado. Previa-se, assim, o seguinte texto a ser repetido pelo camisa-verde: “Juro por Deus e pela minha honra trabalhar pela Ação Integralista Brasileira, executando, sem discutir, as ordens do Chefe Nacional e dos meus superiores” (EncI, XI, p. 110, Artigo 146º). Para as crianças integralistas (os plinianos), propunha-se o seguinte:

Prometo ser um soldadinho de Deus, da Pátria e da Família; prometo ser obediente a meus pais, a meus mestres e a meus chefes; prometo ser amigo de meus irmãos, colegas e companheiros, prestando-lhes serviço, defendendo-os e amando-os; prometo ser aplicado nos estudos para tornar-me útil a Deus, à Pátria e à Família; prometo cumprir o Regulamento dos Plinianos (p. 111, Artigo 148º).

O juramento à bandeira era o mesmo para todos os integralistas (incluindo os plinianos a partir de 10 anos): “Bandeira da minha Pátria: Prometo servir ao Brasil, na hora da alegria e na hora do sofrimento, no dia da glória e no dia do sacrifício. Prometo respeitar a liberdade, a justiça, e a lei. Prometo defender na sua pureza o legado moral e na sua integridade, o patrimônio territorial que recebi dos meus antepassados. Salve Bandeira do Brasil” (Artigo 149º). É possível, em várias descrições de eventos integralistas presentes em reportagens de jornal encontrar o juramento ao Chefe Nacional como parte deles, e quanto este achava-se presente, ocorria também o seguinte diálogo, iniciado por Plínio Salgado, estabelecido entre este e seus seguidores (Artigo 128º).

- Brasileiros! De quem é o Brasil?
- “È nosso!”
- Integralistas!
- “Pronto!”
- Quem poderá deter a marcha do exército verde?
- “Ninguém!”
- Camisas-Verdes!
- “Pronto!”.
- Pelo Brasil! Futura potência entre as potências, que nós construiremos com a energia do nosso espírito, com a força do nosso coração e com a audácia do nosso braço, três Anauês!
- “Anauê!” “Anauê!” “Anauê!”.

Parece-me importante sublinhar que este tipo de prática, e as emoções que deveriam provocar nos militantes, não limitavam as manifestações dirigidas aos símbolos nacionais, como o hino ou a bandeira, ao contexto integralista, isto é, não ficavam circunscritas aos eventos e festejos da AIB. O jornal *Correio de S. Paulo* (20/11/1936) relatou em reportagem sobre a comemoração do Dia da Bandeira que, ao seu término, quando começaram os primeiros acordes do hino nacional, várias pessoas presentes ergueram os braços e assim permaneceram durante sua execução. Em determinado momento, um integralista, “subindo

sobre uma [c]adeira, se pôs a dar vivas ao Integralismo e ao sr. Plínio Salgado, o que provocou protestos, assobios e ‘morras’”. Houve um princípio de tumulto e quando, “Alguém do nosso lado se pôs a gritar ‘Viva a Democracia!’”, isto “provocou alarido dos ‘camisas-verdes’, que romperam em anauês e vivas à sua ideologia”. Felizmente, diante das ordens de “calma” e “silêncio” que partiram das pessoas no local, a situação acalmou-se.

O cerimonial *particular* levou os símbolos integralistas para a vida dos militantes em ocasiões como funerais, casamentos e batizados, somando-se aos elementos católicos destes. No caso daqueles que desejassem “solenizar o batizado de seu filho com o ritual do Sigma” (EncI, XI, p. 113, Artigo 155º), previa-se que os pais e padrinhos da criança compareceriam trajando a camisa-verde e que os plinianos do núcleo ao qual aqueles pertenciam, todos uniformizados, ficariam perto da pia batismal. Quando ocorresse a benção, os integralistas deveriam erguer o braço na saudação do movimento, porém mantendo-se em silêncio. Por fim, a criança era envolta na bandeira integralista e os presentes, ao saírem, passariam pelos plinianos em formação e com o braço erguido. Do lado de fora, o pai ou o padrinho apresentaria a criança: “*Companheiros! F... (nome da criança), recebeu o primeiro sacramento da fé cristã. Ao futuro pliniano, o primeiro Anauê! Os presentes responderão: Anauê!*” (Ibid., p. 113).

Para os casamentos, previam-se elementos distintos para os atos civil e religioso⁵³, com predominância para o primeiro. A noiva, no civil, deveria trajar a camisa-verde; no religioso, “deverá estar conforme a tradição brasileira, isto é, com o próprio vestido de noiva, grinalda e véu” (p. 114, Artigo 156º), e traria o distintivo integralista preso próximo ao coração. O noivo, em ambos os casos, usaria a camisa-verde⁵⁴, assim como todos os outros militantes presentes – além das eventuais insígnias e distintivos que o integralista possuísse. Ao término da cerimônia civil, o integralista mais graduado na hierarquia da AIB diria:

Integralistas! Nossos companheiros F. e F. acabam de se unir perante a Bandeira da Pátria, assumindo em face da Nação Brasileira as responsabilidades que tornam o matrimônio, não um ato egoístico do interesse de cada um, mas um ato público de interesse da Posteridade, da qual se tornaram perpétuos servidores. Pela felicidade do novo casal, ergamos a saudação ritual em nome do Chefe Nacional. Aos nossos companheiros F. e F. três Anauês! (p. 114).

Caso aquela fosse realizada na sede, as bandeiras nacional e integralista seriam colocadas em lugar de destaque para simbolizarem o “altar da Pátria”.

⁵³ A sede do núcleo integralista era oferecida para a realização da cerimônia civil.

⁵⁴ Miguel Reale não usou o uniforme integralista em seu casamento, mas Plínio Salgado, seu padrinho, envergou a camisa-verde na cerimônia. Mas isto não significa que tais regras não eram obedecidas, pois são facilmente encontradas fotografias de casamentos onde os noivos encontram-se devidamente uniformizados.

Para os funerais era destacada “uma guarda de Camisas-Verdes [que] velará a câmara do companheiro morto” (EncI, XI, p. 115, Artigo 157º). O caixão seria coberto pela bandeira integralista e todos os militantes presentes no enterro, trajando a camisa-verde, tomariam parte na cerimônia da “chamada” do morto: alinhados junto à sepultura, aguardariam em silêncio até o momento em que o integralista mais graduado pronunciaria o seguinte:

“Integralistas! Vai baixar à sepultura o corpo do nosso companheiro F... (nome do falecido), transferido para a Milícia do Além”. Fará um rápido panegírico do morto, findo o que dirá: - “Vou fazer a sua chamada; antes, porém, peço um minuto de concentração em homenagem ao companheiro falecido”. Esgotado esse minuto, será feita a chamada do morto (...). (p. 116).

A chamada consistia em anunciar o nome do integralista falecido, diante do que todos os militantes responderiam “Presente!”, e em seguida: “No Integralismo ninguém morre! Quem entrou neste Movimento imortalizou-se no coração dos ‘Camisas-Verdes’!... Ao companheiro F... (falecido) três Anauês!” (p. 116)⁵⁵. E na visita feita a um colega morto, deveria o integralista saudá-lo, mantendo o braço erguido por dez segundos.

Deve-se notar nestes três casos que não havia um cerimonial próprio do movimento, mas, sobretudo, como colocado acima, um transplante da simbologia para outros existentes, de modo que não substituíssem os componentes religiosos ou submetiam-nos à sua lógica. Tanto o batizado quanto o casamento religioso, por exemplo, não previam qualquer tipo de manifestação no interior das igrejas, com exceção das saudações, mas estas eram sempre silenciosas. A apresentação da criança após o batizado era feita do lado de fora, e o pronunciamento no casamento ocorria apenas depois do ato civil. Neste sentido, o Integralismo inseria-se no cotidiano do militante também por meio da esfera religiosa, contudo, não pretendia substituí-la.

Por sua vez, no terceiro grupo temos aquilo mais perto de uma “ritualística”, embora extremamente simples, que se referia ao ingresso e eventual expulsão da AIB. No primeiro caso, a pessoa interessada em inscrever-se no movimento integralista, após preencher fichas de cadastro no núcleo, era questionada pelo camisa-verde mais graduado, que lhe perguntava: “Já pensou maduramente na responsabilidade que vai assumir?” (EncI, XI, p. 109, Artigo 145º). Diante da assertiva, o integralista aceitava a nova inscrição, mas estabelecia um prazo de “noventa dias para prestar juramento, em homenagem ao Chefe Nacional que o esperou desde 7 de Outubro de 1932” (Ibid., p. 110). No entanto, o novo militante podia ter seu período de esperada reduzido para cinco minutos. Parece pouco crível que a AIB tenha se

⁵⁵ Esta chamada não era limitada aos enterros, pois em outros momentos, como homenagens aos mártires, procedia-se da mesma maneira, sendo o nome do integralista chamado, ao que se seguia o “presente!” dos militantes no local.

dado ao luxo de esperar por três meses para selar o compromisso do integralista consigo, porém, a manutenção, ainda assim, de um período de espera (por menor que fosse), servia como uma espécie de “punição” ou “reparação” que deveria ser feita pela “espera” do Chefe Nacional em ter sob seu comando mais um militante. Neste espaço de tempo, o neófito – em um estado de “liminaridade” – oscilava entre suas condições passada e futura, entre formas de vida distintas. Neste momento ele dava o primeiro passo em sua transformação em militante integralista, cujas ações voltar-se-iam para o movimento. O juramento ao Chefe Nacional, em renúncia à própria vontade, marcava a passagem no ritual.

Já o “ritual” de expulsão não contava com a presença do futuro ex-integralista – este era representado por suas fichas e documentos que eram queimados publicamente. Tal ato era precedido pelo seguinte pronunciamento, feito diante de outros militantes: “Integralistas! Nosso companheiro F... é morto; ele faltou a sua fé e à sua palavra de honra!”. Aqueles, então, deveriam responder: “Seja esquecido!”⁵⁶. Interessante, aqui, é o fato de que o camisa-verde que vinha a falecer não era considerado “morto”, subsistindo ainda nos militantes vivos, como se sua essência se dispersasse por todos – daí responderem “presente!” quando seu nome era chamado. Além disto, ele era transferido para a Milícia do Além, de modo que sua condição de integralista permanecia intocada. Diferentemente ocorria com o expulso, pois “o Integralista que pede a sua exclusão ou abandona as fileiras do Sigma, falta ao compromisso de um juramento por Deus e pela honra” (EncI, XI, p. 112, Artigo 112º), algo considerado infame – ele, então, era visto como morto, não mais um integralista. O “rito”, neste caso, pareceria aos que permaneciam no movimento como uma cerimônia de reparação por terem sido traídos⁵⁷.

Por fim, o último tipo de cerimonial integralista era composto por cerimônias criadas pelo movimento para ocasiões relativas à sua própria história: no dia 28 de fevereiro ocorria a “Vigília da Nação”; em 23 de abril, “Matinas de Abril”; e em 7 de outubro, a “Noite dos tambores silenciosos”. Consideradas como feriadas, em tais datas recomendava-se que se realizassem nos núcleos e instituições a eles ligadas “reuniões festivas, concentrações de camisas-verdes, inaugurações, torneios esportivos, práticas e atos nobres de caridade (...)”

⁵⁶ O jornal *A Razão*, do núcleo de Pouso Alegre (MG), chegou a publicar o nome dos militantes expulsos “por haverem faltado com seu juramento”. Ao final da nota, a frase “Sejam esquecidos” (13/03/1936).

⁵⁷ Este “ritual” chegou a ser realizado (e carregado com uma tônica ameaçadora). Em carta ao jornal *Correio da Manhã* (voltarei a esta carta no próximo capítulo), Martha Silva Gomes relatou, em um evento da AIB no qual esteve presente, uma “cerimônia, que também assisti, de expulsão de ‘companheiros’ traidores. Lidos seus nomes, queimadas suas fichas em ritual semelhante aos autos de fé, o chefe provincial (...) apelou para os integralistas: ‘Camisas-verdes, esqueçamos os traidores até o dia da nossa vitória, quando os julgaremos regularmente’. E os camisas-verdes, soturnos, responderam: ‘Sejam esquecidos’”.

(EncI, XI, p. 117, Artigo 165º). Além, claro, da cerimônia correspondente à data. A “Vigília da Nação” buscava lembrar o I Congresso Integralista, realizado na cidade de Vitória em 1934. Iniciava-se às 21 horas quando, no local onde ocorria a sessão, a maior autoridade punha-se de pé e convidava a audiência a também se pôr de pé e em silêncio por um minuto, “concentrando o pensamento em Deus e na Pátria, pedindo a Deus que inspire o Chefe, proteja os Integralistas, abençoe a bandeira azul e branca do Sigma e conduza os camisas-verdes ao triunfo” (p. 118, Artigo 166º). Após este minuto, o mesmo integralista falaria aos companheiros: “O Integralismo está vivo em todo o território da Nação Brasileira. A Pátria despertou. Pelo Brasil grande e forte, ergamos três Anauês!”. Após a saudação tripla, a cerimônia era encerrada com renovação do juramento ao líder dos integralistas.

As “Matinas de Abril” recordavam o primeiro desfile dos camisas-verdes, realizado em 23 de abril de 1933 em São Paulo, e deveria ser organizada pelo pessoal ligado à Secretaria Nacional de Educação da AIB. Seu início era previsto para meia hora antes do nascer do sol, a céu aberto, onde os camisas-verdes, em formação e sob a condução do membro daquela secretaria, voltavam-se para o sol. Quando este surgia, a autoridade responsável da SNE ordenaria: “Camisas-Verdes! Em saudação ao Brasil, levantar o braço!”, o que era acompanhado por três anauês e pelo canto do hino integralista. Ao seu término, mantinha-se a posição e o silêncio por dois minutos. Após este período, mandava-se os militantes arriarem os braços, conservando o silêncio, e a maior liderança presente (Chefe Nacional, Provincial, Municipal) falaria: “Camisas-Verdes! Este sol iluminou quatro séculos da História Brasileira; iluminou a primeira marcha dos integralistas e iluminará a vitória do Sigma! Assim como esperamos, hoje, esta alvorada, aguardamos confiantes o Dia do Triunfo! Pelo Brasil! Pelo Estado Integral, três Anauês!” (p. 124, Artigo 169º). Em seguida, um clarim ou banda de clarins executava uma alvorada, cantava-se o hino nacional e renovava-se o juramento de fidelidade ao Chefe Nacional. Previa-se, também, a realização desta cerimônia dentro das sedes ou mesmo das residências dos militantes, caso houvesse algum impedimento⁵⁸. Para aqueles que estivessem doentes, presos ou em viagem, deveriam repetir mentalmente aquela oração (“Este sol iluminou...”).

Um pouco mais demorada era a cerimônia da “Noite dos tambores silenciosos”, que fora “instituída para lembrar, por todo o sempre, a amargura dos camisas-verdes, pela

⁵⁸ Embora não seja mencionado o porquê de qualquer restrição, é provável que seja um eco das perseguições sofridas pelo movimento em alguns estados brasileiros (como na Bahia), onde militantes foram presos e as sedes, fechadas.

extinção de sua Milícia” (EncI, XI, p. 118, Artigo 167º)⁵⁹ – embora fosse comemorada no dia 7 de outubro, data do lançamento do Manifesto Integralista. A sessão na qual se realizava tal cerimonial tinha início às 21 horas sob a direção do integralista local mais graduado. Cantava-se o hino nacional e fazia-se a chamada dos mártires do movimento e dos eventuais militantes já falecidos que eram ligados ao núcleo. Todos, então, responderiam “Presente”. Depois ocorreria novo juramente ao Chefe Nacional e à bandeira nacional, seguido da leitura do Manifesto da AIB e da fala de um orador. À meia noite, o responsável pela sessão colocava-se de pé e diz: “É meia noite. Em todas as cidades da imensa Pátria, nos navios, em alto mar, nos lares, nos quartéis, nas fazendas e estâncias, nas choupanas do sertão, nos hospitais e nos cárceres, os Integralistas do Brasil vão se concentrar três minutos em profundo silêncio”. Anunciava-se, então: “É a noite dos tambores silenciosos! Atenção!” e uma ou mais caixas surdas bateriam, devagar, durante este período. Os integralistas, então, fariam mentalmente uma oração previamente distribuída, intitulada “Oração dos Tambores”:

Senhor, escutai a prece dos três mil tambores que estão rufando neste instante em todo o mapa da Pátria. Ajudai-nos a construir a Grande Nação Cristã; inspirai-nos nas horas da dúvida e da confusão; fortalecei-nos nas horas do sofrimento, da calúnia, da injustiça; esclarecei nossos inimigos para que eles compreendam quanto desejamos a sua própria felicidade; defendei nosso Chefe e nossa Bandeira e levai-nos ao triunfo, pelo Bem do Brasil.

Ao término dos três minutos, as caixas silenciariam e o responsável pela sessão diz:

Esta cerimônia acaba de ser realizada em todas as Províncias do Brasil. O Chefe está falando neste momento na capital do País. A sua voz exprime o Pensamento e o Sentimento de um milhão de Camisas-Verdes vigilantes que montam guarda às tradições da Pátria e cujos corações batem, como um milhão de tambores que nenhuma força poderá fazer calar, porque eles pertencem a Deus e anseiam pela grandeza da posteridade nacional! (p. 119).

A estas palavras seguia-se a leitura, pelo “melhor declamador, ou a melhor declamadora do Núcleo”, da poesia “A noite dos tambores silenciosos” de Jayme de Castro⁶⁰. Ao seu fim, renovava-se o juramento ao Chefe e cantava-se o hino nacional. Em seguida, o presidente da sessão diria: “Pelo Brasil, futura Potência entre as Potências, que nós construiremos com a energia do nosso Espírito, com a força do nosso coração e com a audácia do nosso braço, três Anauês”. Após a saudação tripla, mais uma vez o presidente manifestava-se: “A Deus, o Criador do Universo, para que nos inspire, fortaleça e conduza! Quatro Anauês!” (p. 123).

A dimensão cerimonial do movimento integralista não se esgotava nos exemplos apresentados até aqui, pois se previam outras – sobretudo quando envolviam a presença do

⁵⁹ A Milícia integralista foi extinta em 1935 com a Lei de Segurança Nacional. Remeto à nota 73 do Capítulo 3 onde tratei dela.

⁶⁰ Esta poesia foi incorporada posteriormente, não fazendo parte, originalmente, da cerimônia.

Chefe Nacional, como no caso de suas viagens (Capítulo 6). O evento citado no princípio deste capítulo vem a reforçar tal dimensão, mostrando que ela também se expressava localmente, a partir das atividades e realizações dos núcleos. Decerto que os elementos aí mobilizados eram nacionais, mas estes mesclavam-se às particularidades locais, proporcionando uma *relação nacional-local* que atravessava todo o movimento. A rede de bens culturais (Capítulo 3) oferece uma boa ilustração desta relação fundamental: assim como os jornais e revistas locais traziam matérias e informações diversas sobre as atividades e acontecimento envolvendo a AIB em nível nacional, os periódicos de grande circulação não se furtavam a dedicar espaço às realizações e eventos dos núcleos espalhados pelo Brasil. A inauguração do retrato do mártir integralista é, assim, apenas um exemplo de certa “efervescência” característica do movimento na qual os militantes tomavam parte ativamente, experimentando regularmente o Integralismo em sua vida.

4.5 Manifestações (de) integralistas – o Álbum de D. Irene Henriques

Ao longo dos tópicos apresentados até aqui procurei, sempre que possível, inserir exemplos capazes de ilustrar como se realizavam algumas das exigências formais da AIB e os modos como estas, bem como sua simbologia, eram incorporadas pelos militantes em suas vidas e atividades, os quais davam margem a diversas formas de manifestação, como as poesias relativas ao Integralismo ou os eventos proporcionados pelos núcleos. Os periódicos integralistas bem como os jornais noticiosos comuns oferecem um grande número de exemplos do cotidiano dos militantes, tanto no que diz respeito as suas práticas organizadas como as suas ações “espontâneas”, e mesmo dos vários meios que a AIB fazia-se presente nos diversos aspectos da vida social brasileira. Talvez um dos maiores problemas com grande parcela das pesquisas sobre o Integralismo tenha sido, se não seu descolamento da sociedade brasileira, as referências frágeis às ligações entre esta e o movimento – geralmente limitadas a questões políticas. A meu ver, isto incorre na perda de uma de suas mais importantes dimensões, que era a experiência dos integralistas, o modo como o Integralismo fazia-se recorrente em suas vidas, sendo “vivenciado” em vários momentos. Havia uma relação constante com o movimento, tanto na forma de trabalho em sua sede ou quaisquer outras instituições, quanto nos momentos festivos, ou ainda em suas diversas práticas. O fato é que a AIB passou a fazer parte do ambiente social brasileiro, com as sedes que ostentavam suas bandeiras, com os militantes trajando suas camisas-verdes, com os campos de esportes criados

pelos núcleos⁶¹ e mesmo com a existência de integralistas atuando em outros “setores”, como foi o caso do piloto de corridas Manoel de Teffé, que chegou a ser homenageado pelos companheiros na sede da AIB de São Paulo, sendo contemplado com uma taça pela sua participação no Grande Prêmio “Cidade de S. Paulo”⁶² (*Folha da Manhã*, 15/07/1936).

As sedes integralistas buscavam manterem-se ativas com suas sessões doutrinárias, cuja entrada era franqueada ao público em geral, ou com a realização de passeios, excursões e piqueniques, bem como com a formação de equipes esportivas. Quando Plínio Salgado falava pelo do rádio, havia um esforço para transmitir a mensagem pela instalação de alto-falantes nas sedes. A mobilização dos núcleos fazia-se em ocasiões distintas, como no caso de um concurso proposto pelo jornal carioca *A Noite* sobre a preferência da população à sucessão presidencial⁶³. O jornal *Correio de S. Paulo* noticiou que, em dado momento, houve um grande fluxo de votos para Plínio Salgado, que logo alcançou primeira posição.

Os núcleos do Sigma entraram a operar nas bancas dos vendedores de folhas e adquirir centenas de exemplares em cada banca diariamente! O núcleo integralista de Vila Isabel, o mais volumoso, compra, nas bancas locais, quinhentas folhas diariamente! O núcleo de Copacabana – duzentas. O núcleo do Centro – trezentas e assim por diante. Votação cotidiana superior a mil cédulas! (05/12/1936)⁶⁴.

Mas para concluir este capítulo, gostaria de lançar mão de uma fonte diferente das utilizadas até aqui: o Álbum de Recordações da blusa-verde Irene Henriques, onde há alguns “testemunhos” de militantes da AIB. Com este recurso, espero fornecer um pequeno e particular vislumbre da experiência integralista – registrada pelos próprios.

Irene de Freitas Henriques foi Chefe da Divisão Nacional de Assistência Social do Departamento Feminino⁶⁵ e, com a reformulação da AIB ocorrida em 1936, assumiu a chefia da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos. Embora haja pouco material produzido pelas mulheres integralistas – na forma de registros escritos e publicados,

⁶¹ O núcleo carioca da Gávea inaugurou um campo de esportes integralista, localizado na Rua Jardim Botânico.

⁶² De acordo com a reportagem, Teffé perdeu a corrida, o que foi utilizado como metáfora no discurso proferido por um dos integralistas responsáveis pela sessão que o homenageava: a deficiência de seu carro assemelhava-se a “miséria do Brasil que sucumbe sob predomínio dos estrangeiros”.

⁶³ Os votos eram feitos pela retirada e preenchimento de um cupom que vinha junto do jornal. O concurso também previa a distribuição de prêmios em dinheiro (entre 100\$000 e 1:000\$000) para os cupons sorteados após a apuração final.

⁶⁴ E Plínio Salgado foi, de fato, o vencedor do concurso. Sendo assim, é bem provável que tenha ocorrido tal compra em massa de jornais, ainda que não seja possível afirmar se os números fornecidos pelo *Correio de S. Paulo* correspondessem às compras feitas pelos integralistas (o jornal não simpatizava com a AIB, de modo que poderia haver um exagero por parte da reportagem). Sobre as premiações, foram distribuídos prêmios de 1:000\$000 (um), 300\$000 (um), 200\$000 (um) e 100\$000 (seis) para votantes em Plínio Salgado (*A Noite*, 26/12/1936). Se os valores foram revertidos para o movimento ou não, não é possível saber.

⁶⁵ Informação obtida no primeiro número da revista *Anauê!* (janeiro de 1935). Sobre a militância feminina: LOPES, 2007; POSSAS 2004a; 2004b.

comparando-os com o volume legado pelos homens, embora existissem⁶⁶ – sua presença e participação ativa no movimento foram inegáveis não apenas pela existência de órgãos, dentro da AIB, que se ocupavam com a militância feminina e de tarefas que cabiam principalmente às mulheres⁶⁷, mas também pelo vasto material fotográfico onde se vê desde sua presença em conferências nos núcleos integralistas até discursando, havendo, inclusive, congressos femininos nos quais as blusas-verdes apresentavam trabalhos⁶⁸. Não é, contudo, meu objetivo tratar especificamente desta parcela da militância integralista, mas antes utilizar uma fonte legada, de certo modo, por este grupo particular, como meio de tentar alcançar aspectos da experiência dos integralistas não circunscrita ao ambiente intelectualizado dos livros e periódicos. Refiro-me, assim, ao Álbum de Irene de Freitas Henrique⁶⁹ onde se registraram diversas manifestações, de próprio punho, de integralistas (tanto homens quanto mulheres)⁷⁰. Farei uma rápida descrição sua para, então, recuperar algumas das “falas” nele presentes – também retornarei a ele mais a frente (Capítulo 6).

O Álbum, embora bastante volumoso, possui dimensões reduzidas, o que, talvez, facilitasse seu transporte para vários lugares⁷¹. A capa traz, além da palavra “álbum” em seu centro, o nome de sua dona no canto inferior direito e o mapa do Brasil com o Sigma sobre si no canto superior esquerdo. Apresenta algumas poucas fotografias, como duas de Plínio Salgado, com dedicatória e autógrafo do próprio, e outra de um militante uniformizado – além de um desenho, de si mesmo, feito por Madeira de Freitas. Todo o resto é composto por textos que fazem referências variadas ao movimento. Infelizmente não é possível identificar todos os autores em vista do caráter pouco legível das assinaturas, mas alguns oferecem indícios do local de sua procedência e se ocupavam algum cargo dentro da organização da AIB – pode-se mencionar lideranças locais (provinciais e municipais), bem como chefes de departamentos/secretarias, e representantes de estados como Acre, Alagoas, Amazonas, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os locais e as datas variam, mas estas

⁶⁶ Penso, aqui, não apenas na revista *Anauê!* como, também, no jornal *A Offensiva*, que possuía desde 1936 a “Página da blusa-verde”, com textos escritos por mulheres. Um dos trabalhos apresentados no Congresso Nacional Feminino, de autoria de Margarida Cavalcanti de Albuquerque Corbisier foi publicado nesta sessão do jornal. Cf. EncI, IX, p. 61-69.

⁶⁷ Cf. “Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos”. EncI, IX, p. 168-186.

⁶⁸ “Se a militância das integralistas estava condicionada por uma fundamentação na fórmula do realismo cristão, a sua presença marcante e visível não pôde ser observada e mesmo traduzida de maneira uníssona e hegemônica dentro da AIB, como uma dimensão coletiva, passiva, para todas as senhoras e jovens militantes e nem mesmo um processo histórico linear de consciência e de participação política feminina nos núcleos integralistas” (POSSAS, 2004a, p. 113).

⁶⁹ FPS 051.023.001.

⁷⁰ Os registros começam em 1935 e chegam até a década de 1940 (estes em menor número).

⁷¹ Verificam-se distintas localidades onde os registros eram feitos.

começam em 1935 e terminam na década de 1940, havendo depoimentos nos primeiros momentos do Estado Novo, em novembro e dezembro de 1937, os quais oferecem um valioso testemunho dos sentimentos dos militantes acerca não apenas do movimento como da situação pela qual ele passava.

Encontram-se, também, nos depoimentos, referências elogiosas à dona do Álbum e à participação das mulheres no movimento integralista, assim como breves informações sobre as práticas integralistas, mostrando os pormenores da mobilização e atividades da militância. Tais registros ilustram, assim, o comprometimento de seus autores além de seus sentimentos para com o movimento e com o Integralismo. Seu caráter subjetivo, claramente perceptível ao longo das páginas, contribui para que se perceba o grau de ligação e entrega daquelas pessoas à AIB – e à pessoa de Plínio Salgado. Não é possível, no entanto, mencionar todo seu conteúdo, de modo que selecionarei alguns poucos exemplos a fim de iluminar um pouco mais esta dimensão do movimento.

Bastante comuns eram as manifestações referentes a determinados eventos, como o II Congresso Nacional, realizado em Petrópolis, ou o Congresso de Blumenau (ambos em 1935), além de algumas referências esparsas ao I Congresso Nacional de pessoas que dele participaram. Os “testemunhos” são assinados tanto por homens quanto mulheres que deixavam registradas suas impressões e sentimentos relativos ao evento e às companheiras e companheiros com quem conviveram naqueles momentos⁷². Aurora Nunes Wagner, chefe do Departamento Provincial Feminino do Rio Grande do Sul, escreveu, assim sobre o II Congresso: “O congresso integralista de Petrópolis congregou num ambiente de civismo e amor todas as províncias e fê-las pulsar em uníssono por um mesmo ideal supremo e nobre – o ressurgimento da Pátria”⁷³. Em seguida, afirmou sua solidariedade com as outras militantes da AIB: “A mulher integralista do Rio Grande do Sul mantém-se de pé ao lado de todas as companheiras de Norte, Centro e Sul do país pelo bem do Brasil”. A participação feminina no II Congresso também é sublinhada por Celeste Cardoso, chefe do Departamento Feminino de Minas Gerais: “O 2º Congresso Integralista, bem demonstrou que a mulher brasileira também sabe pugnar por uma nobre doutrina”. O chefe provincial do Rio Grande do Sul, Dario de Bittencourt, também registrou sua satisfação com o Congresso de Petrópolis:

Como o Congresso Integralista de Petrópolis – creio – nenhum outro igual ou semelhante, jamais se reuniu no Brasil. Seus resultados foram magníficos, sob todos os pontos de vista, sendo de não olvidar o maior conagraçamento

⁷² Grande parte dos registros faz alusão à participação feminina na AIB. São elogios às blusas-verdes e ao seu trabalho desenvolvido no interior do movimento.

⁷³ Todas as citações, quando não indicadas ao contrário, são retiradas ao Álbum de D. Irene Henriques.

entre as autoridades e os “camisas-verdes” de todo o país. Si nada mais produzisse em resultados práticos, somente este entrelaçamento seria o suficiente para coroar o 2º Congresso do Integralismo Brasileiro.

E logo depois, o autor revela um pouco da atuação feminina no mesmo evento:

Também à Mulher Integralista foi dado ensejo de confraternizar – pelas suas brilhantes representações vindas de todos os quadrantes da Pátria – com os “camisas-verdes” do Norte, do Centro e do Sul, sendo dignas as relevo as exposições feitas em plenário pelas digníssimas Chefes e que tão funda[?] impressão causaram no espírito dos srs. Congressistas.

Como Chefe Provincial do Rio G. do Sul deixo, aqui, expressa toda minha profunda admiração pelo trabalho incessante e proveitossíssimo das blusas-verdes e o meu entusiástico e vibrante

Anauê! Pelo Bem do Brasil! Viva Plínio Salgado!

Um militante da Bahia que participara do I Congresso Nacional também saudou a presença das blusas-verdes em Petrópolis – o que mostra como, em um ano de atuação, a AIB foi capaz de ampliar sua militância, atingindo não apenas o público feminino como o incorporando ativamente em suas atividades.

Tendo tomado parte no Congresso Integralista de Vitória (...), não me surpreendeu o majestoso Congresso de Petrópolis. Neste, porém, o brilho foi muito mais pronunciado pela presença eficiente do elemento feminino que veio demonstrar o seu interesse vivo pela obra grandioso do grande Chefe Nacional (...). O congresso de Petrópolis teve portanto essa extraordinária diferença a favor do nosso movimento e da mulher brasileira nada se pode duvidar em esforços e sacrifícios pelo bem do Brasil.

Sobre o Congresso de Blumenau, Alfredo Buzaid reproduziu a crença na capacidade criadora do Integralismo – no caso, de criação de uma nova civilização (Capítulo 5, tópico 5.2.3) – carregada de certa inspiração/aspiração “divina”: “Estamos construindo uma civilização. E não são as palmas deste mundo que nos interessam. São as palmas do céu. Não é a justiça dos homens que esperamos. É a recompensa do Senhor. Anauê!”.

Os registros sobre tais eventos trazem, pela mão de seus participantes, a crença no Integralismo e na força do movimento. Fala-se, assim, na transformação “em brasileiros os que nasceram no Brasil”, na “nacionalização do Brasil”, na certeza da vitória absoluta da AIB. E percebe-se, também, o júbilo de seus participantes, a força da ligação subjetiva estabelecida com o movimento. Nas palavras do “moço” João Pimenta, militante ligado ao Colégio Militar.

Dentro do Integralismo, nós os moços vemos os acontecimentos, dando-lhes o caráter (...) de autenticidade que possuem.

Sobre o Congresso Integralista, o que pode dizer um camisa-verde, se sua alma esta inundada de luz, pelos reflexos luminosos do sol potente que fulgurou no Congresso de Petrópolis?

Apenas levantar o braço para os céus, e o coração para o Chefe.

Um prolongado registro sobre dois eventos, o I Congresso Nacional Feminino e o Conclave Parlamentar⁷⁴ (ambos realizados em outubro de 1936), de autoria de uma blusa-verde de Natal (RN), também ilustra o grau da ligação existente entre a AIB e sua militante, mediante o fascínio desta com sua experiência participativa no movimento, e também dela com suas companheiras. Além disto, observam-se pequenos indícios da dinâmica de tais eventos, isto é, as práticas e atividades envolvidas.

Impossível esquecer os dias transbordantes de Integralismo, e por conseguinte, transbordantes de grandiosidade, do 1º Conclave Parlamentar e do 1º Congresso Nacional Feminino da AIB, em que Integralistas de todo o País pontilhavam da cor da Esperança as ruas desta grande Capital. Impossível dizer o que de mais belo, de mais tocante, nesses dias de tão alta significação. Impossível, ainda, para uma “blusa-verde” de longe vinda, descrever (...) a gentilíssima acolhida dispensada às “blusas-verdes” das demais Províncias pelas companheiras da Guanabara e o espírito de cordialidade que entre todas reinou.

O 1º Congresso Nacional Feminino confirmou bem alto aquelas palavras pronunciadas pela Companheira Nilza Perez, oferecendo o festival artístico gentilmente dedicado pela Secretaria Nacional às Congressistas das Províncias: “Chefe, o Integralismo tocou profundamente o coração da mulher”.

Voltemos às nossas Províncias compenetradas das palavras pronunciadas pelo Chefe do Núcleo da Gávea, em sua vibrante saudação a nós dirigida, quando visitávamos o referido núcleo: “Vós sois as grandes revolucionárias do Integralismo”.

De volta a Natal deixo às companheiras da Guanabara, representadas na pessoa da sua digníssima Chefe, a esforçada e batalhadora das peijas em prol da ressurreição da Pátria – D. Irene de Freitas Henriques o meu vibrante e cordial Anauê. Pelo Bem do Brasil!

Estas manifestações femininas são particularmente interessantes não apenas por trazerem à tona aspectos da subjetividade das militantes, das sociabilidades envolvidas ou do funcionamento do movimento em suas várias atividades, mas também por mostrarem que, através da AIB, elas aspiravam à “possibilidade de tornarem-se visíveis, de terem participação e voz ativa, tanto na família como nos assuntos da comunidade, enfim, no espaço urbano e público, nas ruas” (POSSAS, 2004a, p. 117). Um registro de uma militante, breve, porém direto e enérgico, parece refletir esta firme vontade de atuação a partir de uma crítica. Escreveu ela⁷⁵. “A afirmativa de que a vitória do Integralismo depende 50% da ação da mulher não é ousada nem capciosa – dem-nos liberdade de ação. Que o Departamento Feminino seja autônomo – é o nosso desejo! Pelo Brasil – Anauê!”. Se por um lado pode-se vislumbrar tal “desejo” da militância feminina (uma participação ativa ainda maior), por outro

⁷⁴ Este buscou reunir integralistas que foram eleitos para cargos políticos (vereador, prefeito etc.).

⁷⁵ Não é possível identificar a autora pela assinatura – somente o primeiro nome, Julia. Foi escrito no Rio de Janeiro, em 17/03/1936. A julgar pelo registro citado a seguir, era próxima de D. Irene Henriques.

verifica-se que a organização da AIB não permitia uma atuação livre das blusas-verdes, desembaraçada de sua pesada hierarquia e não submetida às lideranças masculinas.

Para concluir, gostaria de citar um último registro, feito no dia três de dezembro de 1937, data do fechamento da AIB por Getúlio Vargas. Mesmo sucinto, é ilustrativo tanto dos sentimentos para com o Integralismo como dos laços de amizade criados ou fortalecidos pela militância no movimento.

No dia em que faleceu o Integralismo, estão reunidas na Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Pliniana, a nossa destemida e valorosa D. Irene, Cecy, Didi, Julia, Odette, Mariaeugenia, Luiza Maria, certas de que o Integralismo jamais desaparecerá de nossos corações.

Anauê! Anauê!

Em 3 de Dezembro de 1937

VI Era Integralista.

Rosa Malta Luis de Albuquerque.

Para a vida e para a morte! Pelo Brasil! Anauê! Julia [*ilegível*]

Hoje e sempre. Cecy. 3-12-37.

Integralismo força heroica do Brasil e esperança das blusas verdes. Odette. 3-12-37.

Espero e confio. Marieugenia.

CAPÍTULO 5

O “PROFETA DA NACIONALIDADE”: PLÍNIO SALGADO COMO INTELLECTUAL CARISMATICAMENTE QUALIFICADO

O decisivo para nós é a vocação “pessoal”. Esta é que distingue o profeta do sacerdote. Primeiro e sobretudo porque o segundo reclama autoridade por estar a serviço de uma tradição sagrada, e o primeiro, ao contrário, em virtude de sua revelação pessoal ou de seu carisma.

Max Weber, *Economia e Sociedade*

Com este aço verde forjarei um gládio, e por vós, oh Deus, pela Pátria e pela Família, construirei com ele a grande Nação.

Plínio Salgado

Mais uma vez o I Congresso Nacional Integralista, realizado na cidade de Vitória (ES) no início de 1934, surge como ponto de inflexão para o movimento integralista, mas desta vez, o sentido da mudança aponta para uma direção distinta, e ainda assim complementar, àquela observada nos capítulos anteriores. Se a realização deste Congresso resultou na criação de uma complexa estrutura organizacional, hierarquizada e subdividida em diferentes órgãos com finalidades e competência distintas, cuja função era permitir o funcionamento da Ação Integralista Brasileira (organizada nacionalmente), garantindo-se a dominação sobre seus militantes, ele também abriu caminho para a emergência, no centro desta organização, de uma figura dotada de plenos poderes, uma liderança única a quem todos os integralistas deveriam obedecer: o Chefe Nacional.

Este “título” não poderia caber a outra pessoa que não Plínio Salgado, principal fundador do Integralismo e da AIB e seu principal intelectual. Ao ser escolhido o Chefe Nacional do movimento, os integralistas *reconheciam* nele sua capacidade para liderá-los à inevitável vitória; era ele o guia não só de um punhado de homens e mulheres que haviam jurado “por Deus e pela minha honra trabalhar pela Ação Integralista Brasileira” (EncI, XI, p.110) e escolhido a camisa-verde como segunda pele e o sigma como símbolo de seu compromisso revolucionário, mas também de todos aqueles que almejavam a transformação

do Brasil. Era Plínio Salgado quem comandaria o país, até então adormecido¹, a uma nova, e derradeira, etapa não só da História nacional como mundial: a Quarta Humanidade (última fase do desenvolvimento humano) por ele anunciada e inaugurada através do sucesso do Integralismo. Ora, a tal destino não se podia furtar uma manifestação que lhe fosse correspondente, e o reconhecimento das capacidades de Plínio Salgado ocorreu, assim, mediante uma cerimônia a consagrar-lhe o posto de Chefe Nacional².

Em primeiro de março (as primeiras atividades tiveram início do dia 28 de fevereiro), à noite, no interior do Teatro Carlos Gomes, após um aplaudido discurso de Plínio Salgado, este passou a direção do Congresso a Arnaldo Magalhães, chefe provincial da AIB no Espírito Santo, que então passou a palavra a Olbiano de Melo, membro da direção nacional do movimento. Este leu um manifesto assinado pelos representantes de todas as províncias integralistas o qual reconhecia e aclamava Plínio Salgado “como o único e insubstituível chefe dos ‘camisas-verdes’ no Brasil” (FAGUNDES, op. cit., p. 42). Seguiu-se, então, a chamada de todos os chefes provinciais, e cada um, após ouvir seu nome, ergueu o braço direito na saudação integralista e respondeu “Juro, Anauê, Plínio Salgado”. Sem dúvida este foi o zênite de um ritual iniciado antes mesmo da entrada de Salgado no teatro, quando passou em revista a milícia da AIB e foi saudado com o habitual *anauê*. E em seguida, ao adentrar suas dependências, todos os integralistas presentes receberam-no com um “triplo” *anauê*³. A leitura do manifesto e o juramento de cada província representada em seu chefe local marcaram, *de uma vez por todas*, a transformação do estado de Plínio Salgado, agora único líder de todos os camisas-verdes (existentes e vindouros)⁴. Estes acontecimentos demonstram que a figura de Plínio Salgado era, de algum modo, “reverenciada”, ou seja, não era apenas um “obscuro soldado” da AIB – como o próprio, mais tarde, considerar-se-ia antes o Congresso – mas antes uma importante liderança, de modo que, utilizando somente o evento aqui descrito, sua aclamação ocorrida no palco do teatro era o desdobramento natural das manifestações que lhe precederam.

¹ Daí a interdição a recair sobre os integralistas de *não* cantar a segunda parte do Hino Nacional, iniciada pela estrofe “Deitado eternamente em berço esplêndido” – o Brasil estava desperto e *de pé*. De acordo com o Artigo 50º dos Protocolos e Rituais: “Como os Integralistas não admitem mais a ideia de que o Brasil esteja deitado, não será cantada a segunda parte do Hino Nacional, sendo, apenas, cantada a primeira” (EnI, XI, p. 86).

² Todas as informações sobre a “consagração” de Plínio Salgado foram retiradas do trabalho de Pedro Ernesto Fagundes (2009).

³ Somente o “Chefe Nacional ou seu representante por ele previamente designado” poderiam ser saudados com três Anauês. Cf. EnI, XI, p. 910

⁴ Chegou-se a cogitar que a liderança do movimento coubesse a um triunvirato formado por Plínio Salgado, Severino Sombra e Olbiano de Melo, mas prevaleceu a opção pela chefia única.

No entanto, mesmo que isto seja verdade, e o Congresso tenha referendado e oficializado uma situação pré-existente, inscrevendo o caráter central de Plínio Salgado para o movimento em seus documentos⁵, não se pode subestimar a realização daquele “ritual”, considerando-o unicamente nesta chave particular de leitura. Ora, estou de acordo com a avaliação feita por Pedro Ernesto Fagundes (Idem) de que a “a teatralidade da cena teve como finalidade sepultar o modelo de direção colegiada da AIB (...) e criar a figura do chefe nacional que, com o passar do tempo, adquiriu *status* de onipresença”. E que:

Ficou evidente que Plínio Salgado passaria a encarnar a própria identidade do partido, através da total submissão dos seus membros ao seu chefe nacional. Sendo assim, o ato de fidelidade – demonstrada no episódio da aclamação do chefe nacional pelos chefes provinciais da organização – serviu para ratificar dois traços fundamentais que passariam a marcar a estrutura orgânica da AIB: a fidelidade ao chefe e o repúdio às dissidências e tendências (p. 42).

Entretanto, deve-se considerar este acontecimento específico (e outros relativos ao universo simbólico criado pela AIB) para além de um sentido quase que instrumental ou que ignora a participação *ativa* de todos os indivíduos envolvidos, incluindo-se aí o grupo dominado que legitimou a liderança incontestada e eterna de Plínio Salgado.

Neste sentido, a cerimônia que consolidou a existência de um Chefe Nacional, colocando-o como ponto de convergência de todo o movimento, aponta, também, para o *reconhecimento*, em primeiro lugar, de suas capacidades para ocupar tal “posição”, e em seguida, de sua “missão pessoal”, seu engajamento na transformação do país (e também dos próprios indivíduos). Observa-se que a fidelidade e obediência propostas (e prometidas) naquele momento – e para os tempos vindouros – pelos integralistas originavam-se, antes, nas qualidades de Plínio Salgado e na validade daquilo que ele propunha. Em outras palavras, ele era não só o portador de características especiais, como de novos valores e ideias cuja aceitação, por parte de seus adeptos, incorreria nos primeiros passos para a realização daquilo anunciado por Salgado. Tal processo possuía, assim, seu *ponto de partida* no caráter *subjetivo* da relação estabelecida entre as duas partes (dominador e dominados); seus fundamentos desconheciam “disposições jurídicas, regulamentos abstratos e a jurisdição ‘formal’” (WEBER, 1999, p. 326), baseando-se, ao contrário, na experiência pessoal, em contatos firmados anteriormente – como foi o caso das viagens empreendidas por Plínio Salgado e seu

⁵ Nos Estatutos aprovados em Vitória, lê-se em seu Artigo 1º: “A Ação Integralista Brasileira é uma associação civil, com sede na cidade de São Paulo, e é um partido político com sede no lugar onde se encontra seu Chefe Supremo” (EncI, X, p. 11). Verifica-se, assim, que a atuação efetiva da AIB achava-se diretamente vinculada à *pessoa* de Plínio Salgado, era ele seu centro de volição, de modo que a força e o poder do movimento não estavam associados a um determinado espaço físico fixo, mas antes ao seu líder, do qual emanavam a despeito de sua localização.

grupo mais próximo no ano de 1933. Pode-se, então, dizer que as vivências daquelas pessoas concorreram diretamente, em um primeiro momento, para o fortalecimento de Plínio Salgado no interior da AIB ao ponto de considerá-lo seu Chefe Nacional. Em seguida, com a expansão do movimento, elas reforçaram e reafirmaram tal posição a partir das “provas” dadas por aquele, demonstrando a manutenção e continuidade de suas capacidades para atender as expectativas dos integralistas.

O presente capítulo tem o objetivo de analisar as questões suscitadas nesta breve introdução, recorrendo, para tanto, à tipologia das dominações desenvolvidas por Max Weber, com especial destaque para o tipo carismático, o qual oferecerá os principais pontos de partida para as reflexões acerca da liderança (e autoridade) carismática de Plínio Salgado no interior do movimento integralista. Sendo o “carisma” uma “qualidade *extraordinária* de uma pessoa, quer seja tal qualidade real, pretensa ou presumida” (WEBER, 1979, p. 340), pretendo mostrar como se deu o processo de carismatização de Plínio Salgado. Para tanto, neste capítulo, lançarei mão, sobretudo, de um material *produzido pelo próprio* o qual fornece os indícios para a análise deste carisma, ou seja, onde residiam as qualidades “extracotidianas” de Salgado que o levaram à chefia perpétua da AIB – e mantiveram-no nesta posição. A escolha e a validade deste procedimento encontram sua razão de ser na interdependência e articulação, as quais busco sublinhar, entre a atividade intelectual do movimento e sua dimensão carismática – afinal, Plínio Salgado era, e não deixou de ser, o principal intelectual integralista. Deste modo, estou convicto de que não é possível analisar corretamente o papel desempenhado por Salgado na AIB, a “adoração” de sua figura, sem consultar as principais formas pelas quais ele relacionou-se com o contingente de pessoas sob sua dominação direta: seus discursos, livros, artigos. Sendo ele o portador de novas ideias e valores, parece-me clara a necessidade de procurá-los, observando-se seus principais elementos, o que engloba tanto seu conteúdo como a forma como este é manifesto. Interessa-me, assim, aquilo que foi *apresentado* aos integralistas (e ao público em geral), o que “aparecia” diante de seus olhos e arrebatava-os. Neste sentido, estou de acordo com o questionamento de Hannah Arendt (2008): “Já que vivemos em um mundo *que aparece*, não é muito mais plausível que o relevante e o significativo, nesse nosso mundo, estejam localizados precisamente na superfície?” (p. 43).

Começarei com uma sucinta discussão acerca da “predisposição” de Plínio Salgado para assumir a liderança de um movimento de renovação para, a partir daí, tecer alguns breves comentários sobre a pertinência do uso da noção de carisma para pensar sua posição na AIB.

Em seguida, passarei para uma análise da produção intelectual de Salgado, buscando nela indícios que permitam associá-la à posse, por parte do Chefe Nacional, de qualidades “extracotidianas” que garantirão sua posição de destaque no movimento integralista. Por fim, ainda nesta discussão, quero apresentar como tais qualidades não se limitavam à atuação de Salgado com a palavra escrita, mostrando-se, também, no modo como ele se postava diante do público em seus discursos.

5.1 Plínio Salgado: obscuro soldado ou profeta?

A expressão “obscuro soldado” foi utilizada pelo próprio Plínio Salgado para designar, já na posição de Chefe Nacional, seus sentimentos em relação a qual deveria ser o seu papel no movimento integralista. Nesta avaliação retrospectiva, relatou que “Contrariando o meu temperamento, vejo-me colocado na direção da Ação Integralista, em cujos quadros desejei figurar como obscuro soldado” (1956 [1935], p. 13). Que Salgado já cogitara algum tipo de articulação, mesmo que ainda na forma de um desejo e não de um projeto efetivo, com o objetivo de intervir sobre o Brasil, isto pode ser observado em sua atuação intelectual em fins da década de 1920, quando no livro *Literatura e Política* (1956 [1927]) escreveu que “Felizmente, parece que vamos chegando ao momento de unir políticos e intelectuais numa frente única” (p. 45); e na década de 1930, quando em passagem pela Itália, afirmou:

É necessário agirmos com tempo de salvarmos o Brasil. Tenho estudado muito o fascismo: não é exactamente este regimem que precisamos ahi, mas é cousa semelhante (...). Também como eu, elle [Mussolini] pensa que, antes da organização de um partido, é necessário o movimento de ideias. (...) Nós precisamos mesmo reformar este Brasil! (...) Hoje, no Brasil, há bem um milheiro de e poucos de moços pensando assim. Portanto, porque não fazemos a nossa entrada na História⁶.

Todavia, não há referências explícitas sobre qualquer tipo de vontade, de sua parte, em tornar-se uma grande liderança, como ocorreu no movimento integralista. Mas a ideia de que haveria um “chefe”, em algum momento, passou pela cabeça de Plínio Salgado a julgar por outra carta, agora endereçada a Augusto Frederico Schmidt e datada de 18 de fevereiro de 1931⁷.

Nela, Salgado relata os planos de fundação do jornal *A Razão* e deixa claro seus objetivos de engajar-se, a partir dele, em uma “ação prática”: “A minha acção política, nesse

⁶ Estes trechos de uma carta escrita em Milão em 04/09/1930 e endereçada a Manoel Pinto, foi reproduzida no livro *Plínio Salgado* (1936, p. 18-21). O encontro de Plínio Salgado com Mussolini e sua declaração sobre a necessidade de “algo parecido” com o fascismo para o Brasil é vista como mais um indicativo da forte influência deste sobre a AIB. A meu ver, tal declaração também aponta para o fato de que tal influência possui, antes, um carácter instrumental, ou seja, o fascismo teria sido mobilizado como *meio* de aplicação das ideias e objetivos integralistas – ele forneceria a forma de atuação do movimento.

⁷ Esta carta também foi reproduzida no livro *Plínio Salgado* (p. 30-34).

sentido, será bem forte; e isso será um começo de organização, de afirmação de uma mentalidade que (...) poderá ainda um dia dizer ao mundo uma palavra nova” (p. 31). E mais a frente, quase no término da missiva, Plínio Salgado declara: “Não nos preocupemos, no momento, com um chefe. Este, deve surgir do movimento e não para o movimento. Elle surgirá no meio da nossa batalha” (p. 34). Salgado não só expõe, de maneira mais certa, seus objetivos referentes à criação de um movimento capaz de intervir sobre a sociedade, como faz alusão a um “chefe” que irá surgir. Se ao redigir estas linhas ele já cogitava assumir tal posto – do contrário, por que mencioná-lo se ainda não existia alguém para ocupá-lo? – não é possível responder de modo peremptório, pois não se tem acesso às intenções do autor em uma carta que não se pretendia pública. Contudo há a certeza de que Plínio Salgado já esboçava, a partir de suas atividades, algum tipo de projeto – que sofrendo as influências e contingências do processo histórico desembocou na AIB.

A despeito, então, dos objetivos manifestos de Plínio Salgado, não há nada que demonstre *abertamente* uma vontade prévia de sua parte não só em assumir a posição de chefia de um movimento, como de assumi-la do modo como ocorreu na AIB. Decerto que, recordando-se partes de sua trajetória biográfica apresentada no Capítulo 2, encontraremos Salgado desempenhando várias atividades, nas esferas intelectual e política, que o colocaram em evidência e, de certa maneira, em uma situação de “liderança”: basta atentar para sua participação no verde-amarelismo e, principalmente, na sua “radicalização” por meio da revolução da Anta (passagem feita sem a participação de seus antigos companheiros, como Cassiano Ricardo ou Menotti del Picchia). De modo que, ao considerar tais engajamentos de Salgado (como sua tentativa de reformar o PRP junto a outros membros), parece-me plausível constatar, no mínimo, certa *disposição*, caso fosse preciso, em colocar-se a frente do movimento no qual estivesse envolvido. E por sua vez, esta disposição não estaria sozinha, ocorrendo em paralelo, ou mesmo em contato muito próximo, com um elemento subjacente aqueles empreendimentos (políticos ou literários): a busca pelo “novo”. Em momento algum Plínio Salgado cogitou qualquer tentativa, ou postulou a necessidade de, por exemplo, restaurar uma ordem antiga ou de retornar a um tempo passado⁸. Ao contrário, seus objetivos apontavam para um horizonte de expectativas futuras, para a necessidade de se propor um rumo distinto, até então “inédito”. Por isto que, mesmo Salgado elogiando o Império por ter conseguido manter o país unido – algo que a República colocava a perder – nunca lhe ocorreu

⁸ Como escreveria mais tarde: “Considero o fenômeno histórico necessário, pelo simples motivo de se ter verificado. Todo acontecimento social realizado torna-se imediatamente um ponto de partida, estabelecendo uma *intransponível barreira a qualquer tentativa de regresso*” (SALGADO, 1933, p. 10 [grifo meu]).

um retorno ao regime monárquico, pois se tratava de uma etapa passada e superada pelo desenvolvimento histórico, sendo impossível seu retorno. Neste sentido, nada seria mais “justo” do que Plínio Salgado eventualmente tomar para si o comando de um movimento por ele criado, e cujos objetivos atrelar-se-iam as “novidades” por ele proposta.

A possibilidade de tais disposições (de criar algo “novo” e, por conseguinte, indicar o caminho para realizá-lo) serem colocadas em prática, de modo que Plínio Salgado pudesse pavimentar o caminho que o levaria à fundação e chefia da AIB, esteve, contudo, atrelada a uma soma de fatores que lhe formaram um contexto propício de realização. Tratam-se, aí, de elementos não apenas da conjuntura histórica nacional (e internacional) – em suas facetas política, social e cultural – mas, também, diretamente relacionados as experiências imediatas de Plínio Salgado em sua vida cotidiana. Deste modo, os acontecimentos que se seguiram à Revolução de 1930 – como a mudança dos grupos de poder e a ascensão política das camadas médias e operários⁹ (CARONE, 1976 p. 95) e a predominância de um clima intelectual marcadamente autoritário¹⁰ – mantêm-se muito próximos da conquista, por parte de Salgado, de uma nova e mais ampla margem de ação graças, sobretudo, ao jornal *A Razão*. Cabendo-lhe a orientação política deste, sendo um de seus principais colaboradores e possuindo um espaço diário para externar suas ideias, Plínio Salgado não só pôde, como mencionado no terceiro capítulo, dirigir-se a um público maior como transformou o periódico em um importante instrumento para sua ação. E um instrumento, aliás, com o qual não contara antes, de modo que ele tornou-se decisivo para a articulação de seu movimento. Sem o jornal nos primeiros momentos da retomada de suas atividades, é provável que as ambições de Plínio Salgado fossem logradas ou não alcançassem o escopo que teve com a posterior fundação da Sociedade de Estudos Políticos¹¹ e os contatos erigidos para além das fronteiras paulistas.

⁹ Os primeiros estudos sobre a AIB já mostravam sua proximidade com as camadas médias, tanto na condição de alvo privilegiado do discurso integralista (Cf. CHAUI, 1979) como de grupo de onde partiu considerável contingente de integralistas, compondo, inclusive, grande parte de seus quadros (Cf. TRINDADE, 1979). Recentemente novas pesquisas mostraram as relações entre a AIB e o operariado brasileiro (por exemplo: DOTTA, 2007; BRUSANTIN, 2004).

¹⁰ “Ganhavam terreno naquele momento [década de 1930] as ideologias de forte tendência antiliberal e antidemocrática, postulando formas de governo nas quais não havia lugar para instituições que impedissem o fortalecimento do poder central e o crescimento da máquina estatal” (SADEK, 1978, p. 91).

¹¹ Sobre *A Razão* e o contexto do pós-Revolução de 1930, Plínio Salgado declararia: “Voltar, porém, e simplesmente, às normas da Constituição de 91 era renunciar à oportunidade que a Revolução de 30 oferecera para o início de uma vida nova, mais condizente com as realidades nacionais (...). Assim pensava o grupo de ‘A Razão’; mas observando que, do lado dos revolucionários de 1930 (então divididos em numerosas facções, algumas sob influência marxista) nada havia a esperar, esse grupo resolveu fundar uma associação de cultura, que servisse de ponto inicial a um movimento de opinião brasileira. E, assim (...) fundou-se a Sociedade de Estudos Políticos” (SALGADO, 1957, p. 16).

A atuação de Salgado no *A Razão*, tomando-o como seu púlpito no qual fazia diariamente suas pregações, foi constante até seu empastelamento. Héglio Trindade e José Chasin foram os principais autores que se debruçaram, em suas pesquisas, sobre os artigos publicados neste período, mas foi o segundo quem dispensou, quantitativa e qualitativamente, uma maior atenção a esta produção intelectual em particular. Enquanto Trindade voltou-se para aqueles com maior enfoque sobre a política nacional da época (a Revolução de 1930, o Governo Provisório, a Assembleia Constituinte), Chasin chamou a atenção para “muitas outras questões [que] são tratadas nestes escritos, abrangendo capítulos da história brasileira, bem como comentários relativos à problemática mundial” (1978, p. 376). Minha intenção, ao retornar a esta produção anterior à fundação da AIB, é destacar aspectos particulares de sua atuação, isto é, trata-se de atentar para o *modo* como Salgado dirigia-se ao público, quais elementos eram mobilizados na transmissão de sua mensagem. Embora não esteja postulando uma ligação direta entre sua atividade no *A Razão* e a liderança do movimento integralista (afinal, neste ínterim houve a fundação da SEP, o empastelamento do jornal e a Revolução Constitucionalista), a primeira precisa ser levada em consideração no processo que desembocou no Manifesto de Outubro e toda a articulação que se seguiu. Afirmando isto porque Salgado ainda mantinha firme sua convicção de que era preciso *agir*, e os primeiros subsídios para tanto estavam sendo dados a partir do jornal¹²; e principalmente porque foi neste período de franca atividade que ele, consciente ou inconscientemente, começou a transformar-se em algo além de um intelectual engajado. Plínio Salgado não era somente uma voz crítica à ausência de uma ideologia consistente capaz de guiar o Governo Provisório e à indefinição de seus rumos. Ou um simples espectador das transformações que se processavam no país e no mundo. Ele *denunciava* e *anunciava* algo: “Tragédia da Grande Noite, à qual não faltará, até o fim deste século, o dia novo da Nova Humanidade” (apud CHASIN, op. cit., p. 392).

Plínio Salgado denuncia o declínio da Civilização (ocidental), estando seu fim perto: “O mundo moderno perdeu o senso puro da alegria. Porque confundiu alegria com o prazer. E tendo esgotado todos os prazeres, *caminhou para a morte e o aniquilamento*” (SALGADO, 1934, p. 57 [grifo meu])¹³. Para ele, “todos os valores se inverteram. Adulterou-se a visão. A tristeza do mundo pagão da civilização ocidental é a maior tristeza da História...”, e quem mais sofre nesta verdadeira espiral de sofrimento e desespero é o próprio ser humano: “Nunca o Homem foi mais triste. Ele se sente isolado, perdido no tumulto do seu tempo, na impiedade

¹² Dirá Plínio Salgado em uma de suas Notas: “(...) nossa atitude política não é passiva ou reflexa; nossa opinião não é um corolário de interesses; nossa diretriz não é uma expressão de nenhum grupo político. Nossa atitude é própria, é ativa, é construtora e criadora.” (apud CHASIN, op. cit., p. 378).

¹³ O livro é de 1934, mas seu conteúdo é formado pelos artigos publicados no *A Razão*.

do século, na crueldade dos costumes” (Ibid, p. 54). É isto a Grande Noite, uma crise que se abatia sobre todo o mundo, e cuja imagem saltava aos olhos de Salgado. Mas ainda assim, vislumbrava ele algo: “É do seio da Noite que nasce a Madrugada. Já se notam os primeiros signaes da aurora, na espessa treva gemente”. E tornava-se, então, o arauto dos “Tempos Novos”, de onde surgiriam novos “padrões de cultura, de moral, de direito, de administração e de política” (SALGADO, 1934a, p. 66), em suma, uma “nova civilização [que] realizará a grande synthese. Synthese philosophica. Synthese política. Mas, principalmente, synthese das Edades Humanas” (Ibid, p. 82). A partir do mundo em ruínas, Plínio Salgado anunciava uma Nova Humanidade que, em outras palavras, era a solução para tamanha crise por meio de uma ampla transformação da sociedade.

Isto é apenas um pequeno exemplo sintético do que se apresentava nos artigos escritos por Plínio Salgado. Como se vê aqui – e mais a frente – trata-se de um intelectual carregado de uma poderosa retórica (que traz em seu bojo diversos elementos religiosos, de traços quase apocalípticos, mas também imbuídos de esperança e promessas de salvação) a qual não pode ser desconsiderada ou descartada como mero jogo de palavras e imagens. O que se verifica nesta produção pré-AIB também se fez presente em sua fase integralista: Salgado não deixou para trás seu fervor quase escatológico, ao contrário, retomou-o diversas vezes, mobilizando-o em sua “mensagem integralista”. Diante disto, não parece fortuito o fato de ganhar, dos camisas-verdes, o epíteto de “profeta”¹⁴ – dado de particular relevância para esta pesquisa.

Aliás, a figura do *profeta* aparece na Sociologia das Religiões de Max Weber e encontra-se atrelada à sua reflexão sobre o carisma, de modo que a definição primeira dada por Weber é de que se trata do “portador de um carisma puramente *pessoal*, o qual, em virtude de sua missão, anuncia uma *doutrina* religiosa ou um mandado divino” (2000, p. 303) – a epígrafe que abre este capítulo é a continuação destas considerações. Esta discussão é retomada por Maria Isaura Pereira de Queiroz em sua análise sobre o messianismo (1976), de onde emerge, então, a figura do *messias*. Com isto não tenho qualquer intenção em considerar Plínio Salgado um profeta e muito menos um messias, ou que o movimento integralista foi um movimento messiânico, mas acredito que o tipo ideal proposto por Weber e as análises de Queiroz fornecem importantes elementos para o estudo do papel desempenhado pelo líder integralista. São valiosos pontos de partida para o tipo de abordagem que pretendo empreender com vistas a fornecer um novo olhar sobre a AIB.

¹⁴ Roland Corbisier, em entrevista concedida a Hégio Trindade (1979) na condição de antigo integralista, classificou Plínio Salgado como um “mistagogo” (p. 166). Curiosamente o mistagogo é mencionado por Max Weber em sua análise sobre a figura do profeta (2000, p. 303-310), mas de modo a afastar-se deste por faltar-lhe uma “doutrina ética”, embora pudesse revelar “novos caminhos de salvação” (p. 308).

Mas de que maneira a obra destes autores contribuiria para o estudo da liderança de Plínio Salgado? Quais aspectos permitiriam uma melhor compreensão da atuação do Chefe Nacional e sua relação com seus seguidores? Início a resposta remetendo, inevitavelmente, à questão do *carisma*, “qualidade pessoal considerada extracotidiana (...) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos” (WEBER, 2000, p. 158-159). Deste modo, a noção de carisma não encerra, obrigatoriamente, uma dimensão religiosa, definindo-se, antes, por um “conjunto de qualidades essenciais que fazem um chefe e que torna suas ordens indiscutíveis” (QUEIROZ, 1976, p. 414). O carismaticamente qualificado traz para o seu redor pessoas que lhe reconhecem tais qualidades como extraordinárias ou que o veem como o portador ou a personificação de novos valores e ideias, de modo que elas “entregam-se” à sua liderança, criando um forte vínculo com o líder a partir de uma relação de confiança incondicional naquilo a torná-lo carismático. O surgimento ou intensificação desta encontra-se ligado a “tempos de crise, em que a estrutura herdada de instituições e valores sociais perde o equilíbrio, e que há anomia (no sentido empregado por Durkheim) e em que novas soluções precisam ser encontradas para problemas que até então muitas vezes eram desconhecidos” (BACH, 2011, p. 55-56)¹⁵. O indivíduo cujos “dons naturais” colocam-no acima dos outros e de onde tira sua autoridade para dar início, sob suas ordens diretas, a um processo de reforma ou revolução social com o intuito de transformar uma situação presente, sem dúvida é um elemento central para a organização e funcionamento de qualquer movimento que considere também sua tal missão. Neste sentido, a liderança incontestada de Plínio Salgado, com os juramentos de obediência e fidelidade intransigentes por parte dos integralistas, fornece valioso campo de análise.

Mas a indagação acerca dos benefícios das contribuições de Max Weber e Maria Isaura Pereira de Queiroz carece, ainda, de outras explicações, afinal, localizar a pessoa carismaticamente qualificada não é um fim em si. Mesmo que suas qualidades “sobrenaturais” sejam tomadas como algo que lhe é intrínseco¹⁶, elas são dependentes de uma situação de interação; é necessário um contato intersubjetivo entre o portador do carisma e seu eventual seguidor de modo a criar um relacionamento onde o segundo *reconheça* as faculdades do

¹⁵ Prossegue Maurizio Bach: “uma crise social, muitas vezes, também é o momento da confiança cega e da esperança, do fácil cultivo do entusiasmo através de promessas de salvação e redenção religiosas, mas também seculares (como, por exemplo, políticas)” (p. 56).

¹⁶ Como diria Charles Lindholm (1993): “Poucas pessoas têm essa qualidade magnética, que é a essência do carisma, como uma parte de suas características básicas: carisma não se aprende – ele existe, assim como a altura e a cor dos olhos existem” (p. 19).

primeiro, sentindo-se afetados por elas. Este reconhecimento, aliás, cumpre um importante papel na relação que se constitui entre o líder carismático e seus seguidores. Para Weber:

Sobre a validade do carisma decide o livre reconhecimento deste pelos dominados, consolidado em virtude de *provas* (...) e oriundo da entrega à revelação, da veneração de heróis ou da confiança no líder. Mas esse reconhecimento (...) constitui antes um dever das pessoas chamadas a reconhecer essa qualidade, em virtude de vocação e provas (p. 159).

Cria-se uma situação de interdependência envolvendo o líder e o grupo dominado, pois se de um lado o primeiro precisa contar com a atuação de seus seguidores como agentes ativos no processo de transformação ou remodelamento das condições sociais presentes, de modo que, para dar-lhe continuidade, ele deve *provar* constantemente a validade de suas pretensões¹⁷, por outro lado, os indivíduos dominados necessitam de seu líder para lhes assegurar o cumprimento de suas expectativas e seu “bem-estar”, o qual se pode traduzir não apenas como recompensa material, mas antes como:

o alívio de aflições espirituais, o nivelamento de “dissonâncias cognitivas” e a afirmação dos valores, a coesão interna do coletivo como comunidade particular de convicções, um fortalecimento da identidade individual e coletiva, como também, por exemplo, a vitória sobre situações de crise ideais ou materiais. (BACH, op. cit., p. 59).

Como este processo “revolucionário” depende direta e imprescindivelmente da disposição para agir dos envolvidos, pois seu desenvolvimento e realização ocorrem mediante ao grau de mobilização de sua capacidade de agir no “mundo” o qual pretendem modificar, então o carisma que motiva a reunião e a ação das pessoas torna-se um *recurso de poder*, situando-se no cerne da relação de dominação constituída entre o líder e seus seguidores. Isto ocorre porque, sendo o carismaticamente qualificado o único capaz de assegurar a realização de tal processo, atendendo ao anseio de seus seguidores, aos quais exige, para tanto, incondicional fidelidade, ele consegue subordinar, *no nível da ação*, o grupo ao seu redor pela lealdade aos valores e ideias que encerra ou personifica. Dito de outra maneira, cria-se uma situação de fato onde a vontade manifestada pelo líder consegue influenciar as ações de seus seguidores, e o que garante esta “obediência” é, antes de tudo, as qualidades ou faculdades “extraordinárias” desta liderança – a autoridade desta emana de sua própria pessoa. E a interdependência das partes, mencionada acima, firma este tipo de dominação, o que implica, por fim, na necessidade de se atentar para a *dinâmica* encerrada nesta situação, isto é, as formas particulares a informarem as interações entre o líder carismático e seus seguidores.

¹⁷ Caso contrário, sua liderança é questionada e colocada em risco: “Se por muito tempo não há provas do carisma, se o agraciado carismaticamente parece abandonado por seu deus ou sua força mágica e heroica, se lhe falta o sucesso de modo permanente e, sobretudo, se a sua liderança não traz nenhum bem-estar aos dominados, então há a possibilidade de desvanecer sua autoridade carismática” (WEBER, 2000, p. 159).

A partir daí, como proceder na análise da liderança de Plínio Salgado no interior do movimento integralista? Pois as considerações feitas acima servem, antes, como guias, elas fornecem o instrumental teórico para que se possa compreender, a partir do material histórico disponível, os acontecimentos do mundo empírico. Sendo assim, o primeiro passo para tal análise deve levar em consideração as particularidades do objeto (e objetivos) da pesquisa: estou lidando com um intelectual brasileiro que fundou um movimento político e cultural do qual virou líder – mas um líder em cujo entorno criou-se uma situação de quase reverência, de entrega e fidelidade por parte dos militantes. Plínio Salgado não era uma figura religiosa que anunciava estar a serviço de Deus¹⁸; era um escritor que se valia, principalmente, de seu próprio instrumento de trabalho, a palavra escrita, para denunciar o que considerava danoso para o Brasil (e quiçá para o restante do mundo) e anunciar, a partir da destruição iminente da civilização, um novo momento da História universal conquanto fossem tomadas determinadas atitudes. Sua preocupação era com a situação política, social e econômica do país, e não com o estabelecimento de um Reino Celeste. No entanto, Salgado valeu-se constantemente de uma retórica religiosa, mobilizando elementos do cristianismo e prevendo “castigos divinos” – e seus seguidores não hesitaram em vê-lo como alguém “iluminado pelo Espírito Santo” – mas ao mesmo tempo em que declarava a necessidade de um Estado forte e centralizado, avesso ao liberalismo (político e econômico) e que representasse a Nação.

Desde a criação do jornal *A Razão* até o fim da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado não parou de escrever. Reforçou suas atividades por meio da prática de conferências e do pronunciamento de discursos, valendo-se de uma poderosa oratória que “inflamava” e “dominava” os ouvintes – era, então, através destas práticas que Salgado buscava assegurar aos integralistas o cumprimento de suas expectativas ao mesmo tempo em que lhes “dirigia” as ações com vistas ao sucesso do Integralismo. Isto significa que, no intuito de apreender o elemento central do tipo de dominação que se processou no movimento, aquilo a garantir o caráter excepcional do Chefe Nacional e sua relação com os militantes, isto é, o *carisma* de Plínio Salgado, é necessário remeter-se à sua produção intelectual. É este, então, o primeiro passo a ser dado: analisar a “mensagem” do líder dos camisas-verdes, buscar seus elementos fundamentais, as novas ideias de valores das quais era portador e passaram a adquirir papel relevante no modo de agir dos grupos a defendê-las. A atividade intelectual de Salgado contribuiu para que milhares de pessoas acompanhassem-no na aventura integralista, cujo

¹⁸ Embora chegasse perto disto muitas vezes.

objetivo último era o estabelecimento de uma nova e final etapa da “evolução” da humanidade – o *fim da História* chegaria de verde e ostentando o sigma.

Outra justificativa para tal escolha recai sobre os outros objetivos desta pesquisa e que foram explorados nos capítulos anteriores: a centralidade dos intelectuais integralistas para o desenvolvimento da AIB. Neste caso, trata-se de avançar mais um pouco nesta linha de argumentação, demonstrando como o tipo de dominação que se configurou no movimento, a carismática, deitou raízes na atuação de sua intelectualidade – no caso a ser explorado neste capítulo, (em parte) nas atividades de Plínio Salgado. Ao mesmo tempo em que os intelectuais integralistas contribuíram para a expansão do movimento, seu funcionamento e divulgação do Integralismo, estiveram também envolvidos na estrutura de dominação da AIB como um de seus principais elementos. A rede de bens culturais mantida pela intelectualidade teve, assim, uma dupla função: por um lado, foi mediante seus componentes (livros, periódicos, conferências e discursos) que Plínio Salgado pôde mostrar e “provar” suas qualidades extracotidianas; e por outro, estes mesmos componentes atuaram como veículos de *atribuição* de tais qualidades – por parte dos outros intelectuais (isto será retomado no capítulo seguinte). Visitar parte da produção de Salgado, não com o intuito de estudar seu pensamento integralista, mas visando a análise daquilo imediatamente apresentado aos leitores, torna-se um procedimento imperativo para a compreensão do papel de ambos nas relações de dominação erigidas no movimento.

Retornando ao princípio deste tópico, nota-se que os argumentos desvelados até aqui apontam para uma caracterização distinta daquela pretendida por Plínio Salgado, de modo que não me parece muito crível seu desejo em permanecer unicamente como um obscuro soldado na AIB. Não afirmo isto com base no conhecimento do *a posteriori*, mas sim referente às atividades nas quais se engajou, culminando na possibilidade de – no contexto de suas práticas, habilidades e experiências – “ter” para si uma tribuna na qual ensaiaria os primeiros passos na criação de um movimento de intervenção. *Seu* movimento. O que não era possível de se antever, sem cair na ilusão do encadeamento retrospectivo dos acontecimentos, era o *tipo* de liderança que lhe caberia e os aspectos a cercá-la – e mesmo sua caracterização como “profeta”, atribuída por terceiros. O estudo mais detido da “origem” do carisma de Plínio Salgado, e conseqüentemente de sua liderança, contribuirá para asseverar a pouca credibilidade na “tese” do obscuro soldado, por um lado, e auxiliará na compreensão da maneira como se revestiu sua liderança, por outro. Começarei pela análise de sua produção

intelectual e, logo em seguida, passarei para o modo como Salgado postava-se e dirigia-se ao público em seus discursos.

5.2 O carisma de Plínio Salgado: aspectos de sua produção intelectual

Nos tópicos anteriores argumentei que não se pode tomar a liderança de Plínio Salgado, sobretudo levando-se em conta as particularidades a cercarem-na, como algo dado ou “natural”. Isto é, a posição de Chefe Nacional não estava inscrita nem na proposta de criação da AIB, em princípios de 1932, nem após seu lançamento oficial mediante a publicação do Manifesto de Outubro. Mas também não foi totalmente inesperada, ou impensável, a “ascensão” de Salgado a tal cargo. Se tomarmos como contingência aquilo que não é impossível nem necessário (LUHMANN, 1997, p. 88-89), é viável considerar a transformação de Salgado em líder máximo de todos os integralistas como um acontecimento contingencial – o que, todavia, não diminui sua relevância para o desenvolvimento do movimento. Pelo menos nos primeiros momentos da existência da AIB, quando esta ainda se organizava e expandia-se pelo país, uma liderança única e soberana não era imperativa, mas também não era inevitável¹⁹. Sendo assim, como explicar seu surgimento e seus efeitos? Quais mecanismos fizeram do fundador do Integralismo um líder reverenciado por seus seguidores? Para responder tais perguntas, acredito ser preciso confrontar o principal meio de atuação de Plínio Salgado, ou seja, a forma como este se relacionou mais intensa e constantemente com seu público de modo a transformá-los em seguidores: mediante sua produção intelectual e a mobilização de sua capacidade de oratória.

Para tanto, utilizei o material veiculado através da rede de bens culturais (livros, conferências, artigos diversos) bem como reportagens de época – de jornais não-integralistas – as quais cobriram eventos da AIB onde Salgado fez algum discurso. Dentro do *corpus* textual selecionado, separei alguns temas que considero centrais para a compreensão da relação entre carisma e produção intelectual, pois aí residiriam “indícios” de Plínio Salgado como carismaticamente qualificado.

5.2.1 Denúncia: a crise da Humanidade e seu sentido

A “atividade apostolar” de Plínio Salgado entre junho de 1931 e maio de 1932 no jornal *A Razão* e, logo depois, no movimento integralista, foi bastante intensa e praticamente

¹⁹ Antes do Congresso de Vitória, já se referia a Plínio Salgado como “chefe nacional”. Nas reportagens sobre o movimento integralista e/ou Salgado, chamavam-no assim.

ininterrupta. Como mostrado, foi um período de grande dedicação à sua produção intelectual, entregue ao público na forma de artigos (de jornais e revistas), livros, discursos e conferências. Mas a despeito de tratar assuntos distintos, diretamente relacionados ao contexto (nacional e internacional) da época, Salgado manteve-se fiel a alguns temas, modificando apenas alguns de seus elementos ao sabor dos acontecimentos.

A *crise*²⁰ foi um destes temas diletos, sendo tratada, principalmente, sob a prática da denúncia, isto é, Plínio Salgado dirigia-se à população brasileira de modo a alertá-la sobre a tragédia que se avizinhava do Brasil, manifestando-se já na Europa e nos EUA. A crise era, assim, mundial: “O mundo atravessa actualmente o instante decisivo em que se está jogando a sorte da Civilização. (...) o que ninguém pode negar é que a civilização tranzita na hora presente, por sua crise máxima” (SALGADO, 1934, p. 34)²¹. Salgado tomou para si a tarefa de denunciá-la, mostrando não só suas causas como suas consequências, suas origens e seus efeitos – todos nefastos. Para compreender não só a natureza desta denúncia como o papel desempenhado no processo de “carismatização” do líder integralista é preciso analisar, em primeiro lugar, sua construção, quais seus principais elementos: que crise é denunciada e quais seus fundamentos? Como se apresenta tal denúncia e quais são suas características? Quais alterações ela sofre no período? Em seguida deve-se atentar para aquilo que há de subjacente a tal denúncia: o *sentido* a orientá-la. Que sentido é este? Qual a sua relação com as outras questões trabalhadas por Salgado?

Em relação à crise, parece-me pertinente evocar a caracterização de sua natureza a partir da obra de Reinhart Koselleck (1999):

Pertence à natureza da crise que uma decisão esteja pendente mas ainda não tenha sido tomada. Também reside em sua natureza que a decisão a ser tomada permaneça em aberto. Portanto, a insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico se aproxima. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformação das circunstâncias vigentes – ameaçadora, temida ou desejada – é certa. A crise invoca a pergunta ao futuro histórico (p. 111).

Percebe-se, daí, que um estado crítico encerra, ao mesmo tempo, indecisão e certeza – a primeira, relacionada as atitudes a serem tomadas para resolver a crise; a segunda, indicando seu fim iminente. A atuação de Salgado diante da crise que identificava no mundo demonstra este caráter ambivalente, de modo que a criação do movimento integralista foi, a meu ver, o meio encontrado para que qualquer incerteza fosse obliterada, apressando, portanto, a chegada

²⁰ A ideia da crise como um tema mobilizador pode ser visto, também, em: BEIRED, 1999 (Capítulo 2).

²¹ Lembro que os artigos publicados no livro *O Sofrimento Universal* (1934) foram publicados, originalmente, no jornal *A Razão*.

daquele fim certo. Mas como esta crise se manifestava? Tal investigação torna-se central para compreender todo o restante deste processo. Para tanto, começarei com a exposição de alguns textos de Plínio Salgado nos quais a denúncia e a crise evidenciam-se.

Como foi dito, a crise denunciada por Plínio Salgado era mundial. Suas raízes estavam fincadas na Revolução Francesa, acontecimento histórico que marcava a imposição à humanidade de um novo tipo de civilização (CHASIN, 1978, p. 380) a qual persistira até as primeiras décadas do século XX, mas entrava em franco colapso. Que civilização era esta? Para Salgado, era a “civilização anti-christã”, que “não trouxe nem a felicidade nem a alegria” (SALGADO, 1934, p. 67), apenas um mundo que “começou a apodrecer. Apodrecer tristemente, funebremente, no individualismo anarchico, na ânsia pelas liberdades maiores” (Ibid. p. 68). E o momento em que escrevia era seu auge, onde “[se] condenou o christianismo como uma expressão de humildade aviltante, de indigência e fraqueza. E, entretanto, nunca houve uma civilização mais humilhada, mais pobre e mais débil” (Ibid. p. 71-72). Daí a urgência de Salgado em denunciar “os erros de uma civilização que ensinou ao homem a moral do êxito e que rebaixou todos os valores espirituales a uma plana inferior” (p. 77). Deste modo, o século XX surge-lhe como “o grande período humano da confusão. E, nesse estado de espírito, o homem é triste. Profundamente triste. Todas as suas barulhentas expressões exteriores não passam de dissimulações” (p. 63).

A “tristeza” apontada por Plínio Salgado é apenas mais um dos males a compor uma extensa lista de características e conseqüências negativas desta “civilização”: egoísmo, desprezo pela vida e pelos valores religiosos, insolidariedade, alienação, perversidade, medo. Em suma, sofria-se “A morte total do espírito” (SALGADO, op. cit. p. 17), síntese de todos os efeitos perniciosos provocados pela “besta apocalyptica”, isto é, o Capital:

Todo esse inferno contemporâneo é presidido pela somma do trabalho accumulado pelos latrocínios, na tradução metálica das barras de ouro, na versão social do papel-moeda, concentrados nas mãos de poucos. É o Capital. Tudo gira em torno desse ídolo muito mais terrível do que o Moloch de Cartago, que exigia menor numero de victimas para as suas entranhas de fogo (Ibid. p. 17-18).

Nosso autor, munido de poderosa retórica religiosa, é bastante enfático não só ao localizar a origem desta crise mundial no *sistema capitalista*, como ao classificá-la como uma crise eminentemente *moral*. Observando uma dissociação entre fatores e princípios morais e os comportamentos político e econômico, Salgado denuncia no mundo e homem modernos²² a

²² Diz Plínio Salgado (1934) sobre cada um: “O homem moderno requintou em orgulho, em crueldade, em desprezo pelo semelhante” (p. 36); “E o mundo moderno é tomado de um ódio panico, de um terror e de uma tristeza acabrunhante” (p. 71).

nefasta influência do Capital, “espírito da mentira e da crueldade. O dragão que devora os povos”, tendo erguido-se “para enfrentar e negar a Deus, como negou pela primeira vez, quando rolou para as trevas eternas; que se levantou para esmagar o Homem, arrastando-o a todas as abjecções, para finalmente arrancar-lhe o coração” (p. 18-19).

Esta crise moral espalhava-se por toda a sociedade, de modo que muito pouco escapa das duras acusações de Plínio Salgado: desde a música²³ até as cidades²⁴, passando pelos bailes²⁵ e as residências²⁶, tudo se torna alvo de sua denúncia raivosa. As palavras golpeiam ferozmente a “imoralidade” do mundo contemporâneo e apontam para uma situação na qual a vida tornou-se nada além de um fardo e, por isto, motivo para que algumas pessoas fujam da “realidade da existência. Uns fogem nos vapores do álcool; outros nos entorpecentes, a cocaína, a morfina; outros na paixão do jogo; outros no delírio dos sports de sensação; outros nos excessos dos prazeres sexuaes” (SALGADO, 1934, p. 46). O caráter ubíquo desta crise moral faz com que todas as esferas das atividades humanas sofram sua influência direta. E mesmo a religião (no caso, o cristianismo) pouco podia diante do quadro denunciado por Salgado: “Homens e mulheres de uma sociedade que se diz christã, e mesmo muitos daquelles que apresentam exterioridades religiosas, possuem uma tão profunda consciência da selecção dos seres humanos pela sua capacidade de ostentar e de impar na vaidade e no luxo” (Ibid. p. 37)²⁷. No entanto, a despeito desta ubiquidade, o líder integralista possuía seu alvo dileto em um grupo social distinto, onde a crise manifestava-se com toda sua intensidade: a burguesia. Esta “constituiu-se [em] uma classe privilegiada, que valorizou o individuo na sociedade pelo que elle possui, não pelas suas virtudes” (p. 37). E prossegue:

²³ “O ‘jazz-band’ acorda todas as interjeições selvagens para entorpecer a melodia amargurada que deflue por detraz dos saxophones e dos réco-récos, como um fio de lágrimas que cumpre disimular” (Ibid., p. 46).

²⁴ “As grandes Metropoles crearam céos de cartazes luminosos e já não ha mais tempo para se ver as estrellas” (p. 47), “Crescem as cidades tentaculares. Os arranha-céos galgam as nuvens. As fabricas multiplicam suas chaminés. A machina começa a expulsar os Homens das usinas. O Homem começa a morrer de fome nas ruas. A fome gera a revolta e o ódio” (p. 49).

²⁵ “Quem contempla o espetaculo ruidoso dos grandes ‘dancings’ modernos observa que tudo ali é feito para tontear, para obscurecer a mente: as luzes coloridas que mesclam as tonalidades cambiantes de todos os crepúsculos, as luzes offuscantes aggressivas (...), a bizzarria dos vestidos, as emanações dos perfumes que se mesclam de suor e de álcool, o rythmo dos tangos lascivos” (p. 46).

²⁶ “O Homem Moderno destróe a própria poesia interior do lar. A casa é substituída pela ‘machina de morar’. É o apartamento de arranha-céu, onde todas as ‘machinas de habitação’ são iguaes umas as outras. A architectura moderna é triste como um tumulo. É um cemitério de vivos. Peor que os cemitérios. Pois nestes existe a alegria das casuarinas, a harmonia dos arbustos e das flores” (p. 51).

²⁷ Percebem-se, em vários momentos desta produção de Plínio Salgado (incluindo-se as passagens aqui reproduzidas), laivos de uma forte “antimodernidade”, o que se coaduna com determinadas posições assumidas pela Igreja Católica no Brasil. Neste sentido, Romualdo Dias (1996) aponta, nas décadas de 1920 e 1930, como “característica principal do catolicismo (...) o firme propósito de combater á modernidade em nosso país” (p. 19). Esta convergência não só demonstra certa aproximação de Plínio Salgado à corrente do pensamento católico (como leitor de Jackson de Figueiredo, não é de se estranhar) como reforça meus argumentos a favor da “busca” do Integralismo a partir do contexto brasileiro.

O espírito das trevas parece que erigiu o seu throno na alma das classes abastadas; o fogo da sua perfídia parece lampear nos olhos cupidos dos grandes chefes financeiros, que commandam a marcha trágica da Civilização; (...) a sua solércia inflamma de rancores e revoltas as massas proletárias e o exercito dos que soffrem necessidades e curtem dores secretas, opprimidos, humilhados, por uma organização social que se esqueceu dos mais elementares sentimentos da solidariedade e da justiça humana (p. 37)²⁸.

Para Plínio Salgado, se o Capital é o grande “ídolo” diante do qual o mundo deve curvar-se, os membros da burguesia apresentam-se como seus mais zelosos seguidores e defensores, disseminando pela sociedade uma “filosofia do êxito”²⁹ e adotando uma moral baseada unicamente no dinheiro e na busca por lucro: “Sentimento, affecto, honra, elevação moral, nada valem. ‘Quanto tendes, quanto vales; nada tendes, nada vales’, diz o rifão. (...) A ostentação dos ricos torna-se o insulto permanente aos pobres” (p. 50). Diante deste quadro, Salgado declara que “O capitalismo renegou o Espírito e erigiu todo o seu fundamento na finalidade material do homem” (p. 49), ou seja, ao deslocar o dinheiro para o centro da vida social, tornando-o “o alfa e o ômega” de todas as atividades, o ser humano perderia sua “sobrenatural finalidade”, a dimensão transcendental da existência, seu contato com o divino. Em suma, nesta situação, o homem seria um fim em si mesmo, nada além de “um mero conjuncto de sentidos e de instinctos” (SALGADO, 1934, p. 70) representado na imagem do burguês³⁰. A conclusão do autor é soturna: “É Satan quem governa o mundo” (p. 50).

O modo como Plínio Salgado construiu sua denúncia mostra que o uso de expressões como “espírito das trevas” ou “besta apocalíptica”³¹ e referências a “Deus” e “Satã” buscavam indicar (e criticar) situações concretas, fossem elas eventos internacionais ou comportamentos observados no cotidiano. É a partir daí que a crise torna-se manifesta, fornecendo o material necessário para o funcionamento da artilharia retórica (e quase escatológica) de Salgado. Por esta razão sua denúncia conhece um ponto de viragem entre outubro de 1934 e novembro de

²⁸ Ao falar dos “rancores e revoltas” das “massas proletárias”, Plínio Salgado introduz uma ideia que será retomada, sobretudo, a partir do levante comunista de 1935: as origens do comunismo estariam no capitalismo. Portanto, o modo de evitar o avanço do primeiro seria pela eliminação do segundo.

²⁹ Esta “nefanda filosofia” (nas palavras de Salgado) pode ser traduzida, de acordo com sua argumentação, em uma visão de mundo onde se valoriza as pessoas pelas suas posses, seus triunfos e sucessos. Ela seria uma “concepção materialista da vida” caracterizada pelos “preconceitos exxagerados da liberdade, e tendo creado a gloria do dinheiro, da força physica, do esplendor das grandes exhibições e prodigalidades, crearam também os bandidos, os ‘gansters’, a brutalidade, a estupidez, a consagração dos baixos instinctos do Homem” (SALGADO, 1934, p. 79).

³⁰ Dirá Plínio Salgado mais tarde: “O nédio burguez é atheu, e não respeita a familia e não liga à Pátria. Leva uma vida de macaco, só pensando em prazeres, com o nariz a cheirar rabos de saia, os fundilhos alisados pelas poltronas e pelos almofadões dos carros de raça. Sua preocupação constante é o panno verde, a ‘garçonnière’, as paixões criminosas, a esperteza nos negócios” (1937, p. 10).

³¹ Poder-se-ia fazer uma lista com outras expressões utilizadas por Plínio Salgado as quais seguem a mesma linha: “Sumos sacerdotes do ateísmo”, “divindade infernal”, “mundo pagão”, etc.

1935: na primeira ocasião, trata-se do incidente da Praça da Sé, em São Paulo, onde irrompeu um tiroteio em meio a um desfile integralista, resultando em cinco mortos (a AIB atribuiu aos comunistas a ação); a segunda diz respeito ao levante comunista, iniciado em Natal (RN). Isto fez com que o comunismo, até então uma preocupação que lhe era um pouco distante³², surgisse como mais um elemento da crise vivenciada.

Nos anos anteriores, é patente a maior preocupação de Salgado com o liberalismo e o capitalismo – como vimos, a crise instala-se a partir daí, tanto é que alguns comentários feitos em relação à Rússia comunista são-lhe até “simpáticos” quando comparados à sua visão do sistema capitalista³³. Mas na economia interna dos argumentos do líder integralista, o capitalismo perde parte de sua força, e o Capital, até então “besta do apocalipse”, cede espaço ao bolchevismo, “a mais evidente, a mais eloquente e a mais palpável das provas que Satanaz existe e atormenta os homens” (SALGADO, 1937, p. 157)³⁴. No entanto, a partir do que parece uma leitura bastante singular do *Manifesto Comunista*, nosso autor apressou-se em vincular diretamente os dois antagonistas, transformando um em consequência do outro, isto é, o comunismo seria o desenvolvimento “natural” do capitalismo e do liberalismo, pois possuiriam as mesmas fontes: o “materialismo burguez (...). O comunismo é apenas um symptoma do materialismo grosseiro de que o burguez é a fonte originária” (SALGADO, 1937, p. 8-9). Seguindo tal itinerário analítico, ele argumenta, então, que o operariado seria uma “criação” da burguesia³⁵, agora revoltado contra seu criador por não poder usufruir, também, dos prazeres e luxos daquela. Ao fim e ao cabo, são iguais para Salgado: burguesia, operariado, comunistas, todos chafurdam no “torpe materialismo” e são por ele afetados.

O burguez é violento? O operário também o é. O burguez é lascivo? O operário também o é. O burguez é commodista, indiferente à Patria? O operário também afirma que a Patria é o estomago. (...) O comunista

³² No livro *O que é Integralismo*, de 1933, Plínio Salgado faz apenas um “alerta” sobre o socialismo.

³³ “Neste hora angustiada do mundo, a Rússia está nos ensinando que é preciso crer, seja no que for, mas crêr. Alguma cousa está falando pela voz da Rússia. E é mais fácil a luz vir das trevas do que da indecisão dos crepúsculos vespertinos” (SALGADO, 1934, p. 32). “É da Rússia que parte o gesto supremo do nacionalismo” (Ibid. p. 145).

³⁴ Os textos reproduzidos no livro *Páginas de Combate* (1937) foram escritos ao longo de 1936 e guardam estreita relação com eventos envolvendo a participação de comunistas no Brasil e no mundo (levante de 1935, os confrontos de rua com os integralistas, a guerra civil espanhola). Este é um dado de suma importância para compreender a produção de Plínio Salgado no momento, mas não é objetivo da minha análise abordar estas manifestações sob o viés do “anticomunismo” da AIB ou de Salgado. Mais importante é analisar a mobilização e a incorporação de elementos concretos da realidade social em seus artigos de modo a criar um discurso imbuído de forte carga subjetiva (apelando, assim, aos sentimentos e emoções de seu público) e um “sentido” homogêneo para os acontecimentos do mundo.

³⁵ Parece haver aqui um eco do Manifesto Comunista: “Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe darão a morte; também engendrou os homens que empunharão essas armas: os operários modernos, os proletários” (ENGELS; MARX, 2009 [1848], p. 34). Seria interessante localizar a influência do Manifesto em alguns textos de Plínio Salgado – particularmente perceptível em alguns capítulos do livro *O Sofrimento Universal* (lembro que este era composto por artigos datados de antes da fundação da AIB).

prega o amor livre? Mas o burguez, de há muito, já vive em polygamia. O communismo prega a destruição das religiões? Mas o burguez, de há muito, está caçoando de todas as religiões. (...) Os communistas não tem pena das famílias dos burguezes? Os burguezes terão pena das famílias infelizes, paupérrimas deste paiz? (Ibid. p. 12-13).

E como se reeditasse suas conclusões do período de 1931-1932, declara o líder integralista: “Satanaz veste sempre duas mascaras: a mascara da dor e a mascara do prazer. Quando o homem soffre, Satanaz é a revolta, o desespero; quando o homem goza, Satanaz é a voluptuosidade e a luxuria”. E prossegue: “Satanaz veste os andrajos da miséria para saccudir os punhos fechados, na saudação bolchevista. Satanaz veste seda e enfeita-se de joias, para sorrir com indiferença e desprezo sobre os soffrimentos dos humildes” (p. 14)³⁶.

A partir destes exemplos observa-se que a denúncia de Plínio Salgado relacionava-se ao contexto sócio-histórico no qual foi produzida. É a realidade social que lhe fornece o vasto material tanto para o diagnóstico da situação presente quanto para compor o quadro crítico a ser apresentado. Um dos meios encontrados para isto foi apelar a uma retórica repleta de elementos religiosos (no caso, identificados com o catolicismo), carregando sua denúncia com forte teor subjetivo e apelando, portanto, a um tipo de experiência e visão de mundo “religiosas”, embora estas não fossem totalmente vivenciadas como tal. E conjugados aos exemplos cuidadosamente pinçados, Salgado criou imagens impactantes por meio de frases que exprimiam em toda a sua tragédia a razão e o objeto de tal denúncia: a crise moral que assolava “O mundo pagão, o mundo occidental, o mundo livre, libertado de todos os terrores religiosos, de todos os preconceitos Moraes, o mundo opulento, que creou o arranha-céu e o ‘jazz’ (...) [e que] caminha soturno e tragico, como uma marcha fúnebre” (Idem, 1934, p. 63). Uma crise moral que se evidenciava desde os comportamentos sociais da vida cotidiana até a condução da economia mundial, passando pelas criações culturais do mundo moderno e os relacionamentos interpessoais. Como mencionado acima, uma crise de caráter ubíquo, universal, capaz de trespassar todas as esferas da experiência humana. Depreende-se, pois, que inexiste um elemento capaz de “regular” ou “guiar” a conduta individual; ele foi completamente alijado. Ou melhor, tal elemento foi *substituído*. Não se trata de afirmar, a partir do discurso do líder integralista, que tais esferas são orientadas por seus próprios princípios, mas antes que todas foram dominadas pelo desenvolvimento das forças econômicas e seus efeitos. Daí a afirmação: “Tudo se resolve com o dinheiro” (Ibid., p. 49).

³⁶ Plínio Salgado não para por aí: “Satanaz é o comunista que assassina á traição. Satanaz é o homem rico e feliz, que assiste a esse crime, e sorri. Satanaz é a revolta das hetairas nos cubículos dos Mangue. Satanaz é a alegria triumphal dos ‘flirts’ adulterinos das rodas elegantes. (...) Elle se apoderou de vós, burguezes, como se apoderou de muitos proletários. Elle entrou nos quartéis, é bem verdade. Mas, antes de entrar nas casernas, elle já havia entrado nos vossos salões, entre phrases elegantes e costumes fáceis” (p. 14-15).

Todas as crises vivenciadas nas primeiras décadas do século XX (política, econômica, de valores e comportamentos, etc.) seriam, portanto, manifestações de uma única crise moral. Não só os problemas como o processo de transformações sociais que os produziram teriam, de acordo com Plínio Salgado, um *sentido* coerente³⁷ e único: coerente porque capaz de englobar uma série de manifestações e eventos em uma unidade cujos componentes (a princípio heterogêneos) encontram-se ligados entre si e remetem a determinada causa; e único porque, por si só, explica homogênea e sistematicamente todos os acontecimentos do mundo social. A denúncia de Salgado guarda, neste ponto, algumas semelhanças com as religiões de redenção: “O que ela oferece não seria um saber intelectual profundo sobre aquilo que existe ou que é válido em termos normativos, mas sim uma definitiva tomada de posição quanto ao mundo, graças a uma percepção imediata do seu ‘sentido’” (WEBER, 2006 [1916], p. 350)³⁸. A crise moral identificada e denunciada pelo líder integralista – tanto em 1931 quanto mais tarde, no contexto do movimento integralista, quando o comunismo torna-se uma ameaça “real – seria, assim, esta “definitiva tomada de posição quanto ao mundo”, pois é a partir daí que ele busca os caminhos que levem ao fim de tal crise. Ao indicar o deslocamento da moral de sua posição como núcleo ordenador da conduta individual, Plínio Salgado, por um lado, reconhece o papel da moral para a organização social, e por outro, opõe-se ao mundo que se apresenta a ele. A “posse”, então, de tal sentido³⁹, permite que se *anuncie* algo: o fim inevitável da crise, não por si só, mas pelo surgimento de uma *nova ordem*, erigida sobre o sentido “correto” a conduzir o mundo e as atividades humanas. Antes de prosseguir para o tópico seguinte, que tratará deste ponto, é preciso responder a pergunta feita anteriormente: Que sentido é este? O livro *O que é Integralismo* fornece uma simples, porém significativa resposta.

Para Plínio Salgado, a vida é um fenômeno essencialmente transitório condicionado a uma aspiração eterna e superior (SALGADO, 1956 [1933], p. 20), de modo que o ser humano possui uma *finalidade* suprema, com implicações na crença em Deus e no caráter imortal da

³⁷ De acordo com Weber: “O intelectual, por caminhos cuja casuística chega ao infinito, procura dar a seu modo de viver um ‘sentido’ coerente, portanto, uma ‘unidade’ consigo mesmo, com os homens, com o cosmos. Para ele, a concepção do ‘mundo’ é um problema de ‘sentido’” (2000, p. 344).

³⁸ Novamente recorde que não estou considerando o Integralismo como uma religião, mas antes que ele proporcionou vivências capazes de se aproximar da experiência religiosa.

³⁹ Embora não haja qualquer referência explícita, é difícil não pensar na atuação de Plínio Salgado no movimento modernista, onde a *intuição* era o meio privilegiado de apreender a “alma brasileira em seus traços psicológicos profundos” (MORAES, 1978, p. 123). Também aqui, o esforço de Salgado pouco ou nada tem de “intelectual” (no sentido de uma visão científica ou analítica sobre o mundo), mas sintética e intuitiva da realidade social. A associação feita por Eduardo Jardim de Moraes entre esta faculdade intuitiva e o Integralismo é correta: “O ‘misterioso senso divinatório’ da intuição é que nos possibilitará entender a intimidade do caráter nacional. E é também com base nesta mistificação que se fundará teoricamente o Integralismo. O iniciado, o chefe, poderá dirigir o país de posse da chave do caráter nacional” (Ibid. p. 128).

alma⁴⁰ – isto é o que o próprio denomina como *concepção espiritualista da vida*, ou simplesmente *espiritualismo*⁴¹. A vida, nestes termos, é algo precioso não só porque provém de Deus, como também porque é por meio dela que as pessoas engajam-se no processo de aperfeiçoamento de si e dos grupos sociais dos quais fazem parte (como será visto, Salgado advoga um comportamento eminentemente *ativo* por parte dos indivíduos). O curso da história, os acontecimentos observados no Brasil e no restante do globo surgiam, assim, para o líder integralista como dotados de sentido, que no caso de uma crise moral corresponderiam, na verdade, a uma “perversão” do sentido “correto”, isto é, as pessoas teriam esquecido que toda a sua existência é transitória, e sua finalidade, transcendental⁴². Este é o sentido da crise e do mundo no momento. É o que Salgado refere-se como “ausência do espírito” (1937b, p. 160-161). A denúncia traz consigo, em última análise, um processo com um sentido o qual, por um lado, indica o que há de errado, e por outro, aponta para o que deve ser feito.

5.2.2 A condução da vida (*Lebensführung*)

Max Weber (2000), ao analisar o “sentido” da revelação profética em sua sociologia das religiões chama a atenção para o seguinte ponto:

⁴⁰ As primeiras linhas do Manifesto de Outubro já anunciavam algumas destas ideias: “Deus dirige os destinos dos povos. O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade. Vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da Nação e o elevamento moral das pessoas. (...) Todos os homens são suscetíveis de harmonização social e toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: *a sua comum e suprema finalidade*”. (apud CARONE, 1973, p. 309 [grifo meu])

⁴¹ Ricardo Benzaquen de Araújo (1987) resume-a muito bem: “Por esta concepção, a vida humana deixa de ser pensada como um fim em si mesmo, e passa a ser considerada como um meio, um instrumento nas mãos de uma vontade maior. Em vez de um individualismo ‘egoísta’ e ‘insensível’, da supervalorização do dinheiro, temos o predomínio de sentimentos como a piedade e o espírito de renúncia, e a ênfase no sucesso é substituída por uma proposta que acentua, no máximo, a preocupação com o destino dos outros seres humanos” (p. 31-32). Mas este *espiritualismo* possui outra faceta: “Para Plínio Salgado, a concepção espiritual da vida é, também, uma visão da existência humana onde os indivíduos devem cultivar o intelecto, buscando conhecimento e produzindo cultura, pois é a partir daí que as pessoas são capazes de solucionar os problemas nascidos na sociedade, visto que, para o chefe nacional, ‘uma pátria vive na manifestação do pensamento. Vive em função de uma cultura. Seus movimentos são a resultante de estados de espírito criados pela soma de experiências, de informações, de conhecimentos, em face de realidades sociais’. Somente por meio de tudo aquilo ligado ao espírito humano é possível fazer uma sociedade, um país, construir uma positiva organização política e social capaz de atender a todos da forma mais justa possível” (RAMOS, 2008, p. 76-77).

⁴² Completa este quadro o fato de que valores considerados centrais para a garantia da ordem e harmonia sociais teriam, igualmente, sido deixados de lado por uma sociedade guiada unicamente por razões “individualistas”, “egoístas”: disciplina, hierarquia, ordem. Isto pode, no entanto, ser resumido em uma única fórmula que remete imediatamente ao pensamento católico: o desprezo hodierno pela autoridade. A influência da “doutrina da ordem” e das ideias sobre autoridade presentes no catolicismo brasileiro das primeiras décadas do século XX (Cf. VILLAÇA, 1975; DIAS, 1996) é clara na produção intelectual de Plínio Salgado. Ele mobiliza-a para identificar os problemas de sua época: “Pode-se afirmar, com toda a convicção, que *a crise fundamental dos dias actuaes tem sua origem immediata no factor moral do desfallecimento da autoridade e da perda de todo o senso dos deveres* que trouxeram o desequilíbrio das forças sociais e econômicas no panorama internacional e na paizagem nacional” (SALGADO, 1934, p. 143 [grifo meu]).

A estrutura desse ‘sentido’ pode ser muito diversa e agregar numa unidade motivos que parecem logicamente heterogêneos, pois o que domina toda a concepção não é, em primeiro lugar, a consequência lógica mais as valorações práticas. Significa sempre, só que em graus diversos e com êxito diferente, uma tentativa de sistematização de todas as manifestações da vida, portanto, de coordenação do comportamento prático num *modo de viver*, qualquer que seja a forma que este adote em cada caso concreto (p. 310).

Esta passagem serve como introdução para a questão levantada no final do tópico anterior, quando falei que o sentido da denúncia de Plínio Salgado encerrava o que havia de “errado” com o mundo e qual caminho deveria ser tomado (conformando-se ao sentido “correto”). Pois a produção intelectual do Chefe Nacional oferece indícios de como as pessoas deveriam “conduzir” suas vidas⁴³ e quais seriam suas atitudes para o advento e a realização da nova ordem a substituir a anterior, marcada pela crise moral. Deter-me-ei sobre três aspectos desta *condução da vida* presente nos textos de Salgado: a ética da renúncia, o sacrifício pessoal e a mobilização constante.

A expressão “ética da renúncia” tomo-a emprestada do trabalho de José Chasin (1978). Ele localiza-a junto a “uma *moral da pobreza edificante*” (p. 477) ao analisar alguns dos textos de Plínio Salgado. Ambas, aponta o autor, sustentadas por “espiritualismo cristão”. Considero bastante perspicaz esta caracterização e a afirmação sobre ambas: “Preciosa e adequada moral para uma ideologia cujo escopo mínimo é a inibição da acumulação capitalista (...)” – todavia discordo do restante de sua conclusão – “(...) franqueando o acesso a um passado utópico” (p. 478). Ora, Salgado em momento algum pretendeu um retorno ao passado, utópico ou não⁴⁴. Isto contrariaria, aliás, todo o *sentido* que anima seu pensamento, daí a afirmação de que “A História é a crônica do desenvolvimento e da transformação do Espírito dos Povos numa aspiração de perfectibilidade” (SALGADO, 1933, p. 10). Ora, sendo assim, qualquer tentativa de retrocesso no desenvolvimento histórico significaria descartar as conquistas do “Espírito” em seu processo de aperfeiçoamento, pois cada “etapa” daquele contribuiria, em maior ou menor grau, em sua busca pela perfeição. Torna-se, então, também objetivo de Plínio Salgado *acelerar* o ritmo da história

Retornando à “ética da renúncia”, sua relação com a condução da vida situa-se na necessidade dos indivíduos renunciarem a tudo aquilo que não tenha serventia para o engrandecimento moral próprio e de sua coletividade e, principalmente, que possa provocar ou reforçar o deslocamento daquele princípio da transitoriedade da existência como centro

⁴³ A “sistematização” de alguns comportamentos na vida cotidiana foi, inclusive, proposta (Capítulo 4).

⁴⁴ Remeto à citação na nota 8. E a continuação da passagem lá destacada corrobora esta visão: “Os fatos e experiências anteriores ao último sucesso histórico servem apenas como fontes subsidiárias de contribuição a novos rumos” (SALGADO, 1933, p. 10).

volitivo das ações humanas. Todas as “condenações” de Plínio Salgado ao comportamento individual (sobretudo de quem ele identifica como “burguesia”) – apresentadas ao longo do tópico anterior – vão ao encontro de tal ética: é preciso renunciar à riqueza, aos prazeres⁴⁵, aos vícios, à vaidade, caso contrário a pessoa torna-se “Escrava de todos os instintos; faminta de todos os prazeres; submetida a todos os caprichos e exigências da moda”; e a sociedade, “exibicionista, fútil e preocupada exclusivamente com as coisas materiais. (...) sem delicadeza moral, *sem capacidade de renúncia* (...)”(SALGADO, 1937b, p. 162 [grifo meu]). A renúncia – como solução para estes problemas – é compreendida, assim, por Salgado, como “Um senso de limites. De realidades”, é aí onde reside a verdadeira felicidade.

Há, num lar humilde, um trabalhador que está contente com a sua pobreza, porque se sente cercado do amor e do carinho da esposa e de seus filhos. O pouco que faz dá para as pequenas alegrias modestas do lar. Ao erguer-se do leito, tem nos lábios a *summula* da sabedoria, que é uma pequena oração (...), submete-se a uma Vontade Superior. À noite, ao regressar do trabalho não vai aos clubs. Nos theatros só algumas vezes aparece, e com isso tem mais prazer. Espera-o um ambiente modesto, onde existe uma ventura maior, que é a sinceridade do carinho, coisa tão simples que tão grande que os ricos nem sempre possuem. A *communhão* do sentimento, que provem da própria disciplina das aspirações, que se origina directamente da concepção da vida, da idéa de uma finalidade superior, cria o ambiente amável e espiritual (SALGADO, 1934, p. 73).

Esta passagem sintetiza o tipo de comportamento a ser adotado pelas pessoas em suas vidas, ressaltando a validade da pobreza, da religiosidade, da família, da abnegação. Ao criticar aquilo que identifica como os valores norteadores de sua época, Plínio Salgado anuncia-se como o portador de novos valores cuja validade para a transformação individual e, por conseguinte, da sociedade ele busca demonstrar por meio de sua produção intelectual, não só contrapondo-os à situação de crise moral como os indicando como a profilaxia desta – é preferível submeter-se à Vontade Superior a entregar-se aos instintos; deve-se estar com a família, no lar, e não flertando nos clubes; dos lábios devem sair orações, e não “músicas [que] têm gosto de cocaína e parecem a marcha fúnebre do prazer” (Ibid., p. 47). O que se

⁴⁵ Embora não seja constante, questões relativas à sexualidade e ao corpo surgem quando Plínio Salgado tece suas considerações sobre a sociedade “materialista” e “entregue aos instintos”. “O corpo perdeu o prestígio; tornou-se a coisa vulgar, miserável, sem dignidade e sem beleza, artificioso nas suas expressões, incapaz de despertar o encanto das épocas de pudor e recato. Livre do império da consciência, cata-vendo de todas as irreflexões, entregou-se a todos os vícios, sob a capa de todas as liberdades” (SALGADO, 1937b, p. 163). Fontes de prazer, o corpo e o sexo apresentam-se como perigos em potencial para uma visão de mundo que postula uma vida abnegada tanto para o bem individual como coletivo. E não apenas isto. Diante de um projeto, como o integralista, de total mobilização e entrega por parte dos camisas-verdes, a sexualidade (como mera obtenção de prazer) surgiria como um elemento estranho nas relações de poder estabelecidas entre os militantes e o movimento, desestabilizando-as e colocando-se como um entrave às pretensões de dominação da AIB. Se aceitarmos que “O poder não ‘pode’ nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não” (FOUCAULT, 2006, p. 93), então as “interdições” expostas por Salgado justificam-se como dispositivos para manter o equilíbrio das relações de poder, afastando *a priori* quaisquer riscos.

verifica nestas palavras de Salgado, para além de considerá-las meramente como a retórica de um moralista saudosista das “épocas de pudor e recato”, é a manifestação de um poder revolucionário que se pretende transformar as pessoas de *dentro para fora*, incidindo diretamente sobre o seu modo de pensar. Como colocar Weber, este tipo de poder, que é o carisma, provoca uma *metanoia* nos indivíduos (WEBER, 1999, p. 328); é a mudança dos sentimentos, a revalorização de todos os valores.

O carisma é a grande força revolucionária nas épocas com forte vinculação à tradição. (...) o carisma pode ser *uma transformação com ponto de partida íntimo, a qual, nascida de miséria ou entusiasmo, significa uma modificação da direção da consciência e das ações, com orientação totalmente nova de todas as atitudes diante de todas as formas de vida e diante do “mundo” em geral* (WEBER, 2000, p. 161 [grifo meu]).

Subjacente aos textos de Plínio Salgado encontram-se não apenas um sentido capaz de explicar os acontecimentos sociais em todas as suas formas (na política, na economia, na cultura, nas artes, etc.) como outra possibilidade de agir, isto é, um meio de conduzir a ação a partir de novas ideias ou valores que a orientam na vida social. O que o chefe nacional pretendia era estabelecer um novo rumo para os sentimentos e pensamentos das pessoas afetadas pela “força” da sua mensagem. E elas, por sua vez, experimentariam algo perto de uma “conversão”, adotando os preceitos emanados de seu líder.

Se o primeiro passo para a nova condução da vida postulada por Salgado levava a esta “ética da renúncia”, sua consequência imediata caminhava na direção da importância do *sacrifício pessoal* – algo que o próprio líder integralista buscava fazer transparecer quando se referia às suas ações no movimento (CAVALARI, 1999, p. 153), como se agisse exemplarmente⁴⁶. Os militantes deveriam sacrificar-se em prol do movimento e do projeto de transformação o qual abraçaram, aceitando todas as penas daí advindas, vistos como um pequeno ônus à grandiosidade de sua missão. Antes de tudo, o sofrimento era buscado e prometido: “Prometto-lhes sacrifícios, injurias, calumnias, incompreensões, ironias, perseguições, em vez de empregos e proventos”, escreve Plínio Salgado sobre os integralistas que “me ouvem, e me seguem, porque amam a Pátria, acreditam em Deus, e velam pelas famílias do nosso Brasil” (1937, p. 102). Para o líder dos camisas-verdes, tudo aquilo opera como combustível para o movimento, que retira da luta sua alegria e encontra nas dificuldades a sua volúpia (Ibid., p. 88). Para os integralistas: “Sermos perseguidos: eis o motivo poematico. Sermos incompreendidos: eis um prazer singular que nos mostra uma

⁴⁶ No prefácio de *O que é integralismo*, Plínio Salgado dirige-se ao leitor para dizer que “eu muitas abandonado muitas vezes a minha casa, para me por a trabalho da tua família” (1956 [1933], p. 11-12). Em outra oportunidade, declarou: “estou trabalhando há quatro annos, dia a dia, hora a hora” (1937, p. 101-102).

superioridade deliciosa. A incerteza do dia de amanhã é o nosso diadema de glória” (Ibid., p. 88-89). Aqui também nosso autor cria uma série de contraposições, lançando mão de um jogo de palavras no qual os atributos dos comportamentos “condenáveis”, opostos aos defendidos por Salgado, são contrabandeados de um lado para o outro: o prazer dos integralistas advém da incompreensão; a volúpia, das dificuldades; a alegria, da luta. Ele “inverte” os valores e propõe a associação direta entre sofrimento e felicidade. E o sacrifício pessoal torna-se imperativo para o gozo futuro: “Soffrei, pois, ó ‘camisas-verdes’! É o imposto da vossa glória, o gosto amargo do triumpho e o martyrio dos sonhadores do Bem!” (Idem, 1937c, p. 171).

Percebe-se em alguns textos de Plínio Salgado que esta dimensão do sofrimento e do sacrifício pessoal encerra não só uma orientação “objetiva”, pois diz respeito à necessidade (ou obrigatoriedade) do engajamento do integralista no movimento, tomando parte em suas várias manifestações e seguindo suas ordens, como “subjativa”: aqueles são meios através dos quais os militantes não só *aproximam-se* de Deus como “escapam” de seus castigos – retornarei a estas questões (mais a frente, neste tópico e no tópico 5.2.4, respectivamente).

O terceiro aspecto da condução da vida propalada pelo intelectual da AIB liga-se diretamente a esta questão, tratando-se da *mobilização constante* à qual os militantes deveriam estar submetidos.

Analisando o pensamento de Plínio Salgado, Ricardo Benzaquen de Araújo localiza “uma concepção *absolutizada* da ideia de participação, pois importa na afirmação de um projeto de cidadania e soberania popular através de uma modalidade radical de mobilização, que envolve a tudo e a todos, de forma permanente e ilimitada na defesa de seus ideais” (1987, p. 20-21). A produção intelectual de Salgado encerraria, assim, a defesa de uma forma particular de engajamento no projeto integralista: unicamente por meio da *ação* “no mundo”. O líder da AIB exortava seus militantes a adotarem uma atitude eminentemente *ativa*, pois o sucesso do Integralismo estava atrelado às suas ações no seio da sociedade brasileira. De modo que seus textos são carregados de construções que enfatizam a ideia de *movimento*, de que era preciso algum tipo de intervenção na realidade social, sendo reprovada qualquer conduta “acomodada”⁴⁷. Um modo para compreender como tais ideias incorrem na pretensão de uma radical e constante mobilização dos integralistas é por meio da crítica de Salgado ao que ele reputa como comportamento *messiânico*.

⁴⁷ Uma das formas preferidas de Plínio Salgado referir-se aos opositores do Integralismo era chamando-os de “comodistas”. Também é constante o termo “inconsciente”, o que é bastante ilustrativo da importância do binômio pensamento-ação em sua produção intelectual, pois inconscientes eram todos aqueles que não haviam aceitado as ideias integralistas; e comodistas, aqueles que nada faziam pelo Brasil.

O messianismo, para Plínio Salgado, ocorre quando as pessoas adotam uma postura sonhadora ou contemplativa diante dos problemas que lhes afligem e a sociedade e, portanto, limitam-se a aguardar por alguém que virá resolvê-los. Deste modo, o “Integralismo é (...) o contrario do messianismo político. É um combate permanente as ‘esperas’ insensatas, ao sonho vago, ao thaumaturgismo e ao caudilhismo lyrico” (SALGADO, 1937c, p. 68). Salgado, assim, conclama seus seguidores a lutar contra o “messianismo fatalista”, contra a tendência à inércia (presente no “espírito nacional”) que sempre impediria as necessárias transformações para o Brasil, condenando-o junto de seu povo “à exploração de todos os charlatães”, pois “Um povo que espera o seu Salvador e *não dá um passo para se salvar, por si mesmo*, é um povo destinado à escravidão e ao capricho do primeiro aventureiro”, daí o Chefe declarar “Desgraçados os paizes que dependeram de um só homem! Desgraçadas as nações que *estiveram contemplativamente esperando um Messias!*” (Ibid., p. 71 [grifos meus])⁴⁸. E embora Salgado não tenha tomado qualquer atitude efetiva sobre o modo como os militantes relacionavam-se com sua pessoa (vendo nele aquilo que, *aparentemente*, desprezava), ele criticava aqueles que se filiavam à AIB unicamente por admirá-lo e não por conhecerem a doutrina integralista⁴⁹ – reputava, assim, a “adoração das pessoas” como fanatismo e comportamento infantil⁵⁰.

A ligação operada com o Integralismo, e não com sua própria pessoa, é bastante expressiva daquela relação íntima entre pensamento e ação: só se pode agir conquanto orientado por um corpo sólido de ideias e valores. Isto faria toda a diferença, pois enquanto seguir alguém não seria nada além de um comportamento irrefletido, ter como guia uma “doutrina” acarretaria em uma reflexão que possibilitaria o indivíduo a dar um rumo definido e consciente às suas atividades. “Ao messianismo contemplativo da raça, temos de opor a

⁴⁸ Plínio Salgado faz uma importante ressalva logo em seguida: “O Messias era um só e já veio para illuminar todo o gênero humano” (1937c, p. 71).

⁴⁹ “Recommendo aos integralistas que não se preocupem com a minha pessoa, mas com as ideias de que fui portador num momento histórico” (Ibid., p. 70). Sublinho, aqui, o fato de que Plínio Salgado via a si mesmo como o portador de novas ideias e valores, o que já o faria uma pessoa a diferenciar-se das outras, pois dotado de uma qualidade extraordinária.

⁵⁰ Quando Luis Carlos Prestes foi preso, Plínio Salgado escreveu um artigo intitulado “O Drama de um Herói” (1937, p. 75-83). Inicia-o da seguinte maneira: “Ei-lo, finalmente! Meus olhos dão sobre sua photographia. Meu coração se aperta. É o meu inimigo. É o polo oposto. O antípoda. E, entretanto, nenhum ódio me exalta. Nenhuma alegria por vel-o assim, preso, vulgarmente, numa scena sem romantismo e sem brilho”. Em seguida, Salgado passa a elogiá-lo e exalta a Coluna Prestes: “A marcha da Columna que elle comandara significou, numa hora tragica, a symbolica serpente de fogo, passeando sobre o corpo inanimado de uma Nação, como a despertal-a de um lethargo. Symbolizava bem nossa inquietação, nosso desespero, porque não tínhamos, nós, espíritos inquietos, encontrado o caminho necessário”. Então, o líder dos integralistas revela “Com que mágoa eu *o vi transformado em ‘messias’* de todos os insensatos, de todos os desorientados (...). o heróe da columna passa a ser explorado (...) como um D. Sebastião. E elle se presta a aggravar uma enfermidade nacional. *A velha enfermidade denunciada por Euclides da Cunha: o messianismo brasileiro*. Doença de povos bárbaros, incapazes, talhados para o domínio estrangeiro” (p. 79-81 [grifos meus]).

criação dinâmica das circunstâncias culturais e morais, que constituem o meio propício à elaboração das personalidades típicas expressivas do gênio da Pátria” (SALGADO, 1956 [1935], p. 102). À espera, à contemplação e ao sonho, Salgado julgava imperativo opor um movimento ativo (e criativo), de atuação *coletiva*⁵¹, de intervenção, pois as transformações necessárias para o país viriam inevitavelmente da *ação* dos camisas-verdes – animada, decerto, por um conjunto de ideias e valores.

Com efeito, a mobilização constante pretendida pelo Chefe Nacional traduz-se na entrega ao movimento por parte do integralista, quase um abandonar-se em prol daquele, tomando parte em uma experiência coletiva que não só propiciava uma série de novas vivências aos camisas-verdes como estabelecia, para estes, outros limites e margens de ação no interior da vida social, criando novas sensibilidades capazes, inclusive, de levar a incidentes desastrosos⁵². A presença no núcleo e na rua, as atividades aí realizadas, deveriam opor-se, assim, àquele messianismo, ao sentimento de espera por vezes advinda da “preguiça” e do “comodismo” – alguns dos caracteres negativos do povo brasileiro assinalados por Plínio Salgado ao esboçar-lhe sua “carteira de identidade” (1933, p. 145-163). A *efervescência* que se verifica diante da série de manifestações dos integralistas – na celebração de uma data comemorativa (relativa ao Brasil ou ao movimento) ou tomando parte no casamento de um militante; inaugurando uma escola ou desfilando pelas ruas – tem sua fonte neste radical engajamento⁵³. Este aspecto será retomado e aprofundado no Capítulo 6, de modo que, por enquanto, para manter-me restrito ao intento do presente capítulo, volto a atenção para Plínio Salgado, pois seus textos e discursos apresentam-se, nesta discussão, sob um duplo aspecto: como demonstrações do que é esta mobilização e provas de suas capacidades.

⁵¹ Uma das críticas de Plínio Salgado ao que ele identifica como messianismo é a impossibilidade de que pessoas isoladas pudessem resolver os problemas do Brasil. Somente mediante a criação de uma *solidariedade* entre os brasileiros isto seria possível. Recordo que Oliveira Viana foi uma das grandes influências do Integralismo, de modo que sua tese sobre o insolidarismo brasileiro certamente era do conhecimento de Salgado, que por meio do projeto integralista buscava “consertar” este traço característico da sociedade brasileira.

⁵² De acordo com o jornal *Correio de São Paulo*, Plínio Salgado, em conferência realizada no Clube Comercial de São Paulo, teria mencionado o “incidente havido durante o reinado de Momo no Ceará, de que resultaram mortes e inúmeros feridos, alegando se tratava duma ofensa da policia do cel. Moreira Lima, a qual saíra à rua fantasiada de “camisa-verde”, contra isso reagindo com alguns tiros o 23º B.C. que – afirma – é todo composto de integralistas” (25/03/1935). Uma ocorrência desta natureza não parece implausível, pois Héglio Trindade refere-se a outro semelhante (embora não tão grave), onde integralistas teriam avançado contra “uma viatura de carnaval para tirar a bandeira nacional que a decorava” (p. 301). Que havia algum tipo de tensão entre os integralistas e a população de algumas localidades no período de carnaval parece claro tanto por estes incidentes como pelo fato de que, na Bahia, o uso da camisa-verde foi proibida pela própria AIB durante os três dias dos festejos.

⁵³ O tipo de mobilização imaginada por Plínio Salgado pode ser sintetizada na seguinte passagem: “Nossa campanha durará pelo menos, um século. Os camisas-verdes realizarão paradas e desfiles, conferencias e cursos, estudos, não com a mentalidade dos galináceos, que não considera nada mais além do exíguo terreiro, mas com a visão das grandes aves de azas abertas ao infinito azul” (1937b, p. 91). Neste sentido, a mobilização constante justifica-se diante da grandiosidade do projeto integralista.

Se o Chefe Nacional exigia um comportamento ativo por parte de seus seguidores, pois somente pela mobilização de permanentes esforços o Integralismo seria vitorioso em todo o território nacional, ele precisava apresentar-se como um líder igualmente dedicado e incansável em sua luta. Como se não bastasse sua atuação constante através da rede de bens culturais (e as notícias veiculadas pela imprensa sobre suas atividades, como viagens pelo Brasil e a realização de conferências), Plínio Salgado falava e escrevia sobre sua própria atuação, mostrando ao seu público uma conduta *exemplar* daquilo pelo que se debatia. Valendo-se, muitas vezes, da primeira pessoa do singular, enumerava suas conquistas e obras: “Consegui recrutar não somente uma grande multidão de brasileiros, de todas as condições e idades, mas também uma aristocracia intelectual, em trabalho constante”. E mais a frente: “estou trabalhando há quatro anos, dia a dia, hora a hora” (SALGADO, 1937, p. 101-102). Salgado submetia, assim, sua entrega e serviços prestados à AIB ao escrutínio de todos, revelando-lhes quantos livros havia lançado e quantos artigos escrevera, quantos brasileiros foram “convertidos” ao “credo verde” ao longo de seu trabalho de divulgação do Integralismo – seu *apostolado*, como se falava constantemente (integralistas ou não) – a e quantos integralistas encontravam-se, então, sob seu comando⁵⁴. Ao mesmo tempo, esta conduta exemplar convertia-se nas provas necessárias aos camisas-verdes acerca de suas pretensões à liderança e ao poder sobre eles.

Assumindo tarefas adequadas ao seu perfil (isto é, voltadas, sobretudo, a atividades intelectuais), Plínio Salgado podia exigir obediência e empenho de seus seguidores, obtendo êxito aí, conquanto estes reconhecessem sua “missão” mediante o fornecimento regular de provas de suas capacidades (WEBER, 1999, p. 324). As conquistas do movimento – vitória em eleições municipais, o aumento do número de integralistas, expansão da AIB, etc. – eram apresentadas como testemunhos em favor de Salgado: sob sua liderança, o Integralismo avançava. O trabalho diligente e regular do Chefe Nacional fortalecia seu poder ao demonstrar aos seguidores seus feitos, como o “miliagre” e a “mística do Integralismo” – que “já existe e levei dez anos para torná-la uma realidade” – e sua “obra firme de ressurreição nacional” (SALGADO, 1937, p. 37), sobre a qual diz:

⁵⁴ A ideia da mobilização constante também é encontrada na imagem criada pelo próprio Plínio Salgado de que seus seguidores achavam-se prontos, a qualquer momento, para atender seu chamado e seguir suas ordens. Em novembro de 1935, devido ao levante comunista, Salgado teria colocado 100.000 camisas-verdes à disposição de Getúlio Vargas para conter as revoltas (o que foi recebido com ironia na imprensa). Além disto, incorporando o espírito de Antonio Conselheiro, escreveu: “Se, outras forças pretenderem lançar o país na anarquia de um socialismo que é força de vanguarda do comunismo russo, desde já dou minha palavra de ordem aos 2.132 núcleos do país, para que se transformem imediatamente em 2.132 Canudos” (SALGADO, 1937b, p. 44).

Como se creou ISSO? Realizei milhares de conferencias; publiquei 18 livros, escrevi milhares de artigos; atravessei centenas de noites em claro, doutrinando os moços, ou trabalhando; viajei a minha Patria, de trem de ferro, de navio, de automóvel, de canoa, a Cavallo, de avião; estive em comícios tumultuosos, perdi companheiros em conflicto, realizei dezenas de congressos; lancei no paiz centenas de oradores, de escriptores; temos quase 100 jornaes semanários, 8 diarios, uma revista illustrada e uma de alta cultura; structurei uma vasta organização de assistência social e fundei mais de 3000 nucleos onde se faz doutrina e se executa um ritual uniforme, que identifica os espíritos; (...); mais de 1000 escolas primarias integralistas alfabetizam e educam (...); multiplicam-se nossas bibliothecas; nos navios mercantes, em mares longínquos (...) há Nucleos Integralistas (...). Tudo ISSO está feito (...). E tudo ISSO não se improvisa. É preciso cérebro, coração, nervos, músculos, alma. É preciso tempo, abnegação, sacrificio, paciência, tenacidade, inquebrantabilidade. (Ibid., p. 38)⁵⁵.

Talvez este seja o principal exemplo que ilustra o esforço de Plínio Salgado em *provar* aos seus seguidores suas capacidades através de realizações que, vez e outra, confundiam-se entre as “suas” e as “do movimento” (como pode ser observado pela passagem acima destacada), embora, no fim, refiram-se todas à sua pessoa. Sem tais provas, a obediência e engajamento daqueles homens e mulheres não poderiam ser exigidos, muito menos que fosse seu *dever* reconhecer Salgado como o “carismaticamente qualificado” (WEBER, Op. cit., p. 324) para a condução do movimento em sua missão transformadora.

Deste modo, Salgado investia-se de um poder que lhe permitia grandes realizações baseadas em seu obstinado engajamento. Falava, então, “No ímpeto revolucionário com que despertei a juventude da Patria, arrastando as massas humanas, em applausos delirantes, atraz de mim”, no “canto glorioso de uma geração à qual ensinei as giéstas luminosas da Primavera” e no “magnetismo com que arranquei do torpor e da mediocridade uma geração que é a maior e a mais bella de quantas o Brasil já deu” (Idem, 1937b, p. 145). Com seus feitos e ambições, Plínio Salgado não somente provava suas qualidades, reafirmando e reatualizando sua liderança, como exemplificava como deveriam os integralistas conduzir suas próprias vidas e ações se visavam o sucesso do movimento.

Fecha-se, então, neste ponto, um “ciclo” do sofrimento. Mobilizar-se significava, em última análise, sofrer em vista da entrega e do desprendimento, do trabalho e da participação contínuas. Se o sofrimento podia ora aproximar os camisas-verdes de Deus, ora resguardá-los de seus castigos, ele também representava o índice de sucesso do movimento. As seguintes palavras de Plínio Salgado resumem estas ideias:

⁵⁵ Plínio Salgado também declarava que o Manifesto Integralista que lançou a AIB teria alcançado uma tiragem de dois milhões de exemplares (SALGADO, 1937b, p.42) e que já haviam sido publicados 50 livros integralistas com um milhão de exemplares (Idem, 1937, p. 153). Não encontrei nenhum documento capaz de comprovar isto.

Chegávamos humildemente às cidades brasileiras. Que prometíamos? Sofrimento. “Nada damos e exigimos tudo”, era a nossa palavra. Afirmávamos, porém, que Deus não se esqueceria daqueles que para espiritualizar o Brasil, para construir a Grande Pátria Cristã, souberam esquecer os partidos, os interesses, as amizades, as vaidades, o conforto, enfrentando todas as agressões morais e físicas dos maus. Afirmávamos que nossos descendentes saberiam um dia fazer justiça aos nossos propósitos. E foi assim que eu consegui arregimentar um milhão de brasileiros (*Acção*, 07/10/1936).

5.2.3 Anúnciação: o advento do Novo, a Humanidade Integral

A crise pela qual a humanidade passa é denunciada e seu sentido, exposto. Contudo, ela traz consigo a certeza de que – como visto anteriormente com Reinhart Koselleck – tal estado crítico será superado. Em relação ao Integralismo e às exortações de Plínio Salgado, tanto sua solução quanto a resposta para o que a sucederá (“A crise invoca a pergunta ao futuro histórico”) são, assim, conhecidas. No primeiro caso, a posse do sentido da crise enceta os primeiros esforços visando seu fim: mudança no comportamento das pessoas, a adoção de uma nova conduta de vida, a transformação dos sentimentos. Em suma, aquilo que Salgado chamava de *revolução do espírito*. Mas qual é o seu resultado? Decerto não se retornará a nenhum estado anterior, afinal, como observado, o movimento histórico, para Salgado, não é cíclico e sim processual, linear. O passado não retornará e nem se pode retornar a ele. Deste modo, após a crise deverá surgir algo sem precedentes, um novo período da História humana inscreve-se no horizonte de expectativas e sua chegada pode ser apressada pelas atividades dos integralistas e quem mais mobilizar-se em favor do movimento. Este período antevisto e anunciado pelo Chefe Nacional é a Humanidade Integral (ou Quarta Humanidade)⁵⁶.

Antes, é preciso explicar rapidamente a “filosofia da História” desenvolvida por Plínio Salgado no interior da qual esta Humanidade Integral se inscreve⁵⁷. Seus fundamentos – de importância capital para a compreensão do esquema intelectual de Salgado – encontram-se nas duas tendências que atuam diretamente sobre a existência humana, moldando e definindo o perfil das sociedades em vários momentos da história, marcando profundamente vários de seus elementos constitutivos (a religião, a política, o comportamento, a cultura, etc.): a espiritualista e a materialista⁵⁸. A primeira caracteriza-se, como já foi ventilado, pela crença na transitoriedade da vida e na existência de princípios morais aos quais *todas* as pessoas

⁵⁶ O livro *Raça Cósmica*, de José Vasconcellos, foi uma influência desta formulação.

⁵⁷ Ela é exposta no livro *A Quarta Humanidade* (1934). Análises sobre seu conteúdo e seu papel no interior do pensamento de Plínio Salgado podem ser buscadas em: CHASIN (1978); ARAÚJO (1987); RAMOS (2008).

⁵⁸ Espiritualismo e materialismo funcionam, no pensamento de Salgado, “como verdadeiras *chaves da história*, quer dizer, como conceitos em condições de explicar qualquer situação ou evento, em todos os momentos e lugares, sem precisar, inclusive, fazer nenhuma alteração em seu sentido ou na sua moralidade inicial” (ARAÚJO, 1987, p. 35).

devem submeter-se, agindo em conformidade com seus ditames (pressupõe-se, assim que há uma igualdade entre todos). A segunda é marcada pela submissão dos indivíduos às forças da natureza, às leis naturais, de modo que estas “se fazem presente, inclusive, no interior dos próprios seres humanos, comandando os *instintos*, nosso lado mais corporal e animalesco” (ARAÚJO, 1987, p. 29).

Como duas forças antagônicas (embora não completamente irreconciliáveis), espiritualismo e materialismo lutaram ao longo dos tempos e imprimiram sobre a humanidade marcas características⁵⁹, criando formas distintas de “civilizações”: a politeísta, a monoteísta e a ateísta⁶⁰. A título de compreensão mais geral sobre esta questão em particular⁶¹ forneço esta brevíssima definição: a civilização (ou humanidade) *politeísta* é marcada pela combinação quase impossível entre espiritualismo e materialismo. Aqui, os homens encontram-se inteiramente subordinados à Natureza (SALGADO, 1934, p. 23), todavia, seus vários elementos (animais ou vegetais) são personificações da pluralidade de deuses (são os “totens”). A *monoteísta* traz, por sua vez, a primazia do espiritualismo. Nela, “Deus é a causa, a razão, a finalidade única do Homem. O Homem procede de Deus e vae para Deus. A terra é uma passagem, o caminho entre dois Infinitos. A vida humana é uma contingencia material do Espirito” (Ibid., p. 29). Todos acham-se ligados entre si e à uma mesma divindade superior, de modo que são dissolvidas as “distinções e barreiras que separavam os homens” (ARAÚJO, 1987, p. 37) na civilização politeísta. Por fim, a civilização *ateísta* tem a marca da ascensão do materialismo provocada, sobretudo, pelo advento do pensamento racional, científico. Este negou os princípios morais e religiosos e provocou a “a desmistificação da existência humana: a ciência corta as relações entre o homem e o transcendental, afirmando uma vida basicamente terrena e submetendo tudo a testes e análises, procurando comprovações empíricas” (RAMOS, 2008, p. 83). Desprovida de uma moralidade universal e de um senso de igualdade, tal civilização entrega-se ao individualismo, ao egoísmo, à luta de classes – o quadro de crise denunciado por Plínio Salgado (tópico 5.2.1) nada mais é do que o retrato

⁵⁹ O procedimento adotado por Plínio Salgado ao estabelecer tais critérios de classificação e caracterização das várias “eras” da História humana guarda alguma semelhança com algumas “doutrinas sobre as eras da história” analisadas por Koselleck (2006), as quais não se nutrem “de definições temporais, mas sim de *determinações objetivas ou pessoais de conteúdo, que conferem a cada época sua particularidade*” (p. 270 [grifo meu]).

⁶⁰ Embora Plínio Salgado localize em determinados períodos históricos exemplos destas civilizações (a Idade Média como monoteísta e a época contemporânea como ateísta), tais tipos podem coexistir: “A idade de pedra convive com a idade do rádio. O luxo moderníssimo de Copacabana [*ateísta*] é contemporâneo das malocas e tabas selvagens [*politeísta*]” (SALGADO, 1934, p. 69).

⁶¹ Análises mais detidas sobre esta “filosofia da história” de Plínio Salgado podem ser encontradas em: RAMOS, op. cit., p. 81-84 (e Capítulo 2 para seu papel dentro do integralismo de Salgado); ARAÚJO, 1978 e 1987, p. 34-38 (para a politeísta e a monoteísta) e Capítulo II (para o ateísta).

desta Terceira Humanidade, da civilização *ateísta* em sua expressão máxima: “A Humanidade é tomada do terror de si mesma” (SALGADO, 1934, p. 64).

No entanto, o líder dos integralistas afirma que “Alguma coisa está morrendo... É a Terceira Humanidade, a Humanidade Ateísta” e, a partir daí, anuncia uma nova era, o início de novos tempos não só no sentido de ser um momento completamente diferente, mas também *melhor* do que o anterior. Em seu estilo costumeiro, diz:

Sobre a Terra inflamada de ódios comburentes, perpassa do gemido do Homem! Atravessando os espaços planetários, a Terra leva consigo, pelos roteiros gelados do Infinito, a tragédia do Pensamento e o desespero dos corações. É a flôr da vida, que sobre os escombros e as dores de um inverno melancólico, renasce numa misteriosa primavera de angustias... É do seio da Noite que nasce a Madrugada. Já se notam os primeiro signaes da aurora, na espessa treva gemente! (Ibid., p. 66)⁶².

Plínio Salgado revela o advento da Humanidade Integral, a Quarta Humanidade, estágio derradeiro da História marcado pelo signo da novidade nas várias expressões das criações humanas – arte, política, cultura, economia, ciência. Anuncia-se uma nova organização social, uma nova moral, “uma nova autoridade, baseada numa concepção de origem e de finalidade do mundo”. E também um novo Estado, o Estado Integral que salva “o homem da ditadura cruel do materialismo finalista e da ditadura sem finalidade da plutocracia democrática das oligarchias políticas e financeiras” e procura “suas origens na própria origem do Universo e do Homem. E rume para a finalidade suprema do Espirito, integrando nas suas próprias forças todas as forças humanas superiores” (Ibid., p. 66-67).

Verifica-se nas promessas de Salgado relativas a este novo tempo e às suas criações⁶³ que seu ineditismo reside, em última análise, na configuração das forças as quais regem o comportamento humano: o espiritualismo impõe-se sobre o materialismo, submetendo-o, no entanto, aos seus desígnios. Talvez a melhor formulação deste novo estado de coisas esteja, ainda no tocante ao Estado Integral, na afirmação de que este “realizará a possível felicidade na Terra, baseada na confiança em Deus, no amor ao próximo, *sem precisar excluir os valores científicos, mas subordinando a sciencia a um pensamento superior de finalidade humana*” (Ibid., p. 67-68 [grifo meu]). A ciência, um dos maiores símbolos da humanidade ateísta pelo seu caráter desagregador, verdadeiro porta-voz do materialismo, não desaparece nem é banida. Ao contrário, ela deve subsistir a fim de contribuir para a vida e a convivência entre

⁶² Plínio Salgado também comparava esta nova Humanidade com a civilização mítica de Atlântida (1934, p.175-184).

⁶³ “Somos uma mentalidade nova. Somos uma palavra nova. Somos um combate novo. Que traz um novo sentido que só entendem os cérebros libertados dos preconceitos do século XIX” (SALGADO, 1937b, p. 85).

os povos⁶⁴, não mais orientada por seus próprios interesses – antes, pelos novos valores integralistas. Sua reorientação de sentido e função ilustra a pretensão do movimento em estipular um novo começo a partir de um corte violento em relação ao passado da humanidade, isto é, se Plínio Salgado afirmava que aquelas três eras conviviam no mesmo período, o advento da Quarta Humanidade significa o inevitável desaparecimento daquelas.

Tudo isto, claro, não seria possível sem outro elemento – talvez o mais importante deste rol de novidades: um novo homem, o Homem Integral. Em última análise, é este quem permite o nascimento da Humanidade Integral, pois somente um coletivo de homens *agindo* seria capaz de provocar tamanha transformação. Mesmo que as forças espirituais e materiais atuem de modo a caracterizar as várias sociedades, isto não significa que a intervenção humana esteja subtraída dos processos de mudança: “O Homem tem de lutar contra o mundo”, afirma Plínio Salgado para, então, escrever:

Tudo se rebela contra aquele que quer criar uma *ordem nova*. Todos os preconceitos se levantam. Tudo o que há de negativo no passado se mobiliza. Todos os comodismos dos satisfeitos se insurgem. Todos os medíocres conjuram para aniquilar *aquele que vai interferir na marcha normal dos fatos* (1933, p. 44 [grifos meus]).

O Homem Integral é o “Homem de Ação” cuja existência exprime-se em três dimensões distintas, porém conjugadas: a material, a espiritual e a intelectual. Respectivamente elas representam o indivíduo enquanto ator que age no mundo (no trabalho, na economia, na vida política); o indivíduo que reconhece o caráter passageiro e transcendental de sua própria existência, cômico de uma vida para além desta “material”; e o indivíduo que cultiva e utiliza seu intelecto, que lança mão de suas capacidades cognitivas nas artes, na cultura, nos estudos.

Este novo homem surge durante o processo de revolução espiritual proposto pelo Integralismo. Ele está, assim, condicionado à adoção daquela condução da vida e dos novos valores que a informam. A renúncia, o sofrimento e a mobilização fornecem ao integralista – *ao mesmo tempo* – o instrumental para sua ação no mundo, sua intervenção e luta, e para a transformação que se opera em seu interior, “de dentro para fora”, em seus sentimentos: a “ordem sentimental está sendo criada pelo Integralismo. Um ‘camisa-verde’ do Amazonas tem a mesma physionomia interior, a mesma attitude affectiva e o mesmo instinto de solidariedade nacional que seus irmãos do Rio Grande do Sul, de São Paulo ou Sergipe” (SALGADO, 1937c, p. 44). Engajar-se na mudança de si mesmo, como apregoado pelo Chefe Nacional, significa engajar-se na mudança da sociedade. Neste sentido, não é fortuito no

⁶⁴ “Hoje, a aplicação da electricidade vae derrubar definitivamente o orgulho das raças que se dizem superiores. A electricidade (...) vae ser a grande fraternizadora dos povos” (SALGADO, 1934, p. 75).

integralismo de Plínio Salgado a revolução possuir um papel central, ainda maior que o Estado (BEIRED, 1999; RAMOS 2008), para a transformação do país⁶⁵, pois a metanoia provocada pelo processo de revolução interna é o ponto de partida pelo qual a Humanidade Integral anseia, significando o triunfo do indivíduo que age, em primeiro lugar, sobre as leis da matéria (o materialismo), e em seguida, sobre si mesmo.

Como aponta Ricardo Benzaquen de Araújo (1987), os males causados pelas pessoas quando submetidas às leis da matéria, quando abraçam o materialismo, são involuntários, porque estas mesmas leis são “cegas” e “inconscientes”, conseqüentemente, os prejuízos que trazem (como toda a crise descrita por Salgado) não derivam da vontade individual. Ao fim e ao cabo, as pessoas, sob tais condições, estão desprovidas de qualquer atuação consciente e “Comportam-se como verdadeiros ‘robôs’, guiados pelos instintos que, rompendo o equilíbrio entre o espírito e a matéria, estendem os princípios da ‘luta biológica’ a todos os aspectos da atividade humana” (p. 31). Somente livre do materialismo os indivíduos podem, de fato, agir e intervir positivamente na sociedade – caso contrário, limitam-se a serem constantemente impelidos aos mais variados atos⁶⁶. Derrotadas as leis da matéria, as pessoas conquistam o controle sobre suas próprias ações; livres dos “instintos” que arremessavam todos em uma arena, funda-se uma nova ordem desprovida de conflitos violentos. Conquanto as hostes integralistas trabalhem pelo movimento – nas ruas, nas salas de aula, nas redações dos jornais, nos próprios lares – o advento da Humanidade Integral é apressado. Encontra-se subjacente a tal formulação a ideia de que será este novo homem o responsável pela “condução” da história. E não apenas fariam os integralistas a história, como a fariam do seu jeito, cabendo a eles garantir a construção e preservação da nova ordem.

Antes de seguir para um último aspecto, é preciso sublinhar que esta nova ordem anunciada por Plínio Salgado, cujo motor é a capacidade de transformação pessoal de seus seguidores, é acompanhada pelas subseqüentes mudanças no país. Neste sentido, ressalta-se que a dimensão material da vida não é, como já foi aludido acima, descartada – e nem poderia. A AIB e Plínio Salgado, investido do poder de “despertar a Nação” – “terra que está emergindo no presente, para dominar o Futuro, com a força de uma nova civilização” (SALGADO, 1934, p. 184) –, almejavam criar um país soberano, poderoso, rico, como

⁶⁵ Isto fica claro na seguinte afirmação de Salgado: “O Estado Integral objectiva a sustentação do Homem Integral” (1934, p. 118). Uma análise mais aprofundada (e contraposta ao integralismo de Miguel, para quem o Estado tornava-se o principal motor da mudança social, tendo a “revolução interior” relevância menor) por ser encontrada em: RAMOS, 2008, Capítulo 4.

⁶⁶ “Se vencedor, o homem materialista esmaga cruelmente o seu semelhante, afronta-o com sua espetacular opulência, oprime os trabalhadores e os intelectuais, cego e surdo aos clamores da massa que geme a seus pés” (SALGADO, 1956 [1933], p. 22).

anunciado já no Manifesto Integralista de 1932. A promessa do Chefe Nacional dirigia-se, também, a profundas transformações no Brasil (econômico-financeiras, políticas, administrativas, etc.), daí esclarecer que:

Quando se fala de Revolução Interior, muitos (...) julgam que me refiro a um ascetismo que só os santos podem atingir. (...) O que eu quero de vós é simplesmente uma compreensão serena, equilibrada, sensata, ponderada da vida. *No Estado, daremos a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus*: na vida privada, applicaremos a mesma regra, com o senso profundo das virtudes christãs. Realizae a vossa revolução assim, que ella é fácil. *E, realizada, estaremos em condições de objectivar com energia, força, autoridade de ferro, a revolução no campo do direito publico e do direito privado, da ethica da administração nacional e das relações internacionaes.* (SALGADO, 1937b, p. 167 [grifos meus]).

A dimensão “material” da vida e do país é contemplada e incluída no processo maior de fundação de uma nova ordem pelo Integralismo, embora não goze da mesma atenção que sua contrapartida “espiritual” – é, sobretudo, Miguel Reale quem se debruça, de modo mais rigoroso e com linguajar mais técnico e objetivo, sobre tais questões (afinal, quem se empolgaria com um discurso sobre a natureza do Estado moderno?).

Por fim, para concluir este tópico, é preciso sublinhar o último aspecto deste anúncio feito por Plínio Salgado, talvez um dos mais importantes de toda a sua formulação, pois diz respeito à *certeza* da vitória do movimento, garantida justamente pela “filosofia da História” sobre as quatro humanidades⁶⁷. Ao perscrutar e captar o sentido do desenvolvimento da história, Salgado armou-se com uma versão – “herética” – da escatologia cristã e, deste modo, apontou para o que se desenhava no futuro. Ela serviu como uma ponte entre o horizonte de expectativas e o espaço de experiência dos integralistas: as vivências e ações destes, embora animadas por uma crença transitória da existência e de uma vida no além, também referiam-se à vida mundana. Suas expectativas projetavam-se, igualmente, neste mundo, no próprio país. Quando, nas primeiras linhas do Manifesto de Outubro, Plínio Salgado começa a escrever que “O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam”, revela, por um lado, o objetivo de se alcançar a “perfeição”, e do outro, que esta devia ser colocada a serviço deste mundo, da melhoria da vida terrena mediante a intervenção ativa nela. O projeto integralista possuía um fim muito claro, pronto para ser alcançado.

Assim, Plínio Salgado assegurava o poder sobre seus seguidores, dominando-os com a garantia de um futuro melhor (material e espiritualmente) conquanto o engajamento, a

⁶⁷ Revela-se aqui também certa consciência elitista do movimento integralista, pois, de posse deste conhecimento e colocando-se na virada de uma era que se acabava para outra inédita que começava, na qual eram seus batedores e criadores, os integralistas punham-se a frente do restante da sociedade e julgavam-se no direito de dirigi-la. A prerrogativa típica dos intelectuais diluía-se por todo o movimento.

mobilização, permanecesse. De modo que o Chefe Nacional não se furtava a afirmar explícita ou implicitamente sua crença na vitória do movimento. Em sua “Carta de Natal e Fim de Ano”, escreveu: “Um dia, ó integralistas, estas linhas poderão servir para *a escolha dos Chefes futuros dos que, através deste século, continuarão a obra política que iniciem*” (SALGADO, 1937c, p. 147 [grifos meus]). E ao dirigir-se aos “historiadores do Futuro”, oferecendo seu testemunho sobre o movimento – indicando-lhes, inclusive incidentes envolvendo a AIB (como perseguições a integralistas em alguns estados) ou fatos a ela referentes (participação em eleições, seus Estatutos) – Salgado diz que eles “estudarão o que foi o Integralismo, o que elle pretendeu (*e posso dizer mesmo o que elle realizou, pois a nossa victoria agora se tornou fatal, depois das perseguições*)” (SALGADO, 1937, p. 57 [grifo meu]). Sua palavra final é de total confiança:

Informo, finalmente, ao historiador, que, neste anno da Era Christã de 1936, *eu já acreditava, debaixo das mais tremendas perseguições, na victoria do Integralismo. Essa victoria não poderá faltar*, porque o Integralismo representa hoje a ultima esperança de uma Patria, a única salvação do Brasil, que não deve, não pode e não quer se perder. (Ibid., p. 59-60 [grifo meu]).

E quando a História (e os historiadores) não se tornava uma importante aliada do movimento, ambos “confundiam-se”: “Nós somos a geração nova, a geração soffredora, *a geração predestinada a constituir o Sagrado Tribunal da História* que vos julgará, a todos, ó conspiradores de todas as conspirações e homens públicos de todos os cargos!” (Idem, 1937b, p. 88 [grifo meu]).

Operando de modo semelhante as *provas* que o Chefe Nacional precisava fornecer para seus seguidores, a certeza da vitória – verdadeiro alento diante do sofrimento e das “exigências” do movimento – convertia-se em combustível para a manutenção da relação de dominação entre os integralistas e Plínio Salgado. O sucesso iminente apresentado e assegurado pelo líder dos camisas-verdes reforçava, assim, o poder do portador do carisma, visto que a fonte de sua eficácia reside na crença dos dominados (WEBER, 2000, p. 335), neste caso, a crença não só em seu Chefe, mas também no sentido da marcha da humanidade por ele descoberta.

Somos, pois, uma força moral; somos a voz das gerações do Futuro; somos a voz da História; somos a alma nacional que desperta. E é com o prestigio que a fatalidade da História do Brasil nos dá que nos sentimos com o direito de exclamar: - Só nós, e mais ninguém, pode se propor a modificar as linhas do actual regime político (...).

Nós (...) somos o Ultimo Occidente. E porque somos o Ultimo Occidente, somos o Primeiro Oriente. Somos um Mundo Novo. Somos a Quarta Humanidade. Somos a Aurora dos Tempos Futuros. Somos a força da Terra. Somos, novamente, o que foram, em Eras remotíssimas, aquelles que

escreveram no céu a história da sua marcha, iniciada na porta luminosa de Aries pelo roteiro zodiacal (SALGADO, 1937c, p. 44-45 e 132).

5.2.4. *A Salvação no Integralismo*

Claro está que todas as manifestações de Plínio Salgado analisadas até aqui não se encontram descoladas do momento particular no qual foram feitas, pois, em momento algum, perde-se de vista a existência de um projeto integralista cujos objetivos encerram a clara intervenção sobre a sociedade brasileira, constituindo uma ação política, mesclada a uma cultural, de escopo nacional visando transformar radicalmente o país. Sendo assim, a AIB precisava, invariavelmente, investir contra seus oponentes em suas iguais pretensões de apontar os rumos para o Brasil. No plano político, por exemplo, seus alvos eram a democracia liberal e o comunismo⁶⁸ com seus respectivos defensores. A vitória do projeto integralista passava, invariavelmente, pela derrota de seus opositores, identificados como originários daquele materialismo contra o qual o movimento integralista engajava-se com particular veemência, pois daí provinha todo e qualquer entrave às transformações necessárias para que o Brasil pudesse tornar-se uma grande potência nacional. Era, assim, imperativa a vitória dos valores defendidos pelo Integralismo em uma batalha que definiria – como pensavam os integralistas – o destino do Brasil e seu povo.

Plínio Salgado não hesitou em converter este conflito, por vezes físico e com consequências desastrosas, em elemento constituinte de sua “mensagem” integralista. Isto é, a contenda com liberais e comunistas inseriu-se naquela visão homogênea da vida e no sentido único dos eventos do mundo apresentados pelo Chefe Nacional. E não apenas porque liberalismo (e capitalismo) e comunismo eram considerados expressões do materialismo

⁶⁸ Há uma discussão envolvendo a posição do comunismo no conjunto de “inimigos” da AIB. Hégio Trindade (1979) aponta que, até 1935 (ano da revolta comunista), o liberalismo figurava como o principal oponente a ser batido, mas com o levante, o comunismo assumiu tal posição como alvo dileto do movimento. Pesquisas recentes, como a de Rodrigo Santos de Oliveira (2004a; 2004b), apontam que o comunismo sempre foi uma grande preocupação para a AIB, sendo mesmo mais combatido que o liberalismo – o que se coadunaria, inclusive, com o contexto nacional, onde já se grassavam posições contrárias e críticas ao comunismo (OLIVEIRA, 2004b, p. 56). Imagino que tenha havido uma mudança de tom nas críticas integralistas a partir de 1935, tornando-se mais duras (ainda mais levando-se em conta os ataques e embates diretos envolvendo ambos os grupos, de onde saíram os “Mártires Integralistas”) e ofuscando, assim, aquelas dirigidas ao liberalismo. Além disto, inclino-me a acreditar que o maior empenho e virulência das posições defendidas pelo Integralismo advenha, em parte, de um conflito de valores entre ambos movimentos e suas respectivas ideologias. Para os integralistas, os comunistas atacavam de modo mais veemente aquilo que era fundamental para a AIB: a religião, a ideia de nação e a família. As crenças firmes na transitoriedade da vida, a necessidade da ordem e autoridade, os ideais de disciplina, eram, para os camisas-verdes, prontamente rechaçados pelos comunistas. Tratava-se, assim, de um conjunto de valores radicalmente opostos. Por isto evito utilizar a expressão bastante recorrente “anticomunismo” (embora a tenha utilizado em um trabalho enquanto dava os primeiros passos em minha pesquisa sobre o Integralismo), pois ela, a meu ver, pelo menos no que tange as formulações de Plínio Salgado e sua influência sobre o movimento, reduz uma dimensão mais ampla a qual envolve valores e ideais (como seria o antiintegralismo comunista?) à oposição a outra ideologia igualmente autoritária.

inconsciente que deveriam ser combatidos – nos planos “individual” (através da revolução interna) e “social” (para o advento da Humanidade Integral) –, mas também porque o retorno ao primeiro ou a vitória do segundo significariam a “morte do Brasil”. Daí a declaração de Salgado: “Fora do Integralismo não há *salvação*. Ou o Integralismo vence, ou a Nação morre” (1937, p. 36 [grifo meu]). Esta passagem sintetiza aspectos cruciais para a compreensão das formulações do líder integralista: por um lado, o movimento deve salvar o Brasil, evitando que caia novamente nas mãos das “oligarquias locais” e perca, de vez, sua unidade, ou que se transforme em uma colônia soviética; e por outro, quem não faz parte dele, não será salvo. Mas salvo de quê? Das tempestades, do Dilúvio, de Deus. É esta a resposta de Plínio Salgado, para quem o movimento é a “Arca de Noé” e a “Arca da Aliança”: “Deante do dilúvio que ameaça a Nação”, diz, “não tremo nem vacilo. E deante dos improvisadores da defesa nacional, nós, integralistas, sorrimos” (SALGADO, 1937, p. 39). E assim prossegue ele: “Todas as tentativas sossobrarão no Diluvio. O Integralismo, porém, é a Arca da Aliança. Dentro della, nos tabernaculos sagrados dos corações, todo o Pensamento e todo o Sentimento de um Povo. *Elles se salvarão no meio das tempestades* (Ibid., p. 40 [grifo meu]).

Como apontado por Francisco de Souza Martins (1982, p. 106), a linguagem utilizada por Plínio Salgado é bíblica, o que contribui largamente para uma transposição de um conflito político para o nível subjetivo, emocional de seu público, mesclando problemas de ordens distintas (a salvação do país e da alma individual) em uma mesma mensagem de sentido único e bem definido. Assim, Salgado não economiza nos elementos religiosos na construção de seu discurso, fazendo referências, então, à salvação e à redenção das pessoas, integralistas ou não: “Burguezes! Eu e os camisas-verdes viemos vos salvar e salvar vossas famílias! Burguezes! Eu vos chamo, em nome de Deus e da Patria!”, declarava o líder dos camisas-verdes, conclamando aqueles que rejeitavam o Integralismo para se juntarem ao movimento a fim de serem salvos, ao mesmo tempo em que deixava claro não só a capacidade “exclusiva” da AIB em resgatá-los de suas vidas desviantes como também sua própria importância neste processo: “Vinde emquanto é tempo! Nós, integralistas, não vos odiamos quando dizemos estas verdades, que precisaes ouvir, *porque o Senhor*, na sua infinita bondade, permitiu que *alguém vos dissesse o que nunca ouviste de ninguém*” (SALGADO, 1937, p. 13 [grifos meus]). É o Chefe Nacional quem, inspirado por Deus, fala a todos, buscando iluminar-lhes o caminho de trevas⁶⁹. Sua “pregação”, deste modo, revela-se dirigida não a alguns indivíduos, mas a

⁶⁹ “Eu accendi esta luz verde para mostrar na treva da hora presente o caminho por onde deveis passar, para não cairdes no precipício. (...) Não podereis dizer um dia que tive o cuidado de illuminar todo o Brasil com as verdes lanternas humanas que evitam a queda nos profundos abysmos” (SALGADO, 1937, p. 16).

coletividades (QUEIROZ, 1976, p. 31), fosse em sua atuação no jornal *A Razão* ou no movimento integralista – neste caso, observa-se que ele não se limitava a falar unicamente a seus seguidores, mas a todos os brasileiros, chegando, inclusive, a fazer uma analogia entre sua atuação e a dos profetas.

Como os antigos profetas, não com as virtudes delles, porém, com o sentimento profundo da alma dos simples, dos humildes, que me acompanham, fala-vos, ó paes de família, ó esposos, ó irmãos, brasileiros de todas as condições de idade: *grandes são os castigos que Deus envia aquelles que não diligenciam no serviço sagrado, aquelles que se conservam tranquilos, deante dos peccados e dos crimes de uma sociedade que apodrece* (Ibid., p. 18 [grifo meu]).

É a partir da ideia aí exposta sobre a possibilidade da salvação ou de castigos divinos recaírem sobre as pessoas (notadamente os não-integralistas) que Plínio Salgado introduz o argumento de que o sofrimento daqueles que abraçaram o Integralismo os poupará da ira de Deus (como anunciado no tópico 5.2.1). Isto insinua-se na situação “hesitante” enunciada pelo Chefe Nacional diante de seus sentimentos para com os não-integralistas: primeiro ele questiona-se sobre a possibilidade de redenção de todos mediante o sacrifício dos integralistas⁷⁰, mas em seguida, apresenta sua indignação pelo descaso com o qual estes são tratados, desejando, por isto, o castigo divino: “quando vos vejo, ó burguezes podres, e penso no sacrifício que os meus camisas-verdes estão fazendo por vós, chego a imaginar que Deus, na sua infinita justiça, não deverá poupar-vos” (Ibid., p. 21). Estas passagens indicam de forma bastante clara a crença de Salgado na proximidade entre seu movimento e Deus⁷¹, revelando, também, que todo o sofrimento dos camisas-verdes não passaria despercebido da justiça divina. Em última análise, o que Salgado faz é transformar a atuação da AIB em um serviço sagrado, diretamente vinculado às vontades de Deus que irá castigar aqueles que se negaram a aceitar os valores propagados pelo Integralismo e recompensar os integralistas em vista de seus sacrifícios, salvando-os de qualquer punição⁷². O líder dos camisas-verdes

⁷⁰ Após Plínio Salgado listar uma série de acontecimento envolvendo o movimento – todos eles relativos a morte de seus militantes – ele se pergunta se “todo esse sacrifício não será sufficiente para afastar de vossas cabeças, ó criminosos por indiferença, ó criminosos por omissão (...), os castigos de que vos tornastes merecedores perante a justiça divina!” (SALGADO, 1937, p. 20-21).

⁷¹ Não era à toa que os integralistas eram também chamados de *Soldados de Deus*.

⁷² Um texto de Plínio Salgado bastante ilustrativo desta questão sobre o sofrimento dos integralistas chama-se “Filantes” (1937, p. 25-30). Nele, Salgado afirma que se vive em um momento onde pessoas aproveitam-se das outras (são as filantes), seja lendo um jornal por cima dos ombros de quem o comprou ou aguardando “o amigo na esquina, para que lhe pague o jantar, o automovel de volta para casa, o café e a cerveja” (p. 25). E por isto, há aqueles que são “filantes dos sacrifícios dos camisas-verdes” (p. 27). Talvez o exemplo, e a crítica, mais contundente desta “prática” seja a seguinte: “Os integralistas sustentam e proclamam o principio de Deus, as tradições christãs na Nacionalidade, estão de pé na defesa dos templos (...). Por isso, exactamente por isso, muitos *sacerdotes* dizem com seus botões: ‘Estamos garantidos, devemos, por conveniência, não ajudarmos esses camisas-verdes, mesmo porque se elles vencerem nos defenderão e em caso de revolução comunista estarão firmes em nosso socorro’. São *filantes*. Filantes de nossas intimas dores, das amarguras, das perseguições

equaciona a participação ativa no movimento, e consequente atuação em prol do Brasil, com uma “vontade” divina; a salvação de todos (em um plano espiritual) passa, invariavelmente, pelo processo de transformação “material” da sociedade brasileira.

Que este seja o meu aviso aos meus contemporaneos. Para que elle sirva de salvação, ou para que elle sirva de castigo, resoando, eternamente, como um bronze, aos ouvidos eternamente atormentados dos que fingiram não ouvi-lo. Inconscientes! Não é à ultima hora que se salva uma Patria! Ou conjuramos o perigo enquanto elle não é imminente, ou nada mais poderemos fazer quando elle estiver às nossas portas.

Se algum dia chegarmos a isso, ter-se-á consummado o castigo, pois, de agora para sempre, eu entrego ao julgamento de Deus todas as injustiças, incompreensões e indifferenças que soffrerem os meus camisas-verdes. Que o Senhor tome conta delles e, tendo de enviar castigos, pelo menos poupe o maior numero possível dos que soffrem ao meu lado pela redempção dos maus. (SALGADO, 1937, p. 24 [grifos meus]).

5.3 O carisma de Plínio Salgado (II): sua atuação com a palavra falada

Os obstáculos encontrados durante as pesquisas são de variadas ordens, restando ao pesquisador buscar meios seja para superá-los ou contorná-los – ou mesmo aproveitar-se deles para lançar seu olhar para outros aspectos daquilo com o que se trabalha. Isto aplica-se, em certa medida, a presente pesquisa, pois a inexistência de registros fílmicos e/ou sonoros conservados com a participação de Plínio Salgado nos congressos integralistas e seus discursos impede o contato com um aspecto de particular relevância de sua atuação, que foi o uso de sua capacidade de oratória. O recurso, no tópico passado, à sua produção intelectual justifica-se, em parte, por esta ausência de material, permitindo-me analisá-la sob um ângulo distinto de modo a ressaltar elementos importantes de seu pensamento e a forma como Salgado manipulava-os a fim de criar sua “mensagem” integralista. Todavia, a despeito da centralidade que possui na pesquisa, pois se trata do ponto de ligação entre a atuação regular da intelectualidade integralista e a investidura do carisma por parte do próprio Salgado, acredito não ser possível prescindir deste outro aspecto de sua atuação, através da palavra falada. Ademais, como foi demonstrado, a realização de conferências desempenhou papel crucial na divulgação e rotinização do Integralismo, tendo o Chefe Nacional tomado parte em várias. E a julgar pelos seus escritos e fragmentos de discursos – como o da epígrafe deste capítulo – há a partilha de um mesmo estilo, dos mesmos temas. A “retórica de manifesto” de

que soffremos (...). São filantes do sangue de Guimarães, de Sechini, que morreram por balas communistas, defendendo as idéas sagradas de Deus, Patria e Familia” (p. 28-29 [grifos meus]). Aqui, Salgado não isenta os religiosos da culpa por não tomarem parte no movimento – como se sabe, a despeito da adesão de padres e bispos à AIB, a Igreja Católica nunca apoiou oficial e abertamente o Integralismo.

vários textos, com suas críticas e imagens escatológicas, guarda semelhança com discursos falados, carregados de emoção e subjetividade.

Deste modo – lembrando-se da intimidade partilhada entre os vários componentes da rede de bens culturais – não posso furtar-me a demonstrar tal aspecto da atuação de Plínio Salgado, sendo preciso, no entanto, recorrer a outro tipo de material onde o seu comportamento evidencie-se. Consegui localizar algumas indicações sobre seus discursos em jornais de época (com destaque para os não-integralistas). Embora em quantidade limitada, servindo como pequenos exemplos de como o Chefe Nacional dirigia-se, pela oratória, ao público, serão suficientes para complementar a análise empreendida sobre o carisma de Plínio Salgado – no próximo capítulo voltarei a esta questão, mas através da ótica de seus seguidores.

Ao discutir a questão do carisma na obra de Max Weber, Charles Lindholm (1993) chama a atenção para uma característica partilhada por diversos tipos de líderes carismáticos típicos, como xamãs, profetas, demagogos, guerreiros *berserker*: tais figuras seriam marcadas por “uma capacidade única e inata de demonstrar grandes emoções, de todos os tipos”, o que as fariam parecer não apenas “mais vivazes” que as pessoas comuns como, também, passarem a impressão de viverem “num estado de consciência alterado e intensificado (...) e que é mais possante do que a vida emocional comum” (p. 41)⁷³. Neste sentido, certa ausência de “controle das pulsões” (ELIAS, 1993) daria a tônica para determinadas manifestações extáticas do carismaticamente qualificado, cujo estado emocional no momento transmitir-se-iam para os seguidores ao seu redor. Expressões violentas, coléricas, e atitudes “estranhas” aos olhos das outras pessoas seriam exemplos desta vivência, por parte do carismático, de emoções mais intensas. Ressalto isto em vista de uma interessante caracterização feita, possivelmente, pelo próprio Plínio Salgado na revista *Anauê!* ao narrar os supostos momentos que antecederam o primeiro desfile integralista em abril de 1933. Conta o Chefe Nacional:

Todo o dia seguinte, 22 de abril, recebi visitas de amigos, que estavam convencidos de que eu enlouquecera. Tem sido sempre assim, todas as vezes que assumo uma atitude que os integralistas não entendem. (...). Um dos meus amigos esgotou todos os argumentos.

-A sociedade, no Automóvel *Club*, irá tecer comentários horríveis ao seu respeito, dizia um amigo.

E eu respondi:

-Um dia incendiarei o Automóvel *Club*.

-Mas os estudantes da Faculdade de Direito irão vaiá-lo...

Dentro do meu estado de espírito de exaltação e certeza, gritei:

⁷³ Prosegue Lindholm: “Weber parece acreditar que é justamente a expressividade acentuada do carismático, revelado nos olhos revirados do epilético, na fúria frenética do guerreiro, *no palavreado oco do demagogo*, na calma extraordinária do profeta exemplar, que atrai os seguidores” (p. 41 [grifo meu]).

-Um dia dinamitarei a Faculdade.

O meu amigo deixou correr duas lágrimas. Olhou-me com espanto. De certo meus olhos fuzilavam e meu gesto tinha qualquer coisa de cólera e decisão (*Anauê!*, nº 9, p. 2).

Se esta situação ocorreu de fato é uma incógnita, no entanto, a veiculação de tal narrativa em um dos mais importantes periódicos integralistas não parece ter outra razão de ser que não apresentar determinados traços da personalidade de Plínio Salgado e seu comportamento. Aqui, parece-me importante sublinhar duas questões. A primeira diz respeito à afirmação de Salgado de que por vezes tomou atitudes incompreensíveis por parte dos outros integralistas, o que apontaria para a existência de um abismo entre os desejos ou vontades do líder – orientadas por ideias “extracotidianas” que se afastam ou suspendem a realidade cotidiana, imediata – e a capacidade limitada de seus seguidores em captar a magnitude das intenções do Chefe. Pois ao viverem esta vida cotidiana, ficar-lhes-ia vedada uma melhor compreensão das atitudes de seu líder. A segunda questão liga-se a primeira no sentido de que a convicção de Salgado em suas ações é expressa mediante emoções exacerbadas, experimentando um estado emocional “alterado”, extático diante da força das próprias ideias e objetivos – algo bastante diferente do restante dos integralistas. Lembrando que as “qualidades extraordinárias” de uma pessoa podem ser *reais*, *pretensas* ou *presumidas* (WEBER, 1979, p. 340), problemas sobre a veracidade ou exatidão deste evento tornam-se de segunda monta no momento em que tal narrativa insere-se na rede de bens culturais e contribui para a “construção” do carisma de Plínio Salgado, isto é, como ele *investe-se* daquelas qualidades, apresentando-as a seus seguidores.

Mas foi, sem dúvida, sua capacidade de oratória que, ao lado de seus textos, marcou sua atuação como líder máximo do movimento integralista. Como uma síntese de suas “qualidades”, o uso da palavra falada por Plínio Salgado conjugava as emoções “mais vivazes” e suas ideias revolucionárias apresentadas diante de um pano de fundo escatológico, anunciando castigos para aqueles que se degradavam moralmente e salvação para os que se sacrificavam e sofriam. Diante do público, o homem franzino era capaz de produzir um “vibrante discurso” (*Folha da Noite*, 25/03/1935), ainda que muitos fossem demorados⁷⁴. Sua fala ao término do Segundo Congresso Integralista de São Paulo, realizado no final de outubro de 1935, encerrava, pelo que se pode depreender da cobertura do jornal *Folha da Manhã*, as características ressaltadas nesta espécie de “síntese” realizada por Salgado quando

⁷⁴ Em notícias nas quais são abordados os discursos de Plínio Salgado, menciona-se, por vezes, que alguns teriam chegado ou ultrapassado uma hora. Uma matéria no *Jornal da Manhã* (02/09/1934) sobre a conferência de Salgado no Salão Nobre do Centro Católico da cidade de Bragança relata que esta teria durado 3 horas.

precisava lançar mão de sua oratória. Iniciando seu discurso sobre uma experiência recente no sertão paulista, apresentou, *comovido*, uma descrição de um modesto núcleo integralista em Jurema, “pequenino, perdido no sertão silencioso, mas grande como os maiores” (*Folha da Manhã*, 29/10/1935) para, em seguida, exaltar-se com a realização do próprio congresso, não tardando para que aquelas ideias mencionadas nos tópicos anteriores se fizessem ouvir. Afirmou o Chefe Nacional: “Nossa ambição ultrapassa os limites da História do Brasil, porque temos a pretensão de escrever muitas páginas da História Universal. (...) Nossa vitória, integralistas, se aproxima rapidamente” (Ibid.). A convicção no sucesso de movimento e no papel grandioso na História ao qual o Integralismo estaria destinado marca sua presença, assim como as seguidas exclamações e os momentos quando se dirigia ao público, fazendo-os tomar parte daquela experiência: “Há alguém aqui que duvida da nossa vitória?”, teria indagado Plínio Salgado, obtendo como resposta de “milhares de vozes: Ninguém! Ninguém!” para, logo depois, declarar no estilo conhecido e observado em sua produção intelectual: “A Pátria é nossa. Pertence-nos por direito de virilidade e de força de espírito. Ela não poderá pertencer aos débeis, aos covardes e aos apáticos, aos fúteis e aos frios. Ela pertence ao Homem Novo do Brasil, filha da energia bárbara da Terra” (Ibid.).

Quando se trata deste aspecto particular da atuação de Plínio Salgado são inevitáveis as comparações com Mussolini ou Hitler pelo modo de postar-se e dirigir-se ao público, o que não é implausível. Mas ainda assim o “estilo” adotado pelo Chefe, tanto no que diz respeito ao conteúdo dos discursos como a forma de sua transmissão, não é unicamente tributário, a meu ver, das lideranças do outro lado do Atlântico, pois o Brasil também conheceu, nas duas primeiras décadas do século XX, um excepcional orador cujos discursos apresentavam-se, também, de modo virulento e apaixonado: Rui Barbosa.

Antonio Herculano Lopes (2000) analisou a *performance* de Rui Barbosa como candidato nas campanhas presidencial (1909-1910) e de governador da Bahia (1919), tendo como objetivo compreender a criação do vínculo entre ele – como *performer* – e sua plateia. Em síntese: “Fui procurar o ator Rui em sua grande *performance* para o eleitorado brasileiro, com os adereços de sua retórica, a encenação de sua fúria e indignação, os cenários grandiosos e terríveis de suas metáforas, não para denunciar o ilusionismo”, mas antes “para procurar a revelação de outras verdades nesses jogos teatrais em que aparências e essências não são opostos absolutos” (p. 74-75). Interessa-me neste estudo não as questões perseguidas pelo autor, mas sim alguns aspectos de sua reflexão e dos exemplos mencionados, os quais lançam alguma luz sobre a atuação do próprio Plínio Salgado no sentido de que, a despeito

das particularidades entre as duas personalidades e respectivos contextos históricos, a existência desta não era estranha ao país, nem tratou-se de uma adaptação ou cópia do modelo fascista. Assim, quando Antonio Lopes sublinha, em Rui Barbosa, sua eloquência e sua qualidade de poderoso orador, “mestre do verbo (...) inflamado, combativo, apaixonado”, o que “numa sociedade iletrada, lhe permitia um contato direto com a população” (p. 75), procura o autor demonstrar como a mensagem que ele buscava transmitir à população construía-se por seu estilo apaixonado, irracional, de traços messiânicos – daí o epíteto dado a Rui Barbosa de “Antônio Conselheiro da Razão”.

A grandiloquência e violência de seu estilo, contrastantes com seu físico e saúde frágeis, são marcas de seus discursos que apelavam para imagens distintas (desde invocações de elementos e fenômenos da natureza até o uso de expressões escatológicas⁷⁵), sinonímias e séries de palavras, muitas delas adjetivos variados, nas quais diversos termos eram enumerados em sequência, buscando atingir o público pelas emoções que evocavam. Os inimigos e os males que estes representavam eram atacados de modo impiedoso, embora Rui Barbosa tomasse o cuidado de despersonalizá-los, isto é, não se dirigia a individualidades, à determinada pessoa, mas à causa ou movimento pelo ela qual lutava – expediente também adotado por Plínio Salgado em seus textos e discursos. Rui Barbosa, assim, lançava mão de elementos distintos, aparentemente contrários, para dirigir-se e conquistar os corações de seu público: “Paixão para alcançar o reino da razão, virulência praticada em nome da paz: estas aparentes contradições se resolviam na palavra do candidato pela fusão de princípios cívicos, morais e religiosos, pela unidade entre inteligência, coração e espírito” (LOPES, op. cit., p. 97). Imagens religiosas também figuravam em sua fala, contribuindo para formar um quadro de referências – composto por princípios políticos, morais e religiosos, além da confluência dos planos racional e emocional – sem o qual não é possível compreender os discursos de Rui Barbosa em vista do modo como tantos elementos articulavam-se e apresentavam-se, quase indiferenciados, naquela tentativa de vínculo com o público.

Mantendo-se o devido reconhecimento acerca das particularidades dos contextos, tanto Plínio Salgado quanto Rui Barbosa identificavam seus intentos como expressões da “vontade” e “aspirações da Nação” ou acreditavam na importância de um líder para guiar as massas. O estilo adotado, apaixonado e violento, assemelhava-se, embora cada um defendesse ideias e

⁷⁵ “Golfar (...) o vômito da anarquia”, “entranhas de hiena”, “orgias da prostituição eleitoras” são algumas destas curiosas expressões. (Cf. LOPES, op. cit., p. 91).

propostas completamente diferentes⁷⁶. Neste sentido, ao analisar os discursos de Rui Barbosa, Antonio Herculano Lopes escreve que, através deles, “Rui contribuía para construir no espírito da plateia a noção de sua grandeza. Suas falas eram marcadas pela longa extensão, o jorro incessante de imagens, a grandiloquência, a virulência, o rebuscamento da palavra” (Ibid., p. 87). Excetuando-se, provavelmente, este último aspecto, visto que não seria condizente com um modernista⁷⁷, esta caracterização assemelha-se aos discursos do franzino Plínio Salgado, com seu estilo perpassado por orações prolongadas, palavras apaixonadas e impetuosas as quais comportavam-se como açoites subjetivos prontos a chocarem-se nas emoções mais profundas, despertando-as com o auxílio das exclamações bruscas e dos momentos onde o Chefe exaltava-se e gritava: “O sr. Salgado às vezes se exalta como se a hora de tomar o poder tivesse chegado e fosse preciso empolgar as massas verdes que figuraram morrer pela Pátria e por elle, Plínio Salgado. É num destes instantes que grita (...)”, escreveu o jornal *Correio de São Paulo* (25/03/1935), fornecendo, em seguida, uma interessante descrição daquele “ritual” envolvendo o líder e seus seguidores: “E [Salgado] continuou violento nos seus ataques, apoiado com frenesi pelos camisas verdes, entre os quaes senhoras e senhoritas” (Ibid.).

A despeito dos objetivos distintos e do fato de serem portadores de valores opostos, Plínio Salgado utilizou “estratégia” parecida com a de Rui Barbosa em sua tentativa de criar um vínculo com o público mediante um discurso subjetivo e de emoções exacerbadas. As impressões deixadas nos jornalistas que cobriam os eventos da AIB são ilustrativas da forma como Plínio Salgado dirigia-se ao público e do teor de sua fala. O *Correio de Manhã* (18/10/1934), ao cobrir uma conferência realizada no Instituto Brasileiro de Música, no Rio de Janeiro, referiu-se a intervenção de Salgado não como de um literato, mas de “analysta, [de] evangelizador. Não faz imagens, mas crítica, fustiga os inimigos de seu partido” (Ibid.). Violentamente, desferia seus ataques, primeiro ao governo provisório, “accusando-o do crime de lesa-pátria” para, em seguida, exclamar de modo “vibrante: Dentro de um anno, ou os communistas darão o golpe ou daremos nós!”. E num arroubo de violência e ameaça abertas (mais comum em suas falas que em seus textos) Salgado teria declarado que “quando o integralismo vencer, o communista estrangeiro será fuzilado” e “os jornaes serão fechados

⁷⁶ Ainda assim, a partir das análises e exemplos presentes no estudo de Antonio Herculano Lopes, é possível encontrar algumas similitudes em elementos dos discursos de Rui Barbosa e Plínio Salgado. Por exemplo, a expressão utilizada pelo primeiro: “a nação está de pé e em marcha” (*apud* LOPES, op. cit., p. 90), parecida com as ideias do segundo sobre a Nação ter despertado; Deus e Nação transformarem-se em termos correlatos no discurso de ambos; a palavra ser tomada como impulso obrigatório para a ação efetiva.

⁷⁷ Lembro, aqui, o capítulo sobre Rui Barbosa no livro *O Curupira e o Carão*.

durante três dias para não poder noticiar o que farão contra o estrangeiro comunista” (Ibid.). A fala é entrecortada por aclamações do público extasiado, sendo o líder integralista constantemente aplaudido⁷⁸.

Outros exemplos semelhantes são encontrados em diversas matérias que cobriram eventos integralistas, sendo a atuação de Plínio Salgado descrita de forma parecida (os discursos muito longos, exaltados e virulentos, etc.). Para fechar este tópico, parece-me digno de nota a descrição encontrada em uma carta de Martha Silva Gomes, de São Paulo, enviada ao Correio de Manhã (02/02/1935), onde esta conta que foi assistir o discurso de Plínio Salgado na inauguração do Departamento de Cultura Artística do Integralismo, pois “Os problemas políticos do Brasil são objectos de estudos do sr. Plínio, como, por coincidência, dos meus”. Afirmando não ter “nenhuma antipatia pessoal por Salgado, nem interesses que se choquem com os seus”, a autora escreve que já conhecia seus romances e os posteriores livros de “Sociologia”, mas “Quis ter a oportunidade de ouvir-o por boca própria o sr. Plínio Salgado”. Sua apreciação do Integralismo é bastante crítica⁷⁹, e a partir dela, começa a descrever alguns comportamentos do Chefe Nacional enquanto discursa:

(...) o chefe integralista é como cabecilha de cangaço. Ríspido nas suas atitudes, secco e cortante nas suas afirmações, o sr. Plínio Salgado tem nervosismos, descontroles de gestos, inquietudes que estariam lindamente encaixados no livro *immortal* de Mandelay. É um gerador de fanáticos. Seu discurso de antehontem, com o milagre da roseira que surgiu no caminho de Ponta Grossa à sua visão prophética, o “talisman” do sigma (emblemata integralista, também meticulosamente revelado), a “synthese” do pensamento e da arte, a espantosa mistura de philosophia, de sociologia, de religião, de schemas traçados no ar e, sobretudo, a citação truncada de parábolas evangélicas, oferecem um curioso quadro de diagnostico psychologico: *trata-se de uma revivescencia de Antonio Conselheiro na plenitude da civilização paulista (...). Era de ver-se a cólera do sr. Plínio Salgado contra o sr. Monteiro Lobato por sua caricatura do Jeca Tatu, que é o retrato palpitante, em todos os seus coloridos do chefe integralista. Messiânico, o sr. Plínio Salgado não quer somente reformar a política nacional. Sua missão é, do mesmo modo, religiosa, artística, philosophica. (...) Com sua linguagem frenética e violenta, o sr. Plínio Salgado fez tremenda [ilegível] contra o sr. Getúlio Vargas e seus ministros. (...) Ouvi do sr. Plínio Salgado, em discurso gritado bem alto (...). (Correio da Manhã, 02/02/1935 [grifos meus]).*

Este exemplo possui dupla importância para as questões trabalhadas nesta pesquisa. Em primeiro lugar, por tratar-se de um “testemunho” *in loco* de um discurso de Plínio

⁷⁸ Os jornalistas do Correio da Manhã ainda escreveram: “Quando saímos do edificio do Instituto de Musica, por estar a hora adiantada, o orador prosseguia na sua oração, sempre vivamente ovacionado”.

⁷⁹ Diz a autora: “A doutrina integralista, como a propõe e a explica o sr. Plínio Salgado, é lamentavelmente confusa e, de certa maneira, ridícula. Não são suas qualidades, mas os seus defeitos que lhe permitem a intensa repercussão (...)”. Mais a frente diz que, embora Plínio Salgado “se faça acreditar catholico (...) não tem pontos de contato muito fortes com o catholicismo (...)”.

Salgado, ele ilustra com alguns valiosos pormenores como o Chefe Nacional postava-se diante de seu público, coadunando-se com alguns traços característicos da liderança carismática no que tange suas capacidades tidas como “extraordinárias”, no caso, uma oratória poderosa mesclada ao comportamento efusivo. O teor da mensagem, apaixonado e violento com suas passagens escatológicas, é indissociável de sua transmissão, como se as palavras estivessem carregadas com as emoções transbordantes e perceptíveis no corpo de Salgado, fossem nos gestos bruscos ou no tom alterado de sua voz – e do mesmo modo, estas mesmas palavras, evocando poderosos símbolos e ideias, decerto contribuía para inflamar o corpo daquele que as pronunciava. Neste sentido, Salgado surgia como personagem invulgar, o carismaticamente qualificado. Em segundo lugar, a carta de Martha Silva Gomes revela que os discursos do líder integralista confundiam-se, às vezes, com conferências sobre o Integralismo, isto é, com explanações e exposições de seus princípios, ideias, conceitos. Prática comum no princípio da expansão do movimento (Capítulo 3), manteve-se nos anos seguintes, ganhando, no entanto, novos elementos.

Isto aponta para as questões perseguidas na tese no instante em que se revela o papel desempenhado pela rede de bens culturais no processo de carismatização de Plínio Salgado. As análises empreendidas nos tópicos anteriores basearam-se no material componente de tal rede: livros, artigos e conferências/discursos. No caso, o trabalho intelectual constante e regular de Salgado nesta rede da qual fazia parte foi convertido em *parte* daquele processo, pois foi onde se *investiu do carisma* ao elaborar uma “mensagem” singular tão poderosa quanto seu modo de transmiti-la.

A “mensagem” integralista de Plínio Salgado, assim, conjugou uma série de elementos que, habilmente manipulada por um escritor – alçado à líder de uma massa de homens e mulheres (e crianças) – e excepcional orador, munido de excepcional e inflamada retórica perpassada por referências religiosas, foi convertida em uma tentativa de intervenção sobre a sociedade não apenas no sentido de transformar suas instituições, mas também as pessoas através de uma revolução interna, a qual postulava uma mudança nas convicções e mesmo na personalidade dos indivíduos. Como uma espécie de metanoia no modo de pensar dos integralistas, ela associou aquela intervenção, as ações dos militantes no mundo ao seu redor, à uma dimensão transcendental da existência humana e ao cumprimento *irresistível* de uma *necessidade histórica* (ARENDDT, 1971; RAMOS, 2008), o advento da Humanidade Integral. Com suas palavras, escritas ou faladas, Salgado desvendou, apaixonadamente, o cerne da crise que lhe era contemporânea e apresentou-o as pessoas junto de seu termo conquanto

abraçassem os novos valores que anunciava, os quais compunham uma espécie de “ética” do dever cujos imperativos deveriam imprimir sua força às consciências individuais. À população, prometeu salvação e castigos de Deus ao mesmo tempo em que afirmava a transformação do Brasil em potência mundial. Afirmou que seus seguidores conheceriam apenas sacrifícios e sofrimento, mas ao mesmo tempo dava-lhes a certeza do triunfo do Integralismo. Plínio Salgado *podia* escrever e falar isto, pois suas qualidades “extracotidianas” permitiam-no manter suas convicções em si e no movimento integralista, apresentado como a única solução para *um mundo que caminhava para a catástrofe*. Deste modo, ele não apenas investiu-se de uma missão, a qual extrapolava o plano político, como de capacidades “extraordinárias” para realizá-la *in totum*.

No entanto, isto não é o suficiente para a questão do carisma trabalhada nesta parte da tese. Falta-lhe outro aspecto, o reverso do processo de carismatização: o reconhecimento e a atribuição de tais qualidades extraordinárias. Se Plínio Salgado, mediante atuação constante na rede de bens culturais, investiu-se do carisma, coube a seus seguidores *reconhecê-lo como líder*, como Chefe Nacional, acreditando, também, em seus “poderes”. O capítulo seguinte ocupar-se-á desta discussão, expandindo-a a fim de assegurar uma maior compreensão sobre a forma de dominação que caracterizou o movimento integralista.

CAPÍTULO 6

OS INTEGRALISTAS E A ATRIBUIÇÃO DO CARISMA A PLÍNIO SALGADO

A maior parte das pessoas envolvidas identifica-se com esse detentor do poder, ou líder, como sendo a encarnação viva do grupo, enquanto permanecem vivas a confiança, a esperança e a crença em sua capacidade de levá-los ao objetivo comum, ou de confirmar e assegurar a posição alcançada no caminho para tal objetivo.

Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*

Há palavras, frases, fórmulas que só podem ser pronunciadas pela boca de personagens consagrados; há gestos e movimentos que não podem ser executados por todo o mundo.

Émile Durkheim, *As formas elementares da vida religiosa*

De acordo com os “Protocolos e Rituais” (EncI, XI, p. 77-142) que regiam, em grande parte, o comportamento e atividades públicas dos integralistas¹, estavam previstas recepções festivas a Plínio Salgado quando de sua chegada a determinada localidade (e também em sua partida). O Capítulo XIV destes Protocolos, referente às “Viagens do Chefe Nacional, Embarques e Desembarques, Hospedagem e Recepção”, listava treze artigos (184º a 196º, alguns acompanhados de parágrafos únicos) que davam conta dos pormenores de tais atos, isto é, previam em detalhes quando e como seriam tais recepções, o que deveria ser feito no momento de embarque e desembarque de Salgado e mesmo quais protocolos a serem adotados quando, por exemplo, de sua chegada em uma estação intermediária ao viajar de trem ou, de carro, nas divisas do município para o qual se dirigia. Detalha o artigo 193º:

A chegada do Chefe Nacional às localidades objeto de sua visita, dar-se-á da seguinte maneira:

Estarão presentes todos os Integralistas da localidade, vestindo a camisa verde, as Escolas de Educação, devidamente uniformizadas, em formação atlética: os Plinianos e “Blusas-Verdes”, devidamente uniformizados. O Chefe Nacional e sua comitiva serão conduzidos ao hotel ou casa onde deva ficar hospedado o Chefe, acompanhando-o todos os “Camisas-Verdes” e “Blusas-Verdes”. Poderão falar os oradores que devem saudar o Chefe Nacional, assumindo o Chefe local toda a responsabilidade pelo que disserem ditos oradores. Terminada a recepção, dar-se-á o cumprimento do programa anteriormente combinado (EncI, XI, p. 131).

¹ De acordo com o Artigo 1º: “Os Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira têm por fim codificar os dispositivos gerais e mais importantes de seus Regulamentos e estabelecer normas, fórmulas e usos que regulem os atos públicos e os cerimoniais integralistas e bem assim fixar honraria, regalias, direitos e deveres relativos a todas as autoridades do Sigam” (EncI, XI, p. 77).

Além deste “cortejo”, a presença de Plínio Salgado em uma cidade deveria ser anunciada pelo hasteamento da bandeira da AIB na sede local e pela fixação, aí, de um dístico com os seguintes dizeres: “Esta cidade é hoje capital do Integralismo, porque está presente o Chefe Nacional” (Artigo 194º, p. 131). São breves exemplos não apenas do cerimonial do qual a pessoa de Plínio Salgado cercava-se como também do grau de fixação de normas extremamente detalhadas com vistas a regular as atividades do movimento em todas as suas dimensões.

Ao analisar a organização da AIB, Héglio Trindade debruçou-se sobre a figura de seu Chefe (1979, p. 164-171), chegando a conclusão de que Plínio Salgado não seria nada muito além de “*um chefe pusilânime*” (p. 169), argumento defendido com base na interpretação do papel dos Estatutos da AIB na garantia legal da concentração de poderes em suas mãos e numa visão normativa sobre a figura do chefe. Diz ele: “Obviamente um chefe que se imponha aos seus liderados não tem necessidade de definir (...) o domínio de sua competência e, sobretudo, de criar mecanismos que impeçam que sua autoridade seja posta em causa”. E mais a frente: “O *verdadeiro líder* tem em si mesmo, por suas qualidades e coragem na ação, a energia suficiente para impor sua vontade e não tem necessidade de fundar seu poder sobre um texto legal” (p. 169 [grifo meu]). Que tais Estatutos definiram o caráter “perpétuo” e “intangível”, além da inquestionabilidade, do Chefe Nacional, não se discute. Todavia, acredito que considerá-los unicamente como estando “de acordo com [a] vontade” de Plínio Salgado² – e conseqüentemente tomá-los como *fundadores da liderança* – é perder de vista uma situação mais complexa envolvendo a relação daquele com seus seguidores.

Plínio Salgado usufruía de algum prestígio nos meios intelectual e político tanto como pensador nacional capaz de expressar “um pensamento político coerente, que tinha o dom de oferecer as respostas” (SILVA, 2011, p. 35), como pelo poder de sua retórica, sendo reconhecido como um grande orador. Deste modo, sua atuação política atrelava-se consideravelmente à sua atividade intelectual³, como alguém ocupado com os problemas nacionais e os rumos da sociedade brasileira (antes mesmo da promulgação dos Estatutos em

² Escreve Héglio Trindade em relação a chefia de Salgado: “O primeiro elemento desta pusilanimidade é (...) a concentração do poder legal que lhe foi atribuída pelos estatutos de acordo com sua vontade” (1979, p. 169).

³ De acordo com Giselda Brito Silva, “Plínio Salgado era um intelectual que só sabia lutar com a oratória, com as letras e os livros” (SILVA, 2011, p. 36). Sua análise da liderança de Salgado, comparada a de líderes fascistas (Mussolini, Hitler e Salazar), é bastante elucidativa de suas particularidades. Embora a autora acabe remetendo ao referencial do fascismo (aproximando Salgado de Salazar), as diferenças por ela sublinhadas (p. 35-40) são suficientes para desconsiderar qualquer comparação imediata. Destaco, assim, a seguinte passagem: “(...) houve *uma dinâmica interna* ao movimento e ao perfil de Plínio Salgado que foi ajustando o movimento dentro das *condições internas e locais*. Havia as influências externas, mas havia as condições internas e as do próprio movimento e fundador, do perfil dos militantes, mais estudantes do que soldados” (p. 41 [grifos meus]).

1934), o que concorria para criar uma “imagem de líder”, para seu perfil de “profeta”. Além disto, a “aclamação” de Plínio Salgado como líder máximo da AIB deu-se com a preterição do comando baseada em um triunvirato⁴, ou seja, tal atitude partiu dos próprios integralistas que nele reconheciam as capacidades para guiá-los no movimento. Cito o trecho de um documento da AIB, reproduzido por Emilia Carnevali da Silva (2006), no qual ficou registrado o encontro entre Severino Sombra⁵ e Plínio Salgado, onde trataram de questões referentes à AIB. Ele é datado de novembro de 1933.

Reconhecendo o importante papel desempenhado por Plínio Salgado neste período decisivo da Acção Integralista Brasileira, e a sua nobreza de atitude, o tenente Severino Sombra declara-se disposto a retomar a actividade integralista sob a chefia daquelle patrício e concita os seus amigos a acompanhá-lo nesta atitude. O Chefe Nacional, em consequência da unidade de vistas que se verificou entre elle e o tenente Severino Sombra, deu a este os poderes de líder, para que actue na propaganda do Integralismo onde os seus trabalhos forem julgados necessários (apud SILVA, 2006, p. 108).

Destaco este trecho para mostrar alguns aspectos da liderança de Salgado e o relacionamento com os militantes. Primeiro, o fato de que o “título” de Chefe Nacional da AIB já era utilizado para designar a pessoa de Plínio Salgado, o que parece indicar o reconhecimento de seu prestígio e importância no interior do movimento. E depois chama a atenção a dinâmica entre Salgado e Severino Sombra, pois se verifica, de um lado, a anuência do segundo em trabalhar, em prol do movimento, sob o comando do primeiro. E do outro lado, que os “poderes de líder” de Sombra haviam sido delegados pelo Chefe. Em ambos os casos, a meu ver, sobressaem a liderança e o poder de Plínio Salgado sobre os militantes – é reconhecida sua posição (à qual Sombra se submete) e é ele quem “nomeia”, quem outorga poderes aos que atuam na divulgação das ideias integralistas⁶.

Outro comentário que gostaria de fazer sobre a análise empreendida por Hélio Trindade diz respeito às motivações de Plínio Salgado para garantir, a qualquer custo, sua liderança inabalável. Para Trindade haveria a “necessidade [de Salgado] de compensar

⁴ De acordo com Olbiano de Melo, este triunvirato para dirigir o movimento seria composto por ele, Plínio Salgado e Gustavo Barroso. Severino Sombra, da Legião Cearense do Trabalho, seria seu secretário-geral (MELO, 1957, p. 71).

⁵ Os contatos entre Severino Sombra, uma das principais lideranças da Legião Cearense do Trabalho, e Plínio Salgado eram anteriores à fundação da AIB em outubro de 1932. Um encontro no Rio de Janeiro entre estes dois e Olbiano de Melo era previsto para julho de 1932, quando ocorreu a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Sombra foi preso e exilado em Portugal por apoiar o movimento paulista. O documento que mencionarei é posterior ao regresso para o Brasil de Severino Sombra e nele são tratadas questões sobre a organização e coordenação da AIB no país.

⁶ Severino Sombra acabou por romper com a AIB após o I Congresso Nacional Integralista – a escolha de uma “chefia única” para o movimento foi um dos principais motivos para sua saída. Por este ato, foi considerado um traidor pelos integralistas, inclusive pelo Pe. Hélder Câmara, afilhado de Sombra em sua ordenação sacerdotal e seu companheiro nos tempos da Legião Cearense do Trabalho (Cf. SILVA, 2006). Retomarei este ponto mais a frente para a discussão sobre o carisma de Plínio Salgado.

psicologicamente a impressão de fragilidade de sua estatura, pequena e franzina” (p. 169), e os traços autoritários de sua liderança e personalidade seriam provenientes de sua timidez (p. 171). Considero um pouco frágil tais argumentos de ordem “psicológica”, pois dão a entender que, senão toda, boa parte da estrutura da AIB (e seu universo simbólico) teria surgido para atender os caprichos de Plínio Salgado, com vistas a ocultar ou desviar a atenção de seu físico, personalidade ou mesmo incapacidade de liderar vários homens e mulheres. Que ele fosse tímido (como declarou⁷), de físico franzino ou “com os vários tiques que o caracterizavam a sungar vez por outra o cinto, dando sempre a impressão de estar preocupado com o arranjo das calças” (MELO, 1957, p. 70), são dados válidos para a reconstrução e compreensão do personagem, mas de pouca monta, creio, quando se busca analisar todo um empreendimento que envolvia um contingente considerável de pessoas. Em outras palavras, não se pode prescindir do *reconhecimento* da liderança e capacidades de Salgado por parte de seus seguidores, de modo que elas ganharam um suporte “oficial”. Ou seja, não foi o “texto legal” da AIB que criou o Chefe Nacional, mas este que “formalizou” o seu poder nos estatutos, protocolos e rituais junto do círculo mais próximo de seguidores – em sua elaboração – e dos militantes em geral – que cumpriam suas exigências⁸. Por mais decisivo que tenha sido o papel do carisma pessoal de Plínio Salgado, de sua autoridade, na elaboração, por exemplo, dos Estatutos da AIB e de um amplo cerimonial que o rodeava, isto ainda requeria a participação ativa (e conseqüentemente legitimação) dos outros indivíduos que lhe obedeciam.

Deste modo, parece-me mais importante para compreender a liderança de Plínio Salgado e os sentimentos que despertava nos integralistas, atentar para o caráter cerimonial, quase religioso, de que se revestia em muitos momentos a relação entre o Chefe Nacional e seus seguidores. Relembro, assim, que mesmo antes da realização do I Congresso Nacional, as pessoas já se referiam a Salgado com aquele “título” (fossem integralistas ou não) e ele era recebido com “festejos” quando chegava a determinada cidade e sempre causava alguma comoção, entre seus seguidores, por onde passava. Sua presença já era reconhecida como excepcional e motivo de júbilo por parte dos militantes que acorriam aos locais onde se encontrava. Tais atitudes direcionadas à figura do Chefe Nacional não se limitavam, então, a um comportamento calcado apenas na “obrigação”, mas antes no reconhecimento de sua importância, inclusive para os próprios integralistas diante da forte ligação emocional erigida

⁷ Héglio Trindade retira esta informação de uma enquete respondida por Plínio Salgado em 1918, onde apontou que “o traço dominante de sua personalidade era a ‘timidez’” (p. 171, nota 18).

⁸ Além disto, imagino que já tenha ficado evidente, pelos vários exemplos utilizados ao longo da pesquisa, do caráter quase obsessivo da AIB de criar regulamentos extremamente detalhados sobre todo o seu funcionamento. A chefia nacional não seria uma exceção.

entre os liderados e seu líder supremo. O que desejo sublinhar em especial é o fato de que a liderança de Salgado não foi fundada por um texto legal ou oficial (dos Estatutos ou dos Protocolos e Rituais) e tampouco se formou sem a participação e consentimento da militância.

Assim, o objetivo deste capítulo é analisar a proeminência de Plínio Salgado no movimento integralista, ainda dentro da discussão do carisma, a partir da atribuição deste por parte dos integralistas, ressaltando as qualidades extracotidianas que lhe eram concedidas. O ponto de partida não poderia ser outro além da rede de bens culturais, onde a intelectualidade da AIB contribuía diretamente para o processo de carismatização de Plínio Salgado – darei maior ênfase a este aspecto por dialogar diretamente com as principais questões da tese. Em seguida, pretendo mostrar como os militantes comuns também tomaram parte neste processo. Com este capítulo fecho a discussão sobre o carisma de Salgado, o terceiro elemento para o aparato de dominação da AIB, e deixo terreno livre para as considerações finais e conclusão desta tese.

6.1 Atribuição do carisma através da rede de bens culturais

O processo de carismatização de Plínio Salgado não poderia ser completo sem que lhe atribuíssem qualidades “excepcionais” e estas fossem, ao mesmo tempo, reconhecidas por seus seguidores. E assim como ele utilizou-se largamente da rede de bens culturais para investir-se do carisma, tendo aí um dos principais pilares de sua liderança e poder, o restante da intelectualidade da AIB atuou de modo semelhante, usando seus vários meios para dar continuidade àquele processo. Testemunhos das suas capacidades “superiores” e exortações ao seu comportamento e ações singulares pululavam nas páginas produzidas, sobretudo, pela intelectualidade integralista e em seus discursos. Salgado era, assim, profeta e apóstolo, líder e místico para milhares de homens e mulheres que lhe juravam obediência – o que não deveria ser nenhum tipo de interdição, inclusive, para pessoas religiosas, como Gustavo Barroso (1935) fez questão de sublinhar: “Não há razão para que nenhum católico ou crente de outra religião ter dúvidas se pode ou não prestar tal juramento. Ele é análogo ao que se presta a bandeira nacional” (p. 111). Mais importante era, assim, demonstrar a crença no Chefe Nacional e nos valores e ideias que ele representava, como pode ser exemplificado pela carta de Eurípedes Cardoso de Menezes⁹ publicada no quarto número da *Anauê!* (outubro de 1935). Nela, o autor reafirmava seu compromisso com a AIB e Plínio Salgado.

⁹ Foi diretor da revista *Anauê!* entre 1935 e 1937. De acordo com Fiorucci (2011, p. 4), Eurípedes Menezes teria abandonado o luteranismo e ingressado no catolicismo durante seu período de militância na AIB.

Meu coração christão e de brasileiro palpita por Deus e pela Pátria. Convicto de que o Integralismo é a aplicação prática dos princípios de Christo na vida social (...) renovo o juramento que fiz, por Deus e pela minha honra, de trabalhar pela AIB executando sem discutir as ordens do Chefe Nacional e dos meus superiores (p. 10).

Utilizava-se, também, a rede para marcar a entrega do militante à causa integralista, operando-o como uma forma de reatualizar seu compromisso e sua fidelidade ao líder, reconhecendo-o ainda como tal.

As formas de reconhecimento da liderança e atribuição de qualidades variaram tanto quanto os elementos que compunham a rede de bens culturais, de modo que é preciso fazer uma seleção, diante do vasto material disponível, daquilo que, a meu ver, apresenta-se como mais ilustrativo deste processo de carismatização pelo qual Plínio Salgado passou não por suas próprias investidas (Capítulo 5), mas pelas ações da intelectualidade. Um dos exemplos mais expressivos do uso desta rede foi, sem dúvida, o livro *Plínio Salgado*, publicado em 1936, o qual continha uma biografia sua e diversos depoimentos e apreciações sobre sua pessoa – a tal obra reservarei um tópico separado (6.1.1). Agora, lançarei mão de livros, textos de periódicos e conferências onde se evidencia tal prática por parte da intelectualidade da AIB. Começo pelo topo de sua hierarquia, ou seja, pela atuação de um dos principais representantes da elite intelectual integralista: Miguel Reale.

O jovem intelectual não parece ter sido muito afeito a arroubos “messiânicos” ou “místicos” como tantos outros companheiros seus, mas isto não significa que tenha abdicado de uma postura reverente diante de seu líder. Como para outros militantes, Reale atribuía a Plínio Salgado o poder de “despertar” todo um país, tirando-o de seu repouso em berço esplêndido a fim de colocá-lo em *movimento* – ideia, aliás, bastante recorrente, bastando lembrar títulos de livros como *Despertemos a Nação* e *O Integralismo em marcha*, ou mesmo as constantes referências à movimentação, oposta ao repouso ou a inércia, como no hino integralista “Avante!”, onde ambas as visões de um país que *desperta* e se põe *em marcha* fazem-se presentes, mostrando um movimento prospectivo. Deste modo, Miguel Reale dedicou seu livro *ABC do Integralismo* “Ao Chefe, que acordou o povo brasileiro do sonho do liberalismo”. Membros da intelectualidade da AIB falavam, assim, no “milagre” alcançado por Salgado ao “despertar o povo” (EncI, II, p. 49)¹⁰ e não faltavam analogias cristãs, como a do diretor da *Anauê!*, Eurípedes Cardoso de Menezes, ao afirmar que Plínio Salgado havia imitado Jesus Cristo: “Este ressuscitou Lázaro e aquelle ressuscitou uma nacionalidade agônica” (*Correio de S. Paulo*, 13/03/1935).

¹⁰ “A candidatura de Plínio Salgado”, de Lúcio José dos Santos foi originalmente em *A Offensiva*, 04/07/1937.

Contudo, parecia estar mais de acordo com o perfil de Miguel Reale o elogio às capacidades intelectuais de Salgado, consideradas como excepcionais pela forma como se manifestavam, permitindo-lhe a compreensão de um sem-número de fenômenos humanos enquanto adotava as posturas mais distintas – de poeta à sociólogo. O comentário ao livro *Geografia Sentimental*, de Plínio Salgado, é bastante expressivo do modo como Reale reconhecia-lhe suas qualidades que em muito ultrapassavam a de outros intelectuais e não se limitavam ao simples manuseio do conhecimento. Escreve ele: “A geografia do Brasil foi estudada por muitos. Só agora, porém, encontrou Plínio Salgado, para lhe dar sentido humano e social”. Assim como Salgado fizera com a História e a crise que se abatia sobre o mundo, também aqui fora capaz de fornecer *sentido* àquilo que tinha diante de si, no caso, a geografia brasileira em toda a sua complexidade. E isto se justifica porque Salgado “o faz com intuições poderosas que vão além do campo artístico e alcançam o mais profundo recesso das verdades sociológicas e políticas” (REALE, 1983 [1937] p. 143). Ora, tal faculdade possuía origens bem claras: o modernismo. De acordo com Eduardo Jardim de Moraes:

A *intuição* é a faculdade que possibilita a apreensão da alma brasileira em seus traços psicológicos profundos. Ela é assistemática. Não admite afinidades com a visão que a ciência apresenta da realidade. Ao invés de uma perspectiva parcelada, a intuição nos oferece uma apreensão sintética do real, sintética e imediata. Sem o intermediário das categorias que estão em jogo na lógica do discurso científico. (...) Sente-se por toda a obra de Plínio Salgado, de Oswald de Andrade, todos aqueles que participaram do grupo verde-amarelista e do movimento da Anta, um nítido apelo às faculdades intuitivas para se efetuar a apreensão da nacionalidade. (1978, p. 123).

E Miguel Reale reconhecia-o claramente em Salgado: “O Chefe do Integralismo pertence à categoria dos escritores ricos de intuições, fecundo de idéias novas. A faculdade intuitiva é mesmo a dominante em sua psique” (op. cit., p. 143). E tamanha era sua extensão que, para o jovem intelectual, Plínio Salgado não a restringia ou utilizava-a apenas no mundo das artes ou da literatura: sua capacidade intuitiva apreendia de tal modo a realidade que até mesmo as “verdades” científicas eram alcançadas através dela. Ele era capaz, através do poder da intuição, de sintetizar a complexidade do mundo em suas várias dimensões porque seu próprio ser apresentava-se como sintético. Daí Reale acreditar que ninguém mais possuiria “um poder tão admirável de apreensão das coisas com tanta rapidez e segurança. É um gênio intuitivo por excelência”, e por isto, Salgado apresentar-se-ia como uma figura algo misteriosa, de “difícil interpretação, especialmente se pensamos que não se manifesta como sociólogo, político, filósofo e artista em momentos sucessivos, mas sim simultaneamente”.

Por isto que à pessoa do Chefe Nacional¹¹ não poderia corresponder uma designação correspondente a saberes ou competências isoladas, afinal integrava-as todas em si, formando "um todo complexo e multiforme, [com] as várias tendências e inclinações de seu espírito e de seu temperamento" (Ibid, p. 143-144).

Miguel Reale atribuía-lhe, assim, uma profunda complexidade advinda da poderosa síntese de valores distintos que se processara em seu ser, daí aquela aura de "mistério" ao seu redor, pois uma figura complexa tornava-se de difícil compreensão ou interpretação por parte de outras pessoas, tratadas por Reale como "mediócras" para quem Plínio Salgado somente parecer-lhes-ia ora como um político fazendo literatura, ora um literato fazendo política. O que se depreende é que o líder dos integralistas transcendia quaisquer classificações, pois dotado de forte "energia criadora", era capaz de canalizá-la por vários caminhos, de modo que um livro seu como *Geografia Sentimental* era, para Reale, "Livro de poeta, de artista, de político, de cientista, de economista e de sociólogo" (Ibid. p. 144). Não à toa, o jovem integralista incluiria Salgado no rol dos grandes intelectuais brasileiros, mas de modo mesmo a suplantá-los, pois enquanto Euclides da Cunha, Alberto Torres, Farias Brito, Jackson de Figueiredo, Graça Aranha e Capistrano de Abreu teriam fornecido os primeiros dados sobre o povo brasileiro – eles "bateram as primeiras chapas no espaço e no tempo" – ainda faltava o homem que "tirasse a grande photographia, e que, além de photographo, fosse radiologista e clinico capaz de usar remédios corajosamente decisivos. Este homem é Plínio Salgado"¹².

Custódio de Viveiros assumiu postura semelhante ao atribuir ao Chefe Nacional poderosas capacidades intelectuais, mas se diferenciou pelo tratamento que dispensou a esta questão, adotando uma visão quase que sagrada sobre o trabalho de Plínio Salgado e, também, de seus seguidores – onde se incluía. Em conferência no núcleo integralista do Andaraí (RJ), Viveiros fez menção ao "poder" da "prodigiosa cultura e inteligência" de Salgado, daí, ao falar sobre o livro *A Quarta Humanidade*, classificá-lo como uma "obra profunda", dirigida "aos doutos", onde "É o filósofo que se abraça ao sociólogo e ambos, no mesmo homem, esclarecem as doutrinas. (...) É o professor que ilumina o conjunto de alunos adiantados, criticando, à luz da razão pura, a filosofia errônea dos que se alimentam dos conceitos maus"

¹¹ Acho válido citar outra passagem da obra de Moraes: "(...) a visão sintética presente nas obras de Plínio Salgado e Oswald de Andrade adquiriu um papel relevante na constituição de discursos de índole totalitária. A intuição dispensa discussão. Ao *chefe*, ao *Enviado*, àquele que detém a chave da sabedoria, deveria, em tese, caber um papel decisivo na orientação política do país" (1978, p. 124). Neste sentido, a liderança de Salgado justificar-se-ia, também, pela posse daquela capacidade intuitiva a qual viabilizava tal visão sintética da realidade. Intuição e síntese teriam sido trazidas do mundo literário para o da política, atuando de modo decisivo na compreensão do mundo e na intervenção sobre ele.

¹² Retirado do livro *Plínio Salgado*. A partir de agora, todas as referências provenientes desta obra serão assinaladas com PS, 1936. A citação: PS, 1936, p. 238.

(1935, p. 7-8). Mais uma vez faz-se presente a imagem de alguém capaz de encerrar, em si, competências intelectuais variadas, e soma-se a isto a ideia daquele que, com seu conhecimento, esclarece as pessoas ao indicar-lhes o que é certo ou errado. A “revelação” trazida pelo Chefe Nacional atuaria, então, sobre aquilo que lhe antecedia, rejeitando-o a fim de anunciar e impor uma nova visão acerca do mundo e um novo pensamento. Por isto Viveiros pôde escrever, em seguida, que “*O Mestre falou aos apóstolos e estes explicarão o texto sagrado ao povo*” (Ibid, p. 8 [grifos meus]). O livro de Salgado tornava-se, assim, uma mensagem sagrada – a qual seus adeptos mais próximos deveriam receber para, então, divulgá-la – que trazia *sentido* para toda a História: “O Mestre deu-nos a origem das massas humanas, desde a época do homem da caverna, coberto de peles, até os dias do cidadão milionário, asfixiado pelo luxo”. Mas ele também encerrava os novos valores e a missão integralistas: “Quem entra para o Integralismo elimina a própria vontade, sua personalidade, seus interesses privados, pondo todas as suas energias a serviço da grande causa, que é a causa de todos os brasileiros” (Ibid., p. 13)¹³.

Concomitante a esta visão “sagrada” da pessoa e da atividade de Plínio Salgado, Viveiros não apenas ressaltou sua capacidade de autossacrifício e abnegação como, também, atribuiu-lhe traços quase místicos. Ao falar no núcleo do Andaraí, chamou atenção para o “os segredos do começo da luta” do Chefe em prol do movimento, onde “não raro faltou o alimento indispensável a conservação das forças orgânicas e ele *só teve para sustentar o espírito a luz da ideia*” (Ibid., p. 74 [grifo meu]). Na imagem criada, era a crença no Integralismo que o mantinha vivo, motivo pelo qual Viveiros declarou que ambos se confundiam, de modo que “não podemos hoje dizer se foi o integralismo que nos revelou Plínio Salgado ou se foi este que nos deu o integralismo” (p. 78). Isto foi, aliás, bastante difundido no movimento: o Chefe Nacional era a encarnação do Integralismo, o portador da

¹³ Pouco depois, Custódio de Viveiros escreve: “Cumprindo, pois, as ordens do Chefe Nacional, tentarei dar-vos, soldados das legiões que vão salvar o Brasil, uma ideia simples do que vos compete fazer para solidificar o alicerce da nossa vitória”. A partir daí ele passa a enumerar algumas transformações pretendidas pelo Integralismo e dentre elas havia a promessa de que “O cinema será instrutivo e não destruidor”. Ora, qual o efeito pretendido? O autor logo esclarece: “E as meninas agitadas, que hoje classificam de formidável os filmes em que as atrizes beijam como se estivessem chupando um caroço de manga, não mais suportarão os temas sedícios de amor, porque seus espíritos, bem conformados, reclamarão assuntos mais nobres e menos pegajosos” (p. 48-49). Acredito que Viveiros – retomo alguns argumentos anteriores (Capítulo 4) –, de posse da “mensagem” de Plínio Salgado, adaptou-a para tratar de assuntos cotidianos, de questões imediatas de sua própria vida diária e do público ao qual se dirigia (o texto foi, originalmente, um conferência no núcleo carioca de Ipanema), no caso, sua censura ao cinema da época e ao comportamento feminino. Faço, aqui, uma analogia com as figuras do profeta e do sacerdote analisadas por Weber, destacando, por isto, suas palavras sobre este último: “O sacerdote (...) sistematiza o conteúdo da profecia ou das tradições sagradas no sentido da estruturação racional-casuística e da adaptação aos costumes mentais e de vida de sua própria camada e dos leigos por ele dominados” (2000, p. 315 [grifo meu]).

Ideia – “Nós estamos aqui por uma ideia e essa ideia, que é um símbolo de luz – encarnou-se na personalidade de um brasileiro” (p. 94). De criador do segundo, Salgado era transformado em seu instrumento, pelo qual o Integralismo era canalizado e divulgado – se por um lado ele fora o “gênio” que criara uma doutrina sintética, capaz de apreender todos os fenômenos humanos, por outro era visto como o escolhido de uma força superior sobre quem recaíam as novas ideias e valores. Mas uma das declarações mais marcantes de Custódio de Viveiros foi, a meu ver, quando atribuiu a Plínio Salgado a capacidade de transmutar as pessoas – no caso, ele relata sua própria situação:

Eu sou um grande pecador, mas um pecador que procura corrigir-se. Eu sei que ainda devo fazer muita força para desligar-me de vez dessa terceira humanidade, em cujo seio cresci e me eduquei, mas não desanimo. *As palavras de Plínio Salgado ecoam constantemente em meus ouvidos e eu vou, aos poucos, dominando-me, aperfeiçoando-me*, até que possa um dia gritar: agora, sim, sou um verdadeiro soldado da Quarta Humanidade (p. 83 [grifo meu]).

A ideia da *metanoia*, da transformação que opera de dentro para fora do indivíduo, surge na “conversão” experimentada por Viveiros e possibilitada unicamente através de Plínio Salgado. É interessante, aqui, notar o efeito do livro deste sobre a imagem criada pelo militante: Viveiros se reconhece um pecador cuja vida estava imbuída dos valores nocivos da terceira humanidade, mas ao conhecer o Integralismo, dá início a um processo de transmutação cujo ponto de partida é seu interior, é a mudança dos sentimentos e da conduta, agora orientadas pelos valores da quarta humanidade, que são os valores integralistas. Não à toa, Salgado era considerado “figura sacrossanta da Pátria” (VIVEIROS, 1936, p. 184). E nem surpreende, assim, a carta do padre Leopoldo Ayres, publicada no jornal *A Offensiva*, onde este conclamava os “irmãos em sacerdócio” à ingressarem na AIB, afirmando que “a fonte de que bebe seu espírito o Estado Integral, é Cristo Deus, confessado pública e solenemente, não só na boca oracular o *Chefe Nacional*, assim como na mais rígida prática” (EncI, V, p. 134 [grifo meu])¹⁴. Seguindo caminho semelhante, Rodolpho Josetti, em artigo publicado no jornal *A Offensiva*¹⁵ deu à atuação do *Chefe Nacional* proporções bíblicas:

Estranho e singular instrumento que evoca os tempos bíblicos, misto de harpa davídica e tuba clangorosa, harpa davídica, hierática em suas modulações e suaves harpejos, erguendo-se em preces a Deus, tuba

¹⁴ A carta é concluída da seguinte forma: “Se, pois, no Integralismo temos uma escola de patriotismo são e uma ideologia muito aproximada da doutrina católica, prestigiá-la será fazer da nossa parte para que Deus nos ajude, sobretudo na hora incerta e perigosa que vivemos” (p. 137). Destaco este trecho para mostrar como as ideias e imagens fornecidas por Plínio Salgado em seus textos e discursos não caíam no vazio e eram apropriados por seus seguidores. Neste caso, a vinculação entre a participação no movimento e alguma “graça” divina – aqui, a ajuda de Deus. Remeto aos tópicos 5.2.1 e 5.2.4 (Capítulo 5).

¹⁵ Intitulava-se “O sentido estético do Integralismo” (18/05/1935) e foi reproduzido em: EncI, II, p. 79-93.

clangorosa e guerreira com a força de projeção e de destruição igual às trombetas de Jericó, trombeta violentadora que tem penetrado nos tímpanos mais empedernidos e céticos, trombeta profética que tem conclamado as hostes e legiões integralistas, trombeta arrasadora que derrubará um dia, fragorosamente, os últimos bastões e os derradeiros redutos da liberal democracia: Plínio Salgado! (EncI, II, p. 93).

Sublinho, neste exemplo, o fato de que o autor não perde de vista, a despeito do teor de seu texto na atribuição de qualidades à pessoa do Chefe Nacional, uma situação “concreta”, imediata. Ou seja, fazia-se necessário pôr termo à ordem liberal, destruindo por completo tudo o que a ela estivesse relacionado. A retórica armada de imagens bíblicas mobilizava-as com evidente intento político, o “poder temporal” tornava-se alvo de forças sobrenaturais encarnadas no líder integralista cuja missão era estabelecer uma nova ordem. Neste sentido, por mais que se sacralizasse o movimento e seu Chefe mediante reconhecimento e atribuição de qualidades extraordinárias, isto inscrevia-se em um conflito na sociedade brasileira, na tentativa de solucionar problemas de ordens distintas (sociais, políticos, culturais, etc.).

Não foram poucas as associações feitas, pelos integralistas (inclui-se aí os militantes comuns), entre Plínio Salgado e uma esfera divina, ora transformando-o no escolhido de Deus e instrumento de sua vontade, ora operando por meio de comparações e analogias, onde se lançava mão de elementos do universo cristão. Seus livros eram considerados evangelhos, como no pequeno texto publicado no sexto número da revista *Anauê!* (janeiro de 1936) onde um caipira lia *A Quarta Humanidade* no momento em que dele aproximou-se “um bacharelzinho pedante” que passou a “zombar do pobre homem”, dizendo-lhe que aquilo era um livro muito difícil para o caipira, cuja resposta foi: “Seu dotô; isso aqui é o livro do Chefe Nacioná. E o livro do Chefe Nacioná é cumo o Ivangelho de Nosso Sinhô. Quando a gente não entende, a gente acredita, ouviu?” (p. 10). Um integralista que assinava sua coluna no jornal *A Razão* (MG) como “Tapuia” fez referência semelhante: “o Chefe se rodeia da (...) mocidade que elle despertou. Plínio Salgado foi o portador de um Evangelho. Trouxe-lhes a ‘palavra nova dos tempos novos’, ensinou-lhes a visão totalitárias das coisas” (21/01/1937). Além disto, a tarefa da qual Plínio Salgado se incumbira – *salvar* o Brasil – era equivalente a do apóstolo Paulo: “Na cristianização dos gentios, o grande predestinado foi Paulo de Tarso. Na Salvação do Brasil, Plínio Salgado! E a quem estuda a vida de ambos, não poderá escapar a extraordinária afinidade que os une”. E tal qual o primeiro, que:

tudo abandonara para se dedicar de corpo e alma à *Causa do Evangelho*, Plínio Salgado (...) tudo deixou (...) para se consagrar à *Causa do Brasil*, para ir de vila em vila, de cidade em cidade, pregar aos irmãos a doutrina redentora do Sigma! Ambos sofrendo a separação da família, ambos

franzinos fisicamente e duma resistência admirável; falando horas seguidas, pela noite adentro, aos ouvintes insaciáveis e eletrizados (Anauê!, n. 6, p. 4).

Ao líder integralista atribuía-se um amplo e abrangente compromisso com a “redenção” de todos os brasileiros, tanto é que sua missão exigia-lhe estar mais próximo de seus seguidores e daqueles que pretendia salvar do que de seus familiares (a despeito do termo *Família* no lema integralista), além de estar sempre deslocando-se para difundir o máximo o Integralismo. A referência à sua compleição física não foi, sem dúvida, despropositada, pois ela devia contrastar com a perseverança e a força de Salgado, também fontes da crença dos militantes – sobretudo pensando-se em sua disposição para sustentar longos discursos e percorrer o país. Por isto havia, para os integralistas, algo de “sobrenatural” em sua pessoa, como se observa na descrição de uma passagem do Chefe Nacional pelo interior do Rio de Janeiro. Seu discurso, aí, “arrebata o auditório e dá a todos a impressão de que *algo sobrenatural se passa na sala, de que não é um simples mortal que fala, mas um Enviado do céu, um ser diferente de nós*. Aliás, é o que acontece sempre, e em toda a parte” (Anauê, nº 2, p. 63 [grifo meu]).

Ponto relevante desta narrativa é como o caráter sobrenatural de Plínio Salgado associa-se à sua capacidade oratória, pois era através de sua fala que ele fascinava o público e dava a impressão de que não era deste mundo, era extraordinário. O modo como se postava em seu discurso causava, de fato, um efeito sobre as pessoas que se sentiam extasiadas por tomarem parte naquela experiência, atribuindo, assim, ao líder, qualidades sobre-humanas. Embora não seja meu objetivo utilizar um material que extrapole o período de atuação da AIB, acredito ser válido citar algumas das respostas relativas à qualidade de orador de Salgado, dadas por ex-integralistas, a Hélgio Trindade nas entrevistas que este realizou para sua pesquisa (1979). Foram algumas delas: “Era um orador que dominava a massa”, “Era um orador que inflamava”, “Ele era a voz carismática da Pátria”, “Plínio dominava a massa e esta última teria feito não importa o que sob suas ordens” (p. 166) – as duas últimas são de Roland Corbisier, que também se referiu ao líder integralista como “um puro” e “um místico”. Não à toa o rádio, embora não fosse utilizado com regularidade, tornou-se elemento de alguma importância para a AIB e Plínio Salgado, de forma que seus discursos eram previamente anunciados e as seguintes providências eram tomadas: “convocavam-se reuniões em todos os núcleos integralistas do país e, no dia marcado, a *oração de Plínio Salgado* era ouvida pelos Camisas-verdes, com reverência e retransmitida para a população local, através de alto-falantes colocados fora das sedes” (CAVALARI, 1999, p. 125). Nos jornais, os militantes

eram sempre instados a sintonizarem na estação indicada a fim de “ouvir a voz do Chefe Nacional”.

O poder da oratória de Plínio Salgado parece ter sido realmente um elemento crucial para as experiências dos militantes e para a imputação de características sobrenaturais. O “extravasamento da crença” (LINDHOLM, 1993, p. 121) no Chefe Nacional manifestou-se, por vezes, na elaboração espontânea de poemas que tanto o louvavam como ao movimento e mesmo aos símbolos integralistas (a camisa-verde foi tema de alguns, sendo mesmo alçada a categoria de objeto sagrado). Dario de Bittencourt, uma das principais lideranças no Rio Grande do Sul, chegou, inclusive, a ocupar-se (em 1936) com um ensaio sobre “O Integralismo e seus Poetas”¹⁶ onde debruçou-se sobre diversas poesias e seus autores, coletando exemplos de praticamente todas as “províncias”¹⁷ brasileiras, retirando-os das várias publicações integralistas – houve mesmo, em 1934, o lançamento de um livro de autoria de José Mayrink de Souza Motta (intitulava-se *Anauê*) somente com poesias sobre o movimento. Nos poemas onde surge a pessoa de Salgado (ou ela está implícita), é comum encontrar referências à sua voz como um poderoso elemento¹⁸. Em “Apoteose”, de Haydée Machado Marques Porto (EncI, VII, p. 95-96), lê-se:

Mas como um sol bendito e desejado
num grito de revolta ao opressor,
ergueu-se a voz de um grande brasileiro
falando aos corações com destemor
E para a glória de um Brasil maior,
forte, integral, unido e respeitado,
nós lutaremos apoiando o grito,
deste homem de fé: Plínio Salgado!

José Mayrink escreveu um poema intitulado “A voz do Chefe...” (Ibid., p. 131-133). Por se um pouco longo, reproduzirei apenas algumas estrofes que ilustram a importância da voz de Plínio Salgado para os integralistas:

Soa a voz, que, no Brasil fala – de sul a Norte!...
- Malho que, na bigorna, ao fundo dos ouvidos
bate, retemperando o aço, em que, tempo idos,
se fundiu – para sempre – a alma da [Raça forte!...
(...) Voz de “alerta” à Nação! Voz que a todos [irmana,
Contra o corsário atheu, que sonha, em nossos dias

¹⁶ Cf. EncI, VII. O original pode ser encontrado no Arquivo Público de Rio Claro, como parte do Fundo Plínio Salgado.

¹⁷ O autor lista-as: Amazonas, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

¹⁸ Mas esta referência à voz de Salgado não se limitava a poemas. “No seu verbo sentimos a voz da América latina, donde esperamos sair no futuro a palavra de ordem para o mundo. Na sua voz escutamos o ‘rumor das marchas ignoradas’ porque caminhamos os passos da nossa mocidade, nos tramites seguros da concretização das nossas mais lidimas e nobres aspirações” (*A Razão*, 21/01/1937).

- como outrora, o huguenote – a Rússia [americana!...
- Voz que, em meio à tormenta, anima o [Brasil-Novo...
- É a própria voz de Deus, que entre as ondas [bravias, comandando a manobra, há de salvar seu Povo!...

O mesmo Mayrink utiliza-se, em “A Rufla Emocional” (Ibid., p. 137-138), de uma imagem também recorrente sobre Plínio Salgado: a de que Deus falava através de sua boca, conseqüentemente, a voz do Chefe Nacional era transformada na voz do Altíssimo (reforçando, assim, a ideia de um “contato” entre ambos ou de que aquele era o enviado ou escolhido por Deus): “Bate, tranquilamente, fortemente, / Esta marcha batida emocional: / Deus dirige os destinos dessa gente, / Pela boca do Chefe Nacional!”.

Um último exemplo destes poemas integralistas, embora não trate da força da voz de Plínio Salgado, exalta a *força* de todo seu ser, pois é capaz de carregar o Brasil em seus ombros (além do próprio representar todo o país, em seus mais variados elementos). Daí ser o título desta poesia de autoria de Clodoaldo de Alencar “O Novo Atlas” (Ibid., p. 66). Lê-se:

Porque o Chefe representa:
 montanhas, vales, rios, minas,
 Planalto, campinas, florestas, cidades,
 promontórios, luar, céu, sol, cascatas,
 Em suma – todo o nosso território,
 tudo quanto é brasileiro, é grande, é belo, é forte,
 e cujo aproveitamento
 nos propomos a fazer um gesto heroico!
 Sobre os ombros do Chefe
 – o NOVO ATLAS –
 Está, pois,
 O Brasil (...).

Tais manifestações dos militantes refletem o grau de seu envolvimento com o movimento, sobretudo com seu universo simbólico – e Plínio Salgado era, sem dúvida, um de seus principais componentes. Os poemas traziam consigo referências à bandeira da AIB e ao sigma, à saudação integralista (Anauê!) e à camisa-verde (Capítulo 4) além, claro, de possuírem elementos religiosos e fazerem menção as ideias e valores integralistas (como a revolução do espírito), algo também observado nas conferências:

O integralista, disse o orador, deve valer não pelo posto que ocupa, mas pela vida interior. O camisa-verde deve preparar-se interiormente para a vitória da sua causa, para a grande revolução, porquanto ela não será um simples assalto ao poder, mas uma revolução nas almas, uma mudança completa no sentido da vida. Os integralistas, um dia, realizarão a grande marcha rumo à capital da república, “não para amarrar os cavalos no obelisco, porém para depositar flores aos pés de Cristo Redentor, terminou o orador debaixo de vivas palmas (apud SILVA, 2010, p. 128)¹⁹.

¹⁹ Trata-se de uma matéria no jornal *O Diário*, de Belo Horizonte, sobre uma conferência realizada em um núcleo integralista. O integralista ao qual o autor da reportagem refere-se era um universitário, Dantas Motta,

Um caso um pouco diferente destes, porém de igual relevância para compreender o tipo de relação criado entre Plínio Salgado e seus seguidores, ainda dentro da esfera da atuação intelectual, foi a defesa vigorosa do Chefe e do Integralismo por Hélder Câmara contra as críticas de Severino Sombra feitas a ambos após desligar-se da AIB logo depois da realização do I Congresso Integralista. O padre Hélder Câmara, em um longo texto que foi publicado no jornal *A Offensiva*, listou e buscou refutar as “vinte e quatro acusações contra o nosso Ideal” que estariam presentes em uma carta redigida por Sombra e enviada “a Autoridades Eclesiásticas na esperança de ver condenado o movimento que odeia” (EncI, IV, p. 74). Câmara assim começa seu texto: “Mais uma vez surgem dúvidas sobre heresias ou perigos de heresias na doutrina e prática integralista” para, logo em seguida, declarar ser “tempo de os católicos entrarmos no verdadeiro espírito da Igreja no correr da história. Que todos que se levantaram em pontos diversos do Brasil contra a doutrina do Sigma meditem no que lhes manda um sacerdote camisa-verde da província do Ceará” (p. 73-74). Deixa, então, o autor muito claro que seu texto não traz “frases líricas” ou “declamações sem base”, mas sim uma “Refutação filosófica a *ataques levantados contra escritos do Chefe Nacional*” (p. 74 [grifo meu]). Trata-se, assim, de uma discussão de cunho doutrinário, onde Hélder Câmara coteja as ideias de Plínio Salgado com o pensamento católico (sendo São Tomas de Aquino uma das principais referências²⁰), cujo objetivo é demonstrar a “firmeza da aliança doutrinária entre o Integralismo e a Verdade Católica” (p. 74), recorrendo, para tanto, às obras do Chefe²¹ a fim de comprovar esta aproximação enquanto respondia as críticas de Severino Sombra²².

Mas o que desejo sublinhar, neste artigo, são a defesa apaixonada de Plínio Salgado e do Integralismo, que se tornam indissociáveis nas respostas de Hélder Câmara, e o esforço deste em desqualificar Sombra, de quem fora muito próximo. Assim, o padre integralista não se furta a classificar os comentários feitos pelo antigo companheiro como desleais, insinceros, inconsequentes, incongruentes. Alega que Sombra falseia o pensamento integralista e deturpa as palavras do Chefe Nacional, acusando-o de agir com perfídia e que “não apreendeu ou não quis apreender o pensamento de Plínio” (p. 85). E em dado momento, escreve Hélder Câmara:

que também discursou na ocasião. *O Diário* era um jornal católico que contribuiu, como outros, para a veiculação do Integralismo em Belo Horizonte.

²⁰ Escreve Hélder Câmara na resposta à décima quarta acusação: “O sr. Severino revolta-se contra a expressão do Chefe: ‘O inconsciente não erra’. E pergunta, ironicamente, se ela é tomista. É, respondemos nós, com S. Tomás na mão” (EncI, IV, p. 89).

²¹ Além do Manifesto Integralista, Câmara utiliza-se de *O que é Integralismo e Psicologia da Revolução* para refutar as afirmações de Sombra.

²² Não tive acesso a esta carta de Severino Sombra, mas pelo conteúdo do texto de Hélder Câmara, onde ele reproduz alguns trechos daquela para refutar-lhe as afirmações, grande parte das objeções possuem caráter religioso, isto é, são argumentos que buscavam apontar incompatibilidades entre o pensamento católico e as ideias de Plínio Salgado.

“Não perderemos tempo em documentar a impressão de repugnância que o sr. Severino causa aos seus amigos de ontem pela deslealdade com que vacila entre uma supermansião hipócrita e uma violência, a dele sim, extremada e imoral” (p. 93). Ao final do artigo, o autor ainda tem tempo de chamar Severino Sombra de despeitado. Em relação a Plínio Salgado, Câmara não apenas busca demonstrar a congruência de seu pensamento como seu íntimo relacionamento com o catolicismo, retomando passagens nas obras do Chefe para corroborar suas respostas. Além disto, defende o “monopólio” de Salgado sobre o Integralismo – “Quanto a espantar-se de que ao Chefe Nacional caiba privativamente a definição do pensamento integralista é ter mentalidade liberal e livre-examista” (p. 95) – e mesmo sua liderança suprema da AIB.

4º – O sr. Severino afirma que proclamar o Chefe Nacional de supremo e perpétuo, é negar o dogma da queda.

Mais uma vez, deslealmente, dá às palavras significação extremada, com o intuito de combater-nos. Supremo e perpétuo era mister que proclamássemos a Plínio Salgado, para desengano de aproveitadores entrados no Movimento com ambições de mando. Não supremo e perpétuo, na absurda hipótese de abandono da nossa doutrina. Ninguém melhor do que o sr. Sombra devia estar convicto disso, pois que, chefe, um dia foi renegado quando traiu a confiança dos moços e a pureza do nosso Ideal. (p. 78).

Sublinho que não há, ao longo do artigo, nenhuma manifestação por parte de Hélder Câmara semelhante às aquelas apresentadas neste capítulo – no máximo, o seguinte comentário acerca dos livros de Salgado: “Não há passagem difícil que não se ilumine de todo desde que se apanhe o verdadeiro espírito do pensamento do Chefe” (p. 93). Contudo, tão relevante quanto tais manifestações é observar a *entrega* de Câmara ao movimento integralista e ao seu líder, seu empenho em combater os “ataques” direcionados a ambos. Mesmo que pretendesse, como deixou bem claro, asseverar a identificação entre Integralismo e catolicismo, e para tanto precisava anular as críticas feitas ao pensamento de Salgado, o autor não hesitou em alçar seu líder à categoria de um grande pensador católico (um tomista, sobretudo) e detentor de um pensamento incorruptível, infalível. Hélder Câmara não teve pena do padrinho, visto como um traidor, e postou-se firmemente ao lado do Integralismo e do Chefe Nacional. Sua crença no catolicismo misturava-se à crença naquele homem extraordinário e nas novas ideias e valores que portava. Neste ponto, não se diferenciava do tipo de ligação estabelecida com a pessoa de Salgado e com o movimento e que dava margem à manifestações variadas, as quais proliferaram-se pela rede de bens culturais²³.

²³ Dentre as principais publicações integralistas, a revista *Panorama* apresentou um volume bem menor deste tipo de manifestação referente à figura do Chefe Nacional, porém não ficou imune. Em um de seus volumes ela publicou uma página com o título “Pela unidade nacional”. Logo abaixo, o desenho de importantes figuras históricas: Duque de Caxias, regente Feijó, Barão de Mauá, D. Pedro II. Junto delas, em posição de destaque,

Fossem nos livros, nas conferências ou nos jornais e revistas, Plínio Salgado era exaltado de formas variadas pela intelectualidade da AIB: ora reconheciam nele grandes capacidades intelectuais, ora atribuíam-lhe poderes ou qualidades sobrenaturais, extraordinárias. Ou mesmo viam-no como uma pessoa sagrada, escolhido e porta-voz de Deus que seguia desígnios divinos. Nas várias páginas e discursos produzidos por esta parcela do movimento, viam-se também reproduzidas não apenas as ideias do Chefe Nacional, mas também suas certezas, as quais se tornavam as dos militantes, que nele depositavam sua confiança e crença. Se ele profetizava o fim de uma civilização para o advento de outra, não faltou quem nele acreditasse, afirmando que “nós, moços ‘camisas-verdes’ mudaremos o curso da História da América e daremos ao mundo uma nova civilização” (MELO, 1935, p. 136); se o Chefe vislumbrava a vitória, então esta era inexorável: “Chegaremos ao poder chefiados por este grande general”, declarou Loureiro Júnior (que viria a ser genro de Salgado) em uma sessão integralista pública em São Paulo (*Correio de São Paulo*, 25/03/1935). Mas este reverso do processo de carismatização não estaria completo sem o reconhecimento e atribuição de traços carismáticos ao líder por parte dos militantes comuns. Por toda a hierarquia do movimento as capacidades de Plínio Salgado eram exaltadas e festejadas como índices de seu “poder” sobrenatural ou místico. Como, porém, chegar a tais manifestações?

Novamente o Álbum de Irene de Freitas Henriques serve como especial fonte para obter testemunhos dos integralistas fora dos registros impressos, mais comuns e em maior volume. Além dos registros de aspectos do cotidiano e da subjetividade dos militantes (Capítulo 4), estes também trazem consigo valiosos depoimentos capazes de ilustrar o modo como o restante dos seguidores de Salgado via-o e considerava sua atuação no movimento. Além disto, verifica-se que se repetem algumas das visões expressas por membros da intelectualidade, mostrando como os traços carismáticos do Chefe Nacional achavam-se rotinizados na vida dos integralistas. Têm-se, assim, os seguintes comentários que se voltavam para ele: “Sobre o Congresso Integralista, o que pode dizer um camisa-verde, si sua alma está inundada de luz, pelos reflexos luminosos do sol potente que fulgura no Congresso de Petrópolis. Apenas levanta o braço para o céu e o coração para o Chefe”; “O II Congresso Integralista (...) foi uma demonstração pública vitória do sentimento nacionalista brasileiro encarnado na augusta pessoa de Plínio Salgado”; “obra grandiosa do grande Chefe Nacional em arrancar o brasileiro de sua descrença, de seu desamor às cousas da grandioza e invejada

havia o desenho de Plínio Salgado. O líder integralista não apenas era considerado um vulto da história nacional como o responsável pela manutenção da unidade do país.

Pátria”; “Transformaste, ó Doutrina de Plínio Salgado, em brasileiros os que nasceram no Brasil”; “Anauê! Novo gorjeio da ave do Brasil, que Plínio Salgado despertou ao lhe contar o lúcido sonho que teve, quando a fadiga de pensar os destinos da Pátria fi-lo adormecer entre as esperanças de uma realidade só comparada a primavera em flor”; “O Chefe, esse gigante do pensamento brasileiro (...)”; “O Chefe Nacional, iluminado sempre pelo Espírito Santo (...)”. Por fim, também se encontra o seguinte registro no álbum:

Voltando da montanha sagrada onde se ergue a cidade de São João d’El Rey, recordo-me da figura de Tamandaré, o grande heroe da lenda do diluvio entre os indigenas brasileiros. Tamandaré, no alto da montanha, conversava com o Senhor do Universo. *Destino identico é o de Plínio Salgado, que procurou as montanhas de Minas para a meditação e o estudo. E Deus, na cidade gloriosa, falou aos camisas verdes pela boca do Grande Chefe* [grifo meu].

Todas estas manifestações trazem consigo elementos apresentados anteriormente, como o “vínculo” estabelecido entre Salgado e a esfera divina, suas qualidades intelectuais, sua capacidade em provocar transformações nas pessoas. Notam-se, também, as descrições carregadas com alguma emotividade diante do “encontro” dos militantes com o seu líder ou de seu relacionamento com o movimento. Elas indicariam, assim, o tipo de experiência vivenciada o qual afetaria, antes, os sentimentos dos participantes. Os testemunhos referentes ao movimento trilham caminho semelhante: “O Integralismo é o Brasil que vai marchando sob a benção infinita de Deus”; “E não são as palmas deste mundo que nos interessam. São as palmas do céu. Não a justiça do Homem que esperamos. É a recompensa do Senhor”; “O Integralismo é sacrifício, é renúncia, é sofrimento”. Ou seja, verifica-se uma situação parecida onde se retomam ideias e imagens que circulavam pela rede integralista e diziam respeito à “natureza” do movimento, visto, assim, sob uma ótica divina (ou melhor, cristã). Ele seria escolhido por Deus, bem como instrumento deste, e sua missão, embora terrena, possuía desdobramentos de ordem transcendental. E a “ética da renúncia” e o “sacrifício pessoal”, propalados e exigidos por Plínio Salgado como índices da mobilização e engajamento em prol do movimento, tornavam-se princípios reconhecidos e reproduzidos pelos integralistas.

Por fim, a declaração (também presente no álbum) de que “Homens vindos de todos os quadrantes da Pátria, a sua própria custa, não mediam sacrifícios e atendiam à voz prophetica de Plínio Salgado” parece bastante ilustrativa de como se teria formado uma dominação em cujo centro localizava-se o Chefe Nacional, ao redor de quem gravitavam seus seguidores os quais agiam em conformidade com a crença no líder e em seus valores. Para Maurizio Bach: “A experiência carismática é, portanto, sempre uma experiência *religiosa*, no sentido fenomenológico, mesmo quando os conteúdos da missão e do movimento se manifestam

externamente como orientações de ação seculares, políticas ou sociais” (2011, p. 58). No caso dos integralistas, verifica-se uma poderosa experiência subjetiva, de aspectos “religiosos”, não apenas pela forma como eles mostravam-se afetados pelo contato com o Integralismo e seu criador, mas também pelo sentido que davam ao próprio movimento e à sua participação e atuação nele. Acredito que isto corrobora meus argumentos sobre o papel desempenhado pela rede de bens culturais no processo de carismatização de Plínio Salgado, pois ele passa a compor de forma decisiva (tal qual o universo simbólico e ritualístico) a “estrutura” de dominação da AIB.

Antes de prosseguir para o caso particular do livro *Plínio Salgado*, parece-me importante mencionar um curioso “achado” durante minhas pesquisas: por mais de uma vez surgiram nos jornais reportagens sobre pessoas que teriam chamado Salgado para um *duelo* de armas. Em um destes casos, três integralistas, em dias variados, colocaram-se à disposição de duelar no lugar do Chefe Nacional:

Tomando a defesa do sr. Plínio Salgado o integralista Luis Portella aceitou o desafio do sr. Gumercindo Rodrigues dirigido aquelle, para um encontro pellas armas. O sr. Plínio Salgado, porém, declara que não recebeu nenhum desafio. Conhece – acrescentou – a pessoa que os jornaes apontam como autor da provocação, mas della não recebeu nenhuma carta. (*Correio da Manhã...*)

O sr. Nicolau Vecchio filiado à Acção Nacional Integralista [*sic*] dirigiu-se aos jornaes informando que aceita o desafio para duello que o sr. Gumercindo Domingues lançou ao sr. Plínio Salgado. O militante integralista declarou que aceita o combate em qualquer campo e com qualquer arma. (*Correio da Manhã...*)

Recebemos o seguinte telegramma, datado de hontem, 30: “Correio da Manhã” – Rio – De Muriahé – Aceito em lugar do sr. Plínio Salgado o desafio do sr. Gumercindo Domingues com qualquer arma, de sua escolha. Peço resposta urgente pelo jornal, marcando dia, hora, local e arma. – Guido Bruni. (*Correio da Manhã*, 31/03/1935).

Não é possível saber se as propostas de duelos eram verdadeiras ou simples provocações (ou estratégias para ridicularizar Plínio Salgado caso se negasse), e se chegaram, de fato, a ocorrer. Todavia, pode-se conjecturar que houve mesmo integralistas que estavam dispostos a morrer por seu líder.

6.1.1 “Plínio Salgado”, o livro

Em 1936 foi publicado o livro *Plínio Salgado* pelas Edições da Revista Panorama. Com quase 280 páginas – mais volumoso que outras obras integralistas – e formado unicamente por textos (a única imagem é a da capa, onde há o rosto do líder integralistas desenhado), tratava-se de uma verdadeira homenagem a Salgado na qual se reconhecia e

celebrava sua biografia política e intelectual somada, claro, à sua atuação diante da AIB. O tipo de elogios e manifestações de seus seguidores, encontrado pela rede de bens culturais, achava-se condensado neste volume dividido em duas partes e um apêndice, além da introdução que trazia uma carta fac-símile do poeta Rodrigues de Abreu e os “Dados biográficos de Plínio Salgado”. A primeira parte tratava dos “Apontamentos para a ação política de Plínio Salgado” e de um adendo (“A grande hora do Brasil”, de Helio Fontes). A segunda, intitulada “Depoimentos”, ocupava a maior parte do livro (p. 51-238) e trazia textos de várias pessoas, integralistas ou não, escritos em momentos distintos (por exemplo, antes mesmo da fundação da AIB). Por fim a terceira, “Apêndice”, apresentava “Diversas apreciações sobre Plínio Salgado como escritor e pensador” – aqui se destacam, sobretudo, comentários referentes ao livro *O Estrangeiro* feitos por reconhecidos intelectuais da época, como Jackson de Figueiredo, Oliveira Viana, Monteiro Lobato, Tristão de Ataíde, Cândido Motta Filho, dentre outros.

Mais um empreendimento voltado para os grupos letrados da sociedade brasileira, o livro possuía vários elementos para a construção de uma figura comprometida política e intelectualmente com o país e que possuía, ao mesmo tempo, um quê místico. A narrativa criada – acompanhada de documentos específicos, como cartas de autoria de Plínio Salgado, reproduzidas na obra – buscava marcar a particularidade e coerência da trajetória do líder da AIB, daí o recurso a textos que remontavam a década de 1920, visando não apenas reforçar seu caráter “linear” como, também, criar a impressão de que Salgado cumpria um destino singular. A intervenção sempre pretendida pela AIB – na sociedade e no íntimo dos indivíduos – ganhava, assim, novos contornos ao apresentar seu Chefe como alguém superior (e único) em vários aspectos (intelectual, moral, político), de modo que sua liderança deveria ser estendida para todo o Brasil. Assim como em parte da ritualística criada e desenvolvida pelo movimento, onde Plínio Salgado emergia como ponto de referência e alvo das atenções e emoções dos participantes (tópico 6.1.2), esta obra cumpria papel semelhante ao utilizar-se dos meios intelectuais para colocar o Chefe Nacional em posição de destaque.

Começo, agora, a exposição e análise deste bem cultural produzido pela intelectualidade da AIB. Seguirei a ordem da divisão do próprio livro, dando continuidade ao objetivo perseguido no tópico anterior sobre o reconhecimento e atribuição de traços carismáticos a Plínio Salgado por parte de seus seguidores. Apesar do fato de haver depoimentos de personalidades não-integralistas, o recurso a eles, a meu ver, faz-se relevante no momento em que buscar mostrar ao público (letrado) como a figura do Chefe Nacional e

suas capacidades não eram objetos de elogio apenas por parte dos integralistas – por um lado, tratava-se de uma das estratégias adotadas pelos responsáveis pelo livro²⁴ para a rotinização do carisma de Plínio Salgado, por outro, ilustra a extensão desta mesma rotinização para além dos limites do movimento.

O livro começa pela reprodução da carta do poeta Rodrigues de Abreu²⁵ dirigida a Plínio Salgado onde o primeiro convidava-o a passar um tempo em uma chácara onde se encontrava. Apesar do motivo banal da missiva, parte de seu conteúdo parece indicar por quais motivos foi ela justamente a escolhida para abrir a obra, pois o poeta, ao falar do amigo, começa solicitando-lhe que cuide de sua saúde porque era “o maior representante da mentalidade da raça brasileira no actual momento” e que dele esperava “a redempção do pensamento nacional, porque você há de por uma das mais geniais páginas do continente americano”. E Abreu prossegue louvando-lhe não apenas a “óptima cultura adquirida”, mas também a “revelada” por Deus. Tomada isoladamente, esta carta, mesmo perpassada por estas passagens, não seria nada além de um forte indício da amizade entre missivista e destinatários, revelando aspectos de suas sociabilidades. Mas no momento em que ela foi retirada do ambiente privado de leitura e incluída em uma obra bastante particular e num contexto igualmente particular, seu sentido foi alterado, passando a integrar um “sentido” maior, que era o do próprio livro. A meu ver, julgando pelo restante de seu conteúdo e pela maneira como as partes seguintes (sobretudo a biográfica) foram erigidas, esta carta passou a compor um testemunho do “destino manifesto” de Plínio Salgado, ou seja, Rodrigues de Abreu já vislumbraria a “missão” do amigo. Com efeito, uma missão eminentemente intelectual, mas que imprimiria grande marca no pensamento e história nacionais.

O que se segue são os “dados biográficos” de Plínio Salgado mobilizados de modo a compor uma narrativa onde a singularidade de sua pessoa e personalidade são acentuadas, em um primeiro momento, através de sua história familiar e, em seguida, pela construção de sua imagem como alguém que se fez por si mesmo, algo solitário. Deste modo, a história do Chefe Nacional remonta, de certo modo, até a época da colonização do país e dos bandeirantes (PS, 1936, p. 8). No primeiro caso, a busca de suas raízes chegou até um bisavô de Salgado, um médico de origem alemã²⁶ que viera para o Brasil em 1816 e, em Curitiba,

²⁴ Infelizmente não foi possível encontrar quais foram os integralistas diretamente envolvidos com o livro. Por ser ligado à revista *Panorama*, é possível conjecturar a participação, pelo menos, de Rui Arruda e Miguel Reale.

²⁵ Rodrigues de Abreu foi amigo de Salgado e faleceu em 1927 devido à tuberculose.

²⁶ René Gertz (1987) aponta muito bem que a recordação do antepassado alemão de Plínio Salgado pode ser relacionada a recepção positiva do Integralismo nas colônias alemãs. Diz o autor: “Quando a AIB notou que estava tendo boa aceitação nas ‘colônias alemãs’, fez esforços para parecer ‘germanófila’. O ‘chefe nacional’

“conheceu D. Anna Joaquina Ferreira a qual se ligava às mais antigas famílias dos colonizadores da Capitania de S. Vicente, tendo como mais remoto ancestral brasileiro, Pero Dias, que foi guardião das chaves da cidade de S. Paulo (...)” (Ibid., p. 8-9). No segundo, era a avó materna quem “ligava-se, pelo ramo Salgado, a uma família portuguesa e pelo ramo Cerqueira César a antiga família paulista, que se entrosa na linhagem dos bandeirantes” (Ibid., p. 8). Além disto, as referências aos seus antepassados buscavam sublinhar dois pontos importantes para a pessoa de Plínio Salgado, a política e a inteligência, de modo que se menciona, sobre o avô paterno, que este estudara humanidades em Coimbra e viera para o Brasil por motivos políticos; sobre o materno, que fora professor, “amigo das letras latinas” e político do partido conservador do Império. Mesma prática foi adotada ao falar de seus pais: a mãe era professora normalista e fora responsável por ensinar os filhos a ler, além das primeiras lições de História, Geografia, Francês. O pai fora um chefe político em São Bento de Sapucaí (cidade natal de Salgado) desde a proclamação da República até seu falecimento. Ainda mais digno de nota, sobre o pai de Plínio Salgado, é o modo como é apresentado:

Aquelle município [São Bento de Sapucaí] foi durante todo esse tempo um dos raros onde não existiu política de opposição municipal, dado o poder de fascinação e commando daquelle chefe da roça, considerado numa vasta zona [?] do norte de S. Paulo, como pae do povo e amigo dos humildes. Profundamente nacionalista, admirador de Floriano, costumava reunir os filhos, à noite, para lhes contar as façanhas de Caxias, de Osório, narrando-lhes os episódios das vidas dos grandes estadistas do Império, cuja origem estadual nunca disse aos filhos, porque os educava num sentido nacionalista e não estadualista. (Ibid., p. 7).

Esta caracterização encerra, como se percebe imediatamente, dois traços fundamentais para a construção da imagem de Plínio Salgado: o primeiro é a figura do pai como um líder a quem ninguém opunha-se por ser admirado por todos; o segundo é o nacionalismo, a crença na unidade nacional e o desdém pelas particularidades dos estados pois mais importante era o Brasil (de modo que os grandes personagens históricos deveriam ser considerados dentro da chave da Nação). Deste modo, Salgado não apenas tornava-se um herdeiro das qualidades de seu pai como possuiria um caminho a trilhar: imbuído do mesmo nacionalismo, seu destino era tornar-se, também, um grande chefe político, igualmente admirado e sem opositores, mas com a diferença de que era de todo daquele mesmo país que inspirara tamanhos sentimentos nacionalistas no pai e no filho. E pode-se mesmo afirmar que esta narrativa criada ao redor do Chefe Nacional, para reafirmar suas qualidades, apontava-as como algo passível de transferência – neste caso, pelos laços familiares (de sangue) – de modo que seus traços

Plínio Salgado lembrou-se repentinamente que seu bisavô viera da Alemanha em 1816, casando com uma cabocla e ‘deixando uma geração de caboclos como eu’ [citação do próprio Salgado]” (p. 184).

carismáticos tornavam-se um fluxo constante cujo efeito sobre seu portador atual impeli-lo-ia a agir, dando-lhe vazão e cumprindo seu destino. Ao fim e ao cabo, o carisma de Salgado teria uma “origem” bem marcada, localizada na família como algo transferível (ou mesmo adquirível, pois o pendor de Salgado para o nacionalismo e o contato com as energias íntimas da nacionalidade teria sido obtido mediante as “façanhas” exemplares dos heróis nacionais e o sentido nacionalista de sua educação).

Além disto, a narrativa familiar apresentada possui outro sentido bastante evidente: apresentar Plínio Salgado como o resultado de uma mescla de “raças” onde elementos europeus e “brasileiros” encontravam-se – mas sem dúvida havia a preponderância do primeiro, o que talvez não combinasse tanto com um *caboclo do Brasil que detestava a Europa que o ensinara a ler* (Cf. DEL PICCHIA *et al*, 1927, p. 81), afinal não se encontra, em momento algum, referências a negros ou indígenas, de modo que toda sua ancestralidade remonta, no máximo, às famílias “brasileiras” (colonizadores e bandeirantes). A despeito de todo o discurso da miscigenação e da valorização do caboclo presente em seu discurso, evidenciar-se-ia, antes, na constituição do Chefe Nacional algo bem distinto:

Assim, Plínio Salgado descende de um portuez absolutista, partidário de D. Miguel; de um allemão de cultura philosophica e política franceza e provavelmente de origem gauleza; de conquistadores de territórios para a grande Unidade de Pátria; e, finalmente, por uma misteriosa fatalidade, do primeiro guardião da cidade de S. Paulo, daquelle que tinha nas mãos as chaves com que trancava a cidadela contra os assaltos nocturnos das tribos selvagens. (PS, p. 9).

(Corrigindo: menciona-se, sim, o indígena, mas de forma negativa). Neste sentido, criou-se uma espécie de narrativa “mítica” sobre Salgado onde sua descendência remonta a uma “raça de senhores” com tendências para a política e a vida do espírito²⁷. Tal ancestralidade pulsava, assim, no sangue do líder integralista, tornando-se traço fundamental para toda sua existência e marcando, inevitavelmente, suas ações.

Por fim, outro traço destacado nesta sucinta biografia refere-se ao fato de que Plínio Salgado ter-se-ia “feito por si mesmo”: o líder integralista era apresentado como alguém que atravessara dificuldades e não pôde contar com a ajuda de outros em sua trajetória de vida, agindo sempre por meio de suas próprias forças. Quando precisou deixar a escola em vista do falecimento do pai, não abandonou os estudos, dando-lhes continuidade por conta própria e debruçando-se sobre autores nacionais e estrangeiros. Acerca de sua ida para São Paulo, é

²⁷ Menciona-se, ainda sobre a vida de Salgado em São Bento de Sapucaí, que ele não apenas deu continuidade, por conta própria, aos estudos após a morte do pai (o que o impossibilitara de permanecer na escola) como logo envolveu-se na política local (PS, p-9-10).

ressaltado que aí chegou “Sem cartas de recommendação”²⁸ e, como um completo desconhecido na função de “suplente de revisor”, trabalhava até de madrugada. Ainda assim, como se faz questão de mencionar, continuou estudando: “Tem a Bibliotheca Pública e tem os ‘sebos’ onde compra livros baratos”. E conclui: “Faz-se por si mesmo. Devagar” (Ibid., p. 10). A dimensão intelectual não é, em momento algum, deixada de lado. Ao contrário, sua importância é reafirmada constantemente e associada aos esforços pessoais de Salgado. Seus dados biográficos encerram-se remetendo a ideias que se rotinizaram na rede de bens culturais, como a de sua entrega – “de corpo e alma” – à causa política e sua caracterização como alguém capaz de compreender e decifrar o íntimo da sociedade brasileira: “A sua *acção política* é uma página rara de fé, de perseverança e de coragem, desde o dia em que percebeu tudo quanto era necessário fazer nesse immenso paiz, para transformal-o e crear nelle a grande Pátria” (Ibid., p. 12). As capacidades das quais o Chefe Nacional investia-se e lhes eram atribuídas serviam, assim, como o esteio sobre o qual sua biografia foi construída e narrada no livro inteiramente dedicado à sua pessoa.

A parte referente à sua atuação política propriamente dita, embora de maior extensão, não oferece nada de muito diferente²⁹ além da reprodução de cartas de autoria de Plínio Salgado (anteriores à fundação da AIB), utilizadas para reforçar o caráter coeso de seu engajamento político, passando a impressão de que o movimento era o resultado *inevitável* de suas ações – e qualidades – desde a década de 1920: “Com sua palavra apostolar e capacidade de sacrifício e renúncia conseguiu levantar as forças moraes do paiz” (Ibid., p. 37). O mesmo pode ser dito acerca dos “Depoimentos” que formam parte substancial do livro: mostrar as excepcionais qualidades do Chefe Nacional, reconhecidas e testemunhadas por um grupo invulgar de indivíduos.

Composta por contribuições de trinta e uma pessoas³⁰, dentre intelectuais e políticos – e mais duas que não apresentam autor (sendo retiradas da “Revista do Globo” e do “Progresso

²⁸ Mas o emprego no Correio Paulistano é obtido por meio de seu amigo Nuto Sant’anna.

²⁹ As atividades de Plínio Salgado no campo político são narradas desde sua atuação como deputado pelo PRP até ser “sem quere, empurrado a frente do Sigma, como Chefe Nacional” (PS, p. 37). No espaço entre esta delimitação cronológica fala-se sobre sua passagem pela Europa, seu retorno a São Paulo e seu envolvimento com a Legião Revolucionária, em um primeiro momento, e a fundação do jornal *A Razão* e da Sociedade de Estudos Políticos.

³⁰ São esses os autores: Tasso da Silveira, Virgínio Santa Rosa, Ribeiro Couto, Augusto Frederico Schmidt, Jeovah Motta, Malheiro Dias, Almeida Magalhães, Godofredo Filho, Fernando Callage, Mario Ferreira de Medeiros, M. Paulo Filho, Olbiano de Melo, Philemon da Malta, Custódio de Viveiros, Américo Palha, Álvaro Armando. (A partir daqui, os que possuem somente breves trechos selecionados) Menotti del Picchia, Nestor Victor, Cassiano Ricardo, C. da Veiga Lima, Adolpho Agorio, Theodomiro V. de Andrade, Gustavo Barroso, Osório de Oliveira, Belisário Penna, Plínio Barreto, Hildebrando Siqueira, Flavio de Campos, Madeira de Freitas, Almachio Diniz e Miguel Reale.

do Estado de São Paulo”) – esta parte traz 17 textos com extensões que variam de 5 a 25 páginas e outros 16 trechos, que não chegam nem a meia página, pinçados de fontes que não eram sempre identificadas (havia apenas o nome da pessoa)³¹. Além disto, tanto integralistas quanto não-integralistas figuravam como autores destes depoimentos, havendo, neste último grupo, amigos de Plínio Salgado (como Fernando Callage ou Menotti Del Picchia) ou mesmo admiradores de sua atuação literária e política (como Tasso da Silveira e Virgínio Santa Rosa). Embora as contribuições sejam bastante variadas, principalmente dos autores dos textos mais alongados, merecendo por si só uma análise em separado diante do volume de texto³², para os fins desta pesquisa o que me interessa é apontar para o reaparecimento, aqui, de várias ideias e visões sobre Salgado já esboçadas em outros lugares – de modo que independe se tais depoimentos datam da década de 1920 ou dos anos iniciais da AIB, pois no momento em que passam a compor este livro de 1936, sujeitam-se ao sentido mais “amplo” que ele traz consigo, compondo sua narrativa particular de exaltação à figura do Chefe Nacional. Pequenas exceções, claro, podem ser encontradas, como alusões feitas a *Assim Falou Zaratustra*, de Friedrich Nietzsche, onde passagens do livro são mobilizadas para abordar a atividade política de Salgado. Por exemplo, Mario Ferreira de Medeiros³³, em texto intitulado “As moscas da praça pública”, compara-o ao “inventor de valores novos” que é constantemente atacado pelas moscas que “sentem-se pequenas e a sua baixa arde em invisível vingança contra o herói Revolucionário” (PS, p. 180). Como principal exemplo deste “herói”, no entanto, o autor cita Jesus Cristo para, então, comparar a atuação de ambos, dizendo que, se Plínio Salgado seguisse o conselho de Zaratustra, “fugiria para a soledade. Mas o Chefe segue a lição de Jesus, que é mais sublime. Prefere ficar, para queimar-se como um meteoro pelo bem da Pátria” (Ibid., p. 181). Virgínio Santa Rosa também fez referência a esta mesma passagem “das famigeradas moscas (...), com suas ferroadas traíçoerias, mesquinhas e venenosas” (p. 83) ao falar da coragem de Salgado em “descer aos tumultos da praça pública”, ou seja, de seu engajamento político. E Godofredo Filho³⁴ escreve que uma fala de *Zaratustra* poderia muito bem ter saído da boca do líder integralista.

Mas o que se verifica em maior extensão são as referências às extraordinárias faculdades intelectuais e de liderança de Plínio Salgado, a quem toda a obra integralista é

³¹ Deve-se ressaltar que alguns destes textos eram anteriores à fundação da AIB.

³² São quase 200 páginas, sem contar o Apêndice.

³³ De acordo com os dados presentes no próprio livro, Mario Medeiros era membro da Academia Rio Grandense de Letras e chegou a ser chefe municipal da AIB (Cf. PS, p. 176).

³⁴ No livro, é apresentado como jornalista e poeta moderno baiano.

atribuída³⁵. Sua abnegação e autossacrifício são lembrados³⁶ assim como o poder arrebatador de sua fala diante dos militantes, não se deixando de lado as inevitáveis referências ao universo cristão³⁷. Seu “dom de conjugar a palavra com a acção, o verbo com a carne e descer o sonho das alturas da imaginação para fazel-o palpitar nos corações humanos” (como escreveu Virgínio Santa Rosa) é considerado algo único, inédito, capaz de levar à salvação. De modo que se acredita firmemente em sua palavra³⁸, na verdade e na realização que ela traz, capaz de fazer os seguidores abandonarem a si mesmos para acompanhá-lo pelo caminho que fosse indicado³⁹, obedecendo-o e venerando-o diante de uma qualidade “natural” de “condutor de homens” (p. 234). E como não poderia faltar, características sobre-humanas e sobrenaturais são atribuídas ao Chefe Nacional em uma existência que se prolonga para além de seu próprio corpo, criando uma unidade com o movimento:

Plínio é o Chefe; assim o querem as forças que sobreexcedem a humana vontade; porque não é elle que adhire ao posto; mas é o posto que adhire a elle (...) – Plínio Salgado, autogenicamente unido a todos os seus companheiros de jornada, sem excepção, de um só; fundido com todos elles, todos, todos, todos, desde o mais humilde camisa-verde ao mais alto dignitário do Movimento, dá, à face da nação atenta, aquella prova soberba de renúncia, de escrúpulo, de honra, de senso de responsabilidade, de nobreza, de todas as virtudes que se devem conjugar numa organização de Chefe. (p. 237 [Madeira de Freitas]).

Afora o esforço mobilizado visando reforçar a liderança de Plínio Salgado e seu processo de carismatização, este livro trazia um repertório de imagens, ideias e valores que, em última análise, não se vinculava apenas à figura do Chefe Nacional, pois também concorria para criar e estabelecer uma identidade para todo o movimento, ligando todos os militantes entre si e ao seu líder. A obra exaltava-o ao reconhecer e atribuir a ele capacidades muito além das pessoas comuns e que nele conjugavam-se e compunham uma fonte de poder, força e atração. Sua palavra era mágica e sua fé e engajamento, notáveis. A entrega de si, por

³⁵ Para Ribeiro Couto: “E se toda esse trabalho pode ser considerado obra de um homem, esse homem é Plínio Salgado” (PS, p. 93).

³⁶ Augusto Frederico Schmidt: “Homem de letras e homem de ação, homem de fé ardente e de absoluto esquecimento de si próprio. É impossível ficar indiferente ao seu chamado” (Ibid., p. 110).

³⁷ Godofredo Filho: “Ainda persiste em nossa memória o rumor de sua palavra. Nós ouvimos ainda, bem viva e forte, anunciando uma claridade desconhecida que há de iluminar os taciturnos céus de nossa hora. Ainda não se apagou do espelho de nossos olhos *aquella figura serena e triste, de cujos lábios nós escutamos commovidos e surpresos, o Evangelho Novo da Redempção do Brasil*” e “A palavra de Plínio Salgado lembra assim a dos antigos apóstolos primitivos da religião christã” (p. 141 e 143).

³⁸ Gustavo Barroso “A voz do Chefe Nacional anunciou que diríamos uma palavra nova ao mundo. Nenhum integralista duvida que o que o Chefe diz se realiza” (p. 232).

³⁹ Philemon da Mata: “(...) Plinio ficou sendo o meu ídolo, o meu Duce, o meu Fuehrer, o meu Guia. Plinio, falando, é a própria Alma do Brasil dizendo o que sente, contando o caminho que se tem a trilhar” (p. 201). O autor é apresentado no livro como sendo formado em Farmácia e Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, poeta e colaborador de jornais e revista deste mesmo estado.

parte dos militantes, tornava-se parte da experiência destes e crucial para a realização do projeto integralista.

6.2 O Chefe Nacional na ritualística integralista

A AIB elaborou não apenas uma meticulosa organização interna e conduta para seus militantes como um universo simbólico bastante vasto que envolvia desde os elementos mais fundamentais, como a camisa-verde e o sigma, até rituais a serem realizados em datas específicas, comemorando-se eventos ligados à (breve) história do movimento. Plínio Salgado não somente figurava como um dos símbolos mais importantes como se imiscuía, de modo a destacar-se, com aspectos deste universo, sendo ressaltada sua centralidade fossem nos gestos de saudação (anauê!) até em um daqueles rituais mais elaborados. Sendo assim, neste tópico, pretendo demonstrar a forma como a figura do líder integralista inseria-se na ritualística e cerimonial integralista.

Tomando, então, como referência os “Protocolos e Rituais” (EncI, XI, p. 77-142), o primeiro aspecto a ser destacado é a pretendida “onipresença” do Chefe Nacional em tudo aquilo que dizia respeito ao movimento integralista. Qualquer ambiente relacionado à AIB, como as sedes de seus órgãos, núcleos em ambientes urbanos ou rurais e instituições que funcionassem fora destes, como escolas, lactários ou ambulatórios, deveriam possuir um retrato de Plínio Salgado, geralmente acompanhado das bandeiras brasileira e integralista. Embora variassem os elementos presentes nestes espaços⁴⁰, a foto do Chefe Nacional era constante, sendo o único (além das bandeiras, diretamente relacionadas ao retrato) a figurar em todos os lugares. Mas tal onipresença era garantida⁴¹, ou reforçada, de outras maneiras em ocasiões distintas, como na realização de reuniões ou sessões consideradas “solenes”⁴² onde Salgado, não estando presente, era representado por outro integralista, devendo este ficar à direita do presidente da sessão. No entanto, a este representante ficava interdita a possibilidade de assumir a presidência da mesma. E ainda no tocante a estas reuniões, quando a *pessoa* do Chefe Nacional participava, havia todo um cerimonial relativo à sua presença o

⁴⁰ Os núcleos urbanos deveriam possuir bibliotecas com os livros e as principais publicações integralistas, mas os rurais achavam-se isentos desta obrigatoriedade.

⁴¹ Lembro, também, a “onipresença” de Salgado nos jornais e revistas integralistas através de fotografias e desenhos. Cf. BULHÕES, 2007; SILVA, 2005.

⁴² “(...) quando se realizarem para o culto da Pátria ou do Sigma, empossamento ou homenagens a autoridades, culto cívico de datas, acontecimentos importantes e reverência à memória de companheiros e brasileiros ilustres” (EncI, XI, p. 101. Artigo 104º). Mas *todas* as reuniões que contassem com a presença de Plínio Salgado eram consideradas solene (Artigo 105º).

qual começava pela obrigatória arrumação e, em alguns casos, ornamentação⁴³ prévia da mesa que seria utilizada, para somente depois de constituída a mesa, Salgado adentrar a sala onde ocorreria a sessão. Naquelas que ocorressem fora de ambientes integralistas (como teatros ou auditórios públicos) o líder dos camisas-verdes “deverá ser recebido à porta do estabelecimento pelo Chefe Provincial ou Municipal, conforme o caso, com o respectivo Gabinete incorporado” (p. 103, Artigo 113º). Finalmente, com sua entrada, todos os integralistas deveriam pôr-se de pé a fim de saudá-lo. Durante a sessão, antes de alguém (um orador previamente escolhido) falar – caso o presidente da mesma não fosse Plínio Salgado – a pessoa deveria voltar-se para o retrato de seu líder e dizer “Chefe”⁴⁴. A saída de Plínio Salgado também era acompanhada por cerimonial semelhante ao de sua entrada, pois ao deixar a mesa da sessão, deveria ser “acompanhado até à porta da sede ou lugar da reunião por todas as autoridades presentes”, sendo, então, novamente saudado por todos os integralistas “que se conservarão de braços erguidos até o seu desaparecimento” (p. 106, Artigo 130º).

Pelo que se observa nestes regulamentos em particular, mesmo que houvesse um representante de Salgado, era à *imagem* deste que o militante deveria voltar-se e saudar, como no caso do juramento integralista que ocorresse sem a sua presença. Nele, o futuro integralista postava-se diante do retrato do Chefe Nacional e então recitava, com o braço direito erguido na saudação do *anauê*, o seguinte: “Juro por Deus e pela minha honra trabalhar pela Ação Integralista Brasileira, executando, sem discutir, as ordens do Chefe Nacional e dos meus superiores” (p. 110, Artigo 146º). No caso de expulsão de um militante, novamente surgia Salgado, único com poderes para tal ato (p. 112, Artigo 152º), assim como era ele o único a permitir o reingresso de um camisa-verde conquanto o mesmo “se tenha penitenciado de sua falta e se torne digno desse ato de clemência” (p. 112, Artigo 153º). O perdão pelo eventual erro, deste modo, só viria mediante o arrependimento e a expiação da culpa por parte do militante. E Plínio Salgado era a instância máxima (ou melhor, única) capaz de reencaminhá-lo para o movimento – tanto no ingresso quanto na saída, lá estava o Chefe Nacional.

⁴³ “Nas sessões solenes, as mesas destinadas às autoridades serão ornamentadas com flores, serviço esse a cargo da Secretaria de Arregimentação Feminina, e com as Bandeiras Nacional e Azul e Branca, havendo o cuidado de colocar-se o Pavilhão da Pátria de maneira que não servia de forro á mesa” (Artigo 106º).

⁴⁴ São os seguintes os pormenores: o presidente da sessão passava a palavra aos oradores que deveriam ficar de pé e levantar imediatamente o braço direito (na saudação integralista). Em seguida, voltavam-se à pessoa que dirigia a sessão, dizendo: “Chefe...” (Se a autoridade que preside a sessão não é o Chefe Nacional, o orador voltar-se-á a seguir para o retrato do Chefe Nacional e, com voz mais forte, repetirá: “Chefe”). (p. 104, Artigo 121º).

Também se fazia sentir a “presença” do Chefe Nacional no cerimonial integralista aplicado ao casamento. Nela, o integralista com maior autoridade (um chefe provincial, por exemplo) que atendia à cerimônia deveria, ao fim de um pronunciamento⁴⁵ voltado para os recém-casados, dizer: “Pela felicidade do novo casal, ergamos a saudação ritual em nome do Chefe Nacional”, e diretamente aos cônjuges, com o braço direito erguido, “O Chefe Nacional considera-se presente a esta cerimônia e deseja todas as felicidades ao novo casal” (p. 114-115, Artigo 156º, V e VIII). No caso das principais cerimônias próprias da AIB, “Vigília da Nação”, “Noite dos Tambores Silenciosos” e “Matinas de Abril”⁴⁶, as quais deveriam ser realizadas pelos integralistas de todo o território nacional, seria impensável não ocorrer nenhuma referência ou “participação” do Chefe Nacional. No caso das “Matinas”, dá-se unicamente por meio de novo juramento de fidelidade ao líder, procedimento também presente na “Vigília da Nação”, mas nela estava previsto, também, o seguinte: todos os participantes deveriam manter-se de pé e em silêncio por um minuto, “concentrando o pensamento em Deus e na Pátria, pedindo a Deus que inspire o Chefe, proteja os Integralistas, abençoe a bandeira azul e branca do Sigma (...)” (p. 118, Artigo 166º). Em nenhum destes casos, Plínio Salgado achava-se “materializado” ou mesmo simbolizado, sendo unicamente lembrado por seus seguidores que o interiorizavam. Situação diferente da “Noite dos Tambores Silenciosos”, cerimônia mais detalhada onde o Chefe Nacional era representado pelo integralista “mais pobre, mais humilde” que era colocado na posição de presidente da sessão em que ela era realizada. À meia noite, lia-se em silêncio, a “Oração dos tambores”: “Senhor, escutai a prece dos três mil tambores que estão rufando neste instante em todo o mapa da Pátria. (...) fortalecei-nos nas horas do sofrimento e da confusão (...); defendei nosso Chefe e nossa Bandeira e levai-nos ao triunfo, pelo bem do Brasil” (p. 118-119, Artigo 167º). Após esta oração, falava-se aos presentes que esta mesma cerimônia fora realizada em todo o Brasil e que “O Chefe está falando neste momento na capital do País. A sua voz exprime o Pensamento e o Sentimento de um milhão de Camisas-Verdes vigilantes que montam guarda às tradições da Pátria (...)” (p. 118-119, Artigo 167º). Findo este pronunciamento, declamava-

⁴⁵ “Integralistas! Nossos companheiros F. e F. acabam de se unir perante a Bandeira da Pátria, assumindo em face da Nação Brasileira as responsabilidades que tornam o matrimônio, não um ato egoístico do interesse de cada um, mas um ato público de interesse da Posteridade, da qual se tornaram perpétuos servidores” (p. 114, Artigo 156º, V).

⁴⁶ Cada um correspondia a um “feriado integralista”. Respectivamente tem-se: 28 de fevereiro, em referência ao I Congresso Nacional Integralista de 1934; 7 de Outubro (data do lançamento do Manifesto), onde os militantes deveriam lembrar a extinção de sua “Milícia” pela Lei de Segurança Nacional, em 1935; e 23 de abril, relativa ao primeiro desfile integralista ocorrido em 1933, em São Paulo.

se a poesia “A Noite dos Tambores Silenciosos” em cujas estrofes finais a figura do Chefe Nacional surgia outra vez:

Agora é a voz do Chefe que escutamos.
Ante as legiões sem fim ele anuncia
A vitória completa, e, diz que ali
É que começa a verdadeira luta.
Sacode intenso frêmito as legiões;
Fal-as vibrar num ímpeto de júbilo...” (p. 122)⁴⁷.

(Note-se, mais uma vez, a referência à voz de Plínio Salgado). Aspecto interessante desta cerimônia é que, ao seu fim, a pessoa que a presidia dirigia-se aos presentes e solicitava a saudação integralista “quádrupla”⁴⁸ para Deus. Esta saudação era exclusiva de Salgado, de modo que era a única ocasião em que outros integralistas poderiam utilizá-la.

Não faltavam, assim, ocasiões para que a figura do Chefe fosse recordada – ou vista – por todos os militantes nos vários núcleos espalhados pelo Brasil, de modo que, tal qual o Integralismo e a camisa-verde, ele tornou-se um símbolo de presença quase perene e constantemente referido na vida dos integralistas. Toda esta imagética reforçava sua liderança e poder, contribuindo diretamente, como um de seus principais elementos, para a dominação que Salgado exercia sobre o movimento. Como escreve Norbert Elias ao tratar de Luis XIV, “O povo não acredita em um poder que, embora existindo de fato, não apareça explicitamente na figura de seu possuidor” (2001, p. 133). Ora, tal poder fazia-se visível não apenas neste cerimonial, mas também por meio dos sinais de distinção que demonstravam e reforçavam a posição diferenciada e superior do Chefe Nacional. Sua saudação privativa, mencionada logo acima, operava deste modo ao criar a interdição a uma prática cuja realização cabia, apenas, a *personagens consagrados* (retomando a epígrafe de Durkheim).

Relembrando, a saudação integralista é definida nos Protocolos e Rituais como “um sinal de respeito às autoridades e objetos veneráveis e uma saudação fraterna para os companheiros de igual categoria”. Ela seria prestada “às autoridades, à Bandeira Nacional, ao Hino Nacional, à Bandeira Integralista, ao Hino Integralista, às Instituições da AIB, às tropas da Nação, aos ‘Camisas-Verdes’ em marcha, aos Integralistas falecidos e entre os Integralistas em geral” (p. 89, Artigo 60º e 61º)⁴⁹. *Individualmente*, utilizava-se apenas um *anauê*, mas em

⁴⁷ Tanto a realização da “Noite dos tambores silenciosos” quanto das “Matinas de abril” deveriam ser notificadas, por telegrama, ao Chefe Nacional (Artigo 167º, item VII e Artigo 169º, §3, respectivamente). No Fundo Plínio Salgado há alguns telegramas, de várias cidades brasileiras, não apenas tratando da realização da cerimônia da “Noite” como, também, de sua não realização, geralmente em vista de proibições políticas.

⁴⁸ Anauê repetido quatro vezes.

⁴⁹ O Artigo 63º trata da saudação em relação a Plínio Salgado: “Quando qualquer Integralista, em público, divisar a pessoa do Chefe Nacional, deverá tomar, imediatamente, a posição de sentido e aguardar a passagem da Autoridade Suprema; ao ser defrontado pelo Chefe, far-lhe-á a devida saudação” (p. 89).

meio a coletividades surgiam hierarquias, fazendo com que o gesto ganhasse restrições. Deste modo, ficava decidido que somente o Chefe Nacional, ou seu representante por *ele* designado, teria direito ao anauê repetido três vezes. Além disto, somente ele retinha o poder de dar ou permitir tal saudação tripla “a qualquer pessoa que ele julgar merecedora dessa honra” (p. 91, Artigo 74º). Aqui entra a questão dos quatro anauês: somente Deus poderia ser saudado desta forma, e mesmo assim isto ficava restrito ao Chefe Nacional (ou seu representante). A todos os militantes ficava, então, interdito o “contato” com Deus – isto era exclusividade de Plínio Salgado ou de quem ele investisse seu poder e autoridade para tamanho gesto. Por fim, a saudação deveria ser feita sempre de pé, salvo se a pessoa estivesse impossibilitada, a cavalo ou viajando em qualquer veículo (carro, bonde, bicicleta) – era permitido, assim, fazê-la sentado. Contudo, naquele último caso, se fosse dirigida ao Chefe Nacional, era preciso que o militante deixasse seu veículo e ficasse de pé (p. 87, Artigo 53º, § Único, letra c) .

Por fim, um último exemplo desta materialização do poder pode ser observado nas insígnias criadas pela AIB: eram privativos de Plínio Salgado o símbolo do “Sigma” nas ombreiras da camisa-verde e “a esfera armilar de ouro no peito” (p. 85, Artigo 41º). Neste sentido, as interdições que recaíam sobre o restante dos integralistas, e eram garantidas por regras detalhadas, variavam, como se viu, desde o uso de uma peça material na vestimenta até a possibilidade de fazer “contato” com o plano divino.

Tudo isto achava-se previsto e fazia parte da organização oficial da AIB, contudo é possível que outras “cerimônias”, envolvendo diretamente o Chefe Nacional, tenham sido realizadas em vista de eventos particulares. Por exemplo, quando em 1935 foi realizado o II Congresso Nacional na cidade de Petrópolis, o Palácio de Cristal recebeu o Museu Integralista, onde foram expostos objetos variados e fotografias sobre o movimento integralista. Em sua “inauguração”, como parte das atividades previstas no interior do Congresso, foi colocada no centro da exposição uma mesa redonda com 22 punhados de terra de cores distintas, cada qual representando uma “província”⁵⁰. Plínio Salgado, então, misturou-os, fazendo um único monte que representava a união do país operada diretamente pelas mãos do líder integralista. Em seguida discursou e, no fim, requisitou três anauês para a terra que simbolizava o Brasil unido (*Correio da Manhã*, 10/03/1935). Particularmente interessante nesta sucinta cerimônia é justamente este manuseio da terra pelo líder integralista, indicando seu papel central no processo de “unificação” do país sob unicamente sob sua vontade. Mais uma vez Salgado

⁵⁰ Estes punhados de teriam sido trazidos dos próprios estados.

investia-se, diante de seguidores de todo o Brasil, de excepcional capacidade ao mostrar-se capaz de tamanha realização.

Por vezes aleguei que o próprio Plínio Salgado tornou-se um dos maiores símbolos do universo simbólico da AIB e as análises precedentes corroboram tal afirmação. O processo de carismatização pelo qual passou vai, assim, ao encontro dos argumentos de Randall Collins sobre uma pessoa poder, de duas maneiras, transformar-se em um símbolo:

by direct observation – the way a politician, a religious leader, or a sports figure become an emblem for those who have seen this person in the focus of a collective ritual – and by indirect observation, by having stories and qualities attached to that person’s name insofar as they are subjects for lively conversations (COLLINS, 2004, p. 85).

Os exemplos apresentados aproximam-se destas colocações, pois a transformação de Salgado contou com este duplo movimento: por um lado, ele foi o principal objeto da atenção dos integralistas em ocasiões distintas, estivesse presente (como nas conferências e discursos ou em cerimônias como o do Museu Integralista) ou não (neste caso, Salgado era representado por uma fotografia sua ou, então, era chamado ao pensamento dos militantes, que nele se concentravam). Por outro lado, foi ampla a prática de atribuir-lhe as mais variadas qualidades e características, no caso, excepcionais, capazes de destacá-lo das outras pessoas ao ponto de transmutá-lo em um símbolo.

Para concluir, gostaria de sublinhar um aspecto bastante particular desta relação entre Chefe Nacional e seus seguidores. No capítulo anterior mencionei que Plínio Salgado repudiava o “messianismo” do povo brasileiro e sua tendência ao personalismo, de modo que “O mal do Brasil é o endeusamento dos homens e a falência das ideias” (SALGADO, 1956 [1935], p. 252). Como ficou evidente, isto não impediu que a pessoa de Salgado ganhasse o peso e a centralidade que teve no movimento (e no coração dos militantes), no entanto, ele buscou contornar esta contradição por meio do seguinte postulado: “o Chefe não é uma pessoa, é uma ideia”. Em um texto intitulado “Elogio da ausência”, dedicado aos bacharelados integralistas de Jaboticabal, Salgado relata que faltou deliberadamente às homenagens que seriam rendidas a ele por não desejar que as festividades ganhassem um caráter pessoal. “Nunca estive tão presente numa festa como estivesse na vossa. No dia sagrado da vossa formatura não podíeis e não devíeis homenagear um homem, porém uma ideia. Essa ideia estaria no segundo plano se eu ocupasse o primeiro plano (...)”, escreveu Plínio Salgado (Ibid., p. 255). E a partir daí ele desenvolve um argumento o qual culminará naquela máxima, que também acompanhará os integralistas, sendo largamente reproduzida por eles, a despeito das manifestações constantes dirigidas à figura do Chefe. Escreve ele para

que o procurem “no meu Pensamento. Não me considero nem diferente nem melhor do que vós”, e prossegue em sua conhecida retórica:

“Camisas-verdes”! Quando quiserdes ver o vosso Chefe, olhai para os vossos companheiros. Quando quiserdes ouvir a voz do Chefe, rufai vossos tambores, soprai vossos clarins. Quando quiserdes sentir o espírito do Chefe, marchai porque ele estará no rumor dos vossos passos (...). E se, nos recessos do sertão da nossa Pátria, perdido na floresta, na solidão e no silêncio, não tiverdes nem companheiro, nem tambor, nem clarim (...) e, mesmo assim, quiserdes ver o Chefe, procurai no espelho dos rios, das lagoas, dos igarapés e das restingas, a vossa própria imagem: e se nos seus olhos rutilar esta fé que nos abrasa, nos destinos grandiosos do Brasil, tereis visto, no brilho dos vossos próprios olhos, a presença do Chefe. O Chefe não é uma pessoa: é uma ideia (Ibid., p. 257-258).

Talvez este seja o melhor exemplo para demonstrar como Plínio Salgado apresentou-se (e foi apresentado), de fato, como o *portador de novas ideias e novos valores*. Ele é um iluminado, o receptáculo da Ideia, do Integralismo como uma espécie de revelação. Salgado transforma-se, assim, no portador de uma essência partilhada por todos que o seguem, de uma espécie de *pneuma* capaz de vivificar e dirigir aqueles que com ele entram em contato. Lê-se, assim, na primeira página do primeiro número da revista *Anauê!*

E a PLÍNIO SALGADO, Chefe supremo e insubstituível, *encarnação do Integralismo*, nosso Irmão, nosso Amigo, nosso Guia, - apesar de suas proibições – a nossa commovida homenagem, a nossa imorredoura gratidão, o nosso amor eterno!
Ao Chefe Nacional, três bárbaros e tonitorantes ANAUÊS! [grifo meu].

6.3 Segunda conclusão parcial

A centralidade que atividade intelectual teve para o movimento integralista, expressa no desenvolvimento de sua rede de bens culturais, e o recurso a um universo simbólico próprio (criação que pode ser também atribuída aos intelectuais da AIB pelo fato de deterem posições proeminentes em sua hierarquia, participando ativamente dos processos de decisão), forneceram ao movimento não somente uma de suas características mais marcantes, como o elemento central que garantia a dominação sobre seu contingente de militantes. Trata-se do tipo de liderança representado por Plínio Salgado, aclamado supremo Chefe Nacional da AIB, de caráter perpétuo e irrevogável, baseado em sua autoridade carismática e na crença de que possuía capacidades e qualidades “extraordinárias” as quais o faziam a pessoa mais indicada para guiar as massas no cumprimento de sua missão – transformar a sociedade brasileira por completo, desde suas instituições até os indivíduos.

Plínio Salgado, na condição de criador do Integralismo, era o portador de novas ideias e valores, e por mais que estes tivessem sua fonte no contexto intelectual brasileiro, ele não se

apresentou (ou foi mostrado) como estando a serviço de uma determinada corrente de ideias ou doutrina, antes, anunciava algo inédito, diretamente inspirado pela Ideia, pelo Espírito (Cf. SALGADO, 1933). Isto, porém, não é suficiente para explicar, embora contribua para sua compreensão, a força do carisma de Salgado o qual lhe permitiu não só tomar a chefia do movimento integralista, como também fazê-lo um líder reverenciado pelos seguidores que nele enxergavam, por vezes, caracteres sobrenaturais, beirando o sagrado ou o místico. Neste sentido, ocorreu um processo de carismatização da pessoa de Plínio Salgado cuja dinâmica pode ser encontrada em duas práticas distintas, porém complementares: de um lado, Salgado revestiu a si mesmo de qualidades carismáticas; de outro, estas foram atribuídas a ele por seus seguidores. Particular nesta situação é o fato de que, em ambos os casos, a rede de bens culturais desenvolvida pela intelectualidade integralista cumpriu um papel crucial, pois as capacidades extracotidianas do Chefe Nacional fizeram-se “visíveis”, em larga medida, através do trabalho intelectual, sendo que o próprio Salgado contribuiu ampla e diretamente para criar e dinamizar esta rede, fornecendo-lhe exemplares de seus principais elementos, ou seja, livros, artigos e conferências. E o mesmo pode ser afirmado em relação aos outros intelectuais que, por meio destes, concorreram para fundamentar e legitimar sua autoridade e dominação carismáticas.

A primeira parte do processo de carismatização deu-se pela atuação constante de Plínio Salgado nos meios intelectuais, onde o próprio investiu-se do carisma mediante o intenso uso da palavra escrita acompanhado de seus discursos emocionalmente carregados e arrebatadores. Imagens escatológicas, a exortação a uma mudança radical de comportamento e sentimentos e ideias de salvação expostas em seus escritos caminhavam *pari passu* com palavras de ordem gritadas e gestos bruscos os quais hipnotizavam o público. Por outro lado, uma parte de seus seguidores, a intelectualidade alocada nas redações de jornais e ocupada na edição de revistas e livros, atuou de modo a não só reconhecer em Plínio Salgado tais traços carismáticos como também atribuí-los ao seu líder, depositando nele sua crença em suas promessas e no triunfo do movimento que inauguraria um período e um homem novos na história mundial.

Mas tal processo não se resumiu à “construção” deste repertório tampouco restringiu-se à dimensão intelectual da AIB. Fora das páginas dos livros e periódicos, os integralistas também “vivenciaram” o carisma do Chefe Nacional, igualmente reconhecendo e atribuindo em sua pessoa capacidades extraordinárias que lhes marcou a experiência no interior do movimento. Os testemunhos deixados por seus seguidores indicam como os “poderes” de

Salgado podiam ser sentidos e neles se acreditava. As imagens e ideias criadas ao redor da figura do Chefe circulavam por todo o contingente de militantes e formavam um rico imaginário que não pode ser reduzido à simples propaganda, sob pena de se perder o valor da experiência daquelas pessoas, e era composto, reproduzido e legitimado de forma espontânea por todos os envolvidos. E junto a tais elementos, teve também peso considerável a ritualística e o cerimonial criados pela AIB. Ao elaborar formas de conduta e eventos próprios sobre a vida cotidiana, ela trouxe Plínio Salgado, mais uma vez, para o centro das atividades do movimento em várias ocasiões além de tê-lo distinguido do restante deste. O poder e a excepcionalidade do Chefe Nacional tornaram-se visíveis e prontamente reconhecidas. Sua importância era ressaltada pela exclusividade de índices simbólicos e materiais além de toda mobilização indispensável ao seu redor.

Tudo isto concorreu para caracterizar a liderança (e seu alcance) que Plínio Salgado teve durante boa parte da década de 1930. Enquanto outros intelectuais também se engajaram politicamente e tiveram suas pretensões de intervenção sobre a sociedade brasileira, decerto nenhum deles possuiu a extensão da dominação de Salgado, mantendo considerável contingente sob seu comando. Nenhum deles sofreu tal processo de carismatização que confundia um escritor com um profeta, um enviado divino, um salvador. Mas isto só foi possível pela “estrutura” montada, organizada e desenvolvida pela AIB. Um aparato de dominação formado a partir de três componentes: a intelectualidade com sua rede de bens culturais, o universo simbólico e a liderança carismática. Cada qual com sua particularidade, porém interdependentes.

CONCLUSÃO

INTELECTUAIS, CARISMA E DOMINAÇÃO CARISMÁTICA

George Orwell chegou a dizer que algumas ideias são tão estúpidas que apenas um intelectual poderia acreditar nelas, já que o homem comum nunca se faz tão tolo. Nesse sentido, o histórico dos intelectuais do século XX foi especialmente assombroso. Nesse século, raramente tivemos o caso de um ditador sanguinário que não dispusesse de um grupo de intelectuais militantes, e não estou falando apenas de compatriotas, mas também de admiradores estrangeiros, muitos dos quais viviam em verdadeiras democracias, nas quais as pessoas são livres e podem opinar abertamente. Lênin, Stalin, Mao e Hitler, todos tiveram, nas democracias do Ocidente, seus admiradores, defensores e apologistas espalhados pela intelligentsia, apesar de tais ditadores terem, cada um deles, assassinado seus próprios compatriotas em escala maciça e sem precedentes, adotando práticas de violência até então desconhecidas mesmo para os regimes despóticos anteriores aos seus.

Thomas Sowell, *Os Intelectuais e a Sociedade*.

I

Questionamento sobre as capacidades da elite nacional em levar adiante um projeto civilizador que pudesse transformar o Brasil; distinção entre povo e elite e consequente descrença na democratização do sistema político; pessimismo em relação às pessoas comuns contrabalanceado por um autoelogio dos intelectuais que “se percebiam como uma nova elite capaz de completar os processos de construção do Estado e da Nação e a modernização da economia nacional”. Nestes termos Angela Alonso refere-se aos intelectuais da geração 1870 (2002, p. 334). Mas tudo isto poderia, com alguns poucos ajustes, ser utilizado para designar os intelectuais integralistas, desde sua crítica à elite nacional até as tarefas que se propunham a realizar – dentre elas, a transformação das “pessoas comuns” em peças essenciais para seu próprio projeto de intervenção. O modo como a intelectualidade da AIB agiu deitava raízes no contexto nacional, o qual também lhe forneceu um conjunto de ideias e valores (nacionalistas, autoritários, espiritualistas) que foram organizados no Integralismo. A “ambição” pelo protagonismo social nutrida por vários intelectuais brasileiros encontrou, no movimento integralista, sua maior e mais radical expressão. Se permanecer indiferente aos problemas do país estava completamente fora de cogitação e apoiar os interesses de determinado grupo era

perpetuar as mazelas nacionais, restou aos intelectuais que criaram e formaram a AIB tomar as rédeas da situação.

Diante, assim, do objetivo declarado de agir sobre a sociedade, mas em alcance nacional para superar os tradicionais partidos políticos regionais, símbolos de divisões e lutas por interesses particulares que assolavam o país, era imperativo para a AIB buscar os meios para realizar seus intentos. A presença de pessoas ligadas às atividades intelectuais forneceu, assim, um conjunto de práticas e experiências a partir do qual o movimento pôde articular-se e dar início ao seu processo de expansão pelo Brasil. Tal conjunto foi tomado como principal referência para as ações dos integralistas que, pela necessidade de forjarem canais de expressão e redes de solidariedade que os capacitariam a difundir o Integralismo, lançaram mão daquilo com que estavam mais familiarizados e ia ao encontro dos valores e ideais que sustentavam e os movia. Recorreram, deste modo, à publicação de livros, à atuação nos jornais e à realização de conferências em ambientes como auditórios de escolas, faculdades, teatros. A reflexão e a crítica sobre a situação do país acompanhadas da apresentação de alternativas para modificá-la eram alguns dos principais meios dos integralistas para levarem a público seu projeto. Foram ações baseadas em suas próprias experiências, nas práticas que compunham a essência de suas atividades regulares e com as quais estavam acostumados. Na condição de portadores de novas ideias e valores, os intelectuais da AIB valeram-se dos meios que lhe eram habituais para se expressarem – neste sentido, não foi fortuito que, para tanto, os canais escolhidos e mantidos ao longo da existência do movimento fossem o uso maciço da imprensa, dos livros e das conferências e sessões de estudos. Dito de outra maneira, a palavra escrita e falada, instrumentos fundamentais da atividade intelectual, foram largamente utilizados.

Os esforços para formarem uma elite intelectual a partir da qual o movimento garantiria sua expansão – além dos próprios quadros para mantê-lo e dar-lhe dinâmica – corroboram este impulso essencial, pois se tratavam de intelectuais que buscavam entrar em contato com seus semelhantes, afinal, eram eles os mais indicados para guiarem o processo de mudanças. Sua atuação, através da publicação de textos (livro ou artigos) e do recurso à prática da conferência, encerra outros intentos para além da reprodução do Integralismo, pois não se trataria apenas da simples leitura ou de ouvir o que os integralistas tinham a apresentar. Era preciso uma fusão dos horizontes de expectativa dos autores e do público, e para este, tal fusão apontaria para uma nova maneira de compreender o mundo a sua volta e mesmo para um novo modo de *agir* nele, permitindo influenciá-lo para que o transformasse – tudo isto

balizado e informado pelo Integralismo. Mas este impulso dos intelectuais integralistas em buscar e forjar canais de expressão adequados à sua própria experiência deu-se paralelamente ao contato crescente que se estabelecia com comunidades intelectuais espalhadas pelo país, formando as redes de solidariedade (redes intelectuais) as quais garantiriam a ampliação de tais canais e serviriam, também, como um dos principais pontos de apoio do movimento.

As relações firmadas entre intelectuais (como o caso de Plínio Salgado com Olbiano de Melo), os laços de sociabilidade forjados no interior das comunidades intelectuais (entre os integrantes da Sociedade de Estudos Políticos, a SEP) e os contatos estabelecidos entre tais comunidades (o grupo da SEP com os estudantes do CAJU, no Rio de Janeiro) concorreram para a criação de redes cujos integrantes se reuniam ao redor de um conjunto de ideias e valores com vistas a colocar em prática um projeto de intervenção sobre a sociedade brasileira, tendo os intelectuais como seus principais executores. O passo inicial no processo de formação das redes intelectuais integralistas deu-se pelos contatos prévios do grupo central, liderado por Plínio Salgado, com outros para além de São Paulo, e também pela tomada de conhecimento da fundação da AIB pelo seu manifesto e as ideias nele apresentadas – foi o caso, por exemplo, da chegada do Integralismo em Pernambuco, recepcionado por intelectuais e estudantes da Faculdade de Direito do Recife que receberam e produziram cópias do Manifesto de Outubro a fim de divulgar os princípios integralistas (Cf. SILVA, 2011). Houve, então, casos nos quais o Integralismo “chegou primeiro” que seus portadores. Onde isto não acontecesse, os intelectuais da AIB criaram meios para garantir sua difusão em escala nacional: foram as “bandeiras integralistas”, viagens empreendidas, sobretudo, para as capitais nas quais membros da intelectualidade integralistas (então em formação), nas pessoas de seus principais representantes e líderes, realizavam conferências públicas com o intuito de transmitir o Integralismo e formar, nas cidades, as primeiras nucleações da AIB, fincando suas raízes nas várias regiões brasileiras. Deste modo, independentemente de como se deu sua expansão e penetração pelo Brasil – se pela chegada, primeiro, das ideias ou dos portadores – o decisivo foi o contato que se estabeleceu entre o grupo central e os simpatizantes e futuros militantes, criando, aí, uma solidariedade capaz de unir pessoas espacialmente afastadas em torno de ideias, valores e objetivos em comum.

A criação desta teia de relações sociais envolvendo pessoas que se relacionavam com o ambiente e as atividades intelectuais fez com que as estratégias de atuação do movimento fossem mobilizadas a partir do repertório de práticas e experiências dos intelectuais. Neste sentido, buscou-se agir pela imprensa e pelo mercado editorial. Quando não se fundavam

jornais integralistas, conseguia-se espaço em periódicos existentes com o intuito de fazer circular o Integralismo. Outro recurso de particular relevância foi a publicação regular de livros, viabilizadas, em um primeiro momento, pelos laços de sociabilidade mantidos por Plínio Salgado com Augusto Frederico Schmidt e José Olympio, que permitiram, por meio de suas editoras, o lançamento das primeiras obras integralistas. Decerto o livro possuía um considerável valor simbólico, pois, tratando-se de um movimento liderado por intelectuais e que afirmava constantemente sua superioridade por possuir uma “doutrina”, por estar baseada em ideias (e não em interesses) e em reflexões acerca da situação brasileira, era o indício do grau de comprometimento e engajamento do intelectual, de seus esforços constantes em pensar e propor o melhor caminho para o país. A partir daí observa-se que, quanto mais a AIB se expandia e se desenvolvia, mais recursos para a difusão do Integralismo ela angariava, e ao mesmo tempo, a posse de instrumentos para sua circulação facilitava seu crescimento – um movimento de influência recíproca, marcado pela interdependência de seus elementos. Fenômeno que se seguiu a tal processo foi a formação de um “quadro intelectual” capaz de dar continuidade ao crescimento da AIB, ou seja, a adesão crescente ao movimento integralista forneceu e requisitou um número de pessoas para se ocupar com a reprodução do Integralismo nos jornais que se fundavam pelo país e nas conferências e sessões de estudo realizadas nos núcleos localizados nas várias cidades. Não foi surpreendente o fato de que se possibilitou uma produção intelectual bastante heterogênea, sobretudo no conteúdo daquilo que era veiculado.

Elaborou-se, assim, uma ampla rede intelectual composta por uma intelectualidade heterogênea e ativa que se expressava e atuava de formas distintas por meio de seu trabalho intelectual – produziam análises sobre a conjuntura nacional e internacional, escreviam contos e ensaios históricos, faziam poesias onde exaltavam o movimento, realizavam conferências. Além disto, muitos intelectuais ainda possuíam cargos no interior da estrutura organizacional da AIB, exercendo funções de chefia e administração, e ainda havia aqueles diretamente envolvidos com a edição e direção de periódicos sob sua responsabilidade. Aliás, estes foram alguns dos principais componentes da rede de bens culturais que resultou da formação e das atividades da rede intelectual integralista.

Se a AIB creditava à atuação na esfera da cultura uma das principais formas de atingir seus objetivos, tendo os indivíduos ligados a ela como seus principais agentes, a consequência imediata foi, pelo recurso destes ao conhecimento e práticas que compunham seu trabalho regular, a criação de uma rede integralista de bens culturais formada por elementos distintos,

porém interdependentes: os livros, os jornais e revista, as conferências e sessões. Mesmo que o livro pudesse ter um valor simbólico maior, ainda mais lembrando que a grande maioria deles fora escrito pelos intelectuais mais proeminentes do movimento, no interior desta rede tais elementos compunham uma estrutura circular no qual um mesmo produto apresentava-se como fonte ou o resultado de outros – os artigos de jornal que formavam um livro; o livro que motivava conferências e sessões de estudo; a conferência que acabava sendo publicada no jornal ou em um livro. Altamente integrados, estes componentes concorriam para o próprio desenvolvimento e dinâmica da rede, e também para a propagação dos mesmos, pois nas páginas dos periódicos havia anúncios de outros e dos livros. Embora a AIB houvesse, apesar de seu manifesto desprezo, tomado parte no jogo político-eleitoral e, com o tempo, já vislumbrasse o governo do país pelo voto, sua atuação continuou amplamente apoiada na intelectualidade integralista e sua produção simbólica. Espalhadas pelo país estavam as ramificações da rede, mesmo em suas formas capilares, mas que contribuíam para seu alcance nacional e a penetração do Integralismo nas várias regiões brasileiras.

As relações entre a rede de bens culturais da AIB e suas redes intelectuais eram de grande proximidade, de modo que o processo de formação e expansão de ambas esteve atrelado, influenciando-se mutuamente. Se, por um lado, o que garantiu seu desenvolvimento foi a necessidade do movimento em divulgar, de modo regular, o Integralismo para o maior público possível, por outro, toda esta dinâmica não teria sido possível sem a presença do mesmo como elemento de mediação que se interpunha entre as teias de relações sociais sobre as quais as redes intelectuais se formaram, e que garantia sua manutenção e reprodução para além de relacionamentos face a face. Com isto quero apenas dizer que as ideias e valores integralistas serviram como a liga capaz de unir comunidades intelectuais situadas em locais distintos. Enquanto laços de sociabilidades foram criados entre os intelectuais (notadamente aqueles que se situavam mais ao topo da hierarquia da AIB) pelo contato direto entre eles e por uma convivência possibilitada pela circulação nos mesmos espaços sociais, isto não teria sido possível para outros casos. Aqui, a ligação dava-se unicamente pelo nível simbólico, pelo contato e partilha de um repertório de ideais e objetivos. Neste sentido, a simpatia ou a total concordância com o que o Integralismo trazia figurou como o elemento capaz de, em um primeiro momento, viabilizar o contato com os integralistas para, em seguida, sustentar uma ligação que não se esgotava no encontro interpessoal. Tomado em sua dimensão social, isto é, como intermediário ou mediador das relações intersubjetivas, o Integralismo comportava-se como elo na composição das redes. Pelo menos seu núcleo axiológico fornecia a coesão e

identificação necessárias para uma ação coletiva, dirigida em vista de interesses ideias e materiais em comum, afinal, a despeito das diferenças que invariavelmente surgiram, dos integralismos com suas particularidades por vezes antagônicas, era necessário um conjunto de valores e ideias capaz de aproximar tantos indivíduos e mantê-los unidos no interior de um mesmo movimento – e sob uma mesma liderança. Assim, o nacionalismo e o civismo, o espiritualismo¹, a defesa dos sentimentos de ordem, da disciplina e hierarquia, a importância da autoridade, tudo isto fornecia alguns princípios de valor cuja função era pautar e orientar a conduta dos integralistas (todos eles, não apenas os intelectuais que os abraçaram). E junto destes, o Estado Integral e a Revolução do Espírito como peças-chave do projeto integralista, como suas ideias centrais. Enquanto o primeiro atendia aos anseios da criação de um Estado forte e centralizador, capacitado a organizar a sociedade brasileira, a segunda abria caminho para uma profunda transformação moral. Neste sentido, tal núcleo axiológico do Integralismo forjaria uma moral coletiva, uma moral para as massas – era a realização de algumas ideias caras a Farias Brito cuja influência é sentida, sobretudo, nas formulações de Plínio Salgado².

As ideias integralistas funcionaram como forças sociais, isto é, como elementos que viabilizaram a criação de uma ampla solidariedade envolvendo indivíduos espacialmente distantes³, permitindo a criação de uma grande rede intelectual para um movimento nacionalmente organizado. E ao mesmo tempo elas contribuíram para colocar tal rede em funcionamento, fazendo agir seus integrantes, ocupando-os com o desenvolvimento e reprodução do Integralismo, o que resultou na criação da rede de bens culturais.

II

O objetivo de organizar um movimento político-cultural de alcance nacional impôs a necessidade de criar toda uma estrutura capaz de articular e unificar os agrupamentos de integralistas espalhados pelas diferentes regiões brasileiras. A solução encontrada foi a constituição de núcleos – baseados em cidades ou bairros (no caso de zonas urbanas ou localidades com grande contingente de camisas-verdes) – dotados de alguma autonomia e

¹ Espiritualismo que também se traduzia na recusa peremptória do liberalismo e do comunismo (por conseguinte, de seus valores e princípios) vistos como frutos de uma mesma matriz corrompida de pensamento, o materialismo, o qual negava o caráter sobrenatural da existência humana, reduzindo-a a mera vida terrena, desprovida de quaisquer sentimentos morais e éticos.

² A obra *Finalidade do Mundo*, de Farias Brito, parece crucial para perceber sua influência sobre o Integralismo, particularmente sobre a ideia da revolução do espírito. Como exemplo, a avaliação do filósofo sobre a solução da “questão social”: “A questão social deve ser resolvida religiosamente, *em nome de uma ideia. Uma grande ideia, um grande princípio moral* – eis, pois, qual deve ser o ponto de partida para a reforma das sociedades, *reforma sobretudo nos caracteres, reforma sobretudo moral*” (apud SADEK, 1978, p. 103 [grifos meus]).

³ Não preciso lembrar que me refiro, particularmente, aos intelectuais.

autossuficiência os quais se achavam submetidos a uma chefia estadual. Estas, por sua vez, submetiam-se à chefia nacional, de onde emanavam as principais ordens e decisões referentes ao movimento. Deste modo, a AIB conseguiu não apenas superar as distâncias continentais do território nacional como suas diferenças internas (culturais, políticas, sociais, etc.) ao elaborar meios eficazes de organizar um contingente humano bastante heterogêneo. A despeito, assim, das particularidades dos milhares de núcleos integralistas (desde o fato de sua sede ser própria ou alugada até o tipo e número de atividades ali realizadas, passando pelo montante de dinheiro arrecadado para seu sustento), garantiu-se a obediência de pessoas distintas – cujas ações encontravam-se orientadas por um conjunto de ideias e valores, com o qual se identificavam e legitimavam – mantidas sob a liderança de um indivíduo. Dito de outra maneira, formou-se uma relação de *dominação*, caracterizada pela existência de uma *autoridade carismática*.

Isto só foi possível pela criação, no interior do movimento, de um “aparato” de dominação a qual teve nos intelectuais integralistas seus principais e mais dedicados artífices, e que também se ocuparam com sua manutenção e dinâmica. Como argumentei, eles foram os responsáveis pela formação de uma rede de bens culturais que permitiu, de formas distintas, uma intensa difusão e reprodução do Integralismo por todo o Brasil. Resultado direto deste esforço regular foi a promoção de uma “unidade de pensamento”, isto é, forjou-se um conjunto de ideias e valores ao redor do qual integralistas de todo o país se reuniram. Assim como o Estado Integral era um objetivo almejado pela militância, a transformação de atitudes e sentimentos preconizada pela revolução do espírito foi abraçada como tarefa fundamental para cada um. Acreditava-se em Deus como se acreditava na grandeza da Nação, de modo que as ações do integralista visavam, ao mesmo tempo, os planos terreno e divino, pois enquanto ele agisse de modo correto e diligente, trabalhando e sacrificando-se em prol de seu país, estaria cumprindo seus desígnios sobrenaturais. Ora, por todo o Brasil, mesmo com diferenças de recepção, o Integralismo, sobretudo seu núcleo axiológico, foi amplamente irradiado através da palavra escrita (pelos livros e pelos artigos veiculados nos periódicos integralistas ou simpáticos ao movimento) e pelo recurso à oralidade (através das conferências e da realização de sessões de estudo sob a responsabilidade dos núcleos integralistas). A rede de bens culturais operacionalizada pela intelectualidade da AIB forneceu uma “doutrina” que foi legitimada pelos camisas-verdes no momento em que a adotaram para si, recusando quaisquer valores e ideias alternativas e obedecendo aos seus ditames, pois nela teriam encontrado meios de alcançar seus interesses, fossem eles materiais (como participar do jogo político) ou

ideais (como defender os valores cristãos). Esta unidade de pensamento representada pelo Integralismo e perseguida pela atuação através da rede buscava fornecer ao contingente de militantes uma espécie de “consciência nacional”, até mesmo uma moral coletiva, capaz de unificá-lo e dominá-lo, fazendo-o obediente às ordens do grupo dominante central. Tornou-se, assim, um instrumento de coesão com o intuito de aproximar grupos diferentes em regiões diferentes. Sem outros laços capazes de ligá-los (a proximidade espacial respondia apenas à militância local), tal unidade de pensamento propiciada pelo Integralismo cumpriria esta dupla função: fomentar a ligação dos integralistas e assegurar a dominação sobre eles.

Em paralelo delineou-se um complexo universo simbólico⁴, formado por elementos distintos, cuja atuação sobre os integralistas foi análoga àquela da rede de bens culturais, pretendendo uma unidade de sentimentos que englobava a criação de uma “cultura” específica, singular, difundida entre os participantes do movimento – em última análise, uma cultura nacional que se tornaria dominante em todo o país quando a AIB assumisse o governo. Não se tratava, unicamente, de forjar símbolos, mas de fomentar novas práticas, de inculcar nas pessoas comportamentos e atitudes mediante a adoção de uma conduta de vida instituída pelo Integralismo. Ostentar o sigma, reverenciar os “heróis nacionais”, tomar parte na Noite dos Tambores Silenciosos, não frequentar cassinos, tudo isto significava uma comunhão entre pessoas diversas espalhadas pelo país: homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, todos reconheciam os mesmos símbolos e se reconheciam neles. Aqui, também, buscou-se produzir e assegurar a coesão dos militantes, bem como demarcar sua diferenciação frente ao restante da sociedade, instilando-lhes não apenas um sentimento de pertença como, também, de prestígio, sobretudo moral, tanto em vista de sua participação em um movimento encarregado de uma missão “salvadora”, quanto pelo comportamento, práticas e atitudes que assumiam após o ingresso nele. Além disto, parece-me bastante plausível considerar que esta “imersão” em um universo simbólico próprio, dotado possibilidades de ação e coerções, implicava em um controle do movimento sobre o militante e, ainda mais importante, um controle autoimposto pelos mesmos. Pois, diante do compromisso assumido e as obrigações que recaíam sobre os camisas-verdes, estes viravam o alvo do escrutínio de outras pessoas, fossem dos próprios companheiros ou do público em geral. A manutenção do “status” no interior do movimento ou do prestígio frente o restante da sociedade estaria, assim, vinculada a

⁴ Lembro que, embora não estejam explicitadas quais pessoas tomaram parte na elaboração de todo este universo simbólico, considero plausível a presença, aí, dos intelectuais integralistas por um motivo um tanto simples, mas difícil de ser descartado: muitos formavam o grupo de decisões central, de modo que tais formulações passariam por eles.

observância de um tipo de comportamento que visava controlar e orientar as ações – como trabalhar na sede integralista ou não ingerir bebida alcoólica enquanto trajando a camisa-verde integralista.

Por sua vez, esta busca por “unidade” (de sentimentos e pensamento) lançou as bases para uma maneira de experienciar o movimento, pois a experiência local, individual ou coletiva (no caso, do grupo local), vinculava-se, assim, a uma experiência coletiva mais ampla que transcendia o ambiente imediato da vida social do militante. Agir dentro do movimento era abrir caminho para uma transformação da sociedade brasileira – parte do sentido da ação integralista achava-se aí. E para tanto buscou-se forjar uma solidariedade em um país “insolidário”. Unificavam-se, para tanto, os sentimentos e as crenças dos militantes, e elas, por sua vez, eram reproduzidas na cotidianidade dos militantes. Criavam-se novas formas e espaços de sociabilidade, bem como novas redes de relações sociais e ligações intersubjetivas. Em suma, a AIB acabou por fornecer uma nova experiência social. E o que se observou, neste sentido, foi a existência de uma relação local-nacional a qual marcava e atravessava toda a experiência integralista, pois, independente do conteúdo particular ou dos motivos para determinada atividade, ela sempre se processava localmente, mas se vinculava a símbolos e valores nacionalmente reconhecidos, sendo mobilizados e “adorados” em qualquer parte do Brasil. Assim como a AIB foi capaz de criar uma grande rede intelectual de alcance nacional, formada por suas ramificações capilares (os jornais nucleares) até os produtos de ampla circulação, onde o Integralismo era divulgado e reproduzido, ela foi igualmente capaz de difundir um universo simbólico único o qual desconhecia barreiras e limitações geográficas ou culturais. A “unidade nacional”, tão desejada pelo movimento, começava a ser atingida em um plano intelectual-simbólico, um passo crucial para romper as profundas diferenças entre as várias regiões brasileiras, de modo a vencer a “inorganicidade” que marcava o país. Os fins políticos da AIB mesclavam-se, portanto, a adoção, por parte de seus militantes, de um novo comportamento passível de mobilização e participação constantes.

Tudo isto, porém, ainda não é suficiente para compreender a situação de dominação constituída no seio do movimento integralista. O que denominei, anteriormente, de “aparato”, são os meios pelos quais tal situação foi viabilizada e legitimada, no entanto, sublinhei apenas dois de seus componentes fundamentais os quais mantêm uma relação ambígua com os dois impulsos que atuaram no processo de desenvolvimento da AIB, o da *cotidianização* e da *carismatização*. Antes de prosseguir, falarei do terceiro componente desta estrutura que foi nada menos que o carisma de Plínio Salgado.

Weber definia o *carisma* como uma qualidade pessoal (real, pretensa ou presumida) considerada extraordinária e que atribuía ao seu portador, o carismaticamente qualificado, poderes ou capacidades sobrenaturais, sobre-humanas ou extracotidianas (Cf. WEBER, 1979; 1999). Mas este carisma só pode existir ou ter efeito em meio ao relacionamento de seu portador com aqueles indivíduos que nelas acreditam e sentem-se influenciados por elas, os quais se tornam seus seguidores, seus adeptos – são os carismaticamente dominados. Há um duplo movimento neste relacionamento: por um lado, a pessoa reveste-se do carisma, demonstrando aos outros suas qualidades excepcionais (das quais ele investiu-se ou que lhe foram atribuídas); por outro, elas precisam ser reconhecidas pelos seguidores sob a pena da perda da dominação sobre estes, causada pelo esvanecimento da crença no carismático. Esta relação tem caráter altamente subjetivo, pois o poder exercido pelo carisma fundamenta-se na “fé em revelações e heróis, na *convicção emocional* da importância e do valor de uma manifestação de natureza religiosa, ética, artística (...) política ou de outra qualquer, no heroísmo da ascese, da guerra da sabedoria judicial, do dom mágico ou de outro tipo” (WEBER, 1999, p. 327 [grifo meu]). Como uma força social revolucionária, o carisma age de modo abrupto, criativa ou destrutivamente, provocando transformações seja na ordem vigente ou dando margem à criação de novas formas de vida. E como firmado na fé dos sujeitos afetados, o carisma atua “de fora para dentro”, provocando uma mudança radical de atitudes e sentimentos ao exercer influência sobre a “esfera existencial de vivência e sentido” daqueles (BACH, 2011, p. 58).

Plínio Salgado, Chefe Nacional perpétuo e insubstituível da AIB, foi um portador do carisma. Diante de seus seguidores, aquele homem ganhou qualidades extraordinárias verificadas e sentidas pelo poder de sua voz e de sua retórica, bem como em suas capacidades intelectuais. Salgado tornou-se um profeta, um místico rodeado por uma aura de santidade com uma missão: transformar radicalmente a sociedade brasileira, em todas as suas dimensões. Mais do que isto, ele vinha para salvar o país – já havia despertado a Nação, transformara em brasileiros os que haviam nascido no Brasil, era o momento de liderar as pessoas para uma nova etapa da história mundial, a qual ele mesmo anunciara. Tendo vislumbrado a crise moral que jogava o mundo inteiro em trevas, Plínio Salgado fora capaz de captar seu sentido último, apontando os meios para superá-la: abnegação, autossacrifício, a imperiosa necessidade de uma transformação do íntimo. Iluminado pelo espírito santo, soldado de Cristo, seus discursos arrebatavam o público pelo poder quase sobrenatural de sua fala entrecortada pelo gestual brusco, pelas imagens escatológicas produzidas pela retórica inflamada que, acompanhada de

gritos, gerava palavras de ordem e ameaças. Afirmava que a vitória do movimento era iminente – “nossa hora chegará”, era a frase que deveria fazer-se presente em todas as sedes integralistas – enquanto não prometia nada além de sofrimento, sacrifício, perseguições. E ainda assim seus seguidores apressavam-se para recebê-lo nas estações de trem, cercavam-no quando se dirigia a uma sede, acorriam aos auditórios onde ele falaria. A Plínio Salgado juravam obediência e fidelidade e diziam estar prontos a morrer por ele. Sob suas ordens e liderança, os integralistas resguardavam-se de castigos divinos e preparavam-se para o triunfo da missão do Chefe Nacional, que se tornou a deles, dos “sonhadores do bem”.

Um processo de carismatização foi responsável por criar um quadro tão singular. Com isto não quero dizer que a figura do Chefe Nacional foi inventada, ou que qualquer outra pessoa poderia ter ficado no lugar de Plínio Salgado. Este processo diz respeito ao modo como se constituiu a relação com seus seguidores, ou seja, como se deu o percurso até ser aclamado e permanecido como líder máximo da AIB. Como foi demonstrado, isto ocorreu a partir da atribuição de qualidades carismáticas a Salgado por parte de seus seguidores e do fato do mesmo investir-se delas, demonstrando ser o portador de virtudes incomuns – o reconhecimento deles expresso na crença dos militantes em seu líder completou este processo. Neste sentido, Plínio Salgado foi muito mais do que o chefe de um movimento. Ele tornou-se seu elemento central, sua vontade colocava-se acima de todos que passavam a dever-lhe completa obediência e submissão. Muito mais do que o criador do Integralismo, ele foi sua encarnação, o portador dos novos valores e ideias. O Integralismo emanava de sua pessoa. A figura do Chefe Nacional tornou-se conhecida em todo o movimento, sendo praticamente adorada e vista como ápice de toda a organização, fonte de toda autoridade. Tal liderança carismática forneceu o terceiro componente para o aparato de dominação montada pela AIB para garantir a obediência do contingente de camisas-verdes espalhados pelo Brasil – assim como forneceu a característica fundamental da relação de dominação expressa no movimento.

Uma estrutura organizacional extremamente complexa e, por vezes, pulverizada pelo território nacional foi mantida pela AIB. Pretendendo-se um movimento nacional, não era possível furtar-se a viabilizar e assegurar sua penetração por todo o país, mesmo de características continentais e tão diferenciado internamente. O que permitiu a AIB articular e manter toda esta organização, dirigindo seus esforços para alcançar seus objetivos, foi a criação de uma estrutura de dominação legítima formada por três elementos: uma rede de bens culturais responsáveis pela difusão constante do Integralismo; um universo simbólico capaz de inculcar as mesmas práticas e comportamentos em grupos diferentes de pessoas; um

líder dotado de capacidades extraordinárias que representava todo o movimento e era a fonte máxima de prestígio e autoridade. Sua missão pessoal tornara-se, assim, a missão de cada integralista que deveria esforçar-se em sua realização, cumprindo as ordens e ditames os quais emanavam, em última instância, da vontade dele, do Chefe Nacional.

Verifica-se que esta estrutura de dominação possuía um sentido, o da *unidade*: de pensamento, de sentimentos e de autoridade. Tal unidade garantiu a legitimação, por parte dos militantes, dos valores e princípios os quais fundamentavam a capacidade e poder de mando da liderança central, expresso na pessoa de Plínio Salgado.

III

No tópico anterior, fiz menção a dois impulsos que atuaram sobre o desenvolvimento da AIB e que se ligariam aos dois primeiros componentes de sua estrutura de dominação: a carismatização e a cotidianização. A primeira está relacionada ao tipo de relacionamento que se erigiu entre Plínio Salgado e os militantes, onde a obediência e a entrega de si repousavam na crença nas qualidades carismáticas do líder. Mas como foi demonstrado nos dois últimos capítulos, parte deste processo foi tributário da rede de bens culturais e do universo simbólico, pois o duplo movimento que lhe é característico, o revestir-se e o reconhecimento do carisma, operou através destes dois elementos. Chama a atenção que eles também foram responsáveis pelo processo de cotidianização que atuou no movimento integralista. No terceiro capítulo, argumentei que um dos efeitos da constituição e consolidação da rede de bens culturais foi cotidianizar o Integralismo e o próprio movimento, isto é, houve um esforço em fazê-los parte do cotidiano do integralista, inscrevendo-os na rotina que compõe a *durée* da vivência. A própria estrutura organizacional da AIB e seu universo simbólico também concorreram para este processo, afinal, toda sorte de ações envolvendo o núcleo integralista (festejos, práticas assistencialistas, eventos esportivos) ou o comportamento a ser adotado pelo militante (fosse na própria sede ou fora dela) deveriam tornar-se uma dimensão de sua vida social, compondo as regularidades que lhe dão substância.

A atividade e o trabalho intelectual, na condição de fonte imprescindível, mas não única, do aparato elaborado pela AIB para assegurar a obediência e o controle dos militantes, caracterizaram-se por encerrar estes dois impulsos antagônicos. A dimensão carismática que o movimento assumiu pela liderança de Plínio Salgado, ele próprio um intelectual (e não deixou de sê-lo em momento algum, mesmo na posição de Chefe Nacional), apoiou-se sobre a rede de bens culturais formada e mantida pelos intelectuais integralistas, tendo o próprio Salgado

contribuído diretamente para sua existência ao longo do tempo. Através dos periódicos, dos livros, das conferências, ele revestiu-se do carisma – das qualidades que ele mesmo se investia, a partir de sua produção intelectual, e que a ele eram atribuídas por seus seguidores lotados nas redações ou postados diante do público dos núcleos, pronto para ouvir a palavra nova dos tempos novos que emanara de Salgado. Também aí se reconhecia o carisma do Chefe, depositando-se nele a fé no triunfo da AIB, enquanto ele fornecia as “provas” que garantiam sua pretensão de poder e dominação sobre seus seguidores, como sua dedicação ao movimento (e ao Brasil, conseqüentemente), expressa no fornecimento regular de livros e artigos, ou as conquistas e realizações do movimento (a eleição de vereadores ou prefeitos, o número crescente de núcleos e militantes, concentrações e desfiles de camisas-verdes). Por parte da intelectualidade integralista, decerto a maior expressão tanto da reverência e do reconhecimento das virtudes incomuns do Chefe quanto da atribuição das mesmas tenha sido a publicação do livro *Plínio Salgado*, síntese das mais distintas formas pelas quais seu carisma manifestava-se e era percebido – na inteligência, na intuição, no poder de sua fala, em sua devoção pelo país⁵. E por parte da militância “comum” verifica-se, a partir dos registros das experiências de seus integrantes⁶, o entusiasmo e certo frenesi quando do contato, mesmo que puramente visual, com o Chefe Nacional – originários da ligação emocional estabelecida.

O universo simbólico da AIB também concorreu, a seu modo, para reforçar o carisma de Plínio Salgado. Embora de modo mais limitado quando comparado à rede de bens culturais, contribuiu ao criar interdições sobre o uso de determinados símbolos e a execução de gestos ou fórmulas particulares – como o diálogo travado com os militantes ou a saudação quádrupla do anauê para Deus. Neste caso, o carisma do Chefe Nacional “materializava-se”, tornando-se visível para seus seguidores como uma marca de distinção que os separava pelo monopólio sobre dada manifestação simbólica cujo acesso era restrito ao líder, o único capacitado, ou consagrado, ao seu uso.

⁵ Escreveu Virgínio Santa Rosa sobre Plínio Salgado: “é com a maior das admirações que nos curvamos deante da sua coragem de acção e do seu trabalho desinteressado e gigantesco pelo bem Brasil. E que todos vejam nelle um homem de pensamento e de acção que abandona o sossego e o conforto de uma reputação solidamente firmada e desce à praça pública, sem temer a calúnia e as injúrias, sem recuar deante das famigeradas moscas da praça publica de que falava Zarathustra, afim de realizar suas ideias” (PS, 1936, p. 77).

⁶ Como a Álbum de Recordações de Irene Freitas (Capítulo 4) ou as matérias nos jornais que captaram o entusiasmo com o qual Plínio Salgado era recepcionado: “A entrada do sr. Plínio Salgado no salão [do Instituto Nacional de Música] foi delirantemente aplaudida pela assistência, sendo que os ‘Camisas-Verdes’ exclamaram três vezes anauê” (*A Noite*, 13/04/1935). “O dr. Plínio Salgado desce, então, do carro em que viajou e recebe os abraços dos seus amigos e correligionários que enchiam a plataforma onde encostara a composição. Só se viam naquelle local e nas proximidades homens, senhoras e senhoritas vestindo a camisa verde, do uniforme integralista. (...) Todos disputavam-no, ao mesmo tempo, o abraço” (*Diário de Notícias*, 29/01/1935).

Com efeito, estabeleceu-se uma relação de proximidade entre estes dois impulsos que redundou em uma sobreposição de seus respectivos processos – ou seja, a carismatização de Plínio Salgado ocorreu em paralelo a cotidianização do Integralismo e do movimento –, pois sua causa era a mesma: as atividades dos intelectuais integralistas. Acredito não ser necessário sublinhar que esta sobreposição só poderia ocorrer ao longo do processo de desenvolvimento da AIB, havendo, portanto, um período (o imediatamente anterior à sua criação e quando do princípio de sua expansão pelo Brasil, entre o final de 1932 e durante o ano seguinte, nas “bandeiras integralistas”) no qual se observa as ações de seus principais intelectuais com a finalidade de divulgar o Integralismo e contribuir para a organização dos agrupamentos de seguidores – neste momento atuava apenas a força do carisma, que carregava consigo as novas ideias e valores os quais participavam na formação dos laços entre os integralistas e os grupos locais. Aliás, este ponto em particular serve como complemento à exposição feita no princípio da tese (balizada pelo recurso aos três níveis de análise das sociabilidades do mundo intelectual), porque no caso do Integralismo, o carisma de Plínio Salgado fez-se “presente” tanto no nível intelectual, pelo apelo e a força de suas ideias, quanto no interacional, diante do poder de sua oratória e capacidade de improvisação demonstradas nas conferências. O contato inicial entre Salgado e seus (futuros) seguidores contou, também, com a força de seu carisma pessoal, viabilizando uma ligação emocional, apoiada na crença naquele homem.

Não é tarefa simples precisar um momento quando houve a sobreposição daqueles dois impulsos em relação à atividade dos intelectuais (a questão do cotidiano possui outra dimensão que mencionarei no próximo tópico). Sugeriria o ano de 1934, mais precisamente no mês de maio, quando ocorreu a fundação do jornal *A Offensiva*. Decerto que, antes disto, como foi mencionado nas análises posteriores, houve periódicos que já tratavam de Plínio Salgado e do Integralismo, no entanto, o fato deste jornal contar com o envolvimento direto do Chefe (em sua administração e fornecendo-lhe conteúdo regularmente), ter matérias cobrindo seus passos pelo Brasil, empenhar-se em atingir os integralistas em todo o país e contar com os serviços de alguns dos principais intelectuais da AIB – tais motivos levam-me a considerá-lo um marco para o movimento (e particularmente para a atuação de sua intelectualidade) por ser a maior demonstração, ainda neste período inicial da AIB, do modo como o impulso da carismatização e da cotidianização foram capazes de coexistir.

Se de um lado, seguindo a expansão cada vez maior do movimento, Plínio Salgado apresentava-se e era mostrado como aquele que salvaria ou transformaria o Brasil pelas suas incomuns virtudes (intelectuais, morais, políticas, etc.) – consequentemente aumentava o

número de pessoas que nele depositavam sua fé, emocionalmente convictas da importância de sua missão –, por outro lado, dava-se início ao esforço de fazer o Integralismo (e o movimento como um todo) parte da vida cotidiana dos militantes pelo conteúdo variado que o jornal apresentava, afinal, não se tratava apenas de veicular textos “doutrinários”, mas de fornecer um leque variado de temas, como busquei sublinhar. A constituição da rede de bens culturais nos anos seguintes manteve estes dois impulsos, porque quanto mais se exaltava a figura do Chefe Nacional (e quanto mais o próprio contribuía pela sua própria atuação) nos elementos que compunham a rede, fortalecendo e criando laços intersubjetivos, maior era a difusão das ideias, valores e práticas integralistas ali presentes, as quais penetravam nas rotinas da vida social (como pode ser visto em suas manifestações, seus eventos e práticas, a dinâmica dos núcleos, tudo isto registrado não apenas na documentação disponível sobre a AIB como por meio dos jornais da época, valiosa fonte para captar aspectos de seu cotidiano). Deste modo, o trabalho intelectual – ele mesmo parte das rotinas da vida social da intelectualidade da AIB – garantiu, assim, a permanência da autoridade carismática de Plínio Salgado, assegurando sua dominação sobre o movimento⁷.

IV

Retomo parte da epígrafe do Capítulo 3: “Seja que (...) de um grupo carismaticamente dirigido, que persegue uma ideia cultural, nasça um partido ou apenas uma aparato de jornais e revistas – [neste caso] a forma de existência do carisma acaba exposta às condições da vida cotidiana e aos poderes que a dominam, sobretudo aos interesses econômicos” (WEBER, 1999, p. 332). O tipo puro de dominação carismática apresentado por Weber possui, como alguns de seus principais traços característicos, a despeito da força revolucionária do carisma, do modo como irrompe e age sobre a ordem social, a efemeridade e a instabilidade. Por representar uma relação social rigorosamente pessoal, sustentado por convicções emocionais

⁷ A AIB foi extinta em dezembro de 1937 junto dos outros partidos políticos. No ano seguinte houve duas tentativas de golpes contra o novo regime envolvendo não só integralistas como opositores de Vargas: a primeira em março e a segunda em maio, ambas sufocadas pelas forças governistas (sendo que a segunda contou com o assalto frustrado ao Palácio Guanabara). Plínio Salgado não foi detido e permaneceu em São Paulo até ser preso em maio de 1939 (em janeiro ficara preso por três dias), seguindo em junho para o exílio em Portugal. Retornou ao Brasil em setembro de 1945 e fundou o Partido da Representação Popular (PRP), que conseguiu reunir antigos integralistas. Candidatou-se à presidência em 1955 e foi eleito, pelo PRP, deputado federal pelo Paraná (1959-1963) e São Paulo – com a extinção dos partidos políticos pelo AI-2 de outubro de 1965, filiou-se à ARENA e permaneceu na política até dezembro 1974, quando abandonou suas atividades públicas. Faleceu no ano seguinte, em dezembro de 1975 (Cf. BRANDI, 2001b; MENANDRO, 2001). A tentativa de golpe em maio de 1938 foi amplamente explorada pela imprensa, sobretudo aquela controlada pelo Estado Novo, de modo que o Integralismo passou a ser tratado, “ao menos até o início de 1945, como um movimento patético, sem escrúpulos, com um chefe covarde, enfim, sem a importância e a seriedade que se exigiria de qualquer movimento que tivesse pretensão de ser uma alternativa efetiva de governo” (VICTOR, 2005, p. 56).

na missão ou nas capacidades e virtudes incomuns do carismaticamente qualificado, esta forma de dominação encontra-se constantemente ameaçada pelas exigências, sobretudo de ordem material, da vida cotidiana. Independente do caráter extraordinário que assume a ligação entre o líder e seus seguidores, ela ainda é uma experiência social que ocorre neste “mundo”, no interior da sociedade, estando, assim, sujeita às obrigações impostas pelas rotinas que compõem a *durée* da existência. Por mais que “irrite” as estruturas da vida cotidiana, o carisma não pode tirar-lhes sua importância vital. A necessidade de regularidades, estabilidade, estruturas de sentido para a manutenção da vivência, em suma, os “poderes do cotidiano” (Cf. BACH, 2011) demandam o “retorno” à sua posição privilegiada na orientação das ações, ainda que, ao mesmo tempo, almeje-se a continuidade de experiências provenientes de tal singular relação: “Na maioria das vezes, o desejo do próprio senhor, mas sempre o de seus discípulos e mais ainda o dos adeptos carismaticamente dominados, é de transformar o carisma e a felicidade carismática de uma agraciação livre, única, (...) em uma propriedade permanente da vida cotidiana” (WEBER, 1999, p. 332). Diante deste quadro, o próprio carisma é cotidianizado.

No caso do movimento integralista, sua intelectualidade também exerceu alguma influência em desenvolvimento semelhante, notadamente seu esforço em fornecer um caráter permanente à relação carismática de Plínio Salgado com os camisas-verdes – algo, porém, subjacente ao processo de carismatização, visto que a criação deste tipo particular de vínculos trazia sua reprodução e continuidade. O universo simbólico auxiliou na conservação deste relacionamento tal qual a rede de bens culturais: o recurso ao cerimonial, às interdições, à “presença” constante do Chefe Nacional nos mais variados momentos da vida do integralista (no ingresso na AIB, no casamento) buscaram garantir a continuidade de uma ligação de forte cunho pessoal, subjetivo. E no tocante ao movimento como um todo, retorna-se às análises empreendidas sobre o processo de cotidianização expresso pelo trabalho em prol da fixação do Integralismo e das suas práticas no dia a dia: sua difusão e reprodução regulares serviram para forjar uma relação da militância com as ideias e valores integralistas. Em última análise, a máxima de Plínio Salgado – “o Chefe não é uma pessoa, é uma Ideia” – talvez possa ser considerada como um sinal da cotidianização do carisma, pois suspende a ligação direta com o líder e abre caminho para a introjeção do Integralismo na vida do camisa-verde.

No entanto, o que pretendo sublinhar aqui, antes de finalizar, é este processo de cotidianização do carisma relativa à AIB, ou seja, à estrutura organizacional – a questão da outra dimensão do cotidiano, enunciada um pouco acima. Neste caso é mais simples precisar

um momento no qual ocorre a passagem de uma situação baseada em vínculos unicamente pessoais para outra onde estes não são exclusivos. No início de 1934, quando da realização do I Congresso Nacional Integralista, a AIB sofreu uma grande transformação: ao mesmo tempo em que Plínio Salgado foi aclamado o supremo Chefe Nacional – estabelecendo o portador do carisma como núcleo e principal referência de todo o movimento – criou-se toda uma organização subdivida em departamentos com competências específicas, regulamentos minuciosos e “quadros administrativos” que deveriam garantir seu funcionamento e a obediência às ordens emanadas do Chefe. Embora o texto legal que tratava diretamente da liderança de Salgado não a tenha fundado, tendo, antes, corroborado uma situação de fato, não se pode negar que ele também exerceu influência sobre os camisas-verdes, assegurando a dominação sobre tal contingente humano. A dominação integralista encerrou, deste modo, duas dimensões bastante distintas: de um lado, marcada pela submissão pessoal, não só em relação a Plínio Salgado como aos membros dos quadros administrativos que ocupavam posições de chefia ao longo da estrutura da AIB. Por outro, foi possibilitada pela existência de normas que fixavam competências e regulavam tanto as atividades imprescindíveis para a manutenção da organização quanto os poderes de mando necessários para o cumprimento das tarefas. Decerto não passou despercebido, em vários momentos deste trabalho, o grau de minuciosidade dos regulamentos integralistas, com suas várias subdivisões, artigos e parágrafos únicos, visando o máximo de controle sobre a organização. Mas, paradoxalmente, ela também era regida pela devoção à pessoa de Plínio Salgado, não apenas pela obediência a regulamentos.

Como uma organização nacionalmente articulada, em constante expansão e com objetivos bem delineados, era inevitável que a AIB sucumbisse aos “poderes do cotidiano”, particularmente às necessidades materiais para seu próprio sustento. Era preciso, assim, manter desde a sede integralista local até o grupo central, passando, claro, pelo aparato de dominação como a rede de bens culturais. Já foi mencionado que os núcleos deveriam ser autossuficientes, funcionando e obtendo seu sustento material dos próprios integralistas tanto na forma de trabalho quanto de pagamentos, na forma de taxas ou mensalidade, ou doações feitas por pessoas que eram simpáticas ao movimento. A Taxa do Sigma, arrecadada nas sedes pelo Brasil, é o maior exemplo da criação de meios para assegurar a manutenção da AIB, sendo parte destinada aos próprios núcleos e parte remetida à chefia nacional. Ela era, de acordo com a Secretaria Nacional de Finanças da AIB, “a viga mestra do setor econômico e financeiro do movimento, por constituir a nossa principal fonte de Receita” (apud SILVA,

2011, p. 86). Esta obrigação pecuniária estava prevista nos regulamentos da AIB: “Todo o Integralista tem o dever de pagar pontualmente ao Núcleo a que pertence a importância de sua contribuição mensal” (EncI, XI, p. 92, Artigo 80º). Outra fonte de arrecadação era a venda de material de propaganda, fotos de Plínio Salgado, uniformes (Cf. SILVA, op. cit.), bem como dos periódicos integralistas que, por sua vez, também obtinham receita pela venda de espaços para propaganda (a revista *Anauê!* é trespassada por anúncios das mais variadas naturezas).

A expansão da AIB e suas subseqüentes transformações, particularmente as de 1936 com a reorganização de sua estrutura e seu registro como partido político, deixaram sua organização ainda mais complexa e dependente de maiores volumes de recurso para realizar seus intentos – a Campanha do Ouro de 1937, que visava arrecadar fundos para a participação da AIB nas eleições, é bastante ilustrativa desta cotidianização, pois se capta a “susceptibilidade” do movimento não só às necessidades econômicas prementes, mas também diante das lutas pelo poder político, afinal, como foi mencionado, a AIB acabou cedendo à via eleitoral como melhor caminho para chegar ao governo e consolidar seu projeto de mudanças. E a ampliação do número de órgãos (se até 1936 havia seis departamentos nacionais, a partir deste ano o número de secretarias nacionais – sucedâneas dos departamentos – aumentou para dez) exigiu um contingente maior de pessoal para atuar neles, cumprindo funções de controle e administração. Consequência desta expansão dos quadros integralistas foi a necessidade de maior arrecadação de recursos para viabilizar e manter o funcionamento de tal estrutura, mas além disto, gostaria de sugerir, como parte deste processo, uma concentração dos recursos (materiais e ideias) disponíveis e das possibilidades de formação de privilégios e retenção de poder por parte daqueles com acesso a posições de prestígio. Isto poderia ser ilustrado pela intelectualidade integralista, pois, como foi demonstrado, houve, em vários momentos, uma equivalência entre a posse de um cargo e sua participação na rede de bens culturais, ou seja, o primeiro permitiria a criação e a administração de um jornal e revista bem como a veiculação, nestes ou em outros, da própria produção intelectual.

De acordo com Max Weber, “é o destino do carisma recuar com o desenvolvimento crescente de formações institucionais permanentes” (1999, p. 342). Como a AIB não chegou ao poder no país, não é possível saber como seria um eventual Estado Integral e a nova ordem instaurada sob o Integralismo. A julgar pela estrutura elaborada, um modelo pré-estatal, como descreveu Héglio Trindade (1979), é plausível que, se ela não fosse totalmente transposta para o novo Estado brasileiro, seria, pelo menos, sua base. Ainda assim, em vista das próprias modificações sofridas ao longo de seus anos de atuação, a AIB acabou por desenvolver órgãos

cujos objetivos previam a continuidade de seu funcionamento, cada qual com seus respectivos regulamentos e pessoal. No entanto, neste interregno de cinco anos de atividades intensas, não posso afirmar que houve um “recuo” do carisma. A meu ver, a AIB foi um exemplo particular de dominação carismática em processo de cotidianização, isto é, coexistiram duas formas de relacionamento entre Plínio Salgado e os camisas-verdes – apoiada na ligação emocional e na anuência a regras impessoais. Parte desta situação ambígua deve-se à própria característica do aparato de dominação forjado pela intelectualidade integralista o qual encerrava estes dois impulsos centrais para seu desenvolvimento e dinâmica: em direção ao extraordinário e às rotinas da vida social; visando o carisma e o cotidiano.

V

O objetivo central deste trabalho foi analisar a presença e atuação dos intelectuais da Ação Integralista Brasileira. A questão que informou a pesquisa relaciona-se, assim, ao papel desempenhado por estes agentes em particular no desenvolvimento da AIB no país. Busquei argumentar em favor da hipótese de que foram os intelectuais integralistas os principais responsáveis, a partir da difusão do Integralismo, pela expansão do movimento pelo país, e que contribuíram diretamente para criar nele uma dominação de tipo carismática sustentada por um aparato de dominação, forjado e operacionalizado pela intelectualidade, capaz de produzir e assegurar a obediência dos militantes. Minhas análises centraram-se nestes personagens e procurei demonstrar, ao longo dos capítulos da presente tese, como se deu sua atuação e quais foram seus maiores efeitos e influências sobre um movimento complexo e multifacetado, embora de curta existência.

Diante disto, devo esclarecer que, em momento algum, pretendi lançar sobre os intelectuais integralistas *toda* a responsabilidade pelo desenvolvimento da AIB, bem como pelas e as características que assumiu ao longo dos anos. Minha intenção foi compreender e refletir sobre a participação destes agentes no movimento, concluindo que eles cumpriram um papel decisivo sobre sua organização – porém, não foram os únicos. Embora de modo muito breve, pois não pretendia tratar dessa questão, mostrei no tópico anterior como mudanças ocorridas com a AIB – em seu processo de cotidianização – estiveram relacionadas à necessidade de ajustá-la as exigências do cotidiano, isto é, garantirem seu próprio sustento material, sobretudo diante de seus objetivos políticos. Neste caso em particular foram eventos alheios à atuação dos intelectuais que exerceram influência sobre uma transformação de suma importância para o movimento – assim como houve outros, inclusive alheios aos próprios

integralistas, provenientes do contexto histórico. Faço esta ressalva para evitar interpretações errôneas acerca do que busquei comprovar: que os intelectuais exerceram um papel fundamental no tipo de dominação representada pela AIB. Foram artífices muito dedicados e comprometidos, entretanto, não agiram sozinhos. Sem o expressivo contingente de homens e mulheres que legitimaram esta situação, que acreditaram no Integralismo e em Plínio Salgado e atuaram no/pelo movimento, seria apenas um grupo de intelectuais, como outros, que lutavam por mudanças na sociedade brasileira.

Tudo aponta para o final deste trabalho, e ele já está próximo. Contudo, gostaria de enunciar uma questão que tangencia esta discussão com o único intuito de deixá-la registrada para, talvez, um programa de pesquisas para aqueles que também não se contentam com determinadas posições cristalizadas sobre o movimento integralista. E que também serviria para complementar os estudos que abordam este período da história brasileira. Trata-se de entender a *ação integralista*. *Ação* é o termo chave.

No tópico III mencionei os termos inorganicidade e insolidário, atributos conferidos à sociedade brasileira. Seu uso não foi por nada. Aqueles familiarizados com algumas das teses centrais defendidas por Oliveira Vianna reconhecerão o que expressam, como ficará claro em breve. Menciono este autor porque, como já foi apontado, o Integralismo foi largamente influenciado por sua obra, bem como a de outros. O problema é que, até hoje, as pesquisas sobre o movimento integralista limitam-se a reproduzir esta constatação, feita por Héglio Trindade há quarenta anos (aliás, os próprios integralistas sublinhavam estas influências), porém não avançam no sentido de demonstrar empiricamente onde se encontram estas influências. Sabe-se que, além de Vianna, Euclides da Cunha, Farias Brito, Alberto Torres, Jackson de Figueiredo, Graça Aranha, foram autores cujas ideias encontraram seu caminho até o Integralismo, todavia, tem bastado unicamente declarar esta aproximação – além disto, é bastante provável que a força da tese fascista impeça qualquer esforço nesta direção. A proposta que faço aqui parte desta questão da influência, porém não se limita ao pensamento integralista, pois, como enunciei acima, trata-se de analisar o que foi a *ação* da AIB. Ou seja, como movimento que buscava transformar a ordem vigente nacional, qual foi o sentido de sua ação, o que ela visava superar e criar? Respostas para tal pergunta serão encontradas na obra daqueles autores, porque elas forneceram aos integralistas os alvos para sua ação. A identificação dos problemas nacionais já fora feita, restava solucioná-los, e foi o movimento integralista quem se propôs a agir nesta direção.

Deste modo, caso fosse feita a pergunta “por que os integralistas agiram como agiram?” ou se questionasse “por que eles lançaram mão desta e daquela prática?”, não tardaria para encontrarmos ecos das ideias daqueles autores não somente no Integralismo, mas, sobretudo, sendo colocadas em *prática*, sendo *executadas* pelos integralistas. Por exemplo, a criação, por parte de alguns núcleos da AIB, de escolas de alfabetização e ambulatórios e a realização de práticas de assistência social voltadas para a população parecem ter suas raízes nos argumentos de Alberto Torres, em *A organização nacional*, de que grande parte da população brasileira achava-se abandonada pelo Estado e carente de serviços fundamentais para a sobrevivência, como saúde e educação, os quais não teriam como se desenvolver a partir do jogo dos interesses locais, sendo necessária a ação de um Estado centralizado (Cf. PRADO, 2011). Escreveu Torres: “O brasileiro não encontra, em nosso meio, desde os primeiros dias da infância, a escola de virilidade, de autonomia e de iniciativa, que o devia preparar para o trabalho (...). Há um duplo dever a cumprir, para com nossa população: *um dever de educação e um dever de assistência econômica e social*” (1978, p. 167 [grifo meu]). Também a questão do trabalho observada nesta passagem parece de acordo com a tentativa da AIB de criar uma “ética do trabalho”, baseada não só nas obrigações dos militantes para com seu trabalho na sede integralista, mas também nas regras de conduta que eram propostas.

Quando Oliveira Vianna destacou, em seu *Populações Meridionais do Brasil*, que eram “escassíssimas as instituições de solidariedade social em nosso povo” (1973, p. 155), que nossas formas de solidariedade voluntária – como partidos, ligas, clubes desportivos – eram frágeis e efêmeras, o que restringiria a constituição de ações coletivas ao redor de interesses mais amplos (Cf. BOTELHO, 2007), a AIB buscou superar este “insolidarismo” característico da sociedade brasileira pela criação de espaços de sociabilidade (os núcleos), e estes investiram em uma série de outras atividades capazes de aproximar as pessoas (organização de times de futebol, realização de excursões e piqueniques), tudo isto animado pela missão do movimento, a transformação do Brasil como interesse comum máximo. Além disto, o “espírito clânico” apontado por Vianna como potencial de fragmentação do país – e que lhe dava uma feição “inorgânica”, de ausência de coesão entre suas várias partes – era um desafio que a AIB buscou superar pela criação de uma unidade de pensamento e sentimento (o Integralismo e seu universo simbólico) que visava uma identificação em nível nacional das diferentes regiões brasileiras, todas congregadas ao redor de elementos comuns. Aliás, não me soa impossível que a escolha de um líder supremo, Plínio Salgado, pudesse responder à “necessidade” de uma figura central de poder, capaz de manter unidas as populações dispersas

por um vasto território nacional, como assinalado por Oliveira Vianna sobre a figura do rei⁸ – neste ponto em particular, pergunta-se: tal opção, por parte dos camisas-verdes, teria seus fundamentos apenas no fascismo, não tendo qualquer relevância as análises de Vianna sobre o Brasil?

Pode-se também falar de *A Estética da Vida*, de Graça Aranha, apontando-se mesmo suas ideias e sua “filosofia da ação” (MORAES, 1978), diante da influência sobre o modernismo brasileiro, como o impulso primevo para a fundação de um movimento como a AIB. Neste caso, sua própria existência efetiva como *ação social*, como meio de intervir sobre a realidade nacional, teria suas raízes (mais distantes) nas reflexões, por exemplo, sobre as imperiosas necessidades dos homens ligarem-se aos outros homens – porque “Não há nada individual ou particular, tudo é universal, e o próprio pensamento é função dessa universalidade” (ARANHA, 1969, p. 597) – e de se afirmar a nacionalidade pela construção de uma cultura nacional⁹. O movimento buscava, assim, integrar todos os brasileiros, irmaná-los em volta de valores nacionalistas e práticas cívicas que foram sendo desenvolvidas ao longo de sua atuação junto à sociedade.

Estes foram alguns exemplos capazes de ilustrar a proposta de analisar o sentido da *ação integralista* enquanto, de um lado, realização de ideias e propostas presentes no contexto intelectual brasileiro, e do outro, escolha de determinadas práticas como os meios privilegiados para viabilizar aquelas. Trata-se unicamente de uma sugestão para pesquisas futuras que visem uma maior compreensão do movimento integralista (seus valores e suas ações) e a demonstração empírica de sua relação com o pensamento desenvolvido no Brasil.

VI

Já se falou que o Integralismo foi um *pesadelo* na história do Brasil. Possuo um julgamento ambivalente desta avaliação: concordo e discordo. Minha discordância parte da visão de que a matéria da qual são feitos os pesadelos, a mesma dos sonhos, é frágil e evanesce rapidamente defronte à concretude da realidade. A meu ver, o incômodo provocado

⁸ “(...) há que ressaltar a colaboração de uma força de valor imenso, que, nesse conflito secular entre o caudilho e a Nação, entre a localidade e o centro, concorre para firmar o triunfo definitivo da Nação e do centro. É o Rei. Na evolução dos poderes públicos entre nós, a função desse personagem é colossalíssima. Ele é, no IV século, o agente mais prestigioso, mais enérgico, mais eficaz do sincretismo nacional. O poder central deve a ele, com a sua unidade e a sua ascendência, a sua consolidação e estabilidade” (VIANNA, 1973, p. 215).

⁹ “Reforcemos o quadro da Nação. Não permitamos que dentro dele reine a alma de outros povos e a nossa própria alma seja expulsa e exilada da terra que lhe criou a expressão ainda incerta, mas ardente e luminosa. Enquanto não tivermos, sólidas, as fronteiras morais da nação, enquanto o quadro que encerra a Pátria não for rijo e inquebrantável, fechemos a porta à invasão, defendemos a frágil muralha (...) e seja tudo impenetrável ao sentimento estrangeiro. A pior invasão é a que se infiltra no sentimento, a que transforma a alma, (...) transfigura o pensamento” (ARANHA, 1969, p. 656).

pelo Integralismo advém do fato de que ele existiu de verdade, como formulação intelectual e resultado de um conjunto de ações individuais no interior da sociedade brasileira. Em poucas palavras, ele *existiu* concretamente.

Em relação à minha anuência a tal avaliação, ela diz respeito a este caráter evanescente, quase invisível que a AIB tem para a história brasileira. Isto é, estou de acordo com a opinião de que o Integralismo foi um pesadelo pelo fato de que foi transformado em algo *irrelevante*, completamente exógeno ao país, um *sonho* de “alguns” brasileiros diante do que ocorria na Europa no mesmo momento. Se no contexto do Estado Novo a AIB pôde ser defenestrada e comparada livremente ao nazi-fascismo, a memória criada a partir dos livros didáticos de História (da década de 1940 até a primeira década do século XXI), como demonstrado por Rogério Lustosa Victor (2005), contribuiu amplamente tanto para invisibilizar o Integralismo quanto para transformá-lo em algo de pouca monta¹⁰ – um simples pesadelo do qual se acorda bruscamente, mas já sem maiores lembranças dele. E a naturalização e vulgarização da tese fascista, comentadas no Capítulo 1, concorrem diretamente para este quadro que ainda pode ser ilustrado pela seguinte constatação: há uma intensa produção sobre o pensamento político e social brasileiro, mas não há, recentemente, nada sobre o Integralismo. Mas como poderia ser diferente? Sendo “invisível”, não se toma conhecimento dele; sendo fascista, não poderia enquadrar-se na rubrica pensamento *brasileiro*¹¹.

Embora tenha me limitado, deliberadamente, a analisar os intelectuais integralistas a partir de suas relações e ações no movimento, busquei demonstrar sua vinculação (e da AIB) ao contexto histórico-social brasileiro, residindo sua peculiaridade em sua instrumentalização do fascismo. As propostas apresentadas no tópico anterior (V) visam reforçar esta perspectiva, possibilitando novas pesquisas que não se detenham em pré-conceitos ou cristalizações.

¹⁰ “Assim, irrelevante historicamente, o movimento integralista não será explicado e, muitas vezes, não será sequer citado nos livros didáticos de história. Na realidade, toda essa irrelevância, efetivamente, imbrica-se com o veto ao integralismo: na condição de fascismo brasileiro, deve ser banido da história” (VICTOR, 2005, p. 98).

¹¹ Seleccionemos algumas características do Integralismo (como ideias e práticas) que poderiam ser observadas em vários momentos da história do país, até o presente: defesa do Estado como núcleo organizador de todas as dimensões da sociedade; idolatria ao redor de um homem considerado gênio político, um gênio da raça; tentativa de controle e orientação das manifestações culturais e artísticas; divisão do mundo entre “nós” e “aqueles-contra-nós”; disseminação e circulação de um discurso construído sobre a luta do “bem” (os humildes, os sofredores, os não-corrompidos pela riqueza) contra o “mal” (os poderosos, os hedonistas, os maculados pelas posses materiais); cerceamento das liberdades individuais em nome da Nação; desprezo pelos ideais liberais e democráticos e simpatia por regimes autoritários e despóticos; a posse de um exército intelectual pronto para defender com unhas e dentes (ou garras e presas?) as ideias do movimento e seu líder contra qualquer crítica, vista como ataque oportunista; a criação de um aparato de dominação capaz de reproduzir seus valores no cotidiano. Nada disto parece-me estranho ao Brasil.

Referências Bibliográficas

FONTES PRIMÁRIAS

1. Documentos

Fundo Plínio Salgado – Arquivo Público Municipal de Rio Claro (SP)

Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP

2. Periódicos

Acção, São Paulo

A Noite, Rio de Janeiro.

A Offensiva, Rio de Janeiro.

A Razão, Pouso Alegre (MG).

Anauê!, São Paulo.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro.

Correio de São Paulo, São Paulo.

Folha da Manhã, São Paulo.

Folha da Noite, São Paulo.

Panorama, São Paulo.

3. Obras integralistas

BARROSO, Gustavo. **Integralismo em Marcha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. 2ª Edição.

BARROSO, Gustavo. **A palavra e o pensamento integralistas**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

BARROSO, Gustavo. **O Integralismo de norte a sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BARROSO, Gustavo. **O quarto império**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

BARROSO, Gustavo. **O que o integralista deve saber**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

ENCICLOPÉDIA do Integralismo. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1957-1960. 12 volumes.

MACIEL, Anor Butler. **O Estado Corporativo**. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1936.

MELO, Olbiano. **Concepção do Estado Integralista**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

MELO, Olbiano. **Razões do Integralismo**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

MARTINS FILHO, Ferdinando. **Pela revolução Integralista**. São Paulo: Editorial Paulista, 1935.

PLÍNIO Salgado. São Paulo: Edições Revista Panorama, 1936.

REALE, Miguel. ABC do Integralismo [1935a] In: **Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)**. Brasília: Editora UnB, 1983. t. III.

REALE, Miguel. Atualidades Brasileiras [1937]. In: **Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)**. Brasília: Editora UnB, 1983. t. III.

REALE, Miguel. Atualidades de um mundo antigo [1936] In: **Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)**. Brasília: Editora UnB, 1983. t. I.

REALE, Miguel. Corporativismo e unidade nacional [1936b] In: **Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)**.

REALE, Miguel. Integralismo e democracia [1937a]. In: **Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)**. Brasília: Editora UnB, 1983. t. III.

REALE, Miguel. Nós e os fascistas da Europa [1936a]. In: **Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)**. Brasília: Editora UnB, 1983. t. III.

REALE, Miguel. O Capitalismo internacional [1935a] In: **Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)**. Brasília: Editora UnB, 1983. t. II.

REALE, Miguel. O Estado Moderno [1934] In: **Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)**. Brasília: Editora UnB, 1983. t. II.

REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas [1935]. In: **Obras Políticas (1ª Fase - 1932-1937)**. Brasília: Editora UnB, 1983. t. III.

SALGADO, Plínio. Carta-Prefácio. In: VENCESLAU JR, José. **O Integralismo ao alcance de todos**. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Mundo Medico. Borsoi & C., 1935.

SALGADO, Plínio. **A Doutrina do Sigma**. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1937c. 2ª Edição.

SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934a.

SALGADO, Plínio. **Cartas aos camisas-verdes**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SALGADO, Plínio. Despertemos a Nação [1935]. In: **Obras completas de Plínio Salgado**. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. 10.

SALGADO, Plínio. Literatura e Política [1927]. In: **Obras completas de Plínio Salgado**. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. 20.

SALGADO, Plínio. Nota preliminar. In: **Obras completas de Plínio Salgado**. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. 20.

SALGADO, Plínio. **O Esperado** [1931]. São Paulo: Voz do Oeste, 1981. 5ª Edição.

SALGADO, Plínio. **O Integralismo perante a nação**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1955.

SALGADO, Plínio. O Integralismo na Vida Brasileira. In: **Enciclopédia do Integralismo**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1957.

SALGADO, Plínio. O que é Integralismo? [1933]. In: **Obras Completas de Plínio Salgado**. São Paulo: Editora das Américas, 1956. v. 9.

SALGADO, Plínio. **O Sofrimento Universal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

SALGADO, Plínio. **Páginas de combate**. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Antunes, 1937.

SALGADO, Plínio. **Palavra nova dos tempos novos**. São Paulo: Edição da Revista Panorama, 1937b.

SALGADO, Plínio. **Psicologia da Revolução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

VENCESLAU JR, José. **O Integralismo ao alcance de todos**. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Mundo Medico. Borsoi & C., 1935.

VIANNA, Hélio. Bases históricas da unidade nacional [1936]. In: **Enciclopédia do Integralismo: Estudos e Depoimentos**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958. p. 63-69.

VIVEIROS, Custódio. **Camisas Verdes**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

VIVEIROS, Custódio de. **Os inimigos do Sigma**. Rio de Janeiro: H. Antunes, 1936.

VIVEIROS, Custódio de. **O sonho do philosopho integralista**. Rio de Janeiro: H. Antunes, 1935.

FONTES SECUNDÁRIAS

1. Sobre a Ação Integralista Brasileira

ACKERMANN, Silvia Regina. **Quando preferir um samba ao hino nacional é crime: integralismo, etnicidade e os crimes contra o Estado e a ordem social**. Tese (Doutorado em Sociologia), São Carlos, UFSCar, 2009.

AMANCIO, Vanessa Aparecida Lobo; GONÇALVES, Leandro Pereira. Intelectualidade e ideologia: Gustavo Barroso e o Integralismo em Juiz de Fora. **CES Revista**, v. 24, Juiz de Fora, 2010.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. As classificações de Plínio. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 161-180.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Os mercadores do mal: os judeus na obra de Gustavo Barroso. CPDOC/FGV, 1978.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **In Medio Virtus**: uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e Revolução** – O Integralismo do Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista A Ação** (1936-1938). Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Marília, 2007.

BARRERAS, Maria José Lanziotti. **Dario de Bittencourt (1901-1974):** uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

BERTONHA, João Fábio. A máquina simbólica do Integralismo. **História & Perspectiva**, n. 7, 1992, p. 87-110.

BERTONHA, João Fábio. **Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)**. Jaboticabal: FUNEP, 2010.

BERTONHA, João Fábio. Integralistas e pesquisadores do integralismo: o embate entre memória e história. In: CAVALARI, M. R. F. *et al.* **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Anauê paulista:** um estudo sobre a prática política da primeira “cidade integralista” do Estado de São Paulo (1932-1943). Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, Campinas, 2004.

BULHÕES, Tatiana Silva. **Evidências esmagadoras de seus atos:** fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1938). Dissertação (Mestrado em História), UFF, Niterói, 2007.

CALDEIRA NETO, Odilon. O Neo-Integralismo: entre novas práticas e velhos elementos. In: **Anais Eletrônicos da IV Semana de História Política**. Rio de Janeiro, 2009. CD-Rom.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional**. São Paulo: Annablume, 1999.

CALIL, Gilberto Grassi. **O Integralismo no Pós-Guerra**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Carla Luciana (orgs.). **Velhos integralistas:** a memória de militantes do Sigma. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

CALLAGE, Fernando. Alguns aspectos da vida de Plínio Salgado. In: OBRA COLETIVA. **Plínio Salgado**. São Paulo: Edições Revista Panorama, 1936.

CARNEIRO, Marcia Regina da Silva Ramos. A busca incessante pelo sigma: o integralismo no século XXI. In: **IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais**. São Luiz, 2007a.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Prefácio. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional**. São Paulo: Annablume, 1999. p. 11-14.

CARNEIRO, Maria Regina da Silva Ramos. **Do sigma ao sigma**. Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, 2007.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro *et al.* **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Editora do Arquivo de Rio Claro, 2002.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *A Enciclopédia do Integralismo*: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961). Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2010.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 1992.

CYTRYNOWICZ, Roney. O fascismo brasileiro entre as oligarquias e a modernidade. In: GUERRA, Luiz Felipe Hirtz; SOMBRA, Luiz Henrique. **Imagens do Sigma**. Rio de Janeiro, APERJ, 1998.

CYTRYNOWICZ, Roney; MAIO, Marcos Chor. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.2).

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A ofensiva verde**: a AIB no estado do Rio de Janeiro (1932-1937). Tese (Doutorado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: VASCONCELLOS, Gilberto. **Ideologia curupira**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 11-16

FERREIRA, Laís Mônica Reis. **Integralismo na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

GERTZ, René. **O Fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Tradição e cristianismo: o nascimento do Integralismo em Juiz de Fora. In: SILVA, G. B. (org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Editora da UFRPE, 2007.

GUERRA, Luiz Felipe Hirtz; SOMBRA, Luiz Henrique. **Imagens do Sigma**. Rio de Janeiro, APERJ, 1998.

LOPES, Daniel Henrique. **Experiências femininas na AIB, 1932-1938**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UNESP, Marília, 2007.

MELO, Manuel Palacios Cunha. O Integralismo de Miguel Reale. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, 1994, p. 125-152.

MENANDRO, Heloísa. Revolta Integralista. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. CD-Rom.

MOURA, Carlos André Silva de. Integralistas e católicos. In: SILVA, G. B. (org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Editora da UFRPE, 2007.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **“Perante o Tribunal da História”**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Dissertação (Mestrado em História), PUC-RS, Porto Alegre, 2004a.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. Evolução dos estudos sobre o Integralismo. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 36, n. 1, p. 118-138, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. Notas sobre o anticomunismo integralista [2004b] In: CAVALARI, R. M. F. *et al.* **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 53-67.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. **Imprensa integralista, imprensa militante**. Tese (Doutorado em História), PUC-RS, Porto Alegre, 2009.

PADILHA, Leonardo Ayres. **Perscrutar o hinterland: o pensamento modernista de Plínio Salgado**. Dissertação (Mestrado em História), PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2005.

PARENTE, Josênio. **Anauê: os camisas-verdes no poder**. Fortaleza: UFC Edições, 1999.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. As cartas femininas: relações de gênero na escrita das “blusas verdes” [2004b]. In: **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 2004. Cd-Rom.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. O Integralismo e a mulher [2004a]. In: DOTTA, R. A. *et al.* **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Fotografias do Integralismo para além do Integralismo: breves análises e propostas. In: **Locus – Revista de História**, v. 16, n. 1, Juiz de Fora, 2010. p. 47-64.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Apontamentos para um estudo do ‘sistema de bens simbólicos’ da Ação Integralista Brasileira. In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009. p. 1-10

RAMOS, Alexandre Pinheiro. **O Integralismo entre a família e o Estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)**. Dissertação (Mestrado em História), UERJ, Rio de Janeiro. 2008. 270p.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Uma “revolução necessária”: o conceito de revolução nos textos dos intelectuais da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). **Dimensões**, v. 26, 2011, p. 255-276.

RAMOS, Isabel Tebyriçá. **Sertão verde: as cores do Integralismo no Rio Grande do Norte**. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/cascudo/cascudosertaoverde.htm>> Acesso em: 01 set. 2011. s/d.

REGIS, João Rameres. **Integralismo e coronelismo**. Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, Ivair Augusto. **O Integralismo no sertão de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Franca, 2004.

SALGADO, Plínio. Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas [1938]. In: SILVA, Hélio. **Terrorismo em campo verde**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SANDES, Noé Freire. Prefácio. In: VICTOR, Rogério Lustosa. **O Integralismo nas águas do Lete: História, Memória e Esquecimento**. Goiânia: Editora da UCG, 2005. p. 13-15.

SCHMIDT, Patricia. **Plínio Salgado: O discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação**. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2008.

SILVA, Giselda Brito. A Ação Integralista Brasileira e a ditadura Vargas. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. **O corporativismo em português**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 203-238.

SILVA, Giselda Brito (org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Editora da UFRPE, 2007.

SILVA, Giselda Brito. **Integralismo e Estado Novo**. 2011. [no prelo]

SILVA, Giselda Brito. O Integralismo em Pernambuco [2007a]. In: SILVA, G. B. (org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Editora da UFRPE, 2007.

SILVA, Leandro Ratton Pires da. **Deus, Pátria e Família: Integralismo e catolicismo em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-MG, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, n. 25, p. 61-95, 2005.

SOUSA, Samuel Pereira de. **Soldados de Deus e da Pátria: entre as práticas cotidianas e a construção da memória integralista em Barbalha-CE (1933-1950)**. Dissertação (Mestrado em História), UECE, Fortaleza, 2010.

SOUZA, Francisco Martins. O Integralismo. In: **Curso de introdução ao pensamento político brasileiro**. Brasília: Editora da UnB, 1982. v. 5, p. 61-109.

TORQUATO, Arthur Luiz de Oliveira. **Silenciando peças e criando lacunas: uma análise da trajetória integralista de Luis da Câmara Cascudo (1932-1945)**. Monografia (História), UFRN, Natal, 2008.

TRINDADE, Hégio. Ação Imperial Patrionovista [2001a]. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. CD-Rom.

TRINDADE, Hégio. Desfile integralista. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. CD-Rom.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1979.

TRINDADE, Hégio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1981, vol. 3, p. 297-335.

TRINDADE, Héglio. Legião Cearense do Trabalho [2001b]. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. CD-Rom.

TRINDADE, Héglio. Texto e contexto: nota crítica a alguns aspectos do estudo ‘Paradigma e História’ de Wanderley Guilherme dos Santos. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 4, 1976, p. 126-134.

VICTOR, Rogério Lustosa. **O Integralismo nas águas do Lete: História, Memória e Esquecimento**. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso: o antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1938)**. Dissertação (Mestrado em História), PUC-RS, Porto Alegre 2012.

WILLIAMS, Margaret Todaro. Integralism and the Brazilian Catholic Church. In: **The Hispanic American Historical Review**, v. 53, n. 3. 1974.

ZANELATTO, **Região, Etnicidade e Política: O Integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 1930**. Tese (Doutorado em História), UFRS, Porto Alegre, 2007.

2. Geral

ABREU, Alzira Alves de *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001. 2ª Edição. CD-Rom.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil – volume 1**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos. **Intelectuales: notas de investigación**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

ANDRADE, Mário. **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Martins, 1972. 4ª Edição.

ARANHA, Graça. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social**. Campinas: UNICAMP, 2009. 147 f. [Dissertação de Mestrado].

ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Lisboa: Morais Editores, 1971.
- ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. Brasília: Ed. UnB, 1980.
- BACH, Maurizio. Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber. **Sociologia e Antropologia**. v. 1, n. 1, 2011, p. 51-69.
- BACH, Maurizio; BREUER, Stefan. **Faschismus als Bewegung und Regime**. VS Verlag, 2010.
- BASTOS, Elide Rugai. *O Outro Brasil* de Luís Amaral. In: BOTELHO, A.; BASTOS, E. R.; VILLAS BÔAS, G. **O moderno em questão**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p. 27-64.
- BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, 2010, pp. 889-919.
- BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João. (orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria D. Leão (orgs.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**: Os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945). São Paulo: Loyola, 1999.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2012. 34ª Edição.
- BERTELLI, Antônio; PALMEIRA, Moacir; VELHO, Otávio (orgs.). **Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. 2ª Edição
- BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias**. Bauru: EDUSC, 2008.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOPP, Raul. **“Bopp passado-a-limpo” por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.
- BOTELHO, André. **O Brasil e os Dias: Estado-Nação, modernismo e rotina intelectual**. Bauru: EDUSC, 2005.
- BOTELHO, André. Sequências de uma Sociologia Política. **Dados**, Rio de Janeiro v. 50, n.1, 2007, p. 49-82.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRANDI, Paulo. Plano Cohen [2001a]. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. CD-Rom.

BRANDI, Paulo. Salgado, Plínio [2001b]. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. CD-Rom.

CALICCHIO, Vera. Legião Revolucionária de São Paulo [2001a]. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001. 2ª Edição. CD-Rom.

CALICCHIO, Vera. Schmidt, Augusto Frederico. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-30**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001. 2ª Edição. CD-Rom.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

CÂNDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil” [1967]. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado: – Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CARONE, Edgar. **A Segunda República**. São Paulo: DIFEL, 1973.

CARONE, Edgard. **A República Nova**. São Paulo: Difel, 1976. 2ª Edição.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 14ª Edição.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo com a educação. In: COSTA, Wilma Peres; DE LORENZO, Helena Carvalho. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 115-132.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. **As colunas do templo: folclore e história no pensamento de Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História), UFF, Niterói, 2001.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. Brasília: UnB, 1998. 3ª Edição.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COLLINS, Randall. **Interaction ritual chains**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

COLLINS, Randall. **The sociology of philosophies: a global theory of intellectual change**. Cambridge, Massachusetts, London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1998.

COLLINS, Randall. Toward a theory of intellectual change: the social causes of philosophies. **Science, Technology & Human Values**. v. 14, n. 2, 1989. pp. 107-140.

DEL PICCHIA, Menotti; RICARDO, Cassiano; SALGADO, Plínio. **O curupira e o carão**. São Paulo: Helios, 1927.

DEL PICCHIA, Paulo Menotti. **A Longa Viagem, 2ª Etapa: da Revolução Modernista à Revolução de 1930**. São Paulo: Martins, 1972.

- DIAS, Romualdo. **Imagens de Ordem**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- DOMINGUES, José Maurício. **Do ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: M. Fontes, 2003.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor, 1993. 2 v.
- ENGELS, F.; MARX, K. **O Manifesto Comunista** [1848]. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre o ontem e o amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí: Ed. da UNIVALLI, 2000.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- FICHTE, Johann Gottlieb. Sobre a missão do erudito [1794]. In: BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria D. Leão (orgs.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999. p. 43-54.
- FIRTH, Raymond. **Symbols: public and private**. Oxford: Alden Press, 1973.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. Rio de Janeiro: Sinergia Relume Dumará, 2009.
- FORACCHI, Marialice M. (org). **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 17ª Edição.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2006.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 2008. 10ª Edição.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2008. 15ª Edição.
- GOMES, Angela de Castro. **Essa gente do Rio: Modernismo e Nacionalismo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil (sua história)**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985.

HILTON, Stanley. **O Brasil e a crise internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Cinema em verde amarelo: Gilberto Freyre e Mário de Andrade na obra de José Carlos Burle. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. In: **História e Ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 109-158.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KURZMAN, Charles; OWENS, Lynn. The sociology of intellectuals. In: **Annual Review of Sociology**, v. 28, 2002. pp. 63-90.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: COSTA, Wilma Peres; DE LORENZO, Helena Carvalho. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 93-114.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República In: FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. t. III, v. 3, n. 9. São Paulo: Difel, 1985.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

LEVINE, Robert. **O Regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Luiz Costa. **Dispersa demanda**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1981.

LOPES, Antonio Herculano. Do Monarquismo ao “Populismo”: o *Jornal do Brasil* na virada para o século XX. In: FERREIRA, Tania Maria Bessone *et al* (orgs.). **História e Imprensa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOPES, Antonio Herculano. Um Antônio Conselheiro da razão. In: **Estudos Históricos sobre Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000. p. 71-123.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Plínio Salgado, meu pai**. São Paulo: GRD, 2001.

LUHMANN, Niklas. **Observaciones de la modernidad**. Barcelona: Paidós, 1997.

MANNHEIM, Karl. **Diagnósticos do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (org). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- MANNHEIM, Karl. **Sociologia do conhecimento**. Lisboa: Rés, s/d. 2 v.
- MANNHEIM, Karl. The Sociology of Intellectuals. **Theory, Culture & Society**, London, v. 10, 1993, p. 69-80.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, v. 2, n. 4, 1987, p. 65-87.
- MELO, Olbiano de. **A marcha da Revolução Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições 'o Cruzeiro', 1957.
- MELO, Olbiano. **A república sindicalista dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Terra de Sol, 1931.
- MELO, Olbiano. **Comunismo ou Fascismo?**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1937. 2ª Edição.
- MELO, Olbiano. **Levanta-te, Brasil!**. Rio de Janeiro: Tipografia Terra de Sol, 1931.
- MERTON, Robert K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.
- MORAES FILHO, Evaristo (org). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- MORAES, Eduardo Jardim de. **A Brasilidade Modernista**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MOTTA FILHO, Cândido. **Contagem regressiva: memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1972.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.
- NISBET, Robert. Conservantismo. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. **Histórica da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi *et al.* **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A Sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1995.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Questão nacional na primeira república. In: COSTA, Wilma Peres; DE LORENZO, Helena Carvalho. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 185-193.
- PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

PRADO, Maria Emilia. Alberto Torres e a responsabilidade do Estado na construção da Nação. In: PRADO, Maria Emilia (org.). **Intelectuais e ação política**. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 187-210.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1977. 2ª Edição.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à Sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. “Imaginação ou sociologia”: aspectos da recepção do livro *O Estrangeiro* de Plínio Salgado. In: **Anais do VII Seminário do NUSC**. Rio de Janeiro, 2013 [no prelo].

REALE, Miguel. **Memórias: Destinos Cruzados**. São Paulo: Saraiva, 1987.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Adelia M. Miglievich. Marina de Vasconcellos e as ciências sociais: a perspectiva dos círculos sociais. **História, ciências, saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, 2008, p. 17-41.

RINGER, Fritz K. **A metodologia de Max Weber**: unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: EDUSP, 2004.

RINGER, Fritz K. **O declínio dos mandarins alemães**. São Paulo: Edusp, 2000.

SADEK, Maria Teresa Aina. **Machiavel, Machiavéis: a tragédia Octaviana**. São Paulo: Símbolo, 1978.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas cidades, 1978.

SCHLUCHTER, Wolfgang. As origens do racionalismo ocidental. In: SOUZA, Jessé (org.). **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Ed. UnB, 1999, p. 55-120.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Paradoxos da modernidade**: cultura e conduta na teoria de Max Weber. São Paulo: UNESP, 2011.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre a filosofia e seu método** [1851]. São Paulo: Hedra, 2010.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Amorroutu, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SHILS, Edward. The intellectuals and the powers: some perspectives for comparative analysis. **Comparative Studies in Society and History**. v. 1, n. 1, 1958, p. 5-22.

SIMMEL, Georg. **Conflict & The web of group-affiliations**. New York: Free Press, 1964.

SIMMEL, Georg. **On individuality and social forms**. Chicago: University of Chicago, 1971.

- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SIMMEL, Georg. **Soziologie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.
- SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 2ª Edição.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.
- SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. São Paulo: É Realizações Editora, 2011.
- SWIDLER, Ann. Culture in Action: Symbols and Strategies. **American Sociological Review**. v. 51, n. 2, 1986, p. 273-286.
- THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TORRES, Alberto. **A organização nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 3ª Edição.
- TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica*. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 117-160, 1978.
- VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. O ateliê do Engenho de Dentro como espaço de conversão (1946-1951). In: BOTELHO, A.; BASTOS, E. R.; VILLAS BÔAS, G. **O moderno em questão**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. **A recepção da sociologia alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. **A Vocação das Ciências Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. **Mudança Provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2004.
- WEBER, Max. Consideração intermediária [1916]. In: **Sociologia das Religiões**. Lisboa: Relógio d'Água, 2006.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade – Volume 1**. Brasília: UnB, 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade – Volume 2**. Brasília: UnB, 1999.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979. 4ª Edição.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais – Parte 1**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora UNICAMP, 1993. 2ª Edição.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais – Parte 2**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora UNICAMP, 2001. 3ª Edição.

WOLFF, Kurt H. (org). **The Sociology of Georg Simmel**. New York; London: The Free Press, 1950.